

ORÇAMENTO. 2023



Relatório (Anexo)

Orçamentos das Empresas Municipais

Porto. Domus Social

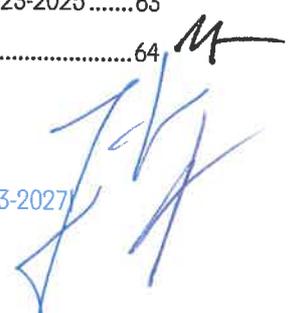
Instrumentos de Gestão
Previsional para o período 2023-2027

Porto.
Domus
Social



ÍNDICE

I.	PREÂMBULO	1
II.	PLANOS PLURIANUAIS	15
A.	ENQUADRAMENTO	16
B.	PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL	18
1.	GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL	18
2.	PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	23
a.	Habitação Social	25
b.	Educação	26
c.	Funcionamento dos Serviços	26
d.	Regeneração Urbana	27
e.	Saúde e Respostas Sociais	27
f.	Qualidade de Vida Urbana	27
g.	Energia e Transição Energética	28
3.	REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE	29
C.	PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL	31
1.	PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2023-2027	31
2.	PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2023-2027	33
D.	PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL	37
III.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2023-2027	40
A.	NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 / PRESSUPOSTOS	40
B.	DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA RECEITA	41
C.	DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA DESPESA	42
D.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO	43
IV.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2023-2027	44
A.	NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2023-2027 E PRESSUPOSTOS	45
B.	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL	59
C.	ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL	60
D.	BALANÇO PREVISIONAL	61
V.	ANEXO I – Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas para o Triénio 2023-2025	63
VI.	ANEXO II – Parecer do Fiscal Único	64



I. PREÂMBULO

I. Preâmbulo

M



A CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM (doravante Domus Social), tem como objeto social a “(...) promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, compreendendo a gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social, independentemente do regime de ocupação e natureza das rendas devidas, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais” nomeadamente o Parque Escolar Público Municipal (jardins de infância e escolas do ensino básico) e os designados Outros Edifícios Públicos Municipais que compreendem os edifícios com valências culturais (arquivos, bibliotecas, museus, teatros) e administrativas / institucionais. Contempla ainda nos seus estatutos “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”.

Para “a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação”, a Domus Social orienta-se estrategicamente, naturalmente, a partir da(s) política(s) de habitação definidas pela Câmara Municipal do Porto (CMP), as quais constituem o quadro de referência que molda a sua atuação. A prossecução deste desiderato “inclui, designadamente:

- a) aquisição, promoção, gestão, construção, reabilitação e renovação do parque habitacional do Município do Porto [MP] destinado a habitação de interesse social;
- b) fomento e a execução de programas de habitação a custos controlados;
- c) implementação e concretização de programas de reabilitação, renovação ou reconstrução de habitações degradadas destinadas a habitação de interesse social;
- d) intervenção para melhoria do espaço público envolvente e a modernização das infraestruturas urbanas que conheçam uma conexão material com a função habitacional destinada a habitação de interesse social.”

A concretização do objeto social da empresa compreende, particularmente, três eixos. O primeiro refere-se à “(...) gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social” e “abrange, designadamente, as funções de:

- a) Regulamentar, organizar e executar os processos de aquisição, atribuição, alienação e cessação da ocupação de prédios e frações habitacionais e não habitacionais, compreendidas no parque habitacional destinado a habitação de interesse social;

- b) Assegurar a correta ocupação de todos os espaços;
- c) Executar todo o processo administrativo de cobrança de rendas e outros quantitativos que sejam devidos;
- d) Elaborar propostas de atualização de taxas e rendas;
- e) Assegurar a ligação com as entidades promotoras e gestoras de habitação de interesse social.”

O segundo destes eixos é cumprido assegurando “(...) a manutenção e conservação, ..., de todos os edifícios, equipamentos instalações e infraestruturas, integrados no domínio público e privado cuja gestão seja do município do Porto” através das orientações definidas pelo acionista único (e pelos diferentes atores que constituem o universo camarário). Assim, a estratégia de intervenção da empresa para o período de projeção conduzirá a que se defina um plano de intervenções no património imobiliário municipal para assegurar as respostas que o acionista pretende obter nesta área.

Por último, o objeto social da empresa é também observado pela “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”, que compreende:

- a) O apoio a projetos e ao desenvolvimento e manutenção de equipamentos que tenham por fim a promoção social e da qualidade de vida dos inquilinos municipais;
- b) A elaboração, desenvolvimento e/ou apoio a projetos no domínio social e sociocultural.”

Enquadrado pelo seu objeto social estabelece-se, neste documento, a estratégia da Domus Social para os Instrumentos de Gestão Previsional período 2023-2027 (IGP 2023-2027).

Nestes momentos de grande incerteza e imponderabilidade, decorrentes da crise internacional que se vive, é exigida às organizações alguma flexibilidade e capacidade de adaptação aos fatores que condicionam e condizionarão os tempos futuros.

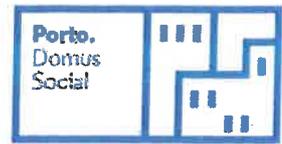
Independentemente do cenário anteriormente traçado a estratégia prevista nestes IGP 2023-2027 assentará em quatro vetores de atuação.

O primeiro centrado numa resposta municipal às políticas públicas de habitação definidas a partir do documento governamental “Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação” (NGPH) e por um conjunto de novos instrumentos jurídicos e financeiros disponibilizados, particularmente ao programa 1.º Direito, que foi objeto de um Acordo de Colaboração celebrado entre o MP e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) que influenciará, nos próximos anos, a capacidade do MP na provisão de habitação de interesse social. Aqui, as novas medidas adotadas, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, poderão vir a constituir-se como um importante instrumento de mobilização de recursos para um forte incremento do referido programa. Assumirá aqui particular relevância, e decorrente da Lei de Bases de Habitação (ver artigo 22.º da Lei n.º 83/2019, de 03 de setembro), nomeadamente a elaboração da Carta Municipal de Habitação (CMH).

Relativamente ao segundo vetor importa referir que a fase final da execução dos instrumentos financeiros comunitários referentes ao período 2014-2020, cujo beneficiário formal e material é o MP, suportam as estratégias de intervenção consagradas no “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)”, nomeadamente aqueles que cumprem com os recentes e atuais propósitos desta empresa municipal e que se prendem com ações materiais e imateriais inscritas nos Planos de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), para a Comunidade do Vale da Ribeira da Granja (CD1 - utilizando a designação estabelecida no documento programático do PEDU) e para a Comunidade do Vale de Campanhã Norte (CD2). As intervenções materiais e imateriais aí propostas englobam os seguintes bairros:

- Comunidade Desfavorecida 1 (CD1) – Pasteleira (edificado e espaço público), Mouteira, Dr. Nuno Pinheiro Torres e Lordelo do Ouro (nestes três bairros somente se encontra-consagrado o espaço público);
- Comunidade Desfavorecida 2 (CD2) – Cerco do Porto, Falcão e Monte da Bela (edificado e espaço público), Agrupamento Habitacional do Falcão (somente espaço público) e Ilhéu (somente edificado).

Para o arco temporal a que reporta este documento concluir-se-á na CD1 a intervenção de reabilitação do edificado da Pasteleira e na CD2 concluir-se-á a intervenção no edificado e no espaço público do Cerco do Porto e do espaço público em Monte da Bela.



Ainda na área da CD2 realce-se a participação da Domus Social no projecto *URBiNAT – Healthy Corridors as Drivers of Social Housing Neighbourhoods for the Co-Creation of Social, Environmental and Marketable NBS*¹, financiado no âmbito do Programa do Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 (H2020) e com uma duração de 60 meses a partir de 1 de Junho de 2018, no âmbito do qual a cidade do Porto é líder a par de Nantes (França) e Sófia (Bulgária) contando como “cidades-seguidoras”, Bruxelas (Bélgica), Høje-Taastrup (Dinamarca), Nova Gorica (Eslovénia) e Siena (Itália).

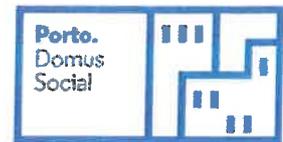
Refira-se ainda que para a CD2 que um novo projeto, do qual a Domus Social é parceiro ativo, financiado pelo Horizonte Europa para o período entre 1 de Setembro de 2022 e 31 de Agosto de 2025 denominado *CommuniCity – Innovative Solutions Responding to the Needs of Cities & Communities* coordenado pela Universidade de Amesterdão e que tem como cidades líderes Amesterdão (Países Baixos), Helsínquia (Finlândia) e Porto e cidades seguidoras Aarhus (Dinamarca), Barcelona (Espanha), Roterdão (Países Baixos) e Tallinn (Estónia)

Para o próximo quinquénio, que coincidirá com o fim do atual quadro de referência estratégico nacional e o pleno funcionamento do próximo, a empresa dedicará uma particular atenção à entrada deste novo quadro de financiamento comunitário. Desta maneira, a empresa irá identificar as oportunidades de captação de fundos públicos (comunitários e outros) aplicáveis na sua atividade e irá colaborar ativamente com a CMP em todos os processos de candidaturas.

O terceiro vetor, conexo com o anterior e com os propósitos recentemente consagrados nos estatutos da empresa, prende-se com a intervenção no espaço público dos bairros de habitação pública municipal. Salienta-se que para o período de projeção continua programado um significativo investimento para a intervenção no espaço público dos bairros de Aldoar, Bom Pastor/Vale Formoso, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Falcão (espaço público edifícios 10 a 15) e Monte da Bela.

Como último vetor de atuação, a componente da pós-construção, nomeadamente da manutenção (preventiva e corretiva) e conservação dos equipamentos, de grande preponderância para a empresa

¹ Acrónimo de *Nature Based Solutions* em inglês, traduzido como “soluções baseadas na natureza”.



municipal, consagrando assim a sua reconhecida aptidão e manifesta experiência que possui nas áreas da manutenção e conservação.

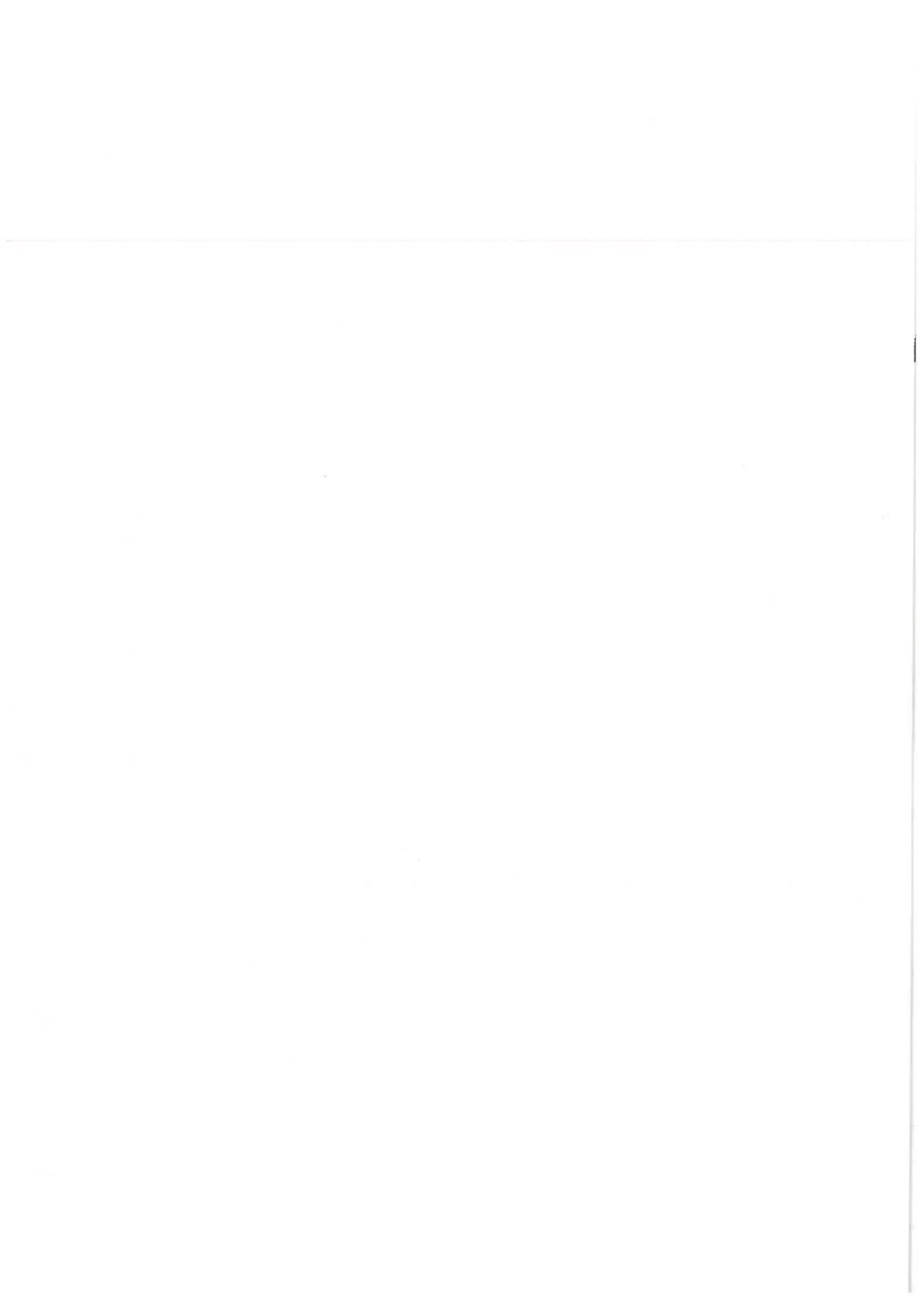
Particular atenção continuará a merecer duas áreas de atuação da empresa, a externa – a relação com os inquilinos/municípios e a interna – com uma particular atenção aos colaboradores.

Desta maneira, na vertente externa da sua atuação, o trabalho que a Domus Social desenvolve é cada vez menos uma atividade isolada e fechada, feita no seu interior, sendo cada vez mais uma empresa em que as suas partes interessadas – cidadãos, autarquia, empresas, organismos públicos – são participantes ativos dando consistência a uma relação bidirecional que se pretende frutuosa e profícua para todos. Na sua relação com o cidadão, a Domus Social tem sempre por objetivo a participação ativa, assegurando que a comunicação destes com a empresa é tratada de forma única e coerente, independentemente dos meios usados. Melhorar a comunicação com o cidadão, em termos qualitativos e dando resposta efetiva e em tempo útil aos seus contatos e interações assume particular relevância.

A Domus Social tem vindo a desenvolver o princípio do «contacto único», no sentido de aumentar a transparência e o escrutínio por parte dos cidadãos, evoluindo para sistemas que permitam o acesso adequado dos municípios aos seus processos, sem qualquer intermediação e de acordo com as melhores práticas existentes nesta matéria. Hoje, esta realidade já é possível em alguns dos processos existentes como por exemplo: a atualização de dados, o acompanhamento dos pedidos de habitação e a apresentação de candidaturas ao Programa Porto Solidário. Foi criada uma área reservada do cliente no website que permitirá a interação direta com os serviços.

No âmbito da transição digital em curso pretendemos promover a utilização dos meios digitais pelos municípios, melhorando a informação que é prestada sobre procedimentos internos e melhorando a transparência e eficácia dos processos.

Nesse sentido, a Domus Social tem em curso um processo de modernização e transformação do seu modelo de prestação de serviços à cidade, que tem subjacente a adoção de uma nova atitude no cumprimento da sua missão, mais aberto, diversificado, simplificado e participativo. Com este desígnio, pretende esta empresa assumir uma postura ativa na condução dos seus processos que lhe



permita agir com antecipação e planeamento, e não apenas reagir às solicitações e problemas com que vai sendo confrontada. Tendo em conta a mudança em curso, tem vindo a ser implementado um conjunto de alterações na organização da empresa, com impacto na forma como gere os seus processos e nos modos de relacionamento com os cidadãos, mas também com a autarquia e os seus parceiros. Associado a este processo de modernização, a empresa tem em curso a implementação de um plano de evolução dos seus sistemas de informação, já que resulta claro o relevante papel que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o uso adequado da informação pode ter nestes processos de modernização e inovação.

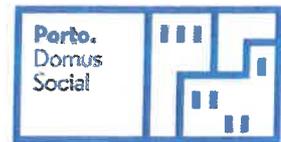
A operação da Domus Social, tem vindo a seguir uma evolução que se vai distanciando da visão mais tradicional da mera gestão e manutenção do património municipal.

Por um lado, a sua intervenção num contexto dos vários domínios, que de forma direta e/ou impactam na sua atividade, tem, progressivamente, incrementado o seu nível de serviço e dimensão do seu universo.

Por outra via, o município encontra-se em processo de transferência de competências nas diversas áreas que originam consequências relevantes no âmbito da intervenção da Domus Social.

Estes fatores têm como consequência direta uma pressão significativa na estrutura orgânica da organização, pelo que foi necessário proceder a uma reestruturação orgânica, no ano em curso, de forma a garantir a continuidade dos níveis de serviço que tem vindo a ter até agora.

A partir do segundo semestre de 2022, e para melhor responder estes desafios, a Domus Social procedeu a esta importante reestruturação com a criação de 4 novas direções: Direção Jurídica (DJ), herdeira do antigo Gabinete Jurídico (GJ), Direção de Atendimento Geral e Sistemas de Informação (DAGSI) que incorpora competências do antigo Gabinete dos Sistemas de Informação (GSI) e do anterior Gabinete da Sustentabilidade e Gestão Documental (GSGD), Direção de Projetos e Obras (DPO) e Direção de Manutenção (DM). Estas duas últimas direções resultam da cisão da anterior Direção de Produção (DP). A anterior Direção Administrativa e Financeira (DAF) passou a designar-se por Direção Financeira (DF), o anterior Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) passou a designar-se por Gabinete de Comunicação (GC) e o anterior Gabinete de Recursos



Humanos passou a denominar-se por Gestão de Pessoas (GP). Foi criado o Gabinete de Sustentabilidade e Inovação (GSI) que herda parte das competências do antigo GSGD.

Enquadrando e quantificando melhor o seu perímetro de intervenção, a Domus Social tem sob sua gestão um Parque de Habitação Pública Municipal que integra cerca de 13.000 fogos e onde residem cerca de 30.000 pessoas. Assegura, ainda, a manutenção e conservação de todo o restante conjunto de imóveis municipais constituído por um importante e relevante número de edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas. Esta realidade diversa e bastante complexa, implica um fluxo permanente e muito significativo de informação de e para a empresa. A gestão da manutenção e conservação de todo este conjunto de ativos e da ocupação das habitações, obriga a um elevado nível de organização e de controlo interno correspondendo a um exigente esforço logístico e financeiro.

A dotação de meios e de conhecimento que lhe permitem uma intervenção planeada na manutenção preventiva dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas constitui não só um importante desafio, mas também uma oportunidade. Desafio, porque implica uma modernização da cultura organizacional, evoluindo de uma tradição de intervenção reativa para uma atitude de planeamento e intervenção programada, redesenhando-se, assim, os processos. Oportunidade, na medida em que esta transformação permitirá promover outras tarefas de modernização que se afiguram imperiosas e inadiáveis e que se prendem, nomeadamente, com o redimensionamento e uniformização dos repositórios de dados existentes – normalmente designados por “cadastro”. Nesse sentido, no próximo quinquénio a Domus Social dará particular relevância ao tratamento da informação e uma mais aprofundada análise da informação “cadastral” existente através da utilização dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) com vista a uma melhor gestão dos ativos da empresa.

Por outro lado, o acompanhamento dos cerca de 30 mil residentes, pressupõe de igual modo um sistema de informação atualizado e dinâmico permitindo uma gestão criteriosa e transparente da área. A implementação do Sistema Integrado da Gestão da Habitação pretende dotar a Domus Social de mecanismos de gestão mais eficazes no que concerne ao tratamento e classificação da informação existente sobre os inquilinos e potenciais inquilinos municipais.



O Sistema de Gestão integrado da Domus Social tem como foco a melhoria contínua e a inovação em termos organizacionais. A empresa encontra-se certificada por um conjunto de referenciais normativos da Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2015), da Gestão do Ambiente (NP EN ISO 14001:2015), da Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho (NP EN ISO 45001:2019) e da Gestão da Responsabilidade Social (NP 4469:2019) que refletem a aplicação de critérios ESG (sigla em inglês para "*environmental, social and governance*") pela Gestão que corporiza as melhores práticas ambientais, sociais e de governança, bem como o envolvimento e compromisso dos Trabalhadores ao longo dos anos de atividade. Mais do que o mero cumprimento de normas regulatórias, a empresa tem vindo a trabalhar soluções inovadoras de processos organizacionais com resultados de impacto positivo na resposta eficaz e eficiente aos desafios que diariamente lhe são colocados pelos cidadãos. Este é, desde logo, um fator diferenciador que se pretende continuar a incrementar: a centralidade nas pessoas.

Também na área do Desenvolvimento e Inovação (I&D) a empresa está focada em estimular a utilização da tecnologia e do conhecimento, reforçando a proximidade com os munícipes para um acesso mais simples, seguro e efetivo, promovendo a eficiência e a inovação dos processos de trabalho, bem como a capacitação e conhecimento das suas Pessoas, com particular ênfase na transição digital e na transição climática que visam gerar valor social e a gestão de impacto na qualidade de vida dos cidadãos.

Merece ainda especial relevo a adesão da Domus Social ao Pacto do Porto para o Clima, impulsionado pelo Município, em que assume o compromisso, no âmbito da sua missão e atribuições, de participar ativamente no esforço para alcançar o objetivo da neutralidade carbónica em 2030, implementando medidas que minimizam as emissões de gases com efeito estufa, evoluindo para uma gestão totalmente circular dos Processos, otimizando a utilização de materiais e gerando o mínimo possível de resíduos, de acordo com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. A empresa continuará aberta aos ecossistemas colaborativos que visem o seu crescimento, a sua sustentabilidade económica e ambiental, sempre com o foco na componente social e cultural.

Tornar a cidade do Porto mais inclusiva e sustentável é um compromisso que a Domus Social assume tendo por base a promoção da coesão e, conseqüentemente, o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes.

Parece-nos ainda relevante destacar os trabalhos que têm vindo a decorrer e que fundamentarão muito das futuras políticas de habitação e moldarão os contornos da intervenção que se prevê realizar nos próximos anos.

A área da energia e ambiente, diz respeito à aposta da Domus Social na implementação de medidas de eficiência energética e de incremento do conforto térmico nos bairros de habitação pública municipal e nos equipamentos públicos municipais respondendo também assim a um dos desígnios das políticas ambientais contemporâneas.

Realce-se a participação da Domus Social em diferentes projetos com financiamento assegurado por fundos comunitários nomeadamente no projecto *URBiNAT – Healthy Corridors as Drivers of Social Housing Neighbourhoods fo the Co-Creation of Social, Environmental and Marketable NBS²*, financiado pelo programa Horizonte 2020 (H2020) e o projecto *CommuniCity – Innovative Solutions Responding to the Needs of Cities & Communities* financiado pelo programa Horizonte Europa. A Domus Social, EM encontra-se ainda envolvida no projeto “Direito à Cidade” financiado pelo programa Erasmus +.

O gradual reforço da responsabilidade e componente social da empresa, como revela, por exemplo, a gestão do programa “Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - Eixo Apoio à Habitação”, criado pelo MP, que visa apoiar pessoas e famílias com graves dificuldades financeiras (mediante a atribuição de um subsídio mensal que lhes permita assegurar o pagamento da renda ou da prestação bancária) é uma das áreas que durante os próximos anos continuará a ser objeto de uma particular atenção.

Com efeito, esta experiência de base municipal, revela-se adequado como instrumento para um problema grave na cidade, porquanto garante a segurança e acessibilidade ao arrendamento e à manutenção de uma resposta habitacional condigna.

² Acrónimo de *Nature Based Solutions* em inglês, traduzido como “soluções baseadas na natureza”.



A empresa tem como objetivo aplicar de forma criteriosa, prudente e economicamente vantajosa o conjunto de meios financeiros que resultam da sua própria atividade e dos meios disponibilizados pela CMP nas ações de reabilitação e manutenção de edifícios.

Com os meios financeiros que resultam da atividade de arrendamento das habitações de interesse social, a empresa efetuará as ações de manutenção preventiva e corretiva e suportará os custos da sua estrutura afetas a essa mesma atividade, tendo como objetivo maior assegurar o seu equilíbrio económico e financeiro.

O programa de automanutenção “Casa como Nova” permite aos inquilinos municipais a aquisição dos materiais mais correntes de construção civil (tintas e pavimentos) a preços substancialmente inferiores aos do mercado. Este programa, com participação financeira da Domus Social constitui um contributo para a manutenção do interior das habitações e, particularmente, pretende elevar o grau de sensibilização dos inquilinos para a preservação do património público de que diretamente beneficiam.

Sem descurar a centralidade na observância dos critérios de equidade e justiça na análise e decisão sobre o vasto conjunto de questões que diariamente são colocadas e relacionadas com a utilização do Parque de Habitação Pública Municipal, a Domus Social tem reforçado o acompanhamento que essas questões merecem, avaliando criteriosamente os problemas de natureza social, procurando, com meios próprios e por recurso a outras entidades vocacionadas para o apoio social, encontrar as soluções que ajudem as famílias a ultrapassar as suas dificuldades e constrangimentos. Para este fim, a empresa estará cada vez mais próxima dos inquilinos, e contará com o importante apoio das juntas de freguesia e associações locais de moradores.

Pretende-se continuar a promover medidas de política habitacional e de políticas urbanas integradas, que contrariem lógicas de segregação socio-espacial, assegurando ao mesmo tempo e numa lógica de intervenção transversal, o devido acompanhamento social do processo de acolhimento e inclusão dos moradores.

Na Domus Social a atividade é desenvolvida com autonomia técnica, integridade, competência, responsabilidade, transparência, eficiência e eficácia, cabendo à Direção Jurídica zelar pela

legalidade da atuação da empresa, prestando assessoria jurídica, por forma a conferir confiança e certezas jurídicas em toda a atividade desenvolvida.

Entre os principais objetivos desenvolvidos em 2022 salientamos a implementação de metodologias de trabalho colaborativo e em rede, de partilha de conhecimentos, harmonização de boas práticas e capacitação em matéria de contratação pública, políticas habitacionais, recursos humanos, entre outras, envolvendo todas as áreas estruturais da empresa. Alicerçados no princípio estruturante de envolvimento e participação dos colaboradores, os projetos promovidos evidenciam uma cultura de cooperação, transversalidade e inovação desenvolvidos com elevados níveis de qualidade.

Para a concretização deste objetivo, a Direção Jurídica continuará a promover a realização de ações de formação internas e encontros temáticos especializados – Let's Talk Legal – em colaboração pro bono com profissionais de reconhecida experiência, cuja partilha de saber tem contribuído para a reflexão no sentido de inovação e desenvolvimento.

Estamos, ainda, comprometidos com a harmonização de boas práticas, nomeadamente, em matéria de contratação pública, pelo que, prevemos a constituição de uma equipa de acompanhamento da fase do procedimento de contratação pública e da fase de execução contratual.

Para 2023, perspetiva-se desafiador, mas igualmente recompensador, a criação e consolidação de um serviço de apoio jurídico customizado, mediante a análise técnica especializada de cada área ou processo de trabalho, desenvolvendo ações focadas na discussão e clarificação de questões controvertidas frequentes, elaborando minutas e documentos de suporte ajustados e adequados à gestão dos processos de trabalho.

Pretende-se desenvolver uma plataforma de conhecimento que constitua um espaço de entendimentos consolidados e seja promotor da divulgação de informação pertinente em temas específicos com relevância para a atividade da empresa.

Com o novo paradigma de valorização do capital humano, e a preocupação constante em oferecer uma melhor gestão às Pessoas da Domus Social, entendeu-se que a área dos Recursos Humanos, dadas as especificidades que atualmente assume, deveria ser redenominada como Gestão de Pessoas.

Efetivamente, há muito que os Recursos Humanos, na Domus Social, deixaram de ser só responsáveis por recrutamento, contratação, processamento salarial e apoio à organização. A nobre função de humanizar os processos desta área e mostrar esse lado para o mercado de trabalho tem vindo a ser implementado, praticado e vivido diariamente.

Entendemos que desafios como o acompanhamento da sociedade do conhecimento, onde vivemos, onde o talento humano e suas capacidades são vistos como fatores competitivos no mercado de trabalho globalizado, e aproximação salarial entre níveis do Carreiras e o desaparecimento, até de certos, níveis, será, sem dúvida, algo que a Gestão de pessoas estará atenta.

A comunicação interna será outro dos vetores a ter em conta, a consciencialização permanente, junto dos colaboradores, o desenvolvimento responsável e ético; capacidade de atuação baseada em princípios empreendedores; capacidade de realização de tarefas que incorporem inovação; capacidade de trabalhar em equipa e de uma forma flexível; conhecimento da missão e dos objetivos institucionais; dominar o conteúdo da área de negócio da organização; capacidade de atuar como consultor interno da Domus Social.

Em suma, a área de Gestão de Pessoas continuará a adaptar toda a sua atividade, por forma a desenvolver e antecipar todas as evoluções e desafios que possam surgir.

2022 fica também marcado como um ano de viragem no âmbito da comunicação da organização. A Domus Social reconheceu a necessidade de fazer uma maior aposta nesta área, apostando numa maior profissionalização do departamento e, sobretudo, repensando a visão, os objetivos e contributo deste para a empresa.

Hoje, paralelamente às necessidades de cariz operacional, a organização passou a reconhecer nesta área um papel estratégico que passa por trabalhar, a curto, médio e longo prazo, o posicionamento e notoriedade da organização junto dos seus *stakeholders*.

Assim, concretamente, no período 2023-2026, o Gabinete de Comunicação da Domus Social assumirá como linhas orientadoras: 1) a aposta em campanhas de sensibilização e responsabilidade social junto dos inquilinos municipais; 2) uma estratégia forte de conteúdos, materializada numa componente audiovisual profissionalizada, criativa e diversificada; 3) a introdução de métricas para

medição do clima relacional com os diversos *stakeholders* e notoriedade dos programas de apoio em vigor; 4) uma maior participação em ações e eventos na área da habitação pública, dimensão nacional e internacional; 5) a intenção de assumir uma maior presença nos media (online e offline), com vista ao aumento de notoriedade da organização e à preservação de uma imagem positiva junto da opinião pública.

Neste enquadramento e conforme o estabelecido na alínea e) do artigo 15.º e artigo 23.º dos Estatutos da CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM e no artigo 42.º n.º 1, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o Conselho de Administração (CA) apresenta os IGP para o período 2023-2027, cujo rédito inclui uma verba de subsídio à exploração conforme apresentado na nota II-B-3 e no Contrato Programa a celebrar.

O acompanhamento e controlo da CMP bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e nos Estatutos da Empresa.

Relembre-se que o sistema contabilístico adotado pela Domus Social respeita o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública, bem como a demais legislação aplicável, orientando e conduzindo a gestão da empresa, permitindo um controlo orçamental permanente, bem como o seu fácil escrutínio, e possibilitando uma análise franca dos diferentes valores patrimoniais que a empresa governa.

As demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas da informação disponível são atributos que tornam as demonstrações financeiras úteis e pertinentes para os diferentes *stakeholders* com que a empresa lida. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

II. PLANOS PLURIANUAIS

II. Planos Plurianuais

M

A. ENQUADRAMENTO

Este documento foi elaborado tendo em conta os seguintes parâmetros e objetivos para 2023:

Parâmetros:

- i. O fluxo líquido de receitas da atividade corrente da empresa assegurará a manutenção preventiva e corretiva do Parque de Habitação Pública Municipal, e ainda a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a essa atividade;
- ii. A dotação financeira fixada pela CMP em Contrato, e que consta do Orçamento do Município aprovado pelo Executivo, para ações de reabilitação do Parque de Habitação Pública Municipal incluindo a reabilitação do interior de casas devolutas, e para atividades de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos públicos municipais bem como a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a estas atividades;
- iii. A experiência adquirida nos anos anteriores na gestão de responsabilidades decorrentes do contrato programa, nomeadamente na gestão do parque habitacional e na gestão e manutenção dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas;
- iv. A base de dados relativa ao património sob gestão e sua ocupação;
- v. O prazo de pagamento a fornecedores, constante dos orçamentos anuais e plurianuais, será de 5 dias;
- vi. O prazo de recebimento foi estimado em 10 dias;
- vii. A taxa de inflação estimada em 5,1%;
- viii. O coeficiente de atualização de rendas de 0%;
- ix. A taxa nominal média de crescimento salarial de 3,5%.

Objetivos Gerais:

- i. Orientação da atividade para a otimização dos recursos de modo a alcançar uma elevada taxa de execução;
- ii. Incremento da produtividade através de um esforço de racionalização e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis bem como do controlo de gastos;
- iii. Contínua aposta na formação profissional e comportamental;
- iv. Avaliação de desempenho profissional com fixação de objetivos;

- v. Melhoria contínua da organização e controlo interno através de um SGQ orientado para o interesse público, mantendo a transparência e auditabilidade nas relações com clientes internos e externos;
- vi. Melhoria do desempenho dos Sistemas de Informação com o aperfeiçoamento da gestão da informação na perspetiva da integração do arquivo digital e físico – processo gradual de desmaterialização;
- vii. Gestão integrada do Parque de Habitação Pública Municipal garantindo a sua correta ocupação, em obediência a critérios de legalidade, justiça e equidade social;
- viii. Intervenção no espaço público do Parque de Habitação Pública Municipal;
- ix. Implementação generalizada de medidas de Manutenção Preventiva.

B. PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

1. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL

A Direção de Gestão do Parque Habitacional (DGPH) tem como missão analisar e tratar todos os movimentos habitacionais do vasto parque habitacional do MP, constituído por cerca de 13.000 fogos, bem como de espaços não habitacionais integrados nos bairros de habitação social da cidade, garantindo a sua correta utilização e o cumprimento dos critérios de legalidade, justiça e equidade social, aplicando princípios de gestão de forma uniforme e generalizada e regras estabelecidas no Regulamento de Gestão do Parque Habitacional (RGPH).

No parque habitacional residem atualmente cerca de 30 000 pessoas, que a DGPH acompanha de forma participativa e permanente.

É objetivo contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos inquilinos municipais, promovendo uma relação personalizada e de proximidade com os moradores, assegurando uma gestão eficiente e eficaz, garantindo, deste modo, o princípio da integração social, por uma cidade mais próxima dos cidadãos.

No âmbito das respetivas atribuições e competências, aos Municípios cabe a promoção de medidas de carácter social, com vista, nomeadamente, a colmatar as necessidades associadas à habitação.

A política social de habitação deve ter como objetivo fundamental a promoção do acesso à habitação das famílias vulneráveis, que não dispõem de recursos para a obterem pelos seus próprios meios, efetivando, uma resposta às situações de precariedade habitacional e de emergência social em obediência aos princípios da igualdade, da justiça e da imparcialidade. Só assim se concretiza o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses dos cidadãos.

O MP tem vindo a considerar a necessidade de adequar a gestão às exigências de uma nova política de habitação, que deve atender às dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social. Tem-se vindo a dar continuidade às políticas ativas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, e implementando-se outras ações que visam promover uma verdadeira inclusão social dos munícipes.

A consolidação de um novo paradigma de política de habitação implica, não apenas a identificação das principais carências e dos principais bloqueios, mas também, de forma prospetiva, a identificação dos instrumentos e objetivos para a sua progressiva superação.

Considerando o quadro de crescente dificuldade de acesso das famílias a uma habitação digna e a preços compatíveis com os seus rendimentos, num contexto particularmente complexo como o atual, importa refletir sobre as respostas necessárias a delinear uma política habitacional consistente e duradoura, capaz de enfrentar de forma estratégica as questões habitacionais com que a cidade se confronta.

As situações de vulnerabilidade das pessoas e famílias são insuscetíveis de serem tipificadas de forma absoluta, pelo que as soluções devem ser configuradas com a flexibilidade que permita uma melhor adequação ao caso concreto, garantindo o acesso a uma habitação condigna, a que têm direito.

Entendeu-se assim pela oportunidade de implementar o Observatório de Habitação Social Municipal, e que permitirá monitorizar a realidade socio-habitacional do Município do Porto, avaliar o impacto da implementação de medidas e projetos municipais e nacionais, no âmbito da habitação e propor medidas, práticas e iniciativas de intervenção no âmbito das políticas de habitação.

No período de projeção, o Observatório de Habitação continuará a ser dinamizado, permitindo um melhor contributo para o desenvolvimento estratégico da atividade da Domus Social e das políticas municipais na área da habitação. As atividades em curso e programadas para os próximos anos, permitirão testar modelos de análises retrospectivas e prospetivas e criar uma plataforma com rotinas de análise.

Uma das formas que o MP, através da Domus Social, adotou para responder à fragilidade económica dos portuenses, materializa-se no Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - que se traduz num apoio efetivo à renda suportada no mercado livre de arrendamento. Até ao momento, foram apoiadas aproximadamente 4.500 famílias.

Esta medida, que se pretende manter, visa promover a manutenção dos agregados familiares nas suas habitações arrendadas e casas próprias, combatendo o desenraizamento e contribuindo para a redução do endividamento familiar, diminuindo a asfixia financeira de muitas famílias.

Ainda que o MP tenha vindo a desenvolver estratégias e medidas para reforçar a coesão social e aumentar a disponibilização de habitação de interesse social, face à permanente procura existente, a provisão de habitação ainda fica aquém da procura, razão pela qual se torna necessário a implementação de medidas de gestão inovadoras que contribuam para minorar as dificuldades os constrangimentos existentes.

O MP continuará a realizar ao longo do período de projeção a reabilitação e reocupação de casas municipais devolutas localizadas no centro histórico.

Neste último ano, esta direção entregou cerca de 350 habitações reabilitadas para alojamento de novas famílias. Os curtos prazos para entrega destas habitações após a sua reabilitação é, e manter-se-á, objetivo a cumprir.

Continuaremos a dar especial prioridade à verificação célere de situações de casas que, por diversos motivos, ficam devolutas sem que tal facto seja comunicado à empresa. Esta preocupação e ação são indispensáveis por potenciar maior disponibilidade de fogos para resposta mais rápida à procura.

Têm vindo a ser implementadas ferramentas informáticas que permitem a integração de todos os processos no sistema de informação existente e contribuindo para a agilização dos mesmos. Destaquem-se aqui as práticas, e que se repercutirão no período de projeção ao nível da atuação da empresa, designadamente na minimização dos impactos ambientais resultantes de utilização de papel. A tecnologia digital demonstrou a sua enorme utilidade durante os períodos de confinamento na pandemia, pelo que importa reforçar e evoluir neste movimento, especialmente nos formulários online que se podem submeter, melhorando a informação que é prestada sobre o processo interno e melhorando a transparência e a sua eficácia.

Também como projeto de gestão e administração dos espaços comuns, o ConDomus assume particular relevância e a sua expansão continuará a ser um desafio para o futuro. Com mais de 90% de entradas organizadas, este projeto trabalha a valorização e participação ativa dos inquilinos municipais, essencialmente, na preservação dos espaços comuns, ampliará a gestão de condomínios aos novos empreendimentos.



As atividades de proximidade desenvolvidas com os Gestores de Entrada têm contribuído para o reforçamento das redes de vizinhança e do espírito de comunidade, potenciando o desenvolvimento de ações de apoio e solidariedade, sobretudo às pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Esta direção desenvolve, e manterá no futuro, uma colaboração estreita com diferentes instituições da cidade, através da cedência de espaços não habitacionais, promovendo desta forma a diversificação de públicos utilizadores destes espaços, fomentando o espírito comunitário e o associativismo. Muitas destas cedências têm um enorme contributo social, designadamente no apoio a famílias e públicos particularmente vulneráveis.

Foi também com esta preocupação, designadamente com a população mais envelhecida que, em parceria com algumas Juntas de Freguesia (Bonfim, Campanhã, União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e Ramalde), foram instaladas as residências partilhadas para idosos, de forma a combater o isolamento e contribuirmos para a melhoria efetiva da qualidade de vida dos idosos que residem no Parque de Habitação Pública Municipal. Considerando os resultados deste projeto, está já a ser estruturada a implementação de mais residências noutras zonas da cidade.

Dando continuidade às políticas ativas, destaca-se o projeto solidário “Porto.Importa-se”, considerado como uma resposta aos problemas dos moradores idosos, fomentando as potencialidades e as redes solidárias locais, aproveitando eficazmente os recursos da empresa municipal, reduzindo, para este segmento da população residente nos bairros de habitação social municipal, os efeitos negativos de uma vida isolada.

O pilar da sustentabilidade manter-se-á no centro da ação da DGPH, com os desafios da atualidade de uma intervenção social integrada, potenciando a partilha de serviços e recursos, e o desenvolvimento de projetos inovadores para responder a problemas emergentes na cidade.

Ainda que o Município do Porto e a Domus Social tenham criado um conjunto de medidas que pretendam assegurar uma proteção aos inquilinos em situação de maior vulnerabilidade económica, as taxas médias de incumprimento no pagamento das rendas no decurso de 2022 ainda apresentaram algumas oscilações.

Contudo, continuarão a ser adotadas medidas de controlo e monitorização, bem como alternativas para regularização das situações de incumprimento.

A empresa tem vindo a apostar na melhoria contínua, tendo em vista a redução de custos operacionais e de melhorias dos níveis de serviço e no atendimento ao cliente. Estas metodologias, já implementadas e a desenvolver no período de projeção, apontam um aumento de processos resolvidos com os mesmos recursos e uma redução dos tempos de resposta, com ganhos significativos dada a disponibilização de recursos para a realização de novas tarefas e funções. Dando continuidade a este modelo, prevê-se um aumento da satisfação do cliente e a uma maior motivação dos colaboradores, em função do aumento da eficácia e eficiência dos serviços e da qualidade do atendimento.

A satisfação do cliente, apostando num atendimento direto e claro, contribuindo para uma maior transparência sobre os processos internos em termos de informação e tempos de resposta, tem conduzido a alguns investimentos, quer ao nível da formação específica dos técnicos, quer ao nível de desenvolvimentos informáticos, estratégia que será prosseguida no período de projeção.

A centralização do atendimento tem como objetivo a integração dos canais de comunicação, de forma a desenvolver uma estratégia de comunicação alinhada que promova a empresa e que potencie um melhor controlo sobre os processos melhorando os serviços disponibilizados aos munícipes.

Esta centralização apresenta ainda vantagens para a organização:

- A normalização dos procedimentos irá permitir desenvolver e alinhar a estratégia de comunicação;
- Melhoria no controlo sobre os processos;
- Uniformidade na classificação dos processos;
- Maior agilidade na adaptação dos processos.



2. PROJETOS, OBRAS E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O objetivo base fixado nos IGP para a DPO (Direção de Projetos e Obras) e DM (Direção de Manutenção) passa pela utilização racional e eficiente dos meios financeiros que são colocados à disposição da empresa para as ações de construção, reabilitação, manutenção e conservação do património edificado público municipal. Desta forma, pretende-se assegurar uma gestão adequada dos meios financeiros disponibilizados através de uma otimização dos recursos com vista à obtenção de resultados que cumpram os requisitos de uma resposta rápida, eficaz e qualificada.

Assim, constituem objetivos da DPO, nomeadamente:

- Reabilitar os edifícios do Parque de Habitação Pública Municipal, assegurando o cumprimento das metas (físicas e financeiras) estabelecidas;
- Reabilitar o interior das casas devolutas do Parque de Habitação Pública Municipal;
- Reabilitar as casas do Património, do ex-Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/ Barredo (ex - CRUARB-CH) e da ex-Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ex – FDZHP);

e, para a DM, nomeadamente:

- Assegurar de forma eficaz e eficiente e com a qualidade adequada, a resposta a todas as solicitações de acordo com os níveis de serviço pré-estabelecidos aos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Assegurar o cumprimento rigoroso de todas as ações de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Responder, em tempo e qualidade, às solicitações do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e do Departamento Municipal de Fiscalização (DMF) da CMP.

Refira-se ainda que a função primordial da DPO e DM é a manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua gestão. Este património é essencialmente constituído por

imóveis que englobam o Parque de Habitação Pública Municipal, representado por 573 edifícios com cerca de 13.000 fogos correntemente designados como “bairros de habitação social”, acrescido de 260 edifícios com 560 fogos relativos às casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP e por 161 edifícios que constituem o Parque de Equipamentos Públicos Municipais, constituído por 48 edifícios do Parque Escolar Público Municipal (Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico) e por 113 edifícios constituídos, essencialmente, por equipamentos de índole cultural e administrativa/institucional e que se encontram classificados internamente como Outros Edifícios Públicos Municipais.

A DM é ainda responsável pela manutenção de uma diversidade de equipamentos instalados nos edifícios atrás referidos, nomeadamente por: 141 elevadores e ascensores, 2.200 bocas de incêndio, extintores e carretéis, 117 Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio (SADI), 97 Sistemas Automáticos de Detecção de Intrusão e Roubo (SADIR), 76 grupos de pressurização e bombagem, entre outros. A DM é também responsável pelos sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) de 19 edifícios do referido Parque Escolar Público Municipal e de 16 edifícios pertencentes ao grupo de Outros Edifícios Públicos Municipais.

Perante a diversidade de edifícios, o seu tipo, natureza e complexidade, foi definida uma política de manutenção e conservação que condiciona a prática da DPO e DM nos próximos anos com a prioridade dada às políticas de manutenção preventiva em detrimento da corretiva.

Assim, cumprindo o desígnio de uma mudança no modo de atuação no que concerne à manutenção, de uma atuação reativa para uma atuação programada foram elaborados os planos de manutenção preventiva para a totalidade do Parque de Habitação Pública Municipal.

A empresa desenvolveu também instrumentos para ações de manutenção preventiva no Parque Escolar Público Municipal, nomeadamente planos de manutenção preventiva das coberturas, instalações elétricas, sistemas de AVAC, elevadores e ascensores, grupos de pressurização e bombagem, SADI e SADIR, que se encontram a ser implementados.

Em articulação com a Divisão Municipal de Gestão de Ativos da CMP elaboraram-se, também, os planos de manutenção preventiva para os designado “Outros Edifícios Públicos Municipais” encontrando-se em curso a sua implementação.

A implementação do novo software de gestão integrada de manutenção encontra-se em fase de consolidação. Existem atualmente condições para que seja possível o acesso remoto ao sistema interno e integrado de informação para registo das ações de manutenção executadas pelas brigadas que se encontram no terreno, por parte dos seus responsáveis. Após consolidação, perspetivam-se melhorias, nomeadamente no que diz respeito à gestão de agendamentos das intervenções.

A dotação global definida em sede de orçamento da CMP está fixada em 44 530 000€ (IVA incluído), aos quais acresce 3 695 000€ (IVA incluído) provenientes da receita de rendas, para ações de manutenção preventiva e corretiva através de pequenas intervenções e emergências e gestão do parque habitacional público municipal.

Analisemos, então, a verba global em causa e a sua repartição:

a. Habitação Social

Para 2023 a dotação orçamental fixada para esta rubrica é de 20 955 000€, IVA incluído, acrescida do montante proveniente da receita de rendas.

Reabilitação dos Edifícios

Prevê-se a conclusão, em 2023, das intervenções nos edifícios localizados no Cerco do Porto (13, 24 e 26), Fernão de Magalhães (5), Fonte da Moura e Pasteleira (16 e 23 a 27), bem como na Rua de António Cândido (214 a 216), Rua de S. Brás (251 a 261 e 263), Rua de Tomás Gonzaga (43 e 45) e Rua do Dr. Barbosa de Castro (10 a 14).

Perspetiva-se ainda o início das intervenções no Cerco do Porto (5, 6, 9, 21, 22 e 30), Bairro do Património dos Pobres, Bairro Social da Arrábida, Carvalheiras (2ª fase), Colónia Viterbo Campos, Eirinhas e Tapada, bem como na Rua de Cimo de Vila (109/113), Rua de S. Miguel (45 a 51) e Rua do Pêgo Negro.

Reabilitação Interior de Habitações Devolutas

O objetivo fixado para 2023 em termos de reabilitação do interior de casas devolutas é quantificado em 2.500.000€, IVA incluído.

Reabilitação do Espaço Público

Durante o ano de 2022, foram sendo desenvolvidos projetos de intervenção no espaço público, que contemplam o (re)desenho urbano e paisagístico, a circulação e a mobilidade, o mobiliário urbano, a reformulação/criação de redes de infraestruturas de gás, águas residuais domésticas e pluviais, abastecimento de água, telecomunicações e iluminação pública.

Prevê-se a início das empreitadas em Aldoar, Agra do Amial, Bom Pastor, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Falcão (10 a 15), Maceda, Monte da Bela e Vale Formoso.

b. Educação

A dotação financeira para esta rubrica é de 4 000 000€, IVA incluído. Um montante de 2 000 000€ permitirá assegurar o conjunto de ações de manutenção corretiva bem como as rotinas de manutenção preventiva de equipamentos, nomeadamente, para ascensores, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas, extintores e carretéis, sistemas de pressurização e bombagem, drenagem de águas residuais pluviais e residuais domésticas, SADI, SADIR, AVAC, limpeza e manutenção de coberturas. Será através desta dotação orçamental que se assegurará também a execução de pequenas e diversas empreitadas de conservação.

Assumindo responsabilidades crescentes na área da Educação e decorrente do processo de descentralização em curso promovido pela Administração Central encontra-se igualmente previsto para o próximo ano um investimento de cerca de 2 000 000€ que irá permitir financiar as primeiras intervenções municipais em património público resultante daquele processo

c. Funcionamento dos Serviços

Enquadrado na dotação financeira fixada de 2 865 000€, IVA incluído, será assegurado o conjunto de ações de manutenção já solicitadas e/ou a solicitar pelos diferentes serviços municipais que

tutelam os equipamentos públicos municipais – culturais: os arquivos municipais (Histórico e Geral) e as bibliotecas municipais (Biblioteca Pública Municipal do Porto e a Biblioteca Municipal Almeida Garrett), administrativos / institucionais (Paços do Concelho, edifício sede da Polícia Municipal do Porto, entre outros) englobando ainda todos os contratos de manutenção preventiva (elevadores, grupos de pressurização e bombagem, extintores e carretéis, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas e grupos geradores) e de manutenção de coberturas efetuadas pela GM, assim como a instalação de uma rede de painéis fotovoltaicos em edifícios municipais.

d. **Regeneração Urbana**

A dotação financeira desta rubrica, a ser refletida em dois contratos, é de 15 400 000€, IVA incluído, e destina-se, essencialmente, à realização da primeira grande intervenção de promoção de habitação para arrendamento acessível ocorrerá na encosta nascente do Vale da Ribeira da Granja em Lordelo do Ouro (entre a Rua de Serralves, a Rua Diogo Botelho e a Rua Dom João de Mascarenhas) onde serão construídos entre 300 e 320 fogos promovendo uma importante reconfiguração urbana e ambiental da área em causa (envolvendo diretamente os bairros de Lordelo e Dr. Nuno Pinheiro Torres). O investimento estimado ascende a 46.560.000,00 €, estando previstos 15 000 000€ para 2023.

Os restantes 400 000€ destinam-se ao cumprimento de todas as ações consideradas emergentes solicitadas pela DMPC e pela DMF da CMP.

e. **Saúde e Respostas Sociais**

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas, de cariz social, até ao limite do montante de 1 035 000€, IVA incluído.

f. **Qualidade de Vida Urbana**

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas até ao montante de 100.000€, IVA incluído.

g. Energia e Transição Energética

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas até ao montante de 100.000€, IVA incluído.



3. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE

Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas

		(Un.: euro)		
Designação	2023	2024	2025	
2 ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO				
2.2 Educação	4 000 000	3 000 000	3 000 000	
3 Ambiente, Energia e Qualidade de Vida				
3.2 Energia e Transição Energética:				
Painéis Fotovoltaicos	100 000	10 000	10 000	
3.3 Qualidade de Vida Urbana	100 000	100 000	100 000	
Sub-Total	200 000	110 000	110 000	
4 URBANISMO E HABITAÇÃO				
4.1 Regeneração Urbana	400 000	400 000	400 000	
5 COESÃO SOCIAL				
5.2 Saúde	1 035 000	2 675 000	1 960 000	
5.4 Habitação Social:				
Habitação Social	20 955 000	22 540 000	18 380 000	
Outros projetos - Condomínhas	75 000	600 000	75 000	
Sub-Total	22 065 000	25 815 000	20 415 000	
7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA				
7.1 Funcionamento dos Serviços	2 865 000	3 970 000	4 350 000	
Total	29 530 000	33 295 000	28 275 000	

Contrato de Mandato para a operação de Lordelo do Ouro

		(Un.: euro)		
Designação	2023	2024	2025	
4 URBANISMO E HABITAÇÃO				
4.1 Regeneração Urbana	15 000 000	15 780 000	15 780 000	
Total	15 000 000	15 780 000	15 780 000	



○ Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas – Contrato de Mandato, reporta ao triénio de 2023 a 2025, no entanto, os IGP em apreciação, por exigência do normativo aplicável (SNC-AP) exige a sua elaboração para um período de 5 anos, pelo que a construção dos IGP pressupõe a renovação do Contrato de Mandato para estes períodos.

O subsídio à exploração está suportado em dois Contratos Programa a celebrar com o MP.

Contrato Programa - Porto Solidário

Designação	2023	2024	2025
5 COESÃO SOCIAL			
5.4 Habitação Social	2 650 000	2 650 000	2 650 000
Total	2 650 000	2 650 000	2 650 000

Contrato Programa

Designação	2023	2024	2025
7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
7.3 Outros (subsídio à exploração)	1 097 563	1 178 081	1 338 047
Total	1 097 563	1 178 081	1 338 047

MANUTENÇÃO Corrente, Preventiva e GESTÃO do PARQUE HABITACIONAL	2023	2024	2025	2026	2027
gestão	590 000	602 980	614 437	626 111	638 007
manutenção corretiva	1 285 000	1 313 270	1 338 222	1 363 648	1 389 558
manutenção preventiva	1 820 000	1 816 600	1 977 425	1 755 361	1 834 410
TOTAL	3 695 000	3 732 850	3 930 084	3 745 121	3 861 975

C. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

1. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2023-2027

O investimento previsto para o período em análise reparte-se da seguinte forma:

INVESTIMENTO	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
valores em euros					
1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Equipamento de informática	30 924	3 000	3 000	3 000	3 000
Equipamento administrativo	4 592	5 000	5 000	5 000	5 000
Outros ativos fixos tangíveis	26 410	12 000	12 000	12 000	12 000
SUBTOTAL	61 926	20 000	20 000	20 000	20 000
2. ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	351 980	30 000	30 000	30 000	30 000
SUBTOTAL	351 980	30 000	30 000	30 000	30 000
TOTAL	413 906	50 000	50 000	50 000	50 000

De forma a garantir a melhoria contínua do sistema de informação e a sua adaptação à atividade da Domus Social está previsto em 2023 o prosseguimento no desenvolvimento de novas soluções em tecnologias de informação.

No que respeita a novos investimentos a implementar em 2023 destacam-se o escalamento do sistema de *Business Intelligence* possibilitando à empresa o acesso a sistemas que permitam obter informação útil, fiável e oportuna. Os mecanismos de proteção de informação do *Data Center* também serão reforçados com a implementação de um sistema de *Disaster Recovery*. Existe ainda a intenção de se organizar um Observatório para a Habitação Social.

No capítulo das tecnologias de informação, pretende-se ainda o desenvolvimento de um aplicativo móvel (APP) para disponibilização de serviços. Com este investimento pretende-se o reforço da comunicação com os inquilinos bem como o desenvolvimento de sistemas que permitam a utilização eficiente de novos canais de comunicação. Na linha destes desenvolvimentos, também a empresa será dotada de ferramentas modernas e funcionais com a reformulação e integração do portal das ocorrências.



Está igualmente prevista a conclusão do processo de desmaterialização de processos, que visa tornar mais célere e eficiente a comunicação interna e o *workflow* de processos permitindo, ao mesmo tempo, reduzir a quantidade de documentos físicos em circulação na empresa.

Quanto ao restante investimento previsto, com valores menos expressivos, o objetivo é garantir a atualização da organização interna e dos serviços que presta e está relacionado com a aquisição de ferramentas técnicas, equipamento de escritório e equipamento informático.

O investimento previsto para os anos de 2023 a 2027 destina-se à atualização dos equipamentos administrativos e informáticos de forma a evitar a sua degradação ou obsolescência.



2. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2023-2027

A estrutura previsional de recursos humanos para o período de 2023-2027 é a seguinte:

	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Apoio ao Conselho de Administração	1	1	1	1	1	1
Coordenação de Estudos e Planeamento	2	3	3	3	3	3
Coordenação de Comunicação	2	2	2	2	2	2
Coordenação de Sustentabilidade e Inovação	2	2	2	2	2	2
Coordenação dos Gestão Pessoas	4	4	4	4	4	4
Coordenação de Contratação Pública e Aprovisionamento	6	7	7	7	7	7
Direção de Projeto e Obras	2	2	2	2	2	2
Coordenação da Gestão de Projeto	10	12	12	12	12	12
Coordenação da Gestão de Empreendimentos/	14	14	14	14	14	14
Coordenação da Gestão da Pós-Construção e do Cadastro	6	7	7	7	7	7
Subtotal Projeto e Obras	32	35	35	35	35	35
Direção de Manutenção	4	4	4	4	4	4
Coordenação Gestão Eletromecânica	12	13	13	13	13	13
Coordenação Gestão Construção Civil	15	16	16	16	16	16
Subtotal Manutenção	31	33	33	33	33	33
Direção de Gestão do Parque Habitacional	2	2	2	2	2	2
Coordenação da Gestão de Ocupações	9	10	10	10	10	10
Coordenação de Gestão de Condomínios	7	7	7	7	7	7
Coordenação de Gestão Processual e Fiscalização	10	11	11	11	11	11
Coordenação de Gestão Administrativa	5	6	6	6	6	6
Subtotal Gestão do Parque Habitacional	33	36	36	36	36	36
Direção de Atendimento – Geral e Sistemas de Informação	7	9	9	9	9	9
Coordenação do Sistemas de Informação	3	4	4	4	4	4
Coordenação do Arquivo	3	3	3	3	3	3
Coordenação do Gabinete do Inquilino Municipal	10	10	10	10	10	10
Subtotal Atendimento – Geral e Sistemas de Informação	23	26	26	26	26	26
Direção Jurídica	1	3	3	3	3	3
Jurídicos	2	3	3	3	3	3
Subtotal Jurídico	3	6	6	6	6	6
Direção Financeira	1	3	3	3	3	3
Financeira	6	6	6	6	6	6
Subtotal Financeira	7	9	9	9	9	9
Total	146	164	164	164	164	164

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem três administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos.

Para 2023 prevê-se um aumento em gastos com pessoal, considerando a perspetiva do reforço do quadro de pessoal na sequência do crescente número de objetos/equipamentos entregues pela CMP, nos últimos anos, para inclusão nos planos de manutenção corretiva e preventiva. O processo de descentralização administrativa da tutela nas administrações locais, seguindo o modelo habitual de delegação, implicará um incremento da atividade da Domus Social e conseqüente impacto expressivo ao nível do número global de colaboradores da empresa.

Motivação e retenção de quadros

O Fim da Pandemia trouxe grandes desafios para a Gestão de Pessoas principalmente ao nível da motivação e retenção de talentos.

A relação dos colaboradores com o trabalho modificou-se e passaram a surgir fenómenos como o “*quiet quitting*” – o colaborador mantém o seu emprego, mas irá apenas “realizar os deveres, deixando de subscrever a cultura agressiva de mentalidade de que o trabalho tem de ser a sua vida” (in Sic notícias) ou “*Great Resignation*” – o colaborador apresenta a sua demissão sem ter outro trabalho (in LinkedIn).

Atentos a estes fenómenos, 2023 será, sem dúvida, o momento de reinvenção organizacional para motivar e reter os quadros da Domus Social.

Na verdade, cada vez mais, o motivo principal para um trabalhador se manter ou escolher mudar para um novo desafio já não passa apenas pela remuneração ou pelo cargo que desempenha. Os colaboradores querem fazer parte de uma organização onde se sintam valorizados, onde exista oportunidade de aprendizagem e progressão, e que tenha um ambiente organizacional com o qual se identifiquem.

Esta sempre foi uma preocupação da Domus Social, mas atenta a estes novos fenómenos, impõem-se observar, desenvolver e implementar novas estratégias que permitam combater estas tendências, sempre numa perspetiva de melhoria contínua.

Formação

As empresas investem na formação dos seus colaboradores com o objetivo de ter os seus colaboradores atualizados, ampliando as suas competências, tornando-os ativos valiosos para a empresa. A aposta na formação profissional é um investimento com retorno.

Sabendo que a formação é crucial para o desenvolvimento da capacitação dos nossos colaboradores (a Domus Social cumpre, anualmente, o programa de formação que inclui todos os colaboradores e que deriva de um levantamento de necessidades junto dos próprios) e que é um tema regularmente mencionado nos diversos inquéritos de Clima organizacional realizados, entendeu-se que este processo deveria ser melhorado e mais bem dinamizado. Tendo por base este conceito surge a ideia de implementar um novo modelo de formação, um modelo de autoformação, que poderá ser uma oportunidade para os nossos colaboradores sentirem-se mais envolvidos e poderem escolher, eles próprios, áreas de formação pretendida.

Desta forma e sempre com o intuito de tornar a Domus Social mais competitiva face a todas as alterações do mercado de trabalho que temos vindo a assistir, surgiu a ideia de implementar um programa de autoformação de fácil acesso para todos os colaboradores, tendo como principais objetivos aumentar a oferta formativa de *future-proof skills* e, por outro lado, potenciar o *self-learning*.

Assim, através do programa “Aposta em Ti” é possível promover, individualmente, o acesso a uma aplicação digital de formação, numa hora a indicar do dia a dia do colaborador por forma que este se dedique à sua autoformação a mais de 10.000 conteúdos, entre vídeos de *micro-learning* e cursos nas áreas de gestão, operações e *soft-skills*, produzidos pelas melhores *business schools*, universidades, e autores de renome a nível global.

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Um dos direitos básicos de todos os trabalhadores é prestar a sua atividade com condições de higiene e segurança.

Anualmente há uma preocupação permanente em criar saúde e bem-estar para todos os colaboradores.

Atentos aos riscos, de acordo com a legislação e com o propósito de melhoria contínua, procuramos diariamente a promoção do bem-estar pessoal, profissional e corporativo, com permanentes comunicações internas, ações de sensibilização para temas pertinentes como a alimentação e a saúde mental, por exemplo.

Em suma, anualmente, a Domus Social tem a preocupação de definir, implementar, manter e melhorar a suas estratégias proactivas para identificar e melhor resolver problemas desta natureza antes que estes originem acidentes que comprometam a saúde e ou a integridade física das sua Pessoas (colaboradores e/ou terceiros) e/ou danos materiais.



D. PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE FINANCIAMENTO	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
INVESTIMENTO					
Ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos com recursos próprios	413 906	50 000	50 000	50 000	50 000
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO					
Autofinanciamento	413 906	50 000	50 000	50 000	50 000

O investimento previsto para o período de 2023 a 2027, em ativos fixos tangíveis e intangíveis, num total de 413 906€ para 2023 e 50 000€ para os restantes anos, respetivamente, será financiado integralmente com recursos próprios.

O plano de financiamento acima apresentado teve por base o Plano de Atividades Anual e Plurianual e os seguintes pressupostos:

PRESSUPOSTOS	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Taxa de inflação	5,10%	2,20%	1,90%	1,90%	1,90%
Taxa de IRC e derrama	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de juro nominal cp	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Tempo médio de recebimento (em dias)	10	10	10	10	10
Tempo médio de pagamento (em dias)	5	5	5	5	5
Índice de atualização das rendas	0,00%	2,00%	1,90%	1,90%	1,90%
Taxa de imparidade das rendas	1,16%	1,16%	1,16%	1,16%	1,16%
Taxa média de crescimento dos salários	3,50%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%

Os pressupostos anteriormente descritos geraram os seguintes agregados económico-financeiros:

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O PERÍODO DE 2023 - 2027	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
RESULTADOS					
Resultado operacional	14 555	16 103	19 801	12 855	12 162
Resultado financeiro	7 250	7 388	7 528	7 672	7 817
Resultado líquido do período	10 782	12 795	15 831	10 555	10 128
RENDIMENTOS					
Vendas, prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos	44 312 537	48 805 611	43 824 048	44 656 705	45 505 182
Rendas emitidas	9 114 427	9 296 715	9 473 353	9 653 347	9 836 760
Subsídio à exploração	3 782 091	3 851 444	4 003 622	3 709 010	3 692 249
GASTOS					
Gastos com o pessoal	5 073 865	5 185 490	5 284 015	5 384 411	5 486 715
Fornecimentos e serviços externos	51 547 717	56 117 079	51 348 493	52 012 230	52 993 909
BALANÇO					
Total do ativo	9 024 143	9 119 705	9 085 166	9 096 755	9 137 120
Total do ativo não corrente	4 245 672	4 094 023	3 936 896	3 827 210	3 794 134
Total do passivo	7 533 181	7 615 947	7 565 577	7 566 611	7 596 848
Total do património líquido	1 490 963	1 503 758	1 519 589	1 530 144	1 540 272

Os resultados operacionais que derivam do presente orçamento apontam para um resultado positivo em 2023 de 14 555€. Nos anos seguintes, os mesmos resultados serão positivos de 16 103€, 19 801€, 12 855€ e 12 162€ respetivamente, totalizando um resultado operacional positivo para o período de 75 476€.

Os resultados líquidos apresentados resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

É importante o pontual cumprimento por parte da Autarquia dos prazos de pagamento fixados no Contrato de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Infraestruturas, por forma a permitir à Domus Social cumprir pontualmente com os pagamentos devidos aos seus fornecedores, assegurando assim que seja cumprida a calendarização estipulada para as obras, e evitando encargos com o pagamento de juros de mora.

IV DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2023-2027

III. Demonstrações Orçamentais Previsionais para o período 2023-2027

M

III. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2023-2027

A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 / PRESSUPOSTOS

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

1 – NORMATIVO CONTABILÍSTICO

Até 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da Domus Social foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional SNC, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e respetivas alterações subsequentes.

Com o objetivo de resolver a fragmentação e inconsistências da normalização contabilística existente em Portugal e ainda a adoção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e da manutenção de um sistema contabilístico no setor público baseado em normas nacionais, foi implementado o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública. Os IGP 2023-2027 foram elaborados de acordo com este novo normativo.

2 – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS

As previsões da receita e da despesa apresentadas nas demonstrações orçamentais previsionais têm por base os pressupostos enunciados no ponto IV das demonstrações financeiras.



B. DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA RECEITA

Rúbrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual				Euros
		Períodos anteriores	2023	Soma	2024	2025	2026	2027	
	Receita corrente	1 480 668	57 490 048	58 970 716	63 436 102	58 910 025	59 493 029	60 514 899	
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e sub. saúde	0	0	0	0	0	0	0	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	7 225	7 225	7 362	7 502	7 645	7 790	
R4	Rendimentos de propriedade	0	25	25	26	26	27	27	
R5	Transferências correntes	0	3 782 091	3 782 091	3 851 444	4 003 622	3 709 010	3 692 249	
R51	Administração pública	0	3 758 728	3 758 728	3 828 081	3 988 047	3 709 010	3 692 249	
R512	Administração Central - Outras entidades	0	11 165	11 165	0	0	0	0	
R515	Administração Local	0	3 747 563	3 747 563	3 828 081	3 988 047	3 709 010	3 692 249	
R52	Exterior - UE	0	23 363	23 363	23 363	15 575	0	0	
R6	Venda de bens e serviços	1 109 409	52 601 615	53 711 025	58 209 945	53 625 254	54 505 181	55 521 222	
R7	Outras receitas correntes	371 258	1 099 092	1 470 350	1 367 325	1 273 621	1 271 167	1 293 610	
	Receita de capital	0	25 338	25 338	0	0	0	0	
R8	Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0	0	0	
R9	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0	
R10	Outras receltas de capital	0	25 338	25 338	0	0	0	0	
R11	Reposição não abatida aos pagamentos	0	0	0	0	0	0	0	
	Receita efetiva [1]	1 480 668	57 515 386	58 996 054	63 436 102	58 910 025	59 493 029	60 514 899	
	Receita não efetiva [2]	0	0	0	0	0	0	0	
R12	Receita com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	
R13	Receita com passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	
	Receita total [3]=[1]+[2]	1 480 668	57 515 386	58 996 054	63 436 102	58 910 025	59 493 029	60 514 899	

C. DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA DESPESA

Rúbrica	Designação	Orçamento 2023			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	2023	Soma	2024	2025	2026	2027
	Despesa corrente	236 720	57 543 792	57 780 513	63 273 142	58 580 901	59 326 238	60 415 682
D1	Despesas com o pessoal	105 952	4 737 564	4 843 516	5 145 309	5 245 575	5 345 241	5 446 800
D11	Remunerações certas e permanentes	59 672	3 545 210	3 604 882	3 926 087	4 003 003	4 079 060	4 156 562
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0	42 660	42 660	43 599	44 427	45 271	46 131
D13	Segurança social	46 280	1 149 694	1 195 974	1 175 623	1 198 145	1 220 909	1 244 107
D2	Aquisição de bens e serviços	130 769	50 024 897	50 155 666	55 417 192	50 624 069	51 267 977	52 256 410
D3	Juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0
D4	Transferências correntes	0	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000
D43	Famílias	0	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000	2 650 000
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0
D6	Outras despesas correntes	0	131 330	131 330	60 642	61 257	63 020	62 472
	Despesa de capital	0	509 105	509 105	50 000	50 000	50 000	50 000
D7	Investimento	0	509 105	509 105	50 000	50 000	50 000	50 000
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas capital	0	0	0	0	0	0	0
	Despesa efetiva [4]	236 720	58 052 897	58 289 617	63 323 142	58 630 901	59 376 238	60 465 682
	Despesa não efetiva [5]	0	5 137	5 137	5 137	5 137	5 137	5 137
D10	Despesa com ativos financeiros	0	5 137	5 137	5 137	5 137	5 137	5 137
D11	Despesa com passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
	Despesa total [6]=[4]+[5]	236 720	58 058 034	58 294 754	63 328 279	58 636 038	59 381 375	60 470 819
	Saldo total [3]-[6]	1 243 947	-542 647	701 300	107 823	273 987	111 654	44 080
	Saldo global [1]-[4]	1 243 947	-537 510	706 437	112 960	279 124	116 791	49 217
	Despesas primárias	236 720	58 052 897	58 289 617	63 323 142	58 630 901	59 376 238	60 465 682
	Saldo corrente	1 243 947	-53 744	1 190 204	162 960	329 124	166 791	99 217
	Saldo de capital	0	-483 767	-483 767	-50 000	-50 000	-50 000	-50 000
	Saldo primário	1 243 947	-537 510	706 437	112 960	279 124	116 791	49 217

Para o período relevante compreendido de 2023 a 2027, considerando as receitas e despesas correntes, destaca-se o superavit no saldo corrente em praticamente todos os anos, o que permite manter um saldo primário positivo em todos os anos; após dedução das despesas de capital, exceto no próprio ano de 2023, consequência do volume de investimento deste ano, considerando que a Domus Social não incorpora nas suas previsões receitas desta natureza. No entanto, e fruto das transferências de 2023, o saldo primário mantém-se positivo ao longo dos anos seguintes.

D. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

No plano plurianual de investimentos inscrevem-se todos os projetos e ações que se pretendem realizar e que permitem concretizar os objetivos definidos pela empresa para o período 2023-2027, desde que tenham natureza plurianual, ou seja, revistam a caracterização de Compromissos plurianuais pelo que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Objetivo	Número de projeto	Designação do projeto	Rúbrica orçamental	Forma de realização	Fonte financ.				Datas		Fase de execução	Pagamentos										Total previsto [21]+[13]+...+[20]
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizado períodos anteriores	Estimativa de realização em 2022	Períodos seguintes						Outros		
														2023	2024	2025	2026	2027	Outros			
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]		
Func. serviços	2	Atualização geral do Power BI	D7	(O)		55 350				2023	2023	0	0	55 350	0	0	0	0	0	0	0	55 350
Func. serviços	20220006	Sistema de "Disaster Recovery"	D7	(O)		159 900				2023	2023	1	0	159 900	0	0	0	0	0	0	0	159 900
Func. serviços	20220010	App p/ disponibilização de serviços (1)	D7	(O)		36 900				2023	2023	0	0	36 900	0	0	0	0	0	0	0	36 900
Func. serviços	20220012	Desmaterialização processos	D7	(O)		73 185				2022	2023	3	3 100	49 200	20 885	0	0	0	0	0	0	73 185
Func. serviços	20230001	Observatório habitação social	D7	(O)		98 400				2023	2024	1	0	73 800	24 600	0	0	0	0	0	0	98 400
Func. serviços	20230002	Reformulação portais das ocorrências	D7	(O)		49 200				2023	2023	0	0	49 200	0	0	0	0	0	0	0	49 200
Func. serviços	20230003	Integração AclnGov e/ eSigma, SGP e GIAF	D7	(O)		36 900				2023	2023	0	0	36 900	0	0	0	0	0	0	0	36 900
Total												3 100	49 200	432 915	24 600	0	0	0	0	0	0	509 835

(1) O montante previsto nos IGP's 2022-2026 era de 24 600€, tendo sido este valor atualizado em função das condições de mercado atuais.

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO 2023

IV. Demonstrações Financeiras Previsionais para o período 2023-2027

14

A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2023-2027 E PRESSUPOSTOS

Como referido no preâmbulo deste relatório, o sistema contabilístico adotado pela Domus Social respeita o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública, bem como a demais legislação aplicável, orientando e conduzindo a gestão da empresa, permitindo um controlo orçamental permanente, bem como o seu fácil escrutínio, e possibilitando uma análise franca dos diferentes valores patrimoniais que a empresa governa.

Desde 1 de janeiro de 2020 que o normativo contabilístico aplicado à Domus Social passou a ser o SNC-AP, pelo que todas as demonstrações financeiras e orçamentais constantes nos IGP 2023-2027 foram preparadas com base neste normativo. Acresce que demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas da informação disponível são atributos que tornam as demonstrações financeiras úteis e pertinentes para os diferentes *stakeholders* com que a empresa lida. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

1 - MACROECONÓMICOS

A taxa de inflação prevista na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional IGP para o ano de 2023 foi de 5,1%, e estimada em 2,2% para 2024 e 1,9% para os restantes anos, de acordo com as previsões do Conselho das Finanças Públicas para a economia portuguesa.



2 - INVESTIMENTOS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Ativos fixos tangíveis	61 926	20 000	20 000	20 000	20 000
Ativos intangíveis	351 980	30 000	30 000	30 000	30 000
Total	413 906	50 000	50 000	50 000	50 000

3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados são concordantes e derivam do Orçamento da CMP no que concerne ao Contrato de Mandato, das receitas provenientes das rendas cobradas aos inquilinos municipais para o ano 2023 e de serviços prestados a outras entidades.

O prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras foi de 10 dias para todo o período 2023-2027.

A prestação de serviços para o período 2023-2027 é a seguinte:



montante
s/iva

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Vendas e prestação de serviços à CMP					
Habitação					
Execução de obra e prestação de serviços	20 876 119	38 635 214	33 984 495	34 630 200	35 288 174
Outras rubricas					
Execução de obra e prestação de serviços	23 328 046	10 080 694	9 748 145	9 933 360	10 122 094
Total de obra e prestação de serviços	44 204 165	48 715 908	43 732 640	44 563 560	45 410 268
Rendas emitidas	9 114 427	9 296 715	9 473 353	9 653 347	9 836 760
Subsídio à exploração	3 782 091	3 851 444	4 003 622	3 709 010	3 692 249
subtotal	57 100 682	61 864 067	57 209 615	57 925 917	58 939 277
Vendas e prestação de serviços a outras entidades					
Serviços de manutenção	68 082	69 580	70 902	72 249	73 622
Rendimentos suplementares	40 290	20 123	20 506	20 895	21 292
subtotal	108 373	89 704	91 408	93 145	94 914
TOTAL	57 209 055	61 953 770	57 301 023	58 019 061	59 034 191

montante
c/iva

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Vendas e prestação de serviços à CMP					
Habitação					
Execução de obra e prestação de serviços	21 030 000	38 920 000	34 235 000	34 885 465	35 548 289
Outras rubricas					
Execução de obra e prestação de serviços	23 500 000	10 155 000	9 820 000	10 006 580	10 196 705
Total de obra e prestação de serviços	44 530 000	49 075 000	44 055 000	44 892 045	45 744 994
Rendas emitidas	9 114 427	9 296 715	9 473 353	9 653 347	9 836 760
Subsídio à exploração	3 782 091	3 851 444	4 003 622	3 709 010	3 692 249
subtotal	57 426 518	62 223 159	57 531 975	58 254 401	59 274 003
Vendas e prestação de serviços a outras entidades					
Serviços de manutenção	83 741	85 584	87 210	88 867	90 555
Rendimentos suplementares	49 557	24 752	25 222	25 701	26 190
subtotal	133 298	110 335	112 432	114 568	116 745
TOTAL	57 559 816	62 333 494	57 644 407	58 368 969	59 390 748

Relativamente às rendas emitidas foi considerado nos IGP uma taxa de incumprimento de 1,16%, correspondendo à taxa de imparidade das rendas líquidas das cobranças em Sistema de Execuções Fiscais (SEF) baseada nos dados históricos de cobranças.

No que respeita ao enquadramento dos gastos e rendimentos, no Código do IVA, os IGP foram preparados recorrendo-se às seguintes taxas de IVA:

TIPOLOGIA	REGIME DE IVA
Execução de Obra (construção civil) - Habitação	IVA autoliquidação
Execução de Obra (construção civil) – Outras	IVA autoliquidação
Serviços técnicos de projeto, fiscalização e obra	Taxa normal
Serviços de manutenção	Taxa normal
Serviços de apoio a outras entidades	Taxa normal
Rendas emitidas	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou prorata), há lugar a inversão do sujeito passivo.

No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmam total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a Domus Social sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

As taxas médias apuradas nos IGP, ascendem a 0,74% e 3,25%; para as operações ativas e passivas, respetivamente.

4 – GASTOS

4.1- Fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os fornecimentos e serviços externos foram calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”. O prazo médio de pagamento considerado nos IGP para este tipo de gastos é de 5 dias para os anos do período 2023-2027.

- a. A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, entre outros, os gastos com a revisão legal de contas, serviços de digitalização dos processos administrativos dos arrendatários, integração da sustentabilidade no sistema de gestão estratégico, projeto anual de ações de sensibilização e partilha nos bairros, levantamento fotográfico profissional dos 50 bairros, consultoria científica e técnica para o Observatório Permanente da Habitação, ensaios de ruído ocupacional e iluminância e workshop para ações de sensibilização, integração de questionários de satisfação e outros trabalhos especializados.
- b. Na rubrica “Publicidade” está prevista uma verba para a publicação de anúncios e realização de um projeto de vídeo dos bairros em 4 episódios.
- c. A rubrica “Vigilância e segurança” contempla todos os gastos com serviços de segurança do edifício de Monte dos Burgos.
- d. A rubrica “Honorários” compreende os gastos com consultoria jurídica.
- e. A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” é essencialmente destinada à conservação dos equipamentos administrativos e manutenção dos diversos programas informáticos ao dispor da empresa, assim como licenças de aplicativos nomeadamente Microsoft e relativa à conservação dos veículos e outros equipamentos.
- f. Os gastos previstos pela rubrica “Ferramentas e utensílios” são relativos a consumíveis indispensáveis ao funcionamento dos vários serviços, quer de apoio transversal à atividade da empresa, quer de apoio à produção.

- g. Na rubrica “Livros e documentação técnica” estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica.
- h. A rubrica “Material de escritório” está diretamente relacionada com o volume do trabalho administrativo realizado, com os contratos e com os equipamentos de reprografia.
- i. A rubrica “Energia” prevê o consumo de energia elétrica nas instalações da empresa e frota de veículos elétricos e *plug-in*.
- j. A rubrica “Combustíveis” compreende o gasto de combustível da frota automóvel, com motor de combustão interna, da Empresa.
- k. A rubrica “Deslocações e estadas” prevê despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço.
- l. Na rubrica “Rendas e alugueres” estão incluídos a renda do edifício onde se encontra sediada a empresa, assim como os gastos relativos a contratos de aluguer de equipamentos de transporte, equipamentos eletrónicos e *hardware* contratualizados.
- m. Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação” incluem os portes com todo o volume de correio, que se prevê necessário para prestar informação ao público-alvo da empresa, as comunicações da rede fixa e as comunicações da rede móvel.
- n. Na rubrica de “Seguros” estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da empresa, do recheio das instalações, do equipamento informático e de responsabilidade civil e danos próprios relacionados com a execução de obras.
- o. O valor estimado para a rubrica “Limpeza, higiene e conforto” é relativo aos gastos contratuais da empresa de limpeza que presta serviço nas instalações da empresa, bem como aos gastos de produtos de limpeza.

Os fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas encontram-se resumidos no seguinte mapa:



FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS e CMVMC	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
GASTOS DIRETOS DA OBRA					
FSE e Materiais - a refaturar à Câmara Municipal do Porto	44 204 165	48 715 908	43 732 640	44 563 560	45 410 268
FSE e Materiais - a refaturar a Outras Entidades	61 893	63 255	64 457	65 681	66 929
FSE e Materiais - manutenção corrente do parque habitacional	3 695 000	3 732 850	3 930 084	3 745 121	3 861 975
Devolução de rendas à CMP de acordo com Estatutos	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
GASTOS ESTRUTURA / INDIRETOS					
Trabalhos especializados	268 859	274 774	279 995	285 315	290 736
Publicidade	8 071	8 248	8 405	8 565	8 727
Vigilância e segurança	106 165	108 500	110 562	112 663	114 803
Honorários	15 100	15 432	15 725	16 024	16 329
Conservação e reparação	219 857	224 694	228 963	233 314	237 747
Ferramentas e utensílios	4 091	4 181	4 261	4 342	4 424
Livros e documentação técnica	2 319	2 370	2 415	2 461	2 508
Material de escritório	21 299	21 768	22 181	22 603	23 032
Eletricidade	10 000	10 220	10 414	10 612	10 814
Combustíveis	12 112	12 379	12 614	12 854	13 098
Deslocações e estadas	6 432	6 574	6 699	6 826	6 956
Transportes de pessoal	330	337	344	350	357
Rendas e alugueres	316 309	323 268	329 410	335 669	342 047
Comunicação	38 633	39 483	40 233	40 997	41 776
Seguros	19 272	19 696	20 070	20 451	20 840
Contencioso e notariado	3 975	4 062	4 140	4 218	4 298
Despesas de representação	500	511	521	531	541
Limpeza, higiene e conforto	46 861	47 892	48 802	49 729	50 674
Outros fornecimentos e serviços	1 002	1 024	1 044	1 063	1 084
Encargos bancários	827	845	861	877	894
subtotal	1 102 015	1 126 259	1 147 658	1 169 464	1 191 683
Total	49 163 072	53 738 272	48 974 839	49 643 826	50 630 855

Os gastos de obra a refaturar à CMP estão evidenciados no ponto 3, devendo considerar-se, para efeitos de comparabilidade, a verba atribuída ao Porto Solidário no montante de 2 650 000€ para os anos de 2023 a 2027 incluídos na rubrica de Subsídio à Exploração.

4.2 – Gastos com o Pessoal

O quadro seguinte mostra a distribuição dos colaboradores por categorias:

FUNÇÕES/CATEGORIA	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Técnico Superior	96	96	96	96	96
Técnico Especializado	29	29	29	29	29
Assistente Técnico	22	22	22	22	22
Encarregado operacional	9	9	9	9	9
Assistente Operacional	8	8	8	8	8
Total	164	164	164	164	164

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem três administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos.

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- i. Taxa média nominal de atualização salarial de 3,5 % para 2023;
- ii. Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, FCT/FGCT, ACSS) – 25,4%;
- iii. Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- iv. Taxa anual para formação de 1,5% do total de gastos com remunerações brutas do pessoal mais os respetivos encargos;
- v. Taxa anual para assistência médica e medicamentosa igual a 2,2% do total de remunerações brutas do pessoal;
- vi. Taxa anual média para encargos com seguro de acidentes trabalho igual a 1,8%;
- vii. O cálculo dos gastos com o pessoal tem em conta os vencimentos projetados para os anos em análise e respetivos encargos.

De acordo com a Lei n.º 70/2013 de 30 agosto que consagrou o regime jurídico do Fundo de Compensação de Trabalho, cuja adesão é obrigatória para todas as entidades que celebrem contratos regulados pelo Código do Trabalho, a partir de outubro de 2013. Este Fundo, que tem por

propósito garantir o pagamento da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho, obriga à entrega do valor correspondente a 0,925% da retribuição base e diuturnidades, pagas a cada colaborador abrangido.

O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da empresa ser constituído por trabalhadores oriundos da CMP e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

4.3 – Gastos de depreciação e de amortização

As taxas de depreciação e amortização utilizadas são as seguintes, decorrentes da aplicação das vidas úteis dos ativos de acordo com o Classificador Complementar 2:

DESCRIÇÃO	TAXAS
ATIVOS INTANGÍVEIS	
Programas	33,33% - 100%
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
Edifícios e Outras Construções	10%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento de Transporte	25%
Ferramentas e Utensílios	20% - 100%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33% - 100%
Outras Imobilizações Corpóreas	10% - 100%

5 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro resulta da remuneração das aplicações de tesouraria e, principalmente, dos juros de mora aplicados sobre o incumprimento dos prazos para pagamento de rendas.

Caso os prazos médios de pagamento e de recebimento, assim como o volume de obra, não oscilem significativamente, não são previsíveis quaisquer roturas de tesouraria, pelo que não se espera que os gastos financeiros assumam valores significativos.

6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A empresa municipal está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5% do lucro fiscal. Desta forma, e pelo princípio da prudência foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5%.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, é ainda consequência da Lei em vigor a tributação autónoma em sede de IRC.

Adicionalmente, e em resultado dos benefícios fiscais serem superiores à matéria coletável gerada no período, não se afigura tributação relevante em sede de IRC, com exceção da tributação autónoma referida no parágrafo anterior.

7 – RUBRICAS DE BALANÇO

7.1 – Ativo não corrente - Outros ativos financeiros

A rubrica “Outros ativos financeiros” integra valores de depósitos de caução relativos a depósitos de garantias prestadas pelos fornecedores, por responsabilidades assumidas inerentes às empreitadas em curso. A contrapartida destas garantias está relevada na mesma rubrica “Outras contas a pagar” no Passivo não corrente.

7.2 – Tesouraria

Na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo de tesouraria no mínimo de 3 dias do montante total de serviços prestados.

7.3 – Estado e Outros Entes Públicos

Tendo em conta os dados históricos foi calculada uma taxa média ponderada de IVA relativamente às prestações de serviços de 0,74%, sendo de 3,25% para operações passivas relativas a fornecimentos e serviços externos.

Os quadros da empresa comportam colaboradores originários da CMP que se encontram em regime de requisição de serviço, em comissão de serviço e colaboradores enquadrados no regime geral da segurança social.

- i. A taxa média ponderada de encargos sociais foi de 25,4%.
- ii. A taxa média de seguro de acidentes de trabalho considerada foi de 1,8%.
- iii. A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 17,3%.

7.4 – Diferimentos

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos a reconhecer com apólices de seguros a imputar aos períodos seguintes.

7.5 – Outras contas a receber e outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a receber” integra valores referentes a créditos a receber relativos a multas emitidas a fornecedores e de natureza similar.

A rubrica “Outras contas a pagar” contempla também os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.

Estão ainda refletidas nesta conta multas aplicadas em sede de empreitadas, parte das quais estão pendentes de decisão judicial.

7.6 – Reservas

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da Domus Social.

7.7 – Capital Subscrito

O capital subscrito é composto por 100 000 títulos nominativos de valor nominal de 5 € cada e encontra-se integralmente realizado.

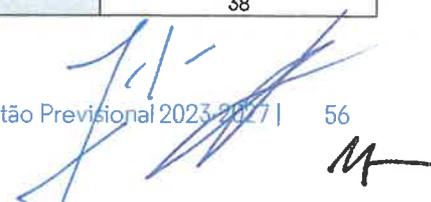
8 – RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSO EXISTENTES

A dependência financeira da CMP pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Estas situações, estão previstas no Contrato celebrado entre a empresa e o MP, o qual regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, conseqüentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa na medida em que existe uma total recuperação dos mesmos.

Encontra-se pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) do Porto:

N.º de processo	Ident. do Tribunal/Unid. Orgânica	Autor	Tipo de ação	Valor da ação	Identificação do objeto do processo
1	TAF Porto	Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum	2 026 397,16 €	Bairro Fernão de Magalhães, 8 a 11 e 18
2	TAF Porto	Cunha & Barroso, Lda	Ação administrativa comum	20 553,67 €	Reparação Fachadas do Agrupamento Habitacional do Ilhéu
3	TAF Porto- Unidade Orgânica 2	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	3 475 728,88€	Reabilitação do Bairro S. João de Deus - Fase 1 e 2
4	TAF do Norte - Organica 2	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	32 029,65	Reabilitação do Bairro S. João de Deus - Fase 1 e 2
5	TAF Porto	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa	4 877 447,65 €	Reabilitação do Bairro S. João de Deus – Fase 1 e 2
6	TAF Porto	Befebal II, Lda.	Ação Administrativa	58 319,70 €	Reabilitação do "envelope" do Bloco 10 do Bairro do Bom Pastor
7	TAF Porto - Unidade Orgânica 1	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa	347 572,89 €	Reabilitação do Bairro S. João de Deus – Fase 1 e 2
8	Tribunal Judicial do Porto - Juízo Local Cível - Juiz 6	António Sérgio Mendes Matos, Vânia Raquel Oliveira Baptista e Diogo Baptista Matos	Ação Cível	13 247,69 €	Reabilitação do "envelope" e instalação de sistema energético (solar) nos Blocos 3, 4, 6 e 8 e Requalificação da Associação Cultural e Desportiva do Conjunto de Habitação Pública Municipal do Falcão
9	TAF do Porto - Unidade Orgânica 1	J.C.N.F. - CONSTRUÇÃO LDA.	Ação administrativa de impugnação de ato administrativo	145 566,59 €	Manutenção Exterior dos Blocos 12 a 23 do Bairro do Conjunto de Habitação Pública Municipal do Bairro do Regado
10	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Dape, Lda.	Ação administrativa	532 582,82 €	Reabilitação de Edifício Habitacional da Zona Histórica do Porto, situado na Rua Tomás Gonzaga, n.ºs 16 a 38



11	1215/21.3BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Empribuild, Lda	Ação administrativa	2.130,00 €	Remodelação do Gabinete do Inquilino Municipal
12	1216/21.1BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Empribuild, Lda	Ação administrativa	4.144,14 €	Remodelação do Arquivo da Direção do Parque habitacional
13	1217/21.0BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Empribuild, Lda	Ação administrativa	4.941,09 €	Remodelação do Arquivo da Direção do Parque habitacional
14	1876/21.3BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Dape, Lda.	Ação administrativa	33.720,76 €	Reparação de Anomalias no Bairro de Aldoar, Blocos 9, 11, 13, 15 e 16 - Lote 2
15	1979_21.4BEPRT (MSANTOS)	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	M. Couto Alves, SA	Ação administrativa	887.171,43	Reabilitação do Bairro Monte da Bela, Blocos 1 a 7
16	2058/21.0BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Dape, Lda.	Ação administrativa	821.029,65	Rua Tomás Gonzaga, n.º 16 a 38
17	2382/12.2BEPRT-A	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Vodafone Portugal	Ação administrativa	29.305,28	Concurso de comunicações
18	2595/21.6BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 1	Tecnocampo, S.A.	Ação administrativa	72.875,00	Requalificação do Edifício da antiga escola José Gomes Ferreira para instalação do Polo III do Teatro Municipal do Porto.
19	2058/21.0BEPRT-A (apenso ao processo principal - n.º21)	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto Unidade Orgânica 2	Dape, Lda.	Providência Cautelar	83.022,29	Reabilitação de Edifício Habitacional da Zona Histórica do Porto, situado na Rua Tomás Gonzaga, n.ºs 16 a 38

Em conclusão, é convicção da Domus Social que não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional nas situações acima descritas. Não obstante, não se ignora o risco remoto, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, poderem vir a ser desfavoráveis em sede de decisão judicial.

9 - CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos IGP no período 2023-2027 gera resultados líquidos positivos ao longo do período no montante de 60 091 €.

Os IGP geram resultados líquidos positivos, que resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

Apresentamos alguns indicadores no quadro seguinte:

INDICADORES	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Liquidez geral	1,15	1,19	1,23	1,26	1,27
Autonomia financeira	16,5%	16,5%	16,7%	16,8%	16,9%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	164 401	219 581	228 095	175 379	98 341

B. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	ANO 2023
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas	IV-A-3	115 357,06
Prestações de serviços	IV-A-3	53 271 316,83
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	II - 3 / IV-A-3	3 782 090,64
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	IV-A-4.1	-265 355,06
Fornecimentos e serviços externos	IV-A-4.1	-48 897 717,38
Gastos com pessoal	IV-A-4.2	-5 073 865,23
Transferências e subsídios concedidos	II - B - 3	-2 650 000,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-105 393,21
Outros rendimentos e ganhos		40 290,17
Outros gastos e perdas		-48 550,10
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		168 173,72
Gastos / reversões de depreciação e amortização	IV-A-4.3	-153 618,97
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		14 554,75
Juros e rendimentos similares obtidos	IV-A-5	7 250,36
Resultado antes de impostos		21 805,12
Imposto sobre o rendimento	IV-A-6	-11 023,36
Resultado líquido do período		10 781,76



C. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	ANO 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	IV-A-3	44 701 991,00
Rendas emitidas	IV-A-3	9 009 033,74
Subsídio à exploração	II-3 / IV-A-3	3 782 090,64
Pagamentos a fornecedores	IV-A-4.1	-52 773 159,35
Pagamentos ao pessoal	IV-A-4.2	-4 864 857,89
Caixa gerada pelas operações		-144 901,87
Recebimento/pagamento de imposto sobre o rendimento	IV-A-6	-82 780,06
Outros recebimentos / pagamentos	IV-A-3	1 454 363,48
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1 226 681,55
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3	-509 104,58
Investimentos financeiros	IV-A-4.2	-5 137,08
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	IV-A-5	25,14
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-514 216,52
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0,00
Variação de caixa e seus equivalentes		712 465,03
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 204 392,63
Saldo mínimo de caixa		465 781,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 916 857,66

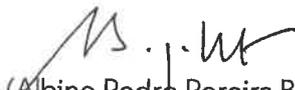


D. BALANÇO PREVISIONAL

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	31/dez/23
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
Ativos fixos tangíveis	IV-A.2/IV-A.4.3	349 740,01
Ativos intangíveis	IV-A.2/IV-A.4.3	364 327,43
Outros ativos financeiros	IV-A.4.2/IV-A.7.1	3 531 604,85
		4 245 672,29
ATIVO CORRENTE		
Inventários		97 583,20
Clientes, contribuintes e utentes	IV-A-3	1 473 531,48
Estado e outros entes públicos	IV-A.4.2/IV-A-6/IV-A-7.2	214 974,70
Outras contas a receber	IV-A-7.5	948 905,42
Diferimentos	IV-A-7.4	126 618,69
Caixa e depósitos	IV-A-7.2	1 916 857,66
		4 778 471,16
TOTAL DO ATIVO		9 024 143,45
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património / Capital	IV-A-7.7	500 000,00
Reservas	IV-A-7.6	127 933,51
Resultados transitados		852 247,60
Resultado líquido do período	IV-B	10 781,76
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		1 490 962,87
PASSIVO		
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Provisões		1 000,00
Outras contas a pagar		3 487 377,82
		3 488 377,82
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	IV-A.4.1	732 977,53
Estado e outros entes públicos	IV-A.4.2/IV-A-6/IV-A-7.3	152 093,12
Outras contas a pagar	IV-A-7.5	2 387 321,84
Diferimentos		772 410,27
		4 044 802,76
TOTAL DO PASSIVO		7 533 180,58
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		9 024 143,45

Porto, 31 de outubro de 2022

O Conselho de Administração,


(Albino Pedro Pereira Baganha)


(Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares)


(João André Gomes Gonçalves Sendim)

V. ANEXO I - CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS PARA O TRIÉNIO 2023-2025

Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas

				(Un.: euro)		
Designação		2023	2024	2025		
2	ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO					
2.2	Educação	4 000 000	3 000 000	3 000 000		
3	Ambiente, Energia e Qualidade de Vida					
3.2	Energia e Transição Energética:					
	Painéis Fotovoltaicos	100 000	10 000	10 000		
3.3	Qualidade de Vida Urbana	100 000	100 000	100 000		
	Sub-Total	200 000	110 000	110 000		
4	URBANISMO E HABITAÇÃO					
4.1	Regeneração Urbana	400 000	400 000	400 000		
5	COESÃO SOCIAL					
5.2	Saúde	1 035 000	2 675 000	1 960 000		
5.4	Habitação Social:					
	Habitação Social	20 955 000	22 540 000	18 380 000		
	Outros projetos - Condominhas	75 000	600 000	75 000		
	Sub-Total	22 065 000	25 815 000	20 415 000		
7	GOVERNÂNCIA DA CÂMARA					
7.1	Funcionamento dos Serviços	2 865 000	3 970 000	4 350 000		
Total		29 530 000	33 295 000	28 275 000		

Contrato de Mandato para a operação de Lordelo do Ouro

				(Un.: euro)		
Designação		2023	2024	2025		
4	URBANISMO E HABITAÇÃO					
4.1	Regeneração Urbana	15 000 000	15 780 000	15 780 000		
Total		15 000 000	15 780 000	15 780 000		



VI. ANEXO II – PARECER DO FISCAL ÚNICO





RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) de CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M. (a Entidade), relativos ao período de 2023 a 2027, que compreendem os Planos anual e plurianual de atividades, investimento e financeiro, o Orçamento anual de exploração, o Orçamento anual de tesouraria e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto IV-A. Adicionalmente, e com vista a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública n.º 26, que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), foram preparadas Demonstrações orçamentais previsionais que incluem o Orçamento e plano orçamental plurianual e o Plano plurianual de investimentos, os quais fazem parte integrante dos Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os Instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21

NIP 501612 181 Capital Social 144.000€

Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o nº 20161380

Matérias relevantes a enfatizar

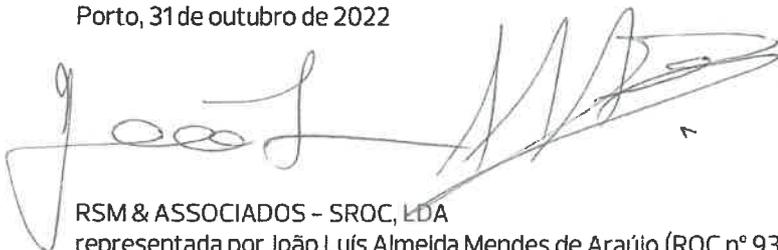
1. O modelo de projeções financeiras que suporta os Instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2022. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2022, pelo que, o património líquido estimado, reportado a 31 de dezembro de 2022 e que serviu de ano base às projeções dos IGP em apreciação poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser distintos os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos das demonstrações financeiras estimadas e os saldos finais que se vierem a apurar.
2. Conforme decorre dos documentos em apreciação, a Entidade está dependente do Município do Porto no que respeita ao financiamento das obras de habitações devolutas e de requalificação do parque de habitação pública municipal, bem como de outras rubricas do Orçamento anual de exploração, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros para financiamento destas componentes da sua atividade poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Entidade.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) adotado em Portugal.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 31 de outubro de 2022

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'João Luís Almeida Mendes de Araújo', is written over a horizontal line.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo (ROC n° 933)
registado na CMVM com o n° 20160550



Instrumentos de Gestão Previsional para o Período 2023 - 2027

ÍNDICE

PREÂMBULO	2
I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS	9
A – ENQUADRAMENTO	10
B – PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL	16
C – PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL	22
D – PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL	26
E – DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS – NCP 26	28
II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2023 - 2027	30
A – NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2023 – 2027 E PRESSUPOSTOS	31
B – ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO	50
C – ORÇAMENTO DE TESOURARIA	51
D – BALANÇO PREVISIONAL	52
III – EQUILÍBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO	53
ANEXO 1 – PREVISÃO DE OBRA A EXECUTAR PARA O MUNICÍPIO DO PORTO EM 2023 - 2027	56
ANEXO 2 – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS/FISCAL ÚNICO	63

PREÂMBULO

ca
lt.

1 - BREVE RESENHA HISTÓRICA

Enquanto empresa municipal local de promoção do desenvolvimento regional e detida a 100% pelo Município do Porto, a Gestão e Obras do Porto (adiante designada apenas de “GO Porto”) foi criada em 9 de agosto de 2000, com o objetivo do exercício da atividade de gestão de obras públicas para a autarquia portuense e para outras entidades, públicas ou privadas. Ao longo desses anos de atividade, entre as alterações ocorridas aos Estatutos da GO Porto, destaca-se a verificada em finais de 2016, quando a empresa viu o seu objeto social ser alterado, no sentido de lhe conferir as competências necessárias para uma direção integral dos empreendimentos que gere - desde a elaboração e concretização de planos e projetos, até à execução e pós-garantia de empreitadas, que assegurem a promoção, construção, renovação, reabilitação, beneficiação, gestão e exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas -, conferindo a esta empresa municipal uma estrutura funcional comprometida com a gestão integral do ciclo de vida dos empreendimentos, conforme se demonstra no quadro síntese seguinte:

Ciclo de Vida dos Empreendimentos

Etapas e Donos	Até 2016	A partir de 2017
1. Avaliação <i>ex-ante</i> da necessidade	CMP/GOP	GO Porto
2. Elaboração de projetos e colaboração na obtenção de fundos	CMP/GOP	GO Porto
3. Procedimentos de formação de contratos	GO Porto	GO Porto
4. Celebração de contratos e assunção de compromissos	GO Porto	GO Porto
5. Execução e gestão do contrato até à sua receção	GO Porto	GO Porto
6. Manutenção e exploração de empreendimentos delegados	CMP	GO Porto

Decorrente do incrementado de competências e do necessário ajustamento da estrutura da GO Porto às mesmas, a empresa vem convocando a mobilização de recursos humanos, materiais e tecnológicos adicionais e especializados, o que vem representando uma evolução, em alta, dos seus custos de estrutura, face aos valores históricos incorridos até ao exercício de 2016.

2 – PROCEDIMENTO DE INFORMAÇÃO DAS EMPRESAS LOCAIS

Conforme resulta do estabelecido nos artigos 21.º e 23.º dos estatutos da GO Porto, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Conselho de Administração apresenta os **Instrumentos de Gestão Previsional (IGP)** para o Período 2023-2027.

Resulta do referido artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os seguintes elementos aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo:

- a) Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;
- b) Projetos dos orçamentos anuais, incluindo a estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;
- c) Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;
- d) Documento de prestação anual de contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental;
- f) As demais informações e documentos que sejam solicitados para o acompanhamento sistemático da situação da Empresa local e da sua atividade.

Em conformidade com o determinado pelo artigo 19.º dos seus estatutos, alinhado com o regulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, mais concretamente no seu artigo 25.º, n.º 6, alínea j), cabe ao Fiscal Único a emissão de um parecer sobre o presente documento.

Assim, apresenta-se para aprovação da Câmara Municipal do Porto e da Assembleia Municipal do Porto, nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nos termos da alínea b), do n.º 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e de acordo com o disposto nos artigos 21.º e 23.º dos estatutos da Empresa, os Instrumentos de Gestão Previsional. Do presente documento faz parte integrante o parecer do Fiscal Único, tal como determina o já citado artigo 25.º, n.º 6, alínea j), da referida Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

ok
lt.

3 – NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pela GO Porto, no âmbito das suas atribuições, aconselham a adoção de mecanismos reguladores e de ações de controlo.

Considera-se, assim, conveniente o estabelecimento de um conjunto de regras e princípios definidoras de políticas, métodos e procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das suas atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável. É ao abrigo destes princípios que se enquadram os artigos seguintes:

Artigo 1.º

Definição e objeto

1. O presente normativo estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes das redações atuais do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na parte não revogada pelo SNC-AP, pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, constituindo estes diplomas legais, o quadro normativo aplicável à execução do IGP 2023-2027, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

2. Sem prejuízo do disposto no presente normativo, são também aplicáveis à execução dos IGP, as disposições constantes do Manual de Qualidade e as disposições previstas nos processos e procedimentos do Sistema de Gestão da Qualidade da empresa.

Artigo 2.º

Execução orçamental

1. O ciclo orçamental da receita deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento, sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação. A liquidação pode exceder a previsão de receita, sendo que só poderão ser liquidadas receitas que sejam legais, tenham sido objeto de correta inscrição orçamental, estejam classificadas e haja o cumprimento do princípio da segregação de funções.

2. O ciclo orçamental da despesa deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases a

ck
lt

montante até ao cabimento. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação. Os limites definidos devem ser aferidos por transação ou evento e segundo as classificações orçamentais vigentes. Nenhuma despesa pode ser autorizada que não respeite:

- a) A legalidade da despesa/conformidade legal no que respeita à natureza do encargo a incorrer;
- b) A legalidade do facto gerador da obrigação, nomeadamente o cumprimento do Código dos Contratos Públicos;
- c) O cumprimento do princípio da segregação de funções;
- d) A regularidade financeira;
- e) A economia, eficiência e eficácia da despesa.

3. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

4. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos nos anos anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;
- c) registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos contratualizados para 2023 e para os anos futuros.

Artigo 3.º

Modificações ao IGP

Esta empresa municipal, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas, reorientando, através do mecanismo das modificações orçamentais as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação dos objetivos estabelecidos pelo Município do Porto, nos seus contratos com a empresa municipal (Contrato de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa), com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito das regras orçamentais previstas em sede do normativo do SNC-AP.

Artigo 4.º

Gestão de Ativos da Empresa Municipal

1. A Gestão do Património da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa.
2. As aquisições de ativos efetuam-se de acordo com o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Conselho de Administração, através de proposta de aquisição por parte dos serviços.

Artigo 5.º

Gestão de stocks

1. A Gestão de Stocks da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa.
2. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
3. A proposta de abate de artigos em stock carece de proposta do dirigente máximo responsável pela unidade orgânica ao qual esteja afeto o armazém a ser submetida ao Conselho de Administração.

Artigo 6º

Assunção de compromissos plurianuais

1. Fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na Lei e nos presentes IGP, e que resultem de projetos ou atividades constantes na Demonstração Previsional de Orçamento e Plano Orçamental Plurianual do Plano Plurianual de Investimento.
2. Excetua-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa e que não esteja ao abrigo do Contrato de Gestão de Empreendimentos, uma vez que qualquer aumento de despesa neste último tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal.

Artigo 7º

Fundos disponíveis - Utilização do saldo de gerência anterior e aumento temporário dos fundos disponíveis

1. Considera-se autorizada a utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência de 2022, para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro de 2023, e conseqüente reforço do valor anual de orçamento de receita deste ano.
2. Considera-se autorizado, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), o aumento temporário dos fundos disponíveis pela antecipação das receitas provenientes da execução dos Contratos de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa, celebrados com o Município do Porto, em vigor para o ano de 2023, com recurso a montantes a cobrar e a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso, nos termos do n.º 2, do artigo 6.º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho.

Artigo 8.º

Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento, e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na legislação em vigor e nas presentes IGP, as seguintes despesas: a) Vencimentos e salários; b) Subsídio familiar a crianças e jovens; c) Gratificações, pensões de aposentação e outras; d) Encargos de empréstimos; e) Rendas; f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes; g) Água, energia elétrica, gás; h) Comunicações telefónicas e postais; i) Prémios de seguros; j) Obrigações resultantes de sentenças judiciais; k) Publicações obrigatórias na Imprensa Nacional e publicações de anúncios no Diário da República; l) Emolumentos do Tribunal de Contas; m) Encargos de natureza judicial de tramitação processual corrente; n) Encargos de instituições bancárias.
2. Consideram-se, igualmente, autorizados os pagamentos às diversas entidades por caixa, desde que estejam em conformidade as disposições previstas nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa.

4 – NOTAS PRÉVIAS FINAIS AOS IGP 2023 – 2027:

4.1. O referencial contabilístico das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da GO Porto estão preparadas de acordo com o referencial contabilístico do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

4.2. A pandemia mundial provocada pelo vírus SARS-CoV-2.

Dado o nível de imprevisibilidade (duração e gravidade) deste assunto, pretende-se apenas ressaltar, como hipótese, no âmbito das projeções de gastos, ganhos e investimentos incorporadas nos IGP 2023 – 2027, a necessidade de uma revisão extraordinária deste plano, que possibilite reequilibrar as projeções inicialmente efetuadas, dentro dos novos limites indicados pelo Município do Porto.

4.3. Unidade de valor utilizada nos IGP 2023-2027.

Todos os montantes inscritos neste documento estão expressos em Euros.



I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS

at
ff.

A – ENQUADRAMENTO

I – INTRODUÇÃO

Nos termos da Missão da GO Porto, a empresa tem inscrito nos seus plurianuais empreendimentos aos nível das áreas de negócio de Produção (obra) e Gestão e Exploração (imóveis), detalhados em procedimentos especializados de planeamento e execução de projetos, de obras em vias e edifícios, e de gestão e exploração de imóveis, tendo por objetivo responder às exigências dos seus clientes e cumprindo, rigorosamente, com a sua missão de prestar um serviço de excelência, alicerçado no conhecimento técnico, na inovação, no controlo de prazos e na racionalização de custos.

2 – OBJETIVOS PARA O PERÍODO 2023-2027

Enquanto empresa municipal, nos termos do regime jurídico da atividade empresarial local aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a GO Porto prosseguirá, em 2023, a sua atividade de promoção do desenvolvimento local e regional. Para o efeito, e conforme decorre do n.º 2 do artigo 36.º da lei suprarreferida, esta atividade tem assento em adjudicações de serviços por intermédio, por um lado, de um contrato denominado de **Contrato de Gestão de Empreendimentos (CGE)**, atualmente em vigor para o triénio 2020 – 2022, reiterando o típico processo de ligação institucional que vem, desde a sua fundação, a manter com o Município do Porto e, por outro lado, no âmbito do n.º 1 do artigo 50.º, de um **Contrato-Programa (CP)**, firmado entre o Município do Porto e a GO Porto para o triénio 2021-2023, no qual, constam a missão, as obrigações e as responsabilidades desta empresa municipal, orientada para a consecução dos objetivos, políticas e estratégias nele indicados.

À data do presente relatório, e face à revisão do nível da atividade operacional, presente e futura, das áreas de gestão de empreendimentos (obras), gestão e exploração (imóveis) e da estrutura comum, a GO Porto irá submeter à aprovação do Município do Porto – em simultâneo e devidamente enquadradas com os presentes IGP – as propostas seguintes:

- Proposta de 5.º aditamento ao CGE 2020 – 2022;
- Proposta de 2.º aditamento ao CP 2021 – 2023;
- Proposta de (um novo) CGE, para o triénio orçamental 2023 – 2025.

Tendo presente a importância do objeto social da GO Porto no universo municipal, esta empresa municipal dará continuidade à sua estratégia de reforçar a colaboração com as diversas estruturas orgânicas da Câmara Municipal do

Porto que tutelam os empreendimentos em curso, bem como e, de igual forma, com as demais entidades participadas pelo Município.

3 – GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS, PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Com o objetivo de prosseguir com os trabalhos efetuados em sede da prestação de serviço de consultoria na área de planeamento e gestão de processos - concluída em finais de fevereiro de 2021, e que permitiu incrementar a gestão e a monitorização dos processos de negócio da empresa -, a GO Porto prosseguirá, nos primeiros anos de plano de 2023 – 2027, com um conjunto de investimentos ao nível dos Sistemas de Informação, entre os quais:

- Com a decisão do CA de implementação de um cenário misto de integração, no que à reformulação dos Sistemas de Informação diz respeito, a empresa deve manter a solução Int'Graal (Gestão Documental/Processual) ainda que, com desenvolvimentos diversos para ajustar a solução ao cenário integrado e capacitar a mesma de novas opções e funcionalidades. Estima-se que o custo total para esta reformulação poderá fixar-se nos € 300.000,00, nos termos do orçamento previsto para o efeito. A empresa antevê que venha a ser necessário recorrer a uma consultoria externa de apoio ao processo de análise e elaboração do caderno de encargos para o lançamento futuro do procedimento de contratação para a substituição da solução ERP, a ser lançado e adjudicado, em 2023;

- Análise e implementação de uma nova solução de *Backups* e *Disaster Recovery*. O sistema atual de *backups* está a ficar com limitações de espaço, pelo que, haverá a necessidade de melhorar e aumentar a capacidade do mesmo. A solução passa pela adjudicação de uma solução HPE StoreOnce, com a particularidade de proteger os *backups* de ataques *Ransomware*. Além da questão dos *backups*, sendo o tema da disponibilidade dos sistemas um dos principais problemas que afetam atualmente as empresas, após ataques informáticos, a GO Porto decidiu avançar com a consulta ao mercado para implementação de uma solução que permita a redundância da infraestrutura e respetivo restabelecimento dos sistemas, caso seja necessário. Para estas soluções, e apesar de grande parte do investimento total de aproximadamente, 60 mil euros pode ocorrer até ao final de 2022, estima-se uma previsão de implementação para o primeiro trimestre de 2023, no valor de cerca de 12 mil euros;

- Implementação de vários dashboards na solução PowerBI. Até finais de 2022, a empresa conta ter concluído o dashboard *Timeline*, que permitirá à GO Porto analisar, acompanhar, avaliar e tomar decisões dos vários Empreendimentos, tendo em conta os prazos que foram previamente planeados versus os realizados, sempre com dados oriundos do Int'Graal. Em paralelo, foram já iniciados desenvolvimentos no sentido de construção de alguns dashboards da área Financeira e Orçamental, assentes na solução ERP GIAF. Após este último desenvolvimento estar

concluído, estaremos em condições de construir mapas mais complexos, com variadas fontes de informação (Int'Graal, GIAF e outros), não apontando apenas para cada um dos Sistemas;

- Investimentos diversos e indiferenciados, relacionados com necessidades pontuais de atualização do parque de equipamentos informáticos auxiliares, administrativos, de comunicações móveis e fixas e licenciamentos de softwares de apoio à exploração, na ordem dos 5 mil euros anuais

Por fim, é de referir que a empresa planeia dar em início a um procedimento prévio de consultas preliminares ao mercado, tendo em vista encontrar uma solução capaz de responder ao Decreto-Lei 65/2021, de 30 de julho, que visa responder ao Regime Jurídico de Segurança do Ciberespaço. À data, sem haver uma ordem de valor conhecida sobre este assunto, a GO Porto antevê a necessidade de contratações de assessoria de *compliance* (conformidade com o tema) e contratação de uma solução tecnológica capaz de gerir, detetar e responder às mais variadas ameaças e emissão de relatórios para comunicação ao CNCS;

4 – ORGANIZAÇÃO

Desde a sua fundação, a GO Porto vem assumindo o compromisso de ser uma organização assente em competências avançadas ao nível da engenharia civil, desde os grandes empreendimentos estruturantes até à simples intervenção na gestão de garantias de construção e, mais recentemente, abarcando novas responsabilidades no domínio da área de gestão e exploração de Imóveis e Infraestruturas. Pelo este facto, a empresa é hoje uma estrutura orgânica projetada para o futuro, sob um processo de melhoria contínua no sentido de poder responder, eficaz e adequadamente, às necessidades impostas pela operacionalização integral dos empreendimentos que gere.

Nesta dinâmica de melhoria, a GO Porto vem, em concreto, desde 2017, a encetar uma série de alterações ao seu organograma, sendo atualmente uma estrutura organizativa composta por quatro direções (Direção de Produção, Direção de Gestão e Exploração, Direção Administrativa e Financeira e Direção Jurídica), dependentes do Conselho de Administração e, às quais, acresce uma Assessoria Técnica, um Gabinete de Comunicação e Promoção e um Gabinete de Espaço Público.

De referir, igualmente, que a GO Porto, em consequência da dinâmica crescente do Município do Porto nos últimos dez anos – em múltiplas área de atuação, tais como, ambiente, cultura, educação, desporto, economia, habitação, segurança, urbanismo, mobilidade - vem sendo confrontada com novos desafios e riscos no sentido de ter que gerir um leque, cada vez mais, alargado e complexo de empreendimentos de obras e imóveis municipais, o que implicou nesse período de tempo, um reforço do seu quadro de efetivos, com a admissão de novos técnicos superiores. Na

ck
ff.

medida do planeamento, em alta, de novos e relevantes empreendimentos inscritos nos desideratos municipais nos próximos cinco anos de plano, a GO Porto mantém sob dotação orçamental perspectivas de medidas adicionais de reestruturação orgânica, com vista a incrementar a capacidade de resposta das suas diversas áreas, operacionais e de apoio técnico-administrativo, como forma de assegurar um desempenho exímio das responsabilidades e compromissos legais da organização e, igualmente, na defesa e salvaguarda dos seus direitos.

5 – RIGOR NA SOLVABILIDADE

O Município do Porto, enquanto único acionista e principal cliente da empresa, é determinante na definição da capacidade da GO Porto de conseguir cumprir os seus deveres de tesouraria face a terceiros. Em contrapartida, e nos termos de um contrato programa firmado entre as partes, compete à GO Porto exigir aos fornecedores o cumprimento rigoroso dos prazos, custos e qualidade de execução contratualizados, vetor fundamental para a obtenção dos resultados pretendidos, dando assim cumprimento às obrigações assumidas com o Município do Porto. Para o efeito, a empresa continuará a manter uma gestão precisa de tesouraria, assente num procedimento estratégico, contínuo e rigoroso, de controlo e monitorização dos compromissos assumidos pela empresa.

6 – SISTEMA DA QUALIDADE

A GO Porto encontra-se certificada ao abrigo da norma da Qualidade ISO 9001:2015 há 18 anos, motivo pelo qual, já apresenta uma maturidade que permite assegurar, com rigor, os requisitos estabelecidos na norma de referência. Porque qualquer sistema de gestão é dinâmico - que deve acompanhar a evolução das novas tendências, tecnologias, métodos de trabalho, que permitem melhorar a performance da empresa e gerar valor acrescentado -, a GO Porto irá redimensionar o seu Sistema de Gestão, certificando o mesmo ao abrigo dos referenciais normativos relativos ao Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho e Responsabilidade Social. O trabalho em apreço já teve o seu início este ano, com a realização da *Gap Analysis* ao sistema de gestão implementado, e a formação dos colaboradores da empresa no âmbito das diferentes normas referidas, estando a sua conclusão prevista até final de 2023.

Assim, e para o período de 2023-2027, e tendo em vista o desenvolvimento de ações que irão permitir assegurar o normal funcionamento do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) - enquanto se mantiver apenas a certificação da empresa no âmbito deste referencial -, destacam-se as ações seguintes:

- Definição de Planos de Ação detalhados, que ajudem a suportar a estratégia da empresa e as principais linhas orientadoras de atuação;

- Definição de indicadores de gestão, que permitam avaliar continuamente, e de forma cada vez mais rigorosa, a posição e a evolução dos processos e dos objetivos que lhe estão indexados;
- Desenvolvimento de ferramentas informáticas que visem melhorar a monitorização e medição dos objetivos;
- Desenvolvimento de Auditorias Internas (com recursos internos) ao Sistema de Gestão que permitam monitorizar a operacionalização dos processos e a sua adequação aos requisitos normativos e legislação aplicável;
- Desenvolvimento de Auditorias Externas ao Sistema de Gestão, de maneira a assegurar que os registos normativos e legislação aplicável estão a ser cumpridos e mantidos;
- Avaliação periódica dos riscos e/ou oportunidades definidos, e que potencialmente possam afetar a capacidade de atingir os resultados pretendidos;
- Avaliação periódica das partes interessadas consideradas relevantes para a empresa, de modo a compreender e a satisfazer melhor as suas necessidades e expectativas;
- Avaliação periódica do desempenho do Sistema de Gestão, traduzindo o seu resultado em relatórios de gestão específicos;

Em paralelo, irão desenvolver-se outras ações de maneira a garantir a implementação de um Sistema de Gestão Integrado (SGI) na empresa. Entre as principais, destacam-se:

- Revisão do âmbito do SGI;
- Revisão da Política do SGI;
- Revisão de todos os processos do SGI;
- Revisão dos Riscos e Oportunidades do SGI;
- Definição de objetivos Ambientais, Segurança e Saúde no Trabalho e Responsabilidade Social;
- Revisão do procedimento de controlo de documentos;
- Avaliação das obrigações de conformidade Ambiental, Segurança e Saúde no Trabalho e Responsabilidade Social;
- Formação aos colaboradores que constituem a bolsa de auditores internos, de maneira a habilitá-los a realizar auditorias internas ao SGI;
- Revisão do procedimento de Auditorias Internas;
- Revisão do procedimento de incidentes e não conformidades
- Revisão do procedimento de ações corretivas.

Por fim, e estreitamente relacionado com os procedimentos de melhoria coordenados pela área da Qualidade, a GO Porto antevê a necessidade de a partir de 2023 dar início a um procedimento de recenseamento arquivista, tendo em vista, arranjar uma solução para o problema complexo da preservação, segurança e acessibilidade dos seus documentos mais antigos, nomeadamente, daqueles que, há anos, estão depositados num armazém municipal sob administração de outra empresa municipal, distante da Sede da GO Porto, e que poderá vir a ser necessário desocupar. Pretende-se, no limite, a transformação digital que permita a conservação, simultânea, física e digital de todos os suportes de informação, facilitando aos colaboradores da empresa a acessibilidade permanente à informação histórica e crítica de negócio, salvaguardando os pilares estratégicos da confidencialidade, segurança e integridade desse património.

ca
A.

B – PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE ATIVIDADES

CONTRATO DE EXPLORAÇÃO

Com o encerramento definitivo do Mercado Temporário do Bolhão no passado dia 10 de setembro de 2022, a atividade a desenvolver pela área de Gestão e Exploração nos primeiros anos de plano 2023 – 2027, centrar-se-á fundamentalmente na gestão operacional do restaurado e modernizado Mercado do Bolhão, nos termos do contrato programa em vigor firmado com o Município do Porto (proposta do 2º aditamento ao CP 2021-2023), onde constam as delegações atribuídas de gestão, exploração e rentabilização dos imóveis e infraestruturas seguintes:

1. Mercado do Bolhão (MB):

Com a conclusão da obra de restauro e modernização do MB em setembro de 2022, dá-se a sua inauguração a 15 desse mês. Durante o mês de agosto decorreu a fase mais significativa relacionada com os trabalhos de adaptação de cada uma das instalações privadas (comerciantes, lojas e restaurantes), bem como preparação do espaço para abertura ao público, através da implementação de comunicação, não só informativa para o Cliente, como, igualmente, de caráter promocional.

A exploração funcional e operacional deste novo espaço renovado, tem a sua maior fatia de consumo orçamental na área técnica do edifício, nomeadamente ao nível dos inevitáveis serviços de Facility Management – incluindo os encargos de limpeza e desinfeção, manutenção e serviços acessórios, vigilância e segurança do espaço, fiscalização dos comerciantes, gestão dos resíduos produzidos e balcão de informações – e consumos de eletricidade, água e saneamento. Neste primeiro ano de operação, para uma consolidação de estratégia de promoção e comunicação que promova o posicionamento que se deseja para este equipamento, prevê-se um aumento de custos relacionados com promoção institucional e comercial do novo Mercado do Bolhão.

No que diz respeito aos encargos de promoção institucional e comercial sob coordenação do Gabinete de Comunicação e Promoção, os primeiros anos de plano ficarão marcados por uma estratégia de comunicação e promoção do Mercado do Bolhão que, antes de mais, representa um investimento de afirmação do Bolhão enquanto património único da cidade, posicionando-o de forma inequívoca de acordo com a estratégia

global estabelecida: assumir o Bolhão como o mercado de frescos de referência nacional, capaz de alavancar o quarteirão agroalimentar onde se insere tendo por base 1) os produtos, 2) os comerciantes e 3) clientes.

O objetivo de assegurar a rentabilidade da exploração do equipamento, em prol da sustentabilidade financeira do projeto, depende em boa medida da capacidade de comunicar junto dos diferentes públicos-alvo e afirmando as valências prioritárias. Atestar a sua atratividade por via de campanhas promocionais, ações de guerrilha, uma rede de canais de comunicação estável e relevante e uma agenda de eventos próprios são exemplos das áreas que constituirão apostas neste domínio. A atração de operadores e entidades para novos formatos que não a ocupação permanente de bancas ou lojas, nomeadamente em ativações de marca e ocupações temporárias será um objetivo transversal à comunicação do Mercado do Bolhão.

O investimento em comunicação e marketing teve início bem antes da reabertura do Mercado, com todos os preparativos indispensáveis, mas em 2022, com a reabertura, altera a sua natureza para uma comunicação em contexto real e ativo, cujos objetivos gerais são:

- Promover o Bolhão como mercado autêntico e “cool” de referência no país;
- Posicionar o Bolhão enquanto palco de eleição para a realização de eventos gastronómicos;
- Fazer do Mercado do Bolhão a referência nacional de comunicação e promoção ao nível dos mercados municipais;
- Criar dinâmicas de promoção do espaço capazes de impactar os diferentes públicos do Bolhão;
- Fazer do Bolhão o grande impulsionador do conceito do quarteirão do Bolhão como referência da cidade na área alimentar;
- Servir a política comercial do Mercado do Bolhão, contribuindo para a sua atratividade junto de stakeholders, potenciais clientes, parceiros e patrocinadores;
- Promover a satisfação e sentimento de pertença dos comerciantes;
- Promover a identidade do Bolhão junto dos portuenses e visitantes, com um plano de comunicação de médio prazo, considerando as necessidades evolutivas do projeto.

Já os objetivos específicos serão:

- Lançar e promover a primeira marca do histórico Bolhão. Uma marca capaz de fundir a identidade da cidade e do mercado, com a capacidade de comunicar as diversas dimensões do Mercado, assinalando o marco da sua reabertura;

- Promover a notoriedade do Mercado, atingindo novos públicos, através de novos suportes de comunicação e média;
- Comunicar o espaço como uma marca identitária e de tradição, mas com oferta renovada;
- Criar e gerir novos canais de comunicação, tais como um novo website e uma aplicação mobile, permitindo introduzir inovação e interatividade na relação com os diferentes públicos;
- Uma forte aposta nas redes sociais, assumindo o Facebook e Instagram para um público mais transversal e o LinkedIn para promover o espaço a pensar sobretudo no público profissional e potenciais clientes na ótica de ocupação de espaços, especialmente temporários;
- Criar uma oferta distintiva de merchandising de autor, com recurso a artistas portuenses e que complemente o merchandising promocional da marca. Uma forma de apresentar uma oferta distintiva e também envolver a comunidade criativa da cidade e região;
- Conceção e implementação de um plano de ações de fidelização e de brand equity que reforce os laços junto dos diferentes clientes e utilizadores do Mercado, aumentando o sentimento de pertença e reforçando o potencial de negócio dos comerciantes;
- Definir um plano de eventos e ações promocionais, ajustados ao objeto do Mercado, onde será possível criar parcerias, disponibilizar produtos e serviços complementares à oferta existente no Mercado, e proporcionar momentos lúdicos, assinalando efemérides e épocas festivas, por exemplo;
- Estreita articulação com o universo municipal, procurando tirar partido da experiência e know-how das equipas, nomeadamente ao nível da programação cultural e comunicação.

De evidenciar que, contrariamente ao ocorrido com o MTB, encontram-se estimados custos relacionados com eletricidade, água e gás de zonas consideradas comuns, sendo que, nos espaços a ocupar pelos respetivos comerciantes e inquilinos, cada um será detentor do próprio contrato de serviços mencionados (água, eletricidade e gás).

Em contrapartida, estima-se que a gestão do MB, restaurado e modernizado, entre taxas e rendas definidas pela via do Código Regulamentar do Município, acrescido das novas rendas e taxas obtidas através de concursos públicos, bem como da exploração de espaços de ocupação temporária ou eventos, permitirá encaixar um volume de proveitos significativo, no sentido de, durante o ciclo de vida do espaço, ser possível atingir o equilíbrio dos resultados de exploração, de forma a devolver à cidade um dos seus mais importantes valores patrimoniais, intacto na sua essência e sempre como mercado, tradicional e público, de frescos, tal como nasceu.

cr
H.

Durante o 4.º trimestre de 2022 e ao longo do ano de 2023, serão realizados os concursos públicos necessários para a ocupação dos espaços que estejam ainda vagos no MB, nomeadamente, à data da publicação deste relatório, 9 bancas e 6 lojas no exterior. São estes concursos que nos possibilitam a obtenção, por um lado, de uma maior variedade de produtos e serviços no MB e, por outro lado, de valores anuais de receita mais expressivos quando comparados com os atuais compromissos, à volta de um milhão de euros.

2. Antigo Matadouro Industrial do Porto:

Conforme desejo do Município do Porto, pretende-se com as obras de reconversão do Antigo Matadouro Industrial do Porto – edifício desativado há mais de 20 anos –, transformá-lo num equipamento âncora do processo de reabilitação da zona oriental da cidade do Porto, permitindo incrementar os eixos da coesão social, da economia e da cultura, e cujo programa de intervenção contempla a manutenção histórica e a natureza arquitetónica deste imóvel, devolvendo-o aos habitantes da comunidade local, em particular, e aos cidadãos do Porto, em geral. Está previsto também o estabelecimento de um percurso interno de carácter público, que permitirá a circulação de pessoas entre diversas infraestruturas, tais como, estação de metro e parque de estacionamento e que, atravessando o interior do edifício principal e a partir do topo de um novo edifício a construir em altura, permitirá que pessoas e bicicletas atravessem a VCI por intermédio de uma nova passagem superior.

Contudo, e conforme é do conhecimento público, foi efetuada a consignação da presente obra no dia 18 de setembro de 2020, após emissão de visto por parte de Tribunal de Contas, tendo em vista, a prossecução efetiva daquele contrato celebrado a 1 de agosto de 2018, entre o Município do Porto e a entidade Mota Engil (vencedor do concurso público). Estando a obra de reconversão em curso, estima-se que venha a terminar no último trimestre de 2024. A exploração do Matadouro Industrial, iniciar-se-á após essa intervenção.

CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

Nos termos do contrato de gestão de empreendimentos em vigor (CGE 2020-2022) e seguintes (proposta CGE 2023-2025), a GO Porto dará seguimento a uma série de procedimentos de contratação pública de projetos e empreitadas, entre outros bens e serviços conexos, garantindo, igualmente, o controlo e a monitorização dos mesmos.

CM
H.

No período de plano 2023 – 2027, e no âmbito da atividade desenvolvida pela Direção de Produção, a empresa tem previstas diversas intervenções em vias e edifícios da cidade, perfazendo um total de 305 milhões de euros, dos quais 58 milhões estão previstos executar no primeiro ano de 2023.

Tendo por base as rubricas orçamentais definidas pelo Município do Porto, e nos primeiros anos do período de 2023 – 2027, os principais empreendimentos previstos em plano são os seguintes (cf. Anexo 1 do presente documento):

1. **Equipamentos e Programas Municipais** – Nesta rubrica orçamental, está prevista a conclusão da obra de Reabilitação do Atelier António Carneiro. Proceder-se-á ao desenvolvimento dos projetos da Requalificação da Biblioteca Pública Municipal, da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, da Casa dos 24 e do Arqueossítio e do Museu CACE, de modo a efetuarem-se as respetivas empreitadas.
2. **Consolidação da Estratégia Económica da Cidade** – Nesta área, está prevista a conclusão dos projetos e a realização das obras de Requalificação do Matadouro, da Requalificação do Palácio do Bolhão e da Construção do Feiródromo.
3. **Educação** – Estão previstas intervenções em várias escolas do Ensino Básico, nomeadamente, Falcão, Agra do Amial, dos Correios, da Ponte, Nicolau Nasoni e outras. Será ainda concluída a Requalificação da E. S. Alexandre Herculano, no âmbito do Acordo de Colaboração entre o Ministério da Educação e o Município do Porto.
4. **Ambiente** – Nesta área, incluem-se intervenções generalizadas em Parques e Largos. Assume especial importância a Construção do Parque da Alameda de Cartes. Igualmente importante, será a requalificação de um jardim Histórico – o Jardim de Teófilo Braga (Praça da República).
5. **Qualidade de Vida Urbana** – Nesta rubrica orçamental, e dando continuidade ao projeto do Parque Desportivo de Ramalde, será concretizada a ampliação deste polo desportivo, com a criação de novos campos de jogos e espaços de desporto e lazer, com todos os edifícios de apoio inerente ao exercício dessas atividades.

Diversos equipamentos e infraestruturas desportivas da cidade do Porto serão alvo de intervenção, quer de melhoria, quer de criação de novos polos/edifícios, nomeadamente, do Complexo Desportivo Municipal (Campanhã), do Campo do Outeiro e Campo Desportivo da Ervilha, Complexo Desportivo de Paranhos e Pavilhão Multiusos. Ao nível da melhoria das condições de funcionamento, estão previstas intervenções nas Piscinas Armando Pimentel e da Constituição e no Campo do Viso.

6. **Regeneração Urbana** – Rubrica com relevância orçamental relativa, nela estão incluídas as grandes intervenções na Via Pública, em coordenação com os diversos concessionários e empresas detentoras de infraestruturas no subsolo e a designada Ligação Cota Alta/Cota Baixa. Relevam-se as intervenções que integram o designado Programa Rua Direita (em cerca de 90 arruamentos da cidade) e a execução de trabalhos de consolidação em diversas escarpas do Município, nomeadamente, da Arrábida, de S. Roque da Lameira e da Alfândega, bem como também a execução dos Loteamentos do Monte Pedral, Monte da Bela e Lordelo e a Requalificação da frente ribeirinha do Freixo.

Serão, igualmente, requalificadas a Praça da República, no Jardim e toda a sua Envolvente e a Praça da Corujeira e proceder-se-á à Reabilitação urbana de Azevedo de Campanhã. Estão ainda previstas intervenções de reabilitação em diversas Obras de arte do Município e em inúmeros arruamentos da cidade. Por fim, é de realçar a gestão das obras de infraestruturas da Águas e Energia do Porto, E.M., associadas às intervenções no espaço público geridas pela GO Porto para o Município do Porto e a construção da Ponte D. António Francisco dos Santos, em parceria com o Município de Vila Nova de Gaia.

7. **Transporte Público** – Nesta área, destaca-se a conclusão da Passagem Inferior Pedonal do Terminal Intermodal de Campanhã.
8. **Modos Suaves** – Está prevista a realização dos Percursos Pedonais – Ligações Mecanizadas, completando a intervenção anterior em Miragaia e a Construção do Viaduto de Ligação entre o Jardim Botânico e o CDUP. Serão efetuadas as Ligações Porto/Rio Tinto e Porto/S. Mamede de Infesta, no âmbito da Articulação de redes urbanas de ciclovias com a C. M. de Gondomar e a C. M. de Matosinhos, respetivamente. Será construída a Ecopista do Ramal da Alfândega.
9. **Funcionamento dos Serviços** – Nesta rubrica orçamental, destaca-se a continuidade de obras de melhoramentos nas instalações do RSB (Regimento de Sapadores Bombeiros) e a Expansão das instalações do DMEVGI e DMPGA para armazém no Parque da Cidade.
10. **Outros** – Nesta rubrica encontra-se a dotação orçamental para gastos diversos com consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços, complementares aos empreendimentos previstos nas rubricas anteriores com a natureza de despesas correntes.

C - PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

1 – PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2023 - 2027

Integralmente assegurado com recurso a autofinanciamento, e conforme detalhado no quadro infra, o investimento previsto realizara no período de plano 2023 – 2027, perfaz 502,6 mil euros:

INVESTIMENTO	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Activos Fixos Tangíveis	10 000,00	85 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Equipamento administrativo	7 500,00	82 500,00	7 500,00	7 500,00	7 500,00
Outros activos fixos tangíveis	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
Activos Intangíveis	319 764,73	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Programas de computadores	319 764,73	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Outros Investimentos Financeiros	7 464,06	7 509,40	7 771,45	7 559,33	7 544,93
Fundo de compensação de trabalho	7 464,06	7 509,40	7 771,45	7 559,33	7 544,93
Total	337 228,79	97 509,40	22 771,45	22 559,33	22 544,93

Entre as rubricas assinaladas, destaca-se os “Ativos Intangíveis”, com a projecção de 320 mil euros em 2023, onde se prevê a aquisição de bens de capital (software informático) relacionados com o Projeto TO-BE, concretamente, o módulo novo de Recursos Humanos (70 mil euros) e o conjunto, no valor de 240 mil euros, constituído pelos módulos novos: ERP Financeiro, Gestão de Ativos e Gestão de Cadastros.

No exercício de 2024, destaca-se a aquisição prevista de equipamentos administrativos, no valor de 82,5 mil euros, onde se inclui a aquisição de novos servidores centrais para a renovação da infraestrutura primária dos Sistemas de Informação.

2 – PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2023 - 2027

No período de plano 2023 – 2027, a estrutura prevista de recursos humanos da GO Porto aponta para um número constante de 48 efetivos - para além, de 3 administradores, conforme previsto nos estatutos da empresa, dos quais, 2 são administradores executivos -, com a distribuição, por áreas, seguinte:

ÁREAS		ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Secretariado da Administração		1	1	1	1	1
Assessoria Técnica		1	1	1	1	1
Gabinete Comunicação e Promoção	Coordenação	1	1	1	1	1
	Responsável da área	1	1	1	1	1
	Marketing e Comunicação	1	1	1	1	1
Gabinete do Espaço Público		1	1	1	1	1
Produção	Direção	1	1	1	1	1
	Gestão de Empreendimentos	16	16	16	16	16
	Fiscalização	1	1	1	1	1
Exploração	Direção	1	1	1	1	1
	Direção do Mercado	1	1	1	1	1
	Gestão Exploração MB	3	3	3	3	3
	Mantenção	1	1	1	1	1
	Direção	1	1	1	1	1
	Financeira	3	3	3	3	3
Administrativa e Financeira	Qualidade	2	2	2	2	2
	Recursos Humanos	2	2	2	2	2
	Sistemas de Informação	2	2	2	2	2
	Centro documental	4	4	4	4	4
Jurídico	Direção	1	1	1	1	1
	Juristas	3	3	3	3	3
Total		48	48	48	48	48

Face ao número de 40 efetivos à data presente relatório, o número previsto de 48 para o primeiro ano de plano (2023), advém das admissões previstas seguintes:

- Três (3) gestores de empreendimento para a Direção de Produção, dos quais, um (1) pode vir a ser admitido até ao final de 2022. Estas admissões vêm no sentido de garantir uma eficaz resposta da GO Porto ao crescente volume de empreendimentos atribuídos à gestão desta empresa municipal por parte do Município do Porto, e que, dadas a complexidade e o grau de especialização exigido, não é compatível com a

manutenção do atual número de gestores de empreendimento da referida direção. Estima-se um custo anual total, em 2023, de 125 mil euros;

- Dois (2) técnicos superiores para a Direção de Gestão e Exploração. Estas admissões decorrem da necessidade de apetrechar esta direção, concretamente, com um técnico superior de manutenção, tendo em vista, poder supervisionar, neste âmbito, os imóveis e infraestruturas que, em sede do Contrato Programa firmado com o Município do Porto, estão adstritos à gestão da GO Porto, com destaque para o incremento exponencial de tarefas e riscos associado à gestão e exploração do Mercado de Bolhão, recentemente, aberto ao público. Estima-se um custo anual total, em 2023, de 75 mil euros;
- Um (1) jurista para a Direção Jurídica, que, já em fase preliminar de entrevistas à potenciais candidatos, pode vir a ser admitido até ao final de 2022. Esta admissão deve-se ao significativo aumento de trabalho na área da contratação pública, a que se junta, agora, a diversificação das áreas de atuação, com incidência, para além do administrativo, no direito civil e dos contratos comerciais, decorrente da consolidação da área de Gestão de Exploração, com a gestão do já referido Mercado do Bolhão, que coloca novas necessidades à empresa, designadamente, ao nível da gestão contratual associada à manutenção de dezenas de licenças, contratos de utilização e de arrendamentos dos comerciantes, não permitindo antever outra possibilidade que não passe pelo recrutamento do referido jurista. Estima-se um custo anual total, em 2023, de 26 mil euros;
- Uma (1) secretária do Conselho de Administração, com vista a substituir a colaboradora que exercia essa função - atualmente, e por opção da mesma, em regime de cedência de interesse público, desde os finais de 2021 -, e cujo processo de recrutamento estima-se concluído até meados de novembro de 2022. Estima-se um custo anual total, em 2023, de 38 mil euros;
- Um (1) assistente técnico para a Direção Administrativa e Financeira, destinado a exercer funções na área do Centro Documental, com o objetivo de incrementar o número de recursos humanos (invariável há mais de 15 anos) nessa área da empresa, responsável por um conjunto diversificado de tarefas administrativas de apoio às restantes áreas da GO Porto, com destaque para a interação operacional com as plataforma de publicação dos procedimentos de contratação pública, cujas solicitações internas assinalam uma alta expressiva, com o número crescente de gestores de empreendimento, verificado nos últimos anos. Estima-se um custo anual total, em 2023, de 18 mil euros.

De igual forma, e dado o compromisso assumido pela GO Porto no âmbito da área de Recursos Humanos, decorrente da transição que efetuou para a nova norma NP EN ISO 9001:2015, considera-se este quadro de pessoal como um capital fundamental da organização, gerido por isso, como um processo estratégico da gestão de topo da empresa que, desta forma, se compromete a desenvolver medidas que permitam um maior envolvimento de todos os colaboradores, o incremento da satisfação laboral e a conseqüente melhoria dos resultados globais da empresa.

ca
H.

À data do presente relatório, e após a implementação efetiva, em meados de 2022, de um Regime de Carreiras na empresa, a GO Porto tem aplicável na sua gestão de capital humanos os procedimentos seguintes:

- **Sistema de Gestão de Desempenho:** Procedimento periódico de avaliação de desempenho dos colaboradores, do qual, decorrem os respetivos Planos de Desenvolvimento Pessoal e Profissional, base à elaboração do Plano de Formação;
- **Plano de Formação:** Procedimento fundamental para o fortalecimento do conhecimento organizacional, pessoal e profissional dos seus colaboradores, elevação do nível técnico de cada um e da empresa, comprometendo-se a empresa, aferir a eficácia de cada ação de formação e a avaliar a qualidade de cada uma das entidades formadoras a contratar para o efeito;
- **Plano para a Igualdade de Géneros:** Procedimento: Procedimento essencial para a promoção de uma igualdade de tratamento entre homens e mulheres, através do diagnóstico periódico à situação vivida na empresa, definição de medidas que promovam a eliminação de eventuais discriminações em função do sexo e que fomentem a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;
- **Regime de Carreiras:** Procedimento fundamental para o entendimento dos colaboradores, quanto ao seu posicionamento remuneratório e forma de progressão na organização, como estratégia de lhes garantir potencial para a uma melhoria contínua, em concreto, dos seus desempenhos e, no geral, da empresa na prossecução da sua missão e objetivos.

Deve referir-se, que a associação direta do Regime de Carreiras com o procedimento de Gestão de Desempenho, com este último a atribuir a acumulação de pontos necessários à progressão prevista no âmbito daquele regime, visa garantir no futuro o fortalecimento mútuo desses procedimentos, contribuindo para a promoção de uma cultura organizacional de transparência, equidade e motivação dos trabalhadores. No caso do Regime de Carreiras, cujo impacto orçamental está previsto iniciar-se a partir, inclusive, do exercício de 2024, encontra-se projetada uma dotação orçamental média anual de, aproximadamente, 34 mil euros até ao último ano em plano (2027).

Por último, referir que no âmbito da Política de Privacidade que foi implementada na sequência da entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), a área de Recursos Humanos manterá uma atenção redobrada ao tema e aos procedimentos associados, acompanhando-os de acordo com a política interna definida.

D - PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

Tabela de pressupostos adstrita à elaboração do presente orçamento:

PRESSUPOSTOS	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Taxa de inflação	4,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de IRC e demarra	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de Juro nominalcp	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Tempo médio de recebimento (em dias)	30	30	30	30	30
Tempo médio de pagamento (em dias)	30	30	30	30	30
Taxa média de crescimento dos salários	4,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%

No período 2023 – 2027, estima-se o Plano Financeiro seguinte:

PLANO DE FINANCIAMENTO	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
INVESTIMENTO					
Activo Não Corrente (Imobilizado)	337 228,79	97 509,40	22 771,45	22 559,33	22 544,93
Fundo de Maneio - acréscimos das necessidades no pe	-269 523,02	82 723,84	139 131,54	120 991,62	9 801,45
Total	67 705,77	180 233,24	161 902,99	143 550,95	32 346,39
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO					
Autofinanciamento	67 705,77	180 233,24	161 902,99	143 550,95	32 346,39
Total	67 705,77	180 233,24	161 902,99	143 550,95	32 346,39

No período em causa, a previsão de rendimentos da GO Porto decorre, por um lado, da gestão e exploração dos imóveis colocados à consideração da empresa pela Autarquia, nos termos do Contrato-Programa firmado entre as partes, e, por outro lado, da atividade operacional de gestão de empreendimentos (obra), neste caso, nos termos do Contrato de Gestão de Empreendimentos (Contrato Mandato), igualmente, firmado entre as partes.

Notar que, como premissa das projeções efetuadas pela GO Porto nos presentes IGP, é fator crítico a presunção de que os tempos de recebimento e a capacidade de solvência da Autarquia se manterão, no período 2023 – 2027, idênticos aos dos últimos exercícios findos, pressuposto fundamental para a manutenção do fundo de maneo da empresa, uma vez que, permanece a incapacidade legal de livre recurso ao financiamento por parte das empresas locais.

No quadro seguinte, estão descritos os agregados económico-financeiros principais, onde se destacam os indicadores de referência relacionados com a liquidez geral e autonomia financeira, que atestam a prevista boa capacidade da GO

Porto em fazer face às obrigações de curto e longo prazo, dando honra aos seus compromissos financeiros através de capitais próprios:

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIRO	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
RESULTADOS					
EBITDA	72 383,29	185 393,38	167 501,69	148 766,67	37 606,98
Resultado Financeiro	-185,00	-185,00	-185,00	-185,00	-185,00
Resultado Líquido do Período	15 435,48	17 097,86	18 608,42	17 209,28	17 443,06
RENDIMENTOS					
Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos e Gai	57 561 822,91	74 449 688,75	74 242 568,70	69 289 233,18	28 367 389,70
Subsídios à Estrutura	3 552 500,00	3 965 243,62	5 085 635,10	4 973 937,00	4 919 805,38
GASTOS					
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	184 251,97	181 417,32	204 094,49	226 771,65	238 110,24
Fornecimentos e Serviços Externos	58 488 917,59	75 639 306,94	76 504 895,43	71 465 923,27	30 581 736,73
Gastos com o Pessoal	2 344 736,25	2 384 809,26	2 427 479,94	2 397 249,57	2 405 168,81
BALANÇO					
Total do Activo	6 976 513,34	6 947 893,92	6 833 924,79	6 757 855,46	6 905 471,83
Total do Activo Não Corrente	5 239 129,34	5 171 940,95	5 019 855,43	4 944 590,69	4 950 670,69
Total do Activo Corrente	1 737 384,00	1 775 952,97	1 794 069,36	1 813 264,77	1 954 801,14
Total do Passivo	5 642 836,72	5 597 119,05	5 464 541,90	5 371 183,29	5 501 355,80
Total do Passivo Não Corrente	4 854 737,38	4 854 737,38	4 854 737,38	4 854 737,38	4 854 737,38
Total do Passivo Corrente	788 099,34	742 381,67	609 804,52	516 445,91	646 618,42
Total do Património Líquido	1 333 676,62	1 350 774,47	1 369 382,89	1 386 672,17	1 404 116,03
INDICADORES					
Liquidez Geral	2,20	2,39	2,93	3,51	3,02
Autonomia Financeira	19,12%	19,44%	20,04%	20,52%	20,33%
Autofinanciamento	67 705,77	180 233,24	161 982,99	145 550,95	32 346,39
Fundo de Manobra	269 123,02	82 723,84	139 131,54	120 991,62	9 601,45

Do quadro acima, observa-se que o EBITDA previsto da empresa fixa-se positivo em todos os cinco anos do plano, perfazendo os €611.652,02. Igualmente, são visíveis projeções anuais positivas para os resultados líquidos, no total de €85.874,90 para o período de plano 2023 - 2027.

E – DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS – NCP 26

Tendo presente que o subsistema da contabilidade orçamental foi autonomizado, no âmbito do SNC-AP, nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, e tratado na Classe 0 – Contabilidade Orçamental, estabeleceram-se conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais, com vista a assegurar a comparabilidade com exercícios anteriores e com outras entidades. Neste sentido, neste capítulo estão relevadas as demonstrações previsionais que identificam a forma, e os respetivos valores, que se prevê arrecadar recursos e os fins previstos para a sua utilização, tendo por base os quadros seguintes:

1 – ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL		ORÇAMENTO PARA O ANO 2023			PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL			
RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PERÍODOS ANTERIORES	ANO 2023	SOMA	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
	Receita corrente	51 933,96	63 882 423,71	63 854 357,67	81 506 323,88	82 613 309,72	77 387 723,83	35 076 397,97
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos Diretos	0,00	1 744,20	1 744,20	8 204,32	18 515,39	0,00	112,43
R5	Taxas, multas e outras penalidades	0,47	9,53	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
R8	Rendimentos de propriedade	0,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
R5.2	Subsídios Comunitários	0,00	3 552 500,00	3 552 500,00	3 965 243,62	5 005 635,10	4 973 937,00	4 919 805,38
R6	Venda de bens e serviços	51 067,45	60 190 914,40	60 241 981,85	77 563 964,54	77 478 033,85	72 300 447,43	30 044 994,68
R7	Outras Receitas Comunitárias	866,04	57 250,58	58 116,62	28 896,40	31 110,40	33 324,40	111 470,47
	Receita de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva (1)	51 933,96	63 882 423,71	63 854 357,67	81 506 323,88	82 613 309,72	77 387 723,83	35 076 397,97
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Total (3) = (1) + (2)	51 933,96	63 882 423,71	63 854 357,67	81 506 323,88	82 613 309,72	77 387 723,83	35 076 397,97
	Despesa corrente	378 012,47	63 059 785,15	63 429 797,61	81 375 019,65	82 572 947,32	77 254 044,66	35 836 687,82
D1	Despesas com o pessoal							
D1.1	Remunerações certas e permanentes	17 109,71	1 754 886,41	1 771 996,12	1 801 491,31	1 832 969,23	1 805 477,71	1 808 708,82
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	2 706,75	28 519,57	31 226,31	32 650,83	34 105,85	35 585,93	37 097,64
D1.3	Segurança Social	9 782,54	500 376,83	510 159,36	519 611,47	529 657,08	525 789,28	529 251,09
D2	Aquisição de bens e serviços	315 413,49	60 706 763,53	61 022 177,02	78 687 574,24	79 903 583,20	74 672 417,20	32 564 640,19
D3	Juros e outras encargas	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00
D5	Outras Despesas Correntes	25 000,00	19 038,81	44 038,81	283 491,80	222 513,17	165 414,55	46 718,07
	Despesa de capital	4 578,64	488 496,04	413 074,68	118 289,48	26 221,45	26 089,33	25 994,93
D6	Aquisição de bens de capital	4 243,50	401 367,12	405 610,62	110 700,00	18 450,00	18 450,00	18 450,00
D9	Despesa com alíquotas financeiras	335,14	7 128,92	7 464,06	7 589,48	7 771,45	7 639,33	7 544,93
	Despesa efetiva (4)	374 591,11	63 468 281,19	63 842 872,30	81 493 229,04	82 599 168,77	77 288 853,99	35 862 682,75
	Despesa não efetiva (5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa Total (6) = (4) + (5)	374 591,11	63 468 281,19	63 842 872,30	81 493 229,04	82 599 168,77	77 288 853,99	35 862 682,75
	Saldo Total (3) - (6)			11 485,38	13 094,84	14 140,94	26 869,84	13 795,21
	Saldo Global (1) - (4)			11 485,38	13 094,84	14 140,94	26 869,84	13 795,21
	Despesa Primária			63 842 872,30	81 493 229,04	82 599 168,77	77 288 853,99	35 862 682,75
	Saldo Corrente			424 568,06	131 304,23	40 382,39	52 879,18	37 790,15
	Saldo de Capital			-413 074,68	-118 209,40	-26 221,45	-26 009,33	-25 994,93
	Saldo Primário			11 485,38	13 094,84	14 140,94	26 869,84	13 795,21

Para o período em plano 2023 – 2027, entre o total de despesas e receitas correntes, observa-se um saldo corrente superavitário em todos os exercícios, e suficiente para garantir um saldo primário igualmente positivo, após a dedução das despesas de capital, tendo em consideração a inexistência de previsão de receitas deste género.

2 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

No quadro seguinte, apresenta-se o plano plurianual de investimentos para o período de 2023 – 2027, onde constam todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos definidos pela GO Porto. Tendo em consideração os valores realizados em anos anteriores e as estimativas para o exercício corrente, estão discriminados os grandes investimentos, por projetos/ações que implicarão despesas orçamentais a realizar por investimentos:

Objetivo (1)	N.º do projeto (2)	Designação do Projeto (3)	Rubrica capim. (4)	Forma de realização (5)	Fontes de Financiamento				Datas		Fases de Exec. (10)	Redução em percento relativa (11)	Estimativa de multiplicador 2022 (12)	Regime orçamental					Total previsto (13)+(14)+ (15)+(16)+ (17)+(18)+ (19)+(20)+ (21)		
					MOP (6)	MOP (7)	MOP (8)	MOP (9)	Início (13)	Fim (14)				Receitas próprias							
														ANO 2023 (15)	ANO 2024 (16)	ANO 2025 (17)	ANO 2026 (18)	ANO 2027 (19)			
III FIMC DOS SERVIÇOS	2031	TU-REEMP/Novo Cadeado (sem interface)	06	O	IP					01/01/2023	31/12/2023	0	- €	- €	255280 €	- €	- €	- €	- €	- €	255280 €
III FIMC DOS SERVIÇOS	2032	TU-BCR/Novo módulo/ interface	06	O	IP					01/01/2023	30/06/2023	0	- €	- €	16.817 €	- €	- €	- €	- €	- €	16.817 €
III FIMC DOS SERVIÇOS	2041	Partido Serviços GO Porto (associação de investimentos)	06	O	IP					01/01/2024	31/12/2024	0	- €	- €	€	10250 €	- €	- €	- €	- €	10250 €
SOMA												- €	- €	271.697 €	77.250 €	- €	- €	- €	474.947 €		

Fontes de realiação – (6) através orçamental; (7) passivo de dotação orçamental; (8) passivo em precativos; (9) passivo em investimentos e outros.
 Fontes de financiamento – (6) receita própria; (7) receita própria; (8) receita própria; (9) receita própria; (10) receita própria; (11) receita própria; (12) receita própria.
 Regime de investimento – conjunto de ações inter-relacionadas, distribuídas ao longo, com vista à concretização de um objetivo que contribua para a FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO.

No final do período de plano em análise (2023 – 2027), e tendo em consideração valores de exercícios anteriores, estima-se um total de despesas orçamentais em investimentos na ordem dos 474 mil euros, exclusivamente financiadas através de recursos próprios.

ax
H



II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2023 - 2027

A – NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2023 – 2027 E PRESSUPOSTOS

Conforme referido no ponto anterior “4 – NOTAS PRÉVIAS FINAIS AOS IGP 2023 – 2027”, o SNC-AP passou a ser, a partir de 1 de janeiro de 2020, o normativo contabilístico aplicado à GO Porto e, sobre o qual, foram preparadas todas as demonstrações financeiras utilizadas na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional do Período 2023 – 2027.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os pressupostos do regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade. Acresce que, as características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

1 – MACROECONÓMICOS

No enquadramento das variáveis nacionais macroeconómicas do Banco de Portugal conhecidas à data, e conforme demonstrado no ponto “D - PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL” do capítulo anterior “I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS”, nos cinco anos de plano, a taxa de inflação prevista na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional é constante, de 2.00%.

2 – INVESTIMENTO

Este ponto encontra-se, detalhadamente, relatado no Ponto C – PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL do Capítulo I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS.

3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Em relação aos valores de prestação de serviços e outros rendimentos, apresentam-se nos quadros seguintes as projeções (com e sem IVA) para o período 2023 – 2027, respeitantes às diversas atividades da GO Porto desenvolvidas pelas direções de Produção e de Gestão e Exploração:

cm
H.

Sem IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
	Montante s/IVA				
Vendas e Prestação Serviços					
Contrato de gestão de empreendimentos com a CMP	55 560 812,15	72 279 389,31	71 964 657,26	66 989 721,74	26 042 678,34
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Contrato de exploração	1 748 170,74	1 985 639,44	2 011 431,44	2 040 231,44	2 054 631,44
total de vendas e prestação de serviços	57 540 942,91	74 427 088,75	74 218 088,70	69 262 953,18	28 339 309,78
Subsídio à Estrutura	3 552 500,00	3 965 243,62	5 085 635,10	4 973 937,00	4 919 805,38
Outros Rendimentos e Ganhos					
Outros não especificados – relevados c/ Outros Rend. e Ganhos - Contrato de Exploração	20 880,00	22 686,00	24 480,00	26 280,00	28 080,00
Outros não especificados – relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	61 114 322,91	78 414 932,37	79 328 203,79	74 263 179,18	33 287 195,16

Com IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
	Montante c/IVA				
Vendas e Prestação Serviços					
Contrato de gestão de empreendimentos com a CMP	57 969 911,37	75 043 386,65	74 877 271,65	69 684 300,00	27 401 174,00
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	291 187,23	297 430,00	297 429,77	297 429,54	297 429,31
Contrato de exploração	1 980 883,26	2 163 147,89	2 293 293,89	2 328 717,89	2 346 429,89
total de vendas e prestação de serviços	60 241 981,86	77 503 964,54	77 467 995,31	72 310 447,43	30 045 033,20
Subsídio à Estrutura	3 552 500,00	3 965 243,62	5 085 635,10	4 973 937,00	4 919 805,38
Outros Rendimentos e Ganhos					
Outros não especificados – relevados c/ Outros Rend. e Ganhos - Contrato de Exploração	25 682,40	27 896,40	30 110,40	32 324,40	34 550,40
Outros não especificados – relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	63 820 164,25	81 497 104,56	82 583 740,81	77 316 705,83	34 999 376,98

No período do presente orçamento, o prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras é de 30 dias, pese embora, por norma, no final de cada exercício económico, o Município do Porto proceda à liquidação integral da sua dívida às empresas municipais, pelo que, este facto foi tido em conta no cálculo do mapa de demonstração de fluxos de caixa previsional.

Em termos de IVA, o enquadramento dado às projeções de gastos e rendimentos do período 2023 – 2027, assenta na tabela seguinte:

ck
H.

Tipologia	Regime de IVA
Serviços de empreitada (empreitada, serviços técnicos de projeto, revisão de projeto, PSS, acompanhamento de concurso, fiscalização, fornecimentos e serviços necessários à empreitada, taxas de certificação e de inspeção da obra, indemnizações e multas decorrentes de incumprimento nos contratos de empreitada, etc)	Taxa reduzida
Fornecimentos e Serviços não relacionados com empreitada	Taxa normal
Serviços de manutenção e assistência técnica	Taxa normal
Projetos e estudos em imóveis onde não há expectativa de realização de obra	Taxa normal
Advogados no âmbito de contestação de empreiteiros	Taxa normal
Taxa de tribunal	Não tributado (não sujeito)
Imposto de selo (debitado fora do âmbito de uma obra)	Não tributado (não sujeito)
Juros de mora	Não tributado (não sujeito)
Serviços de gestão	Taxa normal
Receitas provenientes da gestão e exploração de património municipal - Taxas de mercados e feiras	Isenção de IVA
Receitas provenientes da gestão e exploração de património municipal - rendas e outras receitas	Taxa normal
Subsídio à Estrutura	Isenção de IVA
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente, do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou *prorata*), há lugar a inversão do sujeito passivo. No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito, tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmam total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a GO Porto sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concómitamente das exigências formais da faturação.

dm
 H.

Imóveis onde se realizam os serviços de empreitada	Regime do Inversão
Bairros Sociais	Inversão do sujeito passivo de IVA Taxa reduzida
Escolas de ensino básico	Inversão do sujeito passivo de IVA
Infantários e jardins de infância	Inversão do sujeito passivo de IVA
Pavilhões ginásios desportivos das escolas e Pavilhões cedidos à Porto Lazer	Inversão do sujeito passivo de IVA
Mercados, museus, bibliotecas, e outros edifícios culturais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Espaços públicos e acessibilidades	Taxa reduzida
Cemitérios	Taxa reduzida
Cantás, sanitários e balneários	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios de bombeiros e edifícios destinados aos serviços do Município	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios destinados à Polícia e o edifício da Comissão Nacional de proteção de Crianças e Jovens	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências gratuitas por parte do Município e imóveis não pertencentes ao Município	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências tributadas por parte do Município e edifícios objeto de locação isenta de IVA	Inversão do sujeito passivo de IVA
Parques de estacionamento	Inversão do sujeito passivo de IVA
Consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços	Taxa normal

As taxas médias apuradas nos Instrumentos de Gestão Previsional para o período 2023 - 2027, nas operações ativas e passivas, são as seguintes:

Taxas médias apuradas	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Taxa média IVA sobre as Vendas e Prestações Serviços	4,69%	4,13%	4,38%	4,40%	6,02%
Taxa média IVA sobre Outros Rendimentos	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
Taxa média IVA sobre o Imobilizado	22,49%	21,23%	15,15%	15,29%	15,30%
Taxa média IVA sobre as Compras	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
Taxa média IVA sobre os Fornecimentos e Serviços Externos	3,87%	3,64%	3,92%	3,99%	5,66%
Taxa média IVA sobre os custos com pessoal	0,80%	0,80%	0,80%	0,82%	0,83%
Taxa média IVA sobre os Outros Gastos	3,87%	3,64%	3,92%	3,99%	5,66%

Nota: Em sede da atividade operacional da Direção de Gestão e Exploração, o arrendamento das lojas exteriores do Mercado do Bolhão está isento de IVA (artigo 9.º do CIVA, alínea n.º 29), os custos eventuais provenientes dessa atividade não serão dedutíveis, efetuando-se uma afetação real dos mesmos.

4 – GASTOS

4.1 – INVENTÁRIOS

No âmbito da Direção de Gestão e Exploração, e decorrente do procedimento de exploração comercial do Mercado do Bolhão, onde está prevista a comercialização de mercadorias ao público e comerciantes, o valor projetado no quadro seguinte relativo à regularização de existência, refere-se a eventuais quebras de inventário e ofertas:

ckr
 [Handwritten signature]

MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Existências Iniciais	10 433,34	20 627,98	30 885,85	40 637,98	49 884,43
Compras	198 881,67	196 047,02	218 724,19	241 401,35	252 739,94
Regularização de existências	4 435,06	4 371,85	4 877,55	5 383,25	5 636,10
Existências finais	20 627,98	30 885,85	40 637,98	49 884,43	58 878,03
CMVMC	184 251,97	181 417,82	204 094,49	226 771,65	238 118,24

4.2 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”, a projeção dos gastos de fornecimentos e serviços externos (FSE), em 2023 – 2027, encontra-se decomposta em 4 grandes grupos: gastos diretos de obra; os gastos diretos de gestão e exploração; gastos de estrutura de gestão e exploração; e, por fim, os gastos da estrutura comum da GO Porto. Em média, e demonstrativo da predominância expressiva dos FSE diretos de obra no total dos FSE, aquelas componentes apresentam os seguintes pesos: 93,13%; 5,60%; 0,01%; e 1,26%, respetivamente.

Os gastos diretos de obra são constituídos pelas rubricas de subcontratos e de trabalhos especializados referentes a todos os serviços subcontratados a terceiros necessários à execução dos empreendimentos, solicitados pelo Município do Porto ao abrigo do contrato de gestão de empreendimentos (CGE) ou por outras entidades, ao abrigo de contratos firmados para o efeito.

Em relação aos FSE da área de Gestão e Exploração, e tomando em consideração o valor médio anual no período 2023 - 2027, destaca-se a importância das rubricas Subcontratos (55,9%), Publicidade (12,9%) e Rendas e Alugueres (13,0%), reflexo direto do esforço financeiro que a GO Porto pretende sinalizar nesta área de negócio, concretamente, nos primeiros anos de plano, com a gestão e exploração do Mercado do Bolhão.

Quanto aos FSE indiretos comuns a toda a estrutura da Empresa, e representando apenas 1,26% do total dos FSE planeados para o período 2023 – 2027, assumem relevância relativa dentro dessa estrutura, os gastos com as rubricas: Subcontratos (11,5%); Trabalhos Especializados (10,2%); Publicidade (11,5%); Conservação e Reparação (17,4%); e Rendas e Alugueres (28,7%), perfazendo conjuntamente 79,3% do total. No caso da rubrica Rendas e Alugueres, além de incluir os gastos, entre outros, a incorrer com a frota automóvel (locação operacional e parque de estacionamento), estão contemplados, igualmente, os gastos a incorrer com as rendas das instalações de funcionamento da GO Porto, no Edifício S. Dinis, n.º 10, na Travessa da Bica Velha, após a mudança, em julho de 2021, do Edifício Via Rápida - Instalações provisórias.

No caso concreto da locação operacional da frota automóvel:

- Lembra-se que foi por deliberação do Conselho de Administração da GO Porto de 13 de outubro de 2017, que foi aprovada a decisão de contratar uma frota automóvel de veículos elétricos e híbridos plug-in, por um período de 48 meses, com recurso à constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes, nos termos do disposto no artigo 39.º do CCP, tendo sido a adjudicação deliberada a 24/11/2017 e o contrato outorgado a 07/03/2018, firmando com a entidade LEASEPLAN;

- Contudo, e antes do final do 1.º semestre de 2022, com a aproximação do término do referido contrato, mostrou-se necessário proceder à prorrogação do mesmo por um período de 9 meses, em virtude, essencialmente, da instabilidade existente no mercado automóvel, que, ainda hoje, vem gerando dificuldades objetivas na definição de especificações e na disponibilização de viaturas, e da necessidade de se garantir que não existiria interrupção no acesso a viaturas por parte da GO Porto, no período compreendido entre a extinção dos contratos em vigor e a disponibilização das viaturas no âmbito de um novo contrato;

- Neste sentido, e por deliberação datada de 11 de março de 2022 (Ref.ª INT/405/GOP/22), o Conselho de Administração decidiu a referida prorrogação, por um período máximo até 31 de março de 2023, e cujo valor de impacto orçamental veio a ser, definitivamente, determinado e cabimentado, através da informação INT/2572/GOP/22, deliberado pelo Conselho de Administração, a 29 de julho de 2022;

- Por fim, e com a devida dotação orçamental no período de plano 2023 – 2027, referir que até ao término do referido período de prorrogação, estima-se que a GO Porto principie a receção dos novos veículos ao abrigo do procedimento de “Aluguer Operacional de Veículos Automóveis Ligeiros”, que: a) Por deliberação do Conselho de Administração da GO Porto de 11 de fevereiro de 2022 (INT/425/GOP/22), aprovou a constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes, constituído e liderados pelo Município do Porto, com a participação da GO Porto e das restantes entidades participadas pela Autarquia, por um período de 60 meses, com a incorporação adicional de 9 meses (270 dias) de prazo máximo para a entrega de viaturas; b) Por deliberação do Conselho de Administração da GO Porto de 11 de março de 2022 (INT/712/GOP/22), aprovou os respetivos compromissos plurianuais adstritos à GO Porto, no valor total de 490 mil euros; e c) Por deliberação do Conselho de Administração da GO Porto, datada de 29 de setembro de 2022, adjudicou a KINTO Portugal, S.A., na qualidade de locadores, a locação dos novos veículos, que, à data do presente relatório, e dentro ainda do suprarreferido período de 270 dias para entrega dos mesmos, são aguardados por esta empresa municipal.

Descreve-se, resumidamente, de seguida a composição dos Fornecimentos e Serviços Externos:

- A despesa prevista na rubrica de “Subcontratos” é relativa, por um lado, à aquisição de serviços de construção civil, no âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos e, por outro lado, no âmbito da área de gestão e exploração, os serviços de recolha e tratamentos de resíduos sólidos e urbanos e os contratos de “Facilities

Management", referentes aos equipamentos municipais, Mercado do Bolhão e Edifício S. Dinis, Sede da GO Porto.

- A rubrica "Trabalhos especializados" compreende, nomeadamente, gastos com serviços conexos com a empreitada, como estudos, projeto, fiscalização e consultoria, consultores das áreas da segurança, assistência/manutenção ao software e hardware, jurídico, auditoria da Qualidade e higienssanitárias, despesas bancárias e serviços de arquivo.
- Na rubrica "Publicidade", estão incluídos os gastos com a publicação de relatórios e outros gastos de material de divulgação. Nesta rubrica, e para além de gastos em eventos e outras promoções adstritas à estrutura comum da GO Porto, estão consideradas as iniciativas de divulgação e promoção dirigidas a favor da gestão e exploração dos equipamentos atribuídos pelo Município do Porto à GO Porto.
- A rubrica "Honorários" compreende, entre outros, os gastos com a revisão legal das contas e os encargos previstos com consultorias de preparação e apoio à gestão e exploração dos equipamentos afetos pelo Município.
- A despesa prevista na rubrica "Conservação e reparação" refere-se aos gastos previstos na gestão da frota da GO Porto, conservação dos equipamentos de impressão e assistência técnica ao relógio de ponto e outros periféricos. Relevam-se ainda aqui, quer gastos de renovação de licenças e certificados de software em uso na empresa, quer outros gastos residuais que possam vir a ocorrer no âmbito da gestão corrente de alguns imóveis que possam estar sob a gestão e exploração da empresa.
- Na rubrica "Livros e documentação técnica", estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica ao nível das diversas áreas administrativas e técnicas da GO Porto.
- A rubrica "Material de escritório" aponta dotação orçamental para gastos desta natureza ao nível quer das áreas de negócio, quer das áreas administrativas de apoio.
- A rubrica de "Eletricidade" compreende em termos temporais o consumo energético na Sede da GO Porto no Edifício S. Dinis, como também, os consumos no Mercado do Bolhão. Relevam-se, igualmente, os gastos de consumo de eletricidade do parque automóvel existente (elétrico e híbrido) nas instalações da Sede.
- A rubrica "Combustíveis" compreende, quer o consumo médio por quilómetro e por n.º de viaturas híbridas da Empresa, quer os encargos deste género a suportar pela GO Porto, nos imóveis sob a sua gestão e exploração.
- A rubrica "Água" compreende em termos temporais os gastos com o consumo de água na Sede da GO Porto no Edifício S. Dinis e, igualmente, nos imóveis sob gestão e exploração da empresa.
- A rubrica "Deslocações e estadas" prevê despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço, utilizando para o efeito outros meios de transporte e alojamento.



- Na rubrica "Rendas e alugueres", estão incluídos os gastos com a renda dos contratos de aluguer de equipamentos de transporte, hardware, cópia e impressão, como também estão relevadas as rendas do Edifício S. Dinis e as rendas decorrentes da futura gestão e exploração do AMIP.
- Os gastos de comunicação estimados na rubrica "Comunicação", incluem todo o volume de correio, as comunicações da rede fixa, incluindo fax, internet e as comunicações da rede móvel. Nesta rubrica estão previstas despesas de comunicação e promoção destinada aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração da GO Porto.
- Na rubrica de "Seguros", estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da GO Porto, de responsabilidade civil, do recheio das instalações e do equipamento informático. No caso do seguro de responsabilidade civil, está contida uma dotação orçamental destinada, quer aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração, quer aos empreendimentos executados pela GO Porto no âmbito da área de Gestão de Empreendimentos, neste caso, com o valor do seguro diretamente proporcional ao volume de atividade previsto no período em plano.
- O valor estimado na rubrica de "Despesas de Representação" diz respeito aos gastos previstos nos contratos dos dois administradores executivos em funções na GO Porto.
- O valor estimado para a rubrica "Limpeza, higiene e conforto", é relativo aos gastos contratualizados de serviços de limpeza, bem como, relativos aos gastos de produtos de higiene e conforto.
- O valor estimado nas rubricas de "Outros serviços" e "Ferramentas e utensílios" serve para fazer face a pequenos custos que, pela sua natureza, se efetuam dentro da empresa num cenário de atividade normal, mas que venham a ser subcontratados num quadro de excesso esporádico de atividade.

Os Fornecimentos e Serviços Externos encontram-se resumidos no seguinte mapa:

ca
lt.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
GASTOS DIRETOS DE OBRA					
Subcontratos CGE - reflectados à CMP	55 550 812,15	72 279 389,31	71 964 657,26	66 980 721,74	26 042 678,34
Subcontratos - facturados a Outras Entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Sub-total gastos de Obra / directos	55 792 812,15	72 521 389,31	72 206 657,26	67 222 721,74	26 284 678,34
GASTOS DIRETOS DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO					
Outros subcontratos ou concessões	1 578 010,31	1 504 932,20	1 767 606,56	1 767 606,56	1 767 606,56
Trabalhos e especializados	55 800,00	37 300,00	57 300,00	37 300,00	57 300,00
Publicidade e propaganda	291 600,00	401 000,00	398 500,00	388 500,00	377 500,00
Honorários	14 400,00	14 400,00	14 400,00	14 400,00	14 400,00
Comissões - De serviços financeiros	9 500,00	9 500,00	9 500,00	9 500,00	9 500,00
Conservação e Reparação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Livros e documentação Técnica	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00
Material de escritório	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	2 446,24	2 411,38	2 670,31	2 969,24	3 108,70
Electricidade	144 000,00	240 000,00	367 000,00	367 000,00	367 000,00
Combustíveis	5 100,00	5 800,00	8 350,00	9 050,00	9 750,00
Água	99 324,00	165 540,00	176 837,75	176 837,75	176 837,75
Transportes de mercadorias	50,00	60,00	70,00	80,00	90,00
Rendas e Aluguéis	6 800,00	6 800,00	763 760,00	763 760,00	763 760,00
Consumição	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Seguros	0,00	0,00	6 000,00	6 000,00	6 000,00
Sub-total gastos Da Área de Exploração / directos	2 817 230,55	2 397 943,58	3 582 214,61	3 553 203,54	3 583 053,00
GASTOS ESTRUTURA DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO / INDIRETOS					
Conservação e Reparação	221,40	221,40	221,40	221,40	221,40
Livros e documentação Técnica	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
Combustíveis	1 033,20	1 033,20	1 033,20	1 033,20	1 033,20
Rendas e Aluguéis	5 446,89	5 602,19	5 602,19	5 602,19	5 602,19
Seguros	429,51	353,16	353,16	353,16	353,16
Sub-total gastos de estrutura da Área da DGE / indirectos	7 191,00	7 269,95	7 269,95	7 269,95	7 269,95
GASTOS DE ESTRUTURA / INDIRETOS					
Outros subcontratos ou concessões	80 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00	80 000,00
Trabalhos e especializados	85 418,80	78 093,67	63 100,60	63 107,61	63 115,00
Publicidade	62 200,00	75 100,00	99 100,00	75 100,00	91 100,00
Honorários	22 900,00	22 900,00	22 900,00	22 900,00	22 900,00
Comissões - De serviços financeiros	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
Conservação e Reparação	117 182,40	132 832,40	117 612,40	115 042,40	122 042,40
Piças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5 100,00	5 100,00	5 100,00	5 100,00	5 100,00
Livros e documentação Técnica	1 570,00	1 570,00	1 570,00	1 570,00	1 570,00
Material de escritório	5 720,00	5 720,00	5 720,00	5 720,00	5 720,00
Artigos de Higiene e Limpeza	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00
Medicamentos e artigos para a saúde	1 500,00	1 500,00	1 500,00	1 500,00	1 500,00
Outros materiais diversos de consumo	346,00	346,00	346,00	346,00	346,00
Electricidade	22 400,00	25 100,00	24 100,00	25 100,00	26 100,00
Combustíveis	7 626,00	7 626,00	7 626,00	7 626,00	7 626,00
Água	2 160,00	2 160,00	2 160,00	2 160,00	2 160,00
Deslocação e Estada	3 886,00	3 886,00	3 886,00	3 886,00	3 886,00
Transportes de Mercadorias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rendas e Aluguéis	182 943,48	203 870,16	204 512,74	203 870,16	203 870,16
Consumição	20 900,00	20 900,00	20 970,00	20 900,00	20 900,00
Seguros	37 216,20	37 394,88	37 394,88	37 394,88	37 394,88
Confisco e Notariado	8 700,00	8 700,00	9 250,00	8 700,00	8 700,00
Despesas de Representação	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Limpeza, higiene e conforto	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços - Outros	615,00	615,00	615,00	615,00	615,00
Sub-total gastos de estrutura / indirectos	6 71 683,88	7 12 704,11	7 08 753,62	6 82 728,05	7 06 735,44
TOTAL	58 488 917,59	75 639 306,94	76 504 895,43	71 465 923,27	58 581 736,73

4.3 - GASTOS COM O PESSOAL

No período 2023 – 2027, e tendo por referência a estrutura definida no Regime de Carreiras da empresa, a GO Porto prevê a distribuição de colaboradores, por Cargos e Carreiras, seguinte:

Regime de Carreiras	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Cargos					
Direção	4	4	4	4	4
Coordenação	2	2	2	2	2
Carreiras					
Técnico Superior					
Gestão	18	18	18	18	18
Responsáveis	4	4	4	4	4
Técnicos Superiores	15	15	15	15	15
Assistente Técnico					
Técnicos Especializados	1	1	1	1	1
Técnicos	4	4	4	4	4
Total	48	48	48	48	48

Para além dos colaboradores citados, a Empresa terá três administradores, conforme previsto nos Estatutos, sendo dois deles remunerados. A distribuição supracitada, quando desagregada por Área de Empresa é a seguinte:

ÁREAS	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Secretariado da Administração	1	1	1	1	1
Assessoria Técnica	1	1	1	1	1
Gabinete de Comunicação e Promoção	3	3	3	3	3
Gabinete do Espaço Público	1	1	1	1	1
Direção de Produção	18	18	18	18	18
Direção de Exploração	6	6	6	6	6
Direção Administrativa e Financeira	14	14	14	14	14
Direção Jurídico	4	4	4	4	4
Total	48	48	48	48	48

No período em plano, os pressupostos principais utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, FGCT e SAT): 23,8% no período de 2023 - 2027;

Handwritten initials or signature in the bottom right corner.

- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- O cálculo para formação foi efetuado tendo por base o vencimento hora de cada colaborador multiplicado pelo nº horas de formação obrigatórias (40h). Acresce o mesmo valor para a formação executiva;
- Taxa anual para assistência médica de 2,33%, em 2023, e nos anos restantes uma média de 2,55%;
- O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos;
- Atualização anual da massa salarial de 4,8%, em 2023, e de 2% nos anos seguintes;
- Tendo o Regime de Carreiras entrado em vigor em maio de 2022 prevê-se, para o período em análise (2023-2027), e considerando a aplicação dos critérios de progressão previstos na sua forma ótima, que as progressões na carreira ocorram a partir de 2024, com impacto médio no período de 1,79%.

No cálculo dos salários, foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de setembro de 2022. O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da Empresa ser constituído por funcionários oriundos da Autarquia e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

Nos termos do quadro exibido no Ponto "2 – PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2023-2027", o quadro de pessoal da GO Porto reflete a prossecução do procedimento de reorganização gradual da empresa, iniciado a partir de 2017. De facto, e após as admissões de novos trabalhadores ocorridas nos últimos exercícios – que vêm permitindo incrementar a qualidade do quadro de pessoal em ambas as áreas de negócio e nas áreas de apoio administrativo -, neste período em plano de cinco anos, estão previstas ainda novas admissões em áreas diversas da empresa. Desta forma, estima-se para o período 2023 - 2027 um valor médio anual de gastos com o pessoal de cerca de 2.392 mil euros.

4.4 GASTOS DE AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

As taxas de amortização e depreciações utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Ativos Intangíveis	
Software	33,33% - 100,00%
Ativos Fixos Tangíveis	
Ferramentas e Utensílios	12,50% - 25,00%
Equipamento Administrativo	12,50% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	12,50% - 100,00%

ca
A.

4.5-OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas orçamentados para o período 2023 - 2027 são diminutos e dizem respeito, essencialmente, a gastos com impostos, taxas e outros, bem como, despesas adicionais com taxas e licenciamentos.

5 – RESULTADO FINANCEIRO

Relembra-se que, decorrente da incapacidade legal da GO Porto de recorrer a endividamento de uma forma autónoma do Município do Porto, a projeção de gastos financeiros no período em plano de 2023 – 2027 é praticamente nula. Quanto aos rendimentos, estes derivam de uma normal gestão de tesouraria, pois traduzem as aplicações por períodos curtos e/ou muito curtos dos fundos recebidos da Autarquia que, entretanto, aguardam os processamentos dos pagamentos aos fornecedores, o que faz com que os rendimentos financeiros não assumam valores significativos. Este cenário foi construído com base na opção de resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneiço por recurso à Autarquia.

RESULTADO FINANCEIRO	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Juros e Ganhos Similares	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00

6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A GO Porto está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda, um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro tributável sujeito a imposto. Desta forma, e pelo princípio da prudência, foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5% para o período de 2023 - 2027.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, a Empresa está sujeita a tributação autónoma em sede de IRC, a taxa de 10%. Foram, ainda, considerados nos IGP 2023 – 2027, o pagamento por conta e a utilização dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores, conforme o disposto no CIRC.

ca
H

7 – RUBRICAS DE BALANÇO

7.1 – TESOURARIA

À semelhança de IGP anteriores, na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a 1.000 €.

7.2 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Dadas as diferentes naturezas dos serviços prestados, foi calculada uma taxa média ponderada de IVA a liquidar derivada das prestações de serviços, descrita no ponto 3 deste capítulo. O valor encontrado resulta da grande representatividade dos serviços de empreitada nos FSE totais que, para o período em plano, varia entre os 4,13% de 2024 e os 6,02% de 2027. Neste mesmo ponto, foram determinadas, igualmente, taxas médias de IVA dedutível noutras rubricas de exploração.

Neste ponto, considera-se igualmente um saldo devedor relativo a um processo de IVA de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) instaurado pela GO Porto (Processo judicial n.º 1277/14.0BEPR), no valor de € 112.010,07, quando esta empresa municipal requereu a condenação da AT a reconhecer o direito à regularização do imposto liquidado em excesso, em 2008. Sobre este processo judicial dá-se nota da sentença, de 14 de outubro de 2022, proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, a qual, julga parcialmente procedente a pretensão da GO Porto: por um lado, absolveu a AT do pedido apresentado pela GO Porto e, por outro lado, condenou a AT a admitir a revisão oficiosa apresentada pela GO Porto, ordenando a sua execução no prazo no prazo de quatro meses. Esta decisão ainda é passível de recurso até 16.11.2022. Aguarda-se pelo eventual trânsito em julgado.

Neste sentido, e porque o valor suprarreferido traduz-se, atualmente, no ativo da empresa, num crédito sobre o Estado, aguarda-se que, qualquer que seja o registo contabilístico que venha a ser decido efetuar no sentido da regularização final deste caso, haja uma competente aprovação, por parte do Município do Porto, sobre o impacto financeiro que o mesmo possa ter sobre a contabilidade patrimonial da GO Porto.

Quanto aos encargos patronais com os regimes de apoio social ao trabalhador, foi encontrada uma taxa média ponderada (segurança social e caixa geral de aposentações) de 22,23% para o período 2023 - 2027, por serem de duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço, trabalhadores vinculado por contrato

OK
H

individual de trabalho, enquadrados, portanto, no regime geral da segurança social e dentro deste último regime por alguns trabalhadores na situação de primeiro emprego que beneficiam de taxas mais reduzidas).

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, veio consagrar os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente (ME) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), e entrou em vigor no dia 1 de outubro de 2013. A adesão é obrigatória para todas as entidades empregadoras que celebrem contratos de trabalho regulados pelo Código do Trabalho, a partir daquela data.

O FCT e o FGCT são fundos autónomos destinados a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do Artigo 366.º do Código do Trabalho. Tanto um como o outro são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, que pode, em alternativa à adesão ao FCT aderir a ME, ficando neste caso, vinculado a conceder ao trabalhador garantia igual à que resultaria da vinculação ao FCT.

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva. O valor das entregas para o FCT, ou ao ME, corresponde a 0,925% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido. O valor das entregas para o FGCT corresponde a 0,075% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido pelo FCT ou ME. As entregas são feitas 12 vezes por ano, mensalmente, nos prazos previstos para o pagamento das quotizações e contribuições para a segurança social, por cada trabalhador.

No período em plano 2023 – 2027, a taxa média de seguro de acidentes de trabalho é de 0,74%, pelo que, o total de encargos sociais obrigatórios a cargo da entidade patronal ascende a 22,97%.

A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 25,59% que leva em linha de conta as taxas de retenção das tabelas de IRS de 2022.

A taxa média dos encargos sociais por conta dos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 12,68% que resulta das duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço e trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho, portanto, enquadrados no regime geral da Segurança Social).

ck
A

7.3 – DIFERIMENTOS

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos de rendas e alugueres de hardware e software a imputar aos anos seguintes.

7.4 – OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

No período em plano 2023 – 2027, e perfazendo uma média anual de 4.854,7 mil euros, a rubrica de “Outras Contas a Pagar”, em passivo não corrente, engloba os valores de depósitos das garantias dadas pelos fornecedores, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, quer por retenções efetuadas aquando dos pagamentos, e cujos valores serão oportunamente restituídos, conforme previsto na lei. Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2022 dos depósitos de garantia prestados a terceiros, os saldos devedores e de cobrança duvidosa de fornecedores. Nesta rubrica, mas ao nível do passivo corrente, estão relevados os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto, procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício. Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2022 da especialização do subsídio e perdas por imparidade.

7.5 – RESERVAS

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da GO Porto.

7.6 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é composto por 100.000 ações nominativas de valor nominal de 5,00 € cada, e encontra-se integralmente realizado pelo Município do Porto.

ca
H.

7.7 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Ponto não aplicável ao período em plano 2023 – 2027.

8 – OUTROS ASSUNTOS

A dependência financeira do Município do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos. Estas situações estão previstas no Contrato de Gestão de Empreendimentos, celebrado entre a GO Porto e o Município do Porto, o qual, regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, conseqüentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros, não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa, na medida em que, existe uma total recuperação dos mesmos.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese das responsabilidades eventuais, relativas aos contenciosos existentes:

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Tribunal Judicial					
Processos n.ºs 1140/04.2BEPR (1758)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção dos Conjuntos Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integrados no PER».	755 204,36 €	O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto condenou a GO Porto a pagar uma indemnização que vier a ser apurada em sede de execução de sentença. A GO Porto recorreu da sentença para o Tribunal Central do Administrativo do Norte que absolveu a GO Porto de 539.912,33€ e relegou 161.292,03€ para liquidação em execução de sentença. O Autor recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo, no que respeita aos 539.912,33€, alegando que a sua condenação deveria ter sido relegada para liquidação em execução de sentença. O Supremo Tribunal Administrativo julgou o recurso procedente e condenou a GO Porto no pagamento da quantia que vier a ser liquidada em execução de sentença, com o limite de 539.912,33€. Na sequência do mesmo o Autor intentou um Incidente de Liquidação, que corre por apenso ao processo principal. A GO Porto impugnou o valor peticionado nesta sede, aguardando-se pela realização de Perícia a fim de apurar o valor efetivo a liquidar. As autoras apresentaram Réplica, à oposição deduzida pela GO Porto. Foi nomeado o Perito em representação da GO Porto. Aguarda-se resultado da Perícia e marcação da audiência de julgamento.
Processo n.º 752/05.1BEPR (1782)	Jaime Ribeiro & Filhos SA	Ação administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução da empreitada «Requalificação da Frente da Ribeira».	4 224 802,80 €	Foi proferida sentença: a GO Porto foi absolvida de parte do pedido, em montante correspondente a € 3.925.283 e foi condenada a pagar € 289.599,95. A GO Porto interpsu recurso jurisdicional relativo à parte da sentença que lhe foi desfavorável. Autos subiram ao TCA Norte. Proferido Acórdão, favorável à GO Porto, o Autor interpsu Recurso de Revista, invocando a nulidade do Acórdão, por oposição da fundamentação, com a conclusão. A GO Porto apresentou contraalegações (03.02.2020). O Recurso de Revista foi admitido, subindo ao STJ, tendo por fundamento eventual erro de julgamento e não a referida nulidade. A GO Porto contradalegou (04.03.2020). O STJ, por Acórdão do STJ datado de 09.07.2020, decidiu não admitir a Revista, por desnecessidade da mesma. Desta forma, mantém-se a decisão do TCAN, o qual tendo revogado a decisão condenatória, no valor de 289.599,05€, remeteu o pagamento para a liquidação em montante a apurar em sede de execução de sentença.
Processo n.º 1541/07.1BEPR (1856)	Alberto Couto Alves, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma ação administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Sociedade no âmbito da Execução da Empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	15 000,00 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.1BEPR; 1076/08.2BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 que não se realizou. Aguarda-se desenvolvimento do processo (sentença).
Processo n.º 1079/08.1BEPR (1887)	Alberto Couto Alves, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma ação administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	336 082,27 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.1BEPR; 1076/08.2BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1081/08.4BEPR (1888)	Alberto Couto Alves, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma ação administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	158 430,97 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.1BEPR; 1076/08.2BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1076/08.2BEPR (1889)	Alberto Couto Alves, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma ação administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	68 947,76 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.1BEPR; 1076/08.2BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1085/08.7BEPR (1892)	Alberto Couto Alves, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma ação administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	47 703,60 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.1BEPR; 1076/08.2BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foram marcadas novas datas de continuação de julgamento para Setembro de 2013. Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).

OK
H.



PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Tribunal Judicial					
Processo n.º 2836/10. 8BEPRT	Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A GO Porto em sede de execução da empreitada, responsabilizou o empreiteiro pelo custo de trabalhos de supressão de erros e omissões do caderno de encargos não tempestivamente identificados no montante de € 277.946,41. O empreiteiro impugnou judicialmente aquela decisão da GO Porto.	277.946,41 €	A GO Porto contestou a acção. O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto proferiu decisão favorável à GO Porto. O empreiteiro interpôs recurso jurisdicional e a GO Porto contra alegou. Aguarda-se decisão (acórdão).
Processo n.º 2133/14. 7BEPRT (2089)	Trevotopázio – Sociedade Empresarial, S.A., José Carlos Mendes dos Santos e Maria Manuela Queirós Vasconcelos Hora dos Santos	Ação administrativa comum com processo ordinário	As Autoras intentaram uma ação administrativa comum contra a Empresa, na Empreitada de "Remodelação do Edifício dos Correios – Arquivo e Cantina" pedindo a condenação da Empresa a pagar a duas das Autoras o montante de € 59.117,02, acrescidos de juros à taxa legal, ou se assim se não entendesse, a condenação da Empresa a pagar à Autora "Trevoto-pázio", o referido valor e também ser condenada ao pagamento de uma sanção pecuniária no montante de €100,00 por dia de atraso de pagamento do valor que vier a ser arbitrado, após trânsito em julgado.	59.117,02 €	A GO Porto contestou. Em 09-07-15 foi proferida sentença que absolveu a GO Porto do pedido. Autores interpuzeram recurso que subiu ao TCA Norte. A 06.11.15 foi proferido parecer do M.P. que confirmou sentença. Foi proferido acórdão, pelo TCA Norte, não favorável à GO Porto. A Go Porto apresentou recurso ao STA. Aguarda decisão final.
Processo n.º 18464/16. 9TBPRT (2109)	Ré:Caixa Geral de Depósitos, S.A.		A GO Porto intentou uma ação de condenação contra a Ré, pedido a sua condenação a entregar à Empresa a importância de €160.282,02, por conta das garantias bancárias por elas prestadas, bem como pagar-lhe os juros moratórios vencidos à taxa de 17,6%, no montante de €25.350,01, e vencidos, à mesma taxa até integral pagamento.	223.723,92 €	A Ré contestou. Foi proferida sentença que declarou o Tribunal Civil incompetente em razão da matéria. Em consequência após o termo do período de suspensão (decorrente da pandemia covid-19) foi requerido o envio do processo para o TAF do Porto, com aproveitamento dos atos. Foi proferido despacho de admissão do requerido. Foi remetido o processo para o TAF do Porto, que se declarou incompetente em razão da matéria, tendo officiosamente determinado o envio do processo para o Tribunal dos Conflitos. Após notificação do Tribunal dos Conflitos a GoPorto apresentou a respetiva pronúncia.
Processo: n.º 1677/17. 3BEPRT	CCCAH - PortoSushi, Actividades Hoteleiras, Lda. (GOSHO)	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora pede uma indemnização por lucros cessantes, no valor de 391.672,34€, acrescido de juros legais, contados desde a data da citação.	391.672,34 €	A GO Porto apresentou contestação. Realizada audiência de julgamento. Aguarda-se decisão (sentença).
Processo n.º 2071/09. 3BEPRT (1945)	Jaime Queirós Ribeiro, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma ação administrativa comum, sob forma de processo ordinário contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Ligação ao Vadufo da Pretada – Troço Sul».	€25.150,49 €	Foi proferida sentença que condenou a Go Porto no pagamento de 47.093,86€, acrescido de juros, absolvendo-a do demais peticionado. O processo judicial está findo. Decorre processo extrajudicial para recuperação dos créditos da GO Porto, tendo em conta a sentença e as garantias existentes (retenções e garantias bancárias).
Processo n.º 12118/12.9 TJVE	Ré: Jaime Queirós Ribeiro, S.A.	Processo de Insolvência	No âmbito do processo de insolvência da Ré, foi reconhecido à GO Porto como crédito comum, um crédito no valor de 392.708,40 €	392.708,40 €	Já foi proferida sentença de gradação de créditos estando este apenas resolvido. Quanto à liquidação do património da massa a mesma está ainda em curso, estando a administradora judicial a promover diligência de venda dos móveis e imóveis outrossa pertencentes à insolvente, o que ainda não terminou e, posteriormente, pelo respetivo raitao entre os credores.
Processos n.ºs 40/05. 3BEPRT (1798)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	As Autoras deduziu contra a empresa um incidente de liquidação relativo aos danos emergentes derivados de suspensão, ocorridos entre Outubro de 2002 a 13 de Março de 2013, no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção dos Conjuntos Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integrados no PER».	267.718,14 €	A GO Porto deduziu a competente contestação. A GO Porto foi absolvida da instância relativamente aos pedidos da Requerente Jaime Ribeiro & Filhos, SA. Foi proferida Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal absolvendo a GO Porto da instância. Fomos notificados no dia 20.02.2019, de novo incidente de liquidação interposto contra a GOP. No dia 07.03.2019 foi apresentada a respetiva oposição ao incidente, solicitando uma nova perícia. Foi apresentado relatório pericial, o qual é favorável à GO Porto. As autoras, em consequência, vieram reclamar do mesmo. Realizada a audiência de julgamento, aguarda-se pela sentença.
Processo n.º 1277/14.0BEPRT	Autoridade Tributária	Ação Administrativa Especial	Propositura de ação administrativa especial, no TAF Porto, com vista à anulação do Despacho de indeferimento de pedido de revisão oficiosa, proferido pela Autoridade Tributária.	112.010,07 €	Sentença proferida TAF do Porto a 14.10.2022, a qual julga parcialmente procedente a pretensão da GO Porto. Recorde-se que a GO Porto tinha requerido a condenação da AT a reconhecer o direito à regularização do imposto liquidado em excesso em 2008 (112.010,07 €), tendo o tribunal absolvido a AT deste pedido. Em contrapartida tendo anulado o ato administrativo de liquidação do imposto, impugnado pela GO Porto, reconheceu o direito à revisão oficiosa, determinando que a AT deviria no prazo de 4 meses dar início à tramitação da mesma. Esta decisão ainda é passível de recurso até 16.11.2022. Aguarda-se pelo eventual trânsito em julgado.
Processo n.º 3181/19.6BEPRT	H. Santos & Companhia, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Ação Administrativa, requerendo a anulação da deliberação pela qual a GO Porto aplicou multa contratual.	7.310,22 €	A GO Porto deduziu a competente contestação, não tendo, até ao momento conhecido quaisquer desenvolvimentos processuais. (Aguarda-se o normal decorrer da ação - diligências processuais)
Processo n.º 105/20. 1BEPRT	H. Santos & Companhia, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Ação Administrativa, requerendo a anulação da deliberação pela qual a GO Porto aplicou multa contratual.	121.837,07 €	A GO Porto deduziu a competente contestação, não tendo, até ao momento conhecido quaisquer desenvolvimentos processuais. (Aguarda-se o normal decorrer da ação - diligências processuais)

CA
 H.

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Tribunal judicial					
Processo n.º 2437/20.0BEPRT	H. Santos & Companhia, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Ação Administrativa, requerendo o pagamento de trabalhos alegadamente executados, mas não reconhecidos pela GO Porto (trabalhos a mais) assim como, o pagamento de Revisão de Preços, não aceite pela GO Porto.	167.238,86 €	A GO Porto deduziu a competente contestação, verificando-se que não existiram quaisquer desenvolvimentos processuais, até ao momento. (Aguarda-se o normal decorrer da ação - diligências processuais)
Proc. n.º 378/22.5 BEPRT	Rita Araújo Ramalho	Ação Administrativa	1.º Concurso de Atribuição de Espaços no Mercado do Boalhão: a autora contesta a decisão tomada pelo Júri do Concurso, na 3.ª Fase do Concurso, de admissão da candidata Ana Maria da Fonseca Balista Arteiro de Carvalho a quem, em sede de Hasta Pública, lhe foi adjudicada uma Banca de Pão e Bolo. Peticionou a nulidade e/ou invalidade dos atos de adjudicação da referida Banca	30.000,01 €	Tendo caído a providência cautelar, foi apresentada contestação parte da GO Porto. Não existem novas diligências marcadas, aguardando-se pela apreciação prévia, em sede de saneamento do processo, do Tribunal.
Tribunal arbitral					
Processo n. CMA 24-A/2021 Petição Inicial março de 2022	Lúcio & ACA - Boalhão ACE	Ação em Processo Arbitral	No âmbito da empreitada de "Restauro e de Modernização do Mercado do Boalhão" o empreiteiro (ACE) intentou uma ação pela qual requere a condenação da GO Porto (i) no reconhecimento à prorrogação do prazo de execução da empreitada e, consequentemente, do direito a sobrecustos e perdas e danos suportadas (pela subfaturação, prazo não absorvido, encargos de estrutura, custos pela maior permanência em obra - negociação de subcontratos e agravamento dos recursos); (ii) no direito ao reconhecimento dos trabalhos complementares executados e não reconhecidos pelo ACE.	±.505.616,33 €	O Tribunal Arbitral Ad Hoc constituído por acordo entre a GO Porto e o empreiteiro. Foi apresentada Petição Inicial pelo Empreiteiro, tendo a GO Porto através dos seus mandatários apresentado a respetiva Contestação em maio de 2022, tendo sido requerida a improcedência de todos os pedidos formulados pela autora. Em junho de 2022, a Autora respondeu à Contestação da GO Porto. Posteriormente em julho de 2022, esta apresentou a sua resposta, sendo que em setembro (após férias judiciais) a GO Porto irá ainda responder às "exceções" invocadas pelo ACE. O processo seguirá os seus trâmites, aguardando-se pelo "saneamento" processo. Ou seja, uma apreciação prévia que visa regularizar irregularidades e fixar as questões de mérito.

Em conclusão, é convicção da GO Porto que, salvo um ou outro caso pontual, não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional às diferentes autoras. Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, de as contendidas judiciais poderem vir a ser desfavoráveis.

9 - CONCLUSÃO

Para o período 2023 - 2027, está previsto que o cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional irá gerar um valor positivo de resultados líquidos, no montante de € 85.874,90.

Ressalva-se que as obras com prazos de término imperativo poderão acarretar encargos financeiros adicionais, caso a Autarquia do Porto não possa cumprir com os prazos de pagamento contratualmente estabelecidos. Apresenta-se no quadro seguinte, alguns indicadores económico-financeiros para o período em plano:

INDICADORES	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
FINANCEIROS					
Liquidez geral	2,21	2,40	2,94	3,54	3,04
Autonomia Financeira	19,16%	19,49%	20,09%	20,57%	20,38%
Autofinanciamento	67 706	180 253	161 903	143 551	32 346

OK
H

B – ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
RENDIMENTOS E GASTOS						
VENDAS	8-A-3	252 720,00	249 120,00	277 920,00	306 720,00	321 120,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	8-A-3	57 288 222,91	74 177 888,75	73 940 168,70	68 956 253,18	28 010 189,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS	8-A-3	3 932 500,00	3 965 243,62	5 005 635,10	4 973 937,00	4 919 005,38
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	8-A-4.1	-104 251,97	-101 417,32	-204 094,49	-226 771,65	-228 110,24
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	8-A-4.2	-58 488 917,99	-75 639 306,94	-76 504 095,43	-71 465 923,27	-30 581 736,73
GASTOS COM O PESSOAL	8-A-4.3	-2 344 736,25	-2 304 089,26	-2 427 479,94	-2 397 289,57	-2 485 168,01
IMPARIIDADES DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERSÕES)		-1 988,82	-1 960,47	-2 187,24	-2 414,01	-2 527,40
IMPARIIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	8-A-4.4	-1 000,00	-1 000,00	-1 000,00	-1 000,00	-1 000,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	8-A-3	20 000,00	22 600,00	21 430,00	26 280,00	28 000,00
OUTROS GASTOS E PERDAS	8-A-4.5	-21 045,00	-21 045,00	-21 045,00	-21 045,00	-21 045,00
RESULTADO ANTES DE DEPRECIações E GASTOS DE FINANCIAMENTO		72 383,29	185 393,38	167 501,69	148 766,67	37 606,98
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	8-A-20-A-4.4	-32 270,29	-163 335,38	-143 291,57	-126 261,67	-114 902,53
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO)		20 113,00	22 258,00	24 210,12	22 505,00	22 704,45
JUROSE RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	10B-A.1	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
JUROSE GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	8-A.5	-200,00	-200,00	-200,00	-200,00	-200,00
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		19 928,00	22 073,00	24 025,12	22 320,00	22 519,45
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	8-A.6	-4 492,52	-4 975,14	-5 413,69	-5 038,72	-5 075,60
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		15 435,48	17 097,86	18 611,43	17 281,28	17 443,85

ck
H.

C – ORÇAMENTO DE TESOURARIA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	ANO 2023	ANOS SEQUINTE			
			ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS						
RECEBIMENTOS						
Clientes	I-DI-A-3	60 267 101,85	77 531 298,54	77 507 581,83	72 332 207,43	50 078 970,68
Subsídio à Exploração	I-DI-A-3	3 552 500,00	3 965 243,62	5 085 635,10	4 973 937,00	4 919 805,38
PAGAMENTOS						
Fornecedores	I-DI-A-4.2	61 022 177,02	78 687 574,24	79 905 583,20	74 672 417,20	32 564 640,19
Pessoal (incluindo IRS, CGA e SS)	I-A-4.3	2 363 381,79	2 403 753,61	2 446 730,95	2 416 812,92	2 425 049,56
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		4 54 043,05	4 85 214,31	2 42 982,78	2 16 916,32	9 086,32
OUTROS RECEBIMENTOS						
Estado (IVA)	I-A-3/II-A-4.2					
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	I-A-6	32 434,22	1 000,00	1 000,00	1 000,00	76 932,07
Outros recebimentos (Estado, Banca e Outros)		1 749,20	8 209,32	18 520,39	5,00	117,43
Rubricas Extraordinárias		562,40	562,40	562,40	562,40	562,40
OUTROS PAGAMENTOS						
Estado (IVA)	I-A-3	20 000,00	257 285,01	195 847,90	137 285,15	20 000,00
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	I-A-6	4 093,81	6 261,78	6 720,28	8 134,40	6 773,07
Outros pagamentos (Estado, Banca e Outros)		19 945,00	19 945,00	19 945,00	19 945,00	19 945,00
Rubricas Extraordinárias						
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		424 750,06	1 31 494,23	40 552,39	53 069,18	39 980,15
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO						
RECEBIMENTOS						
Activos Fijos Tangíveis	I-A-2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Rendimentos Similares	I-DI-A-5	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
PAGAMENTOS						
Activos Fijos Tangíveis	I-A-2	12 300,00	104 550,00	12 300,00	12 300,00	12 300,00
Activos Intangíveis	I-A-2	393 310,62	6 150,00	6 150,00	6 150,00	6 150,00
Investimentos Financeiros	I-A-2	7 464,06	7 509,40	7 771,45	7 589,33	7 544,93
Juros e Gastos Similares		200,00	200,00	200,00	200,00	200,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		-413 264,68	-118 399,40	-26 411,45	-26 199,33	-26 184,93
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
PAGAMENTOS						
Financiamentos Obtidos	I-A-7.7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		11 485,38	13 094,84	14 140,94	26 869,84	13 795,21
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES 1 DE JANEIRO		5 624 959,69	5 636 445,07	5 649 539,91	5 663 680,85	5 690 550,70
MÍNIMO DE CAIXA		1 000,00				
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES 31 DE DEZEMBRO		5 636 445,07	5 649 539,91	5 663 680,85	5 690 550,70	5 704 345,91

D – BALANÇO PREVISIONAL

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
ACTIVO						
ATIVO NÃO CORRENTE						
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	B-A-208-A-4.4	21 575,74	69 864,54	44 814,06	18 965,03	19 052,50
ATIVOS INTANGÍVEIS	B-A-208-A-4.4	320 081,42	198 657,23	95 413,15	10 000,50	10 000,50
INVESTIMENTOS EM CURSO	B-A-208-A-4.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	B-A-208-A-4.4/0-A-7.4	4 897 472,18	4 903 419,18	4 909 628,23	4 915 625,16	4 921 607,69
		5 229 129,34	5 171 940,95	5 849 855,43	4 944 590,69	4 950 670,69
ATIVO CORRENTE						
INVENTÁRIOS	B-A-4.1	20 627,98	30 885,83	40 637,98	49 884,43	58 878,03
CLIENTES, CONTRIBUÍNTES E UTENTES	FOR-A-3	51 933,49	51 933,49	41 894,97	51 894,97	51 933,49
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	B-A-4.3/0-A-6/0-A-7.2	117 779,22	107 581,64	96 380,73	85 766,51	58 941,67
OUTRAS CONTAS A RECEBER	B-A-7.4	706 932,60	726 300,85	725 115,61	712 645,24	844 955,49
DIFERIMENTOS	B-A-7.3	42 468,71	47 231,41	53 578,78	61 994,76	73 167,35
CAXA E DEPÓSITOS	B-A-7.1	780 707,69	794 002,53	808 943,47	835 813,32	849 608,53
		1 720 449,70	1 758 735,75	1 766 551,55	1 795 989,22	1 937 484,56
TOTAL DO ATIVO		6 959 579,83	6 930 676,71	6 816 406,98	6 740 579,91	6 888 155,25
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO						
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
PATRIMÓNIO/CAPITAL	B-A-7.6	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00
RESERVAS	B-A-7.5	765 427,05	765 427,05	765 427,05	765 427,05	765 427,05
RESULTADOS TRANSITADOS	B-A-7.5	52 814,08	68 249,57	85 347,42	103 955,84	121 245,12
		1 318 241,13	1 333 676,62	1 350 774,47	1 369 382,89	1 386 672,17
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	R-0	15 435,48	17 097,86	18 608,42	17 289,28	17 443,86
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		1 333 676,62	1 350 774,47	1 369 382,89	1 386 672,17	1 404 116,03
PASSIVO						
PASSIVO NÃO CORRENTE						
OUTRAS CONTAS A PAGAR	B-A-7.4	4 854 737,38	4 854 737,38	4 854 737,38	4 854 737,38	4 854 737,38
		4 854 737,38				
PASSIVO CORRENTE						
CREDORES P/TRANSFERÊNCIAS E SUBS. CONCEDIDA	B-A-7.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FORNECEDORES	FOR-A-4.2	280 413,49	215 413,49	75 413,49	5 413,49	114 591,11
ADIANT. DE CLIENTES, CONTRIBUÍNTES E UTENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	B-A-4.3/0-A-6/0-A-7.2	151 741,28	152 009,41	141 871,13	123 065,25	143 172,83
FORNECEDORES DE INVESTIMENTO	B-A-7.4	4 578,64	4 578,64	4 578,64	4 578,64	4 578,64
OUTRAS CONTAS A PAGAR	B-A-7.4	381 365,93	370 300,12	387 941,26	383 388,53	384 275,84
		788 099,34	742 381,67	609 894,52	516 445,91	646 618,42
TOTAL DO PASSIVO		5 642 836,72	5 597 119,05	5 464 541,90	5 371 183,29	5 501 355,80
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		6 976 513,34	6 947 893,52	6 833 924,79	6 757 855,46	6 985 471,83

ck
 M.



III – EQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

ck
st.

EQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

No período em plano 2023 – 2027, os encargos diretos com a área de Gestão e Exploração serão financiados através das receitas próprias geradas pela exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas adstritas pelo Município do Porto à gestão da GO Porto, e ainda pelo subsídio à exploração atribuído pela Autarquia.

Os encargos com os gastos de obra (subcontratos) serão financiados através das receitas obtidas via o Contrato de Gestão de Empreendimentos, firmado com o Município do Porto.

Os encargos de estrutura da Empresa – gastos operacionais indiretos – serão financiados pelo Município do Porto sob a forma de subsídio à exploração, atribuído pela Autarquia.

Para o período em plano 2023 - 2027, em condições de execução contratual regulares, o pretendido equilíbrio estará garantido, conforme se apresenta no mapa seguinte:

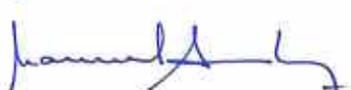
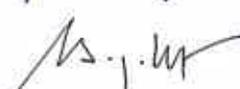
GASTOS	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Gastos Operacionais					
Contrato de Obra					
Fornecimentos e Serviços Externos Obra CGE	55 550 812,15	72 279 389,31	71 964 657,26	66 980 721,74	26 042 678,34
Fornecimentos e Serviços Externos Obra outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Gastos contrato de Obra	55 792 812,15	72 521 389,31	72 206 657,26	67 222 721,74	26 284 678,34
Contrato de Exploração					
Costos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	104 251,97	181 417,32	204 094,49	226 771,65	238 110,24
Gastos com o Pessoal	244 295,01	289 525,66	289 545,21	289 564,95	289 522,87
Fornecimentos e Serviços Externos dos Equipamentos Explorados	2 017 230,55	2 377 943,58	3 582 214,61	3 553 203,54	3 583 053,00
Fornecimentos e Serviços Externos de Estrutura DGE	7 191,00	7 269,95	7 269,95	7 269,95	7 269,95
Imparidades de Inventários	1 908,02	1 960,47	2 187,24	2 414,01	2 527,40
Gastos de Depreciação e de Amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	19 882,00	19 882,00	19 882,00	19 882,00	19 882,00
Gastos contrato exploração	2 474 839,35	2 857 998,91	4 065 193,49	4 059 106,10	4 108 425,46
Estrutura					
Gastos com o Pessoal	2 100 441,24	2 135 283,60	2 177 934,73	2 147 604,60	2 155 505,94
Fornecimentos e Serviços Externos	671 683,38	712 704,11	708 753,60	682 738,05	706 735,44
Imparidades de Dívidas Receber	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
Gastos de Depreciação e de Amortizações	52 270,29	163 135,38	143 294,57	126 261,67	14 902,53
Outros Gastos	1 163,00	1 163,00	1 163,00	1 163,00	1 163,00
Juros e Gastos similares suportados	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00
Gastos da estrutura	2 826 758,41	3 013 486,09	3 032 545,93	2 959 837,35	2 879 586,91
Imposto Sobre Rendimentos do Período	4 492,32	4 975,14	5 413,69	5 030,72	5 075,60
Total	61 098 902,43	78 397 849,52	79 309 610,37	74 245 895,98	33 269 766,31

ca
H.

PROVEITOS	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
Prestação Serviços contacto de mandato - CGE	55 560 612,15	72 279 389,31	71 964 657,26	66 980 721,74	26 042 638,34
Prestação Serviços contacto outras entidades	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00	242 000,00
Vendas contacto de exploração	252 720,00	289 120,00	277 920,00	306 720,00	321 120,00
Prestação Serviços contacto de exploração	1 495 410,76	1 656 499,44	1 733 511,44	1 733 511,44	1 733 511,44
Revisão de Impedidos e Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios Estrutura	3 552 500,00	3 963 243,62	5 085 635,10	4 973 937,80	4 919 805,38
- contacto de mandato	2 826 758,41	3 013 436,09	3 832 345,93	2 959 037,35	2 879 586,91
- contacto de exploração	725 741,60	951 757,53	2 053 289,17	2 014 899,66	2 040 218,47
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos contacto de exploração	28 080,00	22 600,00	24 430,00	26 280,00	28 080,00
Juros e Ganhos Similares	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Total	61 114 337,91	78 414 947,37	79 328 218,79	74 263 185,18	33 287 210,16
Resultado Líquido do Período	15 435,48	17 077,86	18 608,42	17 289,28	17 443,86

Porto, 4 de novembro de 2022

O Conselho de Administração,

Ilmo. Sr. Presidente





ANEXO I – PREVISÃO DE OBRA A EXECUTAR PARA O MUNICÍPIO DO PORTO EM 2023 - 2027

DETALHADO - POR RUBRICA ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO DO PORTO:

Designação das Rubricas	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026	ANO 2027
1 CULTURA E PATRIMÓNIO					
1.2 Equipamentos e Programas Municipais	1 950 000	9 970 000	15 720 000	11 520 000	0
Sub-total	1 950 000	9 970 000	15 720 000	11 520 000	0
2 ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO					
2.1 Consolidação da Estratégia Económica da Cidade	2 350 000	5 000 000	0	0	0
2.2 Educação	4 907 500	3 706 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000
Sub-total	7 257 500	8 706 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000
3 AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA					
3.1 Ambiente	5 569 250	5 901 450	8 688 000	4 541 000	1 594 000
3.3 Qualidade de Vida Urbana	6 660 000	8 345 000	6 300 000	9 000 000	2 000 000
Sub-total	12 229 250	14 246 450	14 988 000	13 541 000	3 594 000
4 URBANISMO E HABITAÇÃO					
4.1 Regeneração Urbana	31 902 161	37 992 937	39 524 272	40 363 300	20 547 174
4.2 Qualificação do Ambiente Urbano e Espaço Público	0	0	0	0	0
Sub-total	31 902 161	37 992 937	39 524 272	40 363 300	20 547 174
6 MOBILIDADE					
6.1 Transporte Público	700 000	0	0	0	0
6.2 Modos Suaves	1 952 000	2 640 000	1 885 000	1 500 000	500 000
Sub-total	2 652 000	2 640 000	1 885 000	1 500 000	500 000
7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA					
7.1 Funcionamento dos Serviços	1 378 000	1 138 000	500 000	500 000	500 000
7.1 Outros	601 000	350 000	260 000	260 000	260 000
Sub-total	1 979 000	1 488 000	760 000	760 000	760 000
TOTAL	57 969 911	75 043 387	74 877 272	69 684 300	27 401 174

ck
 Af.



DETALHADO - POR EMPREENDIMENTOS:

GO Porto IGP 2023 - 2027 Empreendimentos		57 969 911	75 043 387	74 877 272	63 684 300	27 401 174
Rubrica Orçamental	Empreendimento	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027
Equipamentos e Programas Municipais	BPMP - Requalificação	850 000	7 120 000	11 620 000	11 220 000	
	BPMP - Remoção, recuperação e remontagem de 33 painéis de azulejos	100 000				
	Cinema Batalha	50 000				
	Anteá António Carneiro - Reabilitação	235 000				
	Museu CACE - Reabilitação	550 000	2 600 000	1 100 000		
	Painel Fernando Lanhas - Reabilitação	65 000				
	BMAGI Beneficiários		150 000	2 000 000	300 000	
	Casa dos 24	50 000	50 000	500 000		
Arqueozinho	50 000	50 000	500 000			
	Subtotal >	1 950 000	3 970 000	15 720 000	11 520 000	
Consolidação da Estratégia Económica da Cidade	Palácio do Bolhão - Requalificação	250 000				
	Felódromo I Construção	100 000				
	Maradouro	2 000 000	5 000 000			
	Subtotal >	2 350 000	5 000 000			
Educação	Ero. Sec. Alexandre Herculano - Requalificação	100 000				
	EB Montebeito - Remodelação	7 500				
	EB 2/3 Nicolau Nasoni - Adaptação para EB Integrada	750 000	750 000			
	EB Carlos Alberto - Remodelação	50 000	500 000			
	EB Agra do Aníbal - Requalificação	1075 000	275 000			
	EB dos Cordeiros - Requalificação	1 395 000	241 000			
	Ero. Sec. Alexandre Herculano - Arranjos Exteriores	1 500 000	640 000			
	EB da Ponte I Requalificação	30 000	1 300 000			
Intervenções em Escolas			2 000 000	2 000 000	2 000 000	
	Subtotal >	4 907 500	3 706 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000
Ambiente	Jardm Cordoaria	500 000				
	Jardim do Palácio de Cristal - Avenida das Tilias				1 200 000	
	Conedores Saudáveis - Construção	1600 000	800 000			
	Parque da Pastelaria - Iluminação	225 000				
	Parque canino no Parque do Covelo - Iluminação	11 000				
	Quinta de Salgueiros - Consolidação de Ruínas	52 000				
	Parque Urbano da Lapa - Construção	900 000	600 000			
	Jardm Senhora do Porto		324 500			
	Largo Tito Fontes		20 000	413 000		
	Largo 3 Fevereiro		20 000	280 000		
	Parque das Vinhas I entrada		20 000	390 000		
	Praça Francisco Sá Carneiro I jardim		20 000	180 000		
	Parque da Cidade I lagos 2 e 3	215 000				
	Passeio Alegre I arrigos instalações sanitárias	170 000				
	Quinta de Salgueiros I Biolab	500 000	1 350 000	4 000 000	450 000	
	Quinta do Covelo I Centro de Educação Ambiental	100 000	400 000			
	Parque Infantil Aníbal I requalificação e modernização			220 000		
	Parque Infantil Fontainhas I requalificação e modernização			220 000		
	Casa Tat I requalificação jardim	150 000				
	Largo D. João II - requalificação do jardim		20 000	213 000		
	Arca d'Água I instalações sanitárias		20 000	100 000		
	Museu Romântico - Requalificação Exterior	220 000				
	Obra de Infraestruturação Elétrica, Águas, Saneamento e Requalificação da Casa jardim					440 000
	Parques infantis	165 000				
	Parque da Cidade I Ampliação da casa das máquinas e alargamento da cabeceira do lago	396 750	396 750			
	Jardm José Riquelme I Iluminação do Jardim e bombagem e iluminação da Fonte Ciberna	32 000				
	Parque urbano Quinta do Rio		100 000	1 000 000	1 250 000	
	Intervenções generalizadas PIAEV			1 000 000	1 000 000	1 000 000
	Érvilva I Parque Urbano	172 500	575 000	575 000	575 000	
	Cemitério Prado do Repouso - Ampliação	100 000	500 000			
	Jardim Municipal no cemitério de Aguiarville (Mausoléu) - DMPGA		24 200	242 000		
	(E) Núcleo museológico com acervo de arte cemiterial - DMPGA		11 000	55 000		
	(E) Modernização de instalações da secretarial atendimento nos cemitérios - DMPGA				66 000	154 000
	Subtotal >	5 569 250	5 901 450	8 688 000	4 541 000	1 594 000

[continua]

ca
H.

DETALHADO - POR EMPREENDIMENTOS:

[continuação]

Rubrica Orçamental	Empreendimento	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027
Qualidade de Vida Urbana	Campo do Durelo	625 000				
	Complexo Desportivo Municipal - Construção	1 000 000	3 000 000			
	Parque Desportivo de Ramalde - Fase II	2 310 000	2 300 000			
	Parque Desportivo de Ramalde - Fase II				1 250 000	
	Piscina Amândio Pinheiro - Beneficiação					
	Parque Desportivo de Ramalde-Reparações	200 000				
	Campo Desportivo da Ervilha	100 000	1 725 000	2 300 000		
	Piscina da Constituição (Beneficiação)	500 000				
	Pavilhão do Vizo	10 000				
	Espaço de Apoio aos Desportos de Mar	110 000				
	Campo Vizo (substituição piso sintético e sistema rega)	5 000	245 000			
	Campo do Vizo - Reformulação	300 000				
	Balneário da Praia dos Ingleses - Recuperação	100 000				
	Campos Street Basket (locais a definir)	100 000				
	Zona desportiva Oriental - Skatepark, Streetbasket, pump track, Street Workout	250 000	575 000			
	Campo da FADELSP	200 000				
	Complexo Desportivo de Paranhos (*)				2 250 000	
	Pavilhão Multiusos	500 000	500 000	4 000 000	5 500 000	
	Rede municipal de equipamentos desportivos					2 000 000
	Infraestruturas no Estrádo de Praia	250 000				
	Subtotal >	6 660 000	6 345 000	6 300 000	9 000 000	2 000 000
Regeneração Urbana	Talude da Anábida - Estabilização	200 000				
	Escarpa da Alfândega - Estabilização	1 175 000				
	Talude da Rua S. Roque da Lameira (Lado Norte) Estabilização	55 000				
	Talude da Rua S. Roque da Lameira (Lado Sul) Estabilização	65 000				
	Avenida Fernão Magalhães (Ligação à Praça Afonso Pinto de Magalhães)	32 100				
	Rua de Afonso de Paiva (lado poente)		30 000			
	Talude da Rua de S. Bartolomeu Velho (Estabilização)		20 000			
	Talude da Rua da Pícea de Contendas (Estabilização)		33 000			
	Talude Av. Fernão de Magalhães (entre 322 e 330) (Estabilização)		33 000			
	Talude Senhora das Verdades (Estabilização)	33 000				
	Talude Escadas do Barredo (Estabilização)	61 000				
	Loteamento do Monte Pedal - Construção	600 000	1 600 000	300 000		
	Requalificação da frente ribeirinha do Frelho		280 000	650 000		
	Beneficiação Ruas Guedes Azevedo e Bonjardim	500 000				
	Ligação Avenida Sidónio Pais à R. Frederico Ozanam	150 000				
	Requalificação Ruas Galena Paris e Picara	355 000				
	Viela do Anjo	225 000				
	Obras de Arte diversas agregadora	1 000 000	1 500 000	1 000 000		
	Obras de Arte - Viaduto 25 de Abril	468 020		450 000		
	Obras de Arte - Guarda-corpos e de guardas de segurança nas passagens superiores d	290 000	200 000			
	Obras de Arte - Demonte da passagem superior pedonal à linha férrea junto ao Bairro S.		140 000			
	Obras de Arte - Projeto de Requalificação e Empreitada de Obras de Arte	130 000	440 000	440 000	420 000	
	Obras de Arte - A.C. para trabalhos em várias Obras de Arte	20 000	485 000	485 000	485 000	
	Obras de Arte - Demolição da Passagem Pedonal Metálica BONS	84 830				
	Obras de Arte - Empreitada de "Reabilitação Estrutural do Muro de Contenção da Ala Est	134 725				
	Obras de Arte - Empreitada de Reabilitação de muros de contenção	8 000	200 000	200 000	100 000	
	Obras de Arte - PRD e EOP passadiçociclovista do fluvial, adjacente à rua de D. Pedro d	15 000				
	Obras de Arte - PRD e EOP Reabilitação da Instalação Elétrica do Viaduto das Andreia				350 000	
	Quinta do Mira - Reabilitação	320 000				
	Bairro Agia do Antal (Beneficiação do pavimento e dos percursos pedonais)	545 000				
	Rua Sá da Bandeira - Beneficiação	272 000				
	Praça do Bom Sucesso e rua de Gonçalo Sampaio (Beneficiação do pavimento e dos p				745 000	
	Rua Estilhas - Prolongamento	502 000	502 000			
	Porte D. António Francisco dos Santos - Construção	240 020	4 170 000	7 170 000	4 700 000	
	Praça da República (Jardim e Envolvete)	790 000	2 970 000	3 500 000	2 000 000	
	R. D. Pedro V - Construção de Passagem Superior	32 000	8 000		1 635 000	1 635 000
	Rua das Andreias - Loteamento Municipal	1 800 000		550 000	200 000	
	Rua das Estilhas - Acesso ao Loteamento	120 000				
	Envolvete ao Edifício R. S. Dinis - Requalificação	465 000	465 000			

[continua]

ca
A

DETALHADO - POR EMPREENDIMENTOS:

[continuação]

Rubrica Orçamental	Empreendimento	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027
Regeneração Urbana	Largo de Montepiñer - Requalificação				472 500	
	Via de Ligação à Av. Fontes Pereira Melo	25 000		500 000	950 000	
	R. Ramalhe Meio - Requalificação	410 000				
	Praça da Conjeira - Requalificação	66 000	690 000	1 620 000	1 720 000	
	Reabilitação urbana de Azavedo - Campanhã - Fase 2		300 000	1 685 000		
	R. Arq. Lobo Vital - Prolongamento	258 800	258 800			
	Requalificação Espaço Público Lordelo	466 400	4 240 000	5 300 000		
	Aruamento UPTec - Prolongamento	60 000				
	Travessa das Almas - Requalificação	13 300			252 000	
	Loteamento do Monte da Bela	2 500 000	3 000 000	1 220 000		
	Via de Ligação da Rua do Dr. Júlio de Matos à Rua Henrique de Sousa Reis	710 000				
	Rua de Cima I Requalificação	310 000				
	Rua Azavedo de Campanhã I Fase 3				405 000	200 000
	Rua Samento Bezes (Incluindo rua Castelos)				630 000	
	Rua Alves Redol I Reperilamento		100 000	500 000	630 000	
	Ligação da Rua Cervantes à Rua do Melo			250 000	1 000 000	
	Avenida Nua Alvariz UCPGI	400 000	3 000 000	3 000 000	7 000 000	6 600 000
	Rua Régulo Magalhães e zonas envolventes I Requalificação				550 000	
	Rua da Madieira			50 000	270 000	
	Largo da Fontinha, Rua da Fontinha e Travessa da Fontinha I Requalificação			100 000	680 000	500 000
	Rua da Bandeirinha I Requalificação				560 000	
	Rua Jonh Whitehead I Prolongamento	300 000				
	Rua de Santo Idelonso I Requalificação				440 000	
	Ligação Cota alta/Cota baixa			300 000	2 500 000	2 330 000
	Av. Monzevidu I Beneficiação	610 000				
	Rua Sá Noronha (antª Rua Oliveira)	81 000				
	Meadouro Vitória	20 000	130 000			
	Nova via Lordelo (Dirigo Borelho - Bartolomeu Velho)	60 000	100 000	800 000	450 000	
	Passeio junto Tanatório	153 000				
	Infraestruturas de suporte ao SCOM do Sistema de Gestão de Mobilidade	100 000	100 000			
	Empreitada de requalificação de Obras de Arte do tipo Túneis	100 000				
	Projeto e empreitada de substituição do lajedo da Ribeira	465 000				
	Viaduto 25 de Abril e ramais de acesso - Pavimentação AQ				140 000	
	Av. Fernão Magalhães (Entre a Rua da Vigorosa e a Rua de Santa Justa)		150 000	200 000		
	Rua da Ranha - Pavimentos	72 500				
	Rua de Salazar e Rua da Preciosa - Empreitada	500 000	1 000 000	500 000		
	Rua do Amparo (Empreitada)	500 000				
	Rua de Justino Teixeira e Rua do Monte da Estação - Beneficiação FASE 2 (empreitada)	600 000	1 000 000			
	Rua de Guerra Junqueiro e Rua Monzenhor Fonseca Soares - Beneficiação		400 000	1 000 000		
	Rua da Boavista - Beneficiação				1 057 800	
	Rua de D. João IV - Beneficiação		400 000	500 000		
	Programa Rua Direita	7 130 000	5 415 000	735 000		
	Intervenções em diversos arruamentos AQ		562 672	562 672		
	Arruamentos no Bairro de Bessa Leite I Beneficiação	11 200				
	GEP I Redimensionamento de Caldeiras em Arruamentos e Zonas Ajudinadas	74 200	106 000	106 000	106 000	106 000
	GEP I Intervenções no Espaço Público	519 400	742 000	954 000	1 166 000	1 376 000
	Rua de Entre campos e outra - Pavimentação	7 700				
	Rua de Rocha Peivoto I Beneficiação			132 000		
	Rua de Damão de Góis I Beneficiação			275 000		
	Rua de Costa Cabral I Beneficiação			200 000	400 000	
Rua do Padre António Vieira	406 000					
Rua de Tenente Valadim		470 000				
Rua de Pedro Hispano		325 000	250 000			
Viaduro Duque de Loulé - Pavimentação		50 000	60 000			
Ruas de Ricardo Severo, Largo da Paz, Rua de Joaquim de Vasconcelos, Largo do Prior	420 000					
Rua do Amial (entre a praça de Nove de Abril e a EN12)			215 200			
Rua de Álvaro Castelões (entre a Rua do Bolama e a Rua de Costa Cabral, entre a Rua de	28 000					
Rua Plácido Costa - Pavimentos			300 000	350 000		
Rua Roberto Filiz - Pavimentos + acessibilidades			475 000	475 000		
Rua Delfim Maia - Pavimentos		140 000	200 000			
Praceta Maestro Resende Das - Pavimentos		14 900				

[continua]

est
H.

DETALHADO - POR EMPREENDIMENTOS:

[continuação]

Rubrica Orçamental	Empreendimento	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027
Regeneração Urbana	Rua da Beira D. Malalida - Pavimentos	31 710				
	Rua Chaves de Oliveira - Pavimentos	47 355				
	Rua D. Manuel II - junto Paulinho Rosa Mota - Pavimentos					66 174
	Rua do Engenheiro Ezequiel de Campos (zona em semipermeação betuminosa na envolvente)	13 286				
	Rua Mau S. Rafael - Pavimentos	9 520				
	Rua de Fimino Pereira - Pavimentos	9 730				
	Rua de Mota Pinto, entre as Ruas de S. João de Brito e Pinheiro Manzo (faixa adjacente)					124 000
	Rua do Dr. Alberto Macedo - Pavimentos e acessibilidades					652 000
	Rua Direta das Campinas - Pavimentos e acessibilidades					320 000
	Rua da Igreja de Ramalde - Pavimentos e acessibilidades				504 000	
	Rua de Manuel Pinto de Acevedo - Pavimentos e acessibilidades				2 500 000	2 000 000
	Rua de Delfim Feneira - Pavimentos e acessibilidades				1 500 000	1 500 000
	Travessa de Baixo de Peresó - Pavimentos e acessibilidades		120 000			
	Rua de Peresó Requalificação		250 000	300 000		
	Rua de Estevão da Gama - Pavimentos e acessibilidades				200 000	300 000
	Rua do Dr. Aires de Gouveia Diniz - Pavimentos e acessibilidades					600 000
	Rua de Santo António de Conxumil - Pavimentos e acessibilidades					383 000
	Rua de Burgães - Pavimentos					406 000
	Travessa de Acevedo - Pavimentos					192 000
	Travessa da Anábida Acessibilidades			120 000		
	Ronda: rua do Dr. Vasco Valente/rua de Alberto de Seipa	203 000				
	Largo D. João III (Bano da Marechal) - Beneficiação das acessibilidades	37 100				
	Largo de Godim - Acessibilidades				221 400	
	Beneficiação da Rua de Bartolomeu Velho, Rua de João Rodrigues Cabrito, Rua de Luísa				250 000	500 000
	Rua de Pedro Hispano (entre Carvalhido e Casa de Saúde da Boavista) - Beneficiação	420 000	350 000			
	Rua de Oliveira Martins - Caldeiras	554 053				
	Rua de D. João Coutinho - Bano do Vizo - Beneficiação	351 546				
	Rua do Seixal - Acessibilidades	400 375				
	Rua do Lidador - Acessibilidades	344 400				
	Rua do Monte Pedral - Beneficiação	154 390				
	Rua de Corte Real e a Dr.ª Nuno da Ponte - Acessibilidades	103 347				
	Rua dos Vanzeleros - Acessibilidades - SIA	43 050				
	Rua Alonso Baldaia e a Rua do Crasto - Acessibilidades			50 000		
	Rua do Molhe e a Rua de Corte Real - Acessibilidades			50 000		
	Rua Sport Comércio e Salgueiros - Beneficiação	43 000	75 000			
	Ronda do Fieiro - Acessibilidades			80 565		
	Rua do Bonfim	232 914				
	Rua Diogo Cão				140 000	
	Rua do Alecrim, rua do Girassol, rua das Heras e rua Flor-de-Liz					500 000
	Rua de Dâmaso Carneiro				100 000	
	Rua Forte de Conxumil				150 000	
	Rua do Pego Negro				100 000	
	Rua da Alegria					1 000 000
Rua da Faia				50 000		
Rua Fimeza					600 000	
Rua Formosa					600 000	
Rua do Barbosa Du Bocage				250 000		
Rua Nossa Senhora de Fátima					1 000 000	
	Subtotal >	31 902 161	37 992 937	39 524 272	40 363 300	20 547 174
Qualificação do Ambiente Urbano e	Intervenções relacionadas com iluminação arquitetónica					
	Subtotal >					
Transporte Público	Passagem Interior Pedonal TIC	700 000				
	Subtotal >	700 000				
Modos Suaves	Percursoz Pedonais - Ligações Mecanizadas	250 000	1 250 000	1 710 000	1 000 000	
	Ecopista do Ramal Alfândega - Construção	302 000	440 000			
	Articulação de redes intraurbanas de ciclovias: Ligação PORTO-RID TINTO	400 000	500 000			
	Articulação de redes intraurbanas de ciclovias: Ligação PORTO-S. MAMEDE INFESTA	400 000	450 000			
	Passeio ciclável entre o Teatro do Campo Alegre e o CDUP			175 000		
	Viaduto de ligação entre Jardim Botânico e o CDUP				500 000	500 000
	Subtotal >	1 352 000	2 640 000	1 885 000	1 500 000	500 000

[continua]

CA
A



DETALHADO - POR EMPREENDIMENTOS:

[continuação]

Rubrica Orçamental	Empreendimento	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027
Funcionamento dos serviços	Casa Escola do BSB - Remodelação	325 000				
	Hangar no BSB - Requalificação	450 000	50 000			
	BSB Centro de Treino	220 000				
	Intervenções generalizadas PFP	250 000	500 000	500 000	500 000	500 000
	Parque canino de apoio à Un. Comportamentalmo Animal Núcleo de apoio a Actividades	33 000	88 000			
	Expansão das instalações do DMEVQ e DMPGA para a área do Parque da Cidade	100 000	500 000			
	Subtotal >	1 378 000	1 138 000	500 000	500 000	500 000
Outros	Consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
	Consultoria Jurídica	451 000	100 000	100 000	100 000	100 000
	Comunicação Obra Geral	50 000	150 000	60 000	60 000	60 000
	Subtotal >	601 000	350 000	260 000	260 000	260 000

as

H.



ANEXO 2 – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS/FISCAL ÚNICO

CA

H.



2023—2027

**Instrumentos
de Gestão
Previsional**

Ágora - Cultura e Desporto
do Porto, E.M., S.A.



Índice

5. 2k
6.

1. Política e estratégia	6
1.1 Visão, missão e princípios estratégicos	6
2. Enquadramento e pressupostos do orçamento de 2023—2027	8
2.1 Enquadramento do orçamento para 2023—2027	8
2.2 Equilíbrio financeiro e aspetos legais e fiscais conexos	8
2.3 Investimentos propostos para o período de 2023—2027	9
2.4 Contingências fiscais e de contencioso	9
2.5 Critérios de gestão	9
2.6 Plano de Capital Humano para o ano de 2023	10
2.7 Pressupostos dos instrumentos de gestão previsional	11
3. Plano anual de atividades	14
3.1 Cultura	14
3.2 Desporto	61
3.3 Entretenimento	71
3.4 Plataformas	74
4. Demonstrações orçamentais previsionais	76
4.1 Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	77
4.2 Receita	78
4.3 Despesa	78
4.4 Plano Plurianual de Investimento	78

er
L.
G.

5. Planos económico-financeiros e instrumentos de gestão previsional	81
5.1 Plano de investimento e financiamento para o ano de 2023	81
5.2 Plano de Capital Humano para o ano de 2023	82
5.3 Plano financeiro para o ano de 2023	83
5.4 Demonstração dos resultados previsionais para 2023	84
5.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional para o ano de 2023	90
5.6 Balanço previsional para o ano de 2023	91
5.7 Planos económico-financeiros para o período de 2023 - 2027	93
5.8 Fundamentação das verbas inscritas no contrato programa para o ano de 2023	95
5.9 Prestação de serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento para o ano de 2023	96
5.10 Prestação de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano de 2023	96
5.11 Prestação de serviços de estacionamento para o ano de 2023	97
5.12 Transferências financeiras 2022 vs. 2023 do Município do Porto	97
6. Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional	102

or
L
a



Mensagem do Conselho de Administração

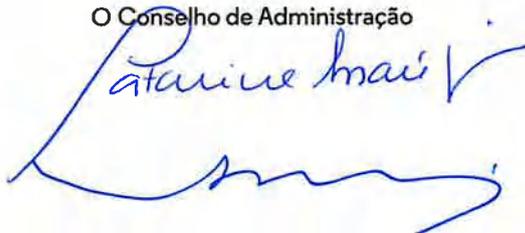
O quinquénio que agora se inicia constitui, para a Ágora, a abertura de uma fase que se perspetiva como sendo de consolidação e de maturidade. Tendo os primeiros anos de atividade da empresa — sob a nova designação Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. — sido pautados por um quadro fortemente atípico e condicionador, por força da crise pandémica, crê-se que os próximos anos permitirão entrar numa fase de maior estabilidade e de regularidade no plano da gestão. Neste quadro, a intervenção da Ágora assentará globalmente numa lógica de continuidade, em respeito pelas orientações definidas pelo município no âmbito da cultura, desporto e entretenimento, sem prejuízo das necessárias adaptações que terão de ser feitas, em resposta aos desafios que em permanência são colocados.

Em linhas gerais, os grandes eixos de intervenção manter-se-ão inalterados: o foco no(s) vário(s) público(s), através da disponibilização de uma oferta diversificada, inclusiva e de qualidade nas áreas da cultura, desporto e entretenimento; a promoção de um uso eficiente dos recursos e de uma gestão cuidadosa dos espaços e equipamentos sob supervisão da Ágora; o desenvolvimento de competências internas e a aposta contínua na sua requalificação; a obediência aos princípios de responsabilidade social e de sustentabilidade, aspetos indissociáveis da gestão de uma empresa orientada em primeira instância para a prossecução do interesse público.

Nos últimos anos, foi possível registar avanços significativos em cada um destes eixos, mesmo no quadro de uma crise pandémica. Na situação atual, em que o impacto dessa crise em termos económicos, sociais e culturais ainda está longe de estar totalmente mitigado, será importante prosseguir e reforçar todas e cada uma destas dimensões. Atribuímos, contudo, especial ênfase às vertentes de inclusão social – em que os vários departamentos da empresa identificam oportunidades de melhoria e projetos concretos de intervenção, bem como no plano da sustentabilidade, no seu sentido mais amplo, assegurando a concretização dos necessários equilíbrios que terão de ser estabelecidos nos níveis económico, ambiental e social.

Assumimos o compromisso de zelar pela concretização prática das políticas municipais, mantendo a Ágora como um ator preponderante na política de desenvolvimento desportivo e cultural perspetivada para a cidade. Estamos certos de que este será o caminho a seguir, e que este permitirá reforçar o reconhecimento da empresa junto dos seus parceiros, públicos e colaboradores.

O Conselho de Administração



ex
S.
G.

1. Política e estratégia

1.1 Visão, missão e princípios estratégicos

Visão

Olhar a cidade como um todo, onde a Cultura, o Desporto e o Entretenimento percorrem todos os territórios e podem acontecer em todos os lugares, envolvendo os cidadãos e convocando os seus mais diversos agentes dinamizadores.

Missão

Ser o catalisador da mudança e a referência de uma cidade que se quer cada vez mais irreverente, arrojada e cheia de vida, promovendo a diversidade da oferta através de uma intervenção inovadora, criativa e sustentada, num diálogo permanente entre a cidade e os seus diferentes públicos.



el
5
6

Princípios estratégicos

A Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. tem por objeto social a promoção e desenvolvimento da cultura, da atividade física, desportiva e de animação, bem como a promoção e desenvolvimento de marcas associadas à cidade do Porto, para além das atividades que sejam definidas no âmbito da gestão dos espaços e equipamentos delegados.

No âmbito da prestação de serviço público, constituem atribuições e objetivos da Ágora:

- Assegurar a programação e gestão geral dos espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos;
- Colaborar com o Município do Porto no cumprimento dos programas relacionados com a sua área de atuação, de iniciativa ou com a participação deste;
- Participar em coproduções ou na colaboração com outras entidades, públicas ou privadas, que se enquadrem no seu objeto social;
- Assegurar a programação, produção e supervisão de atividades culturais e de animação municipais que se enquadrem no âmbito das opções culturais e de fomento e apoio à cultura definidas pelo Município do Porto;
- Promover e dinamizar a prática das diferentes atividades físicas e desportivas na cidade, com especial enfoque no desporto adaptado, no desporto de formação e na igualdade de género, privilegiando sempre a responsabilidade social das instituições;
- Contribuir para o desenvolvimento desportivo do Porto e da sua Área Metropolitana;
- Otimizar a gestão das infraestruturas desportivas da cidade, no âmbito da sua operação, manutenção e utilização;
- Contribuir para a formação de públicos, designadamente dos mais jovens, nos domínios da sensibilização e da divulgação das artes do espetáculo e da arte contemporânea;
- Fomentar o intercâmbio cultural e desportivo de âmbito nacional e internacional;
- Organizar e apoiar ações culturais e desportivas de prestígio;
- Manter e criar espaços de divulgação e acompanhamento das várias atividades de desporto, cultura e ativação da marca da cidade;
- Identificar os principais desafios que enfrenta a área da cidade denominada de "Porto Histórico", situada na zona histórica, e, em sequência, elaborar e apresentar medidas que permitam compatibilizar os interesses da oferta turística e as expectativas de residentes e agentes económicos, bem como proporcionar uma boa gestão do espaço público, integrando os termos e competências do regulamento "Movida do Porto" que não sejam assegurados diretamente pelo município;
- Participar na coordenação de ação naquilo que contende diretamente com a área e a atividade dos estabelecimentos comerciais e esplanadas situados na área do "Porto Histórico", permitindo uma maior transparência e eficiência do conjunto de ações levadas a cabo pelo Município do Porto, nomeadamente no âmbito da fiscalização;
- Promover as obras de conservação ou reabilitação dos edifícios e estruturas municipais afetos ou a afetar às atividades relacionadas com a área de atuação da Ágora;
- Colaborar na elaboração, cumprimento e execução dos regulamentos e das decisões dos órgãos municipais sobre a utilização e funcionamento dos espaços e equipamentos;
- Adquirir os bens e equipamentos, bem como os direitos correlacionados e necessários às suas atividades, mantendo o cadastro dos bens que lhe são confiados organizado e atualizado;
- Promover os processos de expropriação necessários relativamente a bens afetos ou a afetar ao exercício das atividades constantes do objeto social;
- Exercer as atividades que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal do Porto e que se mostrem compatíveis com o seu objeto social;
- Praticar os demais atos necessários à prossecução do seu objeto social.

v
G

2. Enquadramento e pressupostos do orçamento de 2023-2027

2.1 Enquadramento do orçamento para 2023-2027

A elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) relativos ao período económico de 2023 teve por base as seguintes orientações estratégicas:

- Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis;
- Promoção da eficiente afetação dos recursos disponíveis na esfera da Ágora na prossecução dos seus objetivos estratégicos;
- Priorização estratégica dos projetos culturais, desportivos e de entretenimento, no sentido de potenciar a maximização do retorno social, físico-emocional, cultural e económico dos portuenses e visitantes do mundo. O objetivo final da intervenção da Ágora é a dinamização cultural da cidade e o incremento da qualidade dos serviços desportivos e de entretenimento prestados aos cidadãos pela autarquia, melhorando a qualidade de vida dos munícipes e de todos os que visitam a cidade;
- Gestão equilibrada dos gastos relativos a: (i) contratos que se encontram em vigor; (ii) estratégia de manutenção de natureza preventiva (visando por esta via uma gestão eficiente dos encargos com a manutenção corretiva); (iii) segurança e preservação do património; (iv) gastos com remunerações; e (v) obrigações fiscais e legais;
- Concretização de iniciativas que permitam manter os níveis de segurança e preservação dos ativos patrimoniais da Ágora e dos que se encontrem sob a sua gestão.

2.2 Equilíbrio financeiro e aspetos legais e fiscais conexos

Os IGP relativos ao exercício de 2023 têm por base um orçamento de exploração equilibrado, que inclui o subsídio à exploração atribuído pelo Município do Porto. Este subsídio é atribuído com o intuito de financiar, por um lado, as despesas com os serviços transversais e de suporte e as atividades de natureza desportiva, cultural e de entretenimento, e, por outro, o diferencial entre os preços de mercado e os preços praticados pela Ágora no que respeita à exploração das infraestruturas sob sua gestão.

De salientar que este subsídio não é sujeito a Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

De notar ainda que a regulação dos termos em que o referido subsídio é atribuído à Ágora se encontra prevista em contrato programa, que define os objetivos e os indicadores de resultados para 2023, conforme previsto no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Simultaneamente, a Ágora desenvolve um conjunto de atividades que se consubstanciam na prestação de serviços ao Município do Porto. Estas prestações de serviços abarcam a organização de um vasto conjunto de eventos no âmbito da cultura, do desporto e do entretenimento. A este respeito cumpre mencionar que os serviços em causa são sujeitos à aplicação de IVA à taxa normal.

2.3 Investimentos propostos para o período de 2023-2027

O investimento previsto em 2023 terá como alvo as seguintes áreas:

- Manutenção dos bens que integram as infraestruturas desportivas e plataformas sob gestão da Ágora;
- Aquisição de bens indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos culturais sob gestão da Ágora;
- Aquisição de equipamento para a produção de eventos;
- Aquisição de equipamentos informáticos e *software* destinado aos serviços transversais e de suporte.

Para os anos de 2024 a 2027, prevê-se, essencialmente, dar continuidade à estratégia de desenvolvimento definida em 2023.

2.4 Contingências fiscais e de contencioso

O processo relativo à aplicação do Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT) encontra-se em fase de impugnação judicial, não sendo reconhecida pela Ágora a obrigação de pagamento destes impostos no âmbito da entrega, pelo Município, do Monte Aventino. Esta entrega aconteceu no momento da realização do capital social da Ágora no momento da constituição. De referir ainda que a Ágora obteve decisões favoráveis, quer relativamente ao IMT da sede quer ao do Monte Aventino, tendo a Autoridade Tributária recorrido somente do IMT deste último.

2.5 Critérios de gestão

A formulação dos IGP constantes deste documento tem como premissa o princípio da continuidade da empresa.

Com base numa gestão orçamental eficiente e rigorosa, será possível concretizar os projetos equacionados para o período 2023-2027, sem descuidar o equilíbrio das contas da Ágora, num esforço contínuo de ajustamento e alinhamento entre rendimentos auferidos e gastos executados.

O plano de intervenção da Ágora para o quinquénio em análise visará igualmente:

- Reforçar as parcerias com entidades do universo do Município do Porto e também com outras entidades, públicas e privadas, promovendo a conciliação entre a dinamização da cidade e a otimização de recursos;
- Adequar os gastos aos rendimentos disponíveis na esfera das infraestruturas desportivas e plataformas sob gestão da Ágora, atendendo à função social da empresa, que decorre da delegação de competências efetuada pelo Município do Porto.

er
s.
G

2.6 Plano de Capital Humano para o ano de 2023

2022 foi o ano de retoma da atividade, pelo que em 2023 prosseguir-se-á o caminho que vinha a ser traçado, no desenvolvimento da política de gestão de pessoas. Os maiores desafios que se antevêm prendem-se com a implementação de novos procedimentos, e com a necessidade de adaptação contínua, a aprendizagem de novas competências e reinvenção de processos.

Estrutura previsional de recursos humanos

A Ágora apresenta um quadro previsional de pessoal de 329 colaboradores para o ano de 2023, segundo os seguintes vínculos contratuais.

Vínculo	Colaboradores
Conselho de Administração	3
Quadro	286
Cedência	40
Total	329

Incluem-se no quadro anterior os três membros do Conselho de Administração, sendo que, de acordo com o enquadramento legal vigente para o setor empresarial local, apenas dois são remunerados.

Com a transferência da gestão de oito pavilhões escolares para a Ágora a 1 de janeiro de 2023, está prevista a integração de novos trabalhadores para o quadro da Empresa.

Custos

Os valores considerados em termos de custos são globais e retratam, por um lado, a correspondência dos vencimentos à tabela salarial em vigor, bem como uma previsão da atualização da base remuneratória para o setor empresarial local da Administração Pública.

Este ponto encontra-se desenvolvido na parte financeira dos IGP.

Desenvolvimento pessoal

Proseguir-se-á na aposta na melhoria da comunicação interna da Direção de Gestão de Pessoas, Organização e Sistemas de Informação com os trabalhadores da empresa, alicerçada na implementação da nova *intranet / Portal do colaborador*.

A Ágora assumirá ainda o propósito de estabilização dos fluxos, níveis e qualidade de transmissão da informação, como forma facilitadora da gestão do capital humano.

Um outro objetivo diz respeito à prossecução de políticas ativas de saúde e bem-estar no trabalho, articulando com as várias unidades orgânicas/direções a melhoria e vistoria das condições de trabalho, divulgação de boas práticas e uniformização de procedimentos, bem como de boas práticas de conciliação entre vida profissional e vida familiar.

Tendo presente que o desenvolvimento pessoal e de carreira dos colaboradores passa pela articulação e valorização da avaliação de desempenho e da formação, serão estas as pedras basilares da política de Gestão de Pessoas.

O plano de formação em curso procura corresponder às necessidades identificadas por cada Unidade Orgânica da empresa, antecipando necessidades que se verificam de forma recorrente e que resultam da sua atividade.

Mantém-se o desiderato de desenvolver e repensar os sistemas de informação e plataformas de apoio ao colaborador, envolvendo toda a empresa, para garantir o sucesso do desenvolvimento de ferramentas diárias de trabalho, sendo exemplo a implementação do *Portal dos Recursos Humanos*.

Um outro compromisso está associado à manutenção do sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001;2015) através do controlo da implementação de ações de melhoria e corretivas, dinamização de ações formativas. Iremos proceder ao desenvolvimento de um novo fluxo documental para as Reclamações, assegurando um maior controlo de entrada e prazos de resposta, assim como o de prosseguir a política de desmaterialização dos processos e procedimentos da empresa.

Numa perspetiva de melhoria, cruzar-se-á com o processo de revisão dos normativos internos, adequando os mesmos à realidade e necessidades vividas a cada momento.

2.7 Pressupostos dos instrumentos de gestão previsional

a) Contrato programa de 2023-2027

As transferências financeiras ao abrigo do contrato programa estão enquadradas como subsídio à exploração, tendo em vista assegurar as despesas associadas aos seguintes setores:

- Serviços transversais e de suporte;
- Gestão da rede de infraestruturas desportivas pertencentes ao Município do Porto;
- Gestão da rede de equipamentos culturais pertencente ao Município do Porto.

b) Contratos de prestação de serviços com o Município do Porto de 2023-2027

As transferências financeiras ao abrigo dos contratos de prestação de serviço ao Município estão enquadradas como rendimentos de exploração, assegurando as prestações de serviços associadas às seguintes áreas:

- Cultura, desporto e entretenimento;
- Coordenação na área das atividades de enriquecimento curricular ao Município do Porto;
- Estacionamento no Município do Porto.

c) Atividade não comparável com o ano de 2022

O início de atividade do Batalha Centro de Cinema está previsto para 9 de dezembro de 2022.

Para o ano de 2023, prevê-se a continuidade da atividade da Ágora, apesar de todas as incertezas associadas à pandemia e ao conflito geopolítico no Leste da Europa, o maior desafio que agora se nos coloca.

91
5.
G

d) Critérios e pressupostos macroeconómicos

Na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional para o exercício de 2023 foram considerados os seguintes pressupostos:

Pressupostos	2023	2024	2025	2026	2027
Taxa de inflação anual ¹	2,70%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de IRC e Derrama Municipal	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa média de progressão salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Tempo médio de recebimento de clientes (n.º de dias)	10	10	10	10	10
Tempo médio de pagamento a fornecedores (n.º de dias)	10	10	10	10	10

e) Outros Pressupostos

Processos de impugnação judicial – IVA liquidado em excesso ao Município (2010, 2011 e 2012)

Na sequência dos pedidos de revisão oficiosa do ato tributário apresentados pela Ágora junto da Autoridade Tributária relativos ao IVA liquidado em excesso ao Município do Porto nos anos de 2010, 2011 e 2012, foram interpostos os seguintes processos de impugnação judicial:

- Em face do decurso do prazo para presunção do indeferimento tácito da Administração Tributária do pedido de revisão oficiosa do ato tributário apresentado relativamente ao ano de 2012 (referente a um montante de IVA liquidado em excesso ao Município de 802.575 euros), a Ágora avançou com processo de impugnação judicial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto [Processo n.º 2635/16.0 BEPRT - Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto];
- No final de 2016 a Administração Tributária notificou a Ágora do indeferimento explícito do pedido de revisão oficiosa do ato tributário relativamente ao processo de IVA liquidado em excesso no montante de 504.257 euros referente aos anos de 2010 (185.617 euros) e 2011 (318.610 euros). Face à referida decisão, entendeu a Ágora encetar o correspondente processo de impugnação judicial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto [Processo n.º 549/17.6 BEPRT - Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto - UO4]. No entanto, tendo em conta que as autoliquidações do IVA referentes aos períodos de tributação de janeiro a outubro de 2010 não estão abrangidas pelo prazo legal de 4 anos, o pedido de revisão oficiosa apenas irá ser apreciado pelos períodos de novembro e dezembro de 2010 e janeiro a dezembro de 2011, pelo que o valor considerado pela Ágora apenas tem em conta o valor desse período, no montante de 353.612,32 euros;
- Ainda no final do ano de 2016, foi a Ágora notificada do indeferimento explícito do pedido de revisão oficiosa do ato tributário relativo a 2012 descrito acima, pelo que, com base nesta posição da Administração Tributária, avançou com a impugnação judicial da referida decisão (explícita) junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto;
- Por sentença transitada em julgado em 16/09/2021 no Processo n.º 549/17.6 BEPRT, foi julgada procedente a impugnação da Ágora, pelo que, em consequência, deverá a Autoridade Tributária apreciar o pedido de revisão oficiosa inicialmente formulado.

Considerando a matéria em discussão, e tendo por base a análise jurídica realizada, o Conselho de Administração da Ágora tem a expectativa de que, em sede de impugnação judicial, será reconhecido o mérito dos fundamentos subjacentes aos pedidos de revisão do ato tributário descritos anteriormente.

No entanto, em caso de decisão desfavorável e conforme instrução do Município do Porto, suportada em parecer jurídico, a Ágora procederá à reversão dos movimentos contabilísticos inicialmente efetuados sem qualquer impacto a nível do Património Líquido e dos Fluxos de Caixa, dando conhecimento do facto ao Município conforme instrução do mesmo.

Não sendo possível ostimar a data do desfecho deste processo judicial, mantém-se no ativo da empresa o valor a receber, e no passivo a respetiva contrapartida durante todo o período de projeção dos IGP.

¹ Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico, junho 2022

es
5
6



el.
h
G

3. Plano anual de atividades

3.1 Cultura

3.1.1 Departamento de Artes Performativas (DAP)

- a) Teatro Municipal do Porto
- b) DDD - Festival Dias da Dança
- c) CAMPUS Paulo Cunha e Silva
- d) Ecologia e Sustentabilidade
- e) Acessibilidade e Inclusão

No ano de 2022, o Departamento de Artes Performativas da Ágora, através dos seus diversos eixos e projetos para as artes performativas: o Teatro Municipal do Porto (TMP) nos seus dois teatros (Teatro Rivoli e Teatro Campo Alegre); o DDD - Festival Dias da Dança, na sua 6.ª edição e o CAMPUS Paulo Cunha e Silva retomaram a sua programação, característica da vida pré-pandémica e que sempre caracterizou o projeto, permitindo a sua consolidação.

Estabilizados que se encontram estes eixos e projetos, e no contexto de uma nova codireção do Departamento de Artes Performativas – constituída por Cristina Planas Leitão e por diretor/a a selecionar em Concurso - pretende-se projetar os anos futuros dando continuidade aos objetivos e missão do TMP – Teatro Municipal do Porto, do DDD - Festival Dias da Dança e do CAMPUS Paulo Cunha e Silva, nos seguintes pontos:

- O forte investimento no apoio aos artistas e na criação e formação de públicos, ouvindo e dialogando com as estruturas, com as companhias e com os parceiros locais, nacionais e internacionais, numa cumplicidade e num compromisso inabaláveis com o Porto e com a Cultura;
- A organização da 7.ª edição do DDD – Festival Dias da Dança, envolvendo os municípios de Matosinhos e Gaia, os coprodutores e parceiros do festival, e contando com o mecenato do BPI / Fundação La Caixa. O festival permite alargar a circulação de algumas criações por outros territórios, dando continuidade ao projeto *DDD LINKS* (que assenta em pressupostos artísticos, éticos e ecológicos) - e por consequência a outras cidades como as de Viana do Castelo, Coimbra, Leiria e Mértola – e também ao *DDD CAMPUS*, através da formação intensiva para profissionais das artes performativas;
- O aprofundamento do projeto artístico e missão do espaço de trabalho e de residências artísticas CAMPUS Paulo Cunha e Silva na sua atividade, que permitirá um acompanhamento regular e atento a um determinado número de artistas selecionados através de *open call*, com júri rotativo;
- A manutenção do TMP de forma bem presente e ativa no circuito internacional das artes performativas, pela via de coproduções internacionais e pela participação em projetos europeus;
- A continuidade de sólidas e importantes parcerias que alicerçam a programação do TMP, com instituições de referência da cidade e do país, como as que são estabelecidas com a Universidade Lusófona do Porto, o Curso de Música Silva Monteiro, apenas para citar algumas;
- O contínuo e transversal investimento nas questões de acessibilidade e inclusão no que concerne a públicos, artistas e equipas, nos três eixos do projeto artístico - TMP, DDD – Festival Dias da Dança e CAMPUS Paulo Cunha e Silva –, iniciadas durante a edição de 2022 do DDD – Festival Dias da Dança e que terão maior regularidade e presença nas temporadas 22/23 e 23/24;

2
4
6

- A consolidação do plano de ecologia e sustentabilidade nas temporadas 22/23 e 23/24, foco geral do pensamento estratégico para o TMP / DDD / CAMPUS PCS, após um enorme trabalho iniciado na temporada 21/22 para redução da pegada ecológica, através de ações que tiveram como objetivo a minimização e substituição do uso de papel (do qual é exemplo o CAMPUS PCS - espaço totalmente *paper free*), implementando soluções de comunicação digitais, através de diversos conteúdos e formatos (utilização de diversas plataformas digitais e das redes sociais), soluções essas que são aplicadas tanto às práticas de trabalho da equipa interna como nos materiais de divulgação.

As temporadas 2022/2023 e 2023/2024, que neste documento se intersectam pela programação do ano de 2023 (que de seguida se pormenorizará), serão assim norteadas por estes eixos, robustecendo a condição e a ação do TMP nos planos nacional e internacional das artes performativas.

DAP - A missão e os principais eixos estratégicos

Desde a sua criação em 2014, o TMP detém como principal eixo de intervenção estratégica o trabalho e envolvimento com diferentes e múltiplas comunidades, através de projetos e processos artísticos que privilegiam e têm por base a produção artística multidisciplinar, esbatendo continuamente as fronteiras entre as diversas disciplinas, e sempre conscientes da sua importância para o desenvolvimento de discurso artístico.

- Como principal objetivo, e pela via de uma programação artística autónoma, o TMP visa o empoderamento de artistas e das comunidades, sustentado na criação e desenvolvimento de processos e redes que promovam competências sociais, profissionais e culturais, ancorados e fortalecidos por alargadas parcerias com instituições da cidade, do país e do estrangeiro.
- Nos polos do Teatro Rivoli e do Teatro Campo Alegre é desenvolvido um projeto artístico multidisciplinar, orientado para as artes performativas e outras disciplinas – Dança, Teatro, Música, Circo Contemporâneo, Literatura, Pensamento – num programa para (e aberto a) diferentes e diversos públicos.
- O TMP intervém sobretudo em três eixos distintos: o apoio e a apresentação do trabalho de agentes culturais da cidade, a circulação e apresentação dos mais recentes trabalhos de reconhecidos criadores nacionais, e também dos mais proeminentes artistas da cena internacional, em estreia nacional ou mesmo absoluta.

O seu programa *Serviço Educativo – Escolas e Comunidades e a Mediação* estabelece e promove a proximidade com os diferentes públicos do TMP, numa relação com as comunidades que se pretende continuada, desmistificando a inacessibilidade (social, económica, cultural e estética) da prática artística contemporânea, através de um discurso e de um diálogo permanentes e acessíveis, que estimulam a reflexão e uma perspetiva crítica e ativa.

O DDD - Festival Dias da Dança assume-se como um dos projetos basilares para o aprofundamento da missão do DAP, no que diz respeito ao apoio, circulação e internacionalização de artistas (com enfoque para os agentes que trabalham a partir da cidade) na área da dança contemporânea expandida. Agregador, inscrito nos circuitos internacionais, mas atento ao panorama nacional e da região, o DDD - Festival Dias da Dança é, nos dias de hoje, um ponto de passagem (e paragem) obrigatória para artistas e públicos das artes performativas no mês de abril, em torno do dia mundial da dança (29 de abril).

No CAMPUS Paulo Cunha e Silva promove-se o espaço e tempo adequados para o trabalho artístico, partindo da premissa de que os períodos de residência e investigação são, de facto, trabalho e, por isso mesmo, devem ser apoiados financeiramente. No CAMPUS existe a dinâmica de partilha entre artistas e a formação, refletindo-se sobre formas e metodologias de trabalho, com enfoque no apoio ao desenvolvimento do tecido cultural, sobretudo de artistas e companhias da cidade, direcionado para as áreas de dança, teatro, cruzamentos disciplinares, circo contemporâneo, formas animadas, escrita e reflexão - este sim, um projeto de desenvolvimento a longo prazo e que influirá nos discursos contemporâneos do panorama artístico.

elin
G

O Teatro Municipal do Porto, o DDD – Festival Dias da Dança e o CAMPUS Paulo Cunha e Silva norteiam-se e definem-se, assim, nos pontos seguintes:

1. Um projeto cultural ancorado em dois teatros emblemáticos da cidade, o Rivoli e o Campo Alegre, e desde 9 de junho de 2021 também no CAMPUS Paulo Cunha e Silva;
2. Um projeto artístico com programação multidisciplinar de reconhecida qualidade, abrangendo numerosos e diferentes públicos;
3. Um projeto já enraizado na comunidade artística e académica - visto e tido como referência para estas comunidades -, com visibilidade nacional já estabelecida e crescente notoriedade internacional;
4. Um projeto que apresenta um grande volume de propostas artísticas ao nível nacional, na sua programação geral, e que coproduz e promove um dos mais relevantes festivais de dança contemporânea no país, o DDD – Festival Dias da Dança;
5. Um projeto ativo na formação de novos públicos, no seio da comunidade estudantil em todas as suas etapas e ciclos formativos e no seio da comunidade em geral;
6. Um projeto com uma forte componente de aproximação e sensibilização dos públicos infantojuvenis, jovens adolescentes e adultos para as Artes Performativas, através do *Serviço Educativo – Escolas e Comunidade e a Mediação*, com programação de espetáculos, *workshops*, oficinas e muitas outras atividades especialmente dedicadas ao contexto de participação de comunidades e grupos escolares.

Perspetivas para 2023

a) O Teatro Municipal do Porto

Estratégia de programação

A programação do TMP para o ano de 2023 assentará nos pontos seguintes:

1. Manutenção das relações com artistas e companhias, sobretudo da cidade, assegurando condições para a continuidade do desenvolvimento dos seus trabalhos, assim como a consolidação dos hábitos e rotinas que têm vindo a ser promovidos e estimulados nos diversos públicos - ainda que novas vias tenham de ser exploradas, conforme o antes explanado;
2. Prossecução de um equilíbrio entre programação internacional, nacional e de estruturas/artistas que trabalham a partir da cidade, mantendo uma oferta diversificada com a qual os diferentes tipos de públicos se podem identificar;
3. Reforço do investimento no apoio à criação artística, através do robustecimento das coproduções nacionais e internacionais, consolidando o posicionamento do TMP no circuito internacional das artes performativas (concretizado também pela via de parcerias internacionais com proeminentes estruturas culturais e artísticas de diferentes partes do mundo).

O desenho artístico do TMP manterá a base e os pressupostos da sua programação regular – na sua multidisciplinaridade, diferentes estéticas e proveniência de diversas latitudes, pontuada por programas e projetos de foco em artistas/temáticas/disciplinas/contextos específicos, assim como por projetos desenvolvidos e/ou apresentados em parceria; e uma vez mais, reforçando o papel da dimensão digital e *online*.

Destacam-se aqui alguns dos momentos da programação, que entre muitos outros, irão implementar e materializar a Missão do TMP, com base na estratégia aqui enunciada:

- O *IMPACT* (*International Master in Performance Art and Choreographic Technologies*), liderada pelo CNSMD de Lyon (França), envolvendo instituições de ensino superior como a Universidade das Artes de Estocolmo (Suécia), o Centro Internacional para a Dança Tradicional e Contemporânea Africana - École des Sables (Toubab Dialo, Senegal), o Royal Conservatory of Antwerp (Bélgica) e as instituições profissionais, Les Subs (Lyon, França) e de Singel (Antuérpia, Bélgica), grupo do qual o TMP faz parte. O projeto visa o desenvolvimento de um programa de estudos em coreografia e performance, com vertente teórica e prática;
- O 91.º Aniversário do Teatro Rivoli, em janeiro de 2023, que será celebrado através de um programa composto por artistas da cidade e artistas internacionais e alargado também a outros parceiros do Porto;
- A continuidade dos programas *Retratos* e *Double Trouble* e a criação de um novo projeto de programação em rede com o CCB – Centro Cultural de Belém, o *Pendular*, com enfoque na circulação do trabalho de criadores do Porto e Lisboa, entre muitos outros, cujo detalhe se apresenta de seguida, na intersecção das temporadas de 2022/2023 e 2023/2024, num *overview* do desenho estabelecido nas principais áreas/disciplinas artísticas do TMP (para janeiro – dezembro 2023).

Dança

A área da Dança Contemporânea permanecerá em destaque singular na programação do TMP, mantendo sempre o equilíbrio com outras disciplinas, num universo que apresenta e perpassa espetáculos de artistas que trabalham a partir da cidade, artistas nacionais e internacionais, a formação, a reflexão e o acolhimento de residências artísticas e artistas / companhias / estruturas residentes.

Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Residências artísticas com artistas da cidade, nacionais e internacionais;
- Continuação das estruturas residentes no Teatro Campo Alegre no programa *Campo Aberto* (Companhia Instável e Nome Próprio - Victor Hugo Pontes);
- Pensamento e reflexão, *workshops*, encontros, conferências, formação.

Artistas / Companhias nacionais: Companhia Nacional de Bailado / Olga Roriz, Teatro de Marionetas do Porto & Isabel Barros, Ainhoa Vidal, Né Barros, Beatriz Dias (no *Pendular* / CCB), Né Barros, Bibi Dória & Bruno Brandolino (no *Double Trouble*), Francisco Camacho, Victor Hugo Pontes, Ana Renata Polónia (no *Double Trouble*), Miguel Bonneville (no *Double Trouble*), Joana Providência, Beatriz Valentim, entre outros a confirmar/definir e ainda sessões dos Palcos Instáveis de janeiro (Thamiris Carvalho), fevereiro (Maria Soares), março (Duarte Valadares, Franklin Monteiro & Maria Antunes), maio, junho, setembro, outubro, novembro e dezembro 2023.

Artistas / Companhias internacionais: Anne Teresa de Keersmaecker & Amandina Beyer / Rosas, Gli Incogniti (Bruxelas), François Chaignaud & Les Cris de Paris (França), Rebecca Balestra, Igor Cardellini, Tomaz Gonzalez (Suíça) Batsheva (Israel), Dimitris Papaioannou (Grécia), entre outros a confirmar/definir.

Destacam-se, deste leque de artistas, as coproduções nacionais dos trabalhos Ainhoa Vidal, Lígia Soares, Guilherme Azevedo & Pedro Sousa, Né Barros, Francisco Camacho, Victor Hugo Pontes, Ana Renata Polónia (no *Double Trouble*), Miguel Bonneville (no *Double Trouble*), Joana Providência, Beatriz Valentim e ainda sessões dos *Palcos Instáveis* de janeiro (Thamiris Carvalho), fevereiro (Maria Soares), março (Duarte Valadares, Franklin Monteiro & Maria Antunes), maio, junho, setembro, outubro, novembro e dezembro 2023, assim como as coproduções internacionais do trabalho de François Chaignaud & Les Cris de Paris (França), entre outros a confirmar / definir -, reforçando o estatuto do TMP no panorama das artes performativas, ao nível nacional e europeu.

Teatro

A programação de Teatro do TMP é delineada em contraponto com as propostas apresentadas por outras instituições da cidade e em diálogo com estas, selecionando os projetos de forma particular e complementar. Com privilégio para as companhias da cidade, para que estreiem as suas mais recentes criações no TMP - com especial enfoque nas novas dramaturgias -, o teatro internacional tem vindo a ocupar também um lugar de especial destaque nos palcos do Rivoli e do Campo Alegre.

Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Residências artísticas com artistas da cidade, nacionais e internacionais;
- Contraponto e equilíbrio em relação à programação do Teatro Nacional São João;
- Continuação das estrutura Residente no Teatro Campo Alegre no programa *Campo Aberto* (José Nunes & Cátia Pinheiro / Estrutura);
- Pensamento e reflexão, *workshops*, encontros, conferências, formação.

Companhias / Encenadores Nacionais: Lígia Soares (no programa *Retratos*), Guilherme Azevedo & Pedro Sousa (no programa *Retratos*), Mário Coelho (no *Pendular / CCB*), Daniel Gorjão / Teatro do Vão, Palmilha Dentada, Formiga Atómica, Plataforma UMA (FITEI), Flávia Gusmão (FITEI), Cátia Pinheiro & José Nunes / Estrutura (*Retratos*), André Teodósio / Teatro Praga (*Retratos*), Tânia Dinis / Tep – Teatro Experimental do Porto, Renata Portas / Público Reservado, António Parra / A Turma, Milo Rau (Suíça), Nuno Preto, Visões Uteis, Luís Mestre / Companhia de Teatro Nova Europa, entre outros a confirmar/definir.

Companhias / Encenadores Internacionais: Joris Lacoste (França), Philippe Quesne (França), El Conde de Torrejuel (Espanha), Les Ombres Portées (França), Agrupación Señor Serrano (FITEI / Espanha), entre outros a confirmar/definir.

Destacam-se, deste leque de artistas, as coproduções nacionais e internacionais dos trabalhos de Daniel Gorjão / Teatro do Vão, Palmilha Dentada, Formiga Atómica, Plataforma UMA (FITEI), Flávia Gusmão (FITEI), Agrupación Señor Serrano (FITEI / Espanha), Cátia Pinheiro & José Nunes / Estrutura (*Retratos*), Tânia Dinis / Tep – Teatro Experimental do Porto, Renata Portas / Público Reservado, António Parra / A Turma, Nuno Preto, Visões Uteis Luís Mestre / Companhia de Teatro Nova Europa, entre outros a confirmar/definir.

Festivais

FITEI - Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica

No âmbito do FITEI encontra-se já prevista a apresentação, no TMP, dos espetáculos de Plataforma UMA, Flávia Gusmão e Agrupación Señor Serrano (FITEI / Espanha). A programação está ainda a ser definida pelo que se poderão confirmar outros artistas e companhias, bem como um programa de atividades paralelas.

Música

As escolhas na Música seguem a linha de orientação programática que conduziu à seleção das propostas na área do Teatro: espetáculos em contraponto e equilíbrio com a programação da Casa da Música, do Hard Club ou do Coliseu.

Eixos:

- Concertos de câmara no Pequeno Auditório do Teatro Rivoli;
- *Understage* - ciclo dedicado à música atual, inserida no circuito alternativo ou “não comercial” (subpalco do Teatro Rivoli);
- Contraponto e equilíbrio em relação à programação da Casa da Música, do Coliseu Porto ou do Hard Club;
- Concertos “mainstream qualificado” nos Grandes Auditórios do Teatro Rivoli e do Teatro Campo Alegre;
- Continuação da estrutura Residente no Teatro Campo Alegre no programa *Campo Aberto* (Drumming GP).

Festivais: Festival Porta Jazz

Será no Grande Auditório do Rivoli (palco principal ou subpalco) que a música manterá a sua particularidade e o seu ritmo, na programação do TMP, continuando a dar visibilidade a projetos de música contemporânea, menos conhecidos e de sonoridades diversas, com periodicidade mensal.

O ciclo *Understage*, iniciado em 2015, conta com a cumplicidade de três estruturas parceiras da cidade: a Matéria Prima, a Lovers and Lollipops e a Amplificasom, responsáveis pela programação. Este ciclo acontece uma vez por mês, no Subpalco do Grande Auditório do Teatro Rivoli, programado em alternância pelas três estruturas enunciadas.

Manter-se-á de igual forma a parceria com o Curso de Música Silva Monteiro, dando a conhecer os *Novos Talentos* da música clássica, também uma vez por mês, neste formato até ao final da temporada 2022-2023.

Outras propostas musicais são pontualmente apresentadas noutros contextos da programação do TMP, como são os casos dos projetos da Sonoscopia (no *Aniversário do Teatro Rivoli*), o concerto do Contratenor Jakub Józef Orliński, Festivais ou apontamentos no âmbito do Ciclo *Quintas de Leitura*.

De destacar, de igual forma, a coprodução e o concerto das Sopa de Pedra bem como o concerto de Tânia Carvalho, ambos no contexto do DDD - Festival Dias da Dança, para além de um vasto programa de festas / DJ sets com artistas ainda a definir em complemento à programação de Dança do festival.

De referir também a realização do Festival Porta Jazz, que concretiza e torna visível, uma vez por ano, a dedicação e o trabalho desenvolvidos pela Associação Porta Jazz na promoção deste estilo musical.

Marionetas / Formas Animadas

As Marionetas e as Formas Animadas manterão a sua presença na programação do TMP, como fiel homenagem a todo o trabalho desenvolvido na cidade nesta área. Esta presença é mais intensa em outubro (por ocasião da realização do FIMP - Festival Internacional de Marionetas do Porto), período no qual este Festival continuará a manter o seu quartel-general no Teatro Rivoli.

- A edição do FIMP 2023 encontra-se prevista para o período compreendido entre 6 e 15 de outubro 2023, tendo já confirmada a coprodução e apresentação da peça *Armazém 88* do Teatro Marionetas do Porto que assinala o seu 35.º aniversário.

Festivais: FIMP - Festival Internacional de Marionetas do Porto

er.
h
G

Circo Contemporâneo

Dando sequência às temporadas anteriores, o TMP continuará a dedicar grande atenção ao Circo Contemporâneo, de forma crescente e regular na sua programação, através dos Festivais e Mostras, como também pela via da coprodução e apresentação de espetáculos como é exemplo o *Parque Central* da Companhia Erva Daninha.

Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Incremento no investimento e na visibilidade desta disciplina;

Festivais / Mostras: TRENGO – Festival de Circo do Porto e Mostra Estufa

Em 2023, manter-se-á a coprodução anual ao TRENGO – Festival de Circo do Porto (junho/julho) e à *Mostra Estufa* (novembro), ambos promovidos pela Erva Daninha, uma das mais importantes companhias do país na área do Novo Circo, residente no Teatro Campo Alegre no âmbito do programa *Teatro em Campo Aberto*.

No âmbito do TRENGO, em julho de 2023, encontra-se prevista a apresentação da Companhia Cincirqe do Senegal e do seu espetáculo *Ancrage* no Grande Auditório do Teatro Rivoli.

Cinema

Na próxima temporada, o Cinema manterá presença regular no TMP. Para além da programação diária da *Medeia Filmes* no Teatro Campo Alegre – que de igual forma prosseguirá com o *Ciclo mensal Ver Primeiro*, no Teatro Rivoli -, muitas outras colaborações terão sequência, resultando de parcerias já estabelecidas.

No entanto, com a inauguração e abertura do Cinema Batalha, muitos dos Festivais e das Mostras dedicadas ao Cinema, que por norma se realizavam no TMP ao longo do ano, apresentar-se-ão neste novo equipamento municipal, lugar privilegiado para o cinema na cidade.

Eixos:

- Programação assente em parcerias com estruturas/iniciativas dedicadas à promoção do cinema, sobretudo autoral e fora dos circuitos comerciais/*mainstream*, em torno de distintos universos e temáticas – promovendo a diversificação dos públicos;
- Companhia residente (*Medeia Filmes* e *Casa da Animação*).

Festivais / Mostras – Estruturas: Parceria com Universidade Lusófona do Porto, a Festa do Cinema Francês e o Institut Français.

e
h
G

Literatura

O Ciclo *Quintas de Leitura* mantém-se, como projeto basilar e de referência na promoção da palavra e das letras, com base estabelecida no Teatro Campo Alegre.

A partir de 2023, maximizando recursos e num alinhamento orgânico com o desenho de programação global do TMP, as *Quintas de Leitura* serão realizadas nos seguintes meses (no âmbito da programação regular do TMP): janeiro, fevereiro, março, abril, maio, outubro, novembro e dezembro.

- O Café Rivoli continuará a acolher lançamentos de livros, de obras e autores relevantes no contexto literário nacional. Os *Cafés Literários* – sessões onde se dão a conhecer novos autores e novas obras, em formatos informais e descontraídos, numa deambulação intercalada entre o Teatro Campo Alegre e o Teatro Rivoli – prosseguem, com duas sessões previstas para 2023 (uma apresentação no primeiro semestre e uma no último quadrimestre de 2023).
- Adicionalmente, e ainda no âmbito da Literatura, o 91.º *Aniversário do Teatro Rivoli* será pontuado – como é já tradição – por um projeto nesta disciplina artística: o lançamento de novos números dos *Cadernos do Rivoli* na sua 10.ª edição, agregadora das publicações *História(s) da Dança*.

Pensamento

Manter-se-á, mensalmente, o Ciclo de Conferências em parceria com a Universidade Lusófona. Depois de “O Estranho” (2018), o “Comum” (2019), “Olhares da Terra” (2020) e “O Acontecimento” (2021), “Contingência e Necessidade” (2022), o tema que integra a temporada 22/23 será “Espaço, lugares e territorialidades” uma vez mais sob a curadoria da Professora Isabel Babo e do Professor Bragança de Miranda e Miguel Bogalheiro.

Performance / Cruzamentos Disciplinares

Pontualmente serão apresentadas propostas ou desenvolvidas parcerias para a apresentação de projetos híbridos, assumidamente do campo da Performance ou que cruzam várias disciplinas, estéticas e linguagens artísticas.

- O programa *Double Trouble* (que se estreou em novembro de 2020, e ao qual se tem dado continuidade, concentra algumas destas propostas. *Double Trouble* é um espaço para a apresentação de projetos de artistas de diferentes latitudes geográficas e disciplinares, espaço laboratorial para a apresentação, experimentação e discussão de projetos multidisciplinares.
- O *Double Trouble* #6, em março de 2023, apresentará trabalhos de Bibi Dória & Bruno Brandolino (Brasil/Portugal), artistas selecionados para o programa de residências artísticas do CAMPUS Paulo Cunha e Silva em 2021 e por *Showroom* de Rébecca Balestra, Igor Cardellini e Tomas Gonzales (Suíça).
- O *Double Trouble* #7, em outubro 2023, apresentará trabalhos de Ana Renata Polónia, Miguel Bonneville e outro artista a definir.

Eixos:

- Possibilidade da apresentação pontual de projetos híbridos, que cruzam universos distintos e que possibilitam, por isso, uma interação com novos públicos e a sua cativação;
- Programação assente em parcerias com estruturas/iniciativas dedicadas à promoção de disciplinas artísticas que não se encontram tão presentes no TMP (como a performance, as artes visuais, etc.) - maximizando a diversificação dos públicos -, sobretudo no contexto do programa *Double Trouble*.

EN
L
E

Programas e Projetos

Serviço Educativo - Escolas e Comunidade

Mediação

O Teatro Municipal do Porto tem na *Mediação* e na relação com os públicos um dos seus principais eixos de ação, propondo um conjunto de conteúdos e atividades conectados com a programação artística, para todos os públicos.

Assim, pode traduzir-se em conteúdos digitais – “vídeo-retratos” e *Descortinar*, publicações digitais – mas também em atividades *online* e/ou presenciais, podendo, neste caso, ter lugar nos teatros Rivoli e Campo Alegre, no CAMPUS Paulo Cunha e Silva ou em contexto escolar.

A partir da diversidade das obras artísticas apresentadas, pretende-se possibilitar aos públicos do Teatro Municipal do Porto um diálogo próximo e construtivo com estas obras, os seus criadores e processos, fornecendo chaves para um descortino consciente e sustentado.

Estas atividades e conteúdos visam, assim, expandir a reflexão e o debate sobre as artes performativas na sua desejável relação com outras áreas artísticas, do saber e do viver em sociedade.

Eixos:

- Promover a proximidade dos diferentes públicos às artes performativas e aos seus intervenientes, apresentando propostas diferenciadas para diferentes públicos-alvo, sem descuidar as atividades dirigidas especificamente para grupos escolares e famílias;
- Desenvolver e potenciar uma perspetiva crítica, ativa e reflexiva;
- Apresentar propostas em diferentes áreas artísticas;
- Trabalhar em parceria com outras instituições artísticas e culturais, no sentido de viabilizar e rentabilizar a encomenda e apresentação de novos projetos;
- Promover o trabalho dos artistas da cidade do Porto, assim como dos artistas nacionais e internacionais;
- Apresentar propostas e desenvolver projetos que promovam a inclusão e a capacitação dos públicos/participantes.

Modelos de atividades em 2023

Aquecimento Paralelo

É uma oficina que consta na programação do TMP desde 2016 - dinamizada por um artista - que acontece associada a um espetáculo, desafiando quem nela participa a experimentar, pelo movimento, o vocabulário e a dramaturgia de determinada obra. Esta oficina possibilita uma breve abordagem a diferentes linguagens artísticas e proporciona uma relação com os espetáculos bastante diferente da habitual. A primeira sessão acontece no mês de fevereiro no âmbito da nova criação de Né Barros.

Encontros com artistas

Ancorados nos espetáculos da temporada, nestes encontros, todos são convidados ao diálogo, que se pretende, acima de tudo, participativo e enriquecedor. Estes encontros promovem um debate alargado sobre obras ou temas variados, com durações e formatos diferentes e podem ter lugar no TMP, em escolas, ou outros espaços.

Conversas pós-espetáculo

A conversa pós-espetáculo tem como intuito a partilha direta e participada com os artistas e uma aproximação às ideias e processos base do trabalho que acaba de ser apresentado e sobre o qual pretende-se estimular uma reflexão consciente por parte de todos aqueles que assistiram ao trabalho.

EL
L
G

Oficinas e encontros para as escolas

Maioritariamente em contexto escolar, estas atividades, cujo formato é variável mediante o projeto artístico e/ou pedagógico a desenvolver, acompanham toda a programação para escolas do Teatro Municipal do Porto em estreita articulação com os docentes e demais profissionais das escolas e jardins de infância, assim como com as equipas artísticas e/ou pedagógicas associadas aos espetáculos e iniciativas que integram a programação.

Visitas guiadas

O Teatro Municipal do Porto abre as portas dos seus dois polos, Rivoli e Campo Alegre, de forma a desvendar os seus bastidores. Uma visita guiada dá a conhecer estes dois teatros, o trabalho desenvolvido e a equipa que neles trabalha.

Programa de Residências Artísticas

O programa de residências artísticas do TMP realiza-se desde junho de 2021, após a abertura do CAMPUS Paulo Cunha e Silva, com atribuição de espaço de trabalho às coproduções do TMP e do DDD - Festival Dias da Dança.

Adicionalmente, no Teatro Campo Alegre, existirá durante o ano de 2023 a continuação do programa de residências de longa duração *Campo Aberto*. As estruturas residentes são as seguintes: Companhia Instável, Nome Próprio/ Victor Hugo Pontes (Dança), Estrutura/Cátia Pinheiro & José Nunes (Teatro), Casa da Animação, Medeia Filmes (Cinema/Animação), Drumming Grupo de Percussão (Música).

Retratos

Em 2023 decorrerão a quarta e a 5.ª edição do programa *Retratos*, no qual os artistas convidados se (re)vêm ao espelho, seja pela particularidade / especificidade do seu trabalho, seja pela discussão / reflexão em torno do seu universo artístico. O programa marcou o início da temporada 2021 / 2022 (em meados de setembro de 2022), com as apresentações de Susana Chiocca e de Filipe Pereira. Em fevereiro de 2022 apresentaram-se Teresa Coutinho e Sónia Baptista no Teatro Campo Alegre, e em maio de 2022 apresentaram-se Joana Von Mayer Trindade e Joana Castro no Teatro Rivoli.

O programa terá continuidade em 2023, com os *Retratos IV e V* apresentando duplas de artistas por programa como Ligia Soares, Guilherme Sousa & Pedro Azevedo e Cátia Pinheiro / Estrutura e André E. Teodósio / Teatro Praga.

Pendular

O projeto *Pendular*, que tem lugar unicamente na temporada 2022/2023, é um projeto de parceria de programação entre o TMP - Teatro Municipal do Porto e o CCB - Centro Cultural de Belém que pretende fomentar a circulação dos trabalhos de artistas de ambas as cidades do Porto e Lisboa. Nesta primeira edição, serão apresentados no TMP *Neon 80* de Beatriz Dias e *I'm Still Exited* de Mário Coelho. No CCB, por sua vez, serão apresentadas *BITCHO* de Susana Chiocca e *HARK!* de Luísa Saraiva & Senem Gökçe Oğultekin.

h
6

IMPACT (International Master in Performance Art and Choreographic Technologies)

O objetivo deste projeto é a criação e o desenvolvimento conjunto de um programa / um curso internacional de coreografia e *performance-art* (denominado *IMPACT*) dirigido a bailarinos/coreógrafos/performers que possuam já alguma experiência (cinco anos de atividade após a conclusão da formação académica), e que pretendam prosseguir na carreira internacionalmente.

As temáticas e conteúdos do programa versarão sobretudo a prática e experimentação, o desenvolvimento de ferramentas / técnicas / métodos de criação, pesquisa, análise / pensamento crítico, a interdisciplinaridade, a apresentação pública / ao público, a reflexão e o empreendedorismo.

O projeto *IMPACT (International Master in Performance Art and Choreographic Technologies)* foi objeto de candidatura europeia, aprovada no início da temporada 2022/2023, e é liderado pelo CNSMD de Lyon (França), envolvendo instituições de ensino superior como a Universidade das Artes de Estocolmo (Suécia), o Centro Internacional para a Dança Tradicional e Contemporânea Africana - École des Sables (Toubab Dialo, Senegal), Royal Conservatory of Antwerp (Bélgica) bem como as instituições profissionais, Les Subs (Lyon, França) e de Singel (Antuérpia, Bélgica), grupo que o TMP integra.

Estão em curso as sessões de trabalho para o desenvolvimento do projeto.

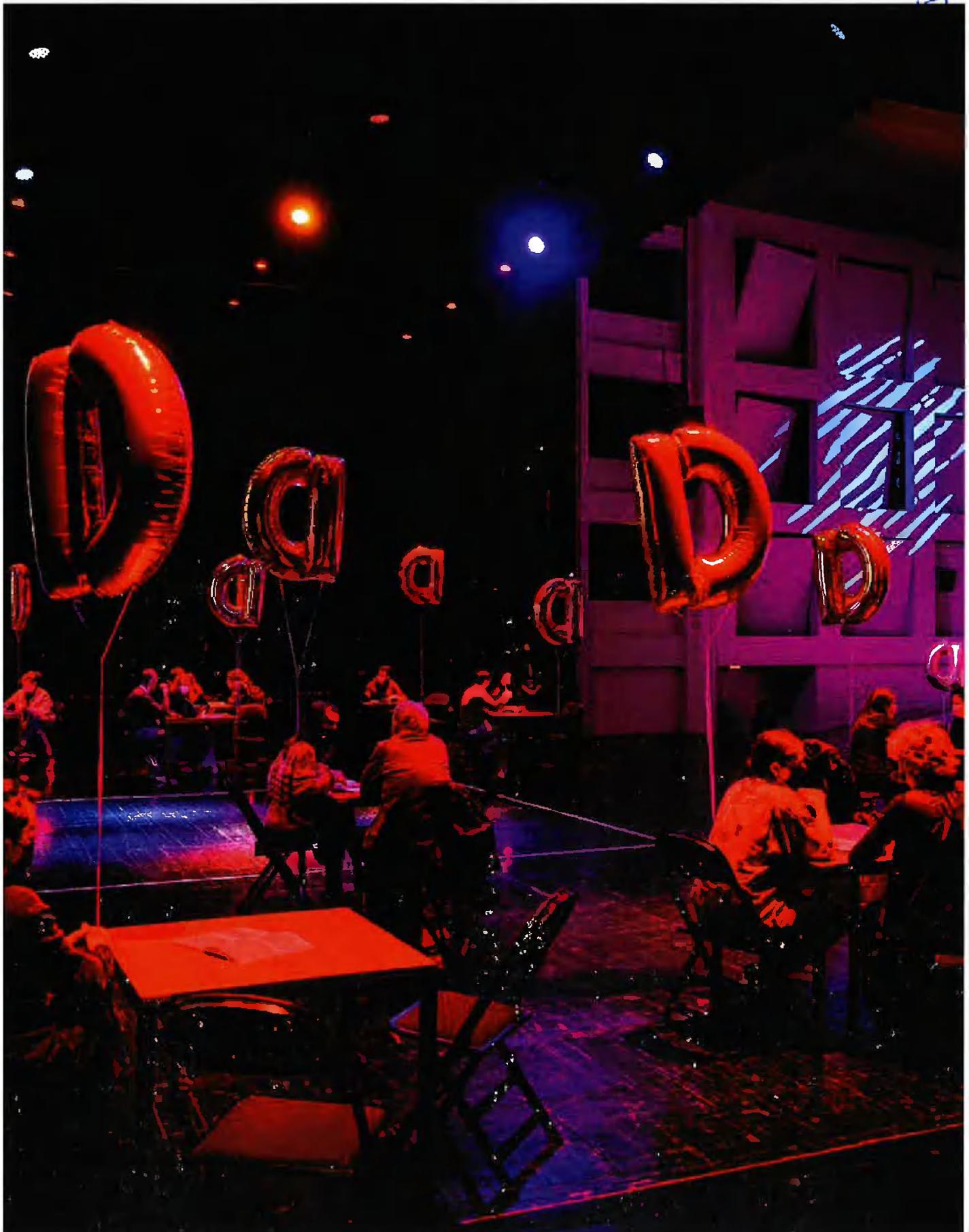
91.º Aniversário do Teatro Rivoli

Anualmente, no dia 20 de janeiro, celebra-se a data do Aniversário do Teatro Rivoli, o teatro da cidade, com portas abertas e uma programação que atravessa áreas fundamentais da programação do TMP.

Em 2023, o Teatro Rivoli celebra 91 anos de existência. Para marcar esta data, as celebrações serão levadas a cabo com propostas de artistas que trabalham a partir da cidade e também artistas internacionais: Anne Teresa De Keersmaeker, Amandine Beyer / Rosas, Gli Incogniti, Teatro de Marionetas do Porto e a Sonoscopia - numa programação multidisciplinar que abrange a Dança, o Teatro e a Música.

O Aniversário do Rivoli será ainda, e uma vez mais, contexto para o lançamento dos *Cadernos do Rivoli*.

6.6



ex
h
G

b) DDD - Festival Dias da Dança em 2023

O DDD – Festival Dias da Dança partiu de uma ideia de ligação que se pode construir entre as cidades do Porto, de Matosinhos e de Gaia, através de uma programação que atesta a diversidade no âmbito da dança contemporânea e promove a deambulação entre espaços de apresentação e espaço público.

Este festival internacional de dança contemporânea, de periodicidade anual, com organização do DAP e com a parceria das Câmaras Municipais do Porto, Gaia e Matosinhos, é ainda sustentado por inúmeras outras parcerias institucionais, artísticas, de comunicação e difusão, logísticas entre outras, das quais se destacam a Fundação de Serralves, o Coliseu do Porto, o Balletteatro, entre outras – contando com o mecenato da Fundação BPI / La Caixa.

A edição de 2023 do DDD, à semelhança do que sucede com a programação regular do TMP, é projetada com base na experiência adquirida, assente na Missão e nos objetivos programáticos do Festival.

A Missão

A Missão do DDD – Festival Dias da Dança assenta sobretudo nos seguintes eixos:

- A promoção e o desenvolvimento do setor da dança contemporânea no país, enquanto disciplina artística agregadora de múltiplos estilos e estéticas, de carácter universal e transnacional – pela priorização do movimento face à palavra - e, conseqüentemente, de vasta abrangência e largo alcance no potencial de circulação de obras e na cativação e formação de novos públicos para as artes e a cultura;
- A capitalização do crescente fulgor que se tem vindo a registar na criação artística no campo das artes performativas, e mais concretamente na dança contemporânea, a partir do Porto – consequência do investimento realizado nos últimos anos pelo Município do Porto nas estruturas artísticas da região, fortalecendo e cimentando as suas condições e capacidades de trabalho, estimulando e impulsionando outras fontes de financiamento, com múltiplas replicações no panorama artístico regional e nacional;
- Contribuir para o reconhecimento e o desenvolvimento crescente, saudável e sustentável do sector das artes performativas – em específico da dança contemporânea - e dos seus profissionais, no panorama nacional e internacional.

Os principais objetivos

Como principais objetivos, o DDD – Festival Dias da Dança almeja:

- O incremento quantitativo e qualitativo da oferta cultural e artística na região Norte do país, com enfoque e incidência na dança contemporânea, a partir das cidades do Porto, Matosinhos e Gaia, e a promoção de uma intensa circulação de diversificados públicos nacionais e internacionais entre as mesmas, através de uma programação vasta e diversificada - nos conteúdos e na forma -, na qual se apresenta uma multiplicidade aportada pelas diferentes latitudes, linguagens, estéticas e gerações das quais provêm os artistas presentes em cada edição do Festival;
- O investimento na vinda de programadores internacionais ao Festival, estimulando assim a promoção e difusão do trabalho artístico nacional fora de portas, potenciando a sua internacionalização;
- A contribuição ativa para a criação de novos públicos e para a formação artística, ancorada na diversidade, abrangência e no volume de propostas do Festival, consolidando a corrente de públicos da dança que se tem vindo a formar na região, mas também atraindo e captando novos públicos, ainda afastados desta expressão artística, fomentando uma intersecção entre a fruição de espetáculos e a participação em projetos pontuais e/ou continuados e duracionais (desde *workshops* a *masterclasses*, desde conversas pós-espetáculo a mesas redondas e demais encontros);
- A cimentação de um Festival enquanto plataforma de mediação de públicos, intermediando, traduzindo, desconstruindo e desmistificando – tornando assim mais acessível – as práticas artísticas contemporâneas, nas artes performativas em geral, e na dança em particular.

er
h
6

O programa artístico em 2023

Na programação nacional do DDD - Festival Dias da Dança 2023 constam os nomes de Mónica Calle, Tânia Carvalho, Sofia Dias & Vítor Roriz, Vânia Doutel Vaz, Ana Isabel Castro, Sopa de Pedra, Nala Revlon e Piny 007, Dori Nigro, Daniela Cruz, Aura da Fonseca, Maurícia Neves (Corpo + Cidade), entre outros a confirmar.

No alinhamento internacional figuram Lia Rodrigues (Brasil), Brigel Gjoka & Rauf "RubberLegz" Yasit (Inglaterra), Flora Detraz (França), Enríco Ticonni & Ginevra Panzetti (Itália), Filiz Sizarli & Mustafa Kaplan (Turquia), Emmanuel Eggermont / L'Anthracite (Francês), Faye Driscoll (USA), Gaya de Medeiros (Brasil), Djam Neguin (Cabo Verde), Iara Izidoro (Brasil), Catherine Gaudet (Canadá) entre outros a confirmar.

Como habitualmente, o DDD - Festival Dias da Dança contará ainda com um vasto programa (cuja definição se encontra em curso) de formação e mediação de públicos em torno dos artistas e dos espetáculos programados ocupando o CAMPUS Paulo Cunha e Silva - DDD CAMPUS.

c) O CAMPUS Paulo Cunha e Silva

Pouco mais de um ano após a sua abertura a 9 de junho de 2021, o CAMPUS Paulo Cunha e Silva afirma-se como um espaço central de trabalho na cidade, e tem um importante posicionamento no panorama artístico nacional. Passaram por este equipamento cultural cerca de 7900 artistas e companhias, para ali desenvolverem o seu trabalho de pesquisa e criação através da reserva de estúdio, participação nas aulas diárias, realização de residências artísticas, técnicas ou de pesquisa e participando na formação intensiva implementada durante o DDD - Festival Dias da Dança.

- O CAMPUS Paulo Cunha e Silva promove um programa plural, de acesso livre através de marcação, no caso das reservas de estúdio ou por *open call* no caso das residências, que permite colmatar a falta de espaços de trabalho na cidade, sendo em simultâneo, um projeto *pivot* no que toca ao acompanhamento artístico de residências e à promoção de um espaço de investigação.
- Os seus quatro estúdios, duas suites e diversas áreas comuns constituem um espaço para o ensaio, experimentação e para a formação, desenhado a partir de um processo participativo que envolveu os principais utilizadores e beneficiários do espaço (os artistas e companhias da cidade), através de uma intensa e atenta auscultação e de um diálogo ativo.
- No âmbito do *Open Call - Residências Artísticas 22/23*, lançado em 9 de março de 2022, foram selecionados nove artistas locais, oito artistas nacionais e uma artista internacional, num total de 87 candidaturas.

Os artistas em residência artística no CAMPUS Paulo Cunha e Silva na temporada 22/23 são Dori Nigro, Natália Mendonça, Stella Zimmerman, Daniel Pizamiglio, Beatriz Albuquerque, Razões Pessoais, Tales Frey, Marta Ramos, David S. Costa, Tiago Aires Lêdo, Gonçalo Lamas, Wura Moraes, Aura da Fonseca, Elisa Zuppini, Má Criação, Teresa Silva, Diego Bragá e Flávio Rodrigues.

Ao nível internacional, serão acolhidas no CAMPUS Paulo Cunha e Silva duas residências artísticas - *Residências Cruzadas* -, numa parceria com Theatre de La Ville (Paris) e com o CCN Caen. Os artistas (ainda a selecionar) desenvolverão o seu trabalho artístico no Campus Paulo Cunha e Silva ao longo de três semanas com as mesmas condições logísticas e financeiras dos artistas selecionados no âmbito do *Open Call*.

O mesmo acontecerá no CCN Caen, que acolherá um artista português para desenvolver uma residência, suportando as condições financeiras e logísticas deste acolhimento. A seleção destes artistas ainda se encontra por definir.

ed
h
g

- No âmbito da *Open Call - Residências Técnicas 22/23* no Teatro do Campo Alegre, lançado a 14 de março 2022, foram selecionados dois artistas locais e dois artistas nacionais, num total de oito candidaturas. Os artistas em residência técnica no Teatro do Campo Alegre são Rumo do Fumo, Maria R. Soares, Fogo Lento e Paulo Pinto.
- A 19 de setembro de 2022 foi lançada a *open call* para a 3.ª edição do *Reclamar Tempo*, um programa de pesquisa e investigação artística, que permite aos artistas parar para (re)pensar os seus processos criativos, os modos de produção artística e a reflexão sobre a construção de discurso. Pretende-se então resgatar tempo para investigar, solidificar ideias, gerar discurso e pesquisar práticas que irão seguramente enriquecer o universo artístico de cada um e a médio prazo, o discurso coletivo da cidade do Porto.

Este programa apoiou na temporada 21/22, oito projetos de artistas / coletivos locais para um período de pesquisa e investigação.

O CAMPUS Paulo Cunha e Silva, enquanto espaço privilegiado para a formação e experimentação, um laboratório para o teste / ensaio e para o erro, proporcionou o acesso a aulas de nível avançado, que abrangem várias disciplinas, com foco na partilha de prática artística (e não tanto na formação teórica em si). Pretendeu-se, desta forma, promover a existência de aulas de prática física, diárias e acessíveis aos profissionais da cidade e a todos os visitantes, aprofundando metodologias e conhecimento, promovendo sinergias e enriquecendo a comunidade local, simultaneamente gerando oportunidades de trabalho para formadores locais.

É neste contexto e enquadramento que o CAMPUS Paulo Cunha e Silva rege a sua atividade, na prossecução dos seguintes objetivos:

- Favorecer e apoiar o desenvolvimento de projetos resultantes do meio criativo, nas áreas performativas;
- Dar resposta a lacunas identificadas previamente, como a intensa procura de espaço e de condições de trabalho, por parte dos artistas;
- Fomentar espaços informais de contacto, de cooperação e de convergência entre artistas;
- Acolher projetos em fase de criação nas áreas performativas, disponibilizando espaços, condições e períodos adequados ao seu desenvolvimento;
- Incrementar uma forte vertente formativa, contribuindo desta forma para a formação dos / de diversos públicos.

Todos estes eixos de intervenção, no seu conjunto, na sua articulação e sinergia, fazem do TMP e do CAMPUS Paulo Cunha e Silva espaços privilegiados para a apresentação, experimentação, a discussão e a reflexão, verdadeiro laboratórios com portas abertas para a descoberta da prática artística contemporânea, e para o incremento do conhecimento através da mesma.

Programa de Residências Artísticas

Para além das já referidas residências de longa duração que decorrem no Teatro Campo Alegre (com as sete estruturas residentes), o CAMPUS Paulo Cunha e Silva acolhe a grande maioria de residências artísticas, tendo alargado a capacidade de resposta do TMP às inúmeras solicitações de artistas e companhias que necessitam de espaços para desenvolverem o seu trabalho.

- Cerca de 50% da utilização dos estúdios do CAMPUS Paulo Cunha e Silva correspondem à possibilidade de reserva imediata de espaço de trabalho, gratuita, em plataforma digital.
- Este eixo do programa artístico que contempla um apoio financeiro (500 euros, a que acrescerá IVA à taxa legal em vigor, se aplicável, por semana de duração da residência) destina-se a artistas locais, nacionais e internacionais, que trabalhem nas áreas da dança contemporânea, do teatro contemporâneo, do circo contemporâneo, das formas animadas e de cruzamentos disciplinares.
- O objetivo deste eixo de atividade é apoiar a criação artística e consolidar o tecido artístico profissional, disponibilizando recursos e espaços com condições excecionais que proporcionam aos artistas tempo e espaço para pesquisar, criar, ensaiar e partilhar os seus processos criativos.

er
S.
G

Programa de Residências Técnicas

O programa de *Residências Técnicas 2022-2023* do CAMPUS Paulo Cunha e Silva dirige-se a artistas e companhias profissionais (estabelecidas e emergentes), cujas linhas de trabalho se situam no domínio da dança contemporânea, do teatro contemporâneo, do circo contemporâneo, das formas animadas e de cruzamentos disciplinares, com o objetivo de desenvolver projetos artísticos, na sua fase de criação ou para aprofundamento / remontagem de peças já existentes, privilegiando-se trabalhos na sua fase final de criação antecedente à estreia.

- Este programa consiste na atribuição de quatro *Residências Técnicas* de âmbito local e nacional.
- As residências serão realizadas no Teatro Campo Alegre, entre uma (mínimo) a duas (máximo) semanas consecutivas, em horário a definir com a equipa técnica e de produção, de acordo com o plano de trabalhos do artista/companhia/coletivo.
- A realização das *Residências Técnicas* em 2023 decorre de 3 a 14 de janeiro de 2023 e de 31 de janeiro a 11 de fevereiro de 2023, na Sala Estúdio do Teatro Campo Alegre.
- Adicionalmente, será atribuída e contratualizada com os titulares dos projetos selecionados uma verba no valor de 500 euros, a que acrescerá IVA à taxa legal em vigor (se aplicável), por semana de duração da residência.
- Será ainda disponibilizado o alojamento para um máximo de 4 pessoas, mediante disponibilidade de espaço, nos apartamentos do Teatro Campo Alegre.

Programa Reclamar Tempo

O programa *Reclamar Tempo*, que teve a sua 1.ª edição em 2020, é um programa de pesquisa e investigação artística, que permite parar para (re)pensar os processos criativos e os modos de produção, possibilitando ao artista uma reflexão sobre a construção de discurso e mergulhando no que é a prática artística de uma forma mais introspetiva.

Não poucas vezes os processos de pesquisa e investigação artística, que antecedem as criações, são deixados para segundo plano e ficam reféns do pouco tempo de ensaios e do constante perspetivar a apresentação final. Com este programa, pretende-se então “resgatar” tempo para investigar, solidificar ideias, gerar discurso e pesquisar práticas que irão seguramente enriquecer o universo artístico de cada um.

- O programa tem em vista a viabilização de oito projetos de investigação e pesquisa na temporada 2022-2023, na área das artes performativas, para artistas locais, que vivam na Área Metropolitana do Porto ou que trabalhem maioritariamente a partir dela.
- Será atribuída e contratualizada com os titulares dos projetos selecionados, uma verba no valor de 3.000 euros a que acrescerá IVA à taxa legal em vigor (se aplicável).
- Estes projetos terão duas fases, sendo que a primeira decorrerá nos espaços próprios dos artistas e a segunda concretizar-se-á na residência por duas semanas no CAMPUS Paulo Cunha e Silva em espaço partilhado, resultando num momento de partilha dos seus processos, em conjunto, com o acompanhamento crítico de Melissa Rodrigues e de Cristina Planas Leitão, em julho de 2023.

A partilha de processos poderá ter diversos formatos que serão decididos pelos participantes: *artist talk*, *lecture-performance*, ensaio aberto, partilha de textos/ imagens produzidas, vídeo ou outros formatos resultantes e condizentes com a pesquisa efetuada.

el
L
G

Aulas Diárias

As *Aulas Diárias* do CAMPUS Paulo Cunha e Silva são aulas de nível avançado, que abrangem várias disciplinas e com foco na partilha de prática artística mais do que na formação em si.

- O objetivo deste eixo de atividade é promover a existência de aulas de prática física, diárias e acessíveis aos profissionais da cidade e a todos os visitantes. Estas aulas aprofundam metodologias e conhecimento, promovem sinergias e enriquecem a comunidade local, criando também oportunidades de trabalho para formadores locais.
- São convidados a lecionar artistas locais, bem como artistas de renome internacional e nacional. Entre eles coreógrafos, encenadores e intérpretes de companhias que estejam de passagem na cidade. A presença de artistas locais, corresponderá a 50% da programação.
- As *Aulas Diárias* são dirigidas a profissionais das artes performativas e decorrem, com o mesmo professor de segunda a sexta-feira, das 9h30 às 11h00.

Future Laboratory

A candidatura europeia já aprovada ao projeto *Future Laboratory*, envolve doze instituições: o TMP, Théâtres de la Ville de Luxembourg (Luxemburgo), Staatstheater Mainz (Alemanha), Queen's Theatre, Hornchurch (Inglaterra), Théâtre de Liège (Bélgica), Centro de Cultura Contemporânea Conde Duque (Espanha), Cyclorama (França), La Comédie de Reims (França), Théâtre National de Strasbourg (França), Fondazione Piccolo Teatro Milano (Itália), Nowy Teatr, Varsovie (Polónia), Teatrul Tineretului, Pietra Neamt (Roménia).

Estas instituições uniram forças para criar um projeto de pesquisa colaborativa, dirigido a artistas emergentes de diferentes origens e *backgrounds* culturais, com um interesse particular no trabalho estruturado e planeado, visando a criação de uma rede de artes performativas com a participação de 15 artistas emergentes que se dedicarão em três residências a uma pesquisa artística com comunidades desfavorecidas locais e que decorrerá entre 2022 e anos posteriores, incluindo, é claro, 2023.

A artista portuguesa selecionada através de *open call* foi Odete Ferreira.

- Os artistas selecionados terão a oportunidade de explorar o contexto cultural e social, o tecido artístico das instituições parceiras em dez diferentes cidades europeias, e de se conetarem com prioridades urgentes e importantes para essas instituições na sequência de um dos períodos mais desafiadores desta geração - a pandemia da Covid-19. Ao relacionarem-se, em cada cidade, com a comunidade académica e científica, com a comunidade artística e cultural, com fundações e organizações de pesquisa e apoio social, entre outras, os artistas desenvolverão o seu trabalho de pesquisa com enfoque no questionamento, na procura e na identificação de soluções para a mobilidade internacional, as instituições culturais e as artes performativas de amanhã, numa perspetiva de sustentabilidade e responsabilidade.
- Cada parceiro do projeto acolherá quatro artistas em residência. Serão, no total, 16 os artistas selecionados, sendo que cada um dos quais realizará três residências (para um total de 48 residências artísticas).

d) Ecologia e Sustentabilidade

No plano da ecologia e sustentabilidade, sendo também um foco geral do pensamento estratégico para o TMP / DDD / CAMPUS, foi iniciado na temporada 21/22 um enorme trabalho para a redução da pegada ecológica.

Através de ações que tiveram como objetivo a minimização e substituição do uso de papel (do qual é exemplo o CAMPUS PCS - espaço totalmente *paper free*), implementando soluções de comunicação digitais através de diversos conteúdos e formatos (utilização de diversas plataformas digitais e das redes sociais), soluções estas que são aplicadas tanto às práticas de trabalho da equipa interna como nos materiais de divulgação; diminuição drástica da tiragem de agendas, sacos e outros materiais de *merchandising* que até aqui eram produzidos em maior escala. A redução da tiragem das agendas assenta ainda numa reestruturação estratégica do processo de distribuição, que passou a ser realizado de forma regular e quinzenal, atuando em espaços incisivos para a disseminação da informação.

Para a temporada 2022/2023, prevêem-se novos passos neste caminho, envolvendo:

- Redução da tiragem de agenda de programação do TMP para 10.000 ou menos exemplares - uma publicação anual (a agenda da temporada 22/23 já se incluiu nesta medida);
- Reformulação da agenda de programação do DDD – Festival Dias da Dança, tornando-a mais portátil e menos densa;
- Alteração de papel dos diferentes materiais impressos, sempre que possível, para papel reciclado ou outra alternativa mais sustentável, considerando a otimização de recursos, incluindo variáveis com o tratamento do papel, transporte, entre outros, nomeadamente, os individuais do Café Rivoli;
- Extinção da utilização de folhas de sala impressas;
- Criação de ponto de recolha de agendas antigas para reciclagem;
- Reflexão sobre a pertinência do *merchandising* (totebags, por exemplo) dos diferentes projetos do DAP (TMP, DDD e CAMPUS), avaliando materiais, fornecedores, periodicidade e quantidades;
- Aumento do investimento no digital, quer por meio de publicidade paga no *Facebook* e *Instagram*;
- Reestruturação da *newsletter* (através da plataforma *E-GOI*) que permitirá analisar os dados de retorno.

A acompanhar estas medidas, está também prevista uma reestruturação do *website* do TMP, dotando-o de novas funcionalidades e ferramentas que complementam a agenda, integrando conteúdos associados a todos os eventos. A formação e capacitação da equipa na área da acessibilidade digital terá também um papel preponderante nesta reestruturação.

ew
h
e

e) Acessibilidade e Inclusão

Nos três eixos de projeto artístico (TMP, DDD e CAMPUS PCS), o investimento e a preocupação transversal pelas questões de acessibilidade e inclusão no que concerne a públicos, artistas e equipas, foi cada vez mais visível.

Desde logo pelo melhoramento dos acessos e circulação nos dois teatros, pela realização de espetáculos com audiodescrição e ILGP (Interpretação em Língua Gestual Portuguesa) e pela produção de materiais complementares em *braille* e texto alternativo (iniciadas durante o DDD – Festival Dias da Dança e que terão maior regularidade na temporada 22/23).

Em 2023 dar-se-á assim continuidade a um conjunto de intervenções, projetos e iniciativas desenvolvidas nestas áreas, a saber:

- **Acesso e circulação nos edifícios**
 - Realização de visitas técnicas, visando o levantamento das intervenções necessárias no Rivoli e no Campo Alegre para a melhoria do acesso e da mobilidade em ambos os polos, dando o maior cumprimento possível à legislação mais recente e considerando a diversidade funcional dos públicos;
 - Melhoria da sinalética visual, auditiva e em Braille de circulação e de informação sobre as condições de acesso e os serviços disponíveis para pessoas com deficiência no Rivoli, Campo Alegre e CAMPUS PCS.

- **Audiodescrição, Braille e texto alternativo**
 - Continuidade da audiodescrição no DDD – Festival Dias da Dança e implementação da prática à programação do TMP – em 2022 / 2023;
 - Impressão de brochuras do DDD e do TMP em Braille e texto ampliado (com informação útil e sobre os espetáculos com audiodescrição);
 - Eventual aquisição de equipamento de emissão/receção de audiodescrição para que seja permitida uma maior autonomia da audiodescrição;
 - Criação de textos alternativos no maior número de imagens dos sites, *newsletters* e *e-mails* de divulgação;
 - Criação de um guião, para uso interno, para criação de textos alternativos.

- **Auscultação e divulgação**
 - Constituição de um grupo consultivo informal de pessoas com diversidade funcional para se auscultar, na primeira pessoa, quais as dificuldades e para obter sugestões para a elaboração de ações de acessibilidade mais eficientes e adequadas;
 - Promoção de um contacto mais assíduo com associações e profissionais de trabalho na área da acessibilidade e inclusão, visando a partilha de melhores práticas nessas áreas.

- **Capacitação e formação**

Foram solicitadas as seguintes formações transversais às equipas do DAP:

 - Introdução à Audiodescrição (6h; data a definir) - pela Acesso Cultura;
 - Iniciação e Sensibilização à Língua Gestual Portuguesa - Nível A1 (60h; *online*; data a definir) - Associação de Surdos do Porto;
 - Linguagem inclusiva e neutra (*online*; 7 e 14 de dezembro) – pela Acesso Cultura;
 - Legendagem para pessoas S/surdas (*online*; data a definir) – pela Acesso Cultura;
 - Criação de *checklists* internas para verificação, na criação de conteúdos e na programação/acolhimento de espetáculos, do cumprimento das normas e políticas do DAP em termos de acessibilidade e inclusão.



- **ILGP (Interpretação em Língua Gestual Portuguesa)**
 - Implementação de ILGP a todas as sessões dos espetáculos para os quais esteja prevista (contrariamente à prática que tem vindo a ser desenvolvida de disponibilizar em apenas uma sessão por espetáculo);
 - Inclusão de ILGP no maior número possível de vídeos de produção própria do TMP e do DDD.

- **Legendagem**
 - Inclusão de legendagem em português para pessoas S/surdas ou com baixa audição no maior número de vídeos de produção própria do TMP e do DDD – Festival Dias da Dança, estendendo a prática, a longo prazo e se possível, também a espetáculos;
 - Edição das legendas automáticas em português e inglês fornecidas pelas redes sociais, quando possível.

- **Linguagem clara e inclusiva**
 - Uma utilização de linguagem clara e inclusiva nos conteúdos digitais e impressos do TMP, DDD e CAMPUS, nomeadamente, através de levantamentos internos da necessidade de melhoria dos conteúdos disponíveis aos públicos;
 - Uma melhor utilização dos pictogramas de acessibilidade para assinalar os serviços disponíveis nos espaços e na programação;
 - Uma melhor aplicação das normas de acessibilidade em termos de design gráfico (e.g. tamanho da fonte, contrastes, espaçamento, densidade, alinhamento), nomeadamente nos materiais digitais e impressos do TMP, DDD e do CAMPUS PCS.

- **Sessões descontraídas**
 - Planeamento de sessões descontraídas, e respetivas histórias visuais e guias com pictogramas, nomeadamente no caso das sessões escolares, visando o seu início em 2023/2024;
 - As sessões descontraídas são sessões de teatro, dança ou outro tipo de oferta cultural, que decorrem numa atmosfera descontraída e acolhedora e com regras mais tolerantes no que diz respeito ao movimento e ao ruído na plateia. Podem ainda implicar pequenos ajustes no espetáculo (iluminação, som, etc...) e no acolhimento do público, para melhor se adaptarem às suas necessidades, por exemplo, pessoas com défice de atenção, deficiência intelectual, pessoas no espectro do autismo, deficiências sensoriais ou de comunicação;
 - Estabelecer políticas transversais aos diferentes espetáculos da programação do TMP em relação a pessoas com deficiência que usem equipamento auxiliar médico que possa provocar ruído (e.g. oxigénio) e pessoas que possam provocar ruídos involuntários (e.g. Síndrome de Tourette).

- **Web**
 - Levantamento interno das necessidades de intervenção nos sites do TMP, DDD e CAMPUS PCS, de forma a melhorar a sua navegação e seguir as normas obrigatórias de acessibilidade web, previstas no Decreto-Lei n.º 83/2018 (de 19 de outubro);
 - Realização de testes externos de acessibilidade, com base na validação automática e análise manual pormenorizada, de modo a identificar eventuais erros existentes.

el
si
G.



el
h
G

3.1.2 Departamento de Arte Contemporânea (DAC)

a) Projetos de Arte Contemporânea

O Presente e o Futuro

Ao longo do ano de 2022, o Departamento de Arte Contemporânea continuou a prossecução da sua Missão, adaptando as estratégias e reforçando o seu compromisso na promoção da Cultura e da arte contemporânea em face dos desafios impostos pelos anos da pandemia de Covid-19 e das mudanças dos hábitos de consumo cultural a ela associados.

Neste contexto, tendo em conta a diversidade e âmbito de ação dos projetos que configuram a missão do Departamento de Arte Contemporânea – entre a criação de atividades artísticas e culturais, programas de apoio à prática artística e a gestão e programação de equipamentos municipais – foram adotadas várias medidas que garantem a concretização dos objetivos propostos e dos compromissos estabelecidos, através do acompanhamento próximo e do suporte prestado a todos os envolvidos nas atividades e programas do DAC, em particular as suas equipas.

A situação pandémica impôs mudanças e atrasos programáticos na Galeria Municipal do Porto (GMP) com as suas duas últimas exposições a ficarem patentes até fevereiro desse ano. Após este período e de acordo com o previamente estabelecido, a GMP encerrou as suas portas para se preparar para um período de renovação das instalações e equipamentos técnicos e expositivos, com conclusão prevista em setembro de 2022. Contudo, constrangimentos associados à atual conjuntura político-económica levaram à decisão de suspender os planos de renovação imediatos, e a sua associação ao período das renovações que serão efetuadas na Biblioteca Municipal Almeida Garret.

A Galeria Municipal do Porto reabrirá em março de 2023, com um programa de exposições a decorrer até fevereiro de 2024, e dará continuidade a projetos como a *Galeria Energia*, *Visitas de estúdio*, *PING!*, o projeto editorial, entre outros.

A plataforma *Pláka* dará continuidade à sua missão de apoiar, através de diferentes abordagens, a prática artística contemporânea. A resposta positiva e a demonstrada adesão aos programas de apoio e incentivo (*Criatório*, *Shuttle* e *InResidence*) reforçam a importância da missão levada a cabo nesta área, que em 2023 assumirá o compromisso de aumentar os valores e números bolsas de apoio disponíveis nos programas *Criatório* e *Shuttle*, bem como de incrementar o orçamento disponível para compra de obras de arte no âmbito do projeto *Aquisições*.

Em 2023, o programa *Coletivos Pláka* regressará ao modelo semestral adotado em 2022, com mais dois cursos que trarão à cidade figuras eminentes para promover a reflexão e discussão em torno de temas que marcam a contemporaneidade.

Em 2022, dando cumprimento à sua Missão, para além das várias resenhas, artigos e *podcasts* que são possíveis de consultar no *website* da Fonoteca Municipal do Porto, manter-se-á a programação física, através de um ciclo de conversas com convidados ligados aos aspetos técnicos e artísticos da música que se pode escutar no acervo.

el
vi
E

A missão e os principais eixos estratégicos

a) Projetos e equipamentos municipais de Arte Contemporânea

O papel da arte contemporânea no projeto político do Município é decisivo. A partir deste objetivo estão ser desenvolvidos um conjunto de medidas de apoio e reativados equipamentos municipais no âmbito da prática das artes visuais contemporâneas, que permitem levar a cabo um plano que tem subjacente princípios estratégicos cujo cumprimento é garantido pela Ágora.

Destes, destacam-se:

- A promoção de oportunidades de aprendizagem a partir da criação artística contemporânea nacional e internacional, contribuindo-se para a formação de públicos nos múltiplos domínios da cultura e das artes de hoje;
- A dinamização dos espaços e programas municipais que permitem a apresentação, o desenvolvimento e o conhecimento de novos discursos e práticas artísticas nas áreas das artes visuais e pensamento contemporâneo;
- O apoio direto a novos artistas para desenvolverem projetos originais no contexto da cidade do Porto;
- A ampliação de oportunidades competitivas para a fixação na cidade de artistas de todas as idades e territórios de criação contemporânea;
- A valorização, preservação e difusão do património artístico contemporâneo, material e imaterial, da cidade do Porto, também em diálogo com o seu património histórico;
- O fomento do intercâmbio artístico a nível nacional e internacional, e a internacionalização da arte contemporânea criada na cidade do Porto.

Galeria Municipal do Porto

A Galeria Municipal do Porto colabora atualmente com parceiros nacionais e internacionais na programação e comissariado de exposições, performances e debates, estimulando o envolvimento a longo prazo de novos públicos através do projeto educativo e dos programas públicos, assim como da publicação de edições desenvolvidas a partir dos projetos expositivos.

Tem como objetivos estratégicos fundamentais:

- Promover o interesse pela arte, com particular incidência sobre a arte contemporânea;
- Formar públicos, sensibilizando-os para a apreciação e compreensão do fenómeno artístico contemporâneo, e do património artístico contemporâneo da cidade;
- Estimular a compreensão sobre a arte da cidade do Porto, numa perspetiva da sua relação com a prática artística nacional e internacional;
- Estimular a criação artística e os diálogos interdisciplinares;
- Contribuir para o desenvolvimento cultural do município e da região através da arte contemporânea;
- Fomentar o diálogo cultural entre parceiros e curadores no domínio da arte contemporânea, nos planos local, nacional e internacional.

Após o fecho das últimas exposições inauguradas ainda em 2021 – *Erro 417 – Expectativa Falhada*, com curadoria de Marta Espiridião e *A Hora antes do pôr-do-sol*, de Milena Bonilla, com curadoria de Juan Luis Toboso - que decorreu já nos primeiros meses de 2022 devido a atrasos de calendário impostos pela pandemia, a Galeria Municipal do Porto encerrou as suas portas para uma série de intervenções que têm em vista a melhoria e renovação das instalações e dos seus equipamentos, seguindo as diretrizes que tinham ficado definidas em 2021.

e
h
G

As atividades expositivas da GMP ficaram assim sujeitas a uma interrupção que levou a equipa curatorial a repensar as suas linhas de ação programáticas de modo a dar resposta às necessidades culturais e artísticas da cidade.

A Galeria Municipal do Porto reabrirá em março de 2023, com um programa de exposições patente ao público até fevereiro de 2024.

Atualmente decorrem duas atividades desenvolvidas pela Galeria Municipal em outros espaços: o ciclo de conferências, concertos e *workshops* *Galeria Energia*, iniciado em abril de 2022 e que irá decorrer até março de 2023, aquando da reabertura programada da GMP; e o programa expositivo *Encontros à Superfície*, que decorre na fachada da GMP e que acolhe 4 propostas de artistas da Ucrânia em diálogo com uma artista do Porto, vocacionadas para o espaço público dos jardins do Palácio de Cristal.

PLÁKA

PLÁKA reúne projetos que consubstanciam a política municipal de apoio à prática artística contemporânea no Porto, dando forma às iniciativas *Aquisições*, *Coletivos Pláka*, *Anuário*, *Criatório*, *Shuttle* e *InResidence* – este último desdobrado em *Ateliers Municipais* e *Bolsas InResidence*.

Mediando processos de criação, reflexão e investigação em diferentes territórios da arte contemporânea, constitui-se enquanto plataforma de apoio financeiro, científico e crítico a artistas e agentes culturais no campo da criação contemporânea, e simultaneamente de reflexão sobre a sua articulação com a política cultural do município.

i) Aquisições

O projeto *Aquisições* privilegia a documentação da prática artística do Porto através da aquisição de novas obras a integrar na Coleção Municipal de Arte. As novas aquisições decorrem de recomendações realizadas ao Município por um grupo de especialistas em diferentes domínios da arte contemporânea, em duas modalidades distintas – compra direta a artistas visuais sediados no Porto, mediante propostas enviadas pelos mesmos; e compra a galerias comerciais da cidade, através do acompanhamento de projetos artísticos apresentados ao longo do ano.

O projeto tem como principais objetivos dinamizar a Coleção Municipal de Arte, valorizar o património artístico do Porto e documentar a memória da prática artística da cidade.

ii) Colectivos Pláka

O programa *Colectivos Pláka* reúne grupos de pensamento, discussão e ação sobre a sociedade, cultura e arte contemporânea estruturados em forma de cursos e *workshops*, concebidos por tutores convidados que programam em torno de temáticas específicas.

Esta iniciativa tem como objetivo central exponenciar as oportunidades de pensamento, aprendizagem e partilha de conhecimento entre artistas e agentes culturais residentes no Porto, possibilitando oportunidades de encontro com discursos relevantes nos domínios da arte contemporânea e novas formas de reflexão sobre a produção artística.

Os grupos podem ser integrados pelos participantes através de candidaturas. Os resultados de cada ciclo de formação são apresentados através de uma série de publicações.

Os *Colectivos Pláka* foram retomados em 2022 com duas edições, uma na Primavera e outra em outubro, juntando questões ambientais, arquitetónicas e temáticas ligadas à dança e coreografia.

h. ex
e.

iv) Criatório

É um concurso anual de apoio à criação e programação artísticas no Porto, que abrange diversas áreas artísticas: Artes visuais e curadoria; Artes performativas; Composição, programação e performance musical; Literatura e ensaio crítico.

Este programa de financiamento tem como principais objetivos contribuir para a consolidação da atividade de artistas e agentes culturais provenientes de múltiplas disciplinas artísticas, e que no Porto podem encontrar um contexto propício ao desenvolvimento da sua prática profissional.

O concurso desdobra-se em duas modalidades: *Projetos de Criação*, que tem como finalidade apoiar artistas e agentes culturais através do financiamento de projetos de criação ou programação artística desenvolvidos na cidade do Porto e *Espaços de Programação*, que tem como finalidade apoiar os espaços de programação artística sediados no Porto, através do financiamento das suas necessidades logísticas, estruturais, de recursos humanos e outras que resultem da sua atividade de programação.

O concurso conta com um júri composto por dois grupos distintos, que se ocupam de avaliar, separadamente, as áreas de criação artística e os espaços de programação.

v) Shuttle

O programa *Shuttle* tem como principais objetivos promover internacionalmente a cultura da cidade e o trabalho de artistas, autores e agentes culturais sediados no Porto.

Esta iniciativa visa atribuir bolsas de apoio à internacionalização nas áreas de artes visuais e curadoria, artes performativas, performance e composição musical, tradução e criação literária e ensaística.

vi) InResidence

InResidence é uma plataforma que aproxima artistas a oportunidades de trabalho, na área de artes visuais e demais disciplinas artísticas, em espaços da cidade do Porto e que integra dois projetos distintos: o *Bolsas InResidence*, um programa de financiamento a projetos de residência artística, com a duração mínima de dois meses, em espaços de residência não municipais (atualmente existem 15 espaços da cidade inscritos na plataforma), e *Ateliers Municipais*, composto por seis espaços com renda acessível durante um período de três anos, atribuída através de concurso.

Os valores anuais de financiamento são diretamente atribuídos aos espaços gestores dos programas de residência, variando entre os 4000 e os 6000 euros, consoante a origem do artista seja nacional, europeia ou de fora da Europa.

ej
h
G

Paulo Cunha e Silva Art Prize

O *Paulo Cunha e Silva Art Prize* foi criado em 2016 enquanto projeto de homenagem ao vereador da Cultura que exerceu funções de setembro de 2013 até ao seu falecimento a 11 de novembro de 2015. O prémio sediado na cidade do Porto tem um valor monetário de 25.000 euros e dirige-se a artistas internacionais que não tenham apresentado mais do que uma exposição individual em espaços de arte internacionalmente reconhecidos.

O *Paulo Cunha e Silva Art Prize*, cuja terceira edição se iniciou em 2022, foi reestruturado, refletindo-se tanto no modo de nomeação dos artistas como no modo de atribuição do prémio.

Um comité de nomeação composto por três personalidades de relevância na área da arte contemporânea, convidadas pela Direção Artística do DAC, indicará nove artistas e respetivas obras como candidatas ao *Paulo Cunha e Silva Art Prize*. No ano seguinte é realizada na Galeria Municipal do Porto uma exposição coletiva com as obras selecionadas e é convocado um comité de premiação, composto por três personalidades de relevância na área da arte contemporânea, também convidadas pela Direção Artística do DAC. O comité de premiação visitará a exposição coletiva e analisará as obras e outras informações relevantes sobre os artistas nomeados. No decorrer da exposição o comité de premiação selecionará três artistas para atribuição do Prémio, que consiste na realização de uma residência artística, por artista vencedor, numa instituição de renome nacional e internacional a definir pelo Departamento de Arte Contemporânea da Ágora, e a ter lugar em data a acordar no período de dezoito meses após a divulgação dos artistas vencedores.

Festival Arte e Ciência

Celebrando a forte cultura académica que define a cidade do Porto e as relações históricas existentes entre as áreas das artes, humanidades e do pensamento científico, em 2022 lançaram-se os alicerces para a criação de um festival de arte e ciência, uma colaboração do DAC/GMP e da Galeria da Biodiversidade.

O festival ambiciona aproximar importantes correntes do pensamento científico e humanístico das comunidades artísticas do Porto e posicionar a pesquisa e investigação artística como uma epistemologia equiparável à das ciências e letras.

O festival iniciará no final de 2022 com uma edição do festival londrino *The Shape of a Circle in the Mind of a Fish*, realizado em colaboração com as Serpentine Galleries de Londres, para depois tomar uma identidade própria e independente em 2023, através da sua colaboração com as equipas da Galeria da Biodiversidade.

Fonoteca Municipal

A Fonoteca Municipal do Porto (FMP) é um arquivo sonoro e um espaço público de apreciação musical constituído pela coleção de discos de vinil da cidade. Inserida no complexo da Arda, em Campanhã, o projeto inclui um acervo de cerca de 35 mil fonogramas, na sua grande maioria provenientes de coleções doadas à Câmara Municipal do Porto pela Rádio Difusão Portuguesa e pela Rádio Renascença.

A Fonoteca assume um compromisso divulgativo e pedagógico aberto a todos os públicos, oferecendo uma agenda de atividades que reflete a intenção de relacionar a história da música com a cultura contemporânea.

Coproduções – Projetos de arte contemporânea

O projeto de coproduções tem o propósito de apoiar ações culturais e artísticas de qualidade e diversidade reconhecidas, com especial incidência na área das artes visuais. Ao longo dos últimos anos foram promovidas coproduções com diversas entidades culturais, tais como o evento *Porto Academy*, uma iniciativa co-organizada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, a coedição do catálogo *Picture Generation*, comemorativa dos 20 anos dos Maus Hábitos, com a Saco Azul Associação Cultural, a monografia, coeditada com a Kunsthalle Lissabon, sobre a dupla Mariana Caló & Francisco Queimadela que venceu a primeira edição do Prémio Paulo Cunha e Silva, entre outros.

er
h
e

Os projetos em 2023

Galeria Municipal do Porto

Programa *Galeria Energia*

Encontros entre arte, música, natureza e ciência

Curadoria: Filipa Ramos com Juan Luis Toboso, Matilde Seabra e Isabeli Santiago

A *Galeria Energia* é um ciclo anual de concertos, debates e percursos articulado em quatro segmentos:

- **Ciência é Arte:** Considerando os modos como a ciência e a arte descobrem o mundo e o interrogam, o ciclo *Ciência é Arte* faz sair a pesquisa do laboratório, partilhando conhecimentos sobre temas que importam para o presente da arte, como o medo, a reprodução e a alquimia moderna.
- **Imaginários:** Entendendo os imaginários como instrumentos para conceber o presente, desejar a mudança e criar o futuro, convidamos pessoas-chave do pensamento contemporâneo a apresentar uma fonte para um imaginário importante para o presente.
- **Concertos comentados:** Concebendo o concerto como uma conversa, convidamos performers musicais a partilharem as suas escolhas estilísticas, influências e referências estéticas através do diálogo e da atuação. As notas irão da ressonância do gongo ao intercâmbio cultural e à exploração de forças cósmicas ancestrais.
- **Pastos e Pastos:** Percorrendo caminhos onde a natureza e a cidade se encontram, seguimos o olhar atento de artistas e cientistas, cuja investigação cruza os campos da medicina, da gastronomia e da sustentabilidade, e cujas perspetivas desafiam as convenções taxinómicas e topológicas.

O seu programa, iniciado em 2022, estende-se até março de 2023:

18 janeiro, 19h00, Auditório BMAG

Ciência é Arte

Cosmic Vibrations - From Physics to Arts at CERN

Mónica Bello e Nicole l'Huillier

27 janeiro, 19h00, Palácio dos Correios

Concertos Comentados

Shafts Of Sunlight, Lamin Fofana

11 fevereiro, 10:00-13:00, Mercado do Bolhão

Pastos e Pastos

Inland - Campo Adentro, Fernando Garcia Dory

2 março, 19h00, Galeria da Biodiversidade

Imaginários

Outros Antropocenos – O Apocalipse visto da Amazônia

Patrícia Vieira

er
h
G'

Apresentação / Lançamento da Programação 2023

Com o intuito de dar a conhecer a nova programação, a Galeria Municipal do Porto irá organizar, no início de 2023, um evento para assinalar o lançamento da programação, no qual serão apresentadas as linhas programáticas e as diferentes exposições e atividades que terão lugar ao longo do ano. O lançamento contará ainda com um concerto do coletivo Favela Discos que irá apresentar uma proposta sonora a partir do espólio discográfico da Fonoteca Municipal.

Exposições

Ao longo de 2023 a Galeria Municipal do Porto apresentará o seguinte programa expositivo:

25.03.2023 – 28.05.2023

Lítio – Desejos compulsivos: a extração de Lítio, o crescimento e a auto-otimização

Curadoria: Marina Otero

Concebida como um espaço de reflexão estética sobre uma questão que se expande aos âmbitos da ecologia, política e economia, a exposição *Lítio – Desejos Compulsivos* destaca os aspetos benéficos e destrutivos da eterna busca humana por energia. Investigadores, designers e artistas refletem sobre o papel do elemento químico lítio na alimentação da economia atual.

A exposição convida os visitantes a experimentar os estados de exaustão e revitalização a que os corpos estão submetidos na economia atual e expõe os efeitos destrutivos das tecnologias e indústrias de lítio que levam à devastação ecológica, à desapropriação dos povos originários e às formas de controle social por meio de medicamentos em massa.

Com as contribuições de David Habets, Cameron Hu, Stefan Schäfer, Cédric Gerbehaye, Juan Arturo García, Nicolás Jaar, Maarten Meij, Godofredo Enes Pereira, Lithium Triangle Studio (Mingxin Li, Antonio Del Giudici, Yvette Waweru, Melis Goksan), Mingxin Li with Anabel Garcia-Kurland, Alice Wong entre outros.

17.06.2023 – 20.08.2023

Paulo Cunha e Silva Art Prize

Curadoria: Equipa artística da GMP

Um comité de nomeação composto por três personalidades de relevância na área da arte contemporânea, convidadas pela Direção Artística do DAC, indica nove artistas e respetivas obras como candidatas ao *Paulo Cunha e Silva Art Prize*. As obras selecionadas integrarão uma exposição coletiva a ter lugar na Galeria Municipal, e é convocado um comité de premiação, composto por três personalidades de relevância na área da arte contemporânea, também convidadas pela Direção Artística do DAC, que visitará a exposição e analisará as obras e outras informações

relevantes sobre os artistas nomeados. No decorrer da exposição o comité de premiação selecionará três artistas para a atribuição do Prémio.

16.09.2023 – 19.11.2023

Dueto

Maria Paz e Joan Jonas

Esta exposição nasce da vontade de conectar mundos, vivências, desejos e práticas de duas mulheres artistas pertencentes a contextos e gerações muito distantes, mas que se encontrarão no espaço expositivo da Galeria Municipal do Porto para criar e partilhar um imaginário comum, com base na contaminação das suas formas de expressão plástica e intelectual.

Maria Paz nasceu a 24 de fevereiro de 1998, no Porto. Licenciada em Escultura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa começou por estudar Produção Artística na Escola Secundária Artística Soares dos Reis, onde se especializou em Têxteis. Viveu em Berlim entre 2016 e 2018, período em que foi assistente de produção no estúdio da artista Sarah Illenberger e onde começou a explorar cerâmica prática, que a tem vindo a acompanhar desde então. Atualmente vive entre Lisboa e o Porto.

Joan Jonas nasceu em 1936 em Nova Iorque. É uma das pioneiras do vídeo e da arte performativa e uma das mais importantes artistas internacionais que surgiram no final dos anos 1960 e início dos 1970. Os projetos e experimentos de Joan Jonas envolvem a criação de instalações autorreflexivas mediante gestos performativos, máscaras, espelhos e a criação de formas fantásticas e animais.

21
h
G

09.12.2023 – 25.02.2024

Norte Silvestre

Curadoria: Filipa Ramos e Juan Toboso

A partir da construção de um território imaginário entre a região norte de Portugal e a Galiza, este projeto busca criar, através da relação e diálogo entre diferentes práticas artísticas transfronteiriças, uma ficção identitária que navega por mitologias, saberes populares, imaginários rurais e cosmologias da natureza e do mundo animal que perspetivam um fazer comum nas artes e no pensamento contemporâneo. Esta exposição pretende criar um recorte abstrato a partir da análise da materialidade e sensorialidade da paisagem, articulando novas formas

da exploração e criação de narrativas ficcionais e possibilidades de criação de um imaginário onírico da cultura popular do norte ibérico.

Com contribuições de Mariana Barrote, Gonçalo F. Cardoso, Oliver Laxe, Diego Vites, Ben Rivers e Gabriel Abrantes, Diogo Tudela, NEG-Nova escultura Galega, Mariana Caló e Francisco Queimadela, Formabesta, Vicente Blanco, Coletivo Laia, Isabel Carvalho, Graça Morais, Von Calhau, António Ramalho, Alejandra Pombo, Joaquim Pires, Gui Flor, Rita Castro Neves e Daniel Moreira, Laxeiro, Maruja Mayo, Margarida Cordeiro-António Reis, Noémia Delgado, João César Monteiro, entre outras e outros artistas.

Programa Público

A Galeria Municipal do Porto propõe a mediação de encontros informais entre públicos através de um conjunto de iniciativas desenvolvidas em colaboração com artistas e curadores no contexto das exposições.

Com uma nova estrutura que tem como base três tipologias de ações públicas gratuitas – *Visitas*, *Conversas* e *Performances* –, os programas partem das especificidades e potencialidades de cada exposição, podendo incluir também concertos, sessões de cinema e outras atividades.

Cada exposição contará com um programa paralelo de atividades programado pelos curadores, artistas e a equipa artística da GMP e que será estruturado a propósito de cada uma das exposições de acordo com os seus conteúdos.

Ciclo de Ações Performativas

Março a dezembro

Com o intuito de pensar os diferentes modos como a Arte Contemporânea se tem debruçado na construção de novas temporalidades e interrogado os formatos expositivos convencionais, a Galeria Municipal programa em 2023 um ciclo de ações performativas que aborda o espaço expositivo como um lugar em constante transitoriedade.

A relação do corpo com o tempo e o espaço, será o principal foco deste ciclo de ações que procura expandir a atividade expositiva da Galeria Municipal do Porto com um ciclo de práticas performativas duracionais, que terá lugar fora de portas.

Simone Forti e Claire Filmon, Lenio Kaklea, Pan Daijing, Alexandra Baketsis, Marlene Monteiro Freitas e Sofia Durrieu são artistas a convidar para integrar o programa.

Visitas de estúdio

Janeiro a dezembro

Com a vontade e o compromisso de descobrir, visitar e aproximar-se da comunidade de artistas do Porto, a GMP iniciou em 2022 o programa *Visitas de Estúdio*, que continuará ao longo de 2023. As visitas constituem-se como uma série de conversas sobre os modos de fazer de cada agente cultural visitado. Posteriormente é divulgada uma síntese do encontro no website e nas redes sociais da GMP.

Realizadas pela equipa do Departamento de Arte Contemporânea, as visitas de estúdio formam uma cartografia informal e curiosa do contexto artístico local, com o intuito de amplificar os seus trabalhos e criar redes de afetividade entre agentes culturais, artistas e instituição.

DL
5.
G.

Ping! – Programa de Incurção à Galeria

Janeiro a dezembro

PING! O Programa de Incurção à Galeria visa criar laços de proximidade e continuidade com públicos educativos — escolares e não escolares — a partir de um vai-e-vem prático e discursivo.

O *PING!* cria formas experimentais, cuidadosas e envolventes de partilha de ideias e de conhecimento a partir da expressão artística. As suas atividades realizam-se na Galeria Municipal do Porto (GMP), no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett (BMAG) e nos Jardins do Palácio de Cristal, estendendo-se também a outros lugares menos convencionais de aprendizagem. Em 2022, houve também um reforço das atividades apresentadas em salas de aulas de diferentes escolas do Porto.

Em 2023, o *PING!* irá continuar com os três eixos temáticos com os quais vem trabalhando em anos anteriores:

- O *Gineceu + Estigma*, relacionado com paisagem e a botânica dos Jardins do Palácio de Cristal, o *Memória de Elefante*, investigação do legado da Exposição Colonial Portuguesa de 1934, nos Jardins do Palácio de Cristal e o *Exodus*, excursões pela vizinhança urbana e artística da GMP.
- O *PING!* propõe também duas atividades dedicadas à comunidade escolar: *Visitas-Pavão*, para crianças que visitem a GMP e os Jardins do Palácio de Cristal e *PINGS!*, para jovens-adultos interessados na vida artística e cultural do Porto.

Edições

As edições da Galeria Municipal do Porto são concebidas a partir dos seus projetos expositivos e programas públicos e resultam da vontade de documentar, divulgar e promover o diálogo e a investigação de ideias em torno das práticas artísticas. Na conceção de cada edição, convidam-se artistas, curadores, críticos e pensadores, para que se debatam as temáticas levantadas por cada projeto, contribuindo assim para a criação de um espaço de reflexão sobre as tendências artísticas e discursivas atuais. Durante 2023 serão publicadas novas edições relativas a projetos expositivos e programas públicos da Galeria Municipal.

PLÁKA

i. Aquisições

2023 verá a continuação da iniciativa, na sexta edição do projeto Aquisições, mantendo-se as duas vertentes de aquisição de obras: compra direta a artistas e compra a galerias comerciais da cidade. A novidade da próxima edição será o reforço do orçamento de cada modalidade em 25.000 euros, num total global de 200.000 euros destinados à compra de novas obras para integrar a Coleção Municipal de Arte.

Em janeiro será constituído um novo comité de seleção, desenrolando-se o projeto nos moldes e calendário adotados nas duas últimas edições: a modalidade de compra a galerias comerciais decorrerá ao longo do ano, propondo-se ao comité dois momentos para que elaborem propostas de aquisição, em cada semestre do ano; já a modalidade de compra direta a artistas terá a abertura do período para submissão de propostas pelos artistas e análise das mesmas pelo comité a decorrer do primeiro semestre de 2023.

ii. Colectivos Pláka

Após o regresso dos *Colectivos Pláka* em 2022, depois de uma pausa forçosa na realização dos cursos devido à situação pandémica, em 2023 realizar-se-ão dois novos cursos, um por semestre, deste programa de reflexão pensamento, discussão e ação sobre a sociedade, cultura e arte contemporânea. O programa contará com um curso concebido pelo filósofo e escritor Paul B. Preciado, e outro curso cuja programação será ainda definida pela Direção Artística do Departamento.

er
5
6

iii. Criatório

2023 trará à 7.ª edição do *Criatório* alterações aos montantes de financiamento deste programa de apoio à criação e programação artísticas. Após a integração, em 2019, de uma nova modalidade destinada aos espaços de programação artística da cidade, o *Criatório* reforça agora o número de bolsas e montante de financiamento, cumprindo a missão de estímulo ao tecido artístico e trabalho criativo desenvolvido na cidade. Assim, em 2023, o *Criatório* contará com 17 bolsas de 15.000 euros para *Projeto de Criação Artística*, e 12 bolsas de 20.000 euros para *Espaços de Programação*, num orçamento total de 495.000 euros.

iv. Shuttle

O programa *Shuttle* regressará para a sua 6.ª edição com um novo júri, a nomear, e um orçamento reforçado em 25.000 euros, para um orçamento total de 100.000 euros, destinado à atribuição de bolsas a projetos de internacionalização artística. Este incremento orçamental reforça o compromisso com o apoio à internacionalização e dá resposta à grande adesão por parte da comunidade artística ao programa de financiamento, que desde há 5 anos vem apoiando a promoção internacional de projetos artísticos da cidade.

v. InResidence

Para a atribuição das *Bolsas InResidence*, os espaços não municipais serão convidados, em janeiro de 2023, a apresentar as suas propostas de residência de artistas para esse ano, que deverão decorrer entre maio e dezembro.

Quanto aos *Ateliers Municipais*, após as obras de recuperação dos espaços, a abertura do primeiro polo na Ribeira em dezembro de 2020 dotou o projeto com seis ateliers para a prática artística individual ou coletiva, com rendas acessíveis e várias topologias, atribuídos por concurso em 2020. A cedência destes espaços, para os artistas aqui desenvolverem a sua atividade por um período total de 3 anos, terminará no final do ano de 2023, pelo que durante o ano serão iniciados os trabalhos de preparação do concurso para atribuição dos ateliers para o próximo triénio, convidando-se um novo júri composto por pessoas de reconhecido mérito na área das artes visuais.

Paulo Cunha e Silva Art Prize

Após em 2022 se alterar o modo de funcionamento do *Paulo Cunha e Silva Art Prize* e de se terem conhecido os nove artistas escolhidos pelo comité de nomeação, em 2023 será realizada na Galeria Municipal do Porto uma exposição coletiva com as suas respetivas obras. Será também criado um júri de premiação, composto por figuras de relevo internacional na área da cultura e arte contemporânea, que selecionarão três artistas entre os nove nomeados para a atribuição do prémio, que consistirá na realização de uma residência artística em importantes centros de arte nacionais e internacionais.

Festival Arte e Ciência

O *Festival Arte e Ciência - The Shape of a Circle in the Mind of a Fish*, irá decorrer no último fim de semana de novembro na Galeria da Biodiversidade, combinando um elenco de participantes locais e internacionais dos campos da investigação científica, performance e literatura para discutir o papel da espiritualidade, sonhos e tradições epistemológicas ancestrais no mundo de hoje.

As apresentações irão oscilar entre palestras, projeções de filmes de artista, performances e concertos, tanto em português como em inglês.

O *Festival Arte e Ciência* de 2023, em atual co-programação com o Diretor da Galeria da Biodiversidade Nuno Ferrand, irá prosseguir a missão de posicionar a cidade do Porto como um incubador de sinergias entre produção artística e pensamento científico bem como promover a vanguarda do pensamento e ação ambiental e ecológica que une as atuais agendas da cultura e da investigação científica.

ej
h
G

Fonoteca Municipal

Em 2023, a Fonoteca Municipal do Porto prossegue as suas iniciativas de programação, que no ano de 2022 ganhou maior margem para a realização de atividades presenciais com público.

2023 verá a continuação da atividade semanal *Hora de Ponta*, bem como a rúbrica mensal da *Escuta Ativa*, que convida personalidades de várias áreas a partilharem com o público um disco do acervo da Fonoteca e a sua relação com este objeto. A Fonoteca continuará também a realização dos conteúdos digitais, como os *podcasts* e artigos que podem ser ouvidos e lidos no seu *site*, e cuja programação se está a desenhar.

Coproduções – Projetos de Arte Contemporânea

Em 2023 está prevista a coprodução de uma nova edição da *Porto Academy*, que decorrerá entre 20 e 27 de julho, que reflete o estreitamento de relações entre este programa anual e o Departamento de Arte Contemporânea.

Ao longo de 2023 serão promovidas outras coproduções relacionadas com projetos de arte contemporânea, ainda a definir.

b) Projeto de Arte e Coesão

Para o *Cultura em Expansão*, que integra o projeto de Arte e Coesão, foi criado um modelo estruturado a partir da coesão entre estruturas artísticas e associativas, que, desde 2019, nele ganharam um novo papel de participação e de construção no projeto.

Em 2023, será assinalada décima edição do *Cultura em Expansão* e pretende dar-se continuidade a estas parcerias com as estruturas e as associações de cada local - Associação Nun'Álvares de Campanhã, o Auditório do Grupo Musical de Miragaia, a Associação de Moradores do Bairro Social da Pasteleira – Providência/Torres, e a Associação de Moradores do Bairro da Bouça, desenvolvendo uma programação multidisciplinar que abrange várias áreas artísticas e mantendo o foco em projetos colaborativos com a comunidade de cada um dos territórios.

A missão e os principais eixos estratégicos

O projeto de Arte e Coesão agrega o programa municipal *Cultura em Expansão* e o futuro espaço para práticas sociais que será integrado no Matadouro. Tem como principais objetivos o acesso direto e gratuito à cultura, e a criação de oferta cultural de elevada qualidade junto a comunidades da cidade onde o acesso à cultura pode estar mais condicionado.

- A sua programação é composta por múltiplos formatos de apresentação, em espaços excêntricos aos locais tradicionais da cultura do Porto, promovendo a aproximação entre as associações locais, o tecido artístico da cidade e os habitantes de diferentes geografias urbanas.
- O projeto de Arte e Coesão pretende estimular o desenvolvimento de veículos de exploração e descoberta dos territórios da cidade através de diversas disciplinas artísticas, e possibilitam o desenvolvimento e a formação de novos públicos, que usufruem de programas de periodicidade regular e contínua e que participam em atividades de criação e experimentação artística em projetos de envolvimento cultural, pensadas para os seus territórios.

Cultura em Expansão

O *Cultura em Expansão* é um programa anual de promoção cultural e artística, que se materializa em diferentes iniciativas em associações de moradores, coletividades e diferentes espaços por toda a cidade e ao longo do ano. Permitindo a fruição de uma programação cultural multidisciplinar de forma gratuita, apresenta um vasto número de projetos nas áreas da música, teatro, cinema, dança, literatura e performance.

Ao mesmo tempo que cria oportunidades culturais para diferentes comunidades, o *Cultura em Expansão* permite uma experimentação artística em espaços de apresentação não convencionais, fora do circuito de palcos tradicionais da cultura da cidade, promovendo ainda novas formas de exploração e descoberta do território e cruzamento de públicos.

O programa tem crescido organicamente, ano após ano, em número de ações e tem procurado estabelecer ações de proximidade com a população local através de projetos e residências comunitárias, criadas a partir do território, que possibilitam um desenvolvimento e formação de novos públicos.

O *Cultura em Expansão* tem como principais objetivos estratégicos:

- Permitir um acesso não condicionado por fatores sociais e económicos à oferta cultural da cidade;
- Promover a coesão social e a regeneração urbana através da arte e cultura;
- Eliminar barreiras sociais e encurtar distâncias culturais;
- Estimular o envolvimento da comunidade artística na reativação de associações de moradores e auditórios de freguesia;
- Envolver moradores de diferentes locais da cidade na criação artística local e nacional;
- Desafiar artistas e agentes culturais para a criação de projetos artísticos, através de residências de longa duração em territórios específicos da cidade com a população local, potenciando a formação e educação de públicos pela integração de crianças e jovens nas iniciativas.

Os projetos em 2023

Para 2023, pretende-se assinalar a décima edição do programa e dar continuidade ao modelo estruturado a partir da coesão entre estruturas artísticas e associativas, mantendo-se os quatro polos culturais de 2022 com a parceria das quatro estruturas, que continuarão a ter um papel central na programação do seu território e na respetiva produção, assim como no acompanhamento artístico e na mediação de públicos, em constante articulação com a equipa do *Cultura em Expansão*.

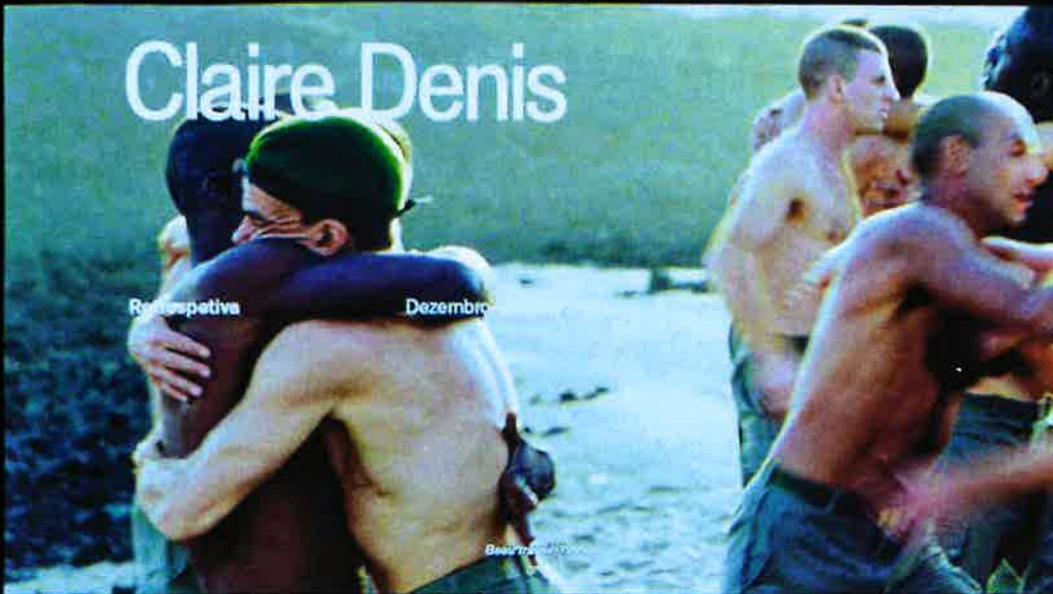
Estas quatro estruturas parceiras – Confederação, Sonoscopia, Teatro do Frio e Visões Úteis – representam pontos de contacto entre residentes, coletividades, público e artistas, sendo fundamentais para o envolvimento das comunidades locais em atividades cuja componente participativa, através de criações em residência, tem vindo a crescer.

Pretende-se que o *Cultura em Expansão* mantenha uma programação multidisciplinar, abrangendo várias áreas artísticas como a música, teatro, cinema, dança, literatura e performance e mantendo o foco em projetos colaborativos com a comunidade de cada um dos territórios.

Em 2023, continuaremos ainda a desenvolver uma programação satélite que integrará um conjunto de iniciativas por toda a cidade, para lá dos quatro territórios principais, mantendo um trabalho de articulação com outras associações, estruturas e artistas portuenses. A programação satélite assinalará ainda momentos específicos do *Cultura em Expansão*, como a sua abertura, o encerramento e o 25 de Abril.

A programação do *Cultura em Expansão* para 2023 será definida pelas estruturas parceiras e por uma equipa artística afeta ao projeto até ao final do ano de 2022.

✓
S
G



Handwritten initials and marks in blue ink, including a checkmark and the letters 'G'.

3.1.3 Departamento de Cinema e Imagem em Movimento (DCIM)

- a) Batalha Centro de Cinema
- b) Filmaporto - film commission
- c) Coproduções de Cinema

a) Batalha Centro de Cinema

Missão e principais eixos estratégicos

Batalha Centro de Cinema

O Batalha Centro de Cinema tem como missão promover o conhecimento e a fruição cultural através do cinema e da imagem em movimento. O seu programa inclui a apresentação de retrospectivas, ciclos temáticos, focos em práticas contemporâneas e ligações entre o cinema e outras artes. Estimular a cinefilia e cultura fílmica através de projetos educativos, editoriais, formativos e de debate está no centro da sua atividade.

Ao mesmo tempo que se propõe o acesso a novas formas de fazer e pensar o cinema, nomeadamente de artistas e cineastas nacionais, pretende-se celebrá-lo em toda a sua complexidade e diversidade histórica, em diálogo aberto com todos os públicos.

Neste contexto, o projeto do Batalha Centro de Cinema mantém como prioridade cumprir um papel que complemente e potencie a atual dinâmica cultural da cidade do Porto:

- Identificando as principais lacunas que se fazem sentir no domínio do conhecimento sobre cinema e imagem em movimento, nos seus diferentes períodos históricos e estéticos, incluindo as correntes contemporâneas;
- Considerando o tecido sociocultural da cidade em toda a sua diversidade, nomeadamente ao nível das práticas de consumo e de programação cultural;
- Atendendo às vicissitudes logísticas e tecnológicas contemporâneas na área da exibição Cinematográfica.

A partir deste quadro operativo, assumem-se como principais eixos estratégicos, que orientam a missão programática deste projeto, os seguintes pontos:

- O conhecimento sobre a história do cinema através de sessões regulares de cinema de arquivo, em formatos analógicos e digitais;
- A disseminação de discursos contemporâneos na área do cinema sem canais de difusão no circuito comercial e nos festivais de cinema existentes;
- O apoio a agentes programadores e distribuidores na apresentação de novas cinematografias, e novos debates, na área do Cinema e da Imagem em Movimento;
- O apoio à investigação nos domínios da história do cinema e do pensamento crítico sobre a imagem em movimento;
- As ações de cruzamento disciplinar entre imagem em movimento e outras artes, nomeadamente as visuais, através de projetos expositivos.

O projeto do Batalha Centro de Cinema constitui-se como um centro cultural para o cinema e imagem em movimento, aberto à história, a expressões contemporâneas e a intersecções disciplinares.

er
5
6

Para desenvolver este projeto e levar a cabo a missão programática suprarreferida, o espaço inclui:

- Duas salas de exibição que dão resposta às necessidades técnicas, estéticas e programáticas das cinematografias a exibir – uma sala de 341 lugares e outra com 126 lugares;
- Equipamento de projeção e som atualizado do ponto de vista tecnológico e simultaneamente preparado para a exibição em todos os formatos, digitais e analógicos em película, bem como equipamento de legendagem independente;
- Biblioteca especializada em cinema e uma filmoteca com dois postos de visionamento, aberta ao público;
- Espaços expositivos, entre vitrines, *foyers* e sala filme, onde se provocarão relações de encontro entre o cinema e as artes visuais;
- Cafeteria/bar que facilite e fomente dinâmicas de lazer e fruição cultural complementares às de exibição em sala;
- Livraria com oferta de produtos editoriais no âmbito do cinema e da imagem em movimento, e de *merchandising* do Batalha Centro de Cinema.

Pretende-se com este projeto e todas as iniciativas programáticas que lhe estarão associadas:

- Formar novos públicos para a cultura através do cinema;
- Dar a conhecer a cultura nacional e internacional através da história do cinema e da imagem em movimento;
- Estimular o pensamento sobre as sociedades de hoje através do cinema;
- Valorizar o património material e imaterial da cidade do Porto;
- Criar novas dinâmicas de fruição cultural e de lazer no centro da cidade através do cinema, nomeadamente a partir de uma ligação intensa a públicos escolares e a conteúdos curriculares educativos.

Filmaporto – film commission

Simplificação burocrática

Para 2023, a Filmaporto pretende desenvolver um formulário único e universal para a obtenção de licenças para filmar na cidade. Atualmente, há quatro formulários chave para quem quer filmar no Porto: um formulário geral sobre os aspetos mais burocráticos da filmagem, um formulário com indicação de cada local onde a filmagem ocorrerá e as características da mesma, um formulário para condicionamentos de trânsito e reservas de estacionamento e um formulário com vista a obtenção de licenças especiais de ruído.

A estes formulários, os interessados devem anexar mapas com indicação concreta dos locais onde as filmagens ocorrerão e indicar os metros quadrados que a filmagem ocupará. O objetivo será reunir num só formulário todas estas informações. Este trabalho apenas poderá ser desenvolvido em consonância com os diferentes departamentos da Câmara Municipal do Porto.

Taxa audiovisual e impacto económico na cidade

A Filmaporto pretende estabelecer uma Taxa de Filmagem que todos suportada por qualquer projeto independentemente da sua natureza. Este processo envolverá uma avaliação por parte da Filmaporto, da Ágora e da Câmara Municipal do Porto.

Estima-se que cerca de 30% do orçamento de uma produção será gasto na(s) área(s) onde é realizada, através de despesas com salários (técnicos, artistas, outros trabalhadores e figurantes locais), prestações de serviços diretos/índiretos, aluguer de equipamentos, logística (alojamento, alimentação, transportes e materiais), taxas de utilização e tributações fiscais, entre outras. Em 2023, a Filmaporto continuará a ter como missão o fomento da produção audiovisual no território e com isso a promoção de externalidades positivas de índole financeira, quer para o sector, quer para a economia da cidade do Porto. Graças à implementação da sua estratégia de divulgação do território, permitirá ainda agregar de forma colateral a promoção de bens e serviços de outros sectores, representativos do que “a cidade tem e faz bem” junto de novos mercados, incluindo o português.

h
ek
G

Bolsas Filmporto

Deverão ser atribuídas no segundo semestre de 2023 as *Bolsas Filmporto*, que continuarão a apoiar projetos de realizadores, artistas e produtores, estimulando assim a criação de cinema produzido integralmente no Porto, promovendo desta forma a empregabilidade e contratação de técnicos e empresas ligadas ao setor audiovisual da cidade, captando também filmagens, profissionais e artistas com valor acrescentado no seio do panorama audiovisual do Porto e consolidando assim a cidade como destino potenciador de projetos cinematográficos.

Sessões Filmporto

Em parceria com a equipa de programação do Batalha Centro de Cinema, a Filmporto organizará sessões de cinema mensais para projetos que ainda não tiveram oportunidade de estrear em sala de cinema e que foram realizados na cidade ou por realizadores residentes na cidade.

Comunicação

É objetivo para 2023 comunicar de forma mais abrangente e alargada com o público em geral, ancorando este propósito nos projetos cinematográficos desenvolvidos na cidade e apoiados pela Filmporto nos dois anos anteriores, os quais, finalmente, terão estreia no próximo ano. Neste campo destacamos os projetos “Safe Only”, de Diogo Costa Amarante, “O pior homem de Londres”, de Rodrigo Areias e a “A Sibila”, de Eduardo Brito.

Importante no seu contacto com o grande público será o projeto *The Factory*, desenvolvido pela Quinzaine des Réalisateur do Festival de Cinema de Cannes, ao qual a Filmporto está associada. No âmbito deste projeto, serão produzidas quatro curtas-metragens na região cuja estreia terá lugar no prestigiado festival, em Maio de 2023.

Networking e contacto com a indústria

A Filmporto continuará a marcar presença em festivais e mercados internacionais, captando interesse e projetos para o território e consolidando a sua posição junto de estruturas de promoção do território internas e externas, como a Associação de Turismo do Porto e Norte, a Portugal Film Commission, a European Film Commission Network, a Association of Film Commissioners International, entre outras.

O contacto contínuo com as estruturas locais de produção audiovisual permitem um conhecimento atualizado e dinâmico da oferta local, nomeadamente a nível de equipas, meios técnicos, competências e locations e das atividades audiovisuais a decorrer a cada momento na cidade.

Promoção do território

O cinema estimula muitos dos seus espectadores a visitar os locais de filmagens. Muitas empresas turísticas estão atentas ao fenómeno, que frequentemente origina a criação de circuitos turísticos especializados. Em 2023, a Filmporto continuará a identificar as mais-valias (cénicas, técnicas, logísticas e de financiamento) da sua região e a criar estratégias de divulgação que a posicionem como potencial “palco” para a indústria audiovisual. Para tal, deverá estabelecer pontes de comunicação com as inúmeras entidades envolvidas no setor, colaborando na pré-produção de novos filmes e na ligação entre agentes e produções de audiovisual.

Relações institucionais

Com a criação da plataforma *Greater Porto*, pela Câmara Municipal do Porto, Câmara Municipal de Gaia e Câmara Municipal de Matosinhos, que tem como objeto promover o território destes três municípios e atrair investimento internacional para a região, a Filmporto procurará criar estratégias de promoção do território com vista à atração de produções internacionais e estabelecer processos e procedimentos de licenciamento de filmagens comuns, com vista a facilitar o processo de obtenção de licenças a quem pretende filmar na região.

el
L
G

Empregabilidade e formação profissional

A Filmporto tem como função fomentar a empregabilidade num setor onde a regra é a curta duração (dias ou semanas) para técnicos e artistas (*freelancers*), muitas vezes sem trabalho efetivo. O site criado e a inclusão de uma base de dados para profissionais do setor e para entidades produtoras permitirão à Filmporto conectar profissionais e empregadores do setor audiovisual. Associado a isto, a Filmporto irá estabelecer parcerias com associações e sindicatos que operam na cidade e região, com vista a organização de projetos de formação para profissionais do audiovisual.

Neste ano, é intenção da Filmporto estabelecer contactos preliminares com instituições de ensino artístico e audiovisual, de forma a entender quantos profissionais do setor são formados na região, quantos decidem prosseguir a sua carreira na região do Porto e quantos exercem a sua atividade noutros países e regiões.

Location Scouting

A Filmporto proporá soluções visuais (cenários) adequadas a produções. Deverá organizar visitas a locais previamente selecionados, recolher propostas orçamentais e mediar encontros entre produtores externos e nacionais. Servirá ainda de elo de ligação entre os vários departamentos que contribuem para a atividade e deverá procurar parcerias estratégicas com outras Film commissions para coproduções e financiamento.

Coproduções de Cinema

Sendo o Cinema uma área de extrema importância para a cultura no Porto, a Ágora tem vindo a apoiar e a cofinanciar um conjunto de atividades do setor que potenciam a oferta Cinematográfica na cidade. A partir de uma política de coprodução e parceria com diversas iniciativas de exibição cinematográfica – com diferentes formatos, dimensões e temáticas – é promovido e divulgado o Cinema no Porto, estimulando uma mediação entre vários agentes, não só a nível local como também nacional e internacional. Para além desse enfoque na promoção e divulgação, estes apoios incentivam e viabilizam simultaneamente uma sinergia entre estruturas de programação e exibição cinematográfica, festivais de cinema e diferentes públicos da cidade.

Como principais objetivos estratégicos destacam-se:

- Fomentar a oferta e a diversidade estética cinematográfica na cidade a partir do apoio a diversos festivais de cinema e a estruturas de exibição regular e contínua;
- Contribuir para a ativação e formação de públicos e práticas de fruição cultural na área do cinema;
- Promover oportunidades de aprendizagem que partem do cinema como plataforma de discussão dos temas mais relevantes da atualidade, permitindo o encontro com novas formas de ver e pensar o mundo;
- Dinamizar uma política de acesso privilegiado ao circuito de cinema no centro do Porto, com descontos e outros benefícios em várias salas com programação regular, que proporciona a fruição do cinema a preços acessíveis para todos;
- Promover a cultura cinematográfica, exibindo novas formas, discursos e práticas do cinema contemporâneo, assim como estimular a apresentação de obras cinematográficas que não se encontram disponíveis nos canais regulares de distribuição.

Resumo da atividade a desenvolver em 2023

Batalha Centro de Cinema

O programa de exibição de Cinema do Batalha será constituído por retrospectivas monográficas e ciclos temáticos, bem como por focos programáticos em torno de práticas e autores contemporâneos. A programação integrará ainda debates e conversas, projetos editoriais, performances, parcerias com festivais de cinema da cidade, e um projeto dedicado à formação de comunidades de apreciação fílmica e à inclusão de públicos.

A atividade do Batalha Centro de Cinema será direcionada para um público cinéfilo que historicamente existe no Porto, bem como para públicos menos familiarizados com práticas artísticas.

Em 2023 será realizado todo o trabalho implicado no desenvolvimento programático do projeto e prosseguir-se-á com o planeamento da programação, bem como com a correspondente criação e desenvolvimento comunicacional de conteúdos públicos para o período de programação do segundo semestre de 2023 e planeamento da programação do primeiro semestre de 2024.

Destacam-se os seguintes eixos de programação que irão materializar a missão do Batalha:

- **Ciclos Temáticos:** Ciclos bimensais dedicados a temas específicos e que cruzam diversos tipos de cinematografias e modos de fazer cinema. Através de filmes de ficção, documentais e de artista, abordam-se e debatem-se questões sociais, culturais e políticas prementes. Evidenciamos os ciclos “Políticas do Sci-Fi” com curadoria de Ana David e Guilherme Blanc, “Domesticidade(s)” com curadoria de Alejandra Rosenberg Navarro e Ana David; “El Futuro Ya No Está Aquí – Da Euforia à Desilusão na Movida e Transição Espanhola”, com curadoria de Guilherme Blanc e Virginia Pablos e “Contra-Fluxos” com curadoria de Almudena Escobar López e Margarida Mendes;
- **Focos e Retrospectivas:** Ciclos dedicados à filmografia — completa ou essencial — de cineastas e artistas nacionais e internacionais, com trabalhos contemporâneos e de outras décadas. Este é um eixo fundamental da programação que espelha a visão de diversidade formal, temática, geracional e geográfica inerente ao Batalha. Destacamos os ciclos dedicados a Claire Denis, Agnieszka Polska, Melvin Van Peebles, André Gil Mata, Zacharias Kunuk, Riar Rizaldi, Luísa Homem, Joanna Hogg, Lorenza Mazzetti, Fatima Al Qadiri, Basil da Cunha, Annemarie Jacir e Mai Zetterling;
- **Luas Novas:** Mensalmente, a cada Lua Nova do ano, é destacada a prática fílmica de novos nomes do cinema nacional. Uma oportunidade para descobrir ou visitar as obras de um conjunto de cineastas e artistas cujo percurso se prevê continuamente entusiasmante, entre os quais Tomás Paula Marques, David Pinheiro Vicente, Alexandra Ramires e Laura Gonçalves, Helena Estrela, Laura Carreira, Welket Bungué e Marta Sousa Ribeiro;
- **Coletivos:** Foco em experiências coletivas de realização e produção de cinema, desde os anos 70 até aos nossos dias. A criação artística é aqui pensada como uma prática partilhada por um núcleo que se agrega pelo seu corpo ético, por uma reivindicação comum, ou simplesmente por uma rede de apoio para a produção de obras. Para este eixo destacamos os programas COUSIN, Yugantar Film Collective e Zanzibar;
- **Cinema com História:** Programas contínuos, semanais ou quinzenais, que olham para a História por trás das histórias do cinema. Em Seleção Nacional são ensaiados uma resposta à questão “O que é o cinema português?”; nas Matlnés do Cineclub é recuperada uma parceria com o Cineclub do Porto que remonta aos anos 40, e revisitados os filmes mais marcantes da sua história enquanto instituição;

el
5
6

- **Especiais:** Através da exibição de filmes relacionados com celebrações e efemérides, é dado destaque a datas relevantes, ao mesmo tempo que se abrem as portas a estreias e apresentados projetos comissariados. Tal é o caso da programação de “Sessões Especiais” com vista a assinalar momentos relevantes para a missão do Batalha, do ciclo de cinema “Towards the Last Movies” composto por filmes vistos por ícones do séc. XX momentos antes das suas mortes, do evento dedicado à indústria do cinema “Novos Encontros do Cinema Português”, do programa multidisciplinar “Oásis” com cinema, palestras, performances, música ao vivo e DJ sets, ou “Os Amigos do Gaspar: Uma Reunião na Cidade” projeto fílmico comissariado pelo Batalha, com realização de Duarte Coimbra, onde se revisitou a série infantil, acrescentando-lhe uma dimensão fílmica e performática que a introduz também às novas gerações;
- **Famílias:** Sessões de cinema pensadas a partir do programa geral, dirigidas simultaneamente a crianças e a adultos. Um desafio às famílias - formais e afetivas - a construir uma relação divertida e pessoal com o cinema em toda a sua diversidade;
- **Festivais e Mostras:** Ao longo do ano, serão abertas portas aos vários festivais e mostras de cinema da cidade, tornando o Batalha num ponto de encontro entre cinéfilos e profissionais. Serão acolhidas também as Sessões Filmaporto, dedicadas a filmes de autores e produtores da cidade;
- **Exposições e Instalações:** Projetos expositivos e instalativos desenvolvidos em parceria com artistas e cineastas de hoje, a partir de obras já produzidas ou de novos convites à produção de trabalho. Entre a sala-filme e outros espaços de acesso público, serão apresentadas obras que exploram diversas práticas artísticas que se ligam à imagem e ao cinema. Destaque para a instalação de Tabita Rezaire “Premium Connect”, que parte da cena de descodificação em *The Matrix* para refletir sobre questões ligadas à exploração colonial; a exposição documental “A Confederação — O Povo é que Faz a História” dedicada ao filme e seus intervenientes explica um processo de criação, produção e receção que espelha a atribulação dos tempos que atravessou. A partir de objetos fílmicos, escultóricos e pictóricos, Pedro Huet apresenta, a convite do Batalha, “Croma, o sono”, a sua primeira exposição a solo num centro de arte. O Batalha convidou ainda a dupla de artistas Alice dos Reis e Pedro Neves Marques para desenvolver um projeto de exposição em conjunto com a aclamada poetisa americana CAConrad, a que se intitulou “Escondidas na caverna que forjamos umas das outras”;
- **Palavra em Movimento:** Neste ciclo de palestras, o Batalha convida diversas personalidades a explicar a sua relação com diferentes formas de produção de cinema, através de experiências e filmes que marcam a vida e até práticas profissionais de cada uma. Trinh T. Minh-ha (Vietname), Manthia Diawara (Mali) e Byung-Chul Han (Coreia do Sul) são os primeiros convidados do ciclo de palestras d’*A Minha História de Cinema*, apresentando obras fílmicas em estreia nacional e palestras sobre temas que com elas se relacionam;
- **Música e Performance:** Uma expansão crítica da programação de cinema através de filmes-concerto e performances transdisciplinares ancoradas na imagem em movimento, na palavra e no som. Incluem-se aqui projetos já existentes, apresentados em estreia nacional, e projetos inéditos desenvolvidos a convite do Batalha. Destaque para o filme-concerto “Os Faroleiros” com uma nova composição sonora encomendada pelo Batalha a Daniel Moreira e interpretada ao vivo pelo quarteto de cordas The Arditti Quartet, a performance “Workers in Song” do artista visual James Richards e do compositor Billy Bultheel apresentada em estreia no Batalha, numa coprodução com o centro de arte contemporânea WIELS, de Bruxelas, e o Museu de Arte Contemporânea Mudam, do Luxemburgo, o filme-performance “Olho da Rua”, apresentado com música ao vivo, interpretada pelo compositor da banda sonora original Homero Basílio, e “Spillovers” de Rita Natálio, performance-filme (cruzada com o ciclo de cinema *Contra-Fluxos*);

er
h
G

- **Cinema Ao Redor:** Através de grupos, cursos e oficinas para adultos e crianças, e outras iniciativas, procura-se promover o encontro, a partilha e o lazer fora da sala de cinema. Um programa que pretende garantir a igualdade no acesso à nossa atividade e contribuir para a formação de um público ativo e consciente da importância do cinema e da imagem em movimento;

Salientamos os grupos de cinefília “Porto, Texas” dirigido a um público geral, com coordenação de Maria Leite, atriz, e Ricardo Vieira Lisboa, programador e crítico, o “Clube de Leitura” coordenado por Teresa Coutinho, atriz e encenadora, e Gisela Casimiro, artista e escritora, e o Grupo “Supernova”, destinado a cinéfilos dos 16 aos 22 anos, orientado por Inês Ariana, estudante da Faculdade de Belas Artes do Porto, João Pinto, estudante de Cinema da Universidade Católica, e a artista e realizadora Tomás Paula Marques.

Destacamos ainda o curso de crítica de cinema, comissariado ao crítico e realizador Saguenail e que tem como título “A Forja”, a oficina de realização para famílias “Para, Escuta e Olha!”, orientada por Amarante Abramovici, realizadora, e o *Workshop de Sci-Fi “Ferramentas de Delírio”* de Diana Policarpo e Odete, com convite à coreógrafa Dinis Machado e a dupla de artistas Von Calhau! para um laboratório participativo a partir das suas práticas de ficção especulativa.

Vizinhos é um projeto semestral que tem como objetivo estabelecer hábitos de partilha e ligação entre o Batalha e as pessoas que habitam na sua proximidade. A primeira edição do projeto, *Batalhawood*, é desenvolvida em colaboração com os vizinhos do Batalha com raízes no Bangladesh, uma das mais antigas e expressivas comunidades imigrantes do Porto.

No âmbito do projeto *Vizinhos*, prevê-se ainda a realização de visitas guiadas que oferecem um roteiro pela história, pelos espaços e pela arquitetura do edifício, bem como sessões *Batalha Quiz*, criadas e apresentadas por Guilherme Cobretti e Jay Toso, a terem lugar na Cafeteria & Bar do Batalha;

- **Escolas:** Programa que propõe uma relação contínua e permanente com a comunidade escolar, em que o cinema ocupa um lugar central. Através de sessões de cinema e atividades complementares com alunos e professores, procura-se o alargamento do conhecimento da prática cinematográfica, relacionando-a com temáticas vistas como prementes pelos espectadores mais novos. Pretende-se com este projeto, afirmar o espaço da sala de cinema como um espaço de cidadania. Este programa é subdividido em *Programa de Cinema para Escolas*, *Proximidade*, *Grupo Professores* e *Big Show*.
- **Indústria e Parcerias:** Em parceria com a Filmaporto — film commission, o Batalha acolhe eventos promovidos pela indústria cinematográfica, criando um ponto de encontro para profissionais do cinema, nacionais e internacionais. São disponibilizadas salas para a realização de testes de visionamento, sessões para a imprensa, palestras e conferências. Será dado também apoio à investigação no domínio do cinema e do pensamento crítico sobre imagem em movimento, através de uma relação de proximidade com diferentes escolas de cinema da cidade (cedendo espaço para aulas, encontros e visionamentos) e do estabelecimento de parcerias com entidades que promovem a produção e experimentação cinematográficas;
- **Escrita:** Projeto em continuidade que pretende promover o pensamento e a criação escrita em torno das áreas do cinema e imagem em movimento. Compreende a publicação de edições próprias e a encomenda de novos textos críticos, dedicados a filmes inseridos no programa de cinema.

Destaque para as edições “Políticas do Sci-Fi — Leituras de Companhia”, coletânea de contos de ficção científica e fabulação especulativa de companhia, é uma coletânea de contos de ficção científica e fabulação especulativa, que inclui textos de Amadeu Lopes Sabino, Pamela Zoline e W.E. Du Bois e ainda dois contos inéditos, comissariados especificamente para esta edição, de Andreia C. Faria e Rodrigo Vaiapraia.

Também digna de nota é a publicação das duas edições focadas aos realizadores portugueses “André Gil Mata – Alguma Luz na Escuridão” e o livro “João Salaviza”;

er
Gr
G.

- **Cá Dentro:** As sessões de cinema decorrem em horário pós-laboral, de quarta a sexta, e durante todo o dia aos fins de semana. O Batalha só fecha as suas portas à segunda. Para além da exibição de cinema, organizamos sessões de grupos, cursos e *workshops*, e as nossas biblioteca, filmoteca, livraria e cafeteria & bar funcionam em horário alargado.

A biblioteca integra uma sala de leitura, estudo e trabalho com 14 lugares, bem como dois postos de visionamento dos filmes da filmoteca. A sua coleção reúne publicações de todas as épocas relativas a várias áreas do cinema: história, cinematografias, cineastas e artistas, filmes, teoria/estética, técnica e festivais.

Dedicada ao património fílmico do Porto, a filmoteca propõe-se reunir e preservar a produção cinematográfica que está relacionada com a cidade: seja por retratar a sua história, seja por documentar a sua paisagem e relação com a prática do cinema, procurando mapear exaustivamente a fixação da cidade em imagem em movimento e manter em constante atualização um repertório da memória do Porto. O seu catálogo integra filmes de ficção, animação e documentário, bem como diversos tipos de registos audiovisuais: programas ou séries de televisão, videoclipes, spots publicitários, cinema amador ou de família, exercícios de escola e trabalhos experimentais.

A Livraria do Batalha é especializada em cinema e imagem em movimento. O seu catálogo integra as edições próprias do Batalha, peças de *merchandise* e uma vasta seleção de obras com especial enfoque no cinema, incluindo também os campos das artes visuais e das ciências sociais e humanas.

Resultante da recuperação do antigo salão de chá e café — onde nos anos 70 foi construída a Sala Bebé — a cafeteria & bar do Batalha será o ponto de encontro ideal quer para quem vai ao cinema, quer para quem simplesmente deseja visitar o Batalha. Neste espaço decorrerão também pontuais atividades da programação;

- **Acessibilidade e Inclusão:** A equipa do Batalha entende a acessibilidade e a inclusão como valores fundamentais e transversais a toda a sua ação.

Por um lado, procuramos suprimir os obstáculos colocados à mobilidade por um edifício construído na década de 40, classificado como Monumento de Interesse Público em 2012. Este possui lacunas ao nível da acessibilidade física que o projeto de requalificação não conseguiu colmatar, uma vez que as modificações necessárias afetariam características morfológicas e arquitetónicas do património que se pretendia preservar.

Por outro lado, estamos empenhados em que o cinema que projetamos e debatemos seja mais acessível a pessoas com deficiência visual, S/surdas, com deficiência intelectual, mobilidade condicionada e outras necessidades específicas.

Para a prossecução desta programação será garantida a produção de todas as atividades em causa, implicando, nomeadamente, a realização da investigação necessária à criação de novos programas, o convite a curadores nacionais e internacionais de instituições culturais da área do Cinema e da arte contemporânea com ligações à imagem em movimento para apresentar e refletir sobre os filmes do programa, a auscultação de iniciativas de programação existentes na cidade e edição de conteúdos para inclusão nos múltiplos suportes de comunicação.

Este processo de trabalho implica ainda a manutenção das relações com artistas e curadores, produtores e distribuidoras e de várias parcerias com instituições de cinema análogas a nível internacional (incluindo cinematecas e institutos de cinema internacionais), parcerias no âmbito educativo com escolas e outras entidades relacionadas, e colaborações com outras instituições cuja missão se relacione, a nível local, nacional e internacional, nomeadamente as governamentais (Ministério da Cultura, Instituto do Cinema e Audiovisual e a Cinemateca Portuguesa).

5
6

Filmporto - film commission

- **Promoção das potencialidades do território**

Nomeadamente através da presença nos maiores festivais e mercados de cinema do mundo, como Marché du Film - Festival de Cannes, Berlinale - Berlin International Film Festival, Curtas de Vila do Conde, Porto Post Doc e Focus London, que permitirão também dar a conhecer, junto da indústria audiovisual, as potencialidades do Porto como destino para produções audiovisuais.

- **Mediar mais-valias disponibilizadas pelo Município**

- Logística e licenças;
- Meios humanos;
- Espaços municipais;
- Apoio financeiro através da *Bolsa Filmporto*, a serem atribuídas no segundo semestre de 2023, apoiando assim a produção audiovisual, tendo um papel relevante na evolução dos discursos audiovisuais locais e contemporâneos.

- **Avaliar propostas de filmagem na cidade**

Continuará a ser a Filmporto a avaliar as propostas de filmagem na cidade do Porto, comerciais e não comerciais, que permitam ao município arrecadar receita através do seu potencial de filmagem e mais-valias cenográficas.

- **Apoio financeiro e logístico ao audiovisual**

A Filmporto terá ainda como função avaliar propostas de apoio logístico a rodagens a acontecer na cidade do Porto, suportando custos operacionais - como ocupação de espaço público, estadias, deslocações e ambientes cénicos - que viabilizem produções específicas.

A este apoio logístico acresce o apoio financeiro a produções de audiovisual de agentes locais, a decorrer na própria cidade e que necessitem de complementos orçamentais para que os projetos se possam viabilizar no contexto da cidade do Porto.

Os apoios a atribuir serão avaliados por comissões externas, especializadas em cinema.

- **Captação ativa de fundos internacionais**

A Filmporto passará a ser mobilizadora da organização de dossiers e candidaturas (também agregando parceiros) a fundos comunitários, canalizáveis para a dinamização da área audiovisual, através da parceria com outras entidades, nomeadamente a Associação de Turismo Porto e Norte e a *Greater Porto*.

- **Captação de produções**

A Filmporto através da interação nos mercados e festivais internacionais do setor, com produtoras de cinema, séries, canais de televisões ou investidores privados, fará um trabalho de captação de produções cinematográficas, nacionais e internacionais para realizar na cidade.

- **Location scouting**

Dar a conhecer as potencialidades do território, como um atrativo destino para as mais diversificadas necessidades de filmagem e repérages, mediante pedido ou fornecimento de informação preliminar relevante sobre os locais e a sua adequação as necessidades da produção.

Handwritten marks: a signature and the numbers 5 and 6.

- **Recursos Técnicos**

Atualização e manutenção de uma base de dados de serviços de aluguer de todo o tipo de equipamento técnico necessário as produções: câmaras de cinema e digitais, iluminação, maquinaria, geradores, transporte especializado para equipas e material.

- **Recursos Humanos**

Manutenção de uma base de dados de profissionais técnicos de produção e pós-produção: argumentistas, realizadores, produtores executivos, diretores de fotografia, art directors, set decorators, maquilhagem e cabeleireiros, eletricitas, maquinistas, assistentes de imagem, assistentes de produção, som, compositores musicais, *foley artists*, orquestras, montadores, 3DCGI, etc. Neste aspeto, o apoio e a realização de ações de formação para profissionais do audiovisual, visando aumentar as competências dos profissionais que operam na cidade, aumenta as possibilidades de empregabilidade no setor. Este alargamento de competências é fundamental para a captação de projetos relevantes no contexto audiovisual. Neste momento, filmar no Porto significa ter de contratar profissionais que não vivem na cidade, o que significa em média um aumento de 10% dos gastos das produções audiovisuais relativamente ao nosso competidor direto, Lisboa.

- **Casting**

Agilizar, com as principais agências de casting e figuração nacionais, uma procura especializada e direcionada, capaz de preencher todas as necessidades da produção e disponibilizar, através de parceiros, listas de atores e base de dados de casting local.

- **Comunicação e Promoção**

Promoção do trabalho desenvolvido pela Filmporto junto do público em geral, ancorado nos projetos apoiados pela Filmporto no passado.

en
h
G

Coproduções de Cinema

Serão estabelecidas, em 2023, várias coproduções, acolhimentos e parcerias relacionadas com projetos de cinema, das quais se destacam as seguintes:

- **IndieJúnior - Festival Internacional de Cinema Infantil e Juvenil do Porto:** Desde 2017, o IndieJúnior visita as principais salas da cidade, durante sete dias, para apresentar o cinema infantil e juvenil mais criativo e original que se faz pelo mundo fora. O festival integra uma competição internacional de filmes, com cerca de 50 produções recentes (ficções, documentários, animações), quase todos inéditos no país, e que são avaliados por júris que atribuem os prémios. O IndieJúnior Porto é uma grande festa do cinema, um mundo projetado no grande ecrã onde cabem todas as ideias e sonhos;
- **Fantasporto - Festival Internacional de Cinema do Porto:** Realizado no Porto desde 1981, o Fantasporto conta com uma reputação internacional já histórica, sobretudo na vertente do cinema fantástico. Durante dez dias celebra-se o cinema com filmes apresentados pela primeira vez em Portugal e antestreias mundiais. O festival integra quatro secções competitivas: *Cinema Fantástico*, *Semana dos Realizadores/Prémio Manoel de Oliveira*, *Orient Express* e o *Prémio de Cinema Português*. Outras secções são dedicadas a documentário, cinema de animação, curta-metragem, e cinema clássico.
- **Porto Femme - Festival Internacional de Cinema:** Criado em 2018, o Porto Femme é um festival de cinema no feminino que pretende mostrar e divulgar o trabalho de pessoas que se identificam como mulheres, promovendo a igualdade e o empoderamento no universo cinematográfico. As questões sociopolíticas que afetam as mulheres em todo o mundo são o foco do festival, que ambiciona dar voz a vários grupos e lutas. Refletindo a diversidade de géneros, temáticas e linguagens, a programação do Porto Femme inclui sessões competitivas, exposições, *workshops*, debates e conversas.
- **Multiplex:** O Multiplex é uma iniciativa da Universidade Lusófona do Porto que acontece anualmente desde 2011, dedicada ao cinema contemporâneo. As edições mais recentes foram organizadas em parceria com o Teatro Municipal do Porto. Além de trazer à cidade um autor consagrado do cinema internacional para uma *masterclass*, o Multiplex organiza um ciclo de cinema em torno do convidado de cada edição e exhibe ainda trabalhos de estudantes da Licenciatura em Comunicação Audiovisual e Multimédia. Todo o programa tem entrada livre.
- **Arquiteturas Film Festival:** O Arquiteturas Film Festival é uma plataforma internacional para a discussão e disseminação de produção arquitetónica, através de filmes, exposições e debates. Programado pelo INSTITUTO, este é o primeiro festival de cinema em Portugal dedicado à exibição de filmes de ficção, experimentais e documentais sobre a temática da arquitetura e seus cruzamentos disciplinares. O evento aborda o potencial da imagem em movimento como ferramenta de reflexão sobre o espaço construído e as pessoas que nele habitam. Desde 2022, após oito edições em Lisboa, o festival está sediado no Porto;
- **BEAST International Film Festival:** Dedicado essencialmente a filmes que têm como pano de fundo a Europa de Leste, o BEAST explora os Balcãs, os países Bálticos e pós-comunistas através de focos cinematográficos. Funcionando como um fórum de diálogo entre o Leste e o Oeste, o festival promove também a partilha criativa através de palestras, *workshops* e debates e da cooperação com outras instituições culturais. Todos os anos, o BEAST transforma a cidade do Porto num importante centro internacional para o cinema da Europa de Leste;
- **Queer Porto - Festival Internacional de Cinema Queer:** O Queer é o único festival de cinema em Portugal com o propósito de exibir filmes de temática gay, lésbica, bissexual, transgénero, transsexual, intersexo e de outras sexualidades e identidades não-normativas, num género cunhado como "Cinema Queer". Desde 2015, o festival conta com uma edição no Porto que integra secções competitivas, com alguns dos mais importantes títulos recentes do cinema queer, a par de uma programação paralela que celebra protagonistas e expressões artísticas, problemáticas contemporâneas, pensamento e ativismo;

OK
5
6

- **Family Film Project - Festival Internacional de Cinema de Arquivo, Memória e Etnografia:** O Family Film Project decorre anualmente no Porto desde 2012. Dedicado a formas alternativas da expressão cinematográfica, o festival tem ênfase na dimensão arqueológica das imagens, explorada tanto no cinema etnográfico, como no cinema de *found footage*, experimental ou em "filmes caseiros". Com diversas linhas de atuação, o Family Film Project atravessa os limites entre o cinema e outras artes e áreas de pensamento, integrando na sua programação ciclos performativos, exposições, conferências e *masterclasses*;
- **MICAR - Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista:** – A MICAR é a única mostra de cinema em Portugal dedicada às temáticas do racismo, da imigração e das minorias étnicas. Durante três dias, as sessões de cinema são complementadas com debates em torno destes tópicos com a intervenção de convidados especiais. O evento, que se realiza desde 2014, é promovido pela SOS Racismo e tem contado com o apoio da Câmara Municipal do Porto e do Teatro Municipal Rivoli. Todo o programa tem entrada livre;
- **Porto/Post/Doc: Film & Media Festival:** O Porto/Post/Doc: Film & Media Festival é um festival do cinema do real do Porto. Ponto de encontro para criadores, público e profissionais do cinema, tem como objetivo promover a cultura cinematográfica, exibindo as novas formas do cinema contemporâneo. Com uma filosofia eclética, composta por uma competição internacional e vários programas paralelos - tais como *Transmission*, para documentários sobre música e festas noturnas; ou o *Fórum do Real*, composto por debates com especialistas e académicos -, o festival ocupa vários espaços da cidade;
- **Projeto Tripass:** O Cartão Tripass, lançado em 2017, dá acesso privilegiado ao circuito de cinema no centro do Porto com descontos e outros benefícios nas salas dos Cinemas Trindade, Teatro Municipal do Porto – Rivoli / Campo Alegre e Passos Manuel e do Batalha Centro de Cinema. Em todas as sessões de cinema, ao longo de um ano, o Tripass oferece um desconto de 25% sobre o valor do bilhete normal (exceto nas sessões de preço único). Em 2022 serão mantidas as coproduções *Tripass* com o Cinema Trindade e o Cinema Passos Manuel, com o objetivo de continuar a fomentar a dinamização e exibição cinematográfica no centro da cidade do Porto, onde se inserem estes dois espaços;
- **Clube Português de Cinematografia – Cineclube do Porto:** O Cineclube do Porto foi fundado em 1945, sendo o mais antigo cineclube do país em funcionamento, que apresenta um programa regular de filmes e organiza regularmente sessões especiais, filmes concerto, oficinas, exposições e publicações. Trata-se de uma entidade historicamente ligada ao edifício do Batalha, e que realizou em 1948 a sua primeira sessão no espaço programando-o ao longo de várias décadas. Retomando as célebres matinés clássicas aos domingos de manhã, o Cineclube trará, semanalmente, sessões diversificadas no âmbito da História do Cinema em diálogo e complementaridade com a programação do Batalha Centro de Cinema;
- **Laboratório de Cinema Experimental da Torre:** Este laboratório será um espaço aberto ao público com enfoque na prática, experimentação, produção e formação no âmbito dos formatos analógicos de Cinema, nomeadamente a película em formato Super-8, 16mm e 35mm, que funcionará através de um modelo diversificado para se ajustar às necessidades dos vários públicos-alvo, disponibilizando conhecimentos técnicos e ferramentas para a viabilização do trabalho através de regime atelier para associados, regime de laboratório aberto para uso público em horário a estipular, a criação de programas de formação, intercâmbios, prestação de serviços ou estágios; e ainda a criação de um programa de residências artísticas. O laboratório de cinema experimental expandirá as suas atividades através de vínculos de programação no Batalha Centro de Cinema e de atividades de formação comuns acolhidas pelo Departamento de Cinema e Imagem Em Movimento. Poderá ainda facultar serviços, como acolhimento e tratamento de cópias de exibição, serviço de projecionista e curadoria em regime remunerado.

el
5
6



ew
G.
B

3.2 Desporto

O desporto faz parte da identidade e da história da cidade. Promover o desporto e a atividade física são fatores determinantes na construção de um Porto que se quer cada vez mais coeso, inclusivo, moderno e sustentável. A exemplo de outras áreas, esse é também um desígnio e uma das metas a perseguir pela Ágora. Para além de contribuir para o bem-estar físico e mental, o desporto tem também um papel importante na ajuda em ultrapassar questões relevantes como a exclusão social, a desigualdade, o racismo e a xenofobia, e contribui para a formação e educação dos jovens e na qualidade de vida dos mais idosos.

Nos últimos anos, o desporto e a atividade física registaram um grande desenvolvimento na cidade do Porto, com a criação de novas infraestruturas desportivas e a renovação das existentes, a realização de novos programas desportivos informais, muitos deles de cariz inovador e inclusivo e, ainda, a aposta em eventos desportivos de dimensão nacional e internacional, com relevante impacto económico.

Neste novo ciclo, a Ágora irá continuar a aposta no desporto e na consciencialização dos munícipes para a prática regular do exercício físico, promovendo estilos de vida saudáveis e reduzindo comportamentos sedentários, independentemente da idade, género ou condição.

Objetivos gerais

O desporto e a prática da atividade física constituem uma componente importante do quotidiano dos munícipes, com reflexos diretos na sua qualidade de vida.

Em articulação com a Ágora, o Pelouro do Desporto procura continuar a dar resposta a esse desígnio, promovendo e fomentando a atividade desportiva regular, quer a nível indoor, com especial incidência nas infraestruturas desportivas municipais, quer a nível outdoor, através do desenvolvimento de programas regulares ao ar livre e no apoio ou organização dos mais diversos eventos desportivos no espaço público.

Objetivos estratégicos

Os principais eixos de intervenção da área do desporto:

- Promover a prática da atividade física e desportiva mediante a renovação dos programas existentes e a dinamização de novos eventos desportivos;
- Alargar a rede municipal desportiva da cidade e implementar novos equipamentos desportivos;
- Requalificar e modernizar as infraestruturas desportivas da cidade através de investimentos criteriosos, por exemplo, ao nível das suas acessibilidades, garantindo, assim, elevados índices de satisfação dos utilizadores;
- Implementar políticas de descarbonização nas infraestruturas desportivas contribuindo de forma determinante para a mitigação das alterações climáticas;
- Reforçar a aposta no associativismo, desenvolvendo parcerias com clubes e associações da cidade de forma a promover a atividade física informal e a prática desportiva federada;
- Garantir uma gestão eficiente, integrada e global do parque desportivo da cidade, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização;
- Valorizar o desporto no seu todo, desde o desporto de alta competição à atividade física informal, envolvendo os vários intervenientes desportivos da cidade;
- Dinamizar espaços e locais outdoor, promovendo estilos de vida e comportamentos saudáveis, por forma a promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida dos portuenses.

ew
h
G

Programas municipais de atividade física e desportiva

Aproveitando as condições únicas que o Porto oferece para a prática desportiva ao ar livre, foram desenvolvidos vários programas regulares, gratuitos, que tornaram a atividade física acessível a crianças, jovens e adultos. A prática de programas inclusivos, nomeadamente a pessoas com deficiência será sempre uma aposta da Ágora, criando, desta forma, uma oportunidade desportiva para todos.

Assim, e de acordo com o programa de atividades físicas e desportivas, apresentamos o plano de atividades para 2023-2027:

Desporto informal

- Alargar a prática desportiva informal, aproveitando não só os parques, os jardins e as praias da cidade, mas também os equipamentos desportivos municipais para atividades gratuitas, integradoras e diferenciadoras, foi claramente um objetivo identificado e concretizado nos últimos anos e que se pretende potenciar nos próximos anos. Na verdade, o desporto informal tem vindo a preencher um espaço vital da cidade, constituindo-se, cada vez mais, como uma alternativa às infraestruturas desportivas tradicionais.
- Motivar a cidade para o desporto informal implica apostar em novos percursos de corrida e de caminhada, tanto na zona ribeirinha, como noutros parques da cidade, nomeadamente no Parque da Cidade e no Parque Urbano da Pasteleira, a exemplo do percurso já existente no Parque Oriental, cuja procura tem superado as expectativas.
- No que se refere à modalidade de Orientação, o Porto disponibiliza percursos permanentes que permitem combinar exercício, competição e descoberta no Parque da Cidade, no Parque do Covelo e no Parque de São Roque. Para os anos vindouros, propõe-se a reformulação dos circuitos, com nova sinalização, novos percursos e novos locais de prática.

Programas desportivos

Nos últimos anos, o Porto tem assumido uma forte liderança na área desportiva, reconhecida pela diversidade de programas desenvolvidos e pela democratização da prática desportiva na Cidade.

Seguindo as novas tendências desportivas da população, a Unidade Orgânica do Desporto aposta para o próximo quinquénio nos seguintes programas desportivos:

- **Desporto sénior**

Uma vez atingida a consolidação dos programas que abrangem as mais variadas faixas etárias, nomeadamente através do programa *No Porto a Vida é Longa*, é agora possível alargar não só a duração, mas também a dimensão de programas dirigidos a esta faixa etária.

O novo programa *Saudável-Mente* é dirigido à população sénior e tem como objetivo melhorar a mobilidade e proporcionar o maior convívio combatendo o isolamento social, fomentando o envelhecimento ativo e saudável, aumentando a resistência física e promovendo o equilíbrio e a agilidade.

- **Desporto no Bairro**

Um programa para promover e incentivar o desporto nos bairros da cidade, nomeadamente através do *Breaking*, modalidade que em 2024 se estreará no programa olímpico. O objetivo é atrair e criar paixão nos jovens através do desporto e da cultura urbana, contribuindo assim para um novo rumo pessoal e/ou profissional. Depois do sucesso no ano de estreia (2020), o programa teve continuidade em 2021, desta vez alargando o seu âmbito a 14 bairros da cidade e introduzindo duas novas modalidades: o surf e o skate. Em 2022, foi também incluída a modalidade de *Street Basket* e foi alargado o espectro das zonas da cidade. Nos próximos anos, pretende-se realizar novas atividades conjuntas e ainda levar o programa a novos locais.

- **Aulas gratuitas de skate**

Considerando a grande procura e evolução desta modalidade olímpica na cidade, especialmente junto do público mais jovem, promoveram-se aulas gratuitas no Skate Park do Parque Desportivo de Ramalde/INATEL. A intenção é complementar a oferta, juntando às aulas de iniciação, um nível mais avançado, para todos os que pretendem aperfeiçoar a sua técnica.

- **Porto Saudável**

Um programa de caminhadas, orientadas por técnicos de educação física, que tem como principal objetivo o combate ao sedentarismo, promovendo, desta forma, a saúde física e mental dos participantes.

Com uma extensão de cerca de 5 km, os percursos das caminhadas têm passagem em vários monumentos históricos e pontos de interesse da cidade, aliando, desta forma, o desporto à cultura.

Depois das edições, para 2023 será dada continuidade ao programa com duas temporadas de atividade física gratuita, transversal a toda a população, em diversos pontos de interesse da cidade do Porto.

- **Outros programas de oferta diversa**

Os programas *Porto vai à Rua* e o *Vizinhanças* e o *Wanderlust*, um dos maiores eventos de meditação e *mindfulness* têm por objetivo o promover a atividade física e a animação nas ruas e jardins da cidade. Este tipo de atividades desportivas, dirigidas à população em geral e abertas à participação de famílias, enquadra-se na estratégia de promoção de saúde e bem-estar do Município do Porto. Todos estes projetos, conciliados com o conceito do programa *Dias com Energia*, pretendem ser a base da oferta desportiva na cidade, indo ao encontro dos interesses do público.

O *Estádio de Praia*, localizado na Praia Internacional do Porto, continuará a constituir a grande aposta nos desportos de verão, entre os meses de junho e setembro, com a realização de um elevado número de atividades de competição e de lazer.

Atingido o maior número de inscrições de sempre na edição de 2022 nos campos de férias de Verão da *Missão Férias@Porto*, em 2023 pretende-se a implementação do alargamento da oferta de modalidades desportivas. Através do estabelecimento de protocolos e parcerias, tal como aconteceu com a ADADA em 2022, para 2023 e anos seguintes é objetivo da Ágora diversificar as atividades oferecidas.

Ao nível do associativismo, nos últimos anos, foi realizado um considerável reforço do apoio aos clubes, associações, coletividades e atletas, procurando dar resposta às necessidades mais prementes dos vários agentes desportivos da cidade. Para 2023 e anos seguintes, pretende-se alargar esta oferta a outras modalidades, trilhando o percurso ascendente de apoiar cada vez mais atletas. Serão igualmente reativadas novas parcerias e alargadas as existentes, no sentido de fomentar o número de praticantes.

A linha de incentivo *Retorna Desporto*, lançada em 2021 e reforçada em 2022, destinada aos clubes e associações da cidade para a aquisição de material desportivo e médico-desportivo, continuará, em 2023, a funcionar como um apoio regular.

O reforço substancial dos apoios nas inscrições dos atletas das diversas modalidades, alcançado em 2019, e a garantia da realização de exames médico-desportivos em instituições de referência são também medidas a manter no período de 2023-2027.

er
v
G



el
5
6

Provas desportivas

A Ágora valoriza o desporto no seu todo, apoiando a realização dos mais variados eventos na cidade, em parceria com clubes, associações, juntas de freguesia e autarquias da Frente Atlântica.

Plano de atividades para 2023

O Porto continua a ser um palco privilegiado para a realização das mais diversas provas desportivas, tendo nas corridas de atletismo o seu número mais expressivo de participantes. Nesse âmbito, são várias as provas realizadas no espaço público da cidade, com um crescente número de inscritos, destacando-se a Meia Maratona do Porto, a Maratona do Porto e a São Silvestre do Porto.

Provas desportivas relevantes realizadas na cidade:

- O Meeting Internacional de Natação do Porto, o mais antigo evento de natação em Portugal, e uma das mais importantes competições da modalidade a nível nacional, que reúne os melhores atletas nacionais, e alguns nadadores estrangeiros de renome, e o Meeting de Atletismo do Porto, atualmente já considerado o maior torneio juvenil do país, envolvendo mais de 400 jovens atletas;
- O Porto & Matosinhos Wave Series, um programa que além de acolher algumas das mais importantes competições nacionais nas modalidades de *surf*, *longboard*, *bodyboard*, *skimboard* e *stand up paddle* (SUP), junta ainda uma vertente didática e solidária, com batismos de *surf* para crianças carenciadas e ações de *surf* adaptado para crianças e jovens com mobilidade reduzida;
- As competições realizadas no *Estádio de Praia*, que todos os anos decorrem na Praia Internacional do Porto, durante os meses de verão. O andebol de praia e o voleibol de praia, pela forte adesão de atletas e público, são já uma referência nacional. Em 2021, estreou-se uma nova modalidade na cidade, que tem registado um crescente número de praticantes a nível nacional: o futevólei, à semelhança do verificado em 2022, foi a vez do corfebol e futebol de praia terem o primeiro contacto com as areias do Porto.
- World Battle, que traz ao Porto alguns dos melhores atletas de Breaking mundiais, num acontecimento que reúne atividades de formação (oficinas/workshops) em vários pontos da cidade, competições comunitárias de dança urbana, com acesso inclusivo para as comunidades desfavorecidas, e o main event que teve, em 2022, o Coliseu do Porto como palco da final.
- Porto Open, um dos torneios de ténis com maior dimensão e prestígio organizado na cidade do Porto, no Complexo Desportivo do Monte Aventino. Em 2021, foi promovido de ATP Challenger 50 a ATP Challenger 80, o que elevou consideravelmente o nível do torneio. Conta com quadro de qualificação de singulares, quadro de pares e quadro principal de pares.

2/

Li

6

- Douro Bridges – Porto & Gaia Open Water, uma iniciativa concretizada em 2022, que procura recriar a “Travessia do Porto a Nado” e que teve a primeira edição em 1916. Desde finais da década de 70 que as margens do Porto e Vila Nova de Gaia não recebiam uma prova de águas abertas. Integra o Circuito Nacional de Águas Abertas e decorre sob a égide da Federação Portuguesa de Natação.
- O Porto-Gaia Granfondo, prova de ciclismo que se estreou no calendário desportivo da cidade em 2022, com partida do Porto, e passagens pelos municípios de Gondomar, Penafiel, Castelo de Paiva, Arouca, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia. São apresentados percursos com diferentes distâncias e níveis de dificuldade, de forma a abranger todos os praticantes da modalidade.

Eventos desportivos internacionais

Os grandes eventos desportivos também fazem parte do plano de atividades da Ágora, sendo uma mais-valia para a economia local e contribuem para a projeção internacional da cidade.

Constituem exemplos desta estratégia eventos como o Campeonato do Mundo de Motonáutica – F1 H20 (2015), o Campeonato do Mundo de Ralis – Porto Super Special Stage (2016, 2018, 2021 e 2022), a organização da Liga das Nações da UEFA (2019), da Final da Liga dos Campeões (2021) ou a Liga Pro Skate (2021 e 2022) e ainda da Volta a Portugal em Bicicleta (2019 e 2022).

É objetivo da empresa dar continuidade a esta estratégia nos próximos anos, atraindo para a cidade mais um conjunto de grandes eventos desportivos, com significativo impacto na economia local e, simultaneamente, capaz de ajudar a promover a nível nacional e internacional a marca e o destino Porto.

Para os próximos anos, pretende-se continuar a projetar o Porto através da realização de grandes competições internacionais, como reconhecimento da sua importância para a atividade física e desportiva, procurando apostar em eventos que integrem os princípios de desenvolvimento sustentável em termos ambientais, sociais e económicos.

Nessa estratégia, estão englobados os seguintes eventos:

- Torneio internacional de Padel;
- Festival de desportos urbanos;
- Prova internacional de vela;
- Etapa internacional de voleibol de praia;
- Torneio internacional de rugby de formação.

EW
L
G

Infraestruturas desportivas

Para 2023 e anos seguintes, a Ágora tem o objetivo de adequar a rede de oferta desportiva à crescente procura, mediante o alargamento da rede de pavilhões municipais, polidesportivos de exterior e modernização das infraestruturas e dos equipamentos desportivos.

Objetivos gerais

O Porto dispõe instalações desportivas municipais que têm vindo a ser requalificadas e modernizadas, com vista a potenciar a sua utilização e dar resposta à crescente procura registada.

Entre pavilhões, piscinas e campos da rede municipal de infraestruturas desportivas, foram executadas diversas empreitadas, com vista a elevar os níveis de conforto e de qualidade dos espaços.

As diversas intervenções contribuíram para a conservação, recuperação, modernização e melhoria das seguintes infraestruturas desportivas:

- A Rede Municipal de Piscinas, com especial foco na Piscina Eng. Armando Pimentel que, após obras de beneficiação, abrirá ao público em 2023;
- Os pavilhões municipais, com intervenções efetuadas ao nível das instalações, em particular nas coberturas, perspetivando-se obras de reformulação dos pavimentos de jogo nos Pavilhões Nicolau Nasoni, Pêro Vaz de Caminha e Irene Lisboa, sem prejuízo da continuação da apresentação de propostas de melhorias em todos os pavilhões;
- A Rede Municipal de Grandes Campos, constituída pelo Polidesportivo dos Choupos, o Campo Sintético do Viso, Parque Desportivo de Ramalde/INATEL e Parque da Cidade, beneficiou de intervenções de relevo, com especial incidência na construção dos novos balneários do Campo de Futebol do Parque da Cidade, que ainda este ano abrirão ao público, e que dotará de melhores condições os praticantes que neles desenvolvem a sua atividade.

De forma a proporcionar cada vez melhores condições para a prática desportiva na cidade, o Município do Porto tem programado para os próximos anos um conjunto alargado de intervenções nos vários equipamentos desportivos geridos pela Ágora.

Nesse contexto, as medidas previstas para os próximos anos são as seguintes:

- Na Piscina Eng. Armando Pimentel, o Município concluirá em 2023 uma grande intervenção estrutural, com o intuito de dotar esta infraestrutura de condições de excelência. A obra centrou-se na requalificação de todos os espaços, incluindo balneários, zonas técnicas e áreas comuns, bem como na criação de uma nova sala multiusos;
- Na Piscina da Constituição, está prevista para 2023 uma empreitada de requalificação na zona técnica, na zona do cais e no acesso aos ginásios. Para os próximos anos prevê-se a reformulação da área que é atualmente ocupada pela bancada outrora destinada ao público. Naquele espaço, será criada uma sala multiusos e novos balneários de uso comum. O objetivo é aumentar a capacidade desta instalação desportiva, assim como permitir a implementação de novas modalidades desportivas.

en
h
G

→ Na Piscina de Cartes está, também, prevista para 2023 uma empreitada de requalificação da zona do cais, na zona destinada a apoio administrativo e na zona técnica. Para os próximos anos prevê-se a reformulação do antigo armazém numa nova área administrativa e a criação no atual espaço de escritório de um gabinete de apoio médico e outro de medicina no trabalho.

→ Para os anos de 2023 a 2027, seguindo o caminho trilhado pela cidade do Porto rumo à neutralidade carbónica do Porto aquando da assinatura do *Pacto para o Clima* e partindo do pressuposto de que o Porto será líder, a nível nacional, na ação climática, antecipando a neutralidade carbónica, levar-se-á a cabo um conjunto de ações para cumprir este importante desígnio da cidade, nomeadamente a colocação de painéis solares térmicos e fotovoltaicos em todas as instalações desportivas.

Também no âmbito deste desígnio, para os próximos anos, pretende-se que a *Ágora* seja uma referência nas instalações desportivas municipais, mais concretamente nas piscinas, com a racionalização e utilização eficiente da água, evitando desperdícios e adotando novas tecnologias para prosseguir este objetivo.

Estão ainda previstas as seguintes medidas e investimentos:

- Campos de futebol nas zonas de Justino Teixeira, Outeiro e Paranhos;
- Campo de Futebol/Rugby, zona de lançamentos do Atletismo e Tiro com arco no Parque Desportivo de Ramalde/Inatel;
- Pavilhão Multiusos;
- Polo desportivo na zona oriental da cidade para a prática de desportos radicais;
- Centro de apoio a desportos náuticos;
- Modernização dos equipamentos desportivos;
- Reforço do apoio ao associativismo desportivo;
- Criação de uma bolsa de apoio anual dirigida a jovens atletas de alto rendimento de elevado potencial desportivo;
- Alargamento e reforço dos programas informais de atividade física destinados à população sénior;
- Impulsionar a inclusão através do desporto (a partir do programa Desporto no Bairro);
- Captação de grandes eventos desportivos de referência nacional e internacional;
- Criação de um Conselho Consultivo do Desporto.

Para além das medidas referidas anteriormente, é objetivo da *Ágora* dar continuidade a:

- Encontrar diversos parceiros institucionais para alargar a oferta desportiva, como foi o caso do Clube Fluvial Portuense (devido ao encerramento temporário da Piscina Eng. Armando Pimentel para obras de reabilitação) e Universidade do Porto (oferta desportiva no renovado Estádio Universitário);
- Efetuar uma gestão do parque desportivo da cidade cada vez mais eficiente, integrada e global, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização, evitando duplicidades, redundâncias e subutilizações resultantes de uma gestão mais fragmentada;
- Participar, direta ou indiretamente, na oferta das atividades lúdicas, físicas, culturais e desportivas realizadas na cidade, defendendo o seu equilíbrio;

Handwritten initials: "L. e." and "G." in blue ink.

- Valorizar a componente competitiva do desporto, dos seus atletas e dirigentes, potenciando os êxitos desportivos, enquanto indutores da boa prática desportiva e da divulgação do nome da cidade no âmbito nacional e internacional;

- Monitorizar a política comercial, garantindo a respetiva competitividade e aplicação a toda a oferta desportiva relacionada com as infraestruturas sob gestão da Ágora. Para isto, é necessário auscultar regularmente o mercado, com vista a potenciar soluções aptas a gerar novidade, rentabilidade e sustentabilidade dos projetos a médio e a longo prazo;

- Organizar, atualizar e disponibilizar a oferta desportiva da cidade, garantindo uma base para a análise e deteção de novas oportunidades, de modo a adequar a resposta às necessidades da sua população;

- Conscientes de que as infraestruturas desportivas ocupam um lugar de destaque ao nível do incentivo à prática de desporto, continuarão a ser dinamizados nas instalações desportivas municipais diversos programas específicos de desenvolvimento, atração e fidelização da população para a prática de determinadas modalidades, tais como natação, rugby, tiro com arco, karaté, judo, entre outras.

er
4
6



er
4.6

3.3 Entretenimento

Apesar de todas as previsões de uma retoma lenta das atividades em espaço público, a realidade veio a revelar-se bem diferente. Os números atingidos em 2022 projetaram a Ágora para realidades de 2019, superando, em muitos casos, essas marcas anteriormente verificadas.

A animação da cidade e do espaço público têm assumido um papel potenciador de sinergias entre os vários envolvidos: desde logo os munícipes, que puderam ver regressar à cidade a alegria e dinâmica de outros tempos; os comerciantes que veem os seus estabelecimentos cheios; e os turistas que encontram no Porto uma cidade “animada”, com uma agenda municipal, e de privados, que a torna apetecível. O Porto é hoje, de novo, vibrante e recuperou as suas características únicas, de atividade programada e não programada, que surpreendem todos quantos nos vistam e fruem dela.

Com esta realidade, foi necessário acelerar a estratégia de disseminação da programação pelo território, numa aposta que se tem revelado acertada, como foi o caso do São João e do programa *Vizinhanças* que percorreu todo o território. A vontade de aumentar a oferta nos grandes eventos, diminuindo a pressão sobre o espaço público, revelou-se uma decisão eficaz e reconhecida por todas as forças de segurança. Ao mesmo tempo, permitiu-se ao público um maior ecletismo e, por vezes, uma maior proximidade sobre a programação desenvolvida.

O objetivo passa por manter esta dinâmica, mas sobretudo qualificá-la e aproximá-la do público. A premissa é o desenvolvimento de projetos que envolvam a comunidade, mas sobretudo que partam dela. Mais do que desafiar, têm sido desenvolvidos projetos onde os desafios vêm de quem localmente tem conceitos válidos e que, por vezes, apenas necessitam de algum suporte para serem alavancados.

É essencial, a par da preocupação com a sustentabilidade, manter a inclusão na atividade da Ágora. A preocupação quer na montagem da atividade, quer em estruturas, quer em divulgação, quer na própria apresentação dos projetos, têm tido em consideração, de forma muito clara, a crescente importância que os mesmos têm na sociedade atual, mas sobretudo o efeito positivo que tem sobre quem dela beneficia, fazendo crescer o reconhecimento da imagem de cidade “atual”.

Objetivos gerais

- Manter uma oferta cada vez mais especial e diferenciadora, constituirá a matriz da oferta da programação ao nível do entretenimento;
- A cidade continuará a revelar-se como palco preferencial para os vários momentos programáticos;
- Continuar a estratégia de descoberta e de revelação de novos territórios, atraindo para estes espaços mais periféricos um conjunto de atividades e valências que não só potenciam a sua vivência, como também a sua desejável (re)descoberta pelo público, eliminando barreiras geográficas dentro da própria cidade, permitindo o acesso a uma programação de excelência em espaço público.

Objetivos estratégicos

- Reforçar o Porto como uma experiência única e irrepetível;
- Enaltecer a singularidade da cidade, quer pelas suas características mais empreendedoras, quer pelo seu espírito cosmopolita, atual, com uma oferta global, diversificada e qualificada, procurando satisfazer todos os públicos;
- Pretende-se igualmente desenvolver e impulsionar a intervenção pública de Arte Urbana, mostrando uma cidade que continuou e que continuará “viva”, que se revela através de uma programação plural, democrática descentralizada e de proximidade, ocupando o espaço público de forma cuidada, segura e ordenada;
- Transformar a cidade num espaço mais acessível, inclusivo e com preocupações adequadas e em linha com os desafios atuais de sustentabilidade e descarbonização, visando minimizar o impacto das alterações climáticas.

hier
G

Para o período de 2023-2027, os objetivos estratégicos são os seguintes:

- Qualificar a oferta de entretenimento que a cidade tem vindo a assumir neste novo ciclo, com base numa lógica cada vez mais seletiva, integrada, criativa, surpreendente e diversificada;
- Manter a aposta em eventos de qualidade, que funcionem como fatores de diferenciação e atração local, mas também de impacto nacional e internacional do Porto;
- Incrementar o seu papel, enquanto interlocutor natural e privilegiado junto das diversas entidades que participam na oferta da cidade, com o objetivo permanente de regulação, articulação e construção de uma oferta global e integrada, em que o todo seja efetivamente mais valioso que a mera soma da contribuição isolada de cada um;
- Agregar e promover a oferta da cidade nos seus momentos altos, valorizando o património histórico da cidade e a sua memória coletiva;
- Promover a inclusão e a acessibilidade nas suas iniciativas, bem como prezar pelas boas práticas ambientais e de sustentabilidade do município.

Matriz da oferta

Procurar-se-á manter a democratização da programação de espaço público, de forma inclusiva e acessível, com vista a manter a sua qualidade e reconhecimento dos públicos atingidos.

- A conjugação de atividades de várias dimensões, diversas e descentralizadas permitirá a concretização de uma dinâmica de cidade que seja plural. A procura de interagir com zonas mais descentralizadas da cidade permitirá uma aproximação da programação ao território, qualificando-o e reabilitando-o.
- O foco será o envolvimento de todos os agentes da cidade – munícipes, comerciantes, turistas, instituições e associações da cidade – para que a visão da mesma possa ser trabalhada com todos e para todos.

e
s
G

Plano de atividades para 2023

A notoriedade internacional que a cidade possui, fruto do seu património histórico e cultural, mas também do reconhecimento e importância das suas gentes, tradições e da capacidade de se reinventar e inovar, faz do Porto um destino apetecível.

Este desenvolvimento tem resultado numa procura de promotores privados, e das próprias Instituições e Associações da cidade, em realizar atividade que complementa a programação desenvolvida. Este fenómeno é uma das preocupações com as quais é necessário lidar, para que não seja ultrapassada a capacidade de "carga" da cidade e se alcance uma harmonia e equilíbrio salutar para todos os envolvidos.

- Tem sido desenvolvida uma programação na cidade que visa dar resposta a uma procura cada vez mais dispersa no calendário, mas que tem os seus pontos mais marcantes nas festas da cidade (junho) – São João do Porto, Verão (julho a setembro), Feira do Livro (agosto e setembro), Natal e Passagem de Ano (dezembro). Mantém-se a aposta na diferenciação das propostas e na sua transformação em atividades únicas e sobretudo experienciais, dispersas pelo território.
- Em simultâneo, manter-se-há um calendário de eventos, ao longo do ano, heterogéneo, de onde se destacam: as Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda, o Dia Nacional dos Centros Históricos, as Comemorações Oficiais do 25 de Abril, a Festa da Criança ou o Trengo – Festival de Circo do Porto.
- A música, à semelhança dos últimos anos, terá um papel fundamental na programação. O apoio a projetos como o Primavera Sound, o Festival Elétrico, o Porto Blues Fest, o Jazz ao Relento, os concertos Casa da Música no espaço público e de entrada gratuita, ou o mais recente *Porto Sounds Secret*, consolidará as propostas de programação para um público heterogéneo e interessado.

A programação destas atividades complementa a oferta da cidade e permitirá o reconhecimento e notoriedade de um destino cosmopolita e diferenciador.

- O programa de Arte Urbana veio a reforçar a relação com a comunidade. Projetos consequentes, que partam de desafios da cidade e possam ser apoiados ou abrangidos pela programação, numa lógica integradora e multidisciplinar, sempre que possível.

Ao mesmo tempo, dar voz aos artistas emergentes, em comunhão com o património artístico já desenvolvido nos últimos anos. A Ágora tomará em conta parcerias com coletivos locais, nacionais e internacionais, numa abordagem global da cidade do Porto.

3.4 Plataformas

3.4.1 Rede Municipal de Parques de Estacionamento

A Ágora está mandatada pelo Município para efetuar a gestão de três parques de estacionamento - O Parque do Silo Auto, cuja exploração foi atribuída em julho de 2014 e os parques do Palácio de Cristal e Poveiros, desde junho de 2018. Estes três parques providenciam uma oferta integrada de preços e produtos, possuindo diferentes características relacionadas com a sua localização, especificidade da procura e dimensão.

A Câmara Municipal do Porto estabeleceu os preços para o Parque do Silo Auto, que passou por uma considerável redução no tarifário de rotação, e também fez alargar os contratos de avença a residentes e comerciantes nos parques dos Poveiros e do Palácio de Cristal, dotando-os de soluções de estacionamento com valores mais acessíveis, com o intuito de estabelecer uma política comum de mobilidade no que respeita ao estacionamento municipal.

O fim das medidas restritivas relacionadas com a pandemia potenciou a retoma do turismo e da dinâmica da cidade, originando um aumento considerável da procura, na medida em que, desde o início de 2022 e até agosto, já permitiu superar os valores obtidos em período homólogo de 2019 (ano anterior à pandemia). Tal permite concluir que se retomaram as condições normais da atividade, sendo que o Parque do Palácio de Cristal tem sido responsável pela consolidação da evolução positiva das receitas.

Parque do Silo Auto

Na zona da baixa da cidade do Porto, e, particularmente na envolvente geográfica deste parque, verifica-se a fixação de um novo tecido empresarial fruto de investimentos públicos e privados, que se têm vindo a expandir nos últimos tempos.

Assim, a procura deste parque, muito dependente das atividades de comércio, serviços e turismo, tem vindo a resultar numa tendência crescente da faturação, que se espera manter ao longo dos próximos anos.

Tratando-se de um parque com grande procura de regimes de estacionamento por avença, a sua lotação requer sempre monitorização de forma a gerir e garantir a oferta dos diversos produtos de estacionamento.

- Em conformidade com as indicações da Câmara Municipal do Porto, que decidiu não renovar a licença de exploração do posto de abastecimento de combustíveis existente neste parque, a Ágora procedeu à rescisão do contrato de concessão em junho de 2022. Terminada a exploração comercial do posto de abastecimento e uma vez finalizada a obra de remoção dos equipamentos, está prevista a requalificação da zona envolvente.

Parque do Palácio de Cristal

Desde que a Superbock Arena – Pavilhão Rosa Mota iniciou a sua atividade, verificou-se um forte aumento da procura por estacionamento em regime de rotação nos dias de espetáculo, particularmente em horários noturnos e ao fim de semana, permitindo desta forma obter uma maior rentabilização em dias e horários de menor procura.

Outro fator potenciador do aumento da procura resulta também dos participantes nos eventos promovidos e apoiados pela Ágora, que têm vindo a ser realizados nos Jardins do Palácio de Cristal.

A sua localização, próxima de duas unidades hospitalares e de um dos principais polos da Universidade do Porto, resulta numa ocupação maioritariamente constituída por contratos de avença.

Por esse motivo, uma vez retomada sem restrições a normal realização de eventos no Superbock Arena – Pavilhão Rosa Mota e nos Jardins do Palácio de Cristal, tem-se vindo a verificar um crescente aumento da ocupação do parque, ultrapassando largamente os valores de faturação verificados antes da pandemia, situação essa que se prevê manter nos próximos anos.

er
L
G

5.4.1 Rendimentos

O valor global de rendimentos orçamentado para 2023 ascende a 26.184.570 euros, repartido pelas áreas de Gestão de Infraestruturas Desportivas, Gestão de Infraestruturas Culturais, Incentivos Culturais, Desportivos e de Entretenimento, Plataformas, Projetos Culturais e de Entretenimento.

	Valores em euros
Rendimentos totais	2023
Rendimentos totais	26 184 570
Prestação de Serviços na área de gestão de Infraestruturas desportivas e culturais e Plataformas	2 718 373
Inscrições / Anuidades	164 000
Aulas diversas modalidades	207 000
Utilização REMUPI	101 000
Utilização de espaços (líquido de descontos e abatimentos)	1 984 972
Renda concessão PRM/PC	261 401
Prestação de Serviços na área de Projetos Culturais e de Entretenimento	1 256 520
Patrocínios	985 000
Organização de Eventos	60 976
Concessão de espaços	62 950
Bilhética	147 594
Prestação de Serviços ao Município do Porto	5 033 848
Projetos Recreativos, culturais e desportivos	4 825 737
Serviços de estacionamento	149 909
Atividades de enriquecimento curricular (AEC)	58 202
Transferências e subsídios correntes obtidos	17 036 686
Município do Porto	16 399 186
Outras Entidades	637 500
Reversões	63 849
Reversões	63 849
Outros Rendimentos	75 294
Cedência de espaço	20 104
Rendas	5 704
Almoços Campos de Férias Missão Férias@Porto - Verão	45 000
Outros	4 486

De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais rendimentos auferidos pela Ágora:

Prestação de Serviços na Área de Gestão de Infraestruturas Desportivas e Culturais e Plataformas

Os rendimentos auferidos que resultam da frequência dos utentes das diversas modalidades disponíveis nas infraestruturas desportivas sob a gestão da Ágora, bem como da utilização livre das referidas infraestruturas desportivas e culturais, do Queimódromo e do Silo Auto, representam cerca de 10% dos rendimentos totais da Ágora estimados para o exercício de 2023.

Prestação de Serviços na Área de Projetos Culturais e de Entretenimento

Os rendimentos que decorrem da captação de patrocínios conexos com os diversos eventos e iniciativas culturais e de entretenimento organizados pela Ágora, da concessão de espaços e das inscrições nos programas disponibilizados aos cidadãos representam, no seu conjunto, 5% do total de rendimentos estimados para o exercício de 2023.

Prestação de Serviços ao Município do Porto

Os rendimentos que decorrem de espetáculos, iniciativas de entretenimento e outros divertimentos públicos constantes do contrato anual celebrado com o Município do Porto, das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) na área do desporto prestadas nas diversas escolas EB1 da cidade do Porto e da prestação de serviços de estacionamento, representarão cerca de 19% dos rendimentos totais da Ágora.

Subsídios à Exploração

Nos subsídios à exploração considerados para 2023, que se prevêem ascender a 17.036.686 euros, está incluída a verba no valor de 16.399.186 euros atribuída pelo Município, que não a título de prestação de serviços, destinadas a cobrir o défice de exploração previsto com as infraestruturas desportivas, os encargos com a gestão das infraestruturas culturais e serviços transversais e de suporte. O referido subsídio também tem por finalidade suportar os incentivos culturais, desportivos e de entretenimento.

Adicionalmente, cumpre relevar a comparticipação financeira comunitária prevista, num montante estimado de 637.500 euros, destinada a projetos de natureza cultural/patrimonial, cuja candidatura se estima apresentar ao abrigo de um projeto europeu ao longo de 2023.

Outros Rendimentos

Dizem respeito aos rendimentos obtidos com a cedência de espaços e apoio logístico inerentes à utilização das instalações geridas pela Ágora por entidades terceiras, que se prevêem ascender a 75.294 euros.

O enquadramento em sede de IVA dos rendimentos anteriormente descritos observa o disposto no Código do IVA, estando sujeitos a IVA na sua maioria. Os subsídios à exploração são considerados como não sujeitos a IVA (operação fora de campo).

el
L
G

5.4.2 Gastos

Esta rubrica reflete o gasto com a aquisição de bens e serviços a terceiros, necessários ao normal funcionamento da Ágora.

	Valores em euros
Fornecimento e Serviços Externos	2023
Trabalhos especializados	6 577 140
Publicidade, comunicação e imagem	675 130
Vigilância e segurança	1 326 658
Honorários	221 732
Conservação e reparação	899 025
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	185 881
Material de escritório	63 238
Eletricidade	649 041
Combustíveis e lubrificantes	34 545
Água	145 133
Gás	186 131
Deslocações e estadas	274 872
Rendas e alugueres	971 349
Publicidade, comunicação e imagem	50 405
Seguros	54 850
Limpeza, higiene e conforto	747 649
Outros serviços	953 339
Total	14 016 118

De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais encargos suportados pela Ágora em matéria de FSE:

Trabalhos especializados, vigilância e segurança e rendas e alugueres

Os trabalhos especializados, vigilância e segurança e as rendas e alugueres representam globalmente os gastos mais significativos dos FSE (cerca de 63% do total em 2023). Os trabalhos especializados registam essencialmente os gastos suportados com a aquisição de serviços de assessoria técnica, conceção e coproduções de iniciativas culturais, consultoria e prestação de serviços. A rubrica rendas e alugueres refere-se ao aluguer de bens essenciais ao desenvolvimento das atividades relacionadas com projetos. A rubrica de vigilância e segurança respeita essencialmente aos encargos associados à contratação da entidade externa que irá assegurar a vigilância nos eventos de maior dimensão, nas plataformas, nas infraestruturas culturais e na sede, ascendendo a 1.326.658 euros em 2023.

Conservação e reparação

A este respeito, cumpre destacar a aposta da Ágora em intervir nas infraestruturas desportivas, culturais e plataformas sob gestão ao nível da conservação e reparação das mesmas, com o intuito de qualificar os serviços disponibilizados aos utentes e utilizadores das mesmas, bem como, melhorar os níveis de controlo sobre estas.

As verbas consideradas para manutenção das instalações/equipamentos municipais geridos e/ou explorados pela Ágora, as quais ascendem a 899.025 euros em 2023, respeitam apenas a manutenções de carácter recorrente, as quais visam assegurar o seu correto funcionamento.

el
h
g

Água, eletricidade e gás

Estes gastos respeitam essencialmente à exploração das diversas instalações que se prevê que em 2023 representem cerca de 7%, respetivamente, do total dos gastos com FSE da Ágora.

Publicidade, comunicação e imagem

Os gastos com a rubrica de publicidade, comunicação e imagem visam assegurar a comunicação das atividades a realizar, produção de materiais e divulgação nos diversos canais das iniciativas da Ágora. Estima-se que em 2023 os gastos com publicidade e propaganda representem cerca de 5% do total dos FSE.

Limpeza, higiene e conforto

Os gastos com limpeza, higiene e conforto respeitam essencialmente aos encargos à contratação de uma entidade externa que irá assegurar a limpeza nos eventos de maior dimensão, nas plataformas, nas infraestruturas culturais e na sede.

Outros serviços

Por último, salientam-se os gastos estimados para outros serviços, que respeitam a encargos suportados no âmbito da prestação de serviços na área de projetos, especificamente de índole cultural, saneamento e resíduos, gastos com comissões, livros e documentação técnica, despesas de representação, despesas bancárias e pequenas despesas não denominadas.

Gastos com pessoal

Descrição	Valores em euros
	2023
Remunerações dos órgãos sociais	94 916
Remunerações do pessoal	7 129 158
Encargos sobre remunerações	1 666 288
Seguros de acidentes no trabalho	106 530
Outros encargos sociais	256 702
Total	9 253 593

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média nominal de progressão salarial de 2% em 2023;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- Valor anual para formação: 59.370 euros; e,
- Taxa anual para gastos de ação social com base no histórico.

O cálculo dos gastos com pessoal tem em conta os vencimentos projetados para o ano em análise na base de 14 meses, respetivos encargos legais e contributivos, despesas com formação, seguro de saúde e medicina no trabalho.

No cálculo dos salários foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de 2023 prevendo-se um gasto total com o pessoal de 9.253.593 euros.

Os gastos com pessoal representam cerca de 36% do total de custos orçamentados de 2023.

g
h
e

Depreciações

Valores em euros

Taxas de Depreciação	2023
Ativos intangíveis	33,33%
Ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	1% - 10%
Equipamento básico	6,66% - 12,5%
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	12,5% - 25%

A estimativa para os gastos com depreciações, em 2023, ascende a 538.455 euros.

Imposto sobre o rendimento e imposto sobre o valor acrescentado

A Ágora está sujeita a Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21,0% para o ano de 2023, e derrama municipal resultante da aplicação das taxas previstas na Lei das Finanças Locais, a qual poderá ascender no máximo a 1,5% do lucro tributável sujeito a imposto.

Para 2023, estimou-se o IRC acrescido de derrama e tributações autónomas, mediante aplicação do disposto no artigo 88.º do Código do IRC, o qual se estimou ascender a 134.082 euros.

Fruto das inspeções tributárias em sede de IVA ocorridas na esfera da Ágora com referência aos períodos de tributação de 2010 e 2011, e em face da interpretação da Autoridade Tributária do enquadramento a dar às diversas operações da empresa, foi apresentado um pedido de informação vinculativa a esta entidade no sentido de clarificar o referido enquadramento.

De notar que a resposta obtida junto da Autoridade Tributária confirmou o enquadramento fiscal adotado pela Ágora a este respeito.

De notar que, no que respeita à elaboração do presente orçamento considera-se que:

- O subsídio à exploração recebido do Município é um rendimento não sujeito a IVA (operação fora de campo);
- As prestações de serviços na área dos projetos culturais e de entretenimento, das atividades de enriquecimento curricular, e dos serviços de estacionamento são considerados rendimentos sujeitos a IVA;
- O critério de dedução de IVA associado às despesas inerentes ao funcionamento dos serviços transversais e de suporte da Ágora é o ProRata.

5.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional para o ano de 2023

Valores em euros	
Demonstração de fluxos de caixa previsional	2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
Recebimentos de clientes	11 153 032
Pagamentos a fornecedores	-18 796 573
Pagamentos ao pessoal (1)	-9 048 412
Caixa gerada pelas operações	-16 691 953
Outros recebimentos/pagamentos (2)	17 500 284
Fluxos de caixa das atividades operacionais [a]	808 331
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-937 580
Ativos intangíveis	-137 266
Investimentos financeiros	-35 473
Fluxos de caixa das atividades de investimento [b]	-1 110 319
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [c]	0
Variação de caixa e seus equivalentes [a] + [b] + [c]	-301 987
Efeito das diferenças de câmbio	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 488 620
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 186 633

Notas:

- (1) Este valor inclui os impostos inerentes ao gasto com a rubrica de Pessoal.
 (2) Este valor inclui os subsídios à exploração cujo recebimento está previsto no período.

Para a atividade projetada para o ano de 2023, não se encontram considerados quaisquer movimentos de tesouraria para atividades de financiamento, recorrendo-se unicamente à utilização de fundos próprios.

As atividades operacionais irão gerar uma variação positiva de 808.331 euros em 2023 nos fluxos de caixa, resultante do prazo médio de recebimento de clientes de 10 dias, bem como do pagamento a fornecedores a 10 dias.

Perspetiva-se o recebimento em 2023 de subsídios à exploração no montante de 17.036.686 euros e de clientes de 11.153.032 euros, respetivamente. Por sua vez, os pagamentos a fornecedores ascenderão a 18.796.573 euros em 2023.

Os fluxos das atividades de investimento gerarão uma variação negativa de 1.110.319 euros, os quais serão cobertos por fundos próprios.

5.6 Balanço previsional para o ano de 2023

Valores em euros

Rubricas	2023
ATIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	2 193 793
Ativos intangíveis	107 138
Outros ativos financeiros	123 336
Ativos por impostos diferidos	114 784
	2 539 051
Ativo corrente	
Inventários	53 793
Clientes, contribuintes e utentes	305 332
Estado e outros entes públicos	1 181 416
Outras contas a receber	16 447
Caixa e depósitos	4 186 633
	5 743 621
Total do Ativo	8 282 672
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	
Património / Capital	2 200 000
Reservas	55 553
Resultados transitados	563 645
Outras variações no património líquido	218 000
	3 037 198
Resultado líquido do período	31 228
Total do Património Líquido	3 068 426
PASSIVO	
Passivo não corrente	
Provisões	1 265 451
Outras contas a pagar	112 208
	1 377 659
Passivo corrente	
Fornecedores	518 002
Estado e outros entes públicos	380 991
Fornecedores de investimentos	30 019
Outras contas a pagar	2 885 903
Diferimentos	21 672
	3 836 587
Total do Passivo	5 214 246
Total do Património Líquido e do Passivo	8 282 672

en
L
G

Resultante do exercício de orçamentação para o período de 2023, o balanço previsional da Ágora em 31 de dezembro totaliza 8.282.672 euros, sendo que cerca de 37% respeita a Património Líquido.

Das rubricas do Balanço, tecemos algumas considerações sobre as que apresentam maior relevância:

Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Esta rubrica inclui os investimentos efetuados em anos anteriores, bem como aqueles que se perspetivam realizar em 2023, no montante de 909.315 euros, deduzidos das amortizações no montante de 538.455 euros.

Ativos por impostos diferidos

Esta rubrica apresenta o montante de 114.784 euros, referente ao imposto diferido respeitante aos ajustamentos de dívidas a receber não aceites fiscalmente.

Património líquido

O património líquido previsto para 31.12.2023, no montante de 3.068.426 euros, o qual inclui o resultado líquido estimado para o exercício de 2023, no montante de 31.228 euros, os resultados transitados e respetivas reservas constituídas, no montante de 619.198 euros.

Provisões

Esta rubrica apresenta o montante acumulado de 1.265.451 euros em 2023, para fazer face a possíveis decisões desfavoráveis à empresa conforme descrito no ponto 2.4, embora o conselho de administração esteja convicto de uma decisão favorável à empresa.

Outras contas a pagar

Nesta rubrica estão incluídos gastos com remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias a pagar em 2024 e respetivos encargos e outros gastos com projetos, no montante de 2.885.903 euros* em 2023.

* De notar que o valor apresentado inclui o montante de 1.156.186 euros de dívida ao Município relativo ao processo de IVA referente ao período de tributação de 2010 (meses de novembro e dezembro), 2011 e 2012, descrito anteriormente.

EL
5
6

5.7 Planos económico-financeiros para o período de 2023-2027

Valores em euros

Ativos Fixos Tangíveis	2023	2024	2025	2026	2027
Serviços Transversais e de Suporte	137 516	34 379	34 379	34 379	34 379
Infraestruturas Desportivas	396 500	99 125	99 125	99 125	99 125
Infraestruturas Culturais	120 261	30 065	30 065	30 065	30 065
Plataformas	135 450	33 863	33 863	33 863	33 863
Total	789 727	197 432	197 432	197 432	197 432

Valores em euros

Ativos Intangíveis	2023	2024	2025	2026	2027
Serviços Transversais e de Suporte	104 490	26 123	26 123	26 123	26 123
Infraestruturas Desportivas	-	-	-	-	-
Infraestruturas Culturais	5 098	1 275	1 275	1 275	1 275
Plataformas	10 000	2 500	2 500	2 500	2 500
Total	119 588	29 897	29 897	29 897	29 897

Preveremos que o financiamento do plano de investimento do período de 2023 a 2027 seja assegurado integralmente por autofinanciamento.

O investimento a realizar totaliza 227.329 euros em cada um dos anos de 2024 a 2027, financiado por fundos próprios.

Com a atividade projetada para o período de 2023 a 2027, espera-se obter os agregados económicos e financeiros apresentados no quadro seguinte.

Agregados Económico-financeiros	2023	2024	2025	2026	2027
RESULTADOS					
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	703 765	705 828	715 937	625 673	639 518
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	165 310	155 004	188 435	190 513	191 353
Resultado líquido do período	31 228	21 667	45 971	45 944	44 925
RENDIMENTOS					
Prestação de Serviços	9 008 741	9 188 916	9 372 694	9 560 148	9 751 351
Transferências correntes e subsídios à exploração	17 036 686	17 377 420	17 724 969	18 079 468	18 441 057
Reversões	63 849	54 176	52 313	49 837	48 226
Outros rendimentos e ganhos	75 294	75 383	75 475	75 568	75 664
GASTOS					
Gastos com pessoal	9 253 593	9 438 665	9 627 439	9 819 987	10 016 387
Fornecimentos e serviços externos	14 016 118	14 296 441	14 582 369	14 874 017	15 171 497
Transferências e subsídios concedidos	2 179 636	2 223 229	2 267 694	2 313 047	2 359 308
Provisões	17 758	17 758	17 758	17 758	17 758
Outros gastos e perdas	13 700	13 974	14 253	14 539	14 829
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	538 455	550 824	527 502	435 160	448 165
BALANÇO					
Total do ativo	8 282 672	8 354 949	8 469 767	8 578 376	8 686 576
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	2 300 932	1 977 436	1 677 263	1 469 431	1 248 595
Total do passivo	5 214 246	5 264 856	5 333 704	5 396 368	5 459 643
Total do património líquido	3 068 426	3 090 092	3 136 063	3 182 008	3 226 933
FLUXOS DE TESOURARIA					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	808 331	768 354	739 260	617 949	607 523
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-1 110 319	-332 197	-309 691	-309 691	-309 691
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	-	-	-
INDICADORES					
Líquidez geral (não considerando a rubrica de Diferimentos) (Ativo corrente/Passivo corrente)	150%	158%	165%	171%	176%
Autonomia financeira (Total do capital próprio/Total do ativo)	37%	37%	37%	37%	37%
Cobertura do ativo não corrente (não considerando impostos diferidos) ((Total do capital próprio + Provisões)/Ativo não corrente)	179%	205%	237%	265%	301%

er
h
ia

Para o período em análise, perspetiva-se a obtenção de resultados líquidos positivos.

Os indicadores apresentados confirmam a existência de condições que permitem aferir a continuidade da Ágora no período.

No que respeita aos indicadores previstos no artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto (com as modificações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2019) e o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo por base os exercícios de orçamentação para os períodos de 2023 a 2027, apresentamos de seguida os valores que se estimam para o referido período:

De notar ainda que nos termos do n.º 15 do artigo da referida lei, os referidos critérios não se aplicam a empresas que desenvolvam a sua atividade no âmbito da prestação de serviços nas áreas da cultura e do desporto, como é o caso da Ágora.

Descrição	2023	2024	2025	2026	2027
ART. 35.º do CSC (Património Líquido < 50% Capital Social)	139%	140%	143%	145%	147%
EDITDA < 0	703 764	705 828	715 937	625 673	639 518
RESULTADO LÍQUIDO < 0	31 228	21 667	45 971	45 944	44 925

Da análise dos dados apresentados é possível concluir que a Ágora, atendendo ao exercício orçamental realizado, não se encontrará em nenhuma das situações previstas no referido artigo para os anos de 2023 a 2027.

5.8 Fundamentação das verbas inscritas no contrato programa para o ano de 2023

No âmbito das competências atribuídas pelo Município do Porto à Ágora, anualmente é celebrado um contrato programa onde são definidos os montantes necessários ao funcionamento aos Serviços Transversais de Suporte à Gestão e das Infraestruturas Desportivas, bem como, são definidos os indicadores de eficiência e eficácia para avaliação da execução dos objetivos propostos para o ano.

Para 2023, a Ágora pretende contratualizar com o Município as seguintes componentes financeiras:

	Valores em euros
Contrato Programa (Subsídio à Exploração)	2023
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte (1)	3 626 247
Subsídio à exploração – Infraestruturas desportivas (1)	2 958 917
Subsídio à exploração – Infraestruturas culturais (1)	6 960 986
Subsídio à exploração – Incentivos culturais, desportivos e de entretenimento (1)	2 853 036
Total	16 399 186

Nota: (1) Rendimento não sujeito a IVA

Na relação com o Município do Porto, não está previsto o pagamento de qualquer montante destinado a investimento.

Li
GN
G

5.9 Prestação de serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento para o ano de 2023

No ano de 2023, a Ágora irá prestar serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento, no montante de 4.825.737 euros.

No âmbito das competências atribuídas pelo Município do Porto à Ágora, anualmente é celebrado um contrato programa onde são definidos os montantes necessários ao funcionamento aos Serviços Transversais de Suporte à Gestão e das Infraestruturas Desportivas, bem como, são definidos os indicadores de eficiência e eficácia para avaliação da execução dos objetivos propostos para o ano.

Para 2023, a Ágora pretende contratualizar com o Município as seguintes componentes financeiras:

Contrato de Prestação de Serviços 2023	Valores em euros	
	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Prestação de serviços - Projetos culturais, desportivos e de entretenimento (1)	4 825 737	5 935 657
Total	4 825 737	5 935 657

Nota: (1) Rendimento sujeito a IVA

5.10 Prestação de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano de 2023

Esta verba respeita aos serviços para apoio na coordenação e acompanhamento da implementação das AEC disponibilizados pela Ágora.

Contrato de Prestação de Serviços AEC 2023	Valores em euros	
	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Coordenação (1)	9 057	11 140
Técnicos de acompanhamento (1)	24 995	30 744
Utilização de equipamentos desportivos (1)	24 150	29 705
Total	58 202	71 589

Nota: (1) Rendimento sujeito a IVA

ON
5
6

5.11 Prestação de serviços de estacionamento para o ano de 2023

Valores em euros		
Contrato de Prestação de Serviços Estacionamento 2023	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Prestação de Serviços Estacionamento (1)	149 909	184 389
Total	149 909	184 389

Nota: (1) Rendimento sujeito a IVA

5.12 Transferências financeiras 2022 vs. 2023 do Município do Porto

Valores em euros				
Descrição	Orçamento 2022		Orçamento 2023	
	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Contrato de prestação de serviços				
Prestação de serviços projetos culturais, desportivos e de entretenimento (1)	6 104 423	7 508 440	4 825 737	5 935 657
Subtotal	6 104 423	7 508 440	4 825 737	5 935 657
Contrato programa (subsídio à exploração)				
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte (2)	3 609 772	3 609 772	3 626 247	3 626 247
Subsídio à exploração – Infraestruturas desportivas (2)	3 127 423	3 127 423	2 958 917	2 958 917
Subsídio à exploração – Infraestruturas culturais (2)	6 838 435	6 838 435	6 960 986	6 960 986
Subsídio à exploração – Incentivos culturais, desportivos e de entretenimento (2)	2 725 045	2 725 045	2 853 036	2 853 036
Subtotal	16 300 675	16 300 675	16 399 186	16 399 186
Contrato de prestação de serviços das AEC				
Prestação de serviços das AEC (1)	69 500	85 485	58 202	71 589
Subtotal	69 500	85 485	58 202	71 589
Contrato de prestação de serviços de estacionamento				
Prestação de serviços de estacionamento (1)	149 909	184 388	149 909	184 389
Subtotal	149 909	184 388	149 909	184 389
Total	22 624 507	24 078 988	21 433 034	22 590 821

Nota:

(1) Valores sujeitos a IVA;

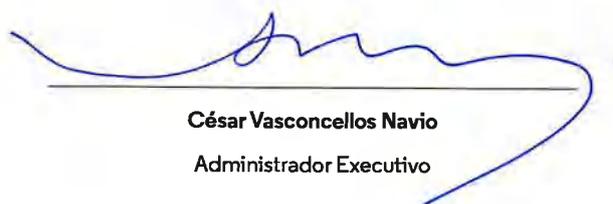
(2) Valores não sujeitos a IVA.

Porto, 2 de novembro de 2022

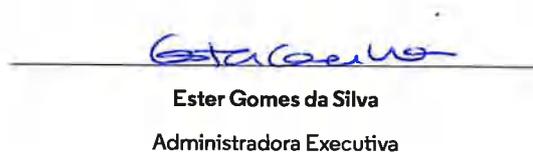
O Conselho de Administração



Catarina Araújo
Presidente



César Vasconcellos Navio
Administrador Executivo



Ester Gomes da Silva
Administradora Executiva

er
G.
G.

6. Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional

er
S
G

Parque dos Poveiros

Situado numa zona da cidade em que predominam as atividades de comércio, restauração, hotelaria e movida, a procura deste parque também é fortemente afetada pelos eventos desenvolvidos pelo Coliseu do Porto. A faturação deste parque é alicerçada no estacionamento em regime de rotatividade, atingindo com frequência o limite da sua lotação.

As características do tecido económico na área envolvente, resultante de pequenos negócios com investimentos recentes e pouco alicerçados, têm resultado numa retoma mais lenta.

Apesar da faturação do parque ter vindo a demonstrar uma evolução positiva ao longo de 2022, encontra-se atualmente em níveis muito próximos de 2019, prevendo-se que em 2023 seja atingido o limite da sua ocupação.

3.4.2 Queimódromo

O Queimódromo tendo vindo a ser o local escolhido para o acolhimento para grandes eventos da cidade, tais como a Queima das Fitas, o Primavera Sound, a Festa da Comida - Continente, Maratona do Porto, entre outros.

Com as obras de requalificação da zona poente do Parque da Cidade e a sua respetiva ampliação, esta plataforma foi alvo de uma redução da área disponível, uma vez que esse projeto englobou a anexação de uma parcela do Queimódromo ao parque, bem como a remoção do piso asfáltico da faixa de terreno mais a oeste.

Esta requalificação permitiu a realização de todos os eventos agendados, e continuará a oferecer condições de ordem técnica, logística aliados à boa acessibilidade que o tornam uma infraestrutura apta para receber os mais diversos eventos.

ej
h
6

4. Demonstrações orçamentais previsionais

Dando cumprimento ao expresso na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) são apresentadas as seguintes demonstrações previsionais:

- Orçamento enquadrado num plano orçamental plurianual;
- Plano Plurianual de Investimentos.

As previsões das receitas e despesas apresentadas nas seguintes demonstrações têm por base todos os pressupostos enunciados nos pontos anteriores.

4.1 Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Rubrica	Recebimentos	Orçamento 2023			Plano Orçamental Plurianual			
		2022	2023	Total	2024	2025	2026	2027
	Receita corrente	313 763	28 718 384	29 032 147	29 569 544	30 141 033	30 623 612	31 205 709
R5.2	Subsídios correntes	-	17 036 687	17 036 687	17 377 420	17 724 969	17 979 468	18 344 057
R6	Venda de bens e serviços	313 763	10 876 347	11 190 110	11 386 774	11 610 715	11 838 793	12 056 302
R7	Outras receitas correntes	-	805 350	805 350	805 350	805 350	805 350	805 350
	Receita de capital	-	-	-	-	-	-	-
	Receita efetiva (1)	313 763	28 718 384	29 032 147	29 569 544	30 141 033	30 623 612	31 205 709
	Receita não efetiva (2)		-	-	-	-	-	-
R12	Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
R13	Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Receita Total (3) = (1) + (2)	313 763	28 718 384	29 032 147	29 569 544	30 141 033	30 623 612	31 205 709
	Despesa corrente	948 245	27 275 571	28 223 816	28 801 191	29 401 774	30 005 662	30 598 186
D1	Despesa com o pessoal	231 037	8 817 375	9 048 412	9 392 921	9 596 043	9 787 964	9 983 723
D11	Remunerações certas e permanentes	107 428	6 835 284	6 942 712	7 281 066	7 426 687	7 575 221	7 726 725
D12	Abonos variáveis ou eventuais	15 448	60 732	76 180	61 947	63 186	64 449	65 738
D13	Segurança social	108 161	1 921 359	2 029 520	2 049 909	2 106 171	2 148 294	2 191 260
D2	Aquisição de bens e serviços	717 208	16 186 643	16 903 850	16 971 836	17 311 272	17 657 498	18 010 648
D3	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-
D4	Transferências Correntes	-	2 179 636	2 179 636	2 223 229	2 267 694	2 313 047	2 359 308
D44	Outras	-	2 179 636	2 179 636	2 223 229	2 267 694	2 313 047	2 359 308
D5	Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
D6	Outras Despesas correntes	-	91 917	91 917	213 205	226 764	247 153	244 507
	Despesa de capital	9 169	1 101 149	1 110 319	332 197	309 691	309 691	309 691
D7	Investimento	9 169	1 101 149	1 110 319	332 197	309 691	309 691	309 691
	Despesa efetiva (4)	957 414	28 376 720	29 334 134	29 133 388	29 711 464	30 315 353	30 907 877
	Despesa não efetiva (5)		-	-	-	-	-	-
D10	Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
D11	Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Despesa Total (6) = (4) + (5)	957 414	28 376 720	29 334 134	29 133 388	29 711 464	30 315 353	30 907 877
	Saldo Total (3) - (6)	-643 652	341 664	-301 987	436 157	429 569	308 258	297 832
	Saldo Global (1) - (4)	-643 652	341 664	-301 987	436 157	429 569	308 258	297 832
	Despesa primária	957 414	28 376 720	29 334 134	29 133 388	29 711 464	30 315 353	30 907 877
	Saldo corrente	-634 482	1 442 813	808 331	768 354	739 260	617 949	607 523
	Saldo de capital	-9 169	-1 101 149	-1 110 319	-332 197	-309 691	-309 691	-309 691
	Saldo primário	-643 652	341 664	-301 987	436 157	429 569	308 258	297 832

4.2 Receita

A receita previsional de 2023 ascende a 29.032.147 euros e tem por base as diversas fontes de financiamento da atividade.

4.3 Despesa

Estão enquadradas as verbas previstas pelas respetivas fontes de financiamento, sendo as mesmas alocadas à execução dos respetivos contratos, bem como o valor de 637.500 euros para a execução de uma candidatura a projeto europeu.

A despesa previsional para 2023 ascende a 29.334.134 euros.

O saldo global negativo, no valor de 301.987 euros, será coberto com o saldo de gerência de operações orçamentais.

4.4 Plano Plurianual de Investimentos

No plano plurianual de investimentos estão refletidas as principais aquisições previstas para o ano de 2023, conforme o descrito no ponto 5.1 Plano de investimento e financiamento. O investimento é suportado na sua totalidade por receitas próprias.

Do plano de investimento previsto para 2023, destacam-se os seguintes projetos:

- Aquisição de material informático, servidores, redes e *software* permitindo a infraestruturização de novos equipamentos, bem como dar continuidade à modernização administrativa e técnica dos sistemas de informação atualmente em utilização. Estes projetos, no seu conjunto, refletem aproximadamente 16% do investimento previsto;
- O investimento em infraestruturas existentes, designadamente a Rede Municipal de Piscinas traduz uma importância significativa no melhoramento das condições das mesmas, incluindo os sistemas de segurança e equipamentos de proteção, conservação das infraestruturas e aquisição de equipamento desportivo e técnico.
A totalidade do investimento nestes projetos ascende a 487 695 euros. Este investimento visa modernizar a Rede Municipal de Piscinas, obtendo retornos, nomeadamente financeiros, técnicos, de saúde e bem-estar e ambientais;
- Aquisição de equipamentos destinados aos equipamentos culturais, visando a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados nos mesmos, bem como a aquisição de equipamento para a produção de eventos dotando a respetiva área de meios próprios e diminuindo a necessidade de aluguer de material.

CA
6



es
5
6

5. Planos económico-financeiros e instrumentos de gestão previsional

5.1 Plano de investimento e financiamento para o ano de 2023

Nos pressupostos assumidos para a elaboração do presente orçamento, o investimento previsto para o ano de 2023 considera as necessidades de aquisição de novos equipamentos destinados às infraestruturas sob gestão da Ágora (repartindo o foco entre as infraestruturas desportivas, culturais e as plataformas), visando um melhor funcionamento e um maior nível de controlo e qualidade do serviço prestado aos utentes/utilizadores das mesmas. Adicionalmente, também se encontra previsto o reforço dos meios afetos aos serviços transversais e de suporte da Ágora.

Do plano de investimento previsto para 2023, cumpre destacar o seguinte:

- Aquisição de equipamentos destinados às instalações desportivas e requalificação dos espaços, tornando a oferta mais atrativa para os atuais utentes, potenciando igualmente a captação de novos utilizadores;
- Aquisição de equipamentos destinados aos equipamentos culturais, visando a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados;
- Aquisição de equipamentos e pequenas requalificações nas plataformas;
- Aquisição de equipamento para a produção de eventos;
- Aquisição de *hardware* e *software* de forma a dar continuidade à implementação de melhorias nos procedimentos de trabalho.

Apresenta-se de seguida o mapa resumo do investimento orçado para o ano de 2023:

					Valores em euros
Investimento 2023	Serviços transversais e de suporte	Infraestruturas Desportivas	Infraestruturas Culturais	Plataformas	Total
Ativos Fixos Tangíveis	137 516	396 500	120 261	135 450	789 727
Ativos Intangíveis	104 490	0	5 098	10 000	119 588
Total	242 006	396 500	125 359	145 450	909 315

Para a realização do investimento proposto, pretende-se utilizar a seguinte fonte de financiamento:

		Valores em euros
Financiamento do Investimento 2023	Total	
Autofinanciamento 2023	909 315	

el
li
G

5.2 Plano de Capital Humano para o ano de 2023

A estrutura previsional de capital humano para o período de 2023-2027 é a seguinte:

Estrutura Previsional de Capital Humano	2023	2024	2025	2026	2027
Administração	3	3	3	3	3
Secretariado	1	1	1	1	1
Artes Performativas	75	75	75	75	75
Arte Contemporânea	27	27	27	27	27
Museu da Cidade	11	11	11	11	11
Direção de Novos Projetos	2	2	2	2	2
Cinema e Imagem em Movimento	30	30	30	30	30
Desporto	90	90	90	90	90
Entretenimento	26	26	26	26	26
Financeiro	13	13	13	13	13
Serviços Jurídicos e Contratação	15	15	15	15	15
Comunicação e Imagem	9	9	9	9	9
Gestão de Pessoas, Organização e Sistemas de Informação	18	18	18	18	18
Movida	2	2	2	2	2
Ativação da Marca	1	1	1	1	1
Parques de Estacionamento	6	6	6	6	6
Total	329	329	329	329	329

Do número acima indicado, estão considerados os três membros do Conselho de Administração, sendo o mesmo composto pela Presidente e dois administradores executivos.

Assim, para o ano de 2023, estão consideradas admissões relacionadas com a transferência da gestão de oito pavilhões escolares para a Ágora a 1 de janeiro de 2023.

Os restantes pilares de desenvolvimento do capital humano manter-se-ão segundo a estratégia já descrita e definida relativa ao desenvolvimento pessoal dos colaboradores, em conformidade com as políticas internas estabelecidas e prioridades estabelecidas para cada um dos anos.

4. e
6

5.3 Plano financeiro para o ano de 2023

Valores em euros

Agregados Económico-financeiros	2023
Resultados	
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	703 765
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	165 310
Resultado líquido do período	31 228
Rendimentos	
Prestação de Serviços	9 008 741
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	17 036 686
Reversões	63 849
Outros rendimentos e ganhos	75 294
Gastos	
Gastos com pessoal	9 253 593
Fornecimentos e serviços externos	14 016 118
Transferências e subsídios concedidos	2 179 636
Provisões	17 758
Outros gastos e perdas	13 700
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	538 455
Balanço	
Total do ativo	8 282 672
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	2 300 932
Total do passivo	5 214 246
Total do património líquido	3 068 426
Fluxos de tesouraria	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	808 331
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-1 110 319
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-
Indicadores	
Liquidez geral (não considerando a rubrica de Diferimentos) (Ativo corrente/Passivo corrente)	150%
Autonomia financeira (Total do capital próprio/Total do ativo)	37%
Cobertura do ativo não corrente (não considerando impostos diferidos) ((Total do capital próprio + Provisões)/Ativo não corrente)	179%

O Resultado operacional antes de depreciações e gastos de financiamento estimado para 2023 ascende a 703.765 euros.

Decorrente do efeito dos gastos/reversões de depreciação e amortização no valor de 538.455 euros e da estimativa de IRC no montante de 134.082 euros, o Resultado Líquido esperado é positivo em 31.228 euros.

Em 2023, mediante a perspetiva demonstrada no Balanço previsional, o Património líquido ascenderá a 3.068.426 euros, equivalente a 139% do capital subscrito da empresa.

Como se pode observar no quadro anterior, os indicadores de autonomia financeira, de liquidez geral e de cobertura do ativo não corrente perspetivados para o ano de 2023 demonstram que a Ágora apresenta boas condições financeiras, que asseguram a sua continuidade..

5.4 Demonstração dos resultados previsionais para 2023

Valores em euros

Demonstração dos resultados previsionais	2023
Rendimentos e gastos	
Prestação de serviços	9 008 741
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	17 036 686
Fornecimentos e serviços externos	-14 016 118
Gastos com pessoal	-9 253 593
Transferências e subsídios concedidos	-2 179 636
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	63 849
Provisões (aumentos/reduções)	-17 758
Outros rendimentos e ganhos	75 294
Outros gastos e perdas	-13 700
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	703 765
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-538 455
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	165 310
Juros e rendimentos similares obtidos	0
Resultado antes de impostos	165 310
Imposto sobre o rendimento do período	-134 082
Resultado líquido do período	31 228



RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) de **Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.** (a Entidade), relativos ao período de 2023 a 2027, que compreendem os Planos anual e plurianual de atividades, investimento e financeiro, o Orçamento anual de exploração, o Orçamento anual de tesouraria e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto 2.7. Adicionalmente, e com vista a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública n.º 26, que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), foram preparadas Demonstrações orçamentais previsionais que incluem o Orçamento e plano orçamental plurianual e o Plano plurianual de investimentos, os quais fazem parte integrante dos Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21

NIP 501 612 181 Capital Social 144.000 €

Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o n.º 20161380

Matérias relevantes a enfatizar

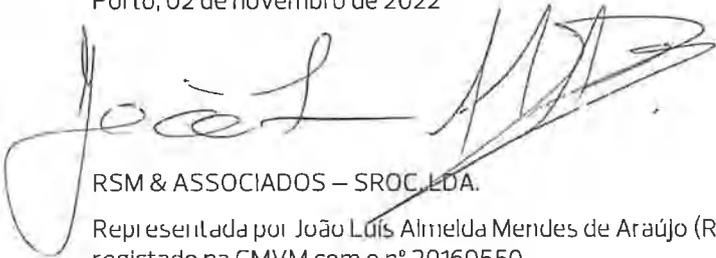
1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base as previsões financeiras do exercício de 2022. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2022, pelo que, o património líquido estimado, reportado a 31 de dezembro de 2022 e que serviu de ano base às projeções dos IGP em apreciação poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser distintos os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos das demonstrações financeiras estimadas e os saldos finais que se vierem a apurar.
2. Em 2016, a Entidade apresentou à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) um pedido de revisão oficiosa em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por imposto liquidado em excesso ao Município do Porto, em períodos anteriores, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor o montante de aproximadamente 803.000 euros, tendo a AT indeferido o pedido e a Entidade apresentado a competente impugnação judicial, a qual foi julgada procedente, em setembro de 2021, devendo a AT apreciar o pedido de revisão oficiosa inicialmente apresentado, aguardando-se o desenvolvimento do processo. Consequentemente, o balanço em apreciação apresenta um ativo de aproximadamente 803.000 euros e um passivo relacionado com as regularizações efetuadas de igual montante. Assim, a recuperabilidade do ativo depende de decisões judiciais favoráveis à Entidade ou da reversão dos movimentos acima referidos efetuados com o Município do Porto, caso as decisões sejam desfavoráveis.
3. Em 2016, a Entidade apresentou à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) um pedido de revisão oficiosa em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por imposto liquidado em excesso ao Município do Porto, em períodos anteriores, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor o montante de aproximadamente 354.000 euros, tendo a AT indeferido o pedido e a Entidade apresentado a competente impugnação judicial, a qual foi julgada procedente, em junho de 2021, devendo a AT apreciar o pedido de revisão oficiosa inicialmente apresentado, aguardando-se o desenvolvimento do processo. Consequentemente, o balanço em apreciação apresenta um ativo de aproximadamente 354.000 euros e um passivo relacionado com as regularizações efetuadas de igual montante. Assim, a recuperabilidade do ativo depende de decisões judiciais favoráveis à Entidade ou da reversão dos movimentos acima referidos efetuados com o Município do Porto, caso as decisões sejam desfavoráveis.
4. Conforme decorre dos documentos em apreciação, a Entidade tem um forte relacionamento financeiro com o Município do Porto, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Entidade.
5. Os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação, foram preparados no pressuposto da capitalização dos investimentos que se projetam efetuar nas infraestruturas municipais geridas pela Entidade. Anualmente é celebrado entre o Município e a Entidade um contrato programa para o efeito. No entanto, a conformidade da capitalização dos referidos investimentos, de cuja propriedade e controlo o Município é titular, com a NCP n.º 5 e demais informações sobre esta matéria publicadas no site da Comissão de Normalização Contabilística, exigem que a Entidade seja detentora da gestão dos ativos em que os investimentos se perspetivam materializar, por um período compatível com a vida útil considerada nas projeções financeiras que suportam os IGP em apreciação.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, e exceto para os possíveis efeitos das matérias referidas no parágrafo n.º 4 da secção anterior, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) adotado em Portugal.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 02 de novembro de 2022



RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA.

Representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo (ROC n.º933)
registado na CMVM com o n.º 20160550

EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2022 – 2026

Versão atualizada em outubro de 2022





1. PREÂMBULO	5
1.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL	5
1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL	8
1.3. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO	8
2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	12
3. GOVERNO DAS SOCIEDADES	17
3.1. MISSÃO	17
3.2. VISÃO	18
3.3. VALORES	18
3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS	18
4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES	20
4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2022-2026	20
4.2. AÇÕES A CONSIDERAR NO PLANO DE ATIVIDADES	26
4.3. OBJETIVOS PARA O ANO DE 2022	27
4.3.1. RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA	27
4.3.2. MANUTENÇÃO DO SELO DE QUALIDADE	27
4.3.3. CERTIFICAÇÃO NA NORMA ISO 14001	28
4.3.4. DIGITALIZAÇÃO DO ATIVO DA RECOLHA	28
4.3.5. PROJETO ECONOMIA CIRCULAR	29
4.3.6. IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO CONTRATO DE LIMPEZA URBANA	31
4.3.7. PROCUREMENT SUSTENTÁVEL	31
4.3.8. CUMPRIMENTO DO PLANO DE AÇÃO	32
4.3.9. DIREÇÃO DO PACTO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA	34
4.4. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2022-2026	36
4.4.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS	36
4.4.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS PRÓPRIAS E OUTROS SERVIÇOS	36
4.4.3. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS	37
4.5. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA OS PERÍODOS PROJETADOS	38
4.6. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS	40
4.7. PLANO DE INVESTIMENTO PARA OS PERÍODOS PROJETADOS	40
4.8. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	41
4.9. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS	41
4.10. PRESSUPOSTOS DE FINANCIAMENTO	42
4.11. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE	43
4.11.1. PERÍODOS DE 2022 A 2024	43
4.11.2. PERÍODOS DE 2025 A 2026	44
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2022, 2023, 2024, 2025 E 2026	46
5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO	46
5.1.1. PRESSUPOSTOS	46
5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	46
5.1.3. SUBCONTRATOS	46
5.1.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS	48
5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS	48

Handwritten marks: a checkmark and the number 47.



5.1.6.	GASTOS COM O PESSOAL.....	48
5.1.7.	OUTROS GASTOS.....	49
5.2.	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2022, 2023, 2024, 2025 E 2026	49
5.4.	BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2022, 2023, 2024, 2025 E 2026.....	51
5.6.	ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2022 A 2026.....	52
5.7.	RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES	52
5.8.	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA ALÉM DO PERÍODOS DE 2021-2025.....	52
5.9.	CONCLUSÃO.....	54
6.	PARECER DO FISCAL ÚNICO	57
7.	CERTIDÃO DE PARTE DE ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	59

ST.
S
S
S



1

PREÂMBULO



1. PREÂMBULO

1.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL

A **PORTO AMBIENTE**, entidade empresarial local, de âmbito municipal, dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tem por objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, é de 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 3 000 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis. O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê a exploração e gestão dos respetivos sistemas municipais, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto, em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020+), de modo a dar cumprimento às metas definidas neste último e gerindo de forma adequada e integrada a prestação de cada serviço. No sentido de assegurar o desempenho das competências por si assumidas, à **PORTO AMBIENTE** incumbem-se como principais objetivos, os seguintes:

- a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- b) Cumprir com o Plano de Ação do Município do Porto em vigor, de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (atualmente PERSU 2020+);
- c) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- d) Assegurar e definir com o Município do Porto e com a entidade gestora de resíduos que presta serviços em alta o modo de articulação entre si, de



Handwritten mark in the top right corner.

forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

As competências previstas no número anterior abrangem, nomeadamente:

- a) Garantir a gestão e a construção das infraestruturas e dos equipamentos necessários à exploração do sistema de gestão de resíduos e limpeza do espaço público;
- b) Assegurar de forma regular, contínua e eficiente:
 - i. a recolha dos resíduos recicláveis integrados no sistema municipal ou que o venham a integrar por força da expansão da rede de recolha seletiva, e o transporte, tratamento, triagem e valorização dos resíduos urbanos;
 - ii. a recolha seletiva de resíduos orgânicos;



- iii. a recolha de resíduos urbanos indiferenciados, ou equiparados;
 - iv. o transporte dos resíduos urbanos indiferenciados ou equiparados, recolhidos/produzidos no Município;
 - v. a limpeza do espaço público.
- c) Prestar o serviço complementar de gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Resíduos Industriais Não Perigosos, bem como a gestão de outros resíduos, para os quais seja detentora de licença ou que venha a ser.

Handwritten marks in the bottom right corner.



A atividade da **PORTO AMBIENTE** e o desenvolvimento das suas funções é realizado sob a orientação estratégica da Câmara Municipal do Porto, de acordo com uma política de gestão organizacional assente num conjunto de princípios orientadores: a satisfação do "cliente" municipal; a melhoria contínua da organização e o seu comprometimento com o desenvolvimento e crescimento profissional, técnico, comportamental e ético; o envolvimento dos colaboradores e fornecedores na concretização dos objetivos da empresa; e a atuação no mercado de forma absolutamente transparente e exigente.

No sentido da promoção da melhoria contínua da organização, bem como da eficiência e da qualidade dos serviços prestados, a **PORTO AMBIENTE** tem estabelecido um plano de monitorização e avaliação de indicadores do desempenho organizacional.



O acompanhamento destes indicadores, que se organizam em quatro temáticas (cobertura e qualidade do serviço; desempenho organizacional; produtividade; eficiência operacional e de gestão), permite a monitorização do cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, garantindo assim a prestação eficiente de um serviço de qualidade.



PT. 4



Handwritten mark in the top right corner.

Assim, a empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A atividade da **PORTO AMBIENTE**, é enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, quer do setor empresarial do Estado, quer do setor empresarial local, cumprindo os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis. O acompanhamento e controlo do Município do Porto, bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e nos Estatutos da Empresa.

No seguimento do enquadramento apresentado, dando cumprimento aos seus deveres de Informação e divulgação previsto no artigo 20º dos Estatutos da **PORTO AMBIENTE**, de acordo com o n.º 1 do artigo 42.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, e alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro. Posto isto, à luz do artigo 22º dos Estatutos da **PORTO AMBIENTE**, o Conselho de Administração apresenta os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período 2022-2026, assim como o relatório do órgão de fiscalização.

Estes IGP procuram dar sentido prático à estratégia definida para a empresa, nomeadamente no que respeita a matérias de investimento, financiamento e de exploração no horizonte dos próximos quatro anos.

1.3. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO

Os requisitos contabilísticos da **PORTO AMBIENTE** devem respeitar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). O Sistema de Normalização Contabilística foi publicado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, devendo responder às necessidades da gestão da empresa e permitir o controlo orçamental permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre valores patrimoniais.

Handwritten mark in the bottom right corner.

HT. 4

Em 2 de Junho de 2015 é republicado o Decreto-Lei 158/2009 pela publicação do Decreto-Lei 98/2015. O Decreto-Lei 98/2015 transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas números 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.



Na sequência da publicação do Decreto-Lei 98/2015 são também publicados Avisos e Portarias que reposicionam o enquadramento legal do SNC. Nomeadamente é publicada a Portaria 220/2015, de 24 de julho, que vem aprovar os novos modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2016.

Assim, atualmente, o SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- a) Aviso 8254/2015, de 29 de julho (revoga Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro) - Estrutura Conceptual;
- b) Aviso 8256/2015, de 29 de julho (revoga Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro) - Normas Contabilísticas de Relato Financeiro;
- c) Aviso 8258/2015, de 29 de julho (revoga Aviso n.º 15653/2009, de 7 de setembro) - Normas interpretativas.
- d) Portaria 218/2015, de 23 de julho (revoga Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro) - Código de Contas e Declaração de Retificação n.º41-A/2015, de 21 de setembro de 2015;



- e) Portaria 220/2015, de 24 de julho (revoga a Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro) - Modelos de Demonstrações Financeiras e Declaração de Retificação nº41-B/2015 de 21 de setembro de 2015.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo Portaria 220/2015, de 24 de julho de 2015 (revoga a Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro) - Modelos de Demonstrações Financeiras e Declaração de Retificação nº41-B/2015, de 21 de Setembro de 2015, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras são elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria 220/2015, de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

As Demonstrações financeiras incorporadas no IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas são os atributos que tomam a informação proporcionada nas Demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Handwritten blue scribbles and marks at the bottom right corner, including a large 'X' and some illegible characters.

ST.
SA
Z



2

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Há um ano, apresentámos uma reflexão sobre a complexidade de elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional, numa conjuntura pós-pandemia e com enormes constrangimentos nas cadeias logísticas globais. Verificavam-se subidas na inflação de vários países, decorrentes de desequilíbrios entre a oferta e a procura, das políticas de apoio para conter os efeitos da pandemia e dos indícios de um movimento de aperto da política monetária.

Infelizmente, essas expectativas agudizaram-se com a invasão militar efetuada pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, que se traduziu em enormes prejuízos humanitários e económicos. Prejuízos económicos esses muito mais gravosos do que poderia ser antecipado, originando uma séria crise económica, afetando severamente muitos setores, empresas e famílias e que, no caso da **PORTO AMBIENTE**, se fez particularmente sentir ao nível dos combustíveis, com desvios na ordem dos 100%. Torna-se assim ainda mais exigente, o exercício de planeamento do desempenho prospetivo para o atual período em reporte (2022 a 2026).

Não podíamos deixar igualmente de sublinhar que, as projeções evidenciadas neste documento, incorporam, para além do contexto económico supramencionado, um enorme foco na inovação, automação, eficiência operacional e a alma Portuense que nos caracteriza e que nos permitiu no ano de 2022, atingir um resultado da taxa de reciclagem, que voltou a bater recordes, ultrapassando a marca dos 40%.

Este foco, que se materializa nos diversos projetos em curso, é facilmente mensurável (i) na operação "Orgânico", (ii) no alargamento das zonas de abrangência porta-a-porta, (iii) no planeamento de uma





solução multifuncional que vise o reaproveitamento, transformação e reintrodução destes bens na economia, (iv) na implementação de novas metodologias de avaliação do desempenho dos circuitos, e (v) no abraço do novo desafio do Pacto para a neutralidade carbónica.

No decurso deste documento, o qual procura contemplar o desempenho prospetivo para os períodos anuais compreendidos entre 2022 e 2026, é ilustrada a evolução do desempenho da **PORTO AMBIENTE**, nomeadamente ao nível dos quantitativos da fração seletiva.

Esta performance resulta, em grande medida, dos frutos colhidos pelo envolvimento nos projetos mencionados nos parágrafos anteriores, da contínua densificação e reorganização da rede de ecopontos no Município, assim como do esforço permanente de aprofundar e melhorar a sua forma de atuação, tendo sido dada continuidade ao processo de implementação dos sistemas de gestão ambiental e segurança e saúde no trabalho segundo as normas ISO 14001 e 45001, respetivamente.

Por último, e conscientes dos desafios que se avizinham para os cidadãos do Porto, as projeções apresentadas apontam para a necessidade cobertura parcial de encargos da atividade de gestão dos resíduos urbanos (em cerca de 10% a 12%), com recurso a subsídios à exploração, justificada em parte pela vontade do município em não repercutir integralmente os impactos económicos sentidos pela **PORTO AMBIENTE**, nos seus municípios.

No contexto apresentado, são múltiplas as indefinições que poderão impactar de forma divergente nos pressupostos assumidos nas atuais projeções, as quais foram elaboradas considerando estimativas fiáveis, prudenciais e com elevados padrões de rigor.

Ainda assim, a Administração da **PORTO AMBIENTE** deposita grandes expectativas no futuro que se aproxima, nomeadamente no cumprimento das metas definidas no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos em linha com o Plano de Ação, o qual se traduzirá consequentemente na melhoria da qualidade de vida dos municípios, incorporando na sua atividade e nos serviços a prestar, as melhores práticas baseadas na inovação, na criação de valor e numa lógica da melhoria contínua.



Estes Instrumentos de Gestão Previsional, para o período de 2022 a 2026, traduzem o esforço da **PORTO AMBIENTE** na valorização da importância do Município, na aposta por um serviço de excelência bem como na gestão mais eficiente dos equipamentos e recursos ao serviço da Empresa. Estas



projeções, cujo desempenho financeiro prospetivo se sintetiza em seguida, consideram um comportamento da tarifa alinhado com os valores que decorrem do contrato de gestão delegada.

No que respeita ao desempenho financeiro, a tabela seguinte ilustra a projeção do EBITDA para cada um dos períodos anuais, assim como a sua formação:

Desempenho financeiro	(valores expressos em Euro)				
	2022	2023	2024	2025	2026
Vendas e serviços prestados	15.730.020	16.299.815	16.879.473	17.515.913	18.066.626
Subsídios à exploração	9.668.053	11.674.195	12.805.911	13.260.185	13.514.598
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-156.564	-161.905	-168.446	-175.231	-182.331
Fornecimentos e serviços externos	-15.930.831	-17.595.051	-18.280.859	-18.784.288	-19.214.507
Gastos com o pessoal	-8.120.912	-8.866.290	-9.584.964	-10.076.887	-10.442.449
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-356.690	-360.000	-360.000	-360.000	-360.000
Outros rendimentos	741.825	808.204	821.571	832.066	821.345
Outros gastos	-497.454	-507.765	-505.328	-502.058	-498.455
EBITDA	1.029.490	1.291.202	1.607.329	1.687.680	1.724.826

É ambição do Conselho de Administração que a **PORTO AMBIENTE** cada vez mais seja reconhecida como uma organização de referência no setor, traduzindo assim o forte envolvimento de todos os *stakeholders* na concretização da sua estratégia. O Conselho de Administração da **PORTO AMBIENTE** não pode deixar de transmitir o seu agradecimento a todos aqueles que, no decorrer do período em reporte, contribuíram decisivamente para a consolidação deste projeto, nomeadamente:

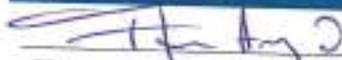
- Ao acionista, pelo envolvimento e confiança demonstrada;



- A todos os munícipes do Porto, cujo envolvimento nos interesses da cidade, e adesão aos projetos implementados em muito têm contribuído para os positivos resultados alcançados;
- A todos os nossos estimados clientes pela dedicação e confiança depositadas na nossa empresa;
- A todos os fornecedores de bens e serviços pela cooperação demonstrada;
- A todos os colaboradores pelo esforço, capacidade e dedicação postos nas tarefas que lhes são confiadas;
- Ao Fiscal Único e demais órgãos da sociedade pelo apoio, competência e dedicação com que sempre nos honraram.

Porto, 26 de outubro de 2022

O Conselho de Administração


Ripe Manuel Ventura Comas de Almeida Araújo
(Presidente)


Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção
(Vice Presidente)


Maria Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)



PT -
L
AK
S

3

GOVERNO DAS SOCIEDADES



3. GOVERNO DAS SOCIEDADES

A **PORTO AMBIENTE** é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira. Constituída em fevereiro de 2017, cujo capital social (€ 3 265 566,00) é detido, na sua totalidade, pela Câmara Municipal do Porto.

O seu objeto social prevê a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público, assumindo como competências a exploração e gestão dos respetivos sistemas municipais, em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020+).

3.1. MISSÃO

Gerir o sistema municipal de gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público, de acordo com princípios de qualidade do serviço, inovação, sustentabilidade ambiental e económica, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto.



3.2. VISÃO

A **PORTO AMBIENTE** pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.

3.3. VALORES

- Orientação para os habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto;
- Sustentabilidade ambiental, económica e social;
- Respeito e valorização do ambiente;
- Integridade;
- Inovação;
- Transparência;
- Rigor;
- Responsabilidade.



3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos sociais da **PORTO AMBIENTE**, são constituídos pela Assembleia Geral, Conselho de Administração e o Fiscal Único, sendo os seus membros apresentados na tabela seguinte.

Órgão	Função	Nome
Assembleia Geral	Representante do Município	Carlota Vilaça Bastos Silva Fonseca
	Presidente da Mesa	Ana Ilomena Alves Leal Leite da Silva
	Secretário	António Pedro Pinto de Sousa Teixeira
	Secretária	Cristina Cristina Pimenta Carneiro
Conselho de Administração	Presidente	Ribeiro Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
	Vice-Presidente	Luís André Fernandes Bragança de Assunção
	Voga	Maria Helena Vilasboas Tavares
Fiscal Único	Efetivo	Mazars e Associados, SRO, S.A.
	Suplente	representada por: José Fernando Abreu Rebouças Patrícia Alexandra Faria Cardoso



4

ENQUADRAMENTO

E

PRESSUPOSTOS



4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES

Os IGP que se apresentam foram desenvolvidos tendo em consideração um conjunto de orientações estratégicas, pressupostos de carácter económico-financeiro, assim como o plano de atividades a que a **PORTO AMBIENTE** se propõe a executar.

Sendo o plano anual de atividades, um instrumento de gestão que visa refletir a estratégia de atuação da Empresa e respetivos serviços, encontrando-se discriminados os objetivos a atingir, as atividades a desenvolver e os recursos necessários à sua realização consideramos pertinente partilhar desde já o seguinte enquadramento. A prossecução dos objetivos da **PORTO AMBIENTE** será promovida através de uma estratégia, desenhada a médio e longo prazo pelo Município do Porto para o Ambiente, a qual assenta nos três pilares da sustentabilidade (ambiental, económico e social). Por outro lado, a contínua aposta na promoção da recolha seletiva será o principal foco a nível estratégico, canalizando todos os esforços no sentido de assegurar a execução das ações definidas no Plano de Ação. A este nível, importa referir que a **PORTO AMBIENTE** irá assegurar a continuidade das ações que se encontram já em desenvolvimento e irá potenciar o arranque das demais.

De referir ainda que recentemente, e estando o Porto entre as cidades que vão liderar a neutralidade carbónica na Europa até 2030, a **PORTO AMBIENTE** agarrou um novo desafio, passando a assegurar a exigente responsabilidade da Direção do rumo à neutralidade carbónica do Porto. Assim, sublinhamos que é expectável que numa das próximas revisões dos indicadores do plano do Sistema de gestão da qualidade, o mesmo passe a integrar os objetivos desta direção.

4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2022-2026

a) Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis

Os pressupostos prospetivos relativos ao período de 2022-2026 têm por base um orçamento de exploração equilibrado, por atividade, o qual considera a obtenção de dois subsídios a exploração por parte do Município do Porto. De notar que a regulação dos termos em que os referidos subsídios são atribuídos à **PORTO AMBIENTE** se encontra prevista em contrato programa, o qual define em

Handwritten marks in the bottom right corner, including a checkmark and a squiggle.



conjunto com o contrato de gestão delegada, os objetivos e indicadores de resultado para cada período, conforme previsto no artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O Contrato Programa relativo à Gestão de Resíduos Urbanos (CPGRU), visa cobrir a parte dos encargos que não se encontrem integralmente remunerados pela tarifa cobrada aos utilizadores finais.



Sublinhamos o enquadramento muito particular que este período de reporte representa, fruto da crise energética vivida e da crise económica de uma forma generalizada, é previsível que o custo da operação se revele particularmente dispendioso. Nesse contexto, sendo a vontade do acionista apoiar os seus Municípios neste exigente período, as projeções demonstram que o custo da operação não seja integralmente repercutido na tarifa, apresentando-se o Contrato Programa para cobertura de tarifa como um importante instrumento na concretização deste objetivo.

O Contrato Programa relativo à Limpeza do Espaço Público (CPLEP), é concedido pelo Município do Porto com o objetivo de cobrir integralmente os custos com a Limpeza do espaço público que, assumindo características de um bem essencial, está excluída do Sistema Tarifário.

O Contrato Programa relativo ao Pacto para a Neutralidade Carbónica



(CPNC), é concedido pelo Município do Porto com o objetivo de cobrir integralmente os custos com as iniciativas daquela direção que, se encontra excluída do Sistema Tarifário.

b) Recetas próprias

As receitas próprias correspondem na sua generalidade à tarifa cobrada aos utilizadores finais (utilizadores do sistema de abastecimento de água do Município do Porto) pela prestação dos serviços de Gestão de Resíduos Urbanos (GRU). Compreendem adicionalmente, ainda que com menor expressão, os montantes relativos a Serviços auxiliares, os quais consideram, nomeadamente:

i. no âmbito da Gestão de Resíduos Urbanos, a gestão de Resíduos de Grandes produtores, assim como os Resíduos de Construção e Demolição;



ii. no âmbito da Limpeza do espaço público, as receitas próprias obtidas são provenientes de ações de fiscalização e da prestação de limpeza de eventos não realizados no espaço público, e como tal não abrangidos pelo Contrato programa para o efeito;

iii. no âmbito do pacto para a neutralidade carbónica, não é expectável a ocorrência de quaisquer receitas próprias obtidas.

Os montantes considerados nas projeções tarifárias presentes neste documento, traduzem um comportamento da tarifa alinhado com os valores que constam



do Anexo ao contrato de gestão delegada, no âmbito da revisão quinquenal no período de 2022.

c) Outras fontes de financiamento

Adicionalmente aos pontos anteriores, foram ponderadas pela Administração e Direções o recurso aos seguintes programas de financiamento POSEUR, H2020, ICLEI, os quais à data de elaboração deste documento se apresentavam aprovados. Estes programas tiveram como objetivo a execução de investimentos previstos no Plano de Ação, nomeadamente ampliação, melhorias técnicas, complementaridade do funcionamento do sistema de gestão de resíduos urbanos ou limpeza do espaço público.

Foram ainda previstas, neste documento, fontes de financiamento relativas à obtenção de financiamentos bancários por locação financeira, para a concretização dos investimentos de renovação de frota e equipamentos de lavagem

d) Investimentos propostos para o período de 2022-2026

O presente documento prevê a realização de um conjunto alargado de investimentos a realizar pela **PORTO AMBIENTE**, os quais vão de encontro à ambição da Administração no que respeita à renovação e/ou reabilitação da generalidade dos ativos da empresa, nomeadamente no que respeita à frota de viaturas pesadas de Resíduos Sólidos Urbanos, equipamentos de lavagem, parque de contentorização e ecocentros.

Os demais investimentos considerados, encontram-se parcialmente cofinanciados por candidaturas a fundos comunitários, tendo apenas sido considerados estes cofinanciamentos, apenas nos casos em que os mesmos já se encontrem submetidos e aceites, ainda que esteja sempre no horizonte da empresa um posicionamento proativo em matéria de oportunidades para novas candidaturas.

No que respeita a mobiliário urbano, e para além das previsíveis necessidades de renovação e manutenção do parque de contentorização do município do Porto, a **PORTO AMBIENTE** prevê reforçar em concreto, determinadas ações, nomeadamente (i) recolha de proximidade da fração biorresíduos, no setor residencial, (ii) recolha de proximidade da fração biorresíduos, no setor não





residencial, (iii) ampliação do parque de ecopontos e (iv) ampliação do parque de contentorização enterrado.

Ainda no contexto dos investimentos a efetuar e tendo sido objetivo da Administração a renovação integral da frota de viaturas pesadas de Resíduos Sólidos Urbanos, de 26 viaturas, procedimento terminado no ano de 2021, encontra-se prevista a necessidade de reforço parcial desta frota, nomeadamente de 4 viaturas de lavagem e 4 viaturas pesadas de recolha.



Estas renovações e reforços, permitiram e irão continuar a permitir a utilização de viaturas menos poluentes, incrementando não só a eficiência económica, como a ecológica. Complementarmente, como consequência dos projetos abraçados pela Empresa, e dos níveis de elasticidade com que a **PORTO AMBIENTE** ambiciona operar.

Por último encontra-se no horizonte da empresa, e o conseqüentemente nas projeções para o período em reporte, uma aposta relevante em beneficiações dos ecocentros.

e) Contingências fiscais e de contencioso

Não são conhecidas ou expectáveis quaisquer contingências desta natureza ou similares.

Handwritten blue scribbles and initials in the bottom right corner, including what appears to be 'ST' and a large '5'.



f) Outros pressupostos de gestão organizacional considerados

- A utilização de um adequado número de recursos humanos;
- Promover a regularidade e a celeridade na conceção, desenvolvimento e concretização das soluções de gestão, designadamente daquelas que impliquem a contratação de terceiros;

O conhecimento aprofundado do mercado, através da avaliação, monitorização, recolha e tratamento de informação sobre o comportamento dos seus atores e intervenientes;

- O conhecimento aprofundado do mercado, através da avaliação, monitorização, recolha e tratamento de informação sobre o comportamento dos seus atores e intervenientes;

- A especialização organizacional e de cada um dos recursos humanos, dotando-os da formação necessária por forma a capacitá-los a responder aos diferentes desafios que cada empreendimento pode representar, seja no plano estritamente técnico, seja no quadro da sua afetação ao cumprimento de específicos objetivos municipais;



- Uma eficaz implementação de processos de controlo interno respeitante à qualidade do serviço que presta para o Município do Porto e às entidades por ele detidas ou participadas;
- A possibilidade de recorrer a parcerias estratégicas, sempre que daí resultem ganhos de eficiência, técnica e financeira;
- A possibilidade de exercer outras atividades ou atividades materialmente idênticas à atividade principal, de natureza complementar ou acessória, possibilitando uma utilização mais eficiente dos recursos afetos.

Handwritten signature or mark in the bottom right corner.



4.2. AÇÕES A CONSIDERAR NO PLANO DE ATIVIDADES

Conforme supramencionado, a **PORTO AMBIENTE** acompanha de forma muito próxima o desempenho da sua organização, por via de um conjunto de indicadores definidos âmbito da Gestão da Qualidade, indicadores esses que visam garantir e demonstrar que a gestão revê adequadamente o desempenho da organização, nos diversos capítulos e objetivos que se propõe.



Nesse âmbito e ainda não seja objetivo do presente documento originar redundâncias entre as atividades a considerar no plano e os indicadores a definidos pela equipa da Gestão da Qualidade, entendeu-se pertinente verter no presente documento um conjunto das ações e objetivos aprovados pelo Conselho de Administração de 29 de março de 2022 (com a exceção da direção do Pacto para a Neutralidade Carbónica, que apenas surgiu num momento posterior), classificados como estratégicos ou por áreas. Estes objetivos foram definidos para o ano de 2022, sendo os mesmos, objeto de revisão anual do conselho de administração no contexto da revisão do SGQA, devendo nesse momento ser automaticamente substituídos pelos presentes com referência ao ano em questão.

A
HT
4



4.3. OBJETIVOS PARA O ANO DE 2022

4.3.1. RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA

O contrato de gestão delegada através do qual a Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A., foi autorizada a, na qualidade de entidade gestora, prestar os serviços de gestão de resíduos urbanos e de limpeza do espaço público, em regime de exclusividade, na área territorial do Porto, atingiu o termo do seu primeiro período quinquenal vinculativo no atual período de 2022.

No contexto, importa assim promover a subsequente revisão do contrato de gestão delegada, refletindo novos pressupostos económico-financeiros que permitam, nos termos do n.º 1 do artigo 29.º do acima referido Decreto-Lei n.º 194/2009, a atualização da taxa de remuneração de referência durante o novo período vinculativo, processo esse já iniciado no final do ano de 2021.

➤ META(S) DEFINIDA(S)

a) O Conselho de administração definiu a data de 30 de setembro de 2022, como meta definida para a conclusão do processo, não podendo a avaliação do cumprimento desta meta ser penalizada por eventuais atrasos na emissão do parecer do regulador.

4.3.2. MANUTENÇÃO DO SELO DE QUALIDADE

Foi com grande orgulho que, em 27 de outubro de 2020, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) atribuiu, na sua cerimónia de no âmbito do 14º Fórum Resíduos, os selos de qualidade aos serviços de gestão de resíduos urbanos, tendo a **PORTO AMBIENTE**, pela primeira vez, sido uma das 7 entidades distinguidas (num universo de 255).

As entidades distinguidas com os Selos de Qualidade ERSAR evidenciam-se por assegurarem o cumprimento de um conjunto de critérios previstos no regulamento da iniciativa "Prémios e Selos de Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos", no decorrer do último período com avaliação regulatória.

À semelhança do ano 2020, no ano de 2021 a **PORTO AMBIENTE** recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Selo de Qualidade do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos da ERSAR, certificando a manutenção da qualidade do





serviço prestado aos utilizadores, tendo inclusivamente sido galardoada com o Prémio de Excelência, tendo-se destacado a nível nacional como a melhor entidade gestora na sua área de atividade.

➤ **META(S) DEFINIDA(S)**

a) O Conselho de administração definiu, como meta definida para a avaliação deste objetivo, relativo ao exercício da atividade de gestão de resíduos urbanos para o período de 2022, a manutenção do selo de qualidade da ERSAR.

4.3.3. CERTIFICAÇÃO NA NORMA ISO 14001

A **PORTO AMBIENTE** pretende continuar a evoluir no seu modelo de organização e de trabalho, com vista a tornar-se uma referência nacional e internacional no seu setor de atividade e destacar-se pelo serviço de excelência prestado ao cidadão, bem como pelo contributo para a inovação, sendo igual objetivo a atuação como líder na promoção e proteção do ambiente, assegurando o envolvimento de todas as partes interessadas no cumprimento deste desígnio, associado à necessidade de desenvolver a nossa atividade de forma segura para os nossos colaboradores, formando pessoas empenhadas, qualificadas e flexíveis, capazes de se adaptar às mudanças, aumentando a sua eficiência operacional.

Para concretizar esta visão, para além de toda a empresa estar certificada pelo sistema de gestão da qualidade segundo o referencial ISO 9001:2015, é igual objetivo, já em execução, a implementação dos sistemas de gestão ambiental e segurança e saúde no trabalho segundo as normas ISO 14001 e 45001, respetivamente.

➤ **META(S) DEFINIDA(S)**

a) O Conselho de administração definiu, como meta definida para a avaliação deste objetivo, a data de 31 de dezembro de 2022, como data limite para a finalização do processo de certificação naquela norma.

4.3.4. DIGITALIZAÇÃO DO ATIVO DA RECOLHA

A **PORTO AMBIENTE** definiu, no passado, uma Estratégia de Digitalização do seu Ativo na Recolha, estratégia essa assente numa solução que satisfaça as

5 HT. R



necessidades operacionais de recolha de resíduos e na inventariação permanente dos ativos associados, bem como a sua respetiva localização geográfica.

Esta necessidade assentou, por um lado, na capacidade de identificar os equipamentos de deposição de resíduos (contentores) em operação, e por outro, na capacidade de realização em paralelo do controlo operacional da execução detalhada do planeado em cada circuito.

A solução passa pela colocação de identificadores em contentores, os quais comunicam com os dispositivos colocados nos veículos da frota de recolha de resíduos da **PORTO AMBIENTE**, e que posteriormente comunicam com a API (*Application Programming Interface*).

➤ **META(S) DEFINIDA(S)**

a) O Conselho de administração definiu, como meta definida para a avaliação deste objetivo, a data do 31 de dezembro de 2022, como data limite para a finalização do processo de implementação da solução.

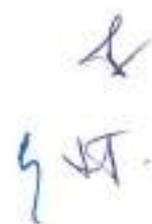
4.3.5. PROJETO ECONOMIA CIRCULAR

É uma constatação que vivemos, atualmente, num modelo de "Economia Linear" em que extraímos – produzimos – usamos – rejeitamos. São 65 mil milhões de toneladas de recursos extraídos globalmente todos os anos, dos quais só se reciclam 7%.

Este modelo económico não é sustentável:

- Incerteza sobre a disponibilidade dos recursos do planeta;
- Grande impacto ambiental – a extração e a utilização destas matérias-primas aumentam o consumo de energia e as emissões de CO₂;
- Volatilidade dos preços – a flutuação dos *commodities* leva ao aumento dos preços médios;
- Aumento contínuo da população mundial.

Existe um apetite insaciável por novos produtos, mas falta de consciência do verdadeiro custo de nossos hábitos de consumo. A alteração de comportamentos é um dos principais desafios. Em Portugal temos trabalhando





ativamente para promover a prevenção, reutilização e reparo de resíduos, no entanto a gestão e recolha de resíduos continua a ser muito incentivada pela procura.

Porque as cidades constituem um foco incontornável para o desenvolvimento da sustentabilidade e para a transição para uma economia circular, o Município do Porto definiu, em 2017, um Roadmap para a cidade do Porto circular em 2030, com o objetivo de incentivar a transição do Município para uma economia circular.

A título representativo, o Ecocentro da Prelada recebeu, no 1º semestre de 2022, a visita de 17 174 munícipes, nos quais foram entregues 4 356 toneladas de resíduos e, no mesmo período, as equipas aos pedidos ao domicílio recolheram mais de 700 toneladas de objetos fora de uso.



É assim ambição da **PORTO AMBIENTE**, em representação do município, a criação de uma solução multifuncional que vise o reaproveitamento, transformação e reintrodução destes bens na economia, facilitando assim o consumo sustentável, a prevenção de resíduos, a reutilização, a reparação e a reciclagem nas zonas urbanas.

➤ **META(S) DEFINIDA(S)**

a) O Conselho de administração definiu, como meta definida para a avaliação deste objetivo, a data de 31 de dezembro de 2022, como data limite

Handwritten signature or mark in blue ink at the bottom right corner.



para a definição e adjudicação de uma solução multifuncional que vise o reaproveitamento, transformação e reintrodução destes bens na economia.

4.3.6. IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO CONTRATO DE LIMPEZA URBANA

Conforme referido nas seções introdutórias do presente plano de atividades, a **PORTO AMBIENTE** foi delegada, pelo Município do Porto, para a execução da Limpeza do espaço público da cidade. Tem vindo a ser opção da **PORTO AMBIENTE**, a execução desta atividade com recurso a um contrato de prestação de serviços para aqueles fins.

O atual contrato de prestação de serviços findou o seu período de abrangência no dia 10 de agosto de 2022, sendo necessário promover as diligências necessárias para assegurar a continuidade dos serviços.

➤ META(S) DEFINIDA(S)

a) O Conselho de administração definiu, como meta definida para a avaliação deste objetivo, o mês de agosto de 2022, como data limite para a início de execução de um novo contrato de prestação de serviços.

4.3.7. PROCUREMENT SUSTENTÁVEL

No período de 2021, a **PORTO AMBIENTE** e definiu um conceito, política e visão para implementação de um princípio de *procurement sustentável*.

Esta política visa estabelecer parcerias consistentes com os fornecedores, assegurando a satisfação das partes interessadas, através da integração no processo de aquisição de especificações sustentáveis, de forma a potenciar um impacto mais positivo na sociedade, na economia e com um menor impacto no ambiente.

A visão traduz-se em ser uma organização de referência na temática do *Procurement Sustentável*, promovendo a sensibilização junto dos parceiros fornecedores quanto à integração de especificações sustentáveis nos procedimentos de aquisição. Com o objetivo da procura da melhor solução à satisfação das necessidades da Organização, potenciando decisões que criem respostas sustentáveis aos desafios, de modo a acrescentar valor e a criar benefícios para todos os envolvidos nos processos de aquisição.


S. NT.



➤ **META(S) DEFINIDA(S)**

a) Considera-se cumprida a presente meta se, com referência ao período de 2022, pelo menos 60% dos procedimentos pré-contratuais de aquisição de bens e serviços na lista de produtos e serviços prioritários da **PORTO AMBIENTE**, integrarem requisitos de *Procurement sustentável*.

4.3.8. CUMPRIMENTO DO PLANO DE AÇÃO

No seguimento do supramencionado, a **PORTO AMBIENTE** irá executar a sua atividade, em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020+), de modo a dar cumprimento às metas definidas neste último.

Os objetivos e metas previstos no plano de ação, incluem cronogramas objetivos a cumprir, os quais tem vindo pontualmente a ser revistos nos Planos estratégicos, e que visam, nomeadamente:

- Promover a eficiência da utilização de recursos naturais na economia e dissociar o crescimento económico dos impactes ambientais relacionados com a produção de resíduos;
- Reforçar a prevenção da produção de resíduos e fomentar a sua reciclagem com vista a prolongar o seu uso na economia;
- Aumentar a preparação para reutilização, a reciclagem e a qualidade dos recicláveis;
- Reduzir a deposição de RU em aterro;
- Valorizar economicamente e escoar os recicláveis e subprodutos do tratamento dos RU;
- Reduzir a produção de resíduos por habitante;
- Aumentar a taxa de preparação para a reutilização e reciclagem;
- Aumentar a taxa de reciclagem.

➤ **META(S) DEFINIDA(S)**

O Conselho de administração definiu os seguintes objetivos, como sendo abordagens adequadas para uma avaliação ajustada do nível de cumprimento dos objetivos:

Handwritten signature and initials



- a) Taxa de separação: Considera-se cumprida a presente meta, se o resultado do apuramento do referido indicador, até ao final do período de 2022, ascender a um resultado igual ou superior a 25%;
- b) Taxa de reciclagem: Considera-se cumprida a presente meta, se o resultado do apuramento do referido indicador, até ao final do período de 2022, ascender a um resultado igual ou superior a 31%;
- c) Capitacão de separação: Considera-se cumprida a presente meta, se o resultado do apuramento do referido indicador, até ao final do período de 2022, ascender a um resultado igual ou superior a 61 kg/hab./ano;
- d) Deposição em aterro: Considera-se cumprida a presente meta, se o resultado do apuramento do referido indicador, até ao final do período de 2022, ascender a um resultado igual ou inferior a 1%;
- e) Taxa de acessibilidade da recolha seletiva por proximidade: Considera-se cumprida a presente meta, se o resultado do apuramento do referido indicador, até ao final do período de 2022, ascender a um resultado igual ou superior a 87%;
- f) Recolha de resíduos orgânicos por proximidade - Equipamentos: Considera-se cumprida a presente meta, se o número de contentores de deposição de resíduos orgânicos de proximidade instalados, até ao final do período de 2022, ascender a um resultado igual ou superior a 700;
- g) Recolha de resíduos orgânicos por proximidade - Quantitativos: Considera-se cumprida a presente meta, se os quantitativos de resíduos orgânicos recolhidos, em equipamentos de proximidade, até ao final do período de 2022, ascender a um resultado igual ou superior a 1.600.000kg/ano;
- h) Recolha seletiva Porta-a-Porta – Quantitativos: Considera-se cumprida a presente meta, se os quantitativos de resíduos seletivos recolhidos, por via do Porta a Porta residencial, até ao final do período de 2022, ascender a um resultado igual ou superior a 825.000kg/ano;
- i) Recolha seletiva Porta-a-Porta – Adesões: Considera-se cumprida a presente meta, se o número de adesões ao Porta a Porta residencial, durante o período de 2022, ascender a um resultado igual ou superior a 500;

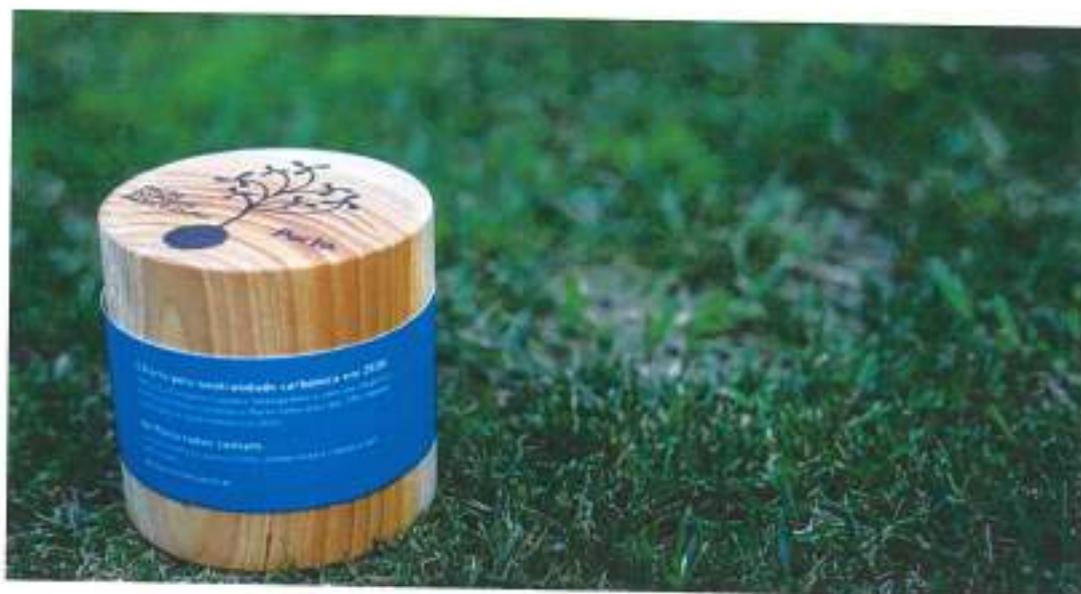
Handwritten mark: a stylized 'F' above 'ST.' with a checkmark-like flourish.

j) Recolha seletiva Porta-a-Porta – Alargamento do serviço: Considera-se cumprida a presente meta, se o serviço de recolha seletiva Porta a Porta, durante o período de 2022, for alargado a mais uma zona da cidade;

4.3.9. DIREÇÃO DO PACTO PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA

A Comissão Europeia anunciou, em 2022, que os municípios portugueses do Porto, Lisboa e Guimarães foram escolhidos para a chamada 'Missão Cidades' da UE, desafio que integra 100 cidades europeias "neutras e inteligentes" que estarão na linha da frente da neutralidade carbónica até 2030".

A inclusão do Porto neste restrito lote das 100 cidades líderes na ambição de descarbonização a nível europeu é mais um reconhecimento Internacional de que o Porto tem desempenhado bem a missão, rumo a uma cidade cada vez mais sustentável. Esta escolha decorre do facto do Porto ter em curso um conjunto de iniciativas e uma estrutura de governança capaz de garantir a neutralidade carbónica em 2030.



As ações de pesquisa e inovação abordarão áreas diversas, como a mobilidade limpa, a eficiência energética ou planeamento urbano com recurso a soluções baseadas na natureza (*nature base solutions*). "Acresce ainda a possibilidade de construir iniciativas conjuntas e intensificar as colaborações em sinergia com outros programas da UE", avança a Comissão.

A **PORTO AMBIENTE** agarrou este novo desafio, do município, passando a assegurar



a exigente responsabilidade da Direção do rumo à neutralidade carbónica do Porto.

Sublinhamos ainda que é expectável que numa das próximas revisões dos indicadores do plano do Sistema de gestão da qualidade, o mesmo passe a integrar os objetivos desta direção.

No decurso da execução desta missão, o plano de atividades da mesma subdivide-se em 5 tipologias de abordagens distintas, a elencar:

- Atividades promovidas pela Direção para a Neutralidade Carbónica do Porto;
- Representações em eventos/atividades no âmbito da Neutralidade Carbónica do Porto, designadamente relacionadas com o Pacto do Porto para o Clima e com a Missão Europeia "Cidades inteligentes e com impacto neutro no Clima";
- Apresentações públicas realizadas pela Direção para a Neutralidade Carbónica do Porto;
- Participações em eventos promovidos por outras entidades no âmbito da Neutralidade Carbónica do Porto;
- Candidaturas promovidas ou participadas pela Direção para a Neutralidade Carbónica do Porto.

Sendo certo que as atividades têm diferentes âmbitos, não é objetivo considerar diferentes ponderações para as mesmas.

➤ **META DEFINIDA**

Considera-se cumprida a presente meta, sempre que o número de atividades realizadas, acumulado, em cada ano, for igual ou superior ao número de atividades propostas.

Para os 4 anos do projeto, encontra-se prevista a realização de 60 atividades. No que respeita ao ano de 2022, dado ser o ano de instalação, não foram previstas quaisquer atividades a realizar.

Handwritten blue scribbles and initials at the bottom right corner.



4.4. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2022-2026

Relativamente aos pressupostos considerados e, não obstante das notas explicativas destacadas da secção seguinte, apesentam-se os seguintes pontos:

4.4.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Pressupostos Macroeconómicos	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa IVA a liquidar - Receitas próprias	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa IVA a liquidar - ICDT	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA a liquidar - Grandes produtores	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA a liquidar - Subidas exploração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa IVA a liquidar - Outras prestações de serviços	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
Taxa IVA nas compras (Tratamento de resíduos e subcontratos)	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA nas compras (Outros)	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
% IVA a deduzir nas compras	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa nominal de RC	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa efetiva de RC (média estimada)	26,80%	26,80%	26,80%	26,80%	26,80%
Taxa média de encargos contributivos	23,75%	23,75%	23,75%	23,75%	23,75%
Taxa média de retenções contributivas	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Taxa média de retenções de imposto sobre o rendimento	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Taxa crescimento da remuneração Mínima Nacional	0,00%	6,38%	6,67%	6,25%	5,88%
Taxa geral de inflação	0,00%	2,70%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa Euler (12 meses) (Zero ou positiva)	0,00%	0,28%	0,28%	0,28%	0,28%
Taxa remuneração dos financiamentos (Spread)	0,47%	0,47%	0,47%	0,47%	0,47%

4.4.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS PRÓPRIAS E OUTROS SERVIÇOS





Principais fontes de receitas próprias		2022	2023	2024	2025	2026
Ulitizadores domésticos	Tarifa de disponibilidade					
	Número de utilizadores/consumidores	121.000	121.000	121.000	121.000	121.000
	Tarifa (€/30 dias)	2,0290	2,1535	2,2459	2,3388	2,4312
	Tarifa variável					
	Quantidade de água consumida (m³/ano)	10.391.793	10.397.500	10.397.500	10.397.200	10.397.200
Ulitizadores não domésticos	Tarifa de disponibilidade					
	Número de utilizadores/consumidores	27.400	27.400	27.400	27.400	27.400
	Tarifa (€/30 dias)	13,3964	14,0429	14,5162	14,9895	15,4528
	Tarifa variável					
	Quantidade de água consumida (m³/ano)	8.794.772	8.794.200	8.795.200	8.795.200	8.795.200
Grupos Produtoras / Não domésticos na	Tarifa de disponibilidade					
	Número de utilizadores/consumidores	70	70	70	70	70
	Tarifa (€/30 dias)	13,3964	14,0429	14,5162	14,9895	15,4528
	Tarifa variável					
	Quantidade de resíduos produzidos (t/m³)	15.635.970	15.637.000	15.637.000	15.637.000	15.637.000
Arrecadação de resíduos de construção e demolição (RCD)	Recarga no origem					
	Nº de serviços	80	80	80	80	80
	Taxa de serviço (€/Serviço)	66,29	68,00	69,45	70,89	72,33
	Quantidade (kg)	0	0	0	0	0
	Preço kg (x 300 kg)	0,1271	0,1305	0,1331	0,1366	0,1395
	Depósito no ecocentro					
	Quantidade (kg)	120.000	120.000	120.000	120.000	120.000
	Preço kg (x 300 kg)	8,7424	9,0420	9,3444	9,6490	9,9462
	Transporte de resíduos e deposição					
	Recarga	4.000,0000	4.142,0000	4.285,2400	4.430,9440	4.579,1627
Outros		14.400,0000	14.780,8000	15.004,5760	15.286,2675	15.693,9929
		0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Estimativa de perda por impriedade (valor mensal)		340.000,00	340.000,00	340.000,00	340.000,00	340.000,00

4.4.3. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS

Pressupostos Microeconómicos - Principais gastos		2022	2023	2024	2025	2026
Gastos de resíduos urbanos	Resíduos indiferenciados - Toneladas estimadas	105.095	108.757	101.180	98.495	95.811
	Custo tratamento de resíduos - taxa de exploração (€/t)	42,2000	43,4216	44,2900	45,1258	46,0793
	Custo tratamento de resíduos - TGR (€/t)	4,4000	4,5188	4,6092	4,7014	4,7954
	Taxa de laboração e cobrança CMTA	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
	Número de viaturas ligeiras	16	22	27	27	27
	Número de viaturas pesadas	48	51	56	56	56
	Gastos com sensibilização (% de receitas próprias)	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1				
	Resíduos de construção - Toneladas estimadas	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800
	Custo tratamento de resíduos - (€/ton)	35,400	36,356	37,083	37,825	38,581
Gastos de espaço público	Subcontratação de serviços	6.165.000	7.641.403	8.043.609	8.446.733	8.830.795
	Número de viaturas ligeiras afetadas	14	16	16	16	16
	Número de viaturas pesadas afetadas	0	0	0	0	0
	Gastos com sensibilização (% de receitas próprias)	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1				
	Número de viaturas ligeiras afetadas	1	1	1	1	1
	Número de viaturas pesadas afetadas	0	0	0	0	0
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1				
	Número de viaturas ligeiras afetadas	7	7	7	7	7
	Número de viaturas pesadas afetadas	0	0	0	0	0
Gastos comuns	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1				

NOTA 1: Ver secção 4.4. Plano de recursos humanos para o período

Em adição aos principais gastos "recorrentes" apresentados no quadro infra, será importante enfatizar que se encontram previstos os seguintes gastos, elegíveis para efeitos de candidatura a projetos cofinanciados:

Handwritten signature and initials at the bottom right corner.

Candidatura - Gastos elegíveis	[Valores expressos em Euro]				
	2022	2023	2024	2025	2026
PO20 - CILoops					
Consultoria e peritos externos	0	0	0	0	0
Recursos Humanos	67.954	0	0	0	0
Outros custos	30.739	0	0	0	0
POSEUR (candidatura 2019)					
Consultores e peritos externos	0	0	0	0	0
Publicidade e divulgação	0	0	0	0	0
Outros PE's	0	0	0	0	0
POSEUR (candidatura 2021)					
Consultores e peritos externos	0	0	0	0	0
Publicidade e divulgação	64.575	64.575	0	0	0
Outros PE's	19.680	0	0	0	0
Total	162.998	64.575			

Como mencionado anteriormente, foram exclusivamente considerados os cofinanciamentos de candidaturas a fundos comunitários, que já se encontrem submetidos e aceites, ainda que esteja sempre no horizonte da empresa um posicionamento proativo em matéria de oportunidades para novas candidaturas.

4.5. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA OS PERÍODOS PROJETADOS

No que respeita aos Recursos Humanos, começamos por reiterar, uma vez mais, a mensagem de enaltecimento pela coragem, empenho e sentido de serviço público de todos os colaboradores das atividades de recolha de resíduos urbanos e da limpeza do espaço público.

O quadro do pessoal da **PORTO AMBIENTE**, constituído para assumir a execução do serviço de recolha de resíduos em todo o Município do Porto, procurou desde sempre garantir a resposta adequada às exigências da missão, com os índices de qualidade pretendidos pela Empresa, sublinhando ainda que, sempre que manifestada disponibilidade e interesse por parte dos colaboradores da anterior estrutura do Município do Porto, estes foram integrados na atual estrutura.

Esta estratégia, não só permitiu um maior controlo dos riscos associados à transferência da recolha para a **PORTO AMBIENTE**, uma vez que grande parte dos seus executantes continuaram a ser os mesmos, como também permitiu uma melhor racionalização dos recursos humanos afetos à Autarquia.

Assim, relativamente à sua orgânica funcional e atendendo ao papel determinante que a tecnologia desempenha e irá continuar a desempenhar no controlo e otimização da operação, a **PORTO AMBIENTE** será uma organização

com uma estrutura de suporte mais reduzida e uma área operacional pouco hierarquizada, porém ambas com um elevado grau de especialização e autonomia, permitindo, assim, maior agilidade na gestão diária.

Alguns dos condicionalismos originados pela crise pandémica COVID-19 encontram-se agora, completamente ultrapassados. Atualmente, não só todos os circuitos foram reativados, como foram constituídas novas equipas de trabalho para resposta ao início de novos projetos, os quais se espera que originem um retorno muito positivo, quer no nível da eficiência da operação, quer ao nível da eficácia dos níveis de separação.

Em resumo, e na sequência dos supramencionado, a estrutura previsional de recursos humanos da **PORTO AMBIENTE**, para o período de 2022 a 2026 apresenta-se da forma que seguidamente se detalha:

Pessoal		2022	2023	2024	2025	2026
Gestão de resíduos urbanos	Coordenador	1	1	1	1	1
	Encarregado Geral	2	2	2	2	2
	Encarregado	9	9	9	9	9
	Técnico Superior	5	5	5	5	5
	Motofista	91	91	91	91	91
	Condutor	172	172	175	175	175
	Eletricista	1	1	1	1	1
	Mecânico	1	1	1	1	1
	Soldador Civil	4	4	4	4	4
	Assistente Técnico	0	0	0	0	0
Unidade do espaço público	Director	1	1	1	1	1
	Encarregado Geral	1	1	1	1	1
	Encarregado	11	11	11	11	11
	Responsável de equipa	1	1	1	1	1
	Técnico Superior	4	4	4	4	4
	Fiscal	4	4	6	6	6
	Condutor	25	25	30	30	30
	Assistente Técnico	6	6	6	6	6
Novo Cargo	Director	1	1	1	1	0
	Responsável de equipa	0	0	1	1	0
	Técnico superior	0	1	1	1	0
	Administrador executivo	2	2	2	2	2
Custos Comens	Director	3	3	3	3	3
	Assessor Jurídico	1	1	1	1	1
	Coordenador	6	6	6	6	6
	Secretariado CA	1	1	1	1	1
	Responsável de equipa	2	2	2	2	2
	Técnico Superior	11	11	11	11	11
	Assistente Técnico	13	13	13	13	13
	Administrativo	8	8	8	8	8
	Total	587	588	599	599	594

Importa ainda sublinhar que, não obstante do processo de constituição do quadro de pessoal ter sido efetuado de forma gradual, a admissão, acolhimento e integração de um número tão elevado de colaboradores, tem vindo e continuará a ser um importante desafio a ultrapassar. Por tal motivo tem



vindo a ser desenvolvido um trabalho de elaboração e uniformização de procedimentos na área de Recursos Humanos, procurando constituir uma política de gestão de pessoas equitativa, mas também motivadora e promotora do bem-estar profissional e pessoal. Por último, e apesar da **PORTO AMBIENTE** estar focada na constituição e estabilização de um quadro de pessoal ajustado às responsabilidades que lhe foram cometidas, foi igualmente dada permanente atenção à eficiência organizacional, quer através de uma melhor definição de funções e níveis de responsabilidades, quer pela elaboração de procedimentos internos e externos nas diferentes áreas de atuação, aspeto esse que se espera vir a ser consolidado nos períodos subseqüentes.

4.6. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS

Os gastos comuns incorridos verificam-se indispensáveis como suporte às operações desenvolvidas pela **PORTO AMBIENTE**. Nesse contexto, o critério de imputação dos mesmos resultou da preponderância que os Gastos com o pessoal diretos, de cada uma das atividades desenvolvidas, sobre o total dos Gastos com o pessoal diretos, conforme se ilustra:

Critério de afetação de gastos comuns	2022	2023	2024	2025	2026
Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	84%	84%	84%	84%	84%
Limpieza do Espaço Público	16%	16%	16%	16%	16%
Neutralidade carbónica	0%	0%	0%	0%	0%

No que respeita à atividade do Pacto para a Neutralidade Carbónica, a realidade atual, não ilustra, no curto prazo, qualquer consumo de recursos comuns, aspeto que será acompanhado de forma próxima, e ajustado logo que se justifique.

4.7. PLANO DE INVESTIMENTO PARA OS PERÍODOS PROJETADOS

O investimento previsto para os períodos em análise reparte-se da seguinte forma:

Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	2022	2023	2024	2025	2026
Ativos fixos tangíveis	749.266	3.375.120	1.153.103	670.921	678.803
Veículos pesados para recolha de RSUs	0	904.080	0	0	0
Frota de lavagem de equipamentos	0	1.008.400	0	0	0
Reabilitação e qualificação dos ecocentros	0	410.205	0	0	0
Equipamentos de deposição, amareamento ou compactação	736.492	947.715	1.064.079	605.209	617.303
Outros projetos de limpeza por proximidade	0	61.500	64.424	65.712	61.500
Outros investimentos diversos	12.863	43.050	24.600	0	0
Ativos Intangíveis	0	34.900	0	0	0
Software	0	34.900	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0

Os principais investimentos projetados ao longo dos vários períodos relacionam-se com as seguintes iniciativas, ponderadas no plano de atividades da **PORTO AMBIENTE**:

- Reforço muito relevante do investimento efetuado na fração dos biorresíduos, sendo esta uma fração onde a **PORTO AMBIENTE** poder marcar a diferença no caminho das metas a que se propôs;
- Reforço da frota de viaturas pesadas para recolha de RSU's, sendo o objetivo desta fase colmatar especificamente determinados circuitos deficitários;
- Reforço da frota de lavagem de equipamentos, procurando assim a **PORTO AMBIENTE**, atingir números mais interessantes a este nível;
- Reabilitação e qualificação dos ecocentros, nomeadamente ao nível de soluções multifuncionais que visem o reaproveitamento, transformação e reintrodução dos bens na economia, facilitando assim o consumo sustentável, a prevenção de resíduos, a reutilização, a reparação e a reciclagem nas zonas urbanas;
- Continuidade do processo de alargamento e reestruturação da rede municipal de equipamentos, relocando determinados pontos de recolha, repondo equipamentos, e investindo na expansão da componente seletiva.

4.8. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A estrutura previsional de modelo de financiamento para os investimentos a realizar no período de 2022-2026 é a seguinte:

Fontes de financiamento	(Valores em Euro, com IVA incluído)				
	2022	2023	2024	2025	2026
Autofinanciamento	531.275	1.499.370	1.153.100	670.921	670.800
Financiamento externo - fundo peripato					
Cityloop	0	0	0	0	0
PCSEUR (candidatura 2019)	0	0	0	0	0
PCSEUR (candidatura 2021)	218.081	0	0	0	0
Financiamento externo - locação financeira	0	1.912.680	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0	0	0

4.9. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS



(Valores em illos)

Pressupostos financeiros	2022	2023	2024	2025	2026
Prazo médio de recebimentos Receitas próprias	75	75	75	75	75
Prazo médio de recebimentos subsídios CNP	0	0	0	0	0
Prazo médio de recebimentos outros subsídios	120	120	120	120	120
Prazo médio de pagamentos tratamento Resíduos	60	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos Subcechatos	60	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos CAPEX	60	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos Outros	30	30	30	30	30
Prazo médio de pagamentos ao pessoal	0	0	0	0	0
Prazo médio de pagamentos financiamentos	0	0	0	0	0

4.10. PRESSUPOSTOS DE FINANCIAMENTO

Pressupostos de financiamento	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa de juro - Descoberto bancário	3,0000%	3,0000%	3,0000%	3,0000%	3,0000%
Taxa de juro Locação financeira - Euribor	0,0000%	0,2790%	0,2790%	0,2790%	0,2790%
Taxa de juro Locação financeira - Semead	0,4710%	0,4710%	0,4710%	0,4710%	0,4710%



4.11.2. PERÍODOS DE 2025 A 2026

(Valores previstos em R\$)

Demonstração dos resultados por atividade	2025					2026				
	Resultado do Resultado Líquido	Transferências multilaterais	Imposto do Estado Paulista	Neutralização Contábil	Totais	Exceção de Resultado Ativo	Serviços prestados	Imposto do Estado Paulista	Neutralização Contábil	Totais
Resultado em atividades operacionais	16.725.465	589.409	-	-	(7.211.211)	17.473.277	413.348	-	-	18.086.625
Subsidios e subvenções	2.264.803	-	19.713.065	236.306	(3.268.165)	3.918.168	-	11.204.423	0	15.134.696
Contas de ordem e demais receitas e despesas administrativas	(69.484)	(1.189)	(104.477)	-	(175.150)	(72.418)	(1.214)	(106.498)	-	(182.130)
Transferências para outras entidades	(7.622.134)	(188.503)	(8.886,654)	(18,534)	(16,258,825)	(9,725,028)	(199,928)	(9,300,328)	-	(20,225,284)
Contas de ordem	(8,105,580)	(136,290)	(1,198,862)	(122,338)	(10,562,070)	(9,020,821)	(143,062)	(1,718,524)	-	(10,982,407)
Impostos de natureza tributária (Imposto de Renda e Imposto de Renda)	(254,824)	(5,344)	-	-	(260,168)	(254,084)	(1,084)	-	-	(255,168)
Outras receitas	754,480	-	15,286	-	769,766	826,620	-	15,894	-	842,514
Outras despesas	(488,748)	(8,122)	(11,212)	-	(508,082)	(478,570)	(8,042)	(11,420)	-	(498,032)
RESCA	1.295.840	240.222	18.800	24.460	1.587.462	1.442.760	284.151	17.428	0	1.744,339
Contas e transferências de subvenções de natureza operacional	(1,374,208)	(23,872)	(8,887)	(14,400)	(1,421,367)	(1,403,844)	(22,940)	(17,878)	83	(1,467,682)
Resultado operacional	17,867	354,124	-	-	371,991	16,440	240,222	-	-	357,162
Serviços e produtos operacionais	(21,467)	(24)	-	-	(21,511)	-	(24)	-	-	(21,559)
Resultado antes do imposto	-	229,777	-	-	229,777	-	219,978	-	-	219,978
Imposto sobre o rendimento (Imposto de Renda)	-	(10,504)	-	-	(10,504)	-	(44,302)	-	-	(54,806)
Resultado líquido do período	-	119,273	-	-	119,273	-	175,676	-	-	175,676



5

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
PREVISIONAIS
PARA OS ANOS DE
2022, 2023, 2024,
2025 E 2026**



5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2022, 2023, 2024, 2025 E 2026

5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO

Todos os montantes inscritos neste documento são apresentados em euro.

5.1.1. PRESSUPOSTOS

Os principais pressupostos que foram tidos em consideração na elaboração deste documento encontram-se apresentados na secção 4.

5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados derivam (i) do orçamento da Câmara Municipal do Porto relativamente às receitas provenientes dos subsídios, (ii) das receitas próprias decorrentes da tarifa de gestão de resíduos urbanos, cobradas por intermédio da Empresa das Águas do Município do Porto, E.M. (CMPEAE), (iii) das receitas próprias faturadas aos Grandes produtores, (iv) subsídios provenientes de candidaturas a fundos comunitários e, (v) outros valores faturados menos expressivos nomeadamente a Remoção de Resíduos de Construção e Demolição e limpeza de eventos não realizados na via pública.

O prazo médio de recebimentos considerado, apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a 75 dias para a generalidade das Receitas Próprias, 0 dias para os Subsídios à exploração do Município e 120 dias para os demais Subsídios.

Prestação de Serviços e Outros Rendimentos	(Montes em Euro)				
	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS PRÓPRIAS (TARIFA DE GESTÃO DE RU)	16.193.661	15.746.936	16.304.123	16.920.034	17.464.738
Utilizadores domésticos	7.416.920	7.773.113	8.044.192	8.370.317	8.616.706
Utilizadores não domésticos	7.776.628	7.975.825	8.259.931	8.549.767	8.850.034
RECEITAS PRÓPRIAS (SERVIÇOS AUXILIARES)	641.799	680.877	673.300	695.030	619.888
Grandes produtores/Não Domésticos na Origem	490.137	535.405	557.540	579.732	603.440
Recuperação de bens	669	0	0	0	0
Remoção de Resíduos de Construção e Demolição (PCD)	16.634	9.310	9.497	9.687	9.880
Outros	26.360	6.162	6.263	6.611	6.568
RECEITAS PRÓPRIAS (ATIVIDADE NÃO REGULADA)	38.119	14.789	16.065	15.386	15.694
Limpeza de eventos especiais	15.281	0	0	0	0
Realização	19.829	14.789	16.065	15.386	15.694
TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS	637.633	663.666	644.636	679.959	695.668
Subsídios à exploração - Cobertura de tarifa	1.477.066	1.832.422	2.355.234	2.316.813	2.310.166
Subsídios à exploração - Limpeza do Espaço Público	7.854.444	9.593.244	10.219.696	10.713.044	11.204.433
Subsídios à exploração - Neutralidade Carbónica	66.372	194.641	230.979	230.304	0
Subsídios à exploração - Fundos comunitários	270.949	54.009	0	0	0
Subsídios ao Investimento - Fundos comunitários	68.856	139.660	139.840	116.721	113.093
Total	26.141.303	28.782.211	30.204.554	31.388.145	32.422.517

5.1.3. SUBCONTRATOS

Handwritten signature or mark in blue ink, including the letters 'VT' and a stylized 'G'.

Os valores apresentados resultam essencialmente:

- a) Aplicação da taxa de faturação e cobrança pelas Águas do Porto;
- b) da execução do serviço de Limpeza do Espaço Público. Este serviço tem vindo a ser prestado por uma entidade subcontratada, cujo contrato verificou início em 11 de agosto de 2018, por 48 meses, tendo sido necessário proceder a um prolongamento de 6 meses do mesmo e realização de procedimento alargado para um novo período de 48 meses); e
- c) da execução do serviço de Limpeza das praias (originada como consequência indireta da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, e prevê, entre outros, a limpeza dos areais e rochas (cerca de 2,5 Km), bem como a recolha dos resíduos depositados nos Ecopontos e Papeleiras instaladas nos areais, garantindo-se assim a remoção de todo o tipo de desperdícios provenientes da atividade dos utentes das praias, resíduos transportados pelo mar e depositados na areia pela ação das marés, resíduos transportados pelos ventos e objetos abandonados. Esta operação, executada duas vezes ao dia, 7 dias por semana durante a atual época balnear, garante a afetação de 14 meios humanos e 4 meios mecânicos, sendo igualmente realizada a oxigenação e desinfestação dos areais em dois períodos distintos, entre as 06H00 e as 13H00 e as 18H00 e as 22H00) e, (iv) a entrega ao município de 50% do valor cobrado a título de coimas por infrações, em conformidade com o regulamento de fiscalização em vigor.

Subcontratos	Preços em Euro				
	2022	2023	2024	2025	2026
Gestão de resíduos urbanos	486.048	496.048	513.294	533.265	549.308
Fee de faturação e cobrança CAVPA	486.048	496.048	513.294	533.265	549.308
Limpeza do espaço público	8.165.908	7.441.483	6.043.409	5.446.733	5.889.798
Imp. espaço público, terrenos, eventos - Contrato atual	5.932.484	0	0	0	0
Imp. espaço público, terrenos, eventos - Contrato potencial	0	7.434.008	6.036.066	5.439.040	5.842.948
Unidade dos praias	224.944	0	0	0	0
Fee de fiscalização do Município	0.577	2.294	7.542	7.693	7.847
Serviços auxiliares	8.174	8.329	8.618	8.937	9.221
Fee de faturação e cobrança CAVPA	8.174	8.329	8.618	8.937	9.221
Total	8.162.792	8.145.760	6.615.321	6.187.932	7.407.226

O prazo médio de pagamentos considerado apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a cerca de 60 dias para a generalidade dos fornecedores.



5.1.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Os valores apresentados resultam essencialmente (i) da aplicação da taxa de exploração, e (ii) da Taxa de Gestão de Resíduos ao total de toneladas de resíduos indiferenciados estimados.

Tratamento de resíduos	[Valores expressos em Euro]				
	2022	2023	2024	2025	2026
Gestão de resíduos urbanos	5.158.624	5.185.524	5.187.852	5.121.407	5.081.002
Taxa de exploração	4.674.564	4.696.743	4.671.679	4.638.687	4.602.526
Taxa de Gestão de Resíduos - valorizados energéticos	484.057	488.781	486.173	482.740	478.976
Limpeza do espaço público	37.643	37.367	37.794	37.569	37.613
Taxa de exploração	32.273	32.590	32.761	32.957	32.176
Outras	5.369	10.777	10.993	11.213	11.437
Serviços auxiliares	99.332	113.190	113.348	113.170	113.043
Taxa de exploração	91.205	104.984	105.086	105.063	105.001
Outras	8.127	8.207	8.163	8.107	8.042
Total	5.295.602	5.348.382	5.347.635	5.304.776	5.295.158

O prazo médio de pagamentos considerado apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a cerca de 60 dias para a generalidade dos fornecedores.

5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS

Os valores apresentados resultam (i) da execução dos contratos existentes e/ou planeados, (ii) gastos estimados com as viaturas e equipamentos próprios e, (iii) estimativa de gastos com combustíveis para a frota própria e em aluguer operacional.

Para o efeito, e respetivas estimativas, constaram do racional:

Aluguer operacional, Combustíveis e Manutenção de Equipamentos e Viaturas	[Valores em Euro]									
	2022		2023		2024		2025		2026	
	Urgente	Previdido	Urgente	Previdido	Urgente	Previdido	Urgente	Previdido	Urgente	Previdido
Despesa em resíduos urbanos	26	22	22	21	21	26	22	26	22	26
Previdido	0	40	0	49	1	54	4	54	4	54
Aluguer operacional	10	2	10	2	23	0	21	0	38	3
Despesa em limpeza	327.029	1.495.839	293.758	2.773.696	341.412	3.062.193	348.319	3.869.640	340.276	3.144.796
Previdido	30.283	92.908	144.994	95.409	197.523	97.409	197.552	99.007	197.522	101.344
Aluguer operacional	297.215	1.402.931	127.762	2.678.287	143.909	2.925.184	147.767	3.769.633	139.722	3.043.342
Despesa em serviços auxiliares	14	0	14	0	14	0	14	0	14	0
Previdido	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0
Aluguer operacional	14	0	14	0	14	0	14	0	14	0
Despesa em combustíveis	67.680	0	117.428	0	124.444	0	134.843	0	125.024	0
Previdido	72.028	0	113.267	0	122.407	0	122.656	0	122.473	0
Aluguer operacional	13.950	0	4.364	0	2.037	0	2.208	0	2.204	0
Manutenção de Equipamentos	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Previdido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aluguer operacional	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Despesa em outros	3.199	0	3.440	0	3.449	0	3.492	0	3	0
Previdido	3.003	0	3.348	0	3.349	0	3.348	0	3	0
Aluguer operacional	400	0	1.300	0	1.100	0	1.154	0	0	0
Despesa com a frota	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Previdido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aluguer operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com a frota	45.090	0	56.437	0	56.811	0	59.020	0	59.243	0
Previdido	39.099	0	47.758	0	47.676	0	47.514	0	47.514	0
Aluguer operacional	7.491	0	18.991	0	11.134	0	11.506	0	11.947	0
Total	47.352	1.495.839	414.291	3.773.811	423.264	3.062.193	416.897	3.869.640	404.276	3.144.796

5.1.6. GASTOS COM O PESSOAL



Os valores apresentados traduzem o efeito da evolução do número de colaboradores evidenciada na secção 4.4., a qual tem vindo a registar uma significativa estabilização de recursos desde o início da crise pandémica (2020 e 2021) e que se espera possa agora voltar a seguir a curva de crescimento projetada, na mesma medida em que vão sendo consolidados os projetos a implementar.

Gastos com o pessoal	(Médias representativas em Euro)				
	2022	2023	2024	2025	2026
Recolha de resíduos urbanos					
Número de colaboradores	286	286	289	289	289
Total encargos	5.579.371	6.032.418	6.472.103	6.850.091	7.230.652
Limpeza do espaço público					
Número de colaboradores	53	53	60	60	60
Total encargos	1.090.970	1.189.728	1.380.664	1.442.998	1.303.557
Neutralidade Carbónica					
Número de colaboradores	1	2	3	3	0
Total encargos	25.417	85.241	124.857	127.130	0
Gastos comuns					
Número de colaboradores	47	47	47	47	47
Total encargos	1.425.155	1.558.905	1.607.540	1.656.648	1.706.243
Total Gastos com o pessoal	8.120.912	8.866.292	9.584.964	10.076.867	10.440.452

5.1.7. OUTROS GASTOS

Os valores apresentados em outros gastos traduzem essencialmente os encargos acessórios à operação (tais como materiais consumíveis), de estrutura ou outros de carácter menos representativo individualmente.

Outros gastos e/ou fornecimentos diversos	(Médias em Euro)				
	2022	2023	2024	2025	2026
Recolha de resíduos urbanos	643.930	678.370	640.583	668.291	696.661
Adquirição de equipamentos e infraestrutura	47.970	101.391	105.279	109.532	113.957
Sacos, cordões, rodos, lonas, consumíveis naturais e outros mat.	80.298	65.385	68.026	70.775	73.634
Aluguer de equipamentos, acessórios e instrumentação	136.854	132.601	138.304	142.975	149.791
Sensibilização	30.087	307.133	113.095	119.628	125.938
Gastos de educação compartilhados	130.171	64.575	0	0	0
Outros diversos	98.439	207.506	215.777	224.361	233.331
Limpeza de espaço público	142.401	238.162	249.418	261.468	273.498
Gastos com sensibilização	50.087	107.133	113.095	119.628	125.938
Defas, diluentes, vendas, alças, areia e outros materiais	75.934	94.520	100.420	104.477	108.698
Outros diversos	16.359	34.509	35.903	37.353	38.862
Neutralidade Carbónica	38.853	77.362	74.262	71.064	0
Comunicação	6.150	15.189	15.462	14.457	0
Encargos com eventos	27.013	47.035	43.329	40.837	0
Outros fornecimentos	3.690	15.139	15.462	15.771	0
Gastos comuns	668.167	596.581	627.047	648.346	679.493
Encargos com materiais	156.678	182.657	190.036	197.714	205.701
Licenças de software e hardware	94.257	114.501	119.127	123.940	128.947
Manutenção e/ou trabalhos especializados	236.515	153.343	159.538	165.983	172.689
Comunicações	19.431	34.374	36.762	37.207	38.710
Outros diversos	51.425	21.706	22.583	23.496	24.445
Total	1.251.343	1.800.466	1.491.273	1.645.153	1.540.645

5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2022, 2023, 2024, 2025 E 2026

Handwritten notes and signature: 4 HT. [Signature]



(Valores expressos em Euro)

Demonstração dos resultados	2022	2023	2024	2025	2026
Receitas e serviços prestados	15.730.023	16.299.815	16.879.473	17.515.913	18.086.026
Tributos a exploração	9.668.053	11.674.195	12.805.911	13.240.185	13.514.598
Custo das mercadorias vendidas e dos materiais consumidos	(156.564)	(161.805)	(198.446)	(175.251)	(180.301)
Fornecimentos e serviços externos	(15.930.831)	(17.595.057)	(18.280.539)	(18.786.268)	(19.214.307)
Dados sem o pessoal	(8.120.912)	(8.866.290)	(9.584.964)	(10.076.880)	(10.440.449)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(356.490)	(360.000)	(360.000)	(360.000)	(360.000)
Diferis rendimentos	741.825	808.304	821.571	812.066	821.345
Diferis gastos	(497.454)	(507.765)	(505.338)	(500.058)	(496.455)
EBITDA	1.077.456	1.271.202	1.307.177	1.667.583	1.738.973
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(836.126)	(1.041.895)	(1.267.123)	(1.438.879)	(1.467.662)
Resultado operacional	241.330	229.307	40.054	228.704	271.311
Juros e ganhos emites suportados	(19.473)	(20.253)	(36.806)	(22.000)	(17.238)
Resultado antes de impostos	221.857	209.054	3.248	206.704	254.073
Imposto sobre rendimento do período	(65.748)	(56.107)	(57.200)	(60.506)	(64.300)
Resultado líquido do período	156.109	152.947	(53.952)	146.198	189.773

Handwritten marks and signatures at the bottom right of the page.



5.4. BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2022, 2023, 2024, 2025 E 2026

Balanco		Valores expressos em Euro				
		2022	2023	2024	2025	2026
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis		6.367.783	8.726.220	8.514.127	7.745.571	6.956.790
Ativos intangíveis		10.707	2.395	468	67	-
Outros investimentos financeiros		41.982	41.982	41.982	41.982	41.982
Ativos patrimoniais diferidos		52.009	52.009	52.009	52.009	52.009
		6.412.481	8.822.606	8.908.586	7.839.629	7.050.781
Ativo corrente						
Investimentos		166.855	166.855	166.855	166.855	166.855
Clientes		3.222.343	3.043.125	2.808.565	2.585.949	2.249.807
Dúvidas creditícias a receber		316.178	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários		4.152.743	3.240.780	2.923.965	3.166.551	3.454.015
		7.858.119	6.450.760	5.693.385	5.719.355	5.763.677
Total do ativo		14.270.599	15.273.366	14.601.971	13.558.984	12.814.458

Balanco		Valores expressos em Euro				
		2022	2023	2024	2025	2026
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital subscrito		3.265.566	3.265.566	3.265.566	3.265.566	3.265.566
Reservas legais		65.366	96.947	127.533	138.802	191.854
Outras reservas		139.947	139.947	139.947	139.947	139.947
Resultados transferidos		1.250.116	1.392.337	1.514.750	1.629.746	1.771.958
Excedentes de reavaliação		12.472	-	-	-	-
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		820.379	711.987	609.595	513.136	406.264
Resultado líquido do período		157.904	153.029	156.246	165.254	175.634
Total do capital próprio		5.711.749	5.799.862	5.657.659	5.652.661	5.751.252
PASSIVO						
Passivo não corrente						
Financiamentos a prazo		3.202.285	4.184.587	3.304.675	2.423.960	1.534.415
Passivos por impostos diferidos		250.046	215.142	183.683	157.421	132.210
		3.452.331	4.399.729	3.488.358	2.581.381	1.666.625
Passivo corrente						
Provedores		2.501.268	2.461.092	2.735.803	2.800.964	2.874.433
Dívidas e outros empréstimos		224.463	225.575	240.365	252.884	263.583
Financiamentos de prazo		635.751	670.969	675.732	660.522	665.339
Outras dívidas a pagar		1.466.467	1.239.918	1.239.918	1.238.932	1.239.945
Devedores		118.229	118.229	118.229	118.229	118.229
		5.146.117	5.115.783	5.399.847	5.795.521	5.331.510
Total do passivo		8.618.448	9.515.551	9.700.315	8.376.902	7.092.165
Total do capital próprio e do passivo		14.330.196	15.315.413	14.357.971	13.929.884	12.843.417



5.6. ORÇAMENTO DE TESOUREARIA PREVISIONAL 2022 A 2026

Orçamento de tesouraria previsual		Valores expressos em Euro				
		2022	2023	2024	2025	2026
Saldo Inicial		3.714.414	4.189.743	3.979.970	3.223.938	3.714.414
Recebimentos						
Escalões de clientes a cobrar Programa		25.439.428	28.440.636	30.276.960	31.370.732	32.224.750
Subsídios de candidaturas comunitárias		-	-	-	-	-
Financiamentos bancários		-	1.912.630	-	0	0
Curtos		479.281	372.815	9.245	4.715	2.010
		25.918.709	30.726.081	30.286.205	31.375.447	32.226.760
Pagamentos						
Pagamentos a fornecedores		(14.452.119)	(18.103.017)	(18.879.902)	(19.395.437)	(19.834.844)
Pagamentos a fornecedores investimento		(373.539)	(3.858.789)	(1.153.100)	(670.921)	(678.813)
Pagamentos ao pessoal		(7.401.379)	(8.866.290)	(9.584.964)	(10.075.874)	(10.442.432)
Financiamentos bancários		(626.835)	(715.383)	(899.955)	(899.959)	(899.955)
Impostos, contribuições e outros		(424.563)	(90.405)	(307.065)	(89.274)	(93.651)
		(19.880.436)	(31.633.884)	(30.664.986)	(31.145.491)	(31.949.695)
Saldo Final		4.152.285	3.742.760	3.722.245	3.188.831	3.464.916

5.7. RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES

À data de emissão deste documento, não existem situações suscetíveis de gerar eventuais responsabilidades adicionais decorrentes de contenciosos existentes ou potenciais.

5.8. COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA ALÉM DO PERÍODOS DE 2021-2025

À data de emissão deste documento, apuram-se as seguintes despesas, cujos compromissos assumidos se verificam, ou se esperam verificar, para além do período em reporte (2022-2026):

a) Contratos de locação financeira:

- Foi adjudicada em 2020, a renovação da frota de viaturas pesadas de recolha de resíduos sólidos urbanos, mediante a aquisição de 26 viaturas e equipamentos, com recurso a financiamento por intermédio de locação financeira. O plano de pagamentos da referida locação financeira, excede o período em reporte neste documento (2022-2026), projetando-se da forma evidenciada na tabela infra:
- Prevê-se a adjudicação, em 2023, da renovação da frota de viaturas pesadas de lavagem de equipamentos e aquisição de um equipamento de recolha Tri-fluxo, de uma viatura mista e de uma viatura média (12 ton), com recurso a financiamento por intermédio de locação financeira. O plano de pagamentos da referida, está previsto exceder o período em reporte neste documento (2022-2026), projetando-se da forma evidenciada em seguida.

HT
8
3

Contratos Plurianuais	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Manutenção programada 2020	403.808	403.808	403.808	403.808	403.808	403.808	403.090	0	0	0
Manutenção programada 2023	0	81.333	246.127	246.127	246.127	246.127	246.127	246.127	246.127	192.254
Total	403.808,00	713.382,00	899.935,00	899.935,00	899.935,00	899.935,00	849.225,40	246.127,00	246.127,00	192.254,00

b) Contratos de manutenção preventiva;

- No âmbito do procedimento de renovação da frota de viaturas pesadas de recolha de resíduos sólidos urbanos, em 2020, foi adicionalmente adjudicado um contrato de manutenção preventiva dos respetivos equipamentos. O plano de pagamentos do referido contrato, excede o período em reporte neste documento (2022-2026), projetando-se da forma evidenciada na tabela infra;
- Na âmbito do procedimento previsto da renovação da frota de viaturas pesadas de lavagem de equipamentos e aquisição de um equipamento de recolha tri-fluxo, de uma viatura mista e de uma viatura média (12 ton), em 2023, será igualmente adjudicado um contrato de manutenção preventiva dos respetivos equipamentos. O plano de pagamentos do referido contrato está previsto exceder o período em reporte neste documento (2022-2026), projetando-se da forma evidenciada em seguida.

Contratos Plurianuais	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Manutenção programada 2020	307.304	307.304	307.304	167.004	0	0
Manutenção programada 2023	23.889	71.667	71.667	71.667	71.667	47.778
Total	231.193,90	278.971,50	278.971,50	238.671,26	71.667,00	47.778,00

c) Contrato de subcontratação de serviços de Limpeza do espaço público;

- O contrato de subcontratação de serviços de Limpeza do espaço Público terminou em agosto de 2022, tendo sido necessário promover a um prolongamento extraordinário do mesmo até ao final do período de 2022. Nos pressupostos de base ao presente documento foi prevista nova adjudicação por período de 4 anos, com início em janeiro de 2023, cessando os seus efeitos em dezembro de 2026. O plano de pagamentos do referido contrato, ainda que não exceda o período em reporte neste documento (2022-2026), projetando-se da forma evidenciada em seguida.

(Valores em Euro)

Contratos Plurianuais	2023	2024	2025	2026
Limpeza do espaço público				
Limp. espaço público, eventos e praias	7.634.008	8.036.066	8.439.040	8.842.948
Total	7.634.008	8.036.066	8.439.040	8.842.948

5.9. CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão previsional para os períodos de 2022 a 2026 geram, para as principais atividades, resultados operacionais nulos, decorrendo este efeito do facto das atividades incorporarem os subsídios à exploração do Município, quer a título de cobertura de tarifa, quer a título de Limpeza do Espaço Público (integralmente).



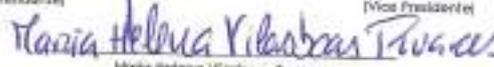
Sublinhamos ainda que a **PORTO AMBIENTE** atingiu, nos anos de 2020 e 2021, os ambicionados níveis de eficiência que se traduziram na cobertura integral de gastos na atividade de recolha de resíduos urbanos, ainda assim, as presentes projeções apontam para a necessidade cobertura parcial de encargos desta atividade (em cerca de 10% a 12%), com recurso a subsídios à exploração, justificada pela crise no setor energético, e pela vontade do município em não repercutir integralmente esse impacto nos munícipes da cidade do Porto.

Permanece ainda assim, a relevante capacidade da empresa para ultrapassar desafios, atingir os desafios propostos, pautada por critérios de excelência, como aliás foi distinguido pela ERSAR, atribuindo à **PORTO AMBIENTE**, por dois anos



consecutivos, o selo de qualidade da entidade reguladora, tendo ainda distinguido **PORTO AMBIENTE** com o Prémio de Excelência do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, atribuído no ano de 2021.

Porto, 26 de outubro de 2022

 Paulo Sérgio Pereira da Cruz Diretor Geral da Cruz	 Filipe Manuel Ventura Presidente Comissão de Almoxarifado	 Luís André Fernandes Vice-Presidente Comissão de Almoxarifado
 Maria Helena Vitorino Tavares Vogal		

At.
LH
A



6

PARECER DO FISCAL ÚNICO

**PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL (2022-2026)**

INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 25º, nº 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, EM, S.A.** (a Entidade) relativos aos **períodos entre o ano de 2022 e o ano de 2026**, que compreendem o (i) Plano anual de atividades, (ii) Orçamento anual de investimentos e de exploração, (iii) Orçamento de tesouraria (iv) bem como Balanço previsional, incluindo os pressupostos de referência em que se basearam todas as referidas peças, os quais se encontram descritos no ponto 4 e ponto 5 do referido Instrumentos de Gestão Previsional.

RESPONSABILIDADES DO ORGÃO DE GESTÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

É da responsabilidade do Órgão de Gestão da Entidade a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional ("IGP") e a divulgação dos pressupostos nos quais as previsões neias incluídas se baseiam.

Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

mazars

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes e planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

CONCLUSÃO E OPINIÃO

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados.

Além disso, em nossa opinião a projeção está preparada com base nos pressupostos elencados e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 22 de outubro de 2022



MAZARS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Representada por José Fernando Abreu Rebouta (Revisor Oficial de Contas n.º 1023 e registado na CMVM com o n.º 20160637)

HT.
S
K
\$



7

CERTIDÃO DE PARTE DE ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA

-----CERTIDÃO DE PARTE DE ATA-----

----Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 26 de outubro de 2022----

----- **Ponto 3:** Aprovação dos Instrumentos de Gestão Previsional para o período compreendido entre os anos de 2022 e 2026. -----

Presente o documento Instrumentos de Gestão Previsional para o período compreendido entre os anos de 2022 e 2026, no decurso do cumprimento dos deveres de informação previstos no artigo 20º dos Estatutos da Porto Ambiente, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

-----Está conforme -----

----- Porto, 26 de outubro de 2022 -----

-----O ADMINISTRADOR EXECUTIVO-----

----- (Dr. Luís Bragança de Assunção) -----

CERT/0591/2022



Instrumentos de Gestão Previsional

2023 – 2027



Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto,
E.M., S.A.

Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 9.º andar
4350-158 Porto

Instrumentos de Gestão Previsional

2023 – 2027

Aprovado em Conselho de Administração em 25 de outubro de
2022

M. J. L.
Presidente
Presidente





Índice

I.	Apresentação da Empresa.....	11	Plano de Recursos Humanos para o Período 2023	47
	Introdução.....	13	Plano de Recursos Humanos para o Período 2023	47
	Missão	14	Formação	51
	Competências.....	14	Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	52
	Organograma	15	Seguro de Saúde	52
	Análise SWOT	15	Regulamento, Códigos e Planos.....	52
	Forças	15	Regulamento Interno.....	52
	Fraquezas	16	Código de Ética	53
	Oportunidades	17	Código de Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio	53
	Ameaças	18	Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	53
II.	PLANO DE ATIVIDADES PARA 2023	19	Plano para a Igualdade de Género 2022	53
	Eixos Estratégicos para 2023	21	III. Orçamento para 2023	55
	Planeamento para 2023	21	Sumário.....	57
	[E1] ORU Centro Histórico.....	21	1. Orçamento de Receitas e Despesas 58	
	[E2] Operações de Reabilitação Urbana – ORU	28	1.1.1. Orçamento de Receitas.....	59
	1. Operação de Reabilitação Urbana Campanhã – Estação e Operação de Reabilitação Urbana Corujeira	28	1.1.2. Comparticipações Financeiras do IHRU e do Município do Porto	59
	2 Unidades Patrimoniais	32	1.1.3. Contrato-Programa	59
	3. Projeto Ilhas da Lomba.....	33	1.1.4. Contrato-Mandato	60
	[E3] Habitação para Arrendamento a Rendas Acessíveis.....	37	1.1.5. Vendas	60
	[E4] Projeto “Ilhas” da Cidade e gestão do Gabinete 1º Direito	39	1.1.6. Comparticipações Comunitárias.....	61
	Outras Unidades Orgânicas	40	1.1.7. Rendas (Propriedade SRU).....	61
	Indicadores de Avaliação de Atividade	41	1.1.8. Rendas (Gestão SRU).....	61
	Aspectos Organizacionais	47	1.1.9. Outras Receitas	62
			1.2. Orçamento de Despesas	63

1.2.1.	Pessoal.....	63
1.2.2.	Aquisição de Bens e Serviços.....	64
1.2.3.	Amortização de Financiamentos Obtidos	65
1.2.4.	Juros de Financiamentos Obtidos	65
1.2.5.	Outros Encargos Financeiros.....	65
1.2.6.	Impostos e Taxas.....	66
1.2.7.	Outras Despesas.....	66
1.2.8.	Investimentos em Reabilitação Urbana	66
1.2.9.	Outros Investimentos.....	68
IV.	PLANO PLURIANUAL 2023-2027.....	69
	Orçamento Plurianual 2023 – 2027	71
1.3.	Demonstrações Orçamentais Previsionais	71
1.3.1.	Receitas	71
1.3.2.	Despesas.....	72
1.4.	Plano Plurianual de Investimento	73
1.5.	Demonstrações Financeiras Previsionais	77
1.5.1.	Balço	77
1.5.2.	Demonstração de Resultados....	78
1.6.	Compromissos Plurianuais	79
V.	PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	84
VI.	ANEXOS	91





Índice de Figuras

Figura 1: Organograma.....	15
Figura 2: ORU Centro Histórico	21
Figura 3: Ilhas da Lomba.....	34
Figura 4: Ilhas da Lomba.....	35
Figura 5: Organograma.....	47



Índice de Tabelas

Tabela 1: Indicadores de avaliação de atividade.....	41
Tabela 2: Indicadores Eixo 1.....	43
Tabela 3: Indicadores Eixo 2.....	44
Tabela 4: Indicadores Eixo 3.....	45
Tabela 5: Indicadores Eixo 4.....	46
Tabela 6: Distribuição por Área de Especialidade e Vínculo 2022/2023.....	47
Tabela 7: Distribuição por Carreiras e Categorias 2022/2023	48
Tabela 8: Tesouraria para 2023.....	58
Tabela 9: Despesas com Pessoal	63
Tabela 10: Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	64
Tabela 11: Despesas com Outros Encargos Financeiros	65
Tabela 12: Despesas com Impostos e Taxas.....	66
Tabela 13: Outras Despesas	66
Tabela 14: Despesas com o Processo de Reabilitação Urbana	67
Tabela 15: Contribuição para a Constituição do Ativo da Sociedade.....	68
Tabela 16: Demonstração Orçamental Previsional – Receitas.....	72
Tabela 17: Demonstração Orçamental Previsional - Despesas	73
Tabela 18: Plano Plurianual de Investimento.....	76
Tabela 19: Balanço Previsional 2023 – 2027	78
Tabela 20: Demonstração de Resultados Previsional 2023 – 2027.....	79

M
U



Índice de Plantas

Planta 1: ARU do CHPPM	22
Planta 2: Planta cadastral da UI de Santa Clara	25
Planta 3: Delimitação da ORU de Campanhã - Estação e respetiva ampliação.....	28
Planta 4: Delimitação da ARU da Corujeira e respetiva ampliação.....	30



Lista de Abreviaturas

- AIIA** - Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa
- ARU** – Área de Reabilitação Urbana
- BEI** - Banco Europeu de Investimento
- CCP** – Código dos Contratos Públicos
- CHP** – Centro Histórico do Porto
- CHPPM** - Centro Histórico do Porto Património Mundial
- CMP** – Câmara Municipal do Porto
- COVID-19** – Coronavírus SARS-CoV-2
- CPMP** - Contrato Programa Celebrado com o Município do Porto
- DGPC** – Direção Geral do Património Cultural
- DMU** – Direção Municipal de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto
- DRCN** – Direção Regional de Cultura do Norte
- ELH** – Estratégia Local de Habitação
- FEUP** – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- GTEM** – Gabinete técnico de Engenharia e Manutenção
- ha** – Hectare

✓
M
4

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IHRU – Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, IP

INE – Instituto Nacional de Estatística

MIPIM - Exposição Marché International des Professionnels de l'Immobilier

MP – Município do Porto

ORU - Operação de Reabilitação Urbana

PcS – Programa Municipal “Porto com Sentido”

PDM - Plano Diretor Municipal

PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

Projeto Atlas.WH - Heritage in the Atlantic Area: Sustainability of the Urban World Heritage Sites

PVAI - Processo de Verificação e Aceitação de Imóveis

RE – Residência de Estudantes

RHSJA – Recursos Humanos e Suporte Jurídico-Administrativo

RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados

SIG - Sistema de Informação Geográfica

SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana

UI - Unidade de Intervenção

UO - Unidade Orgânica

TI – Tecnologias de Informação



M

U





I. Apresentação da Empresa



Introdução

O Município do Porto passou, em março de 2019, a ser o único acionista da Porto Vivo, SRU, resultando desta mudança a alteração e ampliação do objeto social da empresa, bem como o alinhamento com a estratégia definida pelo Município do Porto para a cidade nos domínios da habitação e reabilitação urbana.

A par das competências que já vinha executando, a Porto Vivo, SRU adicionou à sua atividade camadas de responsabilidade através do desempenho de novas atribuições, inseridas na estratégia do Município para a cidade, consubstanciadas no seu objeto social, que se materializam na coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação das operações de reabilitação urbana para as quais seja designada entidade gestora. Estão ainda a cargo da empresa, desideratos como a reabilitação e a gestão dos edifícios do parque habitacional, identificados na estratégia municipal de habitação do Porto, vocacionados para o arrendamento a custos acessíveis e a promoção da reabilitação das habitações localizadas nas denominadas “ilhas” da cidade.

Em Portugal, de acordo com os dados publicados pelo EUROSTAT, alusivos a 2021, 78,3% dos portugueses vive em casa própria. No Porto, a opção pela qualificação da habitação tem passado por uma forte aposta na reabilitação urbana e pela promoção do arrendamento acessível. Estas apostas permitem, por um lado, modernizar o Porto mantendo a sua traça original, e, por outro lado, oferecer habitação qualificada sem que esta se circunscreva a grandes conjuntos de edificado situados naqueles que outrora foram os limites da cidade. No fundo, arrendamento acessível e reabilitação urbana, de mãos dadas com a preocupação ambiental, são a receita para um futuro melhor no que à habitação diz respeito.

De acordo com estas atribuições, no decorrer do ano 2022, prosseguiu-se um de iniciativas e atividades de que se destacam a colocação de habitações no mercado de arrendamento acessível, ao abrigo do Programa Municipal “Porto com Sentido”, e ainda de habitações sob gestão/propriedade da Porto Vivo, SRU.

Com vista a aliar a reabilitação urbana à habitação a custos acessíveis, os dois focos de ação principal da Porto Vivo, SRU, que funcionam de forma sinérgica, foi criada modalidade *Built to Rent* no âmbito do PcS, que visa a celebração de contratos-promessa de arrendamento de habitações em fase de projeto, em fase de construção ou reabilitação, para aumentar a curto-prazo a oferta de arrendamento acessível na cidade.

Na sequência do aumento de capital em espécie, operado em setembro de 2021, foram desenvolvidos estudos que visaram definir a estratégia de atuação sobre as Unidades Patrimoniais que incorporaram o património da Sociedade, direcionados também para ampliação da oferta de arrendamento acessível na cidade.

Em harmonia com o primeiro instrumento previsional definido para o período 2020-2024, o presente documento prevê dar continuidade à estratégia delineada, concretizando-a através da realização das atividades propostas que se apresentam no ponto II deste documento.

Missão e Competências

1. Missão

A Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A. tem como missão a promoção da reabilitação urbana na cidade do Porto.

2. Competências

Para a prossecução do seu objeto e missão, compete à Porto Vivo, SRU:

1. Impor a obrigação de reabilitar e de realizar obras coercivas, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana;
2. Recorrer à demolição de edifícios como instrumento de execução da reabilitação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º do RJRU;
3. Exercer o direito de preferência, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º do RJRU;
4. Promover o arrendamento forçado como instrumento de execução da reabilitação, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 54.º do RJRU;
5. Elaborar projetos de delimitação de áreas de reabilitação urbana, de operações de reabilitação urbana ou de planos de pormenor de reabilitação urbana, sempre que para tal seja mandatada pelo Município e de acordo com os objetivos previamente definidos pela Câmara Municipal;
6. Adquirir, alienar ou onerar todos os imóveis necessários à execução das ORU na sua gestão, organizando e mantendo atualizado o seu cadastro de bens imóveis;
7. Regulamentar, organizar e executar os processos de aquisição, atribuição, alienação e cessação da ocupação dos prédios e frações sob a sua gestão;
8. Cobrar os valores devidos pela ocupação ou oneração dos prédios e frações sob a sua gestão e propor a fixação dos seus valores ao Município;
9. Executar as atividades de promoção da habitação que lhe sejam indicadas pelo Município;
10. Acompanhar e avaliar as ORU;
11. Prestar informação aos munícipes sobre programas de financiamento e medidas de apoio disponíveis para a reabilitação do seu património;
12. Exercer todas as atividades complementares e subsidiárias relacionadas com as anteriores ou outras que venham a ser atribuídas pelo Município do Porto, dentro do quadro de atribuições da sociedade;
13. Todas as demais competências delegadas no âmbito dos documentos estratégicos, das estratégias de reabilitação urbana ou dos programas estratégicos de reabilitação urbana sob a sua gestão.

3. Organograma

Tendo em consideração o objeto social da Porto Vivo, SRU, bem como o 3.º aditamento ao Contrato Programa 2020-2024, tornou-se necessário alterar a estrutura organizacional da Sociedade, de maneira a dotá-la da capacidade de executar a sua Missão, conforme organograma apresentado.

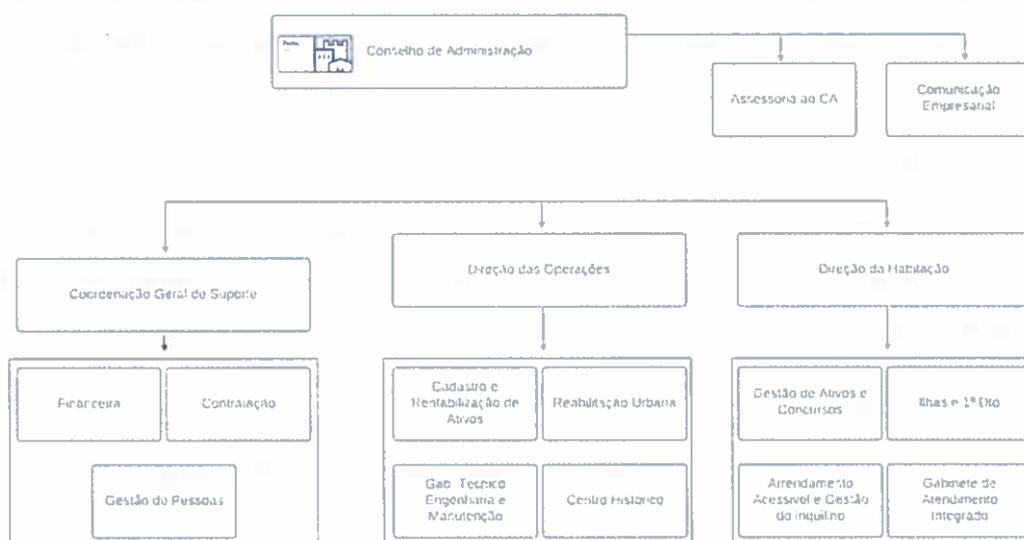


Figura 1: Organograma

Análise SWOT

4. Forças

Competências e Interdisciplinaridade do Capital Humano

A empresa dispõe de capital humano com competências específicas no processo de regeneração urbana, seu planeamento e monitorização e ainda na gestão do seu património imobiliário. Estas competências advêm da sua longa experiência nestas áreas, como também do conhecimento e das valências dos seus quadros, que poderão potenciar a interdisciplinaridade.

Entidade gestora das ORU da Cidade do Porto

Esta área, do ponto de vista estratégico, assume uma preponderância pelo facto de se tratar de territórios da cidade com forte necessidade de desenvolvimento social, económico e ambiental nos quais a Porto Vivo, SRU, poderá, socorrendo-se da experiência acumulada, desempenhar um papel único na dinamização da regeneração urbana.

Experiência acumulada na regeneração urbana

A organização dispõe de uma vasta experiência que poderá, com as devidas adaptações, vir a ser utilizada na formulação de modelos de desenvolvimento e na implementação dos projetos estruturantes e dos eixos programáticos dos PERU das ORU, em que a Porto Vivo, SRU é, ou venha a ser, designada como entidade gestora.

Compromisso com os princípios de desenvolvimento sustentável

A Porto Vivo, SRU, tem vindo a implementar em todos os seus projetos medidas que visem a sustentabilidade ambiental, económica e social, assim como o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável 2030.

Articulação estreita com os serviços do Município

As competências da Porto Vivo, SRU, são exercidas com maior articulação e em estreita colaboração com os serviços do Município, assegurando a prossecução dos interesses comuns e o alcance dos objetivos estratégicos definidos.

Administração proativa

Proximidade da administração aos colaboradores e stakeholders na busca de soluções.

5. Fraquezas

Escassez de Recursos Humanos

A alteração do seu objeto social, por um lado, e do seu enquadramento legal, por outro, motivaram a necessidade, iniciada no ano transato e prosseguida no ano em curso, de uma reorganização interna por forma a possibilitar a execução operacional da missão da empresa, bem como o cumprimento do dever de planeamento das atividades e de reporte no contexto de uma empresa municipal. Esta reorganização interna envolveu a reafecção de recursos humanos internos, que se encontravam afetos à gestão urbanística, a novas funções, cujas competências são afins. Apesar desta reorganização e reafecção, é previsível que possa acentuar-se a necessidade de contratação de colaboradores, o que será ponderado no futuro próximo.

Tecnologias de Informação em adaptação

Face ao esforço já desenvolvido, designadamente através da renovação do parque informático, da implementação do sistema de gestão documental, totalmente desmaterializado, renovação do site, promoção de plataformas de candidatura on-line, plataforma de gestão de cadastro, existe ainda um caminho a percorrer no que concerne a TI. A área tecnológica é iminentemente dinâmica, razão pela qual

a sua melhoria nunca se pode considerar efetivamente concluída. Trata-se da concretização cíclica de melhorias contínuas que aportam valor à organização e, sobretudo, aos seus stakeholders.

6. Oportunidades

Designação da Porto Vivo, SRU, entidade gestora das ORU da Cidade do Porto

Esta área, do ponto de vista estratégico, assume uma preponderância pelo facto de se tratar de territórios da cidade com forte necessidade de desenvolvimento social, económico e ambiental nos quais a Porto Vivo, SRU, poderá, socorrendo-se da experiência acumulada, desempenhar um papel único na dinamização da regeneração urbana.

Aposta do Município do Porto na continuidade das políticas de arrendamento a custos acessíveis

A aposta do Município do Porto no arrendamento acessível, seja incentivando o mercado privado de arrendamento através do Programa Municipal Porto com Sentido, seja pela afetação, a este segmento para a classe média, de património próprio, constituiu uma orientação clara da estratégia do Município de promoção de novas formas de (re)habitar a cidade. A competência estatutária da Porto Vivo, SRU, permite encarar este desafio como uma oportunidade de contribuir, a par das outras empresas municipais, para o aumento de oferta de habitação, vetor essencial para o aumento do bem-estar da população residente.

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

No âmbito do PRR - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – o 1.º Direito pretende dar resposta às várias carências habitacionais, exigindo uma abordagem integrada e participativa, que promova a inclusão social e territorial, a concretizar através de uma nova figura de governação e planeamento estratégico, tendo em conta o estabelecido na Estratégia Local de Habitação (ELH) no município do Porto. A Porto Vivo, SRU, pretende utilizar estes apoios financeiros para alavancar o objetivo estabelecido na ELH no que concerne a criar melhores condições de vida nos núcleos degradados (ilhas) para os diversos agregados familiares, até 2025. A regeneração da Ilha da Lomba e a implementação de um espaço físico que pretende ser um gabinete de apoio à melhoria das condições da habitabilidade do edificado elegível para o efeito, são a demonstração, efetiva e no terreno, de duas vertentes programáticas presentes nos objetivos estratégicos da cidade.

Transformação do território em larga escala (ARU de Campanhã-Estação e da Corujeira)

Os PERU das ARU de Campanhã-Estação e da Corujeira são uma oportunidade de transformação em larga escala do território da zona oriental da cidade, potenciando a sua integração plena na cidade, a qual passará a ter uma unidade e coerência estendida a todo o território municipal, minimizando barreiras que hoje são sentidas nestas áreas, atualmente mais carenciadas e deprimidas.

7. Ameaças

Projetos de longo prazo expostos à conjuntura económica

A inflação que decorre de uma instabilidade política que provém de fatores não controláveis é, neste ano de 2022, um fator adicional de incerteza, que pode repercutir-se no aumento dos preços das matérias-primas, o que, naturalmente, tem implicações ao nível da atividade desenvolvida.

A natureza dos projetos desenvolvidos implica ciclos longos de produção e de exploração, também sujeitos a alterações das políticas municipais.

A incumbência estatutária da Porto Vivo, SRU, no âmbito do arrendamento acessível aumenta a exposição da empresa à variação de ciclo económico. Contudo, este é um risco necessário para que a empresa possa prosseguir a sua missão.

Escassez de recursos económicos

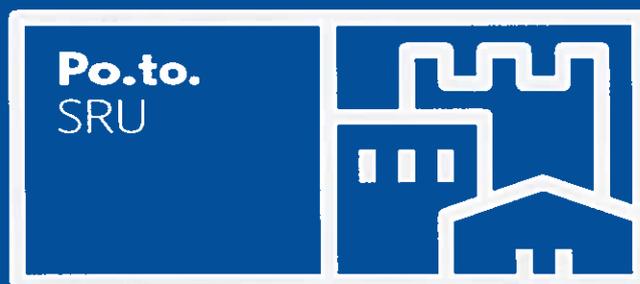
Para dar resposta às novas atribuições da empresa a organização necessita de um aumento de receita que permita realizar as intervenções necessárias no parque habitacional que se encontra sob a sua gestão.

Concorrência por parte de outros territórios na atração de investimento

A cidade do Porto concorre com outros Municípios com diferentes escalas territoriais, o que faz com que a atratividade de outros concelhos se revista de múltiplos fatores. A competitividade assenta na qualidade e centralidade que produz um efeito de atração gerado pelos impactos positivos da “ideia de habitar” na cidade. Contudo, esta dinâmica não é desapercibida por parte de outros territórios que farão esforços para a contrariar.

Instabilidade do quadro legislativo

A atividade da Porto Vivo, SRU, depende da estabilidade legislativa, nos vários domínios da respetiva área de intervenção. Possíveis alterações, designadamente, em matéria de políticas de habitação e de incentivos fiscais e dos apoios ao investimento podem retrair regeneração urbana do território.



II. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2023



Eixos Estratégicos para 2023

Decorrente da revisão dos estatutos realizada em 2019 que ditou a formulação da estratégia adotada no planeamento das atividades da Porto Vivo, SRU, e consequente definição dos respetivos eixos estratégicos, damos continuidade no presente documento - "Instrumentos Previsionais 2023-2027" - ao seu reporte, com as devidas atualizações.

Planeamento para 2023

8. [E1] ORU Centro Histórico

O Centro Histórico do Porto foi incluído na Lista do Património Mundial a 5 de dezembro de 1996 (Carta de Mérida, 1996), com base no IV critério cultural considerando que o "Bem possui notável valor universal pelo seu tecido urbano e pelos seus inúmeros edifícios históricos que testemunham o desenvolvimento ao longo do último milénio de uma cidade europeia virada para o ocidente pelas suas ligações comerciais e culturais."

(Câmara Municipal do Porto, 1998: p.35)



Figura 2: ORU Centro Histórico

Linha vermelha- área do Bem inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO (51ha) que a legislação portuguesa considera Monumento Nacional;

Recorte na imagem – Zona Tampão/ Buffer Zone (186ha).

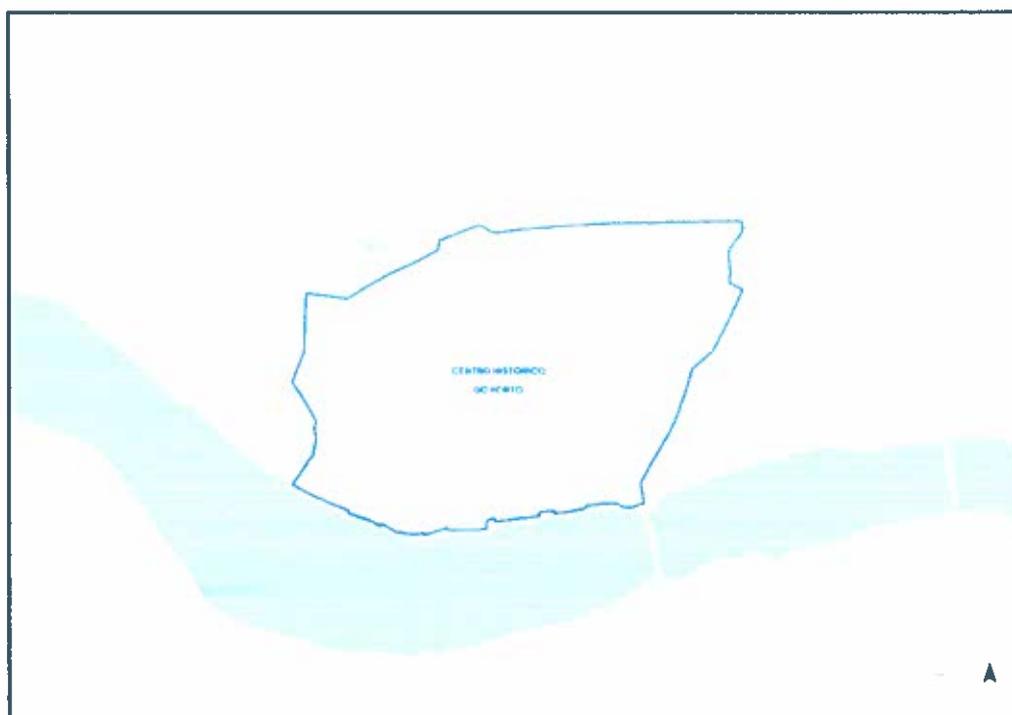
Linha amarela – zona de proteção automática no Monumento Nacional (50m no entorno do Bem).

Destacam-se alguns dos principais atributos que justificaram a inscrição em 1996, e que fazem do CHP como paisagem histórica urbana de valor patrimonial único:

- A presença de valores arqueológicos significativos;

- A importância do seu tecido urbano, cuja evolução ao longo dos séculos surge como um relevante testemunho visível dos diversos períodos históricos, através da arquitetura monumental e não-monumental;
- O valor adaptativo da arquitetura civil que, ao longo do tempo, se ajusta à realidade socioeconómica e cultural deste território;
- A presença de uma comunidade viva e ativa que continua a perpetuar as suas tradições e valores culturais;
- Os processos de reabilitação urbana que, para além de valorizarem o património edificado, englobaram projetos de integração social;
- O valor cénico da paisagem urbana e fluvial.

Em 2012 procedeu-se à elaboração do projeto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico do Porto, em instrumento próprio, à luz do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU), instituído pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, e publicado em Diário da República através do Aviso n.º 9562/2012 de 12 de julho. A respetiva ORU foi posteriormente alterada conforme Aviso n.º 1181/2015 de 2 de fevereiro.



Planta 1 - ARU do CHPPM

A ARU do CHP, primeira área de reabilitação urbana a ser instituída pelo Município do Porto, na sua quase totalidade, é coincidente com o limite da área classificada pela UNESCO como Património Mundial, equiparada a Monumento Nacional.

A Porto Vivo, SRU, foi designada entidade gestora da ORU do CHP, em 8 de julho de 2019, por deliberação da Assembleia Municipal do Porto.

A ARU do CHP, para além de uma caracterização do território, em termos de edificado, espaço público, população residente, atividade económica, equipamentos, contém um programa estratégico, que define princípios de atuação e objetivos estratégicos, estabelecendo prioridades, apoios e incentivos, e uma estimativa orçamental.

As entidades gestoras das ORU devem elaborar relatórios de monitorização da operação de reabilitação em curso, os quais devem ser submetidos à apreciação da Assembleia Municipal.

Em 9 de maio de 2022, em reunião extraordinária da Assembleia Municipal, foi efetuada a apreciação e deliberação do relatório da avaliação da execução da Operação de Reabilitação Urbana do CHP, o qual se reporta ao período de 2014 a 2021.

Este relatório incorpora todo trabalho anual que tem vindo a ser elaborado no âmbito da gestão e monitorização do CHPPM, bem como o diagnóstico efetuado para a elaboração do novo Plano de Gestão e Sustentabilidade.

Atendendo a que a programação temporal desta ORU, estimada em 15 anos, termina em 2027, será necessário nos próximos 5 anos dar continuidade ao trabalho de monitorização em curso, colaborando com as diferentes direções e empresas municipais que atuam neste território, e ter em atenção os seus objetivos estratégicos a atingir e os considerandos do último relatório de avaliação que define alguns trabalhos e metas atingir, como sejam:

- a) Identificar os prédios em mau estado de conservação ou ruína e encontrar soluções que revertam esta situação;
- b) Dar continuidade às obras de manutenção no edificado municipal destinado à habitação;
- c) Manter um equilíbrio na diversificação das funcionalidades dos edifícios, dando prioridade ao uso para habitação, com oferta para as diferentes classes sociais e faixas etárias;
- d) Planear e executar obras de conservação no espaço público, com a preocupação de criar espaços confortáveis e acessíveis a toda a comunidade, e mais adaptados aos modos suaves;
- e) Aprovar a Unidade de Intervenção de Santa Clara, e dar cumprimento às opções estratégicas aprovadas, através da implementação dos diferentes projetos estruturantes e respetivas ações.

Em 2022 para o Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar, foi também elaborado um Plano de Gestão e Sustentabilidade, aprovado em reunião extraordinária pública do Executivo Camarário, de 28 de março de 2022. Este Plano teve já o parecer favorável da Comissão Nacional de Unesco e foi também objeto de análise pelo Ponto Focal do Património, da Direção Geral do Património Cultural, que fez algumas recomendações a ter em conta ainda no texto do plano.

No seguimento dos referidos pareceres será necessário fechar o documento e enviá-lo à UNESCO, sediada em Paris, para a sua aprovação final, momento após o qual se dará início efetivo à implementação do Plano de Ação, que prevê uma execução num horizonte temporal de 10 anos.

Objetivo 1 – Concretizar e monitorizar a Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar

Entre 2023 e 2027 o grande objetivo é concluir-se a ORU do CHP tal como foi planeada, competindo à Porto Vivo, SRU, enquanto entidade gestora, efetuar a monitorização de forma contínua, através de levantamentos do edificado e do espaço público, caracterizando o seu estado de conservação, ocupação e uso e identificando as anomalias existentes passíveis de serem colmatadas a curto ou médio prazo.

A existência desta informação, o mais atualizada possível, permite a todo o momento a elaboração de relatórios de avaliação e dar orientações para decisões ou implementação de medidas de correção ou melhoria.

Para obtenção deste objetivo dever-se-á dar continuidade às seguintes atividades para efeitos de monitorização:

- i. atualização de indicadores que permitam dar continuidade à avaliação do estado da operação de reabilitação urbana, do investimento público e privado;
- ii. atualização da cartografia e tabelas de monitorização;
- iii. identificação dos proprietários dos prédios em mau estado de conservação ou ruína, verificação dos problemas inerentes à impossibilidade de reabilitação e elaboração de propostas de resolução;
- iv. identificação, caracterização e resolução de problemas existentes no espaço público, em colaboração com as diferentes Direções e Empresas Municipais;
- v. informar as operações urbanísticas localizadas em unidades de intervenção com documentos estratégicos aprovados (Ordem de Serviço n.º I/156565/19/CMP);
- vi. elaborar projetos de arquitetura de edifícios localizado no CH, propriedade da Porto Vivo, SRU ou na sua gestão.

Objetivo 2 – Execução da Unidade de Intervenção de Santa Clara

A UI de Santa Clara, está inserida na Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico do Porto, abrangendo um território de cerca de 1,3ha, com 54 parcelas e delimitado a norte pela Av. Vímara Peres e pela Travessa de Santa Clara, a nascente pelas traseiras dos prédios das Escadas do Codeçal, a sul pela Rua da Ribeira Negra e a poente pela Vereda das Indulgências.



Figura 1: Planta Cadastral da UI de Santa Clara
 Forte Histórico, CPU (2020)

Planta 2: Planta cadastral da UI de Santa Clara

Esta delimitação teve em consideração a necessidade de resolução de problemas urbanísticos e sociais, que aqui se verificam de um modo mais acentuado do que no restante Centro Histórico.

Este documento, que tem em vista a revitalização desta área, consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área a sujeitar à intervenção urbanística, com identificação de todos os prédios abrangidos, contemplando um estudo de desenvolvimento urbano harmonioso, uma justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários, uma calendarização das várias ações de reabilitação urbana, nomeadamente as que têm por objeto a reabilitação dos edifícios, das infraestruturas urbanas, dos equipamentos, das áreas a afetar aos espaços públicos, bem como todo o trabalho de apoio aos proprietários e à comunidade local.

Devendo ser aprovada até final de 2022 pelo Executivo Municipal a proposta de delimitação da Unidade de Intervenção de Santa Clara, os diferentes projetos estruturantes e respetivas ações deverão também estar concluídos, tal como a ORU do CHP até finais de 2027, prevendo como principais atividades:

1. Coordenação e execução das ações e projetos da UI de Santa Clara
2. Proceder à promoção da reabilitação junto dos proprietários e da comunidade local, e realização de acordos de reabilitação;

3. Apoiar os proprietários e moradores na concretização dos processos de reabilitação e de realojamentos;
4. Proceder às expropriações necessárias para a reabilitação de edifícios degradados;
5. Acompanhar o projeto e obra do jardim e da viela das Indulgências
6. Acompanhar o Projeto e Obra do Espaço Público (vias)
7. Acompanhar o Projeto e Obra do elevador
8. Elaboração de projetos de arquitetura do emparcelamento proposto para as parcelas H08 e H09 sitas na Av. Vimara Peres e acompanhamento da obra
9. Realização de reuniões de sensibilização com os moradores, proprietários e instituições;
10. Promover e acompanhar a criação da associação local.

Objetivo 3 – Aprovação do Plano de Gestão e Sustentabilidade e implementação do seu Plano de Ação

Como já foi referido, a ORU do CHP e Plano de Gestão e Sustentabilidade, retratam o mesmo território, com objetivos e indicadores comuns. No entanto, a existência dum Plano de Gestão que periodicamente deve ser revisto é uma exigência da UNESCO a todos os Bens que têm esta classificação de Património Mundial, pretendendo ser um documento estratégico que assegura a manutenção do seu valor universal excecional.

Um conjunto de ações, projetos e medidas elencadas neste novo plano, concretizam a pretensão de que o Porto continue a ter um “Centro Histórico respeitador dos valores e atributos excecionais do património e da paisagem, atrativo para residentes, investigadores e visitantes, ambientalmente sustentável, integrando comunidades diversificadas, ativas e intergeracionais, e com forte reconhecimento nacional e internacional”.

O Plano de Gestão e Sustentabilidade integra um Plano de Ação que tem 8 objetivos estratégicos:

1. Salvaguardar e valorizar o Património edificado;
2. Salvaguardar e valorizar o Património Imaterial;
3. Aumentar a atratividade residencial e os níveis de conforto habitacional;
4. Reforçar a coesão e os valores comunitários;
5. Promover a diversidade, a inclusão e a sustentabilidade na atividade económica;
6. Promover a criatividade e a inovação;
7. Melhorar a acessibilidade e a mobilidade sustentável;
8. Reforçar a sustentabilidade ambiental e aumentar a resiliência.

O referido plano dá orientações para os indicadores a monitorizar para os diferentes projetos e medidas, cuja aplicabilidade só poderá ser programada após a aprovação do referido Plano pela UNESCO e da implementação do modelo de gestão e estruturação do gabinete de gestão. Este plano de ação deverá

ser em parte implementado no próximo período de gestão (2023_2027) e terá continuidade nos anos seguintes.

No âmbito da Gestão do Centro Histórico do Porto como Património Mundial, em 2023 deverá ser concluído e enviado à UNESCO a resposta ao “3º Ciclo do Relatório Periódico dos Bens inscritos na Lista do Património Mundial UNESCO”.

Pretende-se ainda dar continuidade à participação nas ações e eventos da Rede Património Mundial de Portugal, bem como em outras iniciativas de outras redes, de municípios, de organizações nacionais e internacionais, relativas ao Património Mundial.

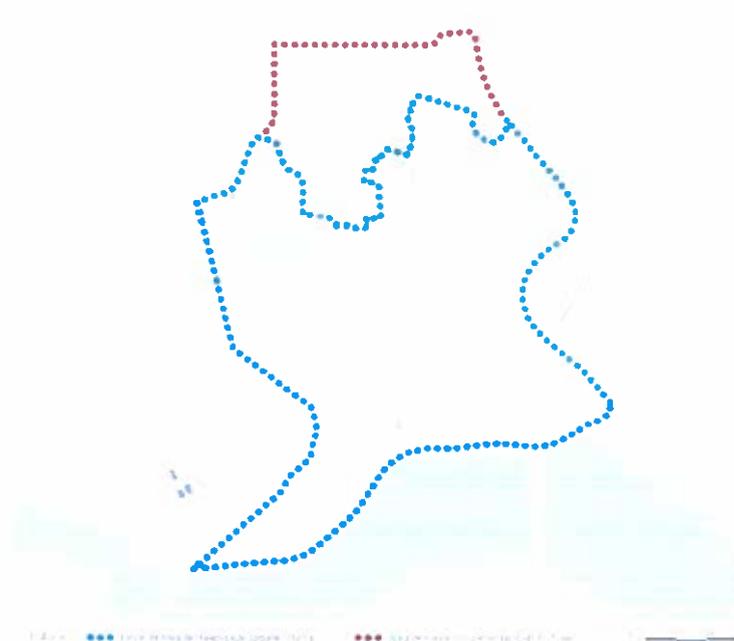
As metas e indicadores a atingir no ano de 2023, estão plasmados no capítulo de indicadores de Avaliação de Atividade.

9. [E2] Operações de Reabilitação Urbana – ORU

1. Operação de Reabilitação Urbana Campanhã – Estação e Operação de Reabilitação Urbana Corujeira

Em 25 de maio de 2015, foi aprovada, por deliberação da Assembleia Municipal do Porto, a delimitação da ARU de Campanhã – Estação, tendo sido tornada pública pelo Aviso n.º 6330/2015, publicada na 2.ª série do DR de 8 de junho de 2015.

No decurso da elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana Operação de Reabilitação Urbana Campanhã – Estação e Operação de Reabilitação Urbana Corujeira, concretizando-se a redelimitação da área de intervenção para a definição da ORU que abrange agora um território com 143 há, balizado do seguinte modo:



Planta 3: Delimitação da ORU de Campanhã - Estação e respetiva ampliação

Com o PERU de Campanhã – Estação pretende-se que o investimento público seja um elemento simultaneamente indutor e catalisador do investimento privado em reabilitação¹.

¹ Essencialmente, intervenções no espaço público e num conjunto de projetos públicos âncora, dos quais se destacam o Terminal Intermodal Rodoviário e Interface de duas frentes de Campanhã.

A caracterização e o diagnóstico do território da ARU de Campanha-Estação, nos quais se fundamenta o respetivo Programa Estratégico, remonta aos anos de 2015 e 2016.

A Porto Vivo, SRU, foi designada como entidade gestora da ORU Campanhã – Estação, em 8 de julho de 2019, por deliberação da Assembleia Municipal do Porto.

Atendendo a esta área da cidade e aos elementos tangíveis que a compõem, no intervalo temporal compreendido entre o estudo e a designação da entidade gestora, importa considerar que a realidade que impende sobre a circunscrição territorial a que nos reportamos, acrescentou novos elementos à dinâmica equação patente aquando da elaboração do PERU. A alteração de algumas circunstâncias impôs, pois, à sociedade novos desafios que se verificaram no estabelecimento de um nexos causal entre o que se encontra no conteúdo que consta do documento e a realidade que se observa atualmente no território.

Em 19 de março de 2018, foi aprovada a delimitação da ARU da Corujeira por deliberação da Assembleia Municipal do Porto, tendo sido tornada pública pelo Aviso n.º 4428/2018, publicado na 2.ª série do DR de 4 de abril de 2018.

À semelhança do sucedido na ARU de Campanhã – Estação, verificou-se também a necessidade de alargar a delimitação do território abrangido pela ARU da Corujeira, passando esta a abranger um território com 262 ha.





Planta 4- Delimitação da ARU da Corujeira e respetiva ampliação

A ORU da Corujeira, foi aprovada por instrumento próprio, através de deliberação da Assembleia Municipal, de 14 de outubro de 2019, tendo sido designada a Porto Vivo, SRU como entidade gestora.

A partir da designação, o processo analítico conducente ao estudo aprofundado do território da ARU da Corujeira e da respetiva ORU concretizou-se através da análise documental e conhecimento aprofundado do terreno, vetores complementares para o assertivo planeamento estratégico da futura intervenção.

Objetivos ORU Campanhã-Estação

Os objetivos estratégicos para desencadear procedimentos de reabilitação do edificado degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU com a delimitação da ARU de Campanhã – Estação, são os seguintes²:

1. Melhorar as condições habitacionais e de bem-estar dos atuais residentes, contribuindo para o reforço da atratividade residencial;
2. Estruturar o território e requalificar os tecidos urbanos;

² Conforme preceituado no artigo 14.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.

3. Dinamizar as atividades económicas e induzir um novo polo de criatividade urbana;
4. Renovar a imagem da zona oriental desenvolvendo iniciativas e projetos disruptivos;
5. Implementar um modelo de intervenção integrado, eficiente e participado.

Objetivos ORU Corujeira

Os objetivos operacionais para desencadear procedimentos de reabilitação do edificado degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU com a delimitação da ARU Corujeira são os seguintes:

1. Qualificar e tornar mais inclusivo este território, melhorando as condições de vida e de bem-estar da população residente e reforçando a sua capacidade de atrair e fixar novos habitantes, utilizadores e visitantes;
2. Promover a interação territorial, socioeconómica e cultural com a restante cidade, anulando efeitos de segregação espacial e de estigmatização;
3. Atrair atividades económicas, sociais e culturais, criando um novo polo funcional;
4. Envolver os atores locais em torno de uma estratégia de atuação clara e fomentar complementaridades e sinergias entre as intervenções.

Fruto de uma visão agregadora dos PERU, os objetivos das ORU fazem parte da mesma base programática, que desenha a concretização da estratégia através de vetores diversificados, que se subdividem, por sua vez, em diferentes propostas de ação.

Para dar cumprimento aos objetivos acima descritos, a Sociedade prevê desenvolver as seguintes atividades:

1. Promover, nos termos previstos do RJRU, a reabilitação dos edifícios que apresentam um mau estado de conservação ou ruína, sendo necessário, para o efeito, identificar proprietários dos edifícios em mau estado de conservação ou ruína, reunir com proprietários visando a otimização de modelos de intervenção no contexto da reabilitação dos imóveis, dialogar com os proprietários e parceiros/ investidores para a reabilitação;
2. Acompanhar a execução dos projetos estruturantes no espaço público, bem como a respetiva programação, contribuindo para o cumprimento do PERU;
3. Manter atualizado o diagnóstico do estado de conservação do edificado identificado como estando em mau estado de conservação e ruína, designadamente através de levantamentos de acompanhamento para aferir eventuais alterações com base em submissão de projetos de licenciamento, de obtenção de alvarás de construção ou mesmo de realização de obras;
4. Acompanhar as dinâmicas das comunicações realizadas para efeitos de exercício de direitos de preferência e dos processos de controlo prévio de operações urbanísticas, permitindo aferir a sua evolução no tempo e a relação destas com a concretização progressiva das ações;

5. Realizar as ações que vierem a constar do plano de comunicação, visando fomentar soluções participadas de moradores, proprietários, agentes económicos e associações locais, com o propósito de garantir a adesão a soluções de reabilitação;
6. Realização de vistorias nos edifícios em estado de conservação mau ou ruína no âmbito do Art. 54º do Dec. Lei 307/2009.

Indicadores

O indicador de desempenho encontra-se refletido no capítulo dos Indicadores de Avaliação de Atividade.

Metas

As metas encontram-se refletidas no capítulo dos Indicadores de Avaliação de Atividade.

2 Unidades Patrimoniais

Em resultado do diagnóstico efetuado ao parque habitacional municipal, foi considerado que a atividade desenvolvida pela Porto Vivo, SRU, em virtude da experiência acumulada na administração de património habitacional qualificado, é mais adequada para gerir a propriedade de 29 unidades patrimoniais, distribuídas por 11 edifícios, recentemente integradas no aumento capital da sociedade.

A integração destes imóveis no capital social permitiu desenvolver projetos e operações de reabilitação dinamizadas através de modelos de intervenção diferenciados, otimizando, deste modo, os diversos modelos de financiamento.

Foi desenvolvido um conjunto de estudos prévios para estas Unidades. A proposta síntese contemplou a elaboração de estudo volumétrico, funcional e tipológico (peças desenhadas, 3D e quadro de áreas).

Posteriormente ao desenvolvimento da proposta de estudo prévio, foi realizada uma avaliação imobiliária destas unidades por entidade externa.

Em resultado dos estudos realizados foram definidos os seguintes modelos de intervenção para a reabilitação dos edifícios abaixo descritos:

Modelo 1- Reabilitação através de financiamento ao PRR

- Travessa Senhora da Lapa n.º 16, 18 e 22;
- Rua Senhora da Lapa n.º 84
- Rua Senhora da Lapa n.º 96
- Rua Senhora da Lapa n.º 100
- Rua da Glória n.º 71 e 77
- Rua do Heroísmo n.º 70 e 72
- Rua do Heroísmo n.º 183 e 195



Modelo 2 – Reabilitação por Modelo de Parceria a celebrar após concurso público

- Rua Senhora da Lapa n.º 32 a n.º 60
- Campo Mártires da Pátria n.º 19
- Rua da Maternidade n.º 19,23 e 27
- Rua de Antero Quental n.º 221, 223 e 225

Objetivos

1. Desencadear os procedimentos necessários à reabilitação das unidades patrimoniais relativas ao aumento do capital social da empresa Porto Vivo, SRU.

Atividades

Para dar cumprimento aos objetivos acima descritos, a Sociedade prevê desenvolver as seguintes atividades:

1. Acompanhar a elaboração dos projetos de arquitetura e das especialidades
2. Acompanhar as candidaturas submetidas a financiamento do PRR
3. Lançar os concursos de empreitada

Indicadores

O indicador de desempenho encontra-se refletido no capítulo dos Indicadores de Avaliação de Atividade.

Metas

As metas encontram-se refletidas no capítulo dos Indicadores de Avaliação de Atividade.

3. Projeto Ilhas da Lomba

A operação urbanística de alteração e ampliação contempla a aquisição e reabilitação de um conjunto de ilhas, localizadas na Rua de Vera Cruz, 26A a 48, Travessa da Lomba, 29 a 41 e Rua do Lourenço, 3 a 45, com um número relevante de casas degradadas e anexos, no geral com condições muito precárias de utilização, sem as necessárias condições de habitabilidade que proporcionem uma habitação digna aos seus moradores.

O projeto propõe a demolição das construções precárias existentes no interior das ilhas e a alteração e ampliação das construções situadas à face dos arruamentos.



Figura 3: Ilhas da Lomba

A reabilitação deste núcleo urbano contempla a transformação geral dos prédios abrangidos pela intervenção, promovendo o seu emparcelamento, com o propósito de dar lugar a um único prédio, cuja intervenção de reabilitação permitirá criar um total de cerca de 47 novas habitações, de tipologias T1 a T3, com padrões atuais de utilização, assegurando uma habitação digna aos atuais moradores. Para além das obras de alteração, ampliação e construção previstas, a intervenção prevê ainda a demolição de um número significativo de construções precárias que atualmente ocupam uma área relevante do interior do bairro. A solução proposta contempla duas frentes urbanas com a cêrcea de rés-do-chão e andar, e, no interior do bairro, um pequeno corpo de rés-do-chão com uma reduzida área em cave, aproveitando a diferença de cotas existente entre a Rua do Lourenço e a Rua de Vera Cruz. Serão ainda criados vários pontos de acesso ao logradouro interior, o qual terá adequado tratamento paisagístico e está devidamente integrado com as novas habitações resultantes da operação de reabilitação, ligações que permitirão estabelecer ligações fáceis entre a Rua de Vera Cruz e a Rua do Lourenço, conduzindo a uma configuração final qualificada do espaço urbano, dignificadora da cidade e dos poderes públicos envolvidos no processo, e, sobretudo, melhorar as condições de habitação dos residentes.

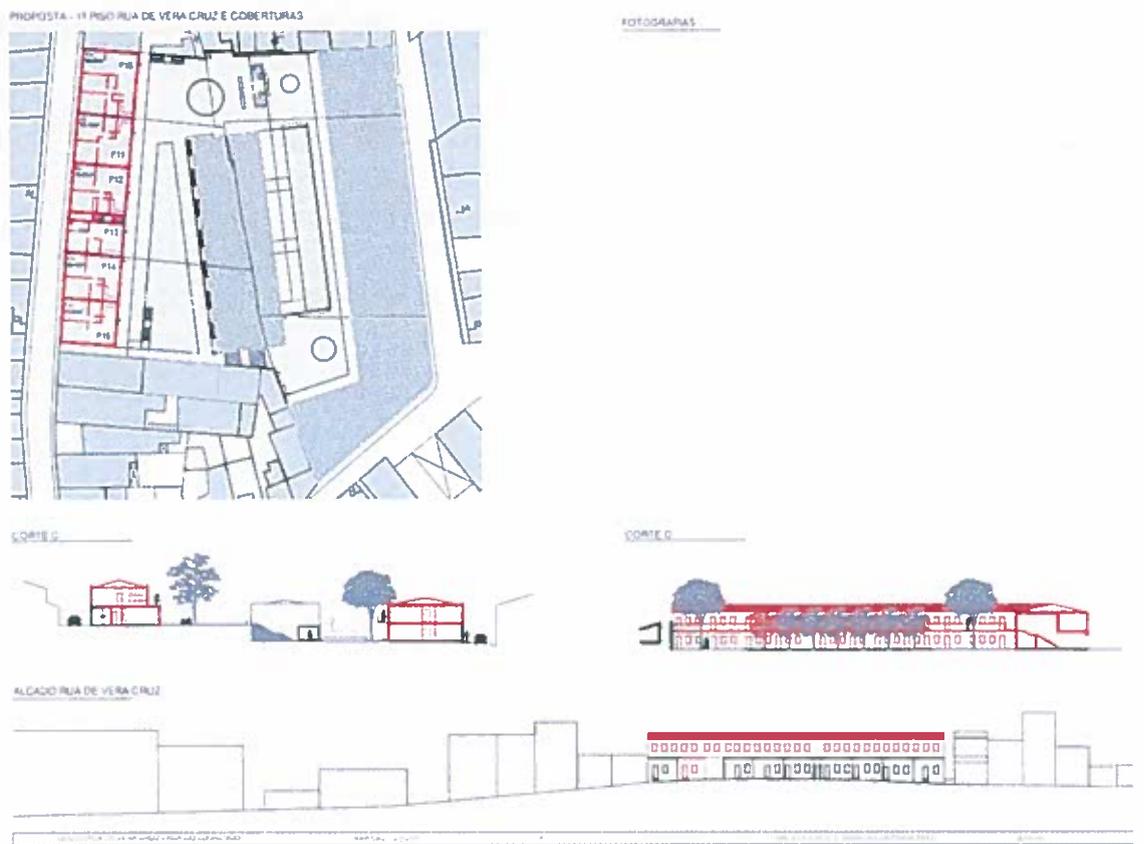
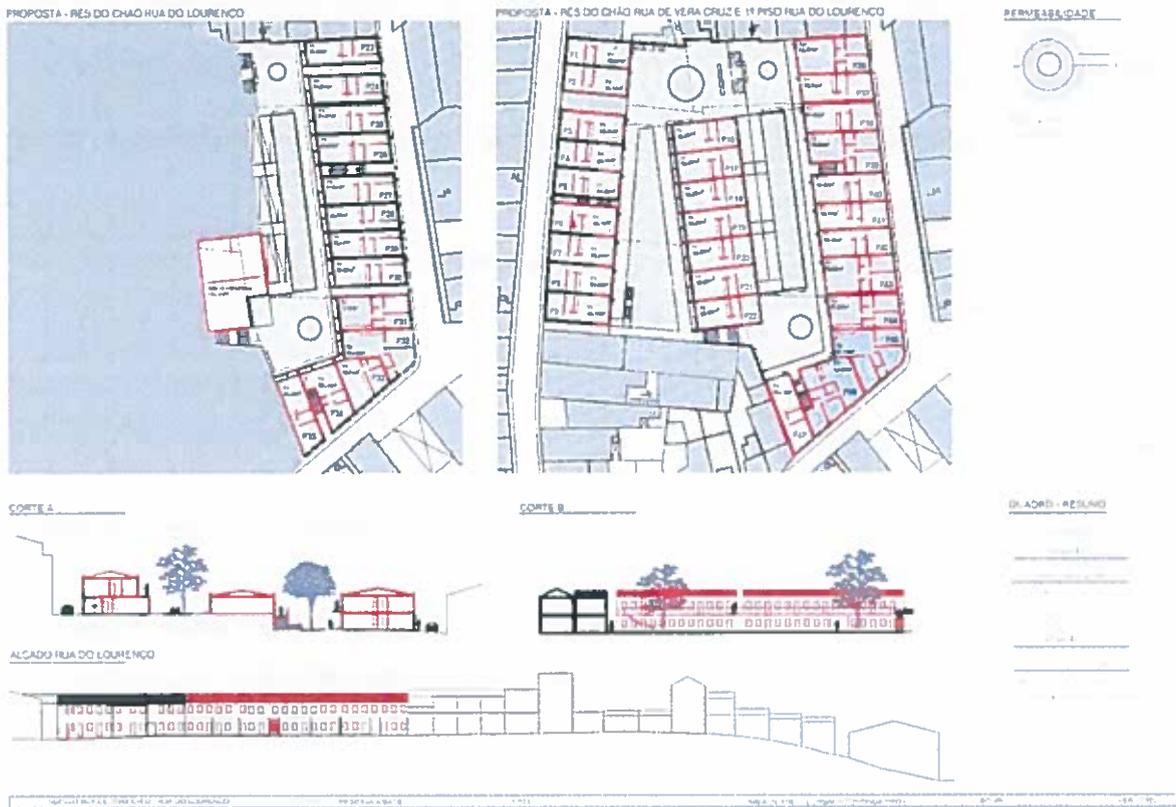


Figura 4: Ilhas da Lomba



Handwritten signature and initials.

Objetivos

Os objetivos para desencadear os procedimentos de reabilitação do edificado nas 6 ilhas da Lomba são os seguintes:

1. Gerir, monitorizar e acompanhar o "Projeto Ilhas da Lomba" dando cumprimento ao estabelecido na Unidade de Intervenção.

Atividades

Para dar cumprimento aos objetivos supramencionados, a Sociedade prevê desenvolver as seguintes atividades:

1. Promover a aquisição dos prédios referentes às ilhas integradas no "Projeto Ilhas da Lomba";
2. Acompanhar a elaboração dos projetos de arquitetura e das especialidades;
3. Lançar o concurso de empreitada.

Indicadores

O indicador de desempenho encontra-se refletido no capítulo dos Indicadores de Avaliação de Atividade.

Metas

As metas encontram-se refletidas no capítulo dos Indicadores de Avaliação de Atividade.

10. [E3] Habitação para Arrendamento a Rendas Acessíveis

Habitação para Arrendamento a Rendas Acessíveis

A promoção da habitação para arrendamento a rendas acessíveis representa um eixo programático, estrutural e fundamental da política pública municipal da habitação, que pretende desenvolver soluções de habitação para as pessoas com rendimentos intermédios, que não conseguem aceder ao mercado habitacional. A estratégia definida contempla um vasto conjunto de soluções para a concretização dos objetivos propostos, que passam quer pelo investimento público, quer pela captação de imóveis privados, construídos ou a construir, para os tornar parte integrante da oferta do mercado de arrendamento acessível.

A Porto Vivo, SRU, no âmbito das competências e atribuições advenientes dos estatutos, para além das competências na área da reabilitação urbana, é a entidade que tem por missão executar a política municipal de habitação no regime do arrendamento acessível, aumentando a respetiva oferta, contemplando a sua atuação o seguinte:

- Dar e manter em arrendamento as habitações de que é proprietária e as que venham a ser colocadas sob sua gestão;
- Participar, desenvolver e executar os programas municipais de habitação para arrendamento a custos acessíveis, designadamente o Programa Municipal “Porto com Sentido” (Programa PcS)³;
- Promover a reabilitação de edifícios do parque habitacional municipal cuja propriedade lhe seja transferida e que se destinam ao arrendamento a custos acessíveis.

Objetivos e atividades

Tendo como referência a missão de implementar as políticas públicas municipais de habitação para o arrendamento a custos acessíveis, o objetivo que a empresa se propõe realizar, decorrente das vertentes supra indicadas, é aumentar a oferta de habitações a custos acessíveis em todo o concelho.

Para esse efeito prevê desenvolver as seguintes atividades:

- Assegurar a abertura e gestão dos concursos para a atribuição dos imóveis que são património da empresa, dos que foram colocados pelo Município do Porto na sua gestão, bem como dos que resultam do Programa Porto Com Sentido, logo que reúnam as necessárias condições de habitabilidade;

³ No 3.º trimestre de 2022, procedeu-se à alteração das Condições Gerais do PcS, aprovadas pela CMP e AMP, e foi prorrogado o prazo das Consultas Públicas em curso (Consulta Pública para Contratação de Arrendamento – Proprietários e Consulta Pública para Contratação de Promessa de Arrendamento – Build to Rent) até 31 de dezembro de 2025.

- Desenvolver e implementar melhorias no funcionamento da plataforma eletrónica dos concursos disponibilizada aos candidatos ao programa de arrendamento a custos acessíveis, para submissão das respetivas candidaturas;
- Dar continuidade às consultas públicas para contratação de arrendamento, tendo em vista a realização de 110 contratos de arrendamento, em 2023, entre o Município do Porto e os proprietários, com rendas a preços acessíveis, para posterior celebração de contratos de subarrendamento com as pessoas/famílias de rendimentos médios, aumentando a oferta de habitação a custos acessíveis;
- Dar continuidade às consultas públicas para contratação de promessas de arrendamento (Build to Rent – BtR), prevendo-se desenvolver esta modalidade durante o ano de 2023, com a entrada de várias candidaturas, atendendo à alteração das Condições Gerais do PcS, nomeadamente com a possibilidade de celebrar contratos promessa de arrendamento quanto a imóveis localizados fora das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU);
- Desenvolver e executar campanhas de informação e publicidade do Programa Municipal PcS, junto de várias entidades, como imobiliárias, associações de proprietários, de inquilinos e também de investidores/promotores, com o intuito de aumentar o número de adesões ao Programa;
- Assegurar a gestão eficiente dos contratos de arrendamento/subarrendamento, melhorando a resposta às solicitações dos subarrendatários, nomeadamente no que se refere a questões de manutenção dos imóveis, bem como apoiar os proprietários em todas as questões relacionadas com a gestão do contrato de arrendamento e respetivos imóveis;
- Propor instrumentos inovadores em matéria de habitação para o arrendamento acessível, que permitam alavancar em simultâneo a reabilitação urbana da cidade, a manutenção em bom estado de conservação do seu parque habitacional e a atração de população para o Porto;
- Colaborar na definição de estratégias para a efetiva reabilitação de imóveis que sejam propriedade da empresa, ou que se encontrem sob a sua gestão.

11. [E4] Projeto “Ilhas” da Cidade e gestão do Gabinete 1º Direito

A reabilitação das habitações localizadas nas denominadas “ilhas” da cidade faz parte do objeto social da PORTO VIVO, SRU, tendo sido desenvolvidos modelos de intervenção que, no que concerne ao financiamento das intervenções de reabilitação, passam essencialmente pelo recurso a instrumentos de apoio como o programa 1º Direito, que resulta do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio, alterado pelo D.L. n.º 81/2020.

Na sequência da deliberação da Assembleia Municipal do Porto, de julho de 2022, foi celebrado o terceiro aditamento ao Contrato-Programa entre o Município do Porto e a Porto Vivo SRU, nos termos do qual foram delegadas na Sociedade, o exercício das seguintes competências:

- Disponibilização de um serviço de atendimento e apoio técnico especializado a terceiros (proprietários de “ilhas”) para instrução e apresentação de candidaturas ao programa “1.º Direito”, ou a outros programas de financiamento, e, bem assim, fazer o acompanhamento da execução das mesmas, com o objetivo de reabilitar este edificado, propriedade de terceiros;
- Gerir o programa “1.º Direito” no que toca às competências municipais previstas no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio, quanto às demais entidades beneficiárias e beneficiários diretos, enquadrados na Estratégia Local da Habitação do Município do Porto;
- Assegurar os levantamentos espaciais e sociais inerentes à promoção das soluções habitacionais, de acordo com a Estratégia Local de Habitação.

Assim, além da promoção da reabilitação das habitações localizadas nas ilhas (núcleos degradados), cabe à Porto Vivo, SRU contribuir para a promoção das soluções habitacionais previstas na Estratégia Local de Habitação do Porto, que passam por conceder apoio aos proprietários de habitações localizadas em “ilhas” e aos proprietários de habitação própria e permanente que cumpram os requisitos de elegibilidade do 1º direito (beneficiários diretos).

O apoio para a promoção de soluções habitacionais nas “ilhas” e consequente reabilitação será viabilizado nos termos do “Aviso de publicitação do Investimento RE-CO2-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação, do Programa de Recuperação e Resiliência”, consistindo este em comparticipação não reembolsável, sendo, assim, o instrumento que poderá acelerar a reabilitação, uma vez que não exige capitais próprios ou financiamentos reembolsáveis. A execução física e financeira deste financiamento terá de estar concluída até junho 2026.

Objetivo 1

Assegurar o funcionamento diário do atendimento de todos os interessados na obtenção de informação e apoio no âmbito do “1º Direito”, através da implementação e gestão do Gabinete do 1º Direito.

Atividades

- Assegurar a disponibilização de um atendimento integrado multicanal, concretizado através de via presencial, telefónica e on-line.
- Criar e melhorar os procedimentos internos, registos, formulários e plataforma informática, tendo em vista o efetivo funcionamento e gestão do Gabinete do 1º Direito
- Criar e disponibilizar materiais de comunicação (físicos ou virtuais) para divulgação dos programas de apoio à reabilitação de ilhas

Objetivo 2

Apoiar proprietários de “ilhas” e beneficiários diretos na obtenção de financiamento através do “1º Direito”.

Atividades

- Analisar o enquadramento e viabilidade urbanística das solicitações, bem como o respetivo enquadramento no âmbito do “1º Direito”, de forma a tentar incrementar a eficácia na submissão de candidaturas.
- Apoiar na instrução e submissão de candidaturas de forma ativa, assegurando a realização dos levantamentos espaciais, sociais e a produção dos diversos documentos necessários.
- Acompanhar a execução física e financeira das candidaturas, assim como a respetiva articulação com o IHRU, de forma a assegurar o eficaz cumprimento da mesma ao longo de todas as fases, nomeadamente: celebração do contrato de comparticipação, projeto, licenciamento, empreitada, realojamento temporário, entrega final das soluções habitacionais.

12. Outras Unidades Orgânicas

As atividades apresentadas no ponto II, relativas aos diferentes eixos estratégicos assumidos pela Sociedade, são complementadas pelas ações das restantes UO da Porto Vivo, SRU, a saber:

- Comunicação Empresarial: tem como principal objetivo a comunicação, promoção e captação de investimento para os distintos projetos integrados nas áreas de atuação da Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana associando-se o incremento do posicionamento dos programas municipais sob sua gestão.
- Contratação: tem como objetivo assegurar a contratação pública para a aquisição de bens e serviços e respetiva gestão dos contratos de suporte.
- Financeira: tem como principal objetivo gerir anual e plurianualmente o orçamento da Sociedade.
- GTEM: Tem como principal objetivo assegurar a manutenção preventiva e corretiva do edificado sob a gestão da Porto Vivo, SRU.

✓
M
u

- Gestão de Pessoas: tem como objetivo promover a gestão equilibrada e a distribuição do capital humano na estrutura orgânica da Porto Vivo, SRU.

- Assessoria ao CA: Assessorar e apoio administrativo ao Conselho de Administração.

Indicadores de Avaliação de Atividade

A Porto Vivo, SRU, propõe avaliar a sua atividade do seguinte modo:

Tabela 1: Indicadores de avaliação de atividade

Eixo do Plano		Ponderação	Indicador	Ponderação por Indicador
Eixo do Plano			I _j	P _k
Eixo 1	Concretizar e monitorizar a Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz Te Mosteiro da Serra do Pilar	15	I ₁	4
	Executar a Unidade de Intervenção de Santa Clara		I ₂	7
	Implementar o Plano de Ação do Plano de Gestão e Sustentabilidade		I ₃	4
Eixo 2	Desencadear os procedimentos de reabilitação do edifício degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da O RU de Campanhã - Estação	35	I ₄	10
	Desencadear os procedimentos de reabilitação do edifício degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da O RU da Companhia		I ₅	10
	Desencadear os procedimentos necessários no que concerne a reabilitação das unidades patrimoniais relativas ao aumento do capital social da empresa Porto Vivo, SRU		I ₆	10
	Gestão, monitorizar e acompanhar o "Projeto Ilhas da Lomba"		I ₇	5
Eixo 3	Gestão cadastro de bens imóveis	35	I ₈	4
	Promover e realizar concursos, de arrendamento das habitações propriedade ou sob gestão da Porto Vivo, SRU		I ₉	7,5
	Promover e realizar concursos de sub-arrendamento, no âmbito do Programa "Porto com Sentido"		I ₁₀	7,5
	Organizar e executar os procedimentos de consulta pública dos quais resultará a seleção dos imóveis a tomar em arrendamento		I ₁₁	1
	Organizar e executar os procedimentos de consulta pública dos quais resultará a seleção de edifícios ou frações, para celebração de contratos promessa de arrendamento		I ₁₂	7
Propor instrumentos inovadores em matéria de habitação para o arrendamento acessível, que permitam avançar simultaneamente a reabilitação urbana da cidade, a manutenção em bom estado de conservação do seu parque habitacional e a atração da população para o Porto	I ₁₃	8		
Eixo 4	Assegurar o atendimento de todos os interessados na obtenção de informação e apoio no âmbito do "1º Direito" através gestão do Gabinete 1º Direito	15	I ₁₄	7,5
	Apoiar proprietários de ilhas e beneficiários diretos na obtenção de financiamento através do apoio "1º Direito"		I ₁₅	7,5
		100		100

$$P = \sum_{k=1}^{15} P_k \cdot I_j$$

$P \geq 80$	Excelente
$60 \leq P < 80$	Bom
$50 \leq P < 60$	Razoável
$P < 50$	Insuficiente



ano de	Fatores				Base de cálculo/ Métrica
	2 T	3 T	4 T	Anual	
	(A) Recolha 8 indicadores no Plano de Gestão do CH	(A) Recolha 6 indicadores no Plano de Gestão do CH	(A) Recolha 8 indicadores no Plano de Gestão do CH	(A) Recolha de 30 indicadores	(A) = Realizado / Programado com o limite de 1,1
	(B) NA	(B) NA	(B) Atualização da cartografia temática (10 cartas)	(B) Atualização da cartografia temática (10 cartas)	(B) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.
do CH	(C) NA	(C) NA	(C) NA	(C) Identificação dos edifícios do CH	(C) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.
	(D) Caraterização dos problemas de 10 edifícios	(D) NA	(D) NA	(D) Caracterização dos problemas de 10 edifícios	(D) Nº Edifícios caracterizados com problemas/Nº total de edifícios a caracterizar
	(E) NA	(E) 6 reuniões para análise e propostas de soluções	(E) 6 reuniões para análise e propostas de soluções	(E) 12 reuniões para análise e propostas de soluções	(E) Nº reuniões de resolução de problemas/Nº reuniões de resolução a ter
ções	(F) Caraterização de 3 situações	(F) Caraterização de 3 situações	(F) Caraterização de 3 situações	(F) Caraterização de 12 situações	(F) Nº de Situações Caracterizadas/Nº total de situações a caracterizar
es	(G) Realização de 3 reuniões	(G) Realização de 3 reuniões	(G) Realização de 3 reuniões	(G) Realização de 12 reuniões	(G) Nº reuniões para resolução de problemas realizadas/Nº de reuniões de resolução previstas
MU no após a mação.	(H) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação.	(H) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação.	(H) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação.	(H) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação.	(H) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.
	(I) NA	(I) Elaboração de 50% do relatório de monitorização	(I) Elaboração de 50% do relatório de monitorização	(I) Elaboração do relatório de monitorização da ORU.	(I) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.
de 6%	(A) Assegurar o cumprimento de 6% das ações	(A) Assegurar o cumprimento de 25% das ações	(A) Assegurar o cumprimento de 25% das ações	(A) Assegurar um grau de cumprimento 62% das ações	(A) = Realizado / Programado com o limite de 1,25
	(B) Iniciar 1 processo de intenção de reabilitação	(B) Iniciar 2 processos de intenção de reabilitação	(B) Iniciar 3 processos de intenção de reabilitação	(B) Iniciar 6 processos de intenção de reabilitação	(B) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário. Equivalente a Iniciar processo de intenção de reabilitar e submissão do projeto de arquitetura à CMP
	(C) NA	(C) Realização de uma sessão de apresentação da UI.	(C) Realização de reuniões com 10% dos proprietários	(C) Realização de uma sessão de apresentação da UI e a realização de reuniões com 10% dos proprietários	(C) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.
	(D) NA	(D) Acompanhamento de 1 processo de expropriação.	(D) Acompanhamento de 1 processo de expropriação.	(D) Acompanhamento dos 2 processos de expropriação.	(D) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.
za	(E) 2 projetos de arquitetura	(E) NA	(E) NA	(E) 3 projetos de arquitetura	(E) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.
em todas	(A) Assegurar a participação em todas as ações	(A) Nº de participação em ações/Nº total de ações			
ões	(B) Realização de 2 reuniões	(B) Realização de 2 reuniões	(B) Realização de 2 reuniões	(B) Realização de 8 reuniões	(B) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.
	(C) NA	(C) Execução de um novo modelo de monitorização (50%)	(C) Execução de um novo modelo de monitorização (50%)	(C) Execução de um novo modelo de monitorização	(C) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.



M
4

Tabela 2: Indicadores Eixo 1

Eixo do Plano	Objetivo	Atividade	Indicador	U.T.
[E1] - Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico	Concretizar e monitorizar a Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, Ponte Luz e Mosteiro da Serra do Pilar	Recolha de indicadores que permitam a avaliação do estado da operação de reabilitação urbana, e montantes de investimento público e privado	$I1 = 0,20A + 0,15B + 0,10(C+D+E) + 0,05(F+G) + 0,10H + 0,15I$	(A) Recolha 8 indicadores de Gestão de
		Atualização da cartografia e tabelas de monitorização		(B) NA
		Identificação dos edifícios devolutos, em ruína ou muito degradados no CH,		(C) Identificação dos e
		Caracterização dos problemas de edifícios devolutos, em ruína ou muito degradados no CH		(D) NA
		Realização de reuniões com os proprietários/promotores/município /administração da Porto Vivo, SRU com vista à resolução dos problemas do edifício		(E) NA
		Caracterização e problemas existentes no espaço público no CH		(F) Caraterização de
		Realização de reuniões com os departamentos municipais com vista à resolução dos problemas no espaço público		(G) Realização de
		Dar cumprimento à Ordem de Serviço n.º 1/156565/19/CMP, informando os processos recebidos da DMU/CMP, relativos às operações urbanísticas de imóveis localizados em unidades de intervenção com documento estratégico aprovado		(H) Assegurar a respo- prazo máximo de recepção do pedido
		Atualização do relatório de monitorização da ORU, com base nos novos indicadores		(I) NA
		[E1] - Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico		Executar a Unidade de Intervenção de Santa Clara
Promoção da reabilitação junto dos proprietários e da comunidade local e realizar acordos de reabilitação com os mesmos	(B) NA			
Apoio a moradores e proprietários e a realização de uma apresentação pública	(C) NA			
Execução das expropriações necessárias	(D) NA			
Elaboração de projetos de arquitetura	(E) 1 projeto de .			
Participar em ações de comunicação e de valorização promovidas por Municípios, Redes, ou outras Organizações, nacionais e internacionais, relativas ao Património Mundial	(A) Assegurar a partici- as aç			
[E1] - Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico	Implementar o Plano de Ação do Plano de Gestão e Sustentabilidade	Realização de reuniões periódicas com os representantes das Direções e Empresas Municipais com vista à implementação das ações e medidas do Plano de Gestão e Sustentabilidade	$I3 = 0,30(A+B) + 0,40C$	(B) Realização de
		Atualização do modelo de monitorização ao novo Plano de Gestão e Sustentabilidade		(C) NA

	Fatores				Base de cálculo/ Métrica
	2 T	3 T	4 T	Anual	
Atendimento telefónico	(A) Assegurar o atendimento telefónico de todas as chamadas	(A) Assegurar o atendimento telefónico de todas as chamadas	(A) Assegurar o atendimento telefónico de todas as chamadas	(A) Assegurar o atendimento telefónico de todas as chamadas	(A) N.º chamada atendidas/Nº total chamadas
Resposta em 24H	(B) Assegurar a resposta às solicitações do simulador em 24H	(B) Assegurar a resposta às solicitações do simulador em 24H	(B) Assegurar a resposta às solicitações do simulador em 24H	(B) Assegurar a resposta às solicitações do simulador em 24H	(B) N.º contatos submetidos/Nº total respostas em 24H
Tempo de espera inferior	(C) Assegurar tempo médio de espera do Atendimento Presencial inferior a 5 minutos	(C) Assegurar tempo médio de espera do Atendimento Presencial inferior a 5 minutos	(C) Assegurar tempo médio de espera do Atendimento Presencial inferior a 5 minutos	(C) Assegurar tempo médio de espera do Atendimento Presencial inferior a 5 minutos	(C) Σ tempos de espera/total atendimentos
Novos serviços	(D) Disponibilizar 1 novo serviço	(D) Disponibilizar 1 novo serviço	(D) Disponibilizar 2 novos serviços	(D) Disponibilizar 4 novos serviços	(D) Assume o valor 1, se cumprido 0, caso contrário
Taxa de reclamações inferior a 5%	(E) Taxa de reclamações inferior a 5%	(E) Taxa de reclamações inferior a 5%	(E) Taxa de reclamações inferior a 5%	(E) Taxa de reclamações inferior a 5%	(E) Assume o valor: 1, se cumprido 0, caso contrário
Reuniões técnicas	(A) Assegurar realização do 2º atendimento (reunião técnica) numa semana	(A) Assegurar realização do 2º atendimento (reunião técnica) numa semana	(A) Assegurar realização do 2º atendimento (reunião técnica) numa semana	(A) Assegurar realização do 2º atendimento (reunião técnica) numa semana	(A) Nº de reuniões de 2º atendimento realizadas numa semana/Nº de reuniões de 2º atendimento a realizar
Levantamentos	(B) Assegurar os levantamentos espaciais e sociais	(B) Nº de levantamento realizados/ Nº de levantamentos solicitados			
Candidaturas	(C) Preparar as candidaturas ao programa 1º Direito, com viabilidade, que sejam solicitadas	(C) Preparar as candidaturas ao programa 1º Direito, com viabilidade, que sejam solicitadas	(C) Preparar as candidaturas ao programa 1º Direito, com viabilidade, que sejam solicitadas	(C) Preparar as candidaturas ao programa 1º Direito, com viabilidade, que sejam solicitadas	(C) Número de candidaturas preparadas / Nº de solicitações de candidatura
Relatórios	(D) Produzir os relatórios trimestrais de apresentação ao IHRU	(D) Produzir os relatórios trimestrais de apresentação ao IHRU	(D) Produzir os relatórios trimestrais de apresentação ao IHRU	(D) Produzir os relatórios trimestrais de apresentação ao IHRU	(D) Assume o valor 1, se cumprido 0, caso contrário



✓
M
4

Tabela 5: Indicadores Eixo 4

Eixo do Plano	Objetivo	Atividade	Indicador	1.7
[E4] – Projeto “Ilhas da Cidade” e gestão do Gabinete 1º Direito	Assegurar o atendimento de todos os interessados na obtenção de informação e apoio no âmbito do “1º Direito” através gestão do Gabinete 1º Direito	Atendimento integrado multicanal	I14 = 0,20A+0,20B+0,20C+0,20D+0,20E	(A) Assegurar o atendimento de todas as r (B) Assegurar a r solicitações do sir (C) Assegurar tempo r do Atendimento Pr a 5 mir (D) N/ (E) Taxa de reclamaçã
	Apoiar proprietários de ilhas e beneficiários diretos na obtenção de financiamento através do apoio “1º Direito”	Análise, instrução e submissão de candidaturas ao “1º Direito” solicitadas por proprietários de ilhas e beneficiários diretos Acompanhamento da execução física e financeira de candidaturas aprovadas ao abrigo do “1º Direito”	I15 = 0,25A+0,25B+0,25C+0,25D	(A) Assegurar real atendimento (re numa s (B) Assegurar os le espacial s (C) Preparar as car programa 1º l viabilidade, que s (D) Produzir os relato de apresenta

Aspetos Organizacionais

13. Plano de Recursos Humanos para o Período 2023

Durante o exercício de 2022, na área dos Recursos Humanos, decorreram melhorias na estratégia da gestão de pessoas, através da implementação do projeto de mapeamento de processos em todas as unidades orgânicas da empresa. Em 2023 será dada continuidade ao desenvolvimento do projeto, com vista à implementação do processo de avaliação de desempenho.

Tendo em consideração o crescimento exponencial da empresa, em especial nos últimos dois anos, torna-se necessário proceder a uma modificação da organização da sociedade por forma a dotá-la da capacidade de executar a sua missão, de acordo com o seguinte organograma.

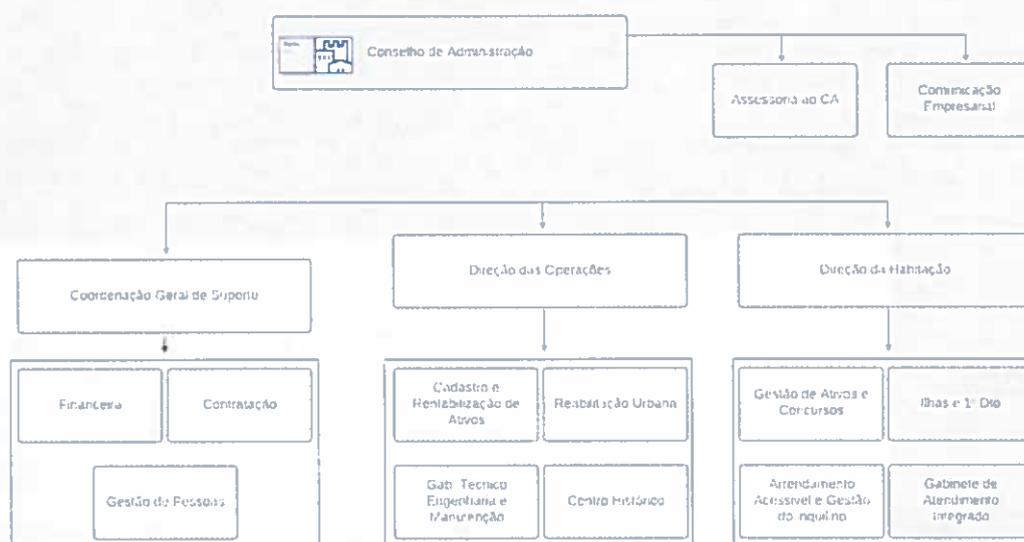


Figura 5: Organograma

14. Plano de Recursos Humanos para o Período 2023

A evolução do mapa de pessoal ativo para 2023 tem a expressão previsional indicada no quadro a seguir, contemplando as admissões que se estimam imprescindíveis à prossecução das atribuições da empresa.

Tabela 6: Distribuição por Área de Especialidade e Vínculo 2022/2023

Área de Especialidade	Ano 2022* 31/12/2022	Ano 2023* 31/12/2023
Direção da Habitação	14	17
Direção das Operações	10	11
Coordenação Geral do Suporte	16	17

Tipo de Vínculo	Ano 2022*	Ano 2023*
	31/12/2022	31/12/2023
Contrato Tempo Indeterminado (Quadro)	27	33
Contrato a Termo	4	4
Comissão de Serviço Externa	1	1
Cedência de Interesse Público/Ocasional	8	7
Total de Colaboradores Ativos	40	45

Tabela 7: Distribuição por Carreiras e Categorias 2022/2023

Ano 2022 *														
31/12/2022														
Carreira / Categoria	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Técnico Superior	1	2	12	1	1	1				1	1			
Técnico Especializado						1								
Assistente Técnico	1													
Assistente Operacional	2													
Total = 24	4	2	12	1	1	2	0	0	0	1	1	0	0	0

Ano 2022 *	
31/12/2022	
Tabela Dirigentes	
Diretor-Geral	0
Diretor 1º Grau	2
Coordenador	2
Coordenador 1º grau	7
Coordenador 2º grau	2
Chefe de Equipa / Líder Projeto 1º grau	1
Chefe de Equipa / Líder Projeto 2º grau	2
Total	16
Ano 2023 *	

No decorrer de 2023 prevê-se a contratação de mais cinco colaboradores, atendendo à execução das novas atribuições da Porto Vivo, SRU, apresentando-se de seguida a análise custo-benefício que sustenta a necessidade de recrutamento:

- a) Contratação de um técnico superior para área da habitação para o desempenho das funções inerentes ao apoio técnico especializado na área jurídica no âmbito da instrução e acompanhamento de candidaturas ao programa 1º Direito.

Internamente, a empresa não dispõe de recursos para assegurar o desempenho destas funções. Prevê-se, assim, a contratação de um técnico superior a afetar à área da habitação, por intermédio da celebração de um contrato de trabalho sem termo, estimando-se para o efeito uma despesa de 1.268,04€ mensais (ao qual acrescerá o subsídio de alimentação e demais encargos legalmente previstos), que estará acautelada ao nível orçamental no âmbito dos presentes IGP.

- b) Contratação de um técnico superior para área da habitação para o desempenho das funções inerentes ao apoio técnico especializado na área social, no âmbito da instrução e acompanhamento de candidaturas ao 1º direito.

Internamente, a empresa não dispõe de recursos para assegurar a concretização destas funções. Prevê-se, pois, a contratação de um técnico superior a afetar área da habitação, por intermédio da celebração de um contrato de trabalho a termo, estimando-se para o efeito, uma despesa de 1.268,04€ mensais (ao qual acrescerá o subsídio de alimentação e demais encargos legalmente previstos), que estará acautelada ao nível orçamental no âmbito dos presentes IGP.

- c) Contratação de um técnico superior da área da informática a afetar à coordenação geral de suporte para o desempenho das seguintes funções:

- Desenvolvimento Datacenter e redes;
- Estudo e desenvolvimento de um Projeto de sistemas de redes;
- Arquitetura e Desenvolvimento de Sistemas;
- Aplicação Regulamento Geral Proteção de Dados

A empresa não dispõe de recursos técnicos internos para assegurar o desempenho destas funções. Prevê-se assim, pelos motivos explicitados, a contratação de um técnico superior a afetar área da coordenação geral de suporte, por intermédio da celebração de um contrato de trabalho a termo, estimando-se para o efeito, uma despesa de 1841.26€ mensais (ao qual acrescerá o subsídio de alimentação e demais encargos legalmente previstos), que estará acautelada ao nível orçamental no âmbito dos presentes IGP.

- d) Contratação de um assistente técnico para a área da habitação para o desempenho das seguintes funções:

31/12/2023														
Carreira / Categoria	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Técnico Superior	1	5	12	1	2	1				1	1			
Técnico Especializado						1								
Assistente Técnico	2													
Assistente Operacional	2													
Total=29	5	5	12	1	2	2	0	0	0	1	1	0	0	0

Ano 2023 *	
31/12/2022	
Tabela Dirigentes	
Diretor-Geral	0
Diretor 1º Grau	2
Coordenador	2
Coordenador 1º grau	7
Coordenador 2º grau	2
Chefe de Equipa / Líder Projeto 1º grau	1
Chefe de Equipa / Líder Projeto 2º grau	2
Total	16

Para além dos colaboradores indicados, a Porto Vivo, SRU, tem um Conselho de Administração, composto por um Presidente, uma Vice-Presidente e um Vogal.

Durante o ano de 2022, e decorrente de movimentos de saída de dois colaboradores, o coordenador da área de arrendamento acessível e a coordenadora da área da comunicação empresarial, e da entrada de sete novos colaboradores (um assistente técnico para a área financeira, dois técnicos superiores para a área do arrendamento acessível, um coordenador para a área de arrendamento acessível, um coordenador para o gabinete de atendimento integrado, um líder de projeto para a área de comunicação empresarial e um técnico superior para a área das operações), a Porto Vivo, SRU apresenta, à data, um total de 37 colaboradores. Prevê-se ainda, até ao final de 2022, a contratação de um coordenador geral de suporte e dois técnicos superiores para a área da habitação, perfazendo um total de 40 colaboradores a 31 de dezembro de 2022.

✓
M
4

- Assegurar funções de atendimento de primeira linha no âmbito do atendimento integrado multicanal da Porto Vivo, SRU.

Internamente a empresa não dispõe de recursos técnicos capazes de concretizar os objetivos que se pretende almejar através do desempenho destas funções. Prevê-se, assim, a contratação de um técnico superior a afetar área da habitação, por intermédio da celebração de um contrato de trabalho a termo, estimando-se para o efeito, uma despesa de 757.01€ mensais (ao qual acrescerá o subsídio de alimentação e demais encargos legalmente previstos), que estará acautelada ao nível orçamental no âmbito dos presentes IGP.

e) A contratação de um técnico superior para a área das Operações para o desempenho das seguintes funções:

- Recolha de documentação referente ao cadastro de imóveis;
- Gestão de Seguros multirriscos em imóveis propriedade da Porto Vivo, SRU;
- Manutenção do cadastro atualizado na plataforma E-SIGMA;
- Apresentação de propostas para rentabilização dos ativos imobiliários ao Conselho de Administração;
- Elaboração dos procedimentos pré-contratuais tendo em vista a rentabilização de ativos;
- Acompanhamento da execução de empreitadas;
- Interface com as Divisões Municipais de Solos e Património e Gestão de Ativos da Câmara Municipal do Porto e divisões/ departamentos análogos das empresas municipais.

Internamente a empresa não dispõe de recursos que permitam assegurar o desempenho funcional acima descrito. Assim, pela razão apresentada, prevê-se a contratação de um técnico superior a afetar à Direção das Operações, por intermédio da celebração de um contrato de trabalho a termo certo, estimando-se para o efeito, uma despesa de 1.215,93€ mensais (ao qual acrescerá o subsídio de alimentação e demais encargos legalmente previstos), que estará acautelada ao nível orçamental no âmbito dos presentes IGP.

Formação

Em 2023, será dada continuidade ao investimento na área da formação contínua dos nossos colaboradores, mantendo-se o incentivo ao reforço de competências e qualificações, visando a melhoria nos diversos vetores de que se compõe a empresa e a prestação de um serviço de excelência para satisfação do público-alvo.

Para a prossecução da referida estratégia de valorização, ainda no decorrer do último trimestre de 2022, irá ser feito o levantamento das necessidades junto dos serviços da empresa, com o intuito de preparar o plano de formação para 2023, e que procurará ir de encontro às necessidades de reforço de competências

dos colaboradores e dos serviços, de acordo com as indicações que forem dadas pelas chefias ou pelo que for solicitado pelos interessados.

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

No que respeita às condições de segurança, higiene e saúde no trabalho, durante o ano de 2023, será dada continuidade ao contrato de prestação de serviços, celebrado entre a Porto Vivo, SRU e Medilogics Serviços Médicos SA, visando dar cumprimento à obrigação legal existente, estando a verba a afetar a este serviço devidamente prevista no âmbito do presente documento.

Seguro de Saúde

Antevemos que, em 2023, seja dada continuidade ao Plano de Seguro de Saúde que a empresa tem disponibilizado aos seus colaboradores, promovendo a prestação de serviços de saúde comparticipados, estando a verba a afetar a este serviço devidamente prevista no âmbito do presente documento.

Regulamento, Códigos e Planos

Regulamento Interno

É firme convicção da Porto Vivo, SRU que a existência de um regulamento interno contribui muito para o desenvolvimento salutar das relações existentes no ambiente laboral, sendo, deste modo, uma alavanca para o crescimento profissional e para uma constante modernização.

O regulamento interno elaborado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração no dia 13 de outubro de 2020 (ata n.º 1174), visa conciliar e harmonizar o direito laboral com a prática corrente na Porto Vivo, SRU, bem como as respetivas aplicações que decorrem do regime laboral vigente a trabalhadores com vínculos jurídico-administrativos.

Por outro lado, o Regulamento visa constituir um contributo para o pleno cumprimento, por parte da Porto Vivo, SRU da sua obrigação de informar os trabalhadores acerca de aspetos relevantes da relação de trabalho.

Além disso, a valorização das pessoas e as relações são eixos de atuação que a Porto Vivo, SRU quer solidificar. Assim sendo, a Porto Vivo, SRU está empenhada em proporcionar um ambiente de trabalho favorável, livre de discriminação ou de qualquer forma de assédio.

Como qualquer outra compilação ou sistematização, este Regulamento e demais códigos e planos são, na sua essência, importantes ferramentas de trabalho sujeitas à evolução natural da Porto Vivo, SRU.

✓
M
u

No âmbito da mudança de instalações da Porto Vivo, SRU este documento irá ser alvo de atualização ao novo modelo e espaço de trabalho no decorrer de 2023.

Código de Ética

Aprovado em reunião de Conselho de Administração no dia 26 de abril de 2022 (Ata nº 1249), o Código de Ética prevê a constituição de uma Comissão de Ética para acompanhar o código em termos de aplicação, garantindo a monitorização e atualização do mesmo, apresentando propostas que ache necessárias para a sua boa aplicação e revisão. A Comissão de Ética será também responsável por qualquer tipo de esclarecimento de dúvidas quanto ao código, na sua generalidade.

Código de Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio

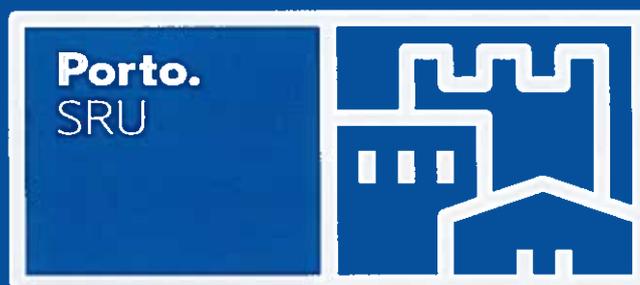
O Código de Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio, aprovado em Reunião de Conselho de Administração no dia 6 de setembro de 2022 (Ata n.º 1265), surge em cumprimento com o previsto na Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, e de acordo com a política de segurança e saúde promovida pela Porto Vivo, SRU. Esta política envolve o compromisso da organização em adotar e garantir a aplicação de uma estratégia e a correspondente afetação de recursos conducente à valorização pessoal e profissional dos seus colaboradores, garantindo um ambiente seguro e saudável, por forma a promover a saúde, física e mental, dos seus profissionais.

Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

O Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGRIC), aprovado em Reunião do Conselho de Administração no dia 17 de agosto de 2016 (ata n.º 1016), prevê a constituição de um Grupo de Coordenação e Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, para estruturar a sua implementação, realizar reuniões periódicas de acompanhamento e elaborar o relatório anual de execução do PPRGRIC.

Plano para a Igualdade de Género 2022

O Plano para a Igualdade de Género de 2022, aprovado em 14 de setembro de 2021, visa a promoção de boas práticas no âmbito da igualdade de género, aplicável tanto aos seus colaboradores, como a membros dos órgãos sociais, comprometendo-se na sua implementação, monitorização e melhorias constantes.



III. Orçamento para 2023



Sumário

O presente capítulo visa traduzir o planeamento da Sociedade para o exercício de 2023 ao nível das receitas a obter e das despesas a suportar⁴. Assim, nesse período, a Porto Vivo, SRU, espera obter resultados positivos, quer ao nível orçamental, quer ao nível económico, em cerca de 0,82M€ e 0,99M€, respetivamente, tendo em consideração, principalmente, a obtenção das seguintes receitas e rendimentos:

1. A transferência do Município do Porto e do IHRU no valor de 2M€, no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado;
2. A alienação dos prédios adquiridos para criação de uma Residência de Estudantes no Morro da Sé, pelo valor total mínimo de 2M€;
3. A comparticipação do valor de 3,93M€ no âmbito das candidaturas apresentadas e a apresentar pela Sociedade ao Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, enquadradas no Acordo de Financiamento celebrado com o IHRU a 12 de abril de 2022, e cujos projetos financiados estão refletidos no Plano Plurianual de Investimento.

⁴ É anexo ao presente instrumento, o detalhe, por rubrica económica, das despesas e receitas a suportar em 2023.

1. Orçamento de Receitas e Despesas

Conforme é perceptível na Tabela 8, a atual previsão do orçamento para 2023 traduz um excedente de tesouraria de cerca de 0,82ME, apresentando cinco grandes fontes de financiamento, designadamente, as verbas a receber no âmbito do Memorando de Entendimento, do Contrato-Programa e do Contrato-Mandato celebrados, a contrapartida prevista associada à alienação dos prédios adquiridos para a criação da Residência de Estudantes no Morro da Sé, bem como as participações previstas enquadradas no Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Tabela 8: Tesouraria para 2023

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Entendimento	Contrato-Programa	Contrato-Mandato	Outros Subsídios	Receitas Próprias	
	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	
Receitas						
Participações nas taxas e emendas do IBI e da Muni. previstas (L.º 10)	2 000 000					2 000 000
Contrib. de Eng.ºs		1 388 227				1 388 227
Subsídios Financeiros (C)					800 000	800 000
Complicações Comunitarias (PRR)				1 927 544		1 927 544
Contribuições em construção (B)				1 000		1 000
Receitas de venda de Imóveis					42 000	42 000
Receitas de venda de terrenos					1 000	1 000
Receitas de venda de bens			7 000			7 000
Receitas de venda de serviços					1 000	1 000
Receitas de venda de outros bens					1 000	1 000
A. Total de Receitas	2 000 000	1 484 212	1 739 000	3 930 713	3 977 963	13 131 888
Despesas						
Despesas Correntes						
Personal	1 000 000	1 000 000		1 000	1 000 000	3 000 000
Personal do Quadro e Avencados	750 000	750 000			750 000	2 250 000
Estágios	250 000	250 000		1 000	250 000	750 000
Aquisição de Bens e Instalações		10 000			10 000	10 000
Amortização de Financiamentos Habitação	10 000 000				10 000 000	10 000 000
Juros de Financiamentos Habitação	1 000 000				1 000 000	1 000 000
Outros Encargos Financeiros		10 000			10 000	10 000
Impostos e Taxas	100 000	1 000	10 000	20 000	100 000	330 000
Outras Despesas	1 000	1 000			1 000	3 000
Despesas de Capital						
Investimentos em Reabilitação Urbana	171 816			3 905 516	562 604	4 640 936
Programa de Realojamento Definitivo Morro Se	471 816					471 816
Quartelão Carlos Alberto					459 888	459 888
Santa Clara					332 485	332 485
Lomba					1 751 789	1 751 789
Unidades Patrimoniais					304 717	304 717
Outras Areas					1 517 065	1 517 065
Outros Investimentos					1 000 000	1 000 000
B. Total de Despesas	2 000 000	1 484 212	1 739 000	3 930 713	3 154 160	12 308 085
C. Tesouraria (A - B)	-	-	-	-	823 803	823 803

1.1. Orçamento de Receitas

A Sociedade estima obter um total de receitas de cerca de 13,13M€, distribuído por diferentes naturezas e fontes de financiamento, conforme evidenciado nos pontos seguintes.

1.1.1. Comparticipações Financeiras do IHRU e do Município do Porto

No âmbito do estipulado em Memorando de Entendimento e do Contrato-Programa celebrado a 5 de outubro de 2015, entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), o Município do Porto e a Porto Vivo, SRU, a Sociedade receberá, no exercício de 2023, a respetiva comparticipação financeira no valor total de 2M€, repartidos em partes iguais.

De notar que a primeira transferência do IHRU, no valor de 1M€, foi efetivada ainda em 2019, tendo em consideração o exposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 109/2018, de 4 de dezembro, nomeadamente, *“cabe ao IHRU, após a extinção da sua posição acionista, proceder ao pagamento da comparticipação financeira a cargo do Estado referida na Resolução do Conselho de Ministros n.º 209/2017, de acordo com as condições determinadas e já autorizadas no n.º 2 e na alínea b) do n.º 3 daquela resolução e com as demais condições já acordadas pelos acionistas, constantes do contrato-programa assinado em 5 de outubro de 2015...”*, pelo que esta comparticipação termina no exercício em análise.

Por sua vez, a transferência anual a realizar pelo Município do Porto ocorrerá durante os exercícios de 2020-2024, na medida em que o respetivo Contrato-Programa foi apenas celebrado e aprovado pelo Tribunal de Contas em 2020.

1.1.2. Contrato-Programa

Não obstante a transferência do Município do Porto evidenciada no ponto anterior estar efetivada formalmente em sede do Contrato-Programa celebrado, importa distinguir os montantes que representam transferências correntes e, por isso, discriminadas nesse, e aqueles que se traduzem em subsídios à exploração. Assim, o total de 1.484.212€ previsto a receber ao longo de 2023 traduz os subsídios a atribuir à Porto Vivo, SRU⁵ pelo exercício das seguintes atividades:

- ii. Pela gestão das ORU da Corujeira e Campanhã – Estação, designadamente, pela criação da equipa, através da afetação de recursos humanos internos, que assegure os meios técnicos necessários para que a Sociedade possa conduzir esta missão, acrescidos dos encargos indiretos e diretos associados à respetiva atividade, será recebido o valor de 495.620€;

⁵ Valores submetidos ao Município do Porto para efeitos de elaboração do orçamento municipal de 2023 e a propor para efeitos de celebração de um novo aditamento ao Contrato Programa.

- iii. Pela execução e gestão operacional do programa de dinamização do mercado de arrendamento acessível lançado pelo Município do Porto no ano de 2020, denominado “Porto com Sentido”, a Porto Vivo, SRU arrecadará o montante de 411.161€;
- iv. Pela delegação das competências evidenciadas seguidamente, a Sociedade obterá uma receita de 577.431€:
 - a. Disponibilização de um serviço de atendimento e apoio técnico especializado a terceiros (proprietários de ilhas) para instrução e apresentação de candidaturas ao programa “1.º Direito”, ou a outros programas de financiamento, e, bem assim, fazer o acompanhamento da execução das mesmas, com o objetivo de reabilitar este edificado, propriedade de terceiros;
 - b. Gestão do programa “1.º Direito” no que toca às competências municipais previstas no Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de maio, quanto às demais entidades beneficiárias e beneficiários diretos, enquadrados na Estratégia Local da Habitação do Município do Porto;
 - c. Realização dos levantamentos espaciais e sociais inerentes à promoção das soluções habitacionais de acordo com a Estratégia Local de Habitação.

1.1.3. Contrato-Mandato

Nos termos do Contrato Mandato celebrado com o Município do Porto a 2 de agosto de 2022, através do qual é delegada na Sociedade a competência de reabilitação dos imóveis cuja gestão foi transferida no âmbito da celebração do 2.º Aditamento ao Contrato-Programa, a Sociedade estima receber do Município do Porto no ano de 2023 o valor de 1.739.000€, correspondente às despesas a suportar com o respetivo processo e a formalizar através de um primeiro aditamento àquele documento.

1.1.4. Vendas

No exercício de 2023 a Sociedade prevê alienar os imóveis adquiridos e destinados à criação de uma Residência de Estudantes no Morro da Sé, pelo valor de 2M€, finalizando, assim, a sua intervenção nesta área.

Por outro lado, e tendo em consideração a estratégia planeada para oito edifícios propriedade da Porto Vivo, SRU (cuja transferência foi efetivada através da operação de aumento de capital social realizada pelo Município do Porto no ano de 2021), espera-se que a Sociedade receba no ano de 2023 o valor de 0,3M€, correspondente a parte da contrapartida a acordar com o Parceiro Privado pela operação de reabilitação daqueles imóveis, operação esta que se consubstanciará do seguinte modo:

- A Sociedade alienará três edifícios que entraram para o património da Sociedade através da operação de aumento de capital realizada pelo Município do Porto, pelo valor total de 2M€;

- Como contrapartida, o Parceiro Privado procederá à reabilitação de outros cinco edifícios da propriedade da Porto Vivo, SRU, reabilitação esta orçamentada em 1,7M€, entregando, adicionalmente, o valor de 0,3M€ em numerário.

1.1.5. Comparticipações Comunitárias

Enquadrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente no Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação que reforça o financiamento no âmbito do Programa 1.º Direito, a Porto Vivo, SRU estima receber no ano de 2023 o valor de 3,93M€ associado a diferentes processos de reabilitação e detalhados no ponto 1.2.8 Investimentos em Reabilitação Urbana do orçamento das despesas.

1.1.6. Rendas (Propriedade SRU)

Para o total das rendas a obter com os imóveis da Sociedade, no valor estimado de 340.022€, contribuem duas atividades distintas, (i) a promoção do arrendamento de habitações a preços acessíveis, bem como (ii) a rentabilização do investimento realizado com as frações comerciais. Deste modo, para aquele total foram assumidos os seguintes pressupostos:

- Estima-se que as atuais frações habitacionais da propriedade da Porto Vivo, SRU, e em processo de arrendamento, bem como das três frações resultantes do processo de reabilitação da parcela 14 do Quarteirão Carlos Alberto, sejam responsáveis pela obtenção de receitas no total de 209.716€, prevendo-se, para tal, uma taxa de ocupação das mesmas de 100%;
- As dezasseis frações comerciais arrendadas ou em processo de arrendamento, bem como a fração comercial pertencente à parcela 14 do Quarteirão Carlos Alberto, permitirão a obtenção de uma renda anual estimada de 130.306€, tendo em consideração uma taxa de ocupação de 100%.

1.1.7. Rendas (Gestão SRU)

Enquadradas contabilisticamente como uma prestação de serviços, tendo em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística, a Sociedade estima obter receitas inerentes à promoção do arrendamento acessível e enquadradas no Contrato-Programa celebrado com o Município do Porto no valor total de 1,08M€, tendo em consideração as seguintes atividades:

- A transferência da gestão para a Porto Vivo, SRU de duzentos e trinta e nove imóveis pertencentes ao Município do Porto representarão a obtenção de receitas estimadas no total de 206.354;

- ii. Associado ao desenvolvimento do programa Porto com Sentido, estima-se que a Sociedade obtenha uma receita de 0,88M€ inerente aos contratos de sub-arrendamento celebrados e a celebrar, valor que se encontra igualmente traduzido na despesa, na medida em que se trata de uma verba do Município do Porto (nos termos do Contrato Programa celebrado).

1.1.8. Outras Receitas

Nesta rubrica, no total de 255.670€, está previsto, essencialmente, o reembolso por parte do Parceiro Privado das despesas a suportar com a expropriação do direito de servidão da passagem do Quarteirão das Cardosas, despesa esta transferida do orçamento de 2022.

1.2. Orçamento de Despesas

O orçamento atual de despesas correntes é decomposto pelas rubricas relacionadas com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento corrente da Sociedade, com as despesas associadas ao empréstimo e linha de financiamento em vigor (amortização de capital, juros e comissões bancárias), bem como com os impostos a suportar. Ao nível das despesas de capital, será evidenciada a rubrica de investimento a realizar afeto ao processo de reabilitação urbana, com a execução de oito projetos, bem como a realização de investimentos em *software* e outros equipamentos.

1.2.1. Pessoal

Durante o exercício de 2023 a Sociedade estima suportar encargos com o pessoal (conforme mapa de pessoal apresentado anteriormente) em cerca de 1,76M€, conforme sintetizado na Tabela 9, assumindo-se, principalmente, para o cálculo deste total, os seguintes pressupostos:

- i. A atualização prevista das remunerações mensais, tendo em consideração o previsto em sede de discussão prévia do Orçamento do Estado de 2023, designadamente, um aumento de 52€ mensais em remunerações até 2.600€ e de 2% após este valor;
- ii. A atualização do subsídio de alimentação para o valor diário de 5,20€.

Tabela 9: Despesas com Pessoal⁶

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Entendimento	Contrato-Programa	Contrato-Mandato	Outros Subsídios	Receitas Próprias	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	
Pessoal	271 312	927 559	-	-	559 473	1 758 344
Remunerações (Órgãos Sociais e Quadro de Pessoal)	174 111	593 134	-	-	345 475	1 112 922
Remunerações (Tarefas e Avenças)	-	2 834	-	-	709	3 543
Subsídio de Refeição	8 563	29 194	-	-	17 029	54 786
Subsídio de Férias / Natal	28 104	95 820	-	-	55 884	179 808
Abonos (Ajudas de Custos e Outros)	7 086	24 156	-	-	34 095	65 337
Encargos Contributivos	47 875	163 228	-	-	95 203	306 306
Seguros	5 571	18 993	-	-	11 078	35 642
Outro Pessoal (Medida Emprego)	530	1 806	-	3 169	1 054	6 559
Total de Despesas	271 842	929 365	-	3 169	560 527	1 764 903

Conforme se pode verificar na tabela, as despesas a suportar com o pessoal serão financiadas em cerca de 68% através das transferências associadas ao Memorando de Entendimento celebrado entre o Município do Porto e o IHRU e ao Contrato-Programa celebrado com o Município do Porto, tendo em consideração a afetação do pessoal ao desenvolvimento das atividades enquanto entidade gestora das ORU do Centro Histórico e da Corujeira e Campanhã – Estação, do Programa Porto com Sentido, bem como das competências no âmbito do projeto das ilhas da cidade, inclusive, no que respeita à criação do Gabinete de Atendimento Integrado.

⁶ O valor correspondente a remunerações com outro pessoal e referente à realização de estágios profissionais, encontra-se espelhado, orçamentalmente, na rubrica económica referente a Transferências Correntes.

1.2.2. Aquisição de Bens e Serviços

Com a aquisição de bens e serviços estima-se que a Sociedade suporte um encargo total de 3,55M€, conforme evidenciado na Tabela 10, contribuindo para o mesmo, o total de 0,88M, referente a rendas a entregar ao Município do Porto, e cobradas a sub-arrendatários, no âmbito da execução do projeto Porto com Sentido⁷, bem como o valor de 1,70M€ associado à execução da Contrato-Mandato, nos termos do acordado a 2 de agosto de 2022 (e primeiro aditamento a propor), referente ao processo de reabilitação de imóveis cuja gestão foi transferida para a Sociedade.

Tabela 10: Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Entendimento	Contrato-Programa	Contrato-Mandato	Outros Subsídios	Receitas Próprias	
	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	
Aquisição de bens	11 809	43 739	-	-	28 419	83 967
Encargos com Instalações	1 817	6 196	-	-	18 569	26 582
Limpeza e Higiene	4 863	16 564	-	-	14 096	35 523
Conservação de bens	596	22 033	680 577	-	81 259	784 465
Rendas	10 201	46 781	105 138	-	896 202	1 058 322
Alugueiros de Material Informático	7 179	24 479	-	-	14 277	45 935
Comunicações	6 437	23 177	-	-	12 800	42 414
Transportes	6 362	21 697	-	-	18 652	46 706
Representação dos Serviços	157	533	-	-	310	1 000
Seguros	306	607	-	-	16 210	17 123
Deslocações e Estadas	3 550	6 170	-	-	2 165	11 885
Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	11 748	110 705	225 579	-	25 569	373 601
Formação	1 609	15 715	-	-	9 166	29 490
Seminários e Publicidade	2 345	103 318	-	-	9 582	115 245
Vigilância e Segurança	451	1 536	-	-	897	2 884
Assistência Técnica	1 735	23 601	-	-	9 756	35 095
Outros Serviços Especializados	21 039	59 029	83 711	-	41 801	205 580
Outros Serviços	446	18 538	603 160	-	7 365	629 509
Total de Despesas	95 650	544 416	1 698 165	-	1 207 095	3 545 326

Deste modo, o valor remanescente, 0,97M€, é referente, principalmente, às despesas inerentes à prossecução da missão inerente ao programa Porto com Sentido, à gestão das ORU's da Corujeira e Campanhã-Estação, bem como da competência delegada no âmbito do projeto das ilhas da cidade (Gabinete de Atendimento Integrado), traduzindo-se a respetiva afetação de encargos diretos e indiretos no total previsto de 544.416€.

⁷ De realçar que tal contabilização se prende com o facto de a Comissão de Normalização Contabilística enquadrar o recebimento das respetivas rendas como um rendimento (designadamente, como uma prestação de serviços), devendo, por isso, a respetiva despesa, ser classificada como um gasto (nomeadamente, como um Fornecimento e Serviço Externo).

1.2.3. Amortização de Financiamentos Obtidos

Cumprindo o estipulado na cláusula terceira do Contrato de Financiamento sob a forma de Abertura de Crédito celebrado entre o IHRU, a Porto Vivo, SRU e o Município do Porto, ora designado como Desembolso IHRU/BEI, a Sociedade procederá, no ano de 2023, à amortização do mesmo no valor total de 1M€, correspondendo este à soma da amortização contratualizada, do valor de 0,48M€, como uma amortização adicional, 0,52M€.

1.2.4. Juros de Financiamentos Obtidos

Dado o nível de financiamento previsto no final de 2022, no valor de 8,72M€, prevê-se que no exercício de 2023 a Sociedade suporte um encargo total associado a juros de 316.394€, tendo em consideração a efetivação da amortização adicional referida no ponto anterior apenas no final do ano, bem como a taxa de juro estimada (Euribor a 3 meses⁸).

1.2.5. Outros Encargos Financeiros

Tendo em consideração a existência de uma linha de crédito sob a forma de Saldo a Descoberto Autorizado junto do Millennium BCP, no valor de 1M€, bem como a previsão de manutenção deste limite, estima-se que a Porto Vivo, SRU suporte um encargo financeiro no valor orçamentado de 5.000€, correspondente à estimativa da comissão de gestão a pagar anualmente.

Tabela 11: Despesas com Outros Encargos Financeiros

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Entendimento	Contrato-Programa	Contrato-Mandato	Outros Subsídios	Receitas Próprias	
	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	
Comissões Bancárias (Financiamento)	-	-	-	-	5 000	5 000
Comissões Bancárias (TPA, SDD, RM)	-	1 440	-	-	4 151	5 591
Outros Juros	-	-	-	-	100	100
Total de Despesas	-	1 440	-	-	9 251	10 691

A este total acrescem ainda outros encargos, associados, essencialmente, à movimentação de verbas, com principal destaque para os inerentes à utilização do sistema de débito direto e de referências multibanco na cobrança de rendas, inclusive as associadas à execução do programa Porto com Sentido.

⁸ Dada a evolução atual da taxa de juro, assume-se, mediante um cenário mais pessimista, que esta atingirá em 2023 o valor médio de 3%.

1.2.6. Impostos e Taxas

Para o total de 374.128€ orçamentado como despesas a suportar com Impostos e Taxas contribui, especialmente, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a entregar ao Estado (a liquidar no decurso de obras de reabilitação, tendo em consideração a inversão do sujeito passivo aplicável), o Imposto Municipal sobre Imóveis e respetivo adicional, bem como o Imposto sobre o Rendimento estimado para o ano de 2022 e que será liquidado em 2023, conforme sintetizado na Tabela 12.

Tabela 12: Despesas com Impostos e Taxas

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Entendimento	Contrato-Programa	Contrato-Mandato	Outros Subsídios	Recetas Próprias	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	
IVA Apurado a entregar ao Estado	26 298	1 200	40 835	21 988	58 277	148 598
Retenções na Fonte efetuadas por Terceiros	-	-	-	-	32 577	32 577
FMI e IRC	-	-	-	-	182 345	182 345
Imposto de Selo	32,00	4 000	-	-	2 334	6 375
Taxas de justiça e Outras Taxas	-	-	-	-	4 233	4 233
Total de Despesas	26 330	5 209	40 835	21 988	279 766	374 128

1.2.7. Outras Despesas

Para o total orçamentado nesta rubrica, 237.690€, destaca-se, principalmente, o valor de 225.590€ para o pagamento de indemnizações pela expropriação do direito de servidão da passagem no Quarteirão das Cardosas, tendo em consideração a avaliação efetuada pelo perito nomeado pela Porto Vivo, SRU.

Tabela 13: Outras Despesas

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Entendimento	Contrato-Programa	Contrato-Mandato	Outros Subsídios	Recetas Próprias	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	
Quota - Urban Land Institute e AdePorto	1 111,00	3 782,00	-	-	2 207	7 100
Custas de Parte	-	-	-	-	5 000	5 000
Expropriação Q. Cardosas	-	-	-	-	225 590	225 590
Total de Despesas	-	-	-	-	232 797	237 690

1.2.8. Investimentos em Reabilitação Urbana

No decurso do planeamento do processo de reabilitação urbana, e conforme resumido na Tabela 14, a Sociedade estima suportar despesas no ano de 2023 no valor total de 4,94M€ associados a nove processos de reabilitação. Destes processos, importa destacar aqueles que advêm de projetos já iniciados em anos anteriores, daqueles que resultam de candidaturas ao Programa 1.º Direito, financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Deste modo, no ano de 2023 a Sociedade estima concluir a empreitada de reabilitação da operação D do Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé, estando, assim, as frações disponíveis para entrarem no mercado de arrendamento em 2024. Por sua vez, no Quarteirão Carlos Alberto, e no seguimento do concurso lançado no presente ano, assume-se que terá início a empreitada de reabilitação da parcela 6.

Enquadrados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente no Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação que reforça o financiamento no âmbito do Programa 1.º Direito, e conforme acordo de financiamento celebrado com o IHRU no presente ano, a Porto Vivo, SRU prevê proceder ao processo de reabilitação de duas frações na Unidade de Intervenção de Santa Clara (das quais uma é da propriedade da Porto Vivo, SRU), executar o processo de reabilitação previsto para a Unidade de Intervenção da Lomba, bem como reabilitar diversos imóveis que entraram para o património da Sociedade por conta da operação de aumento de capital efetuada pelo Município do Porto em 2021. Enquadrado ainda no âmbito deste programa, no ano de 2023 será ainda adquirido um imóvel na Rua de Francos, iniciando-se, assim, o respetivo processo de reabilitação.

Tabela 14: Despesas com o Processo de Reabilitação Urbana

Rubrica	Fonte de Financiamento					Total
	Memorando de Entendimento (A)	Contrato-Programa (B)	Contrato-Mandato (C)	Outros Subsídios (D)	Receitas Próprias (E)	
Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé	474 846					474 846
Operação D	474 846					474 846
Quarteirão Carlos Alberto					459 484	459 484
Parcela 6					459 484	459 484
Unidade de Intervenção de Santa Clara				332 485		332 485
Aquisição				280 000		280 000
Outras Despesas				52 485		52 485
Unidade de Intervenção da Lomba				1 751 289	48 754	1 800 043
Aquisições				947 272		947 272
Outras Despesas				804 017	48 754	852 771
Unidades Patrimoniais (PI)				304 717		304 717
Outras Despesas				304 717		304 717
Edifício sito na Rua de Francos				1 475 461		1 475 461
Aquisição				1 300 000		1 300 000
Outras Despesas				175 461		175 461
Edifício sito Rua Mouzinho da Silveira					19 926	19 926
Edifício sito na Rua do Heroísmo				41 604		41 604
Outras Despesas					34 440	34 440
Total de Despesas	474 846	-	-	3 905 556	567 604	4 943 006

Através da utilização de capitais próprios a Sociedade estima ainda iniciar o processo de reabilitação do edifício sito na Rua Mouzinho da Silveira, antiga sede da Porto Vivo, SRU, cuja despesa estimada para 2023 traduz a contratação dos serviços para elaboração dos projetos de arquitetura e especialidades.

Adicionalmente, e tendo em consideração a o contrato de reabilitação urbana que se estima celebrar com vista ao processo de reabilitação de outros imóveis da Sociedade, prevê-se, suportar encargos com a coordenação das referidas obras.

De relevar que, para a composição do ativo da Sociedade, contribui ainda o valor do IVA a suportar com

✓
M
u

as empreitadas, tendo em consideração o regime de afetação real aplicável à Sociedade, no total estimado de 99.963€ (incluído na rubrica de despesas referente a Impostos e Taxas), de acordo com o detalhado seguidamente.

Tabela 15: Contribuição para a Constituição do Ativo da Sociedade

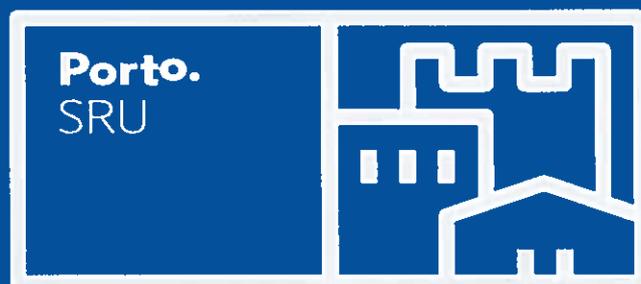
Despesas	PRD - Morro Sé	Quartelão Carlos Alberto	Lomba	Unidades Patrimoniais	Edifício Rua Francos
	Operação D	Parcela 6			
Investimento ¹	474 846	459 484	1 800 043	304 717	1 475 461
IVA ²	26 298	24 150	27 527	12 988	9 000
Total	501 144	483 634	1 827 570	317 705	1 484 461

¹ Pagamento ao Fornecedor

² Pagamento ao Estado, aquando do apuramento do IVA mensal

1.2.9. Outros Investimentos

Prevê-se que serão suportados encargos com a aquisição de *software* informático referente ao sistema de gestão de contratos de arrendamento e para o atendimento, bem como de apoio para a gestão de recursos humanos, no total de 57.564€. Acresce, ainda, o total de 55.000€ associado à realização de obras de melhoria em edifícios atualmente arrendados e que aumentarão a respetiva vida útil, montante este (acrescido de IVA) que estará refletido no ativo da Sociedade.



IV. PLANO PLURIANUAL 2023-2027



Orçamento Plurianual 2023 – 2027

O presente capítulo pretende expor a perspetiva para o período de 2023 – 2027⁹, quer ao nível do saldo orçamental, quer ao que respeita à situação patrimonial e aos resultados a apurar. Dado o horizonte temporal em causa, bem como o nível de projetos planeados importa realçar a limitação das previsões agora apresentadas, no que respeita, principalmente, ao investimento a realizar entre 2024-2027, na medida em que vários fatores podem condicionar a respetiva execução, entre as quais, a aprovação das respetivas candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

1. Demonstrações Orçamentais Previsionais

1.1. Receitas

A previsão das receitas apresentadas na

Tabela 16 tem por base os seguintes pressupostos:

- A receita no valor de 1M€ a receber do IHRU, entre 2019 e 2023, no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado entre este e o Município do Porto;
- A receita no valor de 1M€ a receber do Município do Porto, entre 2020 e 2024, no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado entre este e o IHRU e preconizado no Contrato-Programa celebrado a 6 de janeiro de 2019, com manutenção do respetivo subsídio entre 2025 e 2027, tendo em consideração a estimativa de défice de exploração para esses anos;
- O valor de 1.484.212€ referente ao contrato-programa celebrado e a aditar com o Município do Porto e cujo, no âmbito da Gestão das ORU da Corujeira e Campanhã – Estação, do projeto Porto com Sentido e da criação do Gabinete 1.º Direito no âmbito da Estratégia Local da Habitação, a receber entre 2023 e 2027;
- A utilização do coeficiente de atualização de rendas de 1,02 para o período de 2024 a 2027;
- A consideração como receita (e também como despesa), dos valores estimados a movimentar com o Município do Porto, no âmbito da gestão de rendas com o projeto Porto com Sentido;
- A comparticipação a receber no âmbito do Programa 1.º Direito equivalente ao investimento a realizar, com exceção do que respeita ao projeto das Ilhas da Lomba, tendo em consideração a comparticipação já aprovada;
- A consideração da inexistência de receitas por liquidar referentes ao ano de 2022.

⁹ Tendo em consideração a adoção do SNC-AP pela Porto Vivo, SRU, o horizonte temporal apresentado neste documento é o que consta neste normativo legal.

Tabela 16: Demonstração Orçamental Previsional – Receitas

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano Orçamental Plurianual			
		2022	2023	Soma	2024	2025	2026	2027
	Receita corrente		13 109 788	13 109 788	9 644 255	9 326 995	5 664 606	4 521 289
R1	Receita fiscal							
R1 1	Impostos diretos							
R1 2	Impostos indiretos							
R2	subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos de propriedade		340 122	340 122	443 302	619 896	783 190	865 184
R5	Transferências Correntes		7 414 925	7 414 925	5 942 285	5 636 901	2 779 596	2 484 212
R5 1	Administrações Públicas		7 414 925	7 414 925	5 942 285	5 636 901	2 779 596	2 484 212
R5 1 1	Administração Central - Estado							
R5 1 2	Administração Central - Outras entidades		4 930 713	4 930 713	3 458 073	3 152 689	295 384	0
R5 1 3	Segurança Social							
R5 1 4	Administração Regional							
R5 1 5	Administração Local		2 484 212	2 484 212	2 484 212	2 484 212	2 484 212	2 484 212
R5 2	Exterior - UE							
R5 3	Outras							
R6	Venda de bens e serviços		5 121 571	5 121 571	3 258 468	3 069 999	2 101 621	1 171 693
R7	Outras receitas correntes		233 170	233 170	200	200	200	200
	Receita capital		22 100	22 100	20 100	20 100	20 100	20 100
R8	Venda de bens de investimento		2 000	2 000				
R9	Transferências de Capital							
R9 1	Administrações Públicas							
R9 1 1	Administração Central - Estado							
R9 1 2	Administração Central - Outras entidades							
R9 1 3	Segurança Social							
R9 1 4	Administração Regional							
R9 1 5	Administração Local							
R9 2	Exterior - UE							
R9 3	Outras							
R10	Outras receitas de capital		100	100	100	100	100	100
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos		20 000	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000
	Receita efetiva [1]		13 131 888	13 131 888	9 664 355	9 347 095	5 684 706	4 541 389
	Receita não efetiva [2]		0	0	0	0	0	0
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
	Soma [3]=[1]+[2]		13 131 888	13 131 888	9 664 355	9 347 095	5 684 706	4 541 389

1.2. Despesas

Para previsão das despesas apresentadas na

Tabela 17, contribuíram, principalmente, os seguintes pressupostos:

- A atualização anual da massa salarial entre 2024 e 2027 em 2% e manutenção do quadro de pessoal previsto para 2023;
- A aplicação desse índice, ao longo de todo o período, ao nível das aquisições de bens e serviços face ao orçamentado para 2023, com exceção das despesas a suportar enquadradas no âmbito do Contrato Mandato e das rendas cobradas no âmbito do Programa Porto com Sentido e a entregar ao Município do Porto;
- A não consideração de encargos com Segurança Social associada à contratação de trabalhadores independentes;
- A consideração de uma taxa Euribor a 3 meses de 3%;

- A amortização anual de 454.118€, após 2023, do Desembolso IHRU/BEI;
- O não recurso ao financiamento bancário;
- A consideração da inexistência de despesas por pagar referentes ao ano de 2022.

Tabela 17: Demonstração Orçamental Previsional - Despesas

Rubrica	Designação	Orçamento 2023			Plano Orçamental Plurianual			
		2022	2023	Soma	2024	2025	2026	2027
	Despesa corrente		6 249 132	6 249 132	6 478 688	6 088 230	5 006 792	4 216 087
D1	Despesas com o pessoal		1 758 344	1 758 344	1 793 511	1 829 381	1 865 969	1 903 288
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes		1 351 059	1 351 059	1 378 080	1 405 642	1 433 755	1 462 430
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais		36 731	36 731	37 466	38 215	38 979	39 759
D1.3	Segurança social		370 554	370 554	377 965	385 524	393 235	401 100
D2	Aquisição de bens e serviços		3 545 326	3 545 326	3 996 804	3 804 123	2 831 450	1 897 141
D3	Juros e outros encargos		327 085	327 085	290 883	272 885	255 688	238 491
D4	Transferências correntes		13 659	13 659	7 100	7 242	7 387	7 535
D4.1	Administrações Públicas							
D4.1.1	Administração Central - Estado							
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.3	Segurança Social							
D4.1.4	Administração Regional							
D4.1.5	Administração Local							
D4.2	Instituições sem fins lucrativos							
D4.3	Famílias		13 659	13 659	7 100	7 242	7 387	7 535
D4.4	Outras							
D5	Subsídios							
D6	Outras despesas correntes		604 718	604 718	390 390	174 599	46 298	169 632
	Despesa capital		5 058 953	5 058 953	4 295 802	3 302 575	259 090	0
D7	Investimento		5 058 953	5 058 953	4 295 802	3 302 575	259 090	0
D8	Transferências de capital		0	0	0	0	0	0
D8.1	Administrações Públicas		0	0	0	0	0	0
D8.1.1	Administração Central - Estado							
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D8.1.3	Segurança Social							
D8.1.4	Administração Regional							
D8.1.5	Administração Local							
D8.2	Instituições sem fins lucrativos							
D8.3	Famílias							
D8.4	Outras							
D9	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [4]		0 11 308 085	11 308 085	10 774 491	9 390 805	5 265 882	4 216 087
	Despesa não efetiva [5]		0 1 000 000	1 000 000	454 118	454 118	454 118	454 118
D10	Despesa com ativos financeiros							
D11	Despesa com passivos financeiros		1 000 000	1 000 000	454 118	454 118	454 118	454 118
	Despesa total [6]= [4] + [5]		0 12 308 085	12 308 085	11 228 609	9 844 923	5 720 000	4 670 205
	Saldo total [3] - [6]		0 823 803	823 803	-1 564 254	-497 827	-35 294	-128 816
	Saldo global [1] - [4]		0 1 823 803	1 823 803	-1 110 136	-43 709	418 824	325 302
	Despesa primária		0 10 981 000	10 981 000	10 483 608	9 117 920	5 010 194	3 977 596
	Saldo corrente		0 6 860 656	6 860 656	3 165 567	3 238 765	657 815	305 202
	Saldo de capital		0 -5 036 853	-5 036 853	-4 275 702	-3 282 475	-238 990	20 100
	Saldo primário		0 -2 150 888	-2 150 888	819 253	-229 176	-674 512	-563 793

1.3. Plano Plurianual de Investimento

No plano plurianual de investimento estão refletidos os processos de reabilitação planeados para o período 2023-2027, destacando-se aqueles que serão financiados através do Programa 1.º Direito, tendo em consideração o Acordo de Financiamento celebrado com o IHRU no presente ano:

- **Aquisição e Reabilitação do Edifício sito na Rua de Francos:** integrado no Programa 1.º Direito, a Sociedade prevê adquirir este edifício no ano de 2023, avançando no mesmo ano com a respetiva empreitada. Espera-se que em 2025 o mesmo já esteja integrado no mercado de arrendamento.
- **Reabilitação do Morro da Sé:**
 - Programa de Realojamento Definitivo - Operação D: estando asseguradas as receitas que permitam a concretização desta operação, quer através da obtenção de receitas próprias, quer através da utilização do Desembolso IHRU/BEI, é acrescido ao valor das aquisições efetuadas, o valor previsto para a execução da empreitada de reabilitação e demais custos associados, prevendo-se a respetiva conclusão no ano de 2023, tendo em consideração o estado atual da empreitada e a entrada no processo de arrendamento em 2024.
- **Reabilitação do Quarteirão Carlos Alberto:**
 - Parcela 6: tendo já sido lançado o concurso da respetiva empreitada de reabilitação, prevê-se que no exercício de 2023 a mesma seja iniciada, estando esta parcela disponível para entrar no processo de arrendamento no ano de 2025;
- **Reabilitação do Edificado da Zona da Lomba:** Tendo em consideração que se trata da intervenção em seis ilhas desta zona, nomeadamente, Lourenço 5, Travessa da Lomba 41, Lourenço 43, Vera Cruz 46 A, Vera Cruz 36-42 e Vera Cruz 26, estima-se que o processo de reabilitação se prolongue até ao período de 2026, com a realização das respetivas empreitadas, sendo o ano de 2022 distinguido pelo investimento a realizar com as respetivas aquisições.
- **Reabilitação das Unidades Patrimoniais:** no âmbito da operação da entrada de capital realizada pelo Município do Porto em 2021, a Sociedade estima proceder à reabilitação dos respetivos prédios, de acordo com o seguinte:
 - Edifício sito na Rua Mouzinho da Silveira (antiga sede da Porto Vivo, SRU): na sequência da mudança de instalações da Sociedade e de modo a rentabilizar o respetivo prédio, a Sociedade estima proceder à adaptação do edifício em habitações, sendo o ano de 2023 caracterizado pela elaboração de projetos;
 - Edifício sito na Rua do Heroísmo, 185: Aproveitando as verbas disponíveis no âmbito do Programa 1.º Direito, a Sociedade irá proceder à apresentação de uma candidatura específica para este edifício, esperando iniciar a respetiva empreitada de reabilitação em 2024;
 - Edifícios sitos na Rua da Lapa e na Rua do Heroísmo: Tendo já sido iniciado o processo de reabilitação de seis unidades patrimoniais em conjunto, através da contratação dos projetos de arquitetura, a Sociedade prevê que em 2023 possa iniciar a respetiva empreitada, estando a aguardar a aprovação da candidatura no âmbito do Programa 1.º Direito;

- Reabilitação na Unidade de Intervenção de Santa Clara: Uma vez que a Sociedade já possui uma parcela nesta Unidade de Intervenção, está prevista a aquisição de uma parcela confinante com vista à reabilitação conjunta, prevendo-se, igualmente, a apresentação de uma candidatura ao Programa 1.º Direito de modo a aproveitar as respetivas participações.

✓
M
u

2. Demonstrações Financeiras Previsionais

2.1. Balanço

Para a elaboração do Balanço previsional para o período de 2023 – 2027 foram assumidos, principalmente, os seguintes pressupostos:

- A contabilização dos encargos registados com o processo de reabilitação dos projetos apresentados no ponto referente ao Plano Plurianual de Investimento em “Investimentos em curso”, tendo em consideração que os mesmos se destinam a arrendamento;
- A passagem para propriedades de investimentos no ano em que os prédios referidos entraram no mercado de arrendamento (evidenciados anteriormente), com depreciação anual a uma taxa de 2% sobre o valor do edifício (vida útil de 50 anos), correspondente este a 75% do valor de aquisição e reabilitação;
- O registo, no ano de 2025, do valor de 147.100€ em propriedades de investimento referente à entrega à Sociedade de duas frações habitacionais no âmbito da permuta realizada em 2019 com o Parceiro Privado no âmbito da execução da Operação I do Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé, por contrapartida da conta de “Outras Contas a Receber”;
- O registo, no ano de 2025, do valor de 1,81M€ em propriedades de investimento referente ao valor dos imóveis reabilitados no âmbito do Contrato de Reabilitação Urbana a celebrar em 2023 e cuja dívida do Parceiro Privado, no total de 1,7M€, se manterá no Ativo da Sociedade;
- A constituição de 5% de reserva sobre o valor do resultado líquido positivo obtido no ano anterior;
- O registo em Outras Variações do Capital Próprio do valor das participações recebidas no âmbito do PRR;
- A amortização do Desembolso IHRU/BEI no valor anual 0,45M€ a partir do ano de 2024, de acordo com o contratualizado e tendo em consideração as amortizações adicionais efetuadas;
- O registo em Rendimentos Diferidos do valor pago pelos diferentes arrendatários correspondente ao pagamento adiantado de uma renda.

Tabela 19: Balanço Previsional 2023 – 2027

Rubricas	Datas				
	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026	31/12/2027
Ativo					
Ativo não Corrente					
Ativos fixos tangíveis	65 086	51 434	37 782	24 131	10 479
Propriedades de investimento	6 611 798	9 024 680	14 299 596	26 743 088	26 424 989
Investimentos em curso	10 732 552	12 693 242	12 509 494	-	-
Ativos intangíveis	78 262	39 462	662	-	-
Outros ativos financeiros	6 243	8 470	10 742	10 742	10 742
Outras contas a receber	1 847 100	1 847 100	-	-	-
	19 341 041	23 664 388	26 858 276	26 777 961	26 446 210
Ativo Corrente					
Inventários	407 470	407 470	407 470	407 470	407 470
Estado e Outros Entes Públicos	36 486	44 449	56 829	57 966	59 126
Outras contas a receber	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Diferimentos	57 766	78 348	59 898	60 996	62 116
Caixa e depósitos bancários	5 473 714	3 909 460	3 411 633	3 376 339	3 247 524
	5 976 436	4 440 727	3 936 830	3 903 771	3 777 236
Total do Ativo	25 317 477	28 105 115	30 795 106	30 681 732	30 223 446
Patrimônio Líquido e Passivo					
Patrimônio Líquido					
Patrimônio Capital	8 382 609	8 382 609	8 382 609	8 382 609	8 382 609
Reservas	220 249	269 533	269 533	269 250	276 727
Resultados Transitados	1 484 369	2 420 762	2 312 785	2 307 403	2 449 471
Resultado Líquido do Período	985 676	107 977	5 665	149 544	192 145
Outras Variações no Capital Próprio	6 028 016	9 486 088	12 634 119	12 813 404	12 618 608
Total do Patrimônio Líquido	17 100 919	20 451 015	23 593 381	23 922 210	23 919 760
Passivo					
Passivo não Corrente					
Financiamentos obtidos	7 265 882	6 811 764	6 357 646	5 903 528	5 449 410
Outras contas a pagar	95 000	95 000	95 000	95 000	95 000
	7 360 882	6 906 764	6 452 646	5 998 528	5 544 410
Passivo Corrente					
Estado e outros entes públicos	79 884	2 098	1 817	17 395	17 395
Financiamentos obtidos	454 118	454 118	454 118	454 118	454 118
Outras Contas a Pagar	273 271	262 216	262 913	261 616	261 360
Diferimentos	48 403	28 904	30 231	27 865	26 403
	855 676	747 336	749 079	760 994	759 276
Total do Passivo	8 216 558	7 654 100	7 201 725	6 759 522	6 303 686
Total do Patrimônio Líquido e do Passivo	25 317 477	28 105 115	30 795 106	30 681 732	30 223 446

2.2. Demonstração de Resultados

Para a elaboração da Demonstração de Resultados previsional para o período de 2023 – 2027 foram assumidos, principalmente, e além dos critérios evidenciados nos pontos das receitas e despesas plurianuais, os seguintes pressupostos:

- O reconhecimento como rendimento das participações financeiras recebidas no âmbito do PRR à razão de 75% de 1/50 por ano a partir do período em que as frações resultantes dos processos de reabilitação entram no mercado de arrendamento;

- Cálculo do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas tendo em consideração o seguinte:
 - Tributações autónomas no valor estimado de 2.100€;
 - Consideração para cálculo da matéria coletável de apenas 30% do resultado antes do imposto, tendo em consideração a dedução de prejuízos apurados em anos anteriores;
 - Aplicação de uma taxa de 21% à matéria coletável;
 - Aplicação de uma taxa de 1% ao resultado antes de imposto, associado à derrama.

Tabela 20: Demonstração de Resultados Previsional 2023 – 2027

Rendimentos e Gastos	Periodos				
	2023	2024	2025	2026	2027
Impostos, Contribuições e taxas	326	326	326	326	326
Vendas	4 000 000	-	-	-	-
Prestações de serviços e concessões	3 030 987	3 542 824	3 496 731	2 677 586	1 825 508
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	3 487 381	2 484 212	2 508 984	2 601 680	2 678 808
Variação nos inventários da produção	-3 493 177	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	-3 494 953	-3 927 589	-3 733 155	-2 758 693	-1 822 560
Gastos com o pessoal	-1 740 728	-1 775 910	-1 811 796	-1 848 400	-1 885 736
Outros rendimentos e ganhos	383 376	178 846	223 062	227 122	231 265
Outros gastos e perdas	-585 866	-121 716	-123 542	-125 405	-127 305
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 587 346	380 993	550 610	774 216	900 306
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-202 392	-203 680	-289 264	-362 635	-459 966
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 384 954	177 313	261 346	411 581	440 340
Juros e rendimentos similares obtidos	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000
Juros e gastos similares suportados	-321 394	-285 192	-267 194	-249 997	-232 800
Resultado antes de impostos	1 065 560	-105 879	-3 848	163 584	209 540
Imposto sobre o rendimento do período	-79 884	-2 098	-1 817	-14 040	-17 395
Resultado líquido do período	985 676	-107 977	-5 665	149 544	192 145

3. Compromissos Plurianuais

- a. A Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A., (Porto Vivo, SRU) é uma empresa local de natureza municipal, integralmente detida pelo Município do Porto, que se rege pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação;
- b. A Assembleia Municipal do Porto, sob proposta da Câmara Municipal, por deliberação de 8 de julho de 2019, designou a Porto Vivo, SRU, como entidade gestora das Operações de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto e de Campanhã – Estação e por deliberação de 14 de outubro de 2019, como entidade gestora da Operação de Reabilitação Urbana de Corujeira;
- c. Para dar execução ao documento estratégico do Quarteirão de Carlos Alberto, foi deliberada a reabilitação da parcela 6 do referido quarteirão, implicando, desta forma, a aquisição de serviços e a contratação da empreitada de obra pública, cuja contratualização e integral execução já tinha sido autorizada, procedendo-se agora à sua recalendarização;

✓
M
u

- d. No que respeita à Operação D pertencente ao Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé está prevista a continuidade da execução da empreitada, assim como das aquisições de serviços;
- e. A Porto Vivo, SRU procedeu à alteração da sua sede prevendo-se uma desocupação gradual até final de 2022. Neste sentido, foram elaborados estudos e programadas as aquisições de serviços e empreitadas a desenvolver na Rua Mouzinho da Silveira, 208 a 214 tendo em vista destinar este prédio a arrendamento;
- f. Após um levantamento exaustivo dos imóveis municipais foram identificados aqueles que, pela sua natureza, proximidade e escala potenciavam o desenvolvimento de projetos de arrendamento a custos acessíveis;
- g. A integração no capital social da empresa desses imóveis permitiu desenvolver estudos que promovessem a dinamização das necessárias operações de reabilitação urbana através de modelos de financiamento otimizados;
- h. Neste sentido, foram identificados aqueles que necessitam de ser reabilitados e reúnem as condições para serem afetos ao regime de arrendamento a custos controlados, sendo elegíveis para apresentação de candidaturas ao abrigo do PRR;
- i. Os imóveis que integraram o capital da Porto Vivo, SRU, em setembro de 2021, e que serão objeto de candidaturas ao Programa de Recuperação e Resiliência são os seguintes:
- i. Travessa Senhora da Lapa n.º 16, 18 e 22;
 - ii. Rua Senhora da Lapa n.º 84
 - iii. Rua Senhora da Lapa n.º 96
 - iv. Rua Senhora da Lapa n.º 100
 - v. Rua da Glória n.º 71 e 77
 - vi. Rua do Heroísmo n.º 70 e 72
 - vii. Rua do Heroísmo n.º 183 a 193
- j. Tendo em vista a aquisição de serviços, a contratação das respetivas empreitadas e as despesas com arrendamento temporário, foi programado o investimento, de acordo com o documento em anexo;
- k. Prevê-se também e neste âmbito, a aquisição de dois imóveis sitos na Rua Central de Francos n.º 757 a 761 e na Avenida Vímara Peres n.º 25 e 27 tendo em vista a sua reabilitação para serem afetos ao regime de arrendamento a custos controlados, encontrando-se devidamente programado o investimento a realizar, no que respeita a aquisição de serviços e empreitadas em ambos os casos;
- l. A 2 de agosto de 2022 foi celebrado o Contrato de Mandato Administrativo entre a Câmara Municipal do Porto e a Porto Vivo, SRU;
- m. Este contrato teve como objetivo dotar a Porto Vivo, SRU dos meios financeiros necessários para a externalização da atividade de reabilitação e conservação dos edifícios identificados no anexo ao referido contrato, destinados a habitação a custos acessíveis, com a possibilidade de recorrer a programas como o PRR;
- n. A publicação do Aviso RE-CO2-i01/2021 abriu a possibilidade de candidaturas a financiamento

para a reabilitação urbana de imóveis destinados à habitação acessível;

o. A Porto Vivo, SRU pretende apresentar, ao abrigo do referido Aviso, candidaturas para parte dos imóveis discriminados no Anexo I ao Contrato de Mandato Administrativo, designadamente, que careçam de reabilitação, e que se adequem aos limites para o regime de arrendamento a aplicar aos mesmos, definido no Programa do 1.º Direito;

p. No sentido de executar a posição que a Porto Vivo, SRU assumiu no Acordo de Financiamento celebrado com o IHRU, I.P., no âmbito do 1.º Direito-Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, para promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não têm capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada, a Porto Vivo, SRU terá que efetuar contratações de serviços com carácter plurianual;

q. Acresce que, tendo em consideração o trabalho até então desenvolvido, a Porto Vivo, SRU prevê adquirir e reabilitar habitações pertencentes a seis ilhas entre a Rua Vera Cruz e a Rua do Lourenço, cujos procedimentos de contratação associados à sua execução se iniciaram em 2022, e se encontram programados quanto a projetos de arquitetura e especialidades, aquisição de serviços, empreitadas e despesas com arrendamento temporário;

r. Finalmente, para suportar a sua atividade corrente, a Porto Vivo, SRU, tem necessidade de efetuar a aquisição de bens e serviços, indispensáveis ao seu funcionamento, com efeitos económicos e financeiros em mais do que um ano económico, cuja estimativa de valores vai indicada também na tabela seguinte;

s. Todos os vínculos contratuais supramencionados têm uma natureza plurianual, e, por isso, implicam compromissos que constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, ou em ano distinto que não seja o da abertura do respetivo procedimento;

t. Todos estes compromissos a assumir pela Porto Vivo, SRU foram devidamente enquadrados e suportados nos Instrumentos de Gestão Previsional da empresa, com projeção plurianual (2023/2027), instrumentos esses que, por sua vez, estão, também eles, harmonizados e constituem, aliás, uma decorrência do Orçamento e das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal do Porto;

u. Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, compete à Assembleia Municipal autorizar a assunção de compromissos plurianuais pelas entidades da administração local, categoria na qual se integram as empresas locais.

Tabela 21. Compromissos Plurianuais¹⁰

Descrição Objeto do Contrato	Previsão de Repartição da Despesa				Valor
	2023	2024	2025	2026	Total s/ IVA
A. Despesas Correntes					
A1. Funcionamento Corrente da Sociedade					
A11. Serviços de Comunicações Móveis	2.800 €	2.800 €	2.800 €		8.400 €
A12. Consultoria em Serviços de Contabilidade e Fiscal	9.000 €	9.000 €	9.000 €		27.000 €
A13. Serviços de reformulação infraestrutura passiva/comunicações e net	28.000 €	28.000 €	28.000 €		84.000 €
A14. Serviços de Limpeza	23.880 €	23.880 €	23.880 €		71.640 €
A15. Serviços de Manutenção de Elevadores	5.126 €	5.126 €	5.126 €		15.378 €
A16. Serviços Postais	4.430 €	4.430 €	4.430 €		13.290 €
A17. Serviços de subscrição de licenças	3.960 €	3.960 €	3.960 €		11.880 €
A18. Serviços de fornecimento de energia e abastecimento de água	14.452 €	14.452 €	14.452 €		43.356 €
A19. Arrendamento de Espaços	77.627 €	77.627 €	77.627 €		232.881 €
A110. Renting de Hardware	37.345 €	37.345 €	37.345 €		112.035 €
A111. Renting de Viaturas	19.677 €	19.677 €	19.677 €		59.031 €
A112. Serviços de Assessoria Jurídica	20.000 €	20.000 €	20.000 €		60.000 €
A113. Serviços de Consultoria para o Ambiente 1ª Direção	28.390 €	28.390 €	28.390 €		85.170 €
A114. Serviços de Vigilância Eletrónica	1.344 €	1.344 €	1.344 €		4.032 €
A115. Serviços de Assistência Técnica para Software Informático	26.500 €	26.500 €	26.500 €		79.500 €
A116. Serviços de disponibilização de bebidas	1.676 €	1.676 €	1.676 €		5.028 €
A2. Contrato de Mandato Administrativo					
A21. Imprevidas	680.577 €	1.117.105 €	1.002.975 €	561.600 €	4.191.772 €
A22. Propostas	18.139 €	11.280 €			113.763 €
A23. Serviços de Engenharia, Fiscalização e Supervisão de Obras	68.058 €	1.175.017 €	1.033.989 €	3.300.000 €	496.760 €
A24. Arrendamento de Espaços	105.138 €	66.744 €	50.674 €		311.519 €
Sub-Total (A)					
	1.341.327 €	1.884.089 €	2.151.778 €	650.096 €	6.027.290 €
B. Despesas de Capital					
B1. Parcela 6 do Quarteirão Carlos Alberto					
B11. Serviços de Engenharia, Fiscalização e Supervisão de Obras	43.000 €	60.100 €	7.000 €		109.000 €
B2. Unidade de Intervenção da Lomba					
B21. Imprevidas	10.267 €	1.835.480 €	1.000.130 €		3.199.000 €
B22. Serviços de Engenharia, Fiscalização e Supervisão de Obras	1.100 €	26.000 €	4.000 €		19.000 €
B23. Arrendamento de Espaços	247.500 €	1.000.000 €	1.100.000 €		2.496.200 €
B3. Unidades Patrimoniais					
B31. Edifícios da Senhora da Lapa e Heroísmo					
B311. Imprevidas					€
B312. Serviços de Engenharia, Fiscalização e Supervisão de Obras	216.475 €	80.400 €	142.652 €		1.199.800 €
B313. Arrendamento de Espaços	8.000 €	33.000 €	31.000 €		56.000 €
B314. Arrendamento de Espaços	1.800 €	19.000 €	21.000 €		30.000 €
B32. Edifício da Heroísmo, 185					
B321. Imprevidas		1.000.000 €	150.250 €	196.000 €	1.346.000 €
B322. Propostas	14.800 €	1.250 €	1.000 €	1.000 €	17.500 €
B323. Serviços de Engenharia, Fiscalização e Supervisão de Obras		6.000 €	175.000 €	6.000 €	177.000 €
B324. Arrendamento de Espaços		4.200 €	30.100 €	9.000 €	50.750 €
B33. Edifício da Mouzinhos da Silveira					
B331. Imprevidas		322.000 €			327.000 €
B332. Propostas	16.200 €	1.500 €			18.000 €
B333. Serviços de Engenharia, Fiscalização e Supervisão de Obras		11.000 €			11.000 €
B34. Edifícios com Contratos de Reabilitação Urbana					
B341. Serviços de Engenharia, Fiscalização e Supervisão de Obras	28.000 €	28.000 €	28.000 €		84.000 €
B4. Unidade de Intervenção de Santa Clara					
B41. Imprevidas		177.000 €	177.000 €	85.000 €	439.000 €
B42. Propostas	12.400 €		16.000 €		19.000 €
B43. Serviços de Engenharia, Fiscalização e Supervisão de Obras		97.000 €	11.200 €	9.800 €	118.000 €
B5. Edifício da Rua de Francos					
B51. Imprevidas	190.000 €	150.000 €			340.000 €
B52. Propostas	10.000 €				10.000 €
B53. Serviços de Engenharia, Fiscalização e Supervisão de Obras	17.000 €	16,500 €			33.500 €
Sub-Total (B)					
	1.056.133 €	3.901.107 €	3.267.541 €	253.484 €	8.478.265 €
Total (C) = (A)+(B)					
	2.397.460 €	5.785.196 €	5.419.319 €	903.580 €	14.505.555 €

¹⁰ Apesar de apenas ter despesa nos anos seguintes, o procedimento de contratação de parte das contratações evidenciadas será iniciado ainda em 2022.

O presente documento, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 25 de outubro de 2022.

O Conselho de Administração

Pedro Baganha

Presidente do Conselho de Administração

Raquel Maia

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Ricardo Valente

Vogal do Conselho de Administração



V. PARECER DO FISCAL ÚNICO

Parecer do Fiscal Único
relativo aos Instrumentos de Gestão Previsional 2023-2027 da
Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.

Introdução

Conforme previsto na alínea j) do n.º 6 do artigo 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea j) do artigo 20º dos Estatutos da Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A (adiante designada por Porto Vivo SRU), procedemos, na qualidade de Fiscal Único desta Sociedade, à apreciação dos Instrumentos de Gestão Previsional 2023-2027, que compreendem o Plano de Atividades, as Demonstrações Orçamentais Previsionais, o Plano Plurianual de Investimentos e as Demonstrações Financeiras Previsionais.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

Âmbito

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva e nas demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional.
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela Entidade, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas adotado em Portugal.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

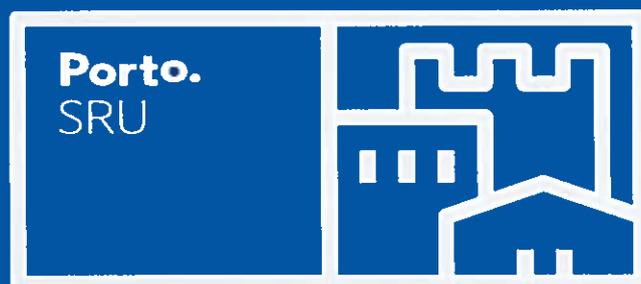
Ênfases

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação tem por base previsões para o período findo em 31 de dezembro de 2022, cuja execução poderá ter impacto ao nível da receita e despesa estimada, na situação patrimonial e nos resultados das operações projetados para 2023.
2. Conforme descrito no orçamento em análise, o financiamento das atividades previstas para o período 2023-2027, designadamente no que respeita aos investimentos em reabilitação urbana, dependerá, essencialmente, da aprovação das candidaturas a submeter no âmbito do Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, nos moldes previstos (comparticipação no montante de 3.928 m€ em 2023).
3. As receitas estimadas a receber do Município do Porto no âmbito do Contrato Programa e do Contrato de Mandato aguardam a aprovação do Município, para posterior formalização.

Porto, 26 de outubro de 2022


António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada por António Monteiro de Magalhães - ROC n.º 179



VI. ANEXOS



Orçamento - Receita

Exercício: 2021
 Lançamento: 000 - Atual
 Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Econômica	Descrição	Valor	Total
Receitas Correntes:					
01	319	09	Transferências correntes		1.000.000,00
01	319	0903	Administrações centrais		1.000.000,00
01	319	090301	Estado		1.000.000,00
01	319	09030101	Estados - Outros Embaixes	1.000.000,00	1.000.000,00

Total das Receitas Correntes 1.000.000,00

Total F. Fin. 319 1.000.000,00

Receitas Correntes:

01	442	09	Transferências correntes		3.930.713,00
01	442	0903	Administrações centrais		3.930.713,00
01	442	090301	Estado		3.169,00
01	442	09030101	Estados - Outros Embaixes	3.169,00	3.169,00
01	442	090306	Estado - Participação comunitária em projetos com...	3.927.544,00	3.927.544,00

Total das Receitas Correntes 3.930.713,00

Total F. Fin. 442 3.930.713,00

Receitas Correntes:

01	513	09	Rendimentos de propriedade		340.632,00
01	513	0903	Juros - Administrações públicas		100,00
01	513	090301	Administração central - Estado	100,00	100,00
01	513	0910	Rendas		340.632,00
01	513	091003	Habitções		209.719,00
01	513	0910030100	Rendas Fracções Habitacionais FI	209.719,00	209.719,00
01	513	091004	Edifícios		130.908,00
01	513	0910040100	Rendas Fracções Comerciais FI	130.908,00	130.908,00
01	513	07	Venda de bens e serviços correntes		3.321.970,00
01	513	0701	Venda de bens		2.300.000,00
01	513	070111	Produtos acabados e intermédios		2.300.000,00
01	513	07011180	Fracções em processo de reabilitação	2.300.000,00	2.300.000,00
01	513	0702	Serviços		1.021.970,00
01	513	070299	Outros		1.021.970,00
01	513	07029940	Licenciamentos e outros		1.021.970,00
01	513	0702994001	Certificados e Vistorias	100,00	100,00
01	513	0702994003	Outros serviços prestados	100,00	100,00
01	513	0702994006	Contrato Mandato - Manutenção	600.000,00	600.000,00
01	513	0702994007	Contrato Mandato - Reabilitação PFR	1.139.000,00	1.139.000,00
01	513	0703	Rendas		1.052.270,00
01	513	070301	Habitções		1.052.270,00
01	513	0703014000	Habitções - Fundo com Serviço	379.917,00	379.917,00
01	513	0703014001	Habitções - Gestão DRU	209.354,00	209.354,00
01	513	070399	Outras		100,00
01	513	07039901	Outras rendas - alojamentos temporários e sub-a...	100,00	100,00
01	513	09	Outras receitas correntes		233.270,00
01	513	0901	Outras receitas correntes		233.270,00
01	513	090101	Prémios, taxas ou garantias de risco e diferenças d...	100,00	100,00
01	513	090199	Outras		233.070,00
01	513	09019940	Protocolos e Outros		233.070,00
01	513	0901994001	Reembolso de Indemnizações	232.970,00	232.970,00
01	513	0901994003	Outras Receitas Correntes	100,00	100,00

Total das Receitas Correntes 5.694.963,00

Receitas de Capital

01	513	09	Venda de bens de investimento		2.000,00
01	513	0904	Outros bens de investimento		2.000,00
01	513	090410	Famílias	2.000,00	2.000,00

✓
M
u

Orçamento - Receita

Exercício:		2021			
Lançamento:		000 - Atual		Valor em R\$	
Orgânica	F. Fin.	Econômica	Descrição	Valor	Total
Receitas de Capital					
01	513	13	Outras receitas de capital		100,00
01	513	1301	Outras		100,00
01	513	130101	Indenizações	100,00	100,00
01	513	13	Reposição não realizada nos pagamentos		20.000,00
01	513	1301	Reposição não realizada nos pagamentos		20.000,00
01	513	130101	Reposição não realizada nos pagamentos	20.000,00	20.000,00
Total das Receitas de Capital					22.100,00
Total F. Fin. 513					3.716.963,00
Receitas Correntes					
01	540	09	Transferências correntes		2.484.212,00
01	540	0909	Administração local		2.484.212,00
01	540	090901	Contribuição		2.484.212,00
01	540	09090101	Transferência Município do Porto	2.484.212,00	2.484.212,00
Total das Receitas Correntes					2.484.212,00
Total F. Fin. 540					2.484.212,00
Total Orgânica 01					13.131.234,00

Orçamento - Despesa

Exercício: 2023
Anexo: 000 - Anual

Valores em R\$

Órgão	F. Fin.	Econômica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	319	01	Juros e outros encargos		137,000.00
01	319	0301	Juros da dívida pública		137,000.00
01	319	030105	Sociedades Financeiras - Bancos e outras instituições	137,000.00	137,000.00
				Total das Despesas Correntes	137,000.00
Despesas de Capital					
01	319	10	Passivos financeiros		513,000.00
01	319	1005	Emprestimos a médio e longo prazo		513,000.00
01	319	100503	Sociedades Financeiras - Bancos e outras instituições	513,000.00	513,000.00
				Total das Despesas de Capital	513,000.00
				Total F. Fin. 319	1,000,000.00
Despesas Correntes					
01	442	04	Transferências correntes		3,169.00
01	442	0406	Famílias		3,169.00
01	442	040601	Outras		3,169.00
01	442	04060200	Estágio profissional na AP		3,169.00
01	442	0406024000	Estágios Profissionais	3,169.00	3,169.00
01	442	05	Outras despesas correntes		21,988.00
01	442	0501	Diversas		21,988.00
01	442	050105	Outras		21,988.00
01	442	050105100	Outras - Insc. Pápis	21,988.00	21,988.00
				Total das Despesas Correntes	25,157.00
Despesas de Capital					
01	442	07	Aquisição de bens de capital		3,905,356.00
01	442	0701	Investimentos		3,905,356.00
01	442	070102	Instalações		3,863,951.00
01	442	0701020000	Aquisições	2,527,171.00	2,527,171.00
01	442	0701024000	Reabilitação	1,336,780.00	1,336,780.00
01	442	070103	Edifícios		41,604.00
01	442	0701034000	Reabilitação Edifícios PI	41,604.00	41,604.00
				Total das Despesas de Capital	3,905,356.00
				Total F. Fin. 442	3,930,713.00
Despesas Correntes					
01	503	01	Despesas com o pessoal		539,473.00
01	503	0101	Remunerações certas e permanentes		409,095.00
01	503	010102	Órgãos sociais	16,771.00	16,771.00
01	503	010103	Passal dos quadros-Regime de função pública	79,511.00	79,511.00
01	503	010104	Passal dos quadros-Reg de contrato individual trab...	178,516.00	178,516.00
01	503	010106	Passal contratado a termo	63,636.00	63,636.00
01	503	010107	Passal em regime de licença ou ausência	709.00	709.00
01	503	010111	Representação	5,041.00	5,041.00
01	503	030103	Subsídio de religião	17,019.00	17,019.00
01	503	030104	Subsídio de férias e de Natal		55,384.00
01	503	03010401	Subsídio de férias	27,941.00	27,941.00
01	503	03010402	Subsídio de Natal	27,941.00	27,941.00
01	503	0301	Abonos variáveis ou eventuais		25,101.00
01	503	030102	Moras extraordinárias	1,218.00	1,218.00
01	503	030104	Ajudas de custo	1,283.00	1,283.00
01	503	030105	Abono p/ faltas	1,690.00	1,690.00
01	503	030107	Indemnizações por cessação de funções	20,000.00	20,000.00

✓
M
u

Orçamento - Despesa

Exercício: 2023

Legislação: COO - Anual

Valores em R\$

Órgão	Fun.	Econômica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	513	0104	Segurança Social		115,179.00
01	513	010301	Encargos com a saúde		6,691.00
01	513	01030140	Contribuições da Ent. Patronal ANS	4,196.00	4,196.00
01	513	01030141	Encargos com a saúde - SSV	4,695.00	4,695.00
01	513	010305	Contribuições p/ a seguranc social		95,284.00
01	513	01030540.40	Casa Geral de Aposentadoes	26,631.00	26,631.00
01	513	01030540.40	Seguranc Social	67,443.00	67,443.00
01	513	01030540.60	Fundo de Compensação de Trabalho	1,051.00	1,051.00
01	513	01030540.90	Fundo de Garantia Compensação do Trabalho	85.00	85.00
01	513	010309	Seguros	11,078.00	11,078.00
01	513	02	Acquisição de bens e serviços		2,905,260.00
01	513	0201	Acquisição de bens		26,419.00
01	513	020102	Licenciamento e licenças	2,294.00	2,294.00
01	513	020104	Limpeza e higiene	115.00	115.00
01	513	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	30.00	30.00
01	513	020107	Vestuário e artigos pessoais	500.00	500.00
01	513	020108	Material de escritório		1,671.00
01	513	0201084000	Papel	290.00	290.00
01	513	0201089000	Consumíveis de Impressão	309.00	309.00
01	513	0201090000	Outro material de escritório	1,071.00	1,071.00
01	513	020109	Produtos químicos e farmaceuticos		126.00
01	513	0201095000	Maquias	96.00	96.00
01	513	0201099000	Outros	30.00	30.00
01	513	020115	Premios, concessões e ofertas	500.00	500.00
01	513	020117	Ferramentas e utensilios	153.00	153.00
01	513	020118	Exerc e documentação tecnica	303.00	303.00
01	513	020119	Artigos manuseados de decoração	30.00	30.00
01	513	020121	Outros bens	21,093.00	21,093.00
01	513	0202	Acquisição de serviços		2,878,841.00
01	513	020201	Encargos das instalações		18,569.00
01	513	0202014020	Encargos das instalações	18,569.00	18,569.00
01	513	020202	Limpeza e higiene	14,096.00	14,096.00
01	513	020203	Conservação de bens	761,836.00	761,836.00
01	513	020204	Locação de edificios		1,001,140.00
01	513	0202042000	Outros	1,001,140.00	1,001,140.00
01	513	020205	Locação de material de informatica		14,277.00
01	513	02020540	Locação de Hardware informático	14,277.00	14,277.00
01	513	020209	Comunicações		11,303.00
01	513	02020940	Acesso a Internet	10,705.00	10,705.00
01	513	02020960	Comunicações fixas de voz	30.00	30.00
01	513	02020980	Comunicações Móveis	1,070.00	1,070.00
01	513	02020990	Outros Serviços de Comunicações	998.00	998.00
01	513	020210	Transportes		18,652.00
01	513	020211	Representação dos serviços		310.00
01	513	02021130	Representação dos serviços	310.00	310.00
01	513	020212	Seguros		18,213.00
01	513	0202126000	Outros	18,213.00	18,213.00
01	513	020213	Servicoes e estadas		1,163.00
01	513	0202134	Estados, passeios, projetos e consultoria		141,148.00
01	513	020213402	Estados, passeios, projetos e consultoria: Serviços de	9,584.00	9,584.00
01	513	0202134090	Estados, passeios, projetos e consultoria: Outros	241,560.00	241,560.00
01	513	020215	Formação		9,186.00
01	513	020215802	Outros	9,186.00	9,186.00
01	513	020216	Seminários, exposições e similares		1,108.00
01	513	020217	Publicidade		6,474.00
01	513	02021740	Publicidade		1,354.00
01	513	0202174030	Publicidade Grapica	1,354.00	1,354.00
01	513	0202176040	Publicidade - Em territorio nacional	4,920.00	4,920.00
01	513	020218	Viagens e segurança		397.00

u

✓
M

Orçamento - Despesa

Exercício: 2023

Empreitada: CDD - Anual

Valores em R\$

Orgânica	1. Fun.	Econômica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	513	010219	Assistência Técnica		9.756,00
01	513	0101194000	Impressoras/fotocopiadoras/câmeras	155,00	155,00
01	513	0101198000	Software Informático	8.079,00	8.079,00
01	513	0101199000	Assistência Técnica - Outras	622,00	622,00
01	513	010110	Outros trabalhos especializados		125.512,00
01	513	01011040	Serviços de Informática		8.180,00
01	513	0101104090	Contratos de Impressão	765,00	765,00
01	513	0101104000	Outros trabalhos especializados	7.465,00	7.465,00
01	513	0101101000	Patrocínio Jurídico	8.034,00	8.034,00
01	513	0101106000	Outros trabalhos especializados	106.348,00	106.348,00
01	513	010211	Utilização de infra-estruturas de transportes		310,00
01	513	01021150	Utilização de infra-estruturas de transportes	310,00	310,00
01	513	010215	Outros serviços	610.215,00	610.215,00
01	513	01	Juros e outros encargos		9.151,00
01	513	0302	Outros encargos correntes da dívida pública		5.000,00
01	513	0301019000	Despesas Diversas	5.000,00	5.000,00
01	513	0305	Outros juros		100,00
01	513	030501	Outros		100,00
01	513	03050100	Outros	100,00	100,00
01	513	0305	Outros encargos financeiros		4.151,00
01	513	030501	Outros encargos financeiros	4.151,00	4.151,00
01	513	04	Transferências correntes		3.260,00
01	513	0405	Segurança social		360,00
01	513	040500	Segurança Social		360,00
01	513	0405004020	Segurança Social Estágios Profissionais	360,00	360,00
01	513	0405	Famílias		2.900,00
01	513	040501	Outras		2.900,00
01	513	04050120	Estágio profissional na AP		694,00
01	513	0405014020	Estágios Profissionais	694,00	694,00
01	513	04050150	Outras	2.207,00	2.207,00
01	513	05	Outras despesas correntes		551.191,00
01	513	0501	Diversas		551.191,00
01	513	050101	Impostos e taxas	221.489,00	221.489,00
01	513	050103	Outras		329.702,00
01	513	0501036000	Outras - Taxa Pagar	99.112,00	99.112,00
01	513	0501036000	Outras	230.590,00	230.590,00
Total das Despesas Correntes					4.028.436,00
Despesas de Capital					
01	513	07	Aquisição de bens de capital		677.724,00
01	513	0701	Investimentos		677.724,00
01	513	070101	Habitagens		542.678,00
01	513	0701014050	Reabilitação	542.678,00	542.678,00
01	513	070103	Edifícios		74.026,00
01	513	0701034000	Reabilitação Edifícios PI	74.026,00	74.026,00
01	513	070108	Software Informático		57.218,00
01	513	07010800	Administração Local		57.218,00
01	513	0701080000	Outras - Software Informático	57.218,00	57.218,00
01	513	070110	Equipamento básico		2.902,00
01	513	0701100000	Equipamento básico - Outras	2.902,00	2.902,00
01	513	19	Passivos financeiros		137.000,00
01	513	1906	Empréstimos a médio e longo prazos		137.000,00
01	513	190603	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições...	137.000,00	137.000,00
Total das Despesas de Capital					864.724,00
Total 1. Fun. 513					4.893.160,00

Handwritten signature and checkmark.

Orçamento - Despesa

Exercício: 2023

Lançamentos: 000 - Anual

Valores em R\$

Orgão	F. Fin.	Econômica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	540	01	Despesas com o pessoal		1.198.371,00
01	540	0101	Remunerações, vantagens e permanentes		931.963,00
01	540	010102	Órgãos ativos	39.137,00	39.137,00
01	540	010103	Pessoal dos quadros (regime de função pública)	176.307,00	176.307,00
01	540	010104	Pessoal dos quadros (regime de contrato individual trab.)	299.654,00	299.654,00
01	540	010106	Pessoal contratado a termo	141.109,00	141.109,00
01	540	010107	Pessoal em regime de Lei de iniciativa	2.834,00	2.834,00
01	540	010101	Representação	11.178,00	11.178,00
01	540	010103	Subsídio de refeição	37.757,00	37.757,00
01	540	010104	Subsídio de férias e de natal		123.924,00
01	540	010104F	Subsídio de férias	61,962,00	61,962,00
01	540	010104N	Subsídio de Natal	61,962,00	61,962,00
01	540	0102	Alugueres e serviços de eventuais		11.530,00
01	540	010302	Horas extras e extras	2.725,00	2.725,00
01	540	010304	Ajudas de custo	5.058,00	5.058,00
01	540	010305	Alugueres p/ trabalho	3.747,00	3.747,00
01	540	0103	Segurança social		155.381,00
01	540	010301	Encargos com a saúde		19.214,00
01	540	01030140	Contribuições da Ent. Nacional ADSS	9.104,00	9.104,00
01	540	01030141	Encargos com a saúde - SNS	10.110,00	10.110,00
01	540	010305	Contribuições p/ a segurança social		111.103,00
01	540	01030540	Caixa Geral de Aposentações	59,051,00	59,051,00
01	540	0103054040	Segurança Social	149,515,00	149,515,00
01	540	0103054040	Fundo de Compensação do Trabalho	2,336,00	2,336,00
01	540	0103054040	Fundo de Garantia Compensação do Trabalho	190,00	190,00
01	540	010309	Seguros	74,564,00	74,564,00
01	540	02	Aquisição de bens e serviços		640.066,00
01	540	0201	Aquisição de bens		55.346,00
01	540	020102	Combustíveis e lubrificantes	5.086,00	5.086,00
01	540	020104	Limpeza e higiene	254,00	254,00
01	540	020105	Alimentação-refeições confeccionadas	70,00	70,00
01	540	020108	Material de escritório		1.709,00
01	540	0201084000	Papel	645,00	645,00
01	540	0201084000	Consumíveis de impressão	674,00	674,00
01	540	0201084000	Outro Material de escritório	2,369,00	2,369,00
01	540	020109	Produtos químicos e farmacêuticos		180,00
01	540	0201090000	Varitas	212,00	212,00
01	540	0201090000	Outros	68,00	68,00
01	540	020107	Ferramentas e materiais	143,00	143,00
01	540	020108	Livros e documentação técnica	679,00	679,00
01	540	020109	Artigos numéricos e de decoração	70,00	70,00
01	540	020101	Outros bens	45,055,00	45,055,00
01	540	0202	Aquisição de serviços		544.316,00
01	540	020201	Encargos das instalações		6.019,00
01	540	0202014000	Encargos das instalações	6,019,00	6,019,00
01	540	020202	Limpeza e higiene	11,427,00	11,427,00
01	540	020203	Contratação de bens	11,619,00	11,619,00
01	540	020204	Locação de edifícios		56,961,00
01	540	0202040000	Outros	56,961,00	56,961,00
01	540	020205	Locação de material de informática		41,656,00
01	540	02020540	Locação de material de informática	41,656,00	41,656,00
01	540	020209	Comunicações		29.174,00
01	540	02020940	Accessos a Internet	11,735,00	11,735,00
01	540	02020940	Comunicações - Fones de voz	70,00	70,00
01	540	02020900	Comunicações - Móveis	1,374,00	1,374,00
01	540	02020900	Outros serviços de comunicações	1,435,00	1,435,00
01	540	020210	Transportes	26,054,00	26,054,00
01	540	020211	Representação dos serviços		600,00
01	540	02021100	Representação dos serviços	600,00	600,00

Orçamento - Despesa

Exercício: 2021

Lançamento: 200 - Anual

Valores em R\$

Órgão	F. Fun.	Economia	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	540	020312	Seguros		913,00
01	540	0203128000	Outras	913,00	913,00
01	540	020313	Deslocações e viagens	9.720,00	9.720,00
01	540	020314	Estados, pareceres, projetos e consultorias		102.453,00
01	540	02031490	Estados, pareceres, projetos e consultorias - Serviços ...	11.192,00	11.192,00
01	540	0203141000	Estados, pareceres, projetos e consultorias - Outros	101.261,00	101.261,00
01	540	020315	Formação		20.324,00
01	540	02031580	Outras	20.324,00	20.324,00
01	540	020316	Seminários, encontros e similares	43.562,00	43.562,00
01	540	020317	Publicidade		63.201,00
01	540	02031740	Publicidade		3.446,00
01	540	0203174000	Publicidade Obrigatória	3.446,00	3.446,00
01	540	0203178000	Publicidade - Em território nacional	59.655,00	59.655,00
01	540	020318	Viagens e segurança	1.987,00	1.987,00
01	540	020319	Assistência técnica		25.439,00
01	540	0203194000	Impressoras/fotocopiadoras/suministros	345,00	345,00
01	540	0203198000	Softwares Informático	22.616,00	22.616,00
01	540	0203199000	Assistência Técnica - Outras	1.479,00	1.479,00
01	540	020320	Outros trabalhos especializados		80.068,00
01	540	02032040	Serviços de natureza informática		26.247,00
01	540	0203204000	Contratos de Impressão	1.695,00	1.695,00
01	540	0203204000	Outros Trabalhos Especializados	15.552,00	15.552,00
01	540	0203208000	Patrocínio Judicial	3.446,00	3.446,00
01	540	0203208000	Outros Trabalhos Especializados	56.375,00	56.375,00
01	540	020321	Utilização de infra-estruturas de transportes		690,00
01	540	02032100	Utilização de infra-estruturas de transportes	690,00	690,00
01	540	020325	Outros serviços	16.294,00	16.294,00
01	540	03	Juros e outros encargos		130.394,00
01	540	0301	Juros da dívida pública		129.394,00
01	540	030101	Sociedades e outras sociedades não financeiras - Pro...	129.394,00	129.394,00
01	540	0306	Outros encargos financeiros		1.440,00
01	540	030601	Outros encargos financeiros	1.440,00	1.440,00
01	540	04	Transferências correntes		7.270,00
01	540	0406	Segurança social		798,00
01	540	040600	Segurança Social		798,00
01	540	0406004000	Segurança Social Estágios Profissionais	798,00	798,00
01	540	0406	Famílias		6.431,00
01	540	040602	Outras		6.431,00
01	540	04060240	Estágio profissional na AP		1.538,00
01	540	0406024000	Estágios Profissionais	1.538,00	1.538,00
01	540	04060280	Outras	4.893,00	4.893,00
01	540	06	Outras despesas correntes		31.536,00
01	540	0601	Despesas		31.536,00
01	540	060101	Impostos e taxas	4,041,00	4,041,00
01	540	060103	Outras		27,495,00
01	540	0601036000	Outras - Taxa e Pagat	27,495,00	27,495,00
Total das Despesas Correntes					2.008.329,00
Despesas de Capital					
01	540	07	Acquisição de bens de capital		475.671,00
01	540	0701	Investimentos		475.671,00
01	540	070102	Manutenção		475.346,00
01	540	0701024000	Recuperação	474.846,00	474.846,00
01	540	070108	Softwares informático		326,00
01	540	07010810	Administração local		326,00
01	540	0701081000	Outros - Software Informático	326,00	326,00
01	540	070110	Equipamento básico		481,00
01	540	0701106000	Equipamento básico - Outras	481,00	481,00

M
u

Orçamento - Despesa

Exercício: 2003
Lançamento: CDD - Anual

Valor em R\$

Órgão	F. Fin.	Econômica	Descrição	Valor	Total
Despesa de Capital					
				Total das Despesas de Capital	475,671.00
				Total F. Fin. 540	2,484,111.00
				Total Órgão 01	12,308,085.00
				Total Orçamento	12,308,085.00

6000

u M ✓

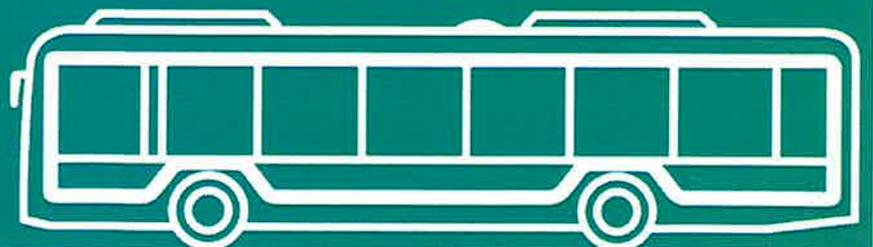


STCP, EIM, SA

Instrumentos Previsionais de Gestão 2023-2027

Versão 12.set.22

29.set.2022



A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

1. Introdução	3
2. Resumo Executivo	4
3. Plano de Atividade e Orçamento	7
3.1 OFERTA, PASSAGEIROS E RECEITA AUTOCARRO E CARRO ELÉTRICO.....	7
3.2 PESSOAL	8
3.3 FROTA	8
3.4 RENDIMENTOS.....	9
3.5 GASTOS	10
4. Plano de Investimento	11
5. Obrigações de Serviço Público (OSP) e Art. 40º da Lei 50/12	15
6. Demonstrações Financeiras	17
6.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	17
6.2 BALANÇO	18
6.3 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	19
7. Principais Riscos.....	20
8. Parecer do Fiscal Único	22
ANEXOS AOS IPG	23
ANEXO 1. PASSAGEIROS E RECEITA.....	24
ANEXO 2. PESSOAL.....	31
ANEXO 3. GASTOS ENERGIA E MANUTENÇÃO	39
ANEXO 4 PLANO DE INVESTIMENTO.....	40
ANEXO 4.1 DETALHE DO PLANO DE INVESTIMENTO.....	41
ANEXO 4.2 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS AQUISIÇÕES	42
ANEXO 4.3 DETALHE PLANO DE INVESTIMENTO FINANCIADO PELOS MUNICÍPIOS	47


E. P. Almeida

1. Introdução

O orçamento da STCP, EIM, SA para os anos de 2023 a 2027 foi elaborado em junho de 2022, dando cumprimento às instruções recebidas por parte dos Departamentos Financeiros dos Municípios acionistas e dos prazos que impuseram à empresa.

Considerando que a vigência do contrato de concessão em vigor termina a 31 de dezembro de 2024, os montantes que são apresentados para além desta data, por forma a responder ao solicitado, constituem um exercício meramente académico assente nos pressupostos do contrato vigente e do serviço atualmente contratualizado.

A estimativa para 2022 incorpora os valores reais até abril, inclusive, exceto para a receita, com os valores reais até maio. Os valores considerados para o período de previsão refletem o melhor conhecimento existente na data de elaboração do orçamento 2023-2027, o do mês de junho de 2022.

A STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda., empresa participada a 100% pela STCP, EIM, SA, é valorizada nas demonstrações financeiras da STCP pelo método de equivalência patrimonial. Tendo por base o contrato programa elaborado entre a STCP Serviços e o Município do Porto, e outros que venham a ser firmados, estima-se que a atividade da STCP Serviços evolua de forma positiva ao longo dos anos. No entanto, ao abrigo dos contratos-programa elaborados e, tendo por base o pressuposto de transferência dos resultados positivos ou assunção dos prejuízos via subsídio OSP por parte dos beneficiários dos contratos, estima-se um resultado próximo de zero, razão pela qual não foi considerado qualquer impacto ao nível da aplicação do método de equivalência patrimonial na elaboração deste orçamento. Este tema será revisto e ponderado em orçamentos futuros.



2. Resumo Executivo

Documento apresentado pela STCP, EIM, SA, na 9ª reunião da Unidade Técnica de Coordenação, dia 16 de setembro, bem como também na reunião de 21 de setembro com os Departamentos Financeiros dos Municípios Acionistas.

1. Investimento

Orçamentos de origem sem PDR	Real	Est. Real.	Orç.	Orç.	Orç.	Orç.	Orç.	Σ 23-24	Σ 25-27	Σ 23-27
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027			
Municípios	0	2 815	21 475	16 229	23 949	32 652	11 749	40 519	66 950	108 968
Aviso n.º 01/AC15-105/2021 - Fundo Ambiental	0	0	8 443	0	0	0	0	8 443	0	8 443
Estado [1]	22 925	3 771	5 426	0	0	0	0	32 122	0	32 122
Investimento	22 925	6 586	35 345	16 229	23 949	32 652	11 749	81 084	66 950	149 433

[1] Portaria 761/19 e Aumentos de Capital até 2026.

Financiamento Investimento
8,5 M€ 48 autocarros PRR
Não previsto para as restantes aquisições

(milhões de euros sem PDR)	Real	Est. Real.	Orç.	Orç.	Orç.	Orç.	Orç.	Σ 23-24	Σ 25-27	Σ 23-27
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027			
Autocarros	21 527	0	20 160	11 320	22 800	31 350	11 550	53 007	65 700	118 707
Infraestruturas	972	3 464	10 047	3 756	0	1 000	0	18 259	1 000	19 259
Outros	426	3 101	5 138	1 153	1 149	302	195	9 818	1 650	11 467
Investimento	22 925	6 586	35 345	16 229	23 949	32 652	11 749	81 084	66 950	149 433

Investimento
Maior parte para renovação e expansão
(24) autocarros.
23-27 aquisição de 171 autocarros
elétricos.

Face à versão de 29.ago.22, antecipação de
aquisição de viaturas de 2024 para 2023.
Valores mantêm-se constantes no total.

Orçamento 2013-2027 (versão de 12.set.22) - Reunião UTC 16 de setembro de 2022

2. Atividade

Pressupostos	Est. Real.	Orç.	Orç.	Orç.	Orç.	Orç.
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Taxa de Inflação [1]	5,9%	2,7%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%

[1] 15 de Junho de 2022 <https://www.bportugal.pt/page/projecoes-economicas>

Autocarro (milhares)	Real	Est. Real.	Orç.	Orç.	Orç.	Orç.	Orç.	% Face a 2019					
								2022	2023	2024	2025	2026	2027
Oferta (Km Serviço)	22 005	22 121	22 120	25 455	25 409	25 415	25 412	101%	101%	100%	108%	108%	108%
Passageiros	75 085	66 700	72 585	76 276	75 896	75 948	76 291	88%	89%	100%	100%	100%	100%
Receita (€)	47 497	45 240	49 450	55 637	54 176	55 574	56 449	91%	104%	113%	114%	117%	119%
Taxa Aumento Tarifas (TAT)		0,5%	6,0%	3,0%	2,0%	2,0%	2,0%						
Bilhete de Bordo (€)	2,00	2,00	2,10	2,20	2,20	2,30	2,30						

[1] Bilheteira e Compensação Tarifária

A oferta aumenta 5% em 2024 pelo aumento da frota em 24 autocarros
Os passageiros recuperam a 100% dos valores de 2019 em 2024

A TAT para 2023 considerada foi 6,0%, atendendo à inflação de 2022.
O impacto de não haver aumento de tarifas intermodais em 2023 é de cerca de 2,6 milhões de euros por ano (12,8 milhões para 23-27). Foi considerado aumento de bilhetes de bordo.

Curso Bêtnico (milhares)	Real	Est. Real.	Orç.	Orç.	Orç.	Orç.	Orç.	Orç.	% Face a 2019					
									2022	2023	2024	2025	2026	2027
Oferta (Km Serviço)	152	164	191	191	233	233	233	108%	125%	125%	153%	153%	153%	
Passageiros	736	561	695	703	661	501	551	76%	65%	95%	117%	122%	129%	
Receita (€)	1 971	1 569	2 129	2 344	2 769	2 898	3 058	80%	108%	119%	140%	147%	156%	

[1] Bilheteira e Compensação Tarifária

Orçamento 2013-2027 (versão de 12.set.22) - Reunião UTC 16 de setembro de 2022

3. Rendimentos e Gastos

Rendimentos (milhares de euros)	Real 2021	Est. Real. 2022	Orç. 2023	Orç. 2024	Orç. 2025	Orç. 2026	Orç. 2027
Vendas e Serviços	33 486	44 898	51 673	56 079	57 157	58 381	59 617
Outros Rendimentos e Ganhos	3 438	3 432	3 040	3 548	3 633	3 573	3 334
Verbas Covid DL 14-C/2020	7 082	2 102	0	0	0	0	0
Apoio Combustível	160	1 659	0	0	0	0	0
Rendimentos	44 166	52 091	54 713	59 627	60 790	62 955	62 951

Face à versão de 29.ago.22
 Consideração de 2,1 milhões de euros de verbas covid para 2022
 (Despacho 8280/2022)
 Consideração de mais 713 mil euros de apoio ao combustível em 2022

Gastos (milhares de euros)	Real 2021	Est. Real. 2022	Orç. 2023	Orç. 2024	Orç. 2025	Orç. 2026	Orç. 2027
Energia	10 334	21 027	21 980	21 898	20 729	19 569	19 005
Manutenção Autocarros e Carros Elétricos	6 183	6 274	7 081	7 384	7 061	6 729	6 750
Comissões e Fiscalização de Receita	1 705	2 117	2 145	2 114	2 134	2 173	2 242
Limpeza, Higiene e Conforto	1 603	1 310	1 385	1 474	1 563	1 652	1 746
Seguros	716	783	887	904	923	940	959
Outros	3 455	3 746	4 363	4 513	4 343	4 715	4 575
Pessoal	33 048	34 219	36 690	37 965	38 629	39 064	39 265
Amortizações	6 854	7 624	7 783	9 632	11 429	13 375	13 449
Não Correntes	265	239	239	239	239	239	239
Gastos	64 164	77 338	82 554	86 123	87 050	88 456	88 229

Gastos
 Aumento em 2022 da Energia

Presupostos	Real 2021	Est. Real. 2022	Orç. 2023	Orç. 2024	Orç. 2025	Orç. 2026	Orç. 2027
Taxa de Aumento Salarial	1,7%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Preço m3 gás natural (cêntimos euro)	61	128	133	133	133	133	133
Preço litro gasóleo (cêntimos euro)	104	144	151	151	151	151	151
Preço kWh eletricidade (cêntimos euro)	15	24	27	28	28	29	29

← Custos Unitários de Energia considerados

Orçamento 2023-2027 (versão de 12.set.22) - Reunião UTC 16 de setembro de 2022

4.1 Obrigações de Serviço Público (OSP) e Art. 40º da Lei 50/1

(milhares de euros)	Real 2021	Est. Real. 2022	Orç. 2023	Orç. 2024	Σ 21-28
OSP Contrato Inicial [1]	10 531	16 227	17 833	20 137	64 728
OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0 [1]	10 341	7 507	28 000	26 750	79 247
Art. 40º Lei 50/2012 [OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0]	2 924	17 690	0	0	20 615
Total Participação (OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0) [1]	19 895	25 247	28 000	26 750	99 892
Variação OSP Inicial (OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0) [1]	8 364	9 020	10 167	6 613	35 134

[1] valores sem IVA.

Face à versão de 29.ago.22
 Redução das OSP em 2,8 milhões de euros em 2022, pelo
 • Consideração de 2,1 milhões de verbas Covid
 • 713 mil euros apoio combustível

Orçamento 2023-2027 (versão de 12.set.22) - Reunião UTC 16 de setembro de 2022



4.1 Compensação Adicional por Município

Açerto das OSP (acresce o IVA)	Real	Est. Real.	Org.	Org.	
milhares de euros	2021	2022	2023	2024	Σ 21-24
Gondomar	467	-631	740	481	1 057
Matosinhos	616	-833	977	635	1 395
Matosinhos	768	-1 879	1 218	792	1 739
Porto	1 642	-4 655	5 458	3 558	7 795
Valongo	346	-468	549	357	784
Vila Nova de Gaia	772	-1 844	1 224	796	1 748
Total	6 010	-8 670	10 167	6 613	14 519

Art. 40º Lei 50/2012 (OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0)	Real	Est. Real.	Org.	Org.	
milhares de euros	2021	2022	2023	2024	Σ 21-24
Gondomar	213	1 288	0	0	1 501
Matos	281	1 798	0	0	1 981
Matosinhos	350	2 119	0	0	2 470
Porto	1 570	9 498	0	0	11 068
Valongo	158	955	0	0	1 113
Vila Nova de Gaia	352	2 138	0	0	2 492
Total	2 924	17 698	0	0	20 615

Variação OSP Inicial (OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0) acresce o IVA	Real	Est. Real.	Org.	Org.	
milhares de euros	2021	2022	2023	2024	Σ 21-24
Gondomar	680	657	740	481	2 558
Matos	897	867	977	635	3 376
Matosinhos	1 118	1 083	1 218	792	4 209
Porto	5 012	4 843	5 458	3 558	18 869
Valongo	504	487	549	357	1 897
Vila Nova de Gaia	1 124	1 086	1 224	796	4 230
Total	9 334	9 020	10 167	6 613	35 134

Orçamento 2023-2027 (versão de 12.set.22)- Reunião UTC 16 de setembro de 2022



5. Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultado	Real	Est. Real.	Org.	Org.	Org.	Org.	Org.
(milhares de euros)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Vendas e Serviços	38 486	44 898	51 673	56 079	57 157	58 581	59 617
Douros Rendimentos e Ganhos	5 458	5 432	5 040	5 548	5 633	5 573	1 534
Verbas Covid DL 14-C/2020	7 082	1 102	0	0	0	0	0
Apoio Combustível	180	1 698	0	0	0	0	0
Obrigações de Serviço Público Contractuais e Acordos	15 941	7 557	20 000	26 750	41 915	49 271	25 070
Obrigações de Serviço Público Adicionais	153	0	0	0	0	0	0
Rendimentos	61 260	59 647	82 713	86 177	102 705	111 226	88 021
Encargos	10 554	21 027	21 080	21 898	20 720	19 540	19 028
Douros Materiais e Fornecimentos	15 883	14 129	15 882	16 589	16 024	16 109	16 171
Pessoal	35 048	54 119	56 880	57 985	58 628	59 084	59 189
Amortizações	6 854	7 624	7 783	9 632	11 429	13 575	13 449
MSO Correntes	265	239	239	239	239	239	239
Gastos	68 164	77 328	82 554	86 128	87 090	88 456	88 229
Resultado Antes de Imposto	-2 904	-17 690	160	254	15 654	22 770	-208
Transferências Financeiras artigo 40º Lei 50/12	2 924	17 690	0	0	0	0	208
Imposto sobre o Rendimentos do Período	83	-81	-92	-99	-1 184	-1 680	-81
Resultado Líquido do Período	83	-81	68	156	14 470	21 094	-81

Orçamento 2023-2027 (versão de 12.set.22)- Reunião UTC 16 de setembro de 2022

[Handwritten signature]
[Handwritten name]

3. Plano de Atividade e Orçamento

Pressuposto	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Taxa de Inflação [1]	0,2%	-0,2%	0,7%	5,9%	2,7%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%

[1] 15 de junho de 2022 <https://www.bpportugal.pt/page/projecoes-economicas>. Para 2025 a 2027 considerou-se a taxa para 2024.

3.1 Oferta, Passageiros e Receita Autocarro e Carro Elétrico

Com o aumento da frota de autocarros em 24 viaturas prevista para finais de 2023, e reforço de motoristas, em 2024 será possível cumprir a oferta que corresponde ao nível atualmente contratualizado, no modo autocarro. Em termos de quilómetros de serviço, a partir de 2024 estão então pressupostos cerca de 23,4 milhões de quilómetros de serviço anuais. De 2019 a 2023 o valor é de cerca de 22,1 milhões de quilómetros por ano.

Para o carro elétrico foi considerado o encerramento da linha 22 até final de 2024, devido às obras do Metro do Porto, e que será possível operar a linha 1 e a linha 18, prolongada ao Passeio Alegre.

Autocarro (milhares)	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Oferta (Km Serviço)	22 065	21 760	22 214	22 191	22 220	23 453	23 409	23 413	23 412
Passageiros	75 985	48 985	50 769	66 700	72 365	76 276	75 898	75 968	76 251
Receita (€) [1]	47 497	31 547	32 810	43 240	49 450	53 637	54 278	55 374	56 449
Taxa Aumento Tarifas (TAT)	1,1%	0,0%	0,0%	0,5%	6,0%	3,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Bilhete de Bordo (€)	2,00			2,00	2,10	2,20	2,20	2,30	2,30

Carro Elétrico (milhares)	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Oferta (Km Serviço)	152	117	96	164	191	191	233	233	233
Passageiros	738	242	250	561	635	703	861	901	951
Receita (€) [1]	1 971	558	650	1 569	2 129	2 344	2 769	2 898	3 058

STCP (milhares)	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Oferta (Km Serviço)	22 217	21 876	22 310	22 355	22 410	23 644	23 642	23 646	23 645
Passageiros	76 723	49 227	51 018	67 261	73 000	76 979	76 760	76 869	77 202
Receita (€) [1]	49 468	32 105	33 460	44 809	51 579	55 981	57 047	58 272	59 507

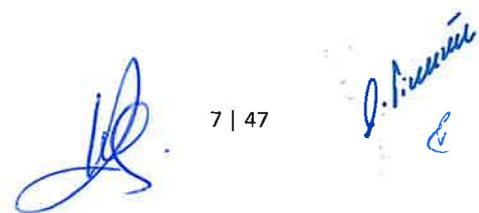
[1] Receita de Bilheteira e Compensação Tarifária

No **Anexo 1** segue detalhe da previsão dos passageiros e receita do modo autocarro e carro elétrico.

Repartição da receita entre receita de bilheteira e compensações tarifárias

Receita	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Receita de Bilheteira	40 878	40 879	40 880	40 881	40 882	40 883	40 884	40 885	40 886
Compensações Tarifárias	8 590	7 428	6 623	9 252	11 196	11 844	12 001	12 037	12 205
Receita	49 468	48 307	47 503	50 133	52 079	52 728	52 885	52 923	53 091

O orçamento incorpora uma Taxa de Atualização tarifária (TAT) de 6% para 2023. Foi considerado que a empresa será compensada pelo facto de as assinaturas não subirem em 2023. De acordo com os pressupostos utilizados, o acréscimo de receita resultante da TAT de 6% é de cerca de 2,6 milhões de euros anuais, ou seja, cerca de 13 milhões de euros para o período do orçamento, 2023 a 2027.



3.2 Pessoal

No Anexo 2 segue detalhe da previsão dos gastos de pessoal e efetivo-

Efetivo [1]	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Efetivo a 31 de dezembro	1 289	1 333	1 335	1 361	1 367	1 409	1 408	1 408	1 408
Efetivo Médio	1 267	1 278	1 313	1 354	1 366	1 400	1 408	1 408	1 408
Motoristas em Funções	938	983	988	988	990	1 030	1 030	1 030	1 030
Guarda-Freios (GF) em Funções	18	20	17	20	22	24	24	24	24
% Motoristas e GF em funções	74%	75%	75%	74%	74%	75%	75%	75%	75%

[1] Não inclui órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

Efetivo a 31/12	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Modo Autocarro	1 243	1 289	1 293	1 313	1 317	1 357	1 356	1 356	1 356
Modo Carro Elétrico e Museu	46	44	42	48	50	52	52	52	52
STCP, EIM SA	1 289	1 333	1 335	1 361	1 367	1 409	1 408	1 408	1 408

3.3 Frota

Nos Anexos 4.1 e 4.2 segue detalhe da previsão da evolução da frota de autocarros.

Frota Autocarros 31/dezembro	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Standard Gás Natural	239	295	304	304	304	284	254	254	254
Articulados Gás Natural	29	29	29	29	29	29	19	0	0
Autocarros Gás Natural	268	324	333	333	333	313	273	254	254
Standard Elétrico	15	15	20	20	68	88	108	108	108
Articulados Elétricos	0	0	0	0	0	0	20	60	60
Dois Pisos Elétricos	0	0	0	0	0	0	0	0	15
Midis Elétricos	0	0	0	0	0	8	8	8	8
Autocarros Elétricos	15	15	20	20	68	96	136	176	191
Standard Gasóleo	99	43	38	24	2	2	2	0	0
Articulados Gasóleo	20	20	20	20	20	20	20	0	0
Dois Pisos Gasóleo	15	15	15	15	15	15	15	15	0
Minis Gasóleo	8	8	8	8	8	0	0	0	0
Autocarros Gasóleo	142	86	81	67	45	37	37	15	0
Frota Autocarros 31/dezembro	425	425	434	420	446	446	446	445	445
% Autocarros Elétricos	4%	4%	5%	5%	15%	22%	30%	40%	43%
% Autocarros Gás Natural	63%	76%	77%	79%	75%	70%	61%	57%	57%

Em 2024, e com o investimento previsto na frota, a STCP terá 22% da frota de autocarros elétrica e 70% a gás natural.

Frota Carros Elétricos 31/dezembro	Real 2019	Real 2020	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Frota Carros Elétricos 31/dezembro	7	7	7	7	8	8	9	9	9

3.4 Rendimentos

Esta análise não inclui as verbas de compensação pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público (OSP).

Rendimentos (milhares de euros)	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Receita	33 460	44 809	51 579	55 981	57 047	58 272	59 507
Aluguer de Carro Elétrico e Autocarro	26	89	95	99	110	110	110
Vendas e Serviço Prestados	33 486	44 898	51 673	56 079	57 157	58 381	59 617
Imputação Subsídios Investimentos	1 581	1 675	1 570	1 940	1 938	1 856	1 635
Rendas	447	587	371	381	388	396	404
Publicidade	329	282	294	321	327	334	340
Outros	1 082	888	805	907	979	987	955
Outros Rendimentos e Ganhos	3 438	3 432	3 040	3 548	3 633	3 573	3 334
Verbas Covid DL 14-C/2020	7 082	2 102	0	0	0	0	0
Subsídios de Apoio Combustível	160	1 659	0	0	0	0	0
Subsídios à Exploração	7 242	3 760	0	0	0	0	0
Rendimentos	44 166	52 091	54 713	59 627	60 790	61 955	62 951

Em 2021 foram atribuídos cerca de 7 milhões de euros de compensação pelo período da pandemia, ao abrigo do DL 14-C/2020. Em 2022 o valor foi cerca de 2,1 milhões de euros, ainda respeitantes ao ano anterior. Para o orçamento 2023-2027, não foi considerada a atribuição de qualquer valor.

Em 2021 foram atribuídos cerca de 160 mil euros de subsidio de apoio ao aumento de combustível. Para 2022, estima-se que serão cerca de 1,7 milhões de euros, já considerando um valor de cerca de 700 mil euros a que a empresa se irá candidatar para o 3º trimestre de 2022. Não foi, para além destes, considerado mais nenhuma atribuição quer em 2022 quer no período de previsão.

Assim, e a partir de 2023, a empresa contará com a receita de transporte, que representa cerca de 94% dos rendimentos, sendo os restantes 6% oriundos da imputação de subsídios ao investimento, maioritariamente, contando com outras fontes marginais como as rendas de edifícios e publicidade.




3.5 Gastos

Gastos (milhares de euros)	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Pessoal	33 048	34 219	36 690	37 965	38 629	39 064	39 265
Energia	10 334	21 027	21 980	21 898	20 729	19 569	19 005
Amortizações	6 854	7 624	7 783	9 632	11 429	13 375	13 449
Manutenção Autocarros e Carros Elétricos	6 183	6 274	7 081	7 384	7 061	6 729	6 750
Outros	3 455	3 746	4 363	4 513	4 343	4 715	4 575
Comissões e Fiscalização de Receita	1 705	2 117	2 145	2 114	2 134	2 173	2 242
Limpeza, Higiene e Conforto	1 603	1 310	1 385	1 474	1 563	1 652	1 746
Seguros	716	783	887	904	923	940	959
Não Correntes	265	239	239	239	239	239	239
Gastos	64 164	77 338	82 554	86 123	87 050	88 456	88 229

No **Anexo 2.** encontra-se detalhada a evolução dos gastos de pessoal, com os pressupostos enumerados e os impactos quantificados.

Estima-se que a energia aumenta para o dobro de 2021 para 2022 devido à subida do preço do gás, principalmente. A variação de quilómetros percorridos não é materialmente relevante.

A STCP EIM, SA tem 80% da frota de autocarros a gás natural, 333 viaturas num total de 420.

De realçar que o preço médio previsto para o gás natural, gasóleo e eletricidade reflete a melhor estimativa à data da elaboração do orçamento 2023-2027, que foi em junho de 2022.

Preços Médios	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	unid
m ³ gás natural [1]	61	128	133	133	133	133	133	cênt. €
kWh eletricidade	15	24	27	28	28	29	29	cênt. €
Litro gasóleo	104	144	151	151	151	151	151	cênt. €

[1] comprimido e liquefeito sem outras rubricas do contrato

No **Anexo 3.** encontra-se detalhada a evolução dos gastos de energia, e dos gastos de manutenção de autocarros e carros elétricos.

As amortizações aumentam devido ao investimento previsto.

No final do **Anexo 1.** está detalhada a decomposição das comissões de venda e validação.





4. Plano de Investimento

Plano Investimento (milhares euros) [1]	Real 2021	Est. 2022 [2]	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Σ 21-24	Σ 25-27	Σ 21-27
Aquisição de Autocarros, Baterias e Postos Carregamento	21 527	0	20 160	11 320	22 800	31 350	11 550	53 007	65 700	118 707
Manutenção/ Reabilitação de Carros Elétricos	103	172	505	190	0	0	0	971	0	971
1. Material Circulante	21 631	172	20 665	11 510	22 800	31 350	11 550	53 978	65 700	119 678
Infraestruturas associadas à Renovação da Frota	576	889	2 444	1 556	0	1 000	0	5 465	1 000	6 465
Infraestrutura - Estações de Recolha de Autocarros	0	2 242	5 547	500	0	0	0	8 289	0	8 289
Outras Infraestruturas	396	353	2 056	1 700	0	0	0	4 505	0	4 505
2. Infraestruturas	972	3 484	10 047	3 756	0	1 000	0	18 259	1 000	19 259
Sistema de Bilhética para Autocarros e Bilhética atual	0	957	1 635	0	0	0	0	2 592	0	2 592
Sistema de Apoio à Exploração e Informação - SAEI	0	640	880	80	0	0	0	1 600	0	1 600
Equipamento Informático	67	617	854	56	684	77	29	1 593	790	2 382
Equipamento Oficial e Administrativo	164	210	168	400	195	225	170	943	590	1 533
Outros Projetos	91	505	1 096	427	270	0	0	2 119	270	2 389
3. Outros	322	2 929	4 633	963	1 149	302	199	8 846	1 650	10 496
Plano Investimento	22 925	6 586	35 345	16 229	23 949	32 652	11 749	81 084	68 350	149 433

[1] Valor líquido de IVA.

[2] Os valores da estimativa de 2022 que não forem executados no real desilizam para os anos seguintes.

O plano de investimento foi elaborado em junho de 2022, momento em que a estimativa de realização para 2022 era de cerca de 6,6 milhões de euros. No orçamento para 2022 estava inscrita a verba de cerca de 11,9 milhões de euros.

No Anexo 4.1 o Plano de Investimento está detalhado por aquisição que no Anexo 4.2 se encontram descritas.

A. Almeida



Financiamento do Plano Investimento (milhares euros) [1]	Real 2021 [3]	Est. 2022 [2]	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Σ 21-24	Σ 25-27	Σ 21-27
Municípios [3]	0	2 815	21 475	16 229	23 949	32 652	11 749	40 519	68 350	108 868
Aviso n.º 01/C15-i05/2021 Fundo Ambiental	0	0	8 443	0	0	0	0	8 443	0	8 443
Estado [4]	22 925	3 771	5 426	0	0	0	0	32 122	0	32 122
Plano Investimento	22 925	6 586	35 345	16 229	23 949	32 652	11 749	81 084	68 350	149 433

[1] Valor líquido de IVA.

[2] Os valores da estimativa de 2022 que não forem executados no real deslizam para os anos seguintes.

[3] Em 2021, primeiro ano de vigência do Terceiro Aditamento ao Contrato de Serviço Público, não foi realizado investimento financiado pelos Municípios.

[4] Portaria 761/19 e Aumentos de Capital até 2020.

Pelo Aviso N.º 01/C15-i05/2021 – Descarbonização dos Transportes Públicos do PRR serão adquiridas 48 viaturas de transporte de passageiros 100% elétricas e uma estação de carregamento elétrica, constituída por 24 carregadores duplos. O valor total do investimento é de 20,16 milhões de euros financiado, no montante de cerca de 8,4 milhões de euros por esta forma.

O concurso público internacional para a aquisição foi lançado no dia 26 de setembro de 2022.

Com a aquisição destes novos autocarros elétricos a STCP verá a sua frota 100% livre de emissões aumentar dos atuais 20 veículos para 68, o que permitirá uma redução de emissões de CO2 de cerca de 4.000 toneladas/ano, permitindo substituir 24 viaturas standard em fim de vida e reforçar a frota da empresa com mais 24 novas viaturas energeticamente limpas.



Plano Investimento Financiado pelos Municípios (milhares de euros) [1]	Real 2021 [3] Est. 2022 [2]	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Σ 21-24	Σ 25-27	Σ 21-27
Aquisição de Autocarros, Baterias e Postos Carregamento	0	11 717	11 320	22 800	31 350	11 550	23 037	65 700	88 737
Manutenção/ Reabilitação de Carros Eléctricos	0	505	190	0	0	0	763	0	763
1. Material Circulante	0	12 222	11 510	22 800	31 350	11 550	23 800	65 700	89 500
Infraestruturas associadas à Renovação da Frota	0	2 444	1 556	0	1 000	0	4 000	1 000	5 000
Infraestrutura - Estações de Recolha de Autocarros	0	1 592	500	0	0	0	2 312	0	2 312
Outras Infraestruturas	0	230	1 700	0	0	0	2 810	0	2 810
2. Infraestruturas	0	4 916	3 756	0	1 000	0	9 122	1 000	10 122
Sistema de Bilhética para Autocarros e Bilhética actual	0	957	0	0	0	0	2 592	0	2 592
Sistema de Apoio à Exploração e Informação - SAEI	0	640	80	0	0	0	1 600	0	1 600
Equipamento Informático	0	241	56	684	77	29	1 151	790	1 940
Equipamento Oficial e Administrativo	0	173	168	195	225	170	741	590	1 331
Outros Projetos	0	286	427	270	0	0	1 513	270	1 783
3. Outros	0	4 337	963	1 149	302	199	7 596	1 650	9 246
Plano Investimento Financiado pelos Municípios (milhares de euros) [1]	0	21 475	16 229	23 949	32 652	11 749	40 519	68 350	108 868

[1] Valor líquido de IVA.

[2] Os valores da estimativa de 2022 que não forem executados no real deslizam para os anos seguintes.

[3] Em 2021, primeiro ano de vigência do Terceiro Aditamento ao Contrato de Serviço Público, não foi realizado investimento financiado pelos Municípios.

No Anexo 4.3 o Plano de Investimento Financiado pelos Municípios está detalhado por rubrica.




Plano Investimento Financiada pelo Estado (milhares de euros)	Real 2021 [3]	Est. 2022 [2]	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Σ 21-24	Σ 25-27	Σ 21-27
[1] [4]										
Aquisição de Autocarros, Baterias e Postos Carregamento	21 527	0	0	0	0	0	0	21 527	0	21 527
Manutenção/ Reabilitação de Carros Elétricos	103	104	0	0	0	0	0	207	0	207
1. Material Circulante	21 631	104	0	0	0	0	0	21 735	0	21 735
Infraestruturas associadas à Renovação da Frota	576	889	0	0	0	0	0	1 465	0	1 465
Infraestrutura - Estações de Recolha de Autocarros	0	2 022	3 955	0	0	0	0	5 977	0	5 977
Outras Infraestruturas	396	123	1 176	0	0	0	0	1 695	0	1 695
2. Infraestruturas	972	3 034	5 131	0	0	0	0	9 137	0	9 137
Sistema de Bilhética para Autocarros e Bilhética atual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sistema de Apoio à Exploração e Informação - SAEI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento Informático	67	376	0	0	0	0	0	442	0	442
Equipamento Oficial e Administrativo	164	37	0	0	0	0	0	202	0	202
Outros Projetos	91	220	296	0	0	0	0	606	0	606
3. Outros	322	632	296	0	0	0	0	1 250	0	1 250
Plano Investimento Financiada pelo Estado (milhares de euros)	22 925	3 771	5 426	0	0	0	0	32 122	0	32 122
[1] [4]										

[1] Valor líquido de IVA.

[2] Os valores da estimativa de 2022 que não forem executados no real deslizam para os anos seguintes.

[4] Portaria 761/19 e Aumentos de Capital até 2020.

5. Obrigações de Serviço Público (OSP) e Art. 40º da Lei 50/12

As Obrigações de Serviço Público foram calculadas pelo Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Universidade Católica.

Esta entidade elaborou o Anexo A das Bases Financeiras do Terceiro Aditamento do Contrato de Serviço Público em 2019. Desde essa data, apoia a STCP no cálculo das compensações financeiras das obrigações de serviço público.

Proposta de orçamento com indicação de valores plurianuais a inscrever no orçamento municipal a constar nos Contratos Programa, Mandato e Prestação de Serviços, para 2023 e 2024.

(milhares de euros)	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Σ 21-24
OSP Contrato Inicial [1]	10 531	16 227	17 833	20 137	64 728
OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0 [1]	16 941	7 557	28 000	26 750	79 247
Art. 40º Lei 50/2012 (OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0)	2 924	17 690	0	0	20 615
Total Participação (OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0) [1]	19 865	25 247	28 000	26 750	99 862
Varição OSP Inicial (OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0) [1]	9 334	9 020	10 167	6 613	35 134

[1] valores sem IVA.

Dando cumprimento ao Contrato de Serviço Público e ao artigo 40º da Lei 50/12, as OSP foram apuradas de forma a que o Valor Atual Líquido (VAL) da concessão para o período 2021-2024 fosse nulo.

Considerando que a vigência do contrato de concessão em vigor termina a 31 de dezembro de 2024, os montantes que são apresentados para além desta data, por forma a responder ao solicitado, constituem um exercício meramente académico assente nos pressupostos do contrato vigente e do serviço atualmente contratualizado.

Compensação Financeira OSP 25-27 (milhares de euros)	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Compensações OSP	41 915	49 271	25 070




Compensação adicional por município

Acerto das OSP (acresce o IVA) milhares de euros	Real 2021	Est. Real. 2022	Orç. 2023	Orç. 2024	Σ 21-24
Gondomar	467	-631	740	481	1 057
Maia	616	-833	977	635	1 395
Matosinhos	768	-1 039	1 218	792	1 739
Porto	3 442	-4 655	5 458	3 550	7 795
Valongo	346	-468	549	357	784
Vila Nova de Gaia	772	-1 044	1 224	796	1 748
Total	6 410	-8 670	10 167	6 613	14 519

Art. 40ª Lei 50/2012 (OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0) milhares de euros	Real 2021	Est. Real. 2022	Orç. 2023	Orç. 2024	Σ 21-24
Gondomar	213	1 288	0	0	1 501
Maia	281	1 700	0	0	1 981
Matosinhos	350	2 119	0	0	2 470
Porto	1 570	9 498	0	0	11 068
Valongo	158	955	0	0	1 113
Vila Nova de Gaia	352	2 130	0	0	2 482
Total	2 924	17 690	0	0	20 615

Varição OSP Inicial (OSP condição de RAI = 0 & VAL = 0) acresce o IVA milhares de euros	Real 2021	Est. Real. 2022	Orç. 2023	Orç. 2024	Σ 21-24
Gondomar	680	657	740	481	2 558
Maia	897	867	977	635	3 376
Matosinhos	1 118	1 081	1 218	792	4 209
Porto	5 012	4 843	5 458	3 550	18 863
Valongo	504	487	549	357	1 897
Vila Nova de Gaia	1 124	1 086	1 224	796	4 230
Total	9 334	9 020	10 167	6 613	35 134



6. Demonstrações Financeiras

De acordo com as projeções fornecidas ao CEGEA, para a construção do Modelo de Obrigações de Serviço Público, as peças contabilísticas são as que seguem nos pontos seguintes.

6.1 Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração de Resultados por Natureza (milhares de euros)	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Vendas e Serviços Prestados	26 863	35 646	40 477	44 235	45 156	46 344	47 412
Comparticipações Passes Sociais e PART	6 623	9 252	11 196	11 844	12 001	12 037	12 205
Compensações OSP (contrato e acertos)	16 941	7 557	28 000	26 750	41 915	49 271	25 070
Outras 75 - verbas covid e apoio combustíveis	7 374	3 760	0	0	0	0	0
Trabalhos para a Própria Entidade	5	0	0	0	0	0	0
Variação nos Inventários da Produção	0	0	0	0	0	0	0
Aumentos/Reduções de Justo Valor	-76	0	0	0	0	0	0
Outros Rendimentos e Ganhos	3 434	3 432	3 040	3 548	3 633	3 573	3 334
Ganhos/Perdas imputados subsidiárias e associadas	-6	0	0	0	0	0	0
Fornecimentos e Serviços Externos	-17 123	-20 588	-22 446	-22 623	-23 206	-23 575	-23 483
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	-6 335	-14 170	-14 840	-15 068	-12 950	-11 604	-11 193
Gastos com Pessoal	-33 048	-34 219	-36 690	-37 965	-38 629	-39 064	-39 265
Imparidade de Inventários	69	0	0	0	0	0	0
Imparidade de Dívidas a Receber	-13	0	0	0	0	0	0
Provisões	-239	-239	-239	-239	-239	-239	-239
Imparidade de Investimentos	-1	0	0	0	0	0	0
Outros Gastos e Perdas	-538	-497	-555	-595	-597	-599	-600
Resultados Antes Depreciações, Gastos Financiamento e Impostos	3 930	-10 067	7 943	9 887	27 084	36 145	13 241
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-6 854	-7 624	-7 783	-9 632	-11 429	-13 375	-13 449
Imparidade ativos depreciables/amortizáveis (perdas/revers)	0	0	0	0	0	0	0
Resultado Operacional (antes gastos financiamento e impostos)	-2 924	-17 690	160	254	15 654	22 770	-208
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0	0	0	0	0	0	0
Juros e Gastos Similares Suportados	0	0	0	0	0	0	0
Resultado Antes de Impostos	-2 924	-17 690	160	254	15 654	22 770	-208
Transferências Financeiras Lei 50/12	2 924	17 690	0	0	0	0	208
Imposto sobre o Rendimento do Período	83	-81	-92	-99	-1 184	-1 686	-81
Resultado Líquido do Período	83	-81	68	156	14 470	21 084	-81

6.2 Balanço

Balanço (milhares de euros)	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Ativos Intangíveis	216	216	216	216	216	216	216
Propriedades de Investimento	12 224	12 224	12 224	12 224	12 224	12 224	12 224
Ativos Fixos Tangíveis	111 083	110 045	137 607	144 203	156 722	175 999	174 299
Ativo Fixo Económico Líquido	123 523	122 485	150 046	156 643	169 162	188 439	186 739
Participações Financeiras - MEP	1 690	1 690	1 690	1 690	1 690	1 690	1 690
Outros Ativos Financeiros	322	322	322	322	322	322	322
Créditos a Receber Não Corrente	10 831	10 831	10 831	10 831	10 831	10 831	10 831
Ativo Fixo Financeiro	12 843						
Inventários	737	882	887	892	897	902	908
Clientes	1 044	1 386	1 574	1 720	1 756	1 802	1 843
Estado e Outros Entes Públicos	3 531	1 014	5 444	2 500	3 689	5 030	1 810
Outras Contas a Receber Corrente	25 151	13 361	14 911	11 619	5 071	5 144	5 425
Diferimentos	951	951	951	951	951	951	951
Caixa e Depósitos Bancários	14 981	32 781	9 429	7 671	12 821	11 196	14 007
Ativo Corrente	46 396	50 375	33 196	25 354	25 185	25 025	24 945
Total do Ativo	182 762	185 703	196 086	194 839	207 190	226 307	224 527
Capital Realizado	90 000	90 000	90 000	90 000	90 000	90 000	90 000
Reservas Legais	75	75	75	75	75	75	75
Outras Reservas	26	26	26	26	26	26	26
Resultados Transitados	-857	185	2 042	2 109	2 265	16 735	37 819
Excedentes de Revalorização	33 695	33 695	33 695	33 695	33 695	33 695	33 695
Outras Variações no Capital Próprio	16 318	15 011	21 884	19 944	18 006	16 149	14 515
Resultado Líquido do Período	83	-81	68	156	14 470	21 084	-81
Total do Capital Próprio	139 340	138 910	147 789	146 004	158 536	177 764	176 048
Provisões	12 530	12 530	12 530	12 530	12 530	12 530	12 530
Financiamentos Obtidos Correntes	8	0	0	0	0	0	0
Fornecedores	6 195	9 179	9 847	9 954	9 548	9 291	9 158
Estado e Outros Entes Públicos	1 457	1 508	1 617	1 674	1 703	1 722	1 731
Outras Contas a Pagar corrente e não corrente	13 677	14 021	14 748	15 123	15 319	15 447	15 506
Diferimentos	2 759	2 759	2 759	2 759	2 759	2 759	2 759
Outros Passivos Financeiros Correntes	6 796	6 796	6 796	6 796	6 796	6 796	6 796
Adiantamento de clientes	2	0	0	0	0	0	0
Total do Passivo	43 423	46 794	48 297	48 835	48 655	48 544	48 479
Total do Capital Próprio e Passivo	182 762	185 703	196 086	194 839	207 190	226 307	224 527



6.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa (milhares de euros)	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto							
Recebimentos de clientes	37 875	59 793	51 082	55 671	57 057	58 262	59 502
Pagamentos a fornecedores	-26 610	-31 774	-36 619	-37 584	-36 561	-35 437	-34 808
Pagamentos ao pessoal	-26 532	-34 219	-36 690	-37 965	-38 629	-39 064	-39 265
Caixa gerada pelas operações	-15 266	-6 201	-22 227	-19 878	-18 134	-16 239	-14 572
Pagamento/Recebimento do imp.sobre o rendimen	164	81	92	99	1 184	1 686	81
Outros recebimentos/pagamentos	12 884	27 220	7 994	34 250	46 048	45 580	29 051
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-2 217	21 100	-14 141	14 471	29 099	31 027	14 560
Pagamentos respeitantes a :							
Ativos fixos tangíveis	-27 054	-6 586	-35 345	-16 229	-23 949	-32 652	-11 749
Ativos intangíveis	-150	0	0	0	0	0	0
Investimento financeiros	-37	0	0	0	0	0	0
Outros ativos	-260	0	0	0	0	0	0
	-27 501	-6 586	-35 345	-16 229	-23 949	-32 652	-11 749
Recebimentos provenientes de:							
Ativos fixos tangíveis	160	0	0	0	0	0	0
Subsídios ao investimento	3 535	368	8 443	0	0	0	0
Juros e rendimentos similares	357	0	0	0	0	0	0
	4 052	368	8 443	0	0	0	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-23 449	-6 217	-26 901	-16 229	-23 949	-32 652	-11 749
Recebimentos provenientes de:							
Financiamentos obtidos	76	0	0	0	0	0	0
Cobertura de prejuízos	19 256	2 924	17 690	0	0	0	0
	19 333	2 924	17 690	0	0	0	0
Pagamentos respeitantes a :							
Financiamentos obtidos	-79	-8	0	0	0	0	0
	-79	-8	0	0	0	0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	19 254	2 916	17 690	0	0	0	0
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-6 413	17 799	-23 352	-1 758	5 150	-1 624	2 811
Caixa e seus equivalentes no início do período	21 394	14 981	32 781	9 429	7 671	12 821	11 196
Caixa e seus equivalentes no final do período	4	14 981	32 781	9 429	7 671	11 196	14 007




7. Principais Riscos

1) Risco de aumento dos preços da energia - gás natural, gasóleo e eletricidade

A STCP, EIM, SA tem 80% da frota de autocarros a gás natural (333) 15% a gasóleo (67) e 5% a eletricidade (20), num total de 420 viaturas.

À data de elaboração do orçamento foi considerada a previsão para a evolução destes preços que refletia o melhor conhecimento à data, de junho de 2022.

Hoje, o preço do gás já ultrapassa largamente os valores considerados.

O preço da eletricidade também está a aumentar.

Quanto ao gasóleo, encontra-se ainda dentro dos limites da previsão, mas nesta conjuntura de incerteza terá de ser também considerado como um grande risco.

2) Risco de a empresa não ser compensada pelo não aumento das tarifas

À data de elaboração do orçamento, junho de 2022, foi considerada uma Taxa de Atualização de Tarifas (TAT) de 6% para 2023, dado que a inflação prevista era de 5,7% e a TAT de 2022 foi de 0,50%.

Foi, entretanto, comunicado que não haverá aumento de preço de assinaturas em 2023 para os clientes.

Foi considerado que a empresa será compensada pelo facto de as assinaturas não subirem em 2023. De acordo com os pressupostos utilizados, o valor é de cerca de 2,6 milhões de euros anuais, ou seja, cerca de 13 milhões de euros para o período do orçamento, 2023 a 2027,

3) Risco da Procura

Com a atual conjuntura económica, sinaliza-se o possível não cumprimento dos pressupostos assumidas para a variação dos passageiros.

Na estimativa de procura não foram considerados possibilidade de confinamento devido à COVID19.

4) Gastos com pessoal:

- a. a consideração de um aumento salarial anual de 2% para efeito de apuramento dos gastos com o pessoal poderá apresentar alguma incerteza associada, considerando vários fatores, tais como negociações sindicais e evolução do nível geral de preços na economia (inflação);
- b. evolução do salário mínimo nacional considerada encontra-se concordante com as recentes notícias que dão conta da intenção do governo em aumentar o salário mínimo nacional para 750 Euros em 2023 e daí em diante, de forma a atingir pelo menos o montante de 900 euros em 2026. A não concretização do aumento do Salário Mínimo Nacional nos níveis e períodos acima elencados representa uma incerteza a considerar na análise a este orçamento.



5) Retorno esperado dos ativos (Ka):

No apuramento do valor das OSP foi considerada uma taxa de retorno de 4,75%, a qual foi apurada em janeiro de 2022. Os dados atuais indicam uma taxa próxima dos 9%, pelo que o valor das OSP varia em função da oscilação desta taxa, a qual poderá ser no futuro diferente da considerada no modelo atualmente.

6) Outros

Caso a concretização do plano de investimento, nomeadamente a aquisição de autocarros, não se concretize, haverá impacto na estimativa de depreciações, nos gastos de manutenção e no cumprimento da oferta, medida em quilómetros de serviços e consecutiva receita.



8. Parecer do Fiscal Único



P. Simões

Relatório do Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único sobre os Instrumentos Previsionais de Gestão (2023 a 2027)

Introdução

Nos termos do artigo 25º, nº 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da **STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.** (a Entidade) relativo ao período de 2023 a 2027, que compreendem o (i) Plano anual de atividades (PAO) de 2023 a 2027, (ii) orçamento de 2023 a 2027, (iii) o Plano de investimentos e financiamento respeitantes aos exercícios de 2023 a 2027, que também inclui a estimativa de realização de 2022 e (iv) as demonstrações prospetivas respeitantes aos exercícios de 2023 a 2027 (demonstração da posição financeira, demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa), incluindo os pressupostos de referência.

Responsabilidade do Órgão de Gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do Órgão de Gestão da Entidade a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional ("IGP") e a divulgação dos pressupostos nos quais as previsões nelas incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Responsabilidade do auditor sobre os instrumentos de gestão previsional

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos instrumentos de gestão previsional; (ii) verificar se os instrumentos de gestão previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos instrumentos de gestão previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes e planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a apresentação da informação previsional;

- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados.

Devemos, contudo, advertir, que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes. Nomeadamente, chamamos à atenção para os pressupostos abaixo indicados, com especial impacto no resultado líquido previsional, e devidamente divulgados no Relatório "Instrumentos Previsionais de Gestão 2023-2027" datado de 12 de setembro de 2022:

1. A **oferta** prevista de serviço (quilómetros) para os períodos económicos de 2023 a 2027, pressupõe ausência de impactos ou condicionalismos adicionais resultantes da pandemia provocada pela Covid-19 ou da atual conjuntura económica, da qual se destaca o gradual aumento dos preços da energia;
2. A **receita** de transporte considerada para 2023 a 2027 compreende uma taxa de atualização tarifária (TAT) de 6% para 2023, cujo impacto positivo é estimado em cerca de 2,6 milhões de euros/ano (13 milhões euros para 2023-2027). A realização desta componente de receita (via TAT), está condicionada e indexada à potencial compensação, por parte do Estado, da perda desta receita;
3. A **receita** está igualmente dependente do cumprimento da oferta e das taxas de acréscimo anuais previstas para a procura: (i) pressuposto de realização por parte da STCP de 95% da oferta apresentada na Proposta de Revisão do Plano da Oferta de Autocarro para 2022 e 2023; e (ii) no que respeita à procura de serviço, a qual teve por base a oferta de serviço previsional, foram estimadas taxas de crescimento graduais, ao longo dos anos, tendo-se considerado uma procura na ordem dos 96% e 101% face ao ano de 2019 para o ano de 2023 e anos seguintes respetivamente;
4. Os **gastos com energia** estimados estão condicionados pela evolução dos preços no mercado;
5. A receita resultante dos **subsídios à exploração**, compreende os montantes de acerto final anual do contrato de Concessão de Serviço Público (do 3.º aditamento), conforme previsto na alínea ii) do n.º 3 do Anexo A deste contrato, a qual teve por base estimativa de aplicação da fórmula de cálculo presente nestes documentos, considerando o pressuposto de um Valor Atual Líquido (VAL) igual a zero e cumprimento da transferência financeira de cada Município acionista nos termos do nº 2 e nº 3 do Art. 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto até ao limite do Resultado Antes de Imposto. O modelo de apuramento do montante das Obrigações de Serviço Público (OSP) considera uma taxa de retorno de 4,75%, apurada em janeiro de 2022, cuja evolução da mesma tem impacto direto no cálculo do valor das OSP;


A. Pinheiro


6. Aprovação e cumprimento do **plano de investimento e de financiamento** para o período de 2023-2027, dentro dos prazos delineados, com impactos ao nível do cumprimento da oferta, montantes dos ativos fixos tangíveis, gastos com depreciações e gastos de manutenção.
7. Em resultado do término do contrato de Concessão de Serviço Público em 31 de dezembro de 2024, os dados e pressupostos previsionais apresentados após esta data adicionam incertezas e estão assentes nos pressupostos do contrato atualmente em vigor.

Porto, 12 de outubro de 2022

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por José Fernando Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas n.º 1023, registado na CMVM com o n.º 20160637)

Abreu Rebouta

ANEXOS AOS IPG


G. Almeida


ANEXO 1. Passageiros e Receita
PRESSUPOSTOS PARA ORÇAMENTO 2023 A 2027
1. PROCURA E RECEITA MODO AUTOCARRO
1.1. PROCURA MODO AUTOCARRO

- Valores de procura reais até maio de 2022, inclusive;
- Para 2022 após maio, previsão de procura com base na oferta base de 2022 com cumprimento de oferta na ordem dos 95%.
- Para 2023, previsão da procura com ajustes de oferta de acordo com plano de alterações enviado para Gestor de Contrato ainda em 2021 e a reforçar (mesmas alterações) em 2022. Cumprimento da oferta na ordem dos 95%. Considera-se que a recuperação que se verifica é apenas devido ao facto de estar ultrapassada a pandemia.
- Para 2024, previsão de recuperação total da procura registada pré-pandemia e efeito de crescimento por aumento de oferta, face aos novos recursos que permitem executar a oferta a 100%.
- Para 2025 e seguintes, admite-se manter a procura de 2024, tendo em consideração a reformulação da rede da STCP por entrada de novas linhas de metro. Estima-se que as novas linhas de metro tenham impacto muito relevante na perda de passageiros na rede da STCP. Admite-se que a reformulação da rede e o exemplar cumprimento de horários com os novos recursos da STCP permitirão compensar as perdas que se irão registar nas linhas afetadas.

Quadro de percentagem arbitrada de variação mensal de passageiros médios diários face a 2019 (pré-pandemia), com validação:

% de passageiros face a 2019 (dias úteis, sábados, domingos e feriados)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2022/2019						89%	89%	89%	89%	89%	89%	89%
2023/2019	96%	96%	96%	96%	96%	96%	96%	96%	96%	96%	96%	96%
2024/2019	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%
2025/2019	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%
2026/2019	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%
2027/2019	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%	101%

Nota: sem Bilhete de Bordo

- A estrutura por tipo de título e tarifário mensal, sem Bilhete de Bordo é a seguinte, mantendo-se igual para todo o período de 2023 a 2027:

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Assinaturas intermodais	86,1%	86,6%	87,3%	86,3%	86,7%	84,5%	83,4%	81,5%	83,2%	84,1%	85,9%	85,7%
Títulos Ocasionalmente Intermodais	11,8%	11,3%	10,7%	11,2%	10,9%	13,2%	14,2%	15,6%	14,2%	13,4%	11,9%	12,3%
Títulos Diários Intermodais	0,2%	0,4%	0,4%	0,8%	0,9%	0,3%	0,4%	0,8%	0,6%	0,6%	0,4%	0,3%
Assinaturas Monomodais	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
Assinaturas Gratuitas	1,8%	1,7%	1,6%	1,6%	1,5%	1,9%	1,9%	2,0%	1,9%	1,9%	1,8%	1,7%
Total	100%											



– No caso concreto do Bilhete de Bordo, o orçamento para apuramento das quantidades mensais considera as seguintes percentagens de passageiros arbitradas (inputs) face a 2019, valores pré-pandemia:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2022	3,1%	3,5%	3,4%	4,5%	4,5%	4,95%	5,3%	6,0%	4,9%	4,3%	3,4%	3,9%
2023	3,5%	3,5%	3,5%	4,5%	4,6%	4,9%	5,3%	6,0%	4,9%	4,3%	3,4%	3,9%
2024	3,6%	3,6%	3,6%	4,6%	4,7%	5,0%	5,4%	6,1%	5,0%	4,4%	3,5%	4,0%
2025	3,6%	3,6%	3,6%	4,6%	4,7%	5,0%	5,4%	6,1%	5,0%	4,4%	3,5%	4,0%
2026	3,6%	3,6%	3,6%	4,6%	4,7%	5,0%	5,4%	6,1%	5,0%	4,4%	3,5%	4,0%
2027	3,6%	3,6%	3,6%	4,6%	4,7%	5,0%	5,4%	6,1%	5,0%	4,4%	3,5%	4,0%

A % de Bilhete de Bordo = Bilhete de Bordo / Passageiros sem BB

– Os valores anuais por tipo de título de transporte obtidos de acordo com os pressupostos anteriores, são os seguintes:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Assinaturas intermodais	50 164 186	59 417 541	40 139 194	41 144 340	54 520 017	59 039 057	62 165 460	61 854 375	61 912 566	62 138 967
Títulos Ocasionalmente Intermodais	11 407 327	9 679 556	6 170 146	6 755 600	7 905 680	8 694 216	9 159 727	9 116 482	9 123 131	9 158 126
Títulos Diários Intermodais	466 892	536 558	147 872	163 571	362 071	347 345	366 016	364 501	364 449	366 045
Assinaturas Monomodais	5 245 521	1 298 936	28 358	20 007	28 725	31 727	33 414	33 239	33 276	33 454
Assinaturas Gratuitas	1 482 761	1 495 851	951 943	962 627	1 120 260	1 237 253	1 302 679	1 296 591	1 297 649	1 302 382
Bilhete de Bordo	3 800 157	3 451 152	1 547 679	1 722 536	2 762 885	3 015 558	3 248 748	3 233 050	3 236 438	3 252 322
Serviços Especiais	105 473	106 140	4	0						
Total	72 672 316	75 985 235	48 985 195	50 768 680	66 699 637	72 365 155	76 276 044	75 898 238	75 967 509	76 251 296

A procura total por ano é obtida tendo em consideração as procuras médias diárias por tipo de dia (dia útil, sábado, domingo e feriado) e a quantidade de tipos de dia anuais.

– Na previsão de procura não foram contemplados os serviços especiais.

1.2. RECEITA MODO AUTOCARRO

– Valores reais até maio de 2022, inclusive;

– TAT:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TAT	0,50%	6,0%	3,0%	2,0%	2,0%	2,0%

– Aumento Tarifário “extraordinário” para o Bilhete de Bordo, passando a assumir os seguintes PVP:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027
BB (€)	2,00	2,10	2,20	2,20	2,30	2,30

– Caso particular da nova assinatura de “Antigos Combatentes”

A STCP não recebeu até ao momento qualquer informação sobre a receita devida deste título, implementado em novembro de 2021. As validações destes passageiros estão consideradas na procura real até maio de 2022, mas a valorização na bilheteira está ao valor zero, estando de momento o valor a ser pago via PART.

Assim, para cálculo desta receita, partiu-se do pressuposto que este tipo de título venha a receber uma receita média idêntica à da Assinatura de 3ª Idade Metropolitana de 0,37 € sem iva. Com base na procura média mensal da Assinatura de Antigos Combatentes dos meses mais recentes, de março a junho de 2022, pressupôs-se que a procura média mensal deste novo título, para os anos

J. Assunção

de 2023 a 2027, seria de 250.000 passageiros mensais, contabilizando anualmente uma procura de 3.000.000 de passageiros com este novo tipo de assinatura.

Para 3.000.000 de passageiros estimados anualmente, a uma receita média de 0,37€, o acréscimo de receita esperada é de 1.110.000€.

Estes valores em termos de procura e receita (seja bilheteira ou participações PART) estão já considerados nos valores finais orçamentados.

1.2.1. RECEITA DE BILHETEIRA MODO AUTOCARRO

Estando definida a procura mensal por tipo de título, foi considerada uma receita média para a valorizar (Receita de Bilheteira: Validações por tipo de título x receita média por tipo de título), para o ano de 2022 e 2023, conforme quadros seguintes.

Receita Média de Bilheteira de Autocarro

	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22	2022
Assinaturas intermodais	0,42	0,40	0,359	0,39	0,36	0,39	0,39	0,39	0,38	0,37	0,37	0,40	0,38
Títulos Ocasionalmente Intermodais	0,93	0,96	0,94	0,94	0,94	0,94	0,94	0,94	0,94	0,94	0,94	0,94	0,94
Títulos Diários Intermodais	1,07	1,03	1,10	1,13	1,14	1,06	1,01	1,07	1,04	1,09	1,10	1,02	1,08
Assinaturas Monomodais	0,27	0,27	0,25	0,20	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24
Bilhete de Bordo	1,89	1,89	1,89	1,88	1,88	1,89	1,89	1,89	1,89	1,89	1,89	1,89	1,89
Total	0,51	0,51	0,47	0,52	0,49	0,52	0,54	0,55	0,52	0,50	0,48	0,51	0,51

Receita Média de Bilheteira de Autocarro

	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	2023
Assinaturas intermodais	0,40	0,41	0,38	0,40	0,36	0,41	0,41	0,39	0,40	0,37	0,39	0,42	0,39
Títulos Ocasionalmente Intermodais	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Títulos Diários Intermodais	1,08	1,08	1,08	1,08	1,08	1,06	1,01	1,07	1,04	1,09	1,10	1,02	1,07
Assinaturas Monomodais	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24
Bilhete de Bordo	1,98	1,98	1,98	1,98	1,98	1,98	1,98	1,98	1,98	1,98	1,98	1,98	1,98
Total	0,52	0,52	0,50	0,53	0,50	0,55	0,56	0,57	0,55	0,52	0,51	0,54	0,53

Para os 2024 e seguintes as receitas médias foram atualizadas com recursos à TAT.

Receita de Bilheteira de Autocarro

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Assinaturas intermodais	21 597 082	22 387 900	16 058 304	16 806 008	20 951 278	23 244 731	25 233 216	25 602 478	26 143 790	26 773 488
Títulos Ocasionalmente Intermodais	10 319 094	8 805 818	5 184 645	5 958 207	7 439 412	8 672 327	9 410 767	9 553 663	9 751 844	9 985 035
Títulos Diários Intermodais	451 989	538 122	129 381	170 986	391 489	371 328	403 027	409 386	417 513	427 729
Assinaturas Monomodais	2 563 397	628 943	9 283	6 210	7 020	7 754	8 411	8 534	8 715	8 937
Bilhete de Bordo	6 987 866	6 508 820	2 747 732	3 249 187	5 208 434	5 974 218	6 742 685	6 710 103	7 022 459	7 056 926
Serviços Especiais	44 128	52 675	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	41 963 556	38 922 278	24 129 345	26 190 598	33 997 633	38 270 358	41 798 105	42 284 165	43 344 321	44 252 114

1.2.2. COMPENSAÇÕES TARIFÁRIAS MODO AUTOCARRO

- Aumento tarifário das compensações



Receita média de Compensações Tarifárias (por passageiro de assinatura Intermodal)

	2022	2023	Ano n
4_18	0,004€ por assinatura	2022 x TAT	Rec. Méd. Comp. (ano n-1) x TAT
sub23	0,007€ por assinatura	2022 x TAT	Rec. Méd. Comp. (ano n-1) x TAT
Social+	0,031€ por assinatura	2022 x TAT	Rec. Méd. Comp. (ano n-1) x TAT
TSA	0,014€ por assinatura	2022 x TAT	Rec. Méd. Comp. (ano n-1) x TAT
PART	Utilizada a fórmula de cálculo atualmente em vigor para calcular o PART mensal por parte da AMP		

Nota: valores reais até maio de 2022 e após junho de 2022 considerados os valores da tabela acima.

4_18 e sub23

Optou-se por ser uma estimativa prudente, manter-se a lógica de que a STCP apenas é compensada até 75% do PVP, sendo que mantém a solicitação para o IMT da compensação para 100% do PVP.

Social + e TSA

Mantém-se os mesmos pressupostos de recebimento dos anos anteriores (Social + a 100% do PVP e TSA a 92% do PVP)

PART

Foi considerada a fórmula de cálculo do PART em termos de validações de assinaturas.

O CTO está considerado pelos valores absolutos de base e não tendo em consideração os valores reclamados pela STCP.

Considerou-se que iriam ser autorizados aumentos nos limites da quantidade de validações a compensar, passando a integrar as validações dos novos títulos de “Antigos Combatentes” e “Família”, à semelhança do que já foi considerado para a Assinatura Sub13.

A receita total do Modo Autocarro repartida ente Receita e bilheteira e Receita de Compensações é a seguinte:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Receita de Bilheteira de Autocarro	41 963 556	38 922 278	24 129 345	26 190 598	33 997 633	38 270 358	41 798 105	42 284 165	43 344 321	44 252 114
Compensação Tarifária de Autocarro	4 001 774	8 575 050	7 417 806	6 617 230	9 242 411	11 179 448	11 838 718	11 994 075	12 029 660	12 196 952
Total de Receita de Autocarro	45 965 330	47 497 328	31 547 152	32 807 828	43 240 044	49 449 807	53 636 824	54 278 239	55 373 981	56 449 067

2. PROCURA E RECEITA MODO CARRO ELÉTRICO

2.1. PROCURA MODO CARRO ELÉTRICO

– Esta previsão de procura tem por base o encerramento da linha 22 até final de 2024 e que será sempre possível operar a linha 1 e a linha 18 (prolongada ao Passeio Alegre);

– Valores reais até maio de 2022, inclusive;

– Percurso médio por passageiro da Linha 18 passa a 1,95 após nov-21, com o prolongamento ao Passeio Alegre a partir de 15 de novembro.

Quadros de percentagem arbitrada de variação mensal de passageiros médios diários face a 2019 (pré-pandemia), por linha:

% de passageiros Linha 1 Carro Elétrico face a 2019

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2021/2019	4%	0%	0%	4%	11%	30%	38%	52%	51%	65%	84%	56%
2022/2019	37%	77%	69%	74%	87%	87%	87%	87%	87%	87%	87%	87%
2023/2019	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
2024/2019	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
2025/2019	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
2026/2019	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
2027/2019	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

% de passageiros Linha 18 Carro Elétrico face a 2019

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2021/2019	13%	0%	0%	13%	21%	23%	33%	38%	42%	61%	83%	129%
2022/2019	79%	134%	154%	192%	170%	180%	180%	180%	180%	180%	180%	180%
2023/2019	200%	200%	200%	200%	200%	200%	200%	200%	200%	200%	200%	200%
2024/2019	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%
2025/2019	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%
2026/2019	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%
2027/2019	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%	220%

% de passageiros Linha 22 Carro Elétrico face a 2019

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2021/2019	8%	0%	0%	7%	24%	42%	49%	59%	71%	80%	39%	0%
2022/2019	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
2023/2019	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
2024/2019	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
2025/2019	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
2026/2019	125%	125%	125%	125%	125%	125%	125%	125%	125%	125%	125%	125%
2027/2019	156%	156%	156%	156%	156%	156%	156%	156%	156%	156%	156%	156%

– A estrutura por tipo de título e tarifário mensal, para 2023 e 2024, é a seguinte:

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Tram City Tour 1V	35%	35%	35%	35%	35%	35%	35%	35%	35%	35%	35%	35%
Tram City Tour 2V	45%	45%	45%	45%	45%	45%	45%	45%	45%	45%	45%	45%
Bilhete CE 2 Dias Adulto	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
Bilhete CE 2 Dias Criança	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Assinaturas Monomodais	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Assinaturas Monomodais Gratuitas	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Assinaturas Intermodais	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

- A estrutura por tipo de título e tarifário, após 2025 será a seguinte:

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Tram City Tour 1V	31%	31%	31%	31%	31%	31%	31%	31%	31%	31%	31%	31%
Tram City Tour 2V	43%	43%	43%	43%	43%	43%	43%	43%	43%	43%	43%	43%
Bilhete CE 2 Dias Adulto	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Bilhete CE 2 Dias Criança	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Assinaturas Monomodais	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Assinaturas Monomodais Gratuitas	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Assinaturas Intermodais	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%	14%
Total	100%											

Passageiros de Carro Elétrico

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Tram City Tour 1V	574 515	369 001	97 791	118 642	233 108	222 096	245 975	267 026	279 316	294 680
Tram City Tour 2V	0	189 384	60 268	68 578	237 635	285 552	316 253	370 391	387 439	408 749
Bilhete CE 2 Dias Adulto	47 697	54 639	12 183	13 829	27 018	31 728	35 139	86 137	90 102	95 058
Bilhete CE 2 Dias Criança	4 077	8 499	3 295	3 378	5 980	6 346	7 028	17 227	18 020	19 012
Assinaturas Monomodais	6 653	1 753	108	61	6	0	0	0	0	0
Assinaturas Monomodais Gratuitas	3 089	2 853	1 649	1 193	797	0	0	0	0	0
Assinaturas Intermodais	109 200	112 032	66 734	43 832	56 673	88 838	98 390	120 592	126 143	133 081
Total	745 231	738 161	242 028	249 513	561 218	634 560	702 785	861 373	901 020	950 579

Passageiros de Carro Elétrico

LINHA	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
1	486 055	476 896	149 124	158 819	387 474	429 206	476 896	476 896	476 896	476 896
18	93 779	102 677	36 530	36 394	173 744	205 354	225 889	225 889	225 889	225 889
22	165 397	158 588	56 374	54 300				158 588	198 235	247 794
Total	745 231	738 161	242 028	249 513	561 218	634 560	702 785	861 373	901 020	950 579

2.2. RECEITA MODO CARRO ELÉTRICO

– Valores reais até maio de 2022, inclusive;

2.2.1. RECEITA DE BILHETEIRA CARRO ELÉTRICO

Estando definida a procura mensal por tipo de título, foi considerada uma receita média para valorizar cada tipo de título (Receita de Bilheteira: Validações por tipo de título x receita média por tipo de título de 2020)

– As receitas médias das assinaturas são iguais às do modo autocarro, para as quais as Taxas de Atualização Tarifária anuais são as mesmas

- Receita (PVP €) dos Títulos Ocasionalmente e Diários:

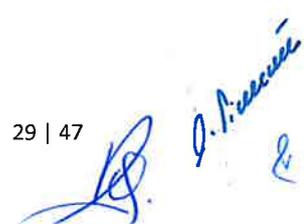
Preço PVP (€) Títulos Ocasionalmente de Carro Elétrico

	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Tram City Tour 1V	3,50	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
Tram City Tour 2V	6,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
Bilhete CE 2 Dias Adulto	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
Bilhete CE 2 Dias Criança	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00

- Receita Média Títulos Diários:

Junho a dezembro de 2022: iguais às receitas médias do mês homólogo em 2019

2023 a 2027 : iguais às receitas médias do mês homólogo em 2022



Receita de Bilheteira de Carro Elétrico

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Tram City Tour 1V	1 641 701	1 226 868	321 392	396 138	786 382	1 047 623	1 160 259	1 259 555	1 317 530	1 389 998
Tram City Tour 2V	0	546 792	169 613	197 819	677 084	942 861	1 044 233	1 222 988	1 279 279	1 349 643
Bilhete CE 2 Dias Adulto	160 295	141 912	33 810	33 164	66 228	76 564	84 796	207 565	217 058	228 925
Bilhete CE 2 Dias Criança	8 753	10 647	4 131	4 178	7 479	8 205	9 087	22 235	23 250	24 519
Assinaturas Monomodais	3 129	800	77	19	2	0	0	0	0	0
Assinaturas Monomodais Gratuitas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assinaturas Intermodais	36 352	29 084	18 733	12 543	22 039	37 217	39 805	49 798	53 139	57 191
Total	1 850 231	1 956 103	547 757	643 862	1 559 213	2 112 470	2 338 179	2 762 140	2 890 256	3 050 276

2.2.2. COMPENSAÇÕES TARIFÁRIAS CARRO ELÉTRICO

Estando esgotado o limite quantitativo de validações no modo autocarro desde 2024, não se considera PART a atribuir ao CE a partir desse ano. As outras participações de tarifário são equivalentes ao afeto em modo autocarro.

A receita total do Modo Carro Elétrico com o detalhe de Receita de Compensações e Receita de Bilheteira é a seguinte:

Carro Elétrico	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Receita de Bilheteira	1 850 231	1 956 103	547 757	643 862	1 559 213	2 112 470	2 338 179	2 762 140	2 890 256	3 050 276
Compensação Tarifária Contabilística	6 532	15 018	10 190	6 232	9 419	16 674	5 621	7 031	7 502	8 073
Total de Receita de Carro Elétrico	1 856 762	1 971 120	557 947	650 093	1 568 632	2 129 144	2 343 801	2 769 172	2 897 758	3 058 349

3. COMISSÕES DE BILHÉTICA

Comissões	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
COMISSÃO REDE VENDAS INTERMODAL - 2,5%	573 705	720 105	808 140	877 170	890 383	909 157	931 086
COMISSÃO VALIDAÇÃO INTERMODAL (até jun-23)* - 0,015	721 144	942 667	853 254	717 896	714 560	715 263	717 962
COMISSÃO VALIDAÇÃO MONOMODAL (até jun-23)** - 0,0075	7 729	8 623	4 527	0	0	0	0
COMISSÃO VENDAS AU+TRATA/O VALORES NOS POSTOS TIP-2%	2 249	4 203	4 821	5 442	5 415	5 667	5 695
Total Comissões	1 304 828	1 675 599	1 670 743	1 600 508	1 610 358	1 630 088	1 654 744

* - A partir de jul-23 a comissão de validação Intermodal passa a 0,01€

** - A partir de jul-23 a comissão de validação Monomodal passa a 0,00€





ANEXO 2. Pessoal



Orçamento 2023-2027

Gastos com Pessoal
junho 2022



A. P. Ferreira



Pressupostos na elaboração do Orçamento 2023-2027

- Aumento salarial – 2% na tabela para os anos 2023 a 2027
- Atualização do valor do Salário Mínimo Nacional a 01 de janeiro de cada ano:
 - 2023 – 750€
 - 2024 – 800€
 - 2025 – 850€
 - 2026 – 900€
- Taxa de Absentismo global de 9%
- Aplicação da nova tabela de Diuturnidades a todos os trabalhadores
- Reposicionamento para a faixa/ Nível GA todos os trabalhadores em jan 2023
- Aplicação do SEP



Pressupostos na elaboração do Orçamento 2023-2027

- Considerou-se o mesmo valor constante no Orç. 22 dos Estágios, para período 2023-2027
- Considerou-se o mesmo valor constante no Orç. 22 da Formação, para período 2023-2027
- Não foram considerados efeitos de redução do gasto médio por efetivo, em resultado do balanço entre saídas por um maior valor e entradas a menor valor. Esta folga, foi considerada como necessária para as sobreposições de efetivo, que venham a ser necessárias resultantes das largas saídas de efetivo previstas nos próximos anos
- Não foram consideradas no Orçamento, quaisquer alterações de Macro, Micro Estrutura ou reclassificações/promoções



S. J. Ferreira



Pressupostos na elaboração do Orçamento 2023-2027

- Evolução do efetivo por área e Categoria

Categoria	dez/23	dez/24	dez/25	dez/26	dez/27
Motoristas	990	1030	1030	1030	1030
Guarda-Freios	22	24	24	24	24
Abasteecedores	39	39	39	39	39
Inspetores	45	45	45	45	45
Manutenção	82	82	82	82	82
Unidade CE	28	28	28	28	28
Restante Pessoal	161	161	160	160	160
Total Geral	1367	1409	1408	1408	1408



Pressupostos na elaboração do Orçamento 2023-2027

- Evolução do efetivo por departamento

Área	dez/23	dez/24	dez/25	dez/26	dez/27
CA/Se	3	3	3	3	3
CGA	7	7	7	7	7
DAF	31	31	31	31	31
DMK	30	30	30	30	30
DOP	1101	1141	1141	1141	1141
DRH	27	27	27	27	27
GAJ	9	9	9	9	9
GIC	16	16	15	15	15
MUSEU	5	5	5	5	5
TIP/STCP SERVIÇOS	4	4	4	4	4
UCE	50	52	52	52	52
UMF	82	82	82	82	82
Reforço não atribuído	1	1	1	1	1
Requisitado (sair)	1	1	1	1	1
Total Geral	1367	1409	1408	1408	1408

2023

- Reforço de 2 motoristas
- Reforço de 2 Guarda Freios
- Reforço de 2 Técnicos em GIC

2024

- Reforço de 40 motoristas
- Reforço de 2 Guarda Freios

2025

- Não substituição de saída por reforma de elemento de GIC





Pressupostos na elaboração do Orçamento 2023-2027

- Trabalho extraordinário:

	Nº Horas de Trabalho Extraordinário				
	2023	2024	2025	2026	2027
Motoristas	72 000,00	72 000,00	72 000,00	72 000,00	72 000,00
Guarda Freios	360,00	360,00	360,00	360,00	360,00
Abastecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inspetores	2 208,00	2 208,00	2 208,00	2 208,00	2 208,00
Manutenção	4 000,00	4 000,00	4 000,00	4 000,00	4 000,00
Unidade CE	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00
Restante Pessoal	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00



Gastos com Pessoal 2023-2027

SNC	Designação SNC	Total 2023	Total 2024	Total 2025	Total 2026	Total 2027
631	ORG. SOCIAIS	249 481,08 €	249 481,08 €	249 481,08 €	249 481,08 €	249 481,08 €
632	PESSOAL	28 970 550,90 €	30 002 584,34 €	30 534 311,90 €	30 878 119,37 €	31 033 138,90 €
635	ENCARGOS	6 568 424,39 €	6 802 820,41 €	6 926 758,25 €	7 009 011,27 €	7 046 439,14 €
636	SEGUROS DE ACIDENTES TRABALHO	409 633,55 €	422 468,15 €	427 532,52 €	429 641,01 €	429 641,01 €
637	GASTOS DE AÇÃO SOCIAL	183 440,00 €	183 440,00 €	183 440,00 €	183 440,00 €	183 440,00 €
638	OUTROS GASTOS (Formação e recrutamento)	299 000,00 €	299 000,00 €	299 000,00 €	299 000,00 €	299 000,00 €
TOTAL		36 680 529,92 €	37 959 793,99 €	38 620 523,75 €	39 048 692,73 €	39 241 140,13 €



J. Amuniz



Impacto das medidas

	2023	2024	2025	2026	2027
Gastos com pessoal (Base)	36 580 119,45 €	37 011 322,62 €	38 313 342,56 €	38 667 576,66 €	38 926 985,22 €

Impactos Aumento Salarial	541 443,68 €	552 650,65 €	564 091,91 €	575 663,71 €	587 179,98 €
Impacto SEP	275 824,60 €	189 416,49 €	242 279,27 €	265 572,57 €	224 558,94 €
Impacto SMN + GA (2023)	283 172,69 €	575 482,45 €	736 713,77 €	829 246,58 €	829 246,58 €
Entradas Efetivo	98 736,70 €	835 873,49 €	- €	- €	- €
Impacto do Extra	737 217,86 €	737 217,86 €	737 217,86 €	737 217,86 €	737 217,86 €
Impacto das Diuturnidades	113 253,75 €	97 158,89 €	121 960,18 €	111 438,29 €	117 602,30 €
Outros Impactos	81 041,61 €	81 622,95 €	82 215,90 €	82 820,72 €	83 609,79 €

Gastos com Pessoal (c/ Impactos)	38 710 810,34 €	40 080 745,39 €	40 797 821,45 €	41 269 536,39 €	41 506 400,67 €
-----------------------------------------	------------------------	------------------------	------------------------	------------------------	------------------------

Impacto com Absentismo	- 2 030 280,42 €	- 2 120 951,40 €	- 2 177 297,71 €	- 2 220 843,66 €	- 2 265 260,53 €
------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Total de Gastos com Pessoal	36 680 529,92 €	37 959 793,99 €	38 620 523,75 €	39 048 692,73 €	39 241 140,13 €
------------------------------------	------------------------	------------------------	------------------------	------------------------	------------------------



ANEXO 3. Gastos Energia e Manutenção

Energia	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Gás Natural	5 702	12 821	13 484	13 349	11 347	9 638	9 480
Gasóleo	1 872	2 980	2 855	1 974	1 909	1 406	316
Gás Natural	2 290	4 319	4 482	4 499	4 499	4 499	4 499
Gasolina	3	6	6	6	6	7	7
Eletricidade	467	900	1 153	2 070	2 968	4 020	4 703
Energia (milhares de euros)	10 334	21 027	21 980	21 898	20 729	19 569	19 005

Gás Natural	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Autocarro	7 970	17 089	17 906	17 787	15 785	14 077	13 919
Outros	22	51	60	60	60	60	60
Gás Natural (milhares de euros)	7 992	17 141	17 966	17 847	15 845	14 137	13 979

Gás Natural Autocarros	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Consumos m3	13 053	13 318	13 479	13 340	11 838	10 557	10 439
Km Totais	18 965	18 911	19 089	18 881	16 659	15 051	14 912
Preço m3 gás natural cêntimos €	61	128	133	133	133	133	133
Consumo m3 / 100 km	69	70	71	71	71	70	70
Preço do Km Autocarro Gás cêntimos €	42	90	94	94	95	94	93
Gás Natural Autocarros (milhares de euros)	7 970	17 089	17 906	17 787	15 785	14 077	13 919

Eletricidade	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Autocarros	75	195	325	1 220	2 071	3 105	3 770
Postos de Abastecimento	98	205	251	258	263	268	273
Carro Elétrico	34	93	126	129	161	164	168
Instalações e Outras	261	407	451	464	473	482	492
Eletricidade (milhares de euros)	467	900	1 153	2 070	2 968	4 020	4 703

Eletricidade Autocarros	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Consumos kWh	504	801	1 211	4 424	7 365	10 824	12 885
Km Totais	398	677	1 009	3 699	6 080	8 039	9 184
Preço kWh Eletricidade cêntimos €	15	24	27	28	28	29	29
Consumo kWh / 100 km	127	118	120	120	121	135	140
Preço do Km Autocarro Eletricidade cêntimos €	19	29	32	33	34	39	41
Eletricidade Autocarros (milhares de euros)	75	195	325	1 220	2 071	3 105	3 770

Gasóleo (milhares de euros)	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Autocarro	1 830	2 883	2 735	1 854	1 789	1 286	196
Outros	42	96	120	120	120	120	120
Gasóleo (milhares de euros)	1 872	2 980	2 855	1 974	1 909	1 406	316

Gasóleo Autocarros	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Consumos litros	1 752	1 996	1 809	1 227	1 183	851	130
Km Totais	3 092	3 219	2 831	1 741	1 545	1 099	168
Preço litro cêntimos €	104	144	151	151	151	151	151
Consumo litros / 100 km	57	62	64	70	77	77	77
Preço do Km Autocarro Gasóleo cêntimos €	59	90	97	107	116	117	116
Gasóleo Autocarros (milhares de euros)	1 830	2 883	2 735	1 854	1 789	1 286	196

Manutenção Autocarros e Carros Elétricos	Real 2021	Est. 2022	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027
Acessórios Carro Elétrico	15	24	25	25	26	26	27
Acessórios Autocarro	385	809	992	1 099	1 220	1 326	1 319
Manutenção Geral Autocarros e Carros Elétricos	5 305	4 906	5 509	5 650	5 138	4 615	4 618
Outros Combustíveis e Lubrificantes	37	40	34	38	42	46	45
Manutenção Pneus	441	495	522	572	636	716	741
Manutenção Autocarros e Carros Elétricos (milh. euros)	6 183	6 274	7 081	7 384	7 061	6 729	6 750

A. M. M. M. M.

ANEXO 4 Plano de Investimento


D. P. ...

ANEXO 4.1 Detalhe do Plano de Investimento

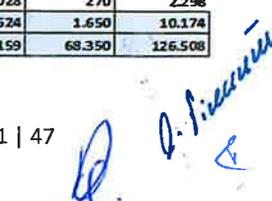
Plano Investimento (milhares euros) [1]	Est. 2022 [2]	Orç. 2023	Orç. 2024	Orç. 2025	Orç. 2026	Orç. 2027	Σ 22-24	Σ 25-27	Σ 22-27
Autocarros Elétricos Standard (48 em 23, 20 em 24 e 20 em 25)	0	20.160	8.400	8.400	0	0	28.560	8.400	36.960
Autocarros Elétricos Articulados (20 em 25 e 40 em 26)	0	0	0	14.400	28.800	0	0	43.200	43.200
Autocarros Elétricos Dois Pisos (15 em 27)	0	0	0	0	0	11.550	0	11.550	11.550
Autocarros Elétricos Midi (8 em 24)	0	0	2.920	0	0	0	2.920	0	2.920
Aquisição de 171 Autocarros	0	20.160	11.320	22.800	28.800	11.550	31.480	63.150	94.630
Aquisição de 15 Baterias	0	0	0	0	2.550	0	0	2.550	2.550
Aquisição de Autocarros, Baterias e Postos Carregamento	0	20.160	11.320	22.800	31.350	11.550	31.480	65.700	97.180
Recuperação de carro elétrico de aluguer do Museu (CE 275)	0	50	0	0	0	0	50	0	50
Implementação do sistema segurança "Homem Morto" CE Serv. P	0	150	150	0	0	0	300	0	300
Grandes manutenções mecânicas dos carros elétricos da frota	15	135	0	0	0	0	150	0	150
Projeto piloto de sistema segurança "Homem Morto" Protótipo 1	80	0	0	0	0	0	80	0	80
Condução da reconstrução do CE 276	67	0	0	0	0	0	67	0	67
Reconstrução total do CE nº 285	0	170	40	0	0	0	210	0	210
Reconstrução do CE 8	10	0	0	0	0	0	10	0	10
Manutenção/Reabilitação de Carros Elétricos	172	505	190	0	0	0	867	0	867
1. Material Circulante	172	20.665	11.510	22.800	31.350	11.550	32.347	65.700	98.047
Renovação Posto abastecimento GNL na ER Francos - 2ª fase POSE	889	0	0	0	0	0	889	0	889
Subestação elétrica para carregadores de ACs elétricos na Via N	0	500	0	0	0	0	500	0	500
Subestação elétrica para carregadores de ACs elétricos na Via N	0	1.944	1.556	0	0	0	3.500	0	3.500
Subestação Elétrica p/ carregadores de ACs elétricos Francos (15	0	0	0	0	1.000	0	0	1.000	1.000
Infraestruturas associadas à Renovação da Frota	889	2.444	1.556	0	1.000	0	4.889	1.000	5.889
Requalificação do edifício da Estação Recolha Via Norte	2.182	0	0	0	0	0	2.182	0	2.182
Estação Recolha Via Norte - Obras diversas	0	0	500	0	0	0	500	0	500
Requalificação do edifício da Estação Recolha Francos	61	5.547	0	0	0	0	5.607	0	5.607
Infraestrutura - Estações de Recolha de Autocarros	2.242	5.547	500	0	0	0	8.289	0	8.289
Substituição de Subestação Elétrica Campo Mártires da Pátria (ca	56	1.136	0	0	0	0	1.193	0	1.193
Substituição cabos alimentação catenária L1 CE entre SET Massar	125	0	0	0	0	0	125	0	125
Segurança das Infraestruturas e Operação Carro Elétrico	42	0	0	0	0	0	42	0	42
Obras diversas de SET e Oficina CE	0	40	0	0	0	0	40	0	40
Substituição barreiras automáticas nas instalações da STCP	55	0	0	0	0	0	55	0	55
Renovação sist. de videovigilância/intrusão em instalações UON	65	0	0	0	0	0	65	0	65
Quiosque da Praça	10	80	0	0	0	0	90	0	90
Requalificação Naves 3 e 4 UCE / Massarelos	0	450	750	0	0	0	1.200	0	1.200
Substituição Subestação Elétrica D. Afonso Henriques (carro elétri	0	250	850	0	0	0	1.100	0	1.100
Cabine de Pintura para a Manutenção de AC na Via Norte	0	100	100	0	0	0	200	0	200
Outras Infraestruturas	353	2.056	1.700	0	0	0	4.109	0	4.109
2. Infraestruturas	3.484	10.047	3.756	0	1.000	0	17.287	1.000	18.287
Equipamentos de prestação de contas (com a fase 2 do projeto	0	200	0	0	0	0	200	0	200
Nova bilhética	957	1.435	0	0	0	0	2.392	0	2.392
Novo Sistema de Bilhética para Autocarros e Bilhética atual	957	1.635	0	0	0	0	2.592	0	2.592
Novo Sistema de Apoio à Exploração e Informação - SAEI	640	880	80	0	0	0	1.600	0	1.600
Equipamento informático	311	629	56	484	59	29	995	572	1.567
Módulo de gestão da manutenção Primavera	166	0	0	0	0	0	166	0	166
Remodelação do sistema Telefónico (Centrais Telefónicas, tel	80	0	0	0	0	0	80	0	80
Atualização Sistema Primavera	60	0	0	0	0	0	60	0	60
Hardware/ecrãs para 114 autocarros dos antigos	0	160	0	0	0	0	160	0	160
Software para monitorização e patching de sistemas	0	15	0	0	18	0	15	18	33
Sistema de verificação de danos nas viaturas	0	0	0	200	0	0	0	200	200
Transição Digital - Desmaterialização da informação interna -	0	50	0	0	0	0	50	0	50
Equipamento Informático	617	854	56	684	77	29	1.526	790	2.316
Equipamento Oficial e Administrativo	210	168	400	195	225	170	778	590	1.368
Viaturas de apoio	71	0	180	170	0	0	251	170	421
Software para os novos ecrãs dos AC: gestão de informação em	75	75	0	0	0	0	150	0	150
Tecnologias Informação-site plataformas móveis apoio cliente	0	215	0	0	0	0	215	0	215
Projeto GDPR- General Data Protection Regulation 2.0	120	0	0	0	0	0	120	0	120
Novo Sw de gestão de Sinistros (Claims) e Contencioso	20	46	0	0	0	0	65	0	65
Nova Intranet e App institucional	90	110	0	0	0	0	160	0	160
Novo Sw de arquivo documental e Scannere email	40	0	0	0	0	0	40	0	40
Melhor cobertura Wifi nas ER's	0	43	0	0	0	0	43	0	43
Gerador das Antas	30	0	0	0	0	0	30	0	30
Controlo de Acesso (Dados Biométricos)	20	40	50	0	0	0	110	0	110
Software Helpdesk - AT	0	25	0	0	0	0	25	0	25
Business Intelligence (BI) - 2.0	0	53	0	0	0	0	53	0	53
Remodelação do Videowall do Centro de Controlo da Frota	80	0	0	0	0	0	80	0	80
Site e plataformas móveis de apoio ao visitante do Museu	0	75	0	0	0	0	75	0	75
Integração da Nova Bilhética no SAE do CE	0	10	0	0	0	0	10	0	10
Equipamento e software de marcação da localização de paragi	0	15	0	0	0	0	15	0	15
Programa de reclamações e Gestão de relação com Clientes	0	75	0	0	0	0	75	0	75
Sistema de Controlo de Viaturas em Parque	0	100	50	0	0	0	150	0	150
OBU's C-Streets (24(frota)+22(5%) equipamentos)	0	33	22	0	0	0	55	0	55
Transição Digital - Centro de Controlo/Expedições/Avaliações d	0	50	100	100	0	0	150	100	250
Sala de Formação on-line para 12 pessoas	0	12	0	0	0	0	12	0	12
Projetos de Inovação	0	100	0	0	0	0	100	0	100
Projeto de Assistência à Condução	0	0	25	0	0	0	25	0	25
Relógios de Registo de Obra	0	20	0	0	0	0	20	0	20
Outros Projetos	505	1.096	427	270	0	0	2.028	270	2.298
3. Outros Investimentos	2.929	4.633	963	1.149	302	199	8.524	1.650	10.174
Plano Investimento (milhares euros) [1]	6.586	35.345	16.229	23.949	32.652	11.749	58.159	68.350	126.508

[1] Valor líquido de IVA.

[2] Os valores da estimativa de 2022 que não forem executados no real, deslizam para os anos seguintes.

STCP, EIM, SA

Instrumentos Previsionais de Gestão 2023 Versão 12.set.22



ANEXO 4.2 Descrição das Principais Aquisições

1. Material Circulante

Aquisição de Autocarros, Baterias e Postos de Carregamento

- **2023 - Aquisição de 48 autocarros standard elétricos**

24 autocarros standard elétricos para expansão e 24 autocarros standard elétricos para substituição de 24 standard a gasóleo e 24 postos de carregamento duplos, pelo montante global de 20,2 milhões de euros.

Esta aquisição foi objeto de candidatura do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com a atribuição de um subsídio de 8,4 milhões de euros. O FUNDO AMBIENTAL lançou um aviso, N.º 01/C15-i05/2021, tendo por objeto apoiar a aquisição de autocarros eficientes e que utilizem fontes energéticas limpas, isto é, com melhor desempenho ambiental, através da aquisição de autocarros novos movidos exclusivamente a eletricidade (baterias), sem emissões de PM, NOx, CO e THC (“Autocarros Limpos”), e da instalação de postos de carregamento de energia elétrica para utilização pelos veículos a adquirir, que previa a oportunidade de financiamento, com uma taxa de 100% a Fundo Perdido, das despesas relacionadas com:

a) Aquisição de veículos novos homologados exclusivamente na categoria europeia M3 - Classe I, cumprindo com os requisitos para o acesso facilitado para pessoas com mobilidade reduzida, com a finalidade de serem utilizados nos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros;

b) Instalação dos respetivos postos de carregamento.

c) Ações relacionadas com a assistência técnica específica para o projeto, bem como ações de comunicação e sensibilização do público-alvo e a monitorização dos resultados do projeto

As despesas previstas nas alíneas b) e c) estão condicionadas à aquisição de Autocarros Limpos e não podem ultrapassar 15% do custo total elegível do projeto.

A STCP apresentou a candidatura que foi aprovada em 14/09/2022.

A operação de aquisição de frota prevê 3 ações articuladas:

Ação 1 – Aquisição de 48 veículos elétricos;

Ação 2 – Aquisição e instalação de 24 postos de carregamento;

Ação 3 – Implementação de Plano de Comunicação.

- **2024 - Aquisição de 20 autocarros standard elétricos e 8 autocarros midi elétricos**

20 autocarros standard elétricos, no montante de 8,4 milhões de euros para substituição de 20 autocarros standard a gás natural e 8 autocarros midi elétricos, no montante de 2,9 milhões de euros para substituição de 8 autocarros mini a gasóleo.

- **2025 - Aquisição de 20 autocarros standard elétricos e de 20 autocarros articulados elétricos**

20 autocarros standard elétricos para substituição de 20 autocarros standard a gás natural no montante de 8,4 milhões de euros e de 20 autocarros articulados elétricos no montante de 14,4 milhões de euros para substituição de 10 autocarros standard a gás natural e 10 articulados a gás natural.

- **2026 - Aquisição de 40 autocarros articulados elétricos e de 15 baterias**

40 autocarros articulados elétricos, no montante de 28,8 milhões de euros para substituição de 20 autocarros articulados a gás natural e 20 articulados a gasóleo e aquisição de 15 baterias pelo valor de 2,6 milhões de euros para substituição.

- **2027 - Aquisição de 15 autocarros de dois pisos elétricos**


A. Almeida

15 autocarros de dois pisos elétricos no montante de 11,6 milhões de euros para substituição de 15 autocarros de dois pisos a gasóleo.

Manutenção / reabilitação de carros elétricos

- **Reconstrução de carro elétricos histórico nº 285 para operação de serviço público**

A reconstrução carro elétrico 285 está prevista para 2023 e 2024, com o custo estimado de cerca de 210 mil euros.

- **Sistema de Segurança "Homem Morto" nos Carros Elétricos de Serviço Público**

Este projeto consiste na conceção, fornecimento e montagem de sistema "Homem Morto" em carros elétricos de serviço público da STCP. O sistema "Homem Morto" é um sistema de frenagem automático para prevenir situações de incapacidade do guarda-freio. Nessa situação, o sistema deteta que o guarda-freio não interage com a condução num período de tempo pré-definido, travando automaticamente, evitando eventuais consequências de um carro elétrico circular desgovernadamente.

A instalação do sistema nos carros elétricos de serviço público está prevista para os anos de 2023 e 2024, pelo montante de 300 mil euros.

- **Grandes manutenções mecânicas dos carros elétricos da frota**

Devido à longa idade da frota de carro elétricos históricos estão previstas grandes manutenções em todos os carros elétricos de serviço público. O valor total previsto é de 150 mil euros a executar em 2022 e 2023.

- **Recuperação de carro elétrico nº 275 de aluguer do Museu**

Tendo em consideração a idade da frota dos carros elétricos do Museu considera-se necessária recuperação do CE 275, de forma a permitir a sua utilização nos serviços de aluguer e de realização de eventos, rentabilizando o espaço do Museu. O valor total previsto é de 50 mil euros a executar em 2023.

2. Infraestruturas

Infraestruturas associadas à Renovação da Frota

- **Subestação elétrica para carregadores de autocarros elétricos na Via Norte (4Mw para 48 AC)**

Aquisição de uma subestação elétrica para suporte de 48 carregadores, a adquirir em 2023, pelo valor de 500 mil euros.

- **Subestação elétrica para carregadores de autocarros elétricos na Via Norte (8Mw para 100 AC)**

Aquisição de uma subestação elétrica para suporte de 100 carregadores, a adquirir em 2023 e 2024, no montante de 3,5 milhões de euros.

- **Subestação Elétrica para carregadores de autocarros elétricos em Francos (15 AC de 2 pisos)**

Aquisição de uma subestação elétrica para suporte de carregadores para 15 autocarros de dois pisos, a adquirir em 2026, pelo valor de um milhão de euros.

Edifícios

- **Requalificação dos edifícios das Estações de Recolha dos autocarros**

Está em curso a requalificação das Estações de Recolha de autocarros de Francos e da Via Norte, construídas há cerca de 44 e 31 anos, respetivamente. A realização destas obras prende-se, nomeadamente, com o cumprimento de obrigações legais, com a necessidade de adaptar as oficinas de manutenção à nova frota

de autocarros, com melhoria de segurança e das condições de trabalho, com a remoção do amianto existente e com a melhoria da eficiência energética das instalações.

O montante global aprovado para este investimento é de 6,5 milhões de euros, destinando-se 4,2 milhões de euros à Estação de Recolha de Francos e 2,34 milhões de euros à Estação de Recolha da Via Norte, abrangidos pela Portaria nº 761/2019. A escassez de materiais a nível internacional, iniciada em 2021, tem levado a um aumento dos preços dos custos de construção em Portugal. Consequentemente, a empreitada em curso de requalificação da Estação de Recolha da Via Norte, cujo contrato foi celebrado em 2021, prevê um aumento do montante de cerca de 220 mil euros. Este projeto tem a sua conclusão prevista para dezembro de 2022.

Relativamente à requalificação da Estação de Recolha de Francos, o caderno de encargos para lançamento do concurso da empreitada da requalificação da Estação de Recolha de Francos a curto prazo, prevê um aumento no montante de 700 mil euros, de forma a que o concurso não fique deserto. Em 2022 o valor da empreitada foi revisto em alta em cerca de mais 892 mil euros, mais 20%, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, que estabelece um regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos e que vigora até 31 de dezembro de 2022. O valor de 892 mil euros foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 04/07/2022. A conclusão prevista para este projeto é no final de 2023.

Está ainda previsto para a Estação de Recolha de Francos, o montante adicional de 500 mil euros, para 2024, destinado ao complemento de obras, não incluídas no projeto em curso.

- **Substituição de Subestação (SET) D. Afonso Henriques**

Dada a antiguidade da subestação de fornecimento de energia do modo carro elétrico D. Afonso Henriques, com cerca de 50 anos, prevê-se o *upgrade* para equipamentos de nova geração, permitindo a implementação de um sistema mais eficaz de gestão da rede aérea de tração elétrica da STCP, melhorando a segurança, fiabilidade e eficiência energética.

O valor total do investimento é de 1,1 milhões de euros, prevendo-se a sua execução em 2023 e 2024.

- **Requalificação Naves 3 e 4 da Unidade de Carro Elétrico**

A construção da Estação de Recolha dos carros elétricos em Massarelos foi efetuada há quase um século e não foi sujeita a obras de manutenção significativas, pelo que é necessário realizar uma empreitada geral de manutenção e reforço estrutural das duas naves onde funcionam as oficinas e a recolha dos carros elétricos. É também necessário remodelar por razões de cumprimento legal a rede de alimentação elétrica e os sistemas de iluminação. O *lay-out* da oficina também necessita de remodelação e requalificação com novo programa funcional e melhoria das condições de trabalho.

Estas obras de requalificação do edifício da Estação de Recolha dos carros elétricos em Massarelos estão orçamentadas em 1,2 milhões de euros, estando prevista a sua concretização em 2023 e 2024.

3. Outros

- **Implementação do novo Sistema de Bilhética**

O Sistema de Bilhética atualmente em funcionamento na STCP é propriedade dos Transportes Intermodais do Porto, ACE, (TIP), encontrando-se genericamente em funcionamento desde 2006, apenas tendo registado a substituição de alguns componentes e equipamentos. Trata-se, portanto, de um sistema em final de vida, com graves problemas de falta e de disponibilidade de componentes, o que coloca em risco iminente o funcionamento do sistema em toda a frota da STCP.



Acresce que o TIP, em 2018, comunicou a sua decisão de alterar o modelo de gestão dos equipamentos de bilhética, passando os mesmos a ser propriedade dos operadores. Nessa altura foi feita uma proposta para que a STCP adquirisse os equipamentos que constituem o atual Sistema de Bilhética, proposta que a STCP não aceitou.

As dificuldades apontadas colocam por si só em risco iminente a capacidade da STCP prosseguir com as suas obrigações de assegurar um Serviço Público de transporte essencial para as populações onde se insere, nomeadamente por poder não ser capaz de efetuar a cobrança tarifária, e a repartição da receita do Sistema Intermodal Andante, essenciais para a subsistência da Empresa.

O Sistema de Bilhética a adquirir deve garantir não só a compatibilidade com o Sistema Intermodal Andante, mas uma melhor adequação ao modelo de operação da STCP, nomeadamente através de um controlo das vendas de Títulos de Bordo mais eficaz e de uma adequação às novas exigências e tendências do mercado de transportes de passageiros, como sejam: a venda on-line de títulos de transporte, a criação de vouchers de viagem e pagamentos a bordo com cartão bancário.

O contrato de Fornecimento, Instalação, Colocação em Serviço e Manutenção do Sistema de Bilhética foi assinado em maio de 2022, pelo montante de 2,4 milhões de euros.

A realização deste projeto está prevista iniciar em 2022 e terminar em 2023.

- **Implementação do novo Sistema de Apoio à Exploração (SAE)**

O Sistema de Apoio à Exploração e Informação (SAEi) da STCP, E.I.M., S.A. está em funcionamento desde 2002 tendo sido desenvolvido pela EFACEC, empresa que ainda assegura a manutenção do sistema.

Este sistema, apesar de algumas atualizações ao longo destes anos, tais como a mudança do sistema de comunicações de Tetra para GPRS e a substituição dos Computadores de Bordo em 2007, está, no entanto, atualmente obsoleto tanto em termos de Sistema Central e versões de base de dados e ferramentas de programação, mas também dos equipamentos embarcados, em especial do Computador de Som que está em fase terminal. O sistema, não oferece as condições e fiabilidade e resiliência necessárias à gestão da operação da frota, nem de segurança informática exigidas pelo Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD). Trata-se, assim de um sistema que não apresenta condições para assegurar as suas funções de apoio à operação de linhas de serviço público e de disponibilização de informação aos clientes, o que não é compatível com o exigido para uma empresa com as responsabilidades que a STCP, E.I.M., S.A. tem de assegurar a mobilidade das populações dos seis Concelhos que serve.

O novo Sistema de Apoio à Exploração e de Informação ao Público (SAEIP) a adquirir deverá ter funcionalidades que promovam a eficiência na utilização dos recursos, a eco condução e o conforto e informação dos passageiros, de modo a promover uma mobilidade sustentável, tanto do ponto de vista económico como ecológico (redução de consumos energéticos e de emissões de CO₂).

O SAEIP deverá ainda permitir a disponibilização de informação às autoridades de transportes competentes, de acordo com o previsto na Diretiva ITS 2010/40/EU e Regulamento Delegado UE 2017/1926 - Ação A (Multimodal Travel Information Services).

O sistema a fornecer deverá ter funcionalidades que permitam:

- a supervisão e controlo da operação da rede, permitindo uma maior autonomia e controlo na gestão;
- garantir um maior controlo e facilidade na operação da infraestrutura de rede e das viaturas;
- dotar o sistema com capacidades de Gestão do Sistema de Transportes através de:
 - Fácil acesso à informação e avaliação dos níveis de desempenho e qualidade de serviço,
 - planeamento/simulação/previsão de dados na rede, com implementação de planos de contingência e de melhoria contínua,

- melhoria do serviço de informação ao Cliente, permitindo a integração da informação com as restantes áreas da STCP e com outras entidades, através da disponibilização de informação atualizada de acordo com o estado da rede em operação;
- disponibilizar mecanismo de apoio à decisão para a resolução rápida dos incidentes;
- melhorar a gestão dos serviços de transporte;
- dotar o sistema de capacidades de operação avançadas;
- informar os passageiros e restantes intervenientes nos processos de transporte, tanto em termos da previsão da execução dos serviços, como dos respetivos históricos.

Foi celebrado o contrato de adjudicação em agosto de 2022, num total cerca de 1,5 milhões de euros.

A realização deste projeto está prevista iniciar ainda em 2022 e terminar em 2024.

- **Equipamento Informático**

Inclui equipamento informático diverso, *hardware* e *software*, a adquirir ao longo do ano, para o funcionamento normal dos sistemas de informação da empresa.

O montante previsto para 2023, é de 854 mil euros, para 2024 são 56 mil euros. Para 2025 a 2027 estão previstos 684 mil euros, 77 mil euros e 29 mil euros, respetivamente.

- **Equipamento Oficial e administrativo**

São equipamentos destinado à manutenção de autocarros, de carros elétricos e das instalações para toda a empresa, a executar ao longo do ano. O montante previsto para 2023, é de 168 mil euros, para 2024, 400 mil euros. Para 2025, 2026 e 2027 estão previstos: 195 mil euros 225 mil euros e 170 mil euros, respetivamente.

- **Outros Projetos – descrição dos mais relevantes**

- Transição Digital - Centro de Controlo/Expedições/Avaliações de desempenho – realização de 2023 a 2025, pelo montante de 250 mil euros.
- Tecnologias informação–site plataformas móveis apoio cliente e avaliação qualidade serviço (app) – realização prevista para 2023, no montante de 215 mil euros;
- Aquisição de camião grua em 2024, pelo valor de 180 mil euros e de camião torre em 2025, no valor de 170 mil euros, ambos para substituição
- Nova Intranet e App institucional – projeto a iniciar em 2022 e terminar em 2023, no montante de 160 mil euros;
- Sistema de Controlo de Viaturas em Parque – projeto a realizar em 2023 e 2024, pelo valor de 150 mil euros;
- Controlo de Acessos (Dados Biométricos) - projeto a iniciar em 2022 e terminar em 2024, no montante de 110 mil euros

ANEXO 4.3 Detalhe Plano de Investimento Financiados pelos Municípios

Plano Investimento Financiados pelos Municípios (milhares de euros) [1]	Est. 2022 [2]	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Σ 22-24	Σ 25-27	Σ 22-27
Plano Investimento Financiados pelos Municípios (milhares de euros) [1]	Est. 2022 [2]	Orç 2023	Orç 2024	Orç 2025	Orç 2026	Orç 2027	Σ 22-24	Σ 25-27	Σ 22-27
Autocarros Elétricos Standard (48 em 23, 20 em 24 e 20 em 25)	0	11.717	8.400	8.400	0	0	20.117	8.400	28.517
Autocarros Elétricos Articulados (20 em 25 e 40 em 26)	0	0	0	14.400	28.800	0	0	43.200	43.200
Autocarros Elétricos Dois Pisos (15 em 27)	0	0	0	0	0	11.550	0	11.550	11.550
Autocarros Elétricos Midi (8 em 24)	0	0	2.920	0	0	0	2.920	0	2.920
Aquisição de 171 Autocarros	0	11.717	11.320	22.800	28.800	11.550	23.037	63.150	86.187
Aquisição de 15 Baterias	0	0	0	0	2.550	0	0	2.550	2.550
Aquisição de Autocarros, Baterias e Postos Carregamento	0	11.717	11.320	22.800	31.350	11.550	23.037	65.700	88.737
Recuperação de carro elétrico de aluguer do Museu (CE 275)	0	50	0	0	0	0	50	0	50
Implementação do sistema segurança "Homem Morto" CE Serv. P	0	150	150	0	0	0	300	0	300
Grandes manutenções mecânicas dos carros elétricos da frota	15	135	0	0	0	0	150	0	150
Projeto piloto de sistema segurança "Homem Morto" Protótipo 1	38	0	0	0	0	0	38	0	38
Conclusão da reconstrução do CE 276	6	0	0	0	0	0	6	0	6
Reconstrução total do CE nº 285	0	170	40	0	0	0	210	0	210
Reconstrução do CE 8	10	0	0	0	0	0	10	0	10
Manutenção/ Reabilitação de Carros Elétricos	68	505	190	0	0	0	763	0	763
1. Material Circulante	68	12.222	11.510	22.800	31.350	11.550	23.800	65.700	89.500
Subestação elétrica para carregadores de AC's elétricos na Via N	0	500	0	0	0	0	500	0	500
Subestação elétrica para carregadores de AC's elétricos na Via N	0	1.944	1.556	0	0	0	3.500	0	3.500
Subestação Elétrica p/ carregadores de AC's elétricos Francos (15	0	0	0	0	1.000	0	0	1.000	1.000
Infraestruturas associadas à Renovação da Frota	0	2.444	1.556	0	1.000	0	4.000	1.000	5.000
Requalificação do edifício da Estação Recolha Via Norte	220	0	0	0	0	0	220	0	220
Estação Recolha Via Norte - Obras diversas	0	0	500	0	0	0	500	0	500
Requalificação do edifício da Estação Recolha Francos	0	1.592	0	0	0	0	1.592	0	1.592
Infraestrutura - Estações de Recolha de Autocarros	220	1.592	500	0	0	0	2.312	0	2.312
Substituição cabos alimentação catenária L1 CE entre SET Massar	125	0	0	0	0	0	125	0	125
Substituição barreiras automáticas nas instalações da STCP	40	0	0	0	0	0	40	0	40
Renovação sist. de videovigilância/intrusão em instalações UON,	55	0	0	0	0	0	55	0	55
Quiosque da Praça	10	80	0	0	0	0	90	0	90
Requalificação Naves 3 e 4 UCE / Massarelos	0	450	750	0	0	0	1.200	0	1.200
Substituição Subestação Elétrica D. Afonso Henriques (carro elétr	0	250	850	0	0	0	1.100	0	1.100
Cabine de Pintura para a Manutenção de AC na Via Norte	0	100	100	0	0	0	200	0	200
Outras Infraestruturas	230	880	1.700	0	0	0	2.810	0	2.810
2. Infraestruturas	450	4.916	3.756	0	1.000	0	9.122	1.000	10.122
Equipamentos de prestação de contas (com a fase 2 do projeto	0	200	0	0	0	0	200	0	200
Nova bilhética	957	1.435	0	0	0	0	2.392	0	2.392
Novo Sistema de Bilhética para Autocarros e Bilhética atual	957	1.635	0	0	0	0	2.592	0	2.592
Novo Sistema de Apoio à Exploração e Informação - SAEI	640	880	80	0	0	0	1.600	0	1.600
Equipamento Informático	241	629	56	484	59	29	926	572	1.498
Hardware/ecrãs para 114 autocarros dos antigos	0	160	0	0	0	0	160	0	160
Software para monitorização e patching de sistemas	0	15	0	0	18	0	15	18	33
Sistema de verificação de danos nas viaturas	0	0	0	200	0	0	0	200	200
Transição Digital - Desmaterialização da informação interna -	0	50	0	0	0	0	50	0	50
Equipamento Informático	241	854	56	684	77	29	1.151	790	1.940
Equipamento Oficial e Administrativo	173	168	400	195	225	170	741	590	1.331
Viaturas de apoio	71	0	180	170	0	0	251	170	421
Software para os novos ecrãs dos AC: gestão de informação em	75	75	0	0	0	0	150	0	150
Tecnologias Informação-site plataformas móveis apoio cliente	0	15	0	0	0	0	15	0	15
Projeto GDPR- General Data Protection Regulation 2.0	120	0	0	0	0	0	120	0	120
Nova Intranet e App institucional	0	60	0	0	0	0	60	0	60
Melhor cobertura Wifi nas ER's	0	43	0	0	0	0	43	0	43
Controlo de Acessos (Dados Biométricos)	20	40	50	0	0	0	110	0	110
Software Helpdesk - AT	0	25	0	0	0	0	25	0	25
Business Intelligence (BI) - 2.0	0	53	0	0	0	0	53	0	53
Site e plataformas móveis de apoio ao visitante do Museu	0	75	0	0	0	0	75	0	75
Integração da Nova Bilhética no SAE do CE	0	10	0	0	0	0	10	0	10
Equipamento e software de marcação da localização de parque	0	15	0	0	0	0	15	0	15
Programa de reclamações e Gestão de relação com Clientes	0	75	0	0	0	0	75	0	75
Sistema de Controlo de Viaturas em Parque	0	100	50	0	0	0	150	0	150
OBU's C-Streets (24(frota)+22(5%) equipamentos)	0	33	22	0	0	0	55	0	55
Transição Digital - Centro de Controlo/Expedições/Avaliações d	0	50	100	100	0	0	150	100	250
Sala de Formação on-line para 12 pessoas	0	12	0	0	0	0	12	0	12
Projetos de Inovação	0	100	0	0	0	0	100	0	100
Projeto de Assistência à Condução	0	0	25	0	0	0	25	0	25
Relógios de Registo de Obra	0	20	0	0	0	0	20	0	20
Outros Projetos	286	801	427	270	0	0	1.513	270	1.783
3. Outros Investimentos	2.296	4.337	963	1.149	302	199	7.596	1.650	9.246
Plano Investimento Financiados pelos Municípios (milhares de euros) [1]	2.815	21.475	16.229	23.949	32.652	11.749	40.519	68.350	108.868

[1] Valor líquido de IVA.

[2] Os valores da estimativa de 2022 que não forem executados no real, deslizam para os anos seguintes.

A. Almeida

PORTO

DIGITAL

**Plano de
Atividades e
Orçamento
2023**

Índice

1 - Enquadramento e Estratégia.....	3
2 – Pressupostos para o Plano de Atividades de 2023.....	5
2.1 Enquadramento e síntese.....	5
2.2 Estrutura funcional e organização.....	7
3 – Plano Anual de Atividades.....	8
3.1 Introdução.....	8
3.2 – Porto - Cidade de Inovação e Experimentação.....	10
3.2.1 Objetivos Estratégicos.....	10
3.2.2 Plano de Atividades.....	10
3.3 – Plataforma Urbana e Infraestrutura para Gestão Integrada do Município do Porto.....	13
3.3.1 Objetivos Estratégicos.....	13
3.3.2 Plano de Atividades.....	13
3.4 – Operações e Infraestrutura de comunicações e Wi-Fi.....	21
3.4.1 Objetivos Estratégicos.....	21
3.4.2 Plano de Atividades.....	22
4 – Plano Anual de Investimento.....	23
5 - Plano Anual de Recursos Humanos.....	24
6 – Orçamento de Exploração para 2023.....	25
6.1 – Notas Explicativas ao Orçamento.....	25
6.1.1 – Rendimentos Previsionais.....	25
6.1.2 – Fornecimentos e Serviços Externos Previsionais.....	26
6.1.3 – Gastos com Pessoal Previsionais.....	27
6.1.4 – Gastos com Amortizações e Depreciações.....	27
6.1.5 – Outros Rendimentos/Outros Gastos e Perdas.....	28
6.1.6 – Gastos de Financiamento.....	28
6.1.7 – Imposto sobre o Rendimento.....	28
7 – Demonstrações Financeiras Previsionais para 2023.....	29
7.1 - Demonstração de Resultados por Naturezas Previsional.....	29
7.2 - Balanço Previsional.....	30
8 – Equilíbrio Económico-Financeiro.....	31
Anexo 1 - Parecer do Conselho Fiscal.....	33

1 - Enquadramento e Estratégia

A Associação Porto Digital (Porto Digital) procura funcionar como uma *toolbox* ao serviço do Município, da Universidade e da Metro do Porto, e visa servir de acelerador para a implementação de estratégias de inovação e transição digital na cidade do Porto. Constituída para conectar a cidade e os cidadãos (tecnologia), cocriar um futuro sustentável (inovação e experimentação) e colaborar para uma melhor qualidade de vida (parcerias), procura contribuir para a eficiência dos serviços públicos, com um impacto real na qualidade de vida dos cidadãos, apostando num desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Fundada em 2004, é atualmente controlada pelo Município do Porto, que detém 377 unidades de participação do património associativo nominal da associação, o que corresponde a mais de 80% do valor total, possuindo ainda como associados a Universidade do Porto e a Metro do Porto, que detêm 90 e 4 unidades de participação, respetivamente.

É objetivo central criar condições para que o ecossistema multifacetado e heterogéneo, que tanto caracteriza a génese da nossa sociedade, explore o conceito de “cidade laboratório”, expandindo-o para novas áreas e transformando desafios do nosso dia-a-dia em oportunidades para gerar conhecimento, ciência, negócios e, mais importante ainda, criando soluções de elevado impacto na qualidade de vida de todos.

Visão	Missão
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE DO PORTO ALCANÇA-SE ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS DIGITAIS E DE METODOLOGIAS QUE FOMENTEM A INOVAÇÃO, A COCRIAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS CIDADÃOS.	PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE FOMENTEM A INOVAÇÃO E A TRANSIÇÃO DIGITAL.

A Porto Digital disponibiliza a infraestrutura tecnológica e as ferramentas de apoio ao desenvolvimento de processos e ações de inovação e transformação digital, de forma a fomentar a implementação de políticas de valorização transversal do conhecimento na cidade do Porto, suportada pelas plataformas digitais, de inovação aberta e de cocriação.

As atividades planeadas procuram destacar a importância da inovação como motor de desenvolvimento sustentável, nomeadamente no aumento da eficiência e eficácia da resposta aos desafios diários a que a cidade e a região estão sujeitas.

TECNOLOGIA - Conectar -	INOVAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO - Cocriar-	PARCERIAS - Colaborar -
<p>A infraestrutura tecnológica da cidade representa o pilar de desenvolvimento da atividade da Porto Digital, nomeadamente na componente de comunicações, suportada pela rede de fibra ótica instalada pela cidade. Por um lado, esta permite disponibilizar serviços públicos aos cidadãos, entre os quais o serviço Wi-Fi gratuito – Porto Free Wi-Fi. Por outro lado, a componente de plataforma urbana e serviços digitais associados a esta rede suportam aplicações de apoio à operação da cidade, nomeadamente nas áreas de mobilidade, ambiente, energia e proteção civil.</p>	<p>Como fator catalisador para o aumento de impacto, o desenvolvimento de serviços e políticas públicas é efetuado recorrendo a um modelo de cocriação e participação ativa. Através da aplicação de um modelo de <i>toolbox</i>, que agrega ferramentas de gestão da inovação, quer na lógica de capacitação interna das equipas (municipais), quer na lógica de promoção do ecossistema (empresas, academia, cidadãos), a Porto Digital procura garantir que a inovação assume um verdadeiro papel catalisador de transformação da cidade.</p>	<p>O desenvolvimento de parcerias nacionais e internacionais permite um contínuo <i>benchmark</i> e validação das políticas implementadas, promovendo um ecossistema dinâmico, com base numa aposta contínua na inovação. As parcerias desenvolvidas são ainda a base para a criação de projetos de inovação que funcionam como aceleradores dos várias verticais de ação.</p>

2 – Pressupostos para o Plano de Atividades de 2023

2.1 Enquadramento e síntese

No âmbito da visão e missão definidas, a Porto Digital, em 2023, continuará a orientar a sua atividade para o reforço da posição da organização e das suas equipas enquanto instrumento de desenvolvimento da cidade, e enquanto entidade responsável pelo desenvolvimento da estratégia de transformação e transição digital e de atividades promotoras de inovação e experimentação do Município do Porto.

Assim, o plano de atividades proposto está estruturado de acordo com os seguintes pilares orientadores:

- 1) Desenvolver o programa **Porto Digital+** com o objetivo de promover a utilização das tecnologias digitais como catalisadoras de “mais conhecimento”, “mais segurança”, e “mais desenvolvimento e inclusão”. O programa tem como base a disponibilização de acesso à Internet de banda larga a todos os cidadãos e visitantes da cidade, nomeadamente através da expansão da rede “Porto Free Wi-Fi”, que tendencialmente garantirá pontos de acesso, no espaço público, a menos de 500 metros de distância. O programa “Porto Digital+” contemplará ainda um plano de ações que visam o aumento da literacia digital da sociedade, nomeadamente em aspetos como a ética e os direitos digitais, ou ainda, o potencial da transição digital no desenvolvimento da sociedade.
- 2) Contribuir para o desenvolvimento do **Centro de Gestão Integrada de Segunda Geração**, baseado no conceito de “gémeo digital” (digital-twin), que potencie a operação coordenada da cidade e que, ao mesmo tempo, garanta a abertura dos serviços desenvolvidos numa perspetiva de valorização transversal do conhecimento produzido, quer numa lógica de dados abertos, quer numa perspetiva de internacionalização. Neste eixo pretende-se garantir um alinhamento, e contributo ativo, com as várias iniciativas europeias nas áreas relacionadas com as cidades e comunidades inteligentes, este alinhamento é fundamental para a avaliação e melhoria continua do trabalho desenvolvido. O Centro de Gestão Integrada de segunda geração deverá ainda ser suportado pelo reforço no investimento na infraestrutura de sensorização da cidade, assim como a infraestrutura de câmaras de monitorização de tráfego, que será evoluída no sentido de criar serviços orientados à vídeo proteção.
- 3) Desenvolver o programa de **Serviços Digitais Partilhados** que potencie a racionalização e utilização eficiente de recursos digitais na esfera municipal. A aposta passará pelo reforço das competências das equipas técnicas, e pela disponibilização de ferramentas especializadas que torne mais eficiente o desenvolvimento de serviços, assim como o aumento da resiliência das infraestruturas digitais críticas da cidade, por exemplo, através da utilização da rede de fibra ótica da cidade e centro de dados partilhado, assim como, através da utilização de metodologias de desenho de serviços.
- 4) Criar a **Plataforma para a Transição Digital e Gestão da Inovação** que desenvolva o conceito de “Inovação na Transformação da Cidade” e que promova a gestão da inovação e cocriação aberta baseada no conceito de “toolbox”, a ser implementado pela Porto Digital. A plataforma disponibilizada procurará garantir que o processo de inovação é contínuo, de grande impacto, e que acompanha a transformação diária da cidade. Para atingir os objetivos propostos será



disponibilizado investimento dedicado e recursos especializados. Assim, procura-se apostar na utilização da inovação como motor de desenvolvimento, permitindo garantir uma resposta eficaz e abrangente aos principais desafios vividos.

- 
- 
- 5) Reforçar as ligações nacionais e internacionais assim como promover parcerias consideradas estratégias para a cidade no âmbito da inovação, transição digital e sustentabilidade, garantindo a representatividade da cidade do Porto em inúmeros fóruns e o acesso a oportunidades diferenciadoras de acordo com as melhores práticas das cidades-referência à escala mundial. Suportar os restantes stakeholders da esfera municipal no acesso a estas oportunidades e na gestão das mesmas. Ao integrar e participar ativamente nestas iniciativas, o Porto não só assegura o acesso a informação privilegiada e atualizada em áreas estratégicas, como também pode capitalizar esse conhecimento e sustentar a implementação dos seus próprios projetos locais.

Na vertente económica e financeira salientam-se as seguintes linhas orientadoras:

- Concentração de recursos na execução das várias obrigações estabelecidas com o Município, e ainda, os contratos resultantes de projetos estruturantes na área da inovação, experimentação e transição digital.
- Com o objetivo de dotar a estrutura da Porto Digital de uma equipa capaz de dar seguimento à estratégia definida e garantir a correta execução dos projetos em curso, o orçamento proposto considera o reforço e melhoria das condições da estrutura de recursos humanos, em linha com as novas orientações estratégicas, nomeadamente com a contratação de elementos para as áreas da plataforma urbana, experimentação e inovação, e ainda, um reforço na equipa de suporte à infraestrutura de comunicações e sistemas.
- Do ponto de vista de financiamento complementar, que resulte de projetos cofinanciados, será dado especial relevo ao trabalho de cooperação no contexto das várias agendas para a inovação, aprovadas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, assim como a atividades relacionadas com projetos cofinanciados no contexto do novo programa Horizonte Europa.

2.2 Estrutura funcional e organização

A estrutura funcional da Porto Digital está organizada em 7 áreas no total, 2 áreas de suporte transversal e 5 áreas técnicas, de forma a disponibilizar os instrumentos que garantam um desenvolvimento sustentado e com impacto.

ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	GESTÃO DE PROJETOS	GESTÃO DA INOVAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO	DESENHO DE SERVIÇOS E PRODUTOS	ARQUITETURA DE SISTEMAS E ANÁLISE DE DADOS	ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO	INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> Gestão global dos espaços de trabalho Gestão de recursos humanos Gestão administrativa e financeira Compras e controlo orçamental Suporte à administração Desenvolvimento de conteúdos e reporte de atividade 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão transversal de projetos Prospecção, análise e desenvolvimento de candidaturas a fundos nacionais e internacionais Desenvolvimento de redes nacionais e internacionais, promovendo a cidade do Porto e criando novas oportunidades de networking transversais às várias áreas 	<ul style="list-style-type: none"> Coordenação da iniciativa Porto Innovation Hub, enquanto plataforma de apoio à promoção da inovação e de experimentação. Desenvolvimento de redes e projetos de cooperação internacional nas áreas de inovação e experimentação. Coordenação no desenvolvimento de competências técnicas que contribuam para a otimização e melhoria de serviços do Município. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de ferramenta e suporte de atividades de desenho e otimização de serviços Gestão transversal dos vários serviços numa lógica de produto e desenvolvimento contínuo Coordenação das atividades de experimentação e pilotos especiais 	<ul style="list-style-type: none"> Arquitetura de sistemas e serviços digitais Coordenação de projetos tecnológicos de serviços digitais Gestão de plataforma de análise e processamento de dados 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão da plataforma de dados abertos da cidade e implementação de políticas de normalização e garantia de qualidade Engenharia e desenvolvimento de produtos e serviços Suporte técnico e melhoria contínua 	<ul style="list-style-type: none"> Suporte da rede metropolitana e rede de acesso a clientes Serviço de suporte 24x7 de toda a plataforma e infraestrutura tecnológica Suporte e desenvolvimento da rede WI-FI e rede de comunicação com o cidadão (ibeacons) Rede para dispositivos do tipo IoT

Figura 1 -Estrutura Organizacional da Porto Digital

Atualmente, a equipa da Porto Digital é formada por 28 elementos, 46% do género feminino, todos com formação académica superior em várias áreas, tais como engenharia, design, economia, gestão, comunicação, ciências sociais, entre outras. É de salientar ainda a valorização académica da equipa, contando com 10 elementos com grau de mestre e três doutorados, em áreas relacionadas com as tecnologias de informação.

A principal missão desta equipa multidisciplinar é a de dar resposta às múltiplas áreas de ação da Porto Digital, incluindo gestão de empreendimentos tecnológicos, capacitação técnica profissional, sensibilização dos cidadãos, e ainda, a componente de investigação e desenvolvimento.

3 – Plano Anual de Atividades

3.1 Introdução

O plano de atividades definido para o ano de 2023 procura dar continuidade ao reforço da posição da organização e das suas equipas enquanto instrumentos de desenvolvimento sustentável da cidade, e enquanto entidade responsável pela execução da estratégia de inovação e transição digital do Município do Porto.

A atividade planeada visa dar seguimento aos princípios orientadores da ação estratégica da Porto Digital, a saber:

- Desenvolver a **infraestrutura tecnológica digital e de comunicações**, assim como ferramentas de apoio ao desenvolvimento de processos e ações de inovação aberta e cocriação, no sentido de garantir a implementação de políticas e serviços públicos eficazes com impacto no aumento da qualidade de vida.
- Promover os **direitos digitais dos cidadãos** e a **utilização de dados** disponibilizados pelos serviços municipais, por cidadãos, empresas, e por todos os que vivem na cidade, potenciando a criação de conhecimento e o desenvolvimento de uma gestão aberta e transparente. Adotar métodos de análise de dados que sejam inclusivos, promovendo adoção de políticas alinhadas com a diversidade dos cidadãos.
- Apoiar os atores do ecossistema da cidade na transformação de desafios em oportunidades de experimentação inovadoras, e no processo de crescimento e internacionalização, procurando garantir um **desenvolvimento sustentável**.

Assim, e de acordo com o apresentado, o Plano Anual de Atividades está organizado de acordo com as seguintes atividades âncora:

Serviço de comunicações para infraestruturas da cidade e infraestruturas críticas

Expansão da rede de comunicações de **fibra ótica** para suportar a ligação da infraestrutura de semaforização. Alargamento da rede de **Video-Proteção** e infraestruturas tecnológicas de suporte.

WIFI gratuito de acesso à Internet para cidadãos e turistas que contribua para a promoção da marca "Porto."

Expansão da rede Wi-Fi para suportar o conceito de **conectividade imersiva** e desenvolvimento da plataforma de **promoção da cidade**.

Plataforma urbana e infraestrutura para gestão integrada da cidade

Desenvolvimento de **serviços digitais inovadores** com impacto na vida dos cidadãos e desenvolvimento do conceito de **valorização dos dados na gestão da cidade**.

Porto cidade de inovação e experimentação

Desenvolvimento da iniciativa **Porto Innovation Hub**, promovendo a inovação e experimentação como motores de **crescimento sustentável da cidade**.

Em paralelo, e tendo em vista o objetivo de contribuir para o aumento da eficiência das entidades, a Porto Digital continuará a fomentar o desenvolvimento de projetos âncora entre os seus três membros associados: o Município, a Universidade e a Metro do Porto.

Estas atividades visam desenvolver não só ferramentas e metodologias que potenciem o aumento de sinergias entre as equipas técnicas dos associados, contribuindo assim para a melhoria dos serviços e para o aumento da eficiência na utilização dos recursos, mas também promover a utilização de infraestruturas partilhadas e o desenvolvimento de ações de capacitação e formação técnica conjuntas.



3.2 – Porto - Cidade de Inovação e Experimentação

3.2.1 Objetivos Estratégicos

- Contribuir para o desenvolvimento da estratégia de inovação da cidade do Porto e para a promoção de um espírito de inovação e de experimentação, através de uma política ativa para as áreas de inovação e transição digital.
- Garantir o desenvolvimento de redes nacionais e internacionais e parcerias na área da inovação e experimentação, promovendo um ecossistema dinâmico, com base numa aposta contínua na inovação.

3.2.2 Plano de Atividades

O plano a desenvolver considera a necessidade de adaptação das áreas definidas como prioritárias, no sentido de agora as adequar aos desafios que a estrutura municipal tem de enfrentar, nomeadamente nas áreas relacionadas com o aumento da resiliência dos serviços ou, ainda, todos os desafios relacionados com a transição digital e ambiental.

Neste contexto, e mantendo a premissa inicial, a atividade foi redesenhada em torno dos eixos orientadores apresentados em seguida:

Atividade 1: PORTO INNOVATION HUB – PLATAFORMA DE EXPERIMENTAÇÃO

- Tornar o Porto uma cidade atrativa e dinâmica funcionando como um núcleo de facilitação da inovação e experimentação na região através de iniciativas para a inovação, transição digital e para a experimentação de base tecnológica e apoio à ideação e prototipagem junto dos atores do ecossistema da cidade.

Atividade 2: GESTÃO E PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO

- Contribuir para o desenvolvimento de serviços e políticas públicas através de um modelo de cocriação e participação ativa, enquanto *toolbox* de aceleração, que agrega ferramentas de gestão da inovação, quer na lógica de capacitação interna das equipas (municipais), quer na lógica de promoção da inovação enquanto transformação da cidade.

ATIVIDADE 1: PORTO INNOVATION HUB – PLATAFORMA DE EXPERIMENTAÇÃO

Atividade	Descrição das tarefas
<p>Produção e gestão de conteúdo e materiais de apoio e divulgação para a área de experimentação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de materiais de divulgação e comunicação de atividade relacionada com a experimentação no contexto da cidade e região na forma de manuais, textos, imagens e outros materiais; • Definição e produção de eventos destinados a públicos diversos, que permitam comunicar o ecossistema a um público alargado, posicionando o Porto como hub tecnológico e competitivo; • Coordenação e apoio no desenvolvimento de estudos relacionados com a implementação de soluções digitais, em resposta a desafios da cidade, potenciando o conceito de cidade enquanto plataforma de inovação e experimentação.
<p>Desenvolvimento de eventos e Programas de Capacitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Definição e produção de iniciativas transversais de capacitação do ecossistema da cidade na área da experimentação; • Desenvolvimento de iniciativas que promovam a cidade como um laboratório vivo, um local aberto à experimentação, fundamental para a criação de novas soluções de elevada capacidade de crescimento.
<p>Gestão e manutenção de infraestruturas de apoio à promoção da inovação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão e manutenção do Porto Innovation Hub, nomeadamente, gestão e manutenção do espaço, recursos e equipamentos de apoio logístico do Porto Innovation Hub, assim como da atividade online e presencial; • Criação e gestão de iniciativas e atividades promovidas no âmbito da iniciativa Porto Innovation Hub: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Gestão e implementação da iniciativa Visitas Fora de Portas — Engenharia à Mostra, como a ampliação da iniciativa a outras áreas de interesse (educação, cultura, tecnologia, saúde, entre outras), garantindo a devida adaptação da atividade à situação atual de pandemia, nomeadamente através da produção e realização de visitas virtuais e apoiadas por ferramentas digitais; ◦ Organização de exposições no espaço do PIH, no âmbito da atividade produzida e apoiada pelo Porto Innovation Hub. Inclui temas como a inovação, ambiente, economia circular, experimentação, transição digital e tecnologia, que possam também ser apoiadas por ferramentas digitais. • Organização de eventos e iniciativas regulares que fomentem um diálogo colaborativo e estimulem a partilha de Criação e gestão de conteúdos dos meios de comunicação do Porto Innovation Hub: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Produção de materiais de divulgação e comunicação de atividade relacionada com inovação e experimentação na cidade (texto, imagem, manuais, materiais) e ações e eventos produzidos e apoiados pelo Porto Innovation Hub; ◦ Criação e gestão de conteúdos nos meios de comunicação do Porto Innovation Hub (website, redes sociais, newsletter). Inclui a comunicação e divulgação de atividades, projetos externos e internos do Município, e ações do ecossistema de inovação na cidade.
<p>Coordenação técnica de atividades de colaboração com comunidades tecnológicas e gestão da Convocatória Aberta para a Inovação e Transição Digital</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação do processo de preparação, promoção, seleção e acompanhamento de atividades no âmbito da Convocatória Aberta para a Inovação e Transição Digital. Esta iniciativa do Município pretende aumentar o impacto das atividades desenvolvidas pela comunidade relacionadas com tecnologia, inovação e empreendedorismo de forma a promover o ecossistema de inovação, promover a expansão de redes e as fontes de conhecimento e apoiar a comunidade tecnológica; • Apoio à organização e promoção de atividades promovidas por comunidades tecnológicas.






 ATIVIDADE 2: GESTÃO E PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO

Atividade	Descrição das tarefas
Promoção de programas e redes de colaboração nacionais e internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Representação da cidade em redes nacionais e internacionais de colaboração, nomeadamente em redes como a Living-in.eu, ICC, Eurocities, CC4DR, OASC, FI-WARE, ENoLL, entre outras; • Coordenação da participação da cidade na iniciativa “ICC - Intelligent Cities Challenge”, na qual a cidade do Porto é cidade mentora; • Coordenação da componente de transição digital na iniciativa “Cities Mission” (Climate-Neutral and Smart Cities by 2030); • Participação em fóruns nacionais e internacionais para desenvolvimento e partilha de conhecimento e experiência; • Angariação e gestão de relacionamento com novos stakeholders que se associem aos objetivos da cidade do Porto; • Criação de novas oportunidades transversais às várias áreas da Porto Digital; • Suporte à criação de novas oportunidades, no âmbito da inovação, transição digital e sustentabilidade junto dos restantes stakeholders da esfera municipal.
Desenvolvimento de novos projetos no âmbito dos programas operacionais europeu e nacionais em temas como as cidades inteligentes, resilientes e sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Prospeção, análise e captação de candidaturas a fundos nacionais e internacionais; • Apoio na preparação de candidaturas e na execução técnica de projetos europeus e projetos financiados pelos programas operacionais; • Desenvolvimento de parcerias para a criação de consórcios nacionais e internacionais que acelerem o desenvolvimento dos vários planos de ação estratégicos, contribuindo para a aceleração da sua implementação e para o aumento do impacto; • Atuação como facilitador na gestão da preparação de candidaturas e execução de projetos, no âmbito da inovação, transição digital e sustentabilidade, entre a cidade e outras cidades e / ou entidades que façam parte do consórcio.
Suporte e gestão técnica da plataforma de experimentação	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação técnica da plataforma de experimentação e desenvolvimento de projetos piloto inovadores que envolvam as equipas do Município do Porto e empresas inovadoras da cidade e região.
Apoio e coordenação técnica no desenvolvimento de competências técnicas que contribuam para a otimização e melhoria de serviços do Município do Porto e desenvolvimento de estudos e planos de estratégicos setoriais para a inovação (research)	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de estudos, mapeamentos e avaliações do ecossistema de inovação, tecnologia, transição digital, que permitam uma maior compreensão do mesmo; • Criação da Plataforma para a Transição Digital e Gestão da Inovação que desenvolva o conceito de “Inovação na Transformação da Cidade” e que promova a gestão da inovação e cocriação aberta baseada no conceito de “toolbox”. A plataforma disponibilizada deverá procurar garantir que o processo de inovação é contínuo, de grande impacto, e que acompanha a transformação diária da Cidade; • Desenvolvimento de projetos de capacitação das equipas técnicas para otimização de processos em áreas de especialização do Município, assim como no desenvolvimento de ações de capacitação e suporte a atividades transversais dos diferentes serviços, como exemplo, o Serviço de Recursos Humanos, Juventude, Proteção e Gestão de dados, entre outros; • Disponibilização de ferramentas de apoio técnico na gestão de processos de promoção da Gestão de Inovação e produção e manutenção de manuais e guias técnicos especializados, nomeadamente o Guia de Inovação do Município e o Toolbox para a Inovação.

3.3 – Plataforma Urbana e Infraestrutura para Gestão Integrada do Município do Porto

3.3.1 Objetivos Estratégicos

- Contribuir para o desenvolvimento e manutenção de uma plataforma aberta de sensorização, agregação e disponibilização de dados, que potencie a gestão integrada da cidade e o desenvolvimento do modelo de “Operador de Cidade” e contribua para o desenvolvimento do Centro de Gestão Integrada (CGI).
- Contribuir para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável e eficaz.
- Contribuir para a divulgação dos pontos de interesse da cidade e eventos.
- Contribuir para o desenvolvimento de um ecossistema de empresas e empreendedores que utilizem a plataforma com o objetivo de desenvolver soluções inovadoras.

3.3.2 Plano de Atividades

A atividade está organizada num conjunto de 4 principais atividades, organizadas em 3 dimensões: Dados em Tempo Real; Análise e Processamento de Dados; Serviços Digitais; que se desdobram em várias tarefas conforme descrito em seguida:

ATIVIDADE 1 - PLATAFORMA DE AGREGAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS EM TEMPO REAL

Como base para o serviço de plataforma de agregação, transformação, processamento e armazenamento de dados em tempo real está um sistema do tipo plataforma urbana aberta que garante os seguintes serviços:

- **Disponibilização de acesso a fluxos de dados em tempo real da cidade**
 - A plataforma urbana disponibiliza uma arquitetura lógica que permite agregar fluxos de dados produzidos dentro e ao longo de sistemas urbanos, como são exemplo sistemas de sensorização de mobilidade, sistemas de sensorização ambiental e meteorológica;
- **Disponibilização de mecanismos do tipo OASC - MIM (Minimal Interoperability Mechanism)**
 - A plataforma urbana fornece os componentes básicos que permitem que a cidade possa rapidamente mudar da utilização de operações fragmentadas para passar a incluir operações articuladas e previsíveis, bem como novas formas de envolver e servir as partes interessadas da cidade, a fim de transformar, de forma tangível e mensurável, os resultados a nível local (por exemplo, aumentar a eficiência energética, reduzir o congestionamento e as emissões, criar ecossistemas digitais de inovação);

- **Mecanismos de segurança, privacidade e auditoria**

- A plataforma irá aplicar integralmente políticas de segurança e de privacidade de dados, o que significa que os utilizadores têm de passar por processos de autenticação e autorização antes de poderem aceder a dados, garantindo ainda a disponibilização de mecanismos de auditoria e registo de ações.

A plataforma garantirá múltiplas interfaces de sensorização da cidade, como são exemplo, mecanismos de contagem de veículos, contagem de pessoas e aglomerados de pessoas, e ainda, sistemas de sensorização ambiental e meteorológica, dos quais se destaca informação sobre a precipitação, velocidade do vento, humidade relativa, temperatura e qualidade do ar (partículas do tipo PM10 e PM 2.5; Ozono; Dióxido de Azoto e Monóxido de Carbono), e que ocupem as áreas referência apresentadas no mapa seguinte.



Figura 2 - Mapa Referência para monitorização ambiental e meteorológica

Com base na infraestrutura descrita e de forma global, a atividade está organizada da seguinte forma:

Atividades	Tarefas/Iniciativas	Descrição Referência
<i>Plataforma de agregação, transformação, processamento e armazenamento de dados em tempo real</i>	Serviço de virtualização, alojamento, armazenamento e processamento de informação e datacenter.	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de apoio ao funcionamento do Datacenter CMP, incluindo o acompanhamento e implementação de políticas e regras de utilização do espaço e serviços partilhados (storage, backup, entre outros); • Alojamento de sistemas e serviços transversais, nomeadamente o site Porto.PT, CM-Porto.PT, entre outros.
	Plataforma de sensorização ambiental e meteorológica e mobilidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de monitorização de suporte e manutenção, alargamento da rede, desenvolvimento e melhoria contínua.
	Plataforma de recolha, transferência e registo histórico do tipo broker ORION (NGSI/NGSI-LD) em tempo real com controlo de acessos, incluindo serviços complementares, num formato "micro-serviço" para interface com fontes de dados não normalizadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de monitorização de suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua, incluindo os sistemas de interação com contadores de tráfego do sistema de controlo e gestão de tráfego, serviço de produção de dados em forma GTFS-RT, entre outros.

ATIVIDADE 2 - PLATAFORMA DE ANÁLISE DE DADOS E APOIO À GESTÃO PROACTIVA E REATIVA DE INFORMAÇÃO E OCORRÊNCIAS NA CIDADE

A ubiquidade das tecnologias digitais e a conseqüente quantidade de dados que é gerada e centralizada pela Administração Pública congrega em si um enorme potencial de utilização tanto para o governo como para a sociedade civil e mundo empresarial.

Simultaneamente, a gestão dos Sistemas de Informação e a sua inserção na estratégia da organização, são um fator chave na melhoria da gestão e na criação de valor acrescentado. Assumindo a informação como um dos principais ativos da organização, torna-se necessário alterar os paradigmas da sua gestão:

- Os dados assumem importância determinante na gestão da organização e da cidade, nomeadamente como suporte a todos os processos de tomada de decisão, e quando disponibilizados publicamente, sob licenças abertas, podem servir também outras entidades e os cidadãos;
- A gestão e sustentabilidade dos processos internos para a abertura de dados deve ainda assim, estar integrada numa política interna de gestão de informação da organização;
- É fundamental que a estratégia de dados abertos esteja integrada numa visão mais ampla de transparência governativa, aumento da eficiência interna, e de promoção de inovação no município.

Neste contexto, as atividades desenvolvidas visam potenciar os seguintes resultados:

- Acelerar a implementação de soluções inteligentes nas cidades, a participação de múltiplos stakeholders e a integração de produtos e serviços de diferentes fornecedores, em especial, em cenários onde existe uma grande fragmentação e heterogeneidade, falta de standards e, em geral, de interoperabilidade.
- Garantir que os sistemas de análise de dados de sensorização da cidade funcionam como um instrumento de gestão e operação da cidade, complementando a capacidade de análise de informação e disponibilização de indicadores de alarmística.
- Suportar políticas abertas de gestão de informação e de conhecimento, congregando fontes internas e externas ao município, assim como potenciar o Centro de Gestão Integrada do Município do Porto - o cérebro da gestão operacional da cidade -, com novos sistemas e plataformas digitais que permitam uma antecipação de problemáticas e reforçando a capacidade de gestão proactiva.
- Garantir o desenvolvimento de cultura organizacional de *data-driven decision making* (tomada de decisão apoiada em dados) na Câmara Municipal do Porto (CMP).

O trabalho proposto assenta essencialmente na premissa do valor gerado a partir da reutilização de dados públicos e obtidos por sistemas de sensorização avançada em áreas como ambiente, meteorologia e mobilidade, garantindo assim maior transparência governamental e mais inovação.

O sistema irá implementar mecanismos de sensorização e de analítica de eventos (vídeo, meteorologia, etc.) garantindo:

- Geração de alertas a ocorrências “críticas”, de forma automática, e conseqüente aumento da rapidez na resposta às mesmas;
- Minimização de constrangimentos existentes em cenários de elevada complexidade;
- Garantindo total segurança e confiabilidade na plataforma.

Em complemento com a política de valorização de dados, a gestão da cidade deve assentar numa visão clara dos processos que suportam todas as atividades. Esta visão deve ser holística, e integrada, isto é, deve permitir a cooperação, trabalho em equipa e completa articulação entre serviços. No sentido de garantir que as plataformas rapidamente se adaptam à dinâmica de funcionamento da cidade, e dos serviços do município, as mesmas devem ser suportadas por arquiteturas modulares e assentes numa capacidade de implementar processos baseados em metodologias normalizadas de modelização, nomeadamente, metodologias do tipo BPMN.

Assim, o trabalho desenvolvido nesta atividade assenta numa arquitetura de referência, desenhada em modelo aberto, designada por CityFlow, e expande-a no sentido de garantir a tal agilidade de adaptação e aumento de eficiência de processos.

A plataforma CityFlow considera ainda as seguintes componentes base:

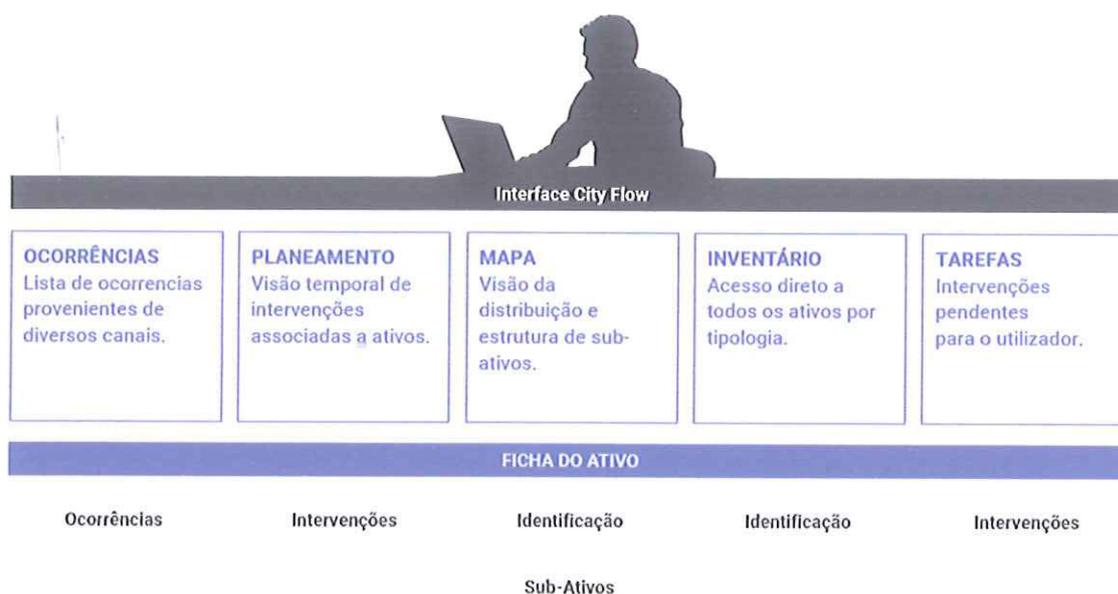


Figura 3 - Arquitetura técnica de referência para a Plataforma de Gestão da Operação - City Flow

De forma global a atividade está organizada da seguinte forma:

Atividades	Tarefas/Iniciativas	Descrição Referência
<p><i>Plataforma de análise de dados e apoio à gestão proactiva e reativa de informação e ocorrências na cidade</i></p>	Sistema de análise de dados e eventos em tempo real provenientes de sensores de mobilidade, ambiente e meteorologia e analítica de vídeo.	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de análise e processamento de informação, nomeadamente, através da disponibilização de mecanismos e portais de visualização, e de produção de relatórios periódicos, como exemplo, o "Relatório de Dinâmica Urbana de apoio à Gestão e Operação", o "Relatório de Dinâmica Urbana e de apoio à gestão", entre outros.
	Serviço de aplicações de apoio à gestão do tipo cockpit de operação com capacidade de visualização e planeamento de operação.	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua de aplicações e ferramentas do tipo "cockpit" que deem apoio à operação da cidade, nos seus principais verticais, como exemplo, a área da mobilidade, proteção civil e segurança. • Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua de aplicações de suporte ao município, nomeadamente a plataforma "Cartão Porto.", entre outros.
	Plataforma de apoio à operação City Flow e Plataforma de Gestão de Ocorrências	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua da plataforma City Flow, nomeadamente em áreas transversais como o Ambiente, Mobilidade, CROA, Avenças entre outros. • Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua de componentes de suporte, nomeadamente, componentes de autenticação, sincronização entre o City Flow e o Gestor de Ocorrências, entre outros.
	Plataforma de recolha e disponibilização de dados em formato aberto (OpenData) e gestão de políticas de valorização da informação.	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua da ferramenta de suporte à infraestrutura OpenData, incluindo INDEX e motor ETL, ferramentas CKAN, entre outras; • Serviço de apoio ao desenvolvimento e manutenção da política de "valorização de dados do Município, nomeadamente no apoio à avaliação de mecanismos de validação da conformidade de novos datasets, identificação e desenho de modelos de dados, entre outros.
	Serviço de visualização e analítica de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de dashboards para análise interna e externa de dados recebidos nas plataformas (analítica de wifi, mobilidade, entre outros); • Serviço de <i>reporting</i> para partilha de dados e análises desenvolvidas a pedido pelos departamentos municipais.
	Plataforma de analítica e "big data"	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de desenvolvimento de mecanismos automáticos de recolha (<i>pipelines</i>), tratamento e validação de dados de interesse para o município de forma segura, estruturada e em <i>data warehouse</i>; • Desenvolvimento de infraestrutura para armazenamento e acesso a dados (<i>data lake</i>), com foco na neutralidade da partilha de dados e sempre na visão da partilha de dados abertos.

ATIVIDADE 3 - SERVIÇOS DIGITAIS E APLICAÇÕES PARA PROMOÇÃO DE CONCEITO "CIDADE EM TEMPO REAL"

Esta atividade tem por base a melhoria significativa da operação das diferentes atividades desenvolvidas nos diversos serviços do Município do Porto, num contexto de Gestão Integrada de processos, assim como a melhoria contínua dos serviços de informação para os munícipes. A eficácia e a eficiência dos procedimentos e processos, nas diversas unidades orgânicas, depende de uma solução que dê resposta de forma ágil aos inconvenientes sentidos dentro de uma estrutura em crescimento, como a operação dos serviços na Cidade do Porto.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido centralizará todos os instrumentos necessários à operação, garantindo assim a comunicação fácil e ágil entre serviços, assim como uma abordagem modular que permita a escalabilidade dos serviços, dando resposta a múltiplas oportunidades identificadas em diferentes unidades orgânicas.

O trabalho de desenho dos serviços, da sua modelação e otimização, está em linha com a arquitetura e infraestrutura CityFlow, descrita na atividade anteriormente.

Assim, a atividade encontra-se organizada de acordo com os seguintes objetivos macro:



Figura 4 – Objetivos macro da plataforma de apoio e gestão de operação e ocorrências

Complementarmente, na perspetiva dos serviços aos munícipes, esta atividade continuará o desenvolvimento do serviço Explore Porto, procurando continuar a garantir o fornecimento de informação em tempo real sobre a cidade. Assim, espera-se que o acesso a informação em tempo real contribuirá, por exemplo, para a redução dos tempos de viagem dentro da cidade, para o acesso a serviços públicos inovadores, ou ainda, para permitir uma melhor gestão e distribuição da população na cidade.

O Explore Porto tem como objetivo fornecer informação sobre pontos de interesse e mobilidade (paragens de autocarro) através de dispositivos de sinalização – Beacons – espalhados pela cidade.

Um cidadão, ou visitante, equipado com um smartphone pode explorar a cidade de forma única, tendo acesso, instantaneamente, informação sobre o local onde se encontra e os seus arredores, potenciando assim uma forma mais rica de. O projeto inclui a manutenção da instalação de cerca de 1000 beacons, em paragens e autocarros, com apresentado nos exemplos seguintes.

Nesta atividade será ainda contemplada o suporte, desenvolvimento e melhoria da plataforma de repositório e dados turísticos, ROPI (Repositório Oficial de Pontos de Interesse), sendo em seguida descritas as suas principais funcionalidades e serviços:

- Atualização e manutenção da plataforma de gestão e sistemas de suporte;
- Atualização e manutenção do modelo de dados dos pontos de interesse para suportar os requisitos do novo site www.visitporto.travel, entre outros;
- Consolidação dos elementos multimédia na mesma plataforma;
- Atualização e manutenção de interfaces de acesso aos Pontos de interesse através de APIs em conformidade com o CitySDK.

Esta atividade disponibilizará uma plataforma tecnológica aberta que facilite o acesso a informação em tempo real e que terá, nesta fase, elevado enfoque na mobilidade dos cidadãos e no acesso a informação dinâmica para os turistas.

De forma global a atividade está organizada da seguinte forma:

Atividades	Tarefas/Iniciativas	Descrição Referência
<i>Serviços Digitais e aplicações para promoção de conceito "Cidade em tempo real"</i>	Plataforma de mobilidade e disponibilização de informação sobre Pontos de Interesse - ROPI	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de monitorização, suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua, que inclui a infraestrutura tecnológica e as interfaces de acesso ao serviço.
	Plataforma de informação e ativação de sistemas de informação ao cidadão do tipo "beacon" – Explore.Porto	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de monitorização de suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua, que inclui a infraestrutura tecnológica e as interfaces de acesso ao serviço. • Serviço de monitorização de suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua da infraestrutura de suporte, nomeadamente de componentes como o PELIAS, OpenTripPlanner; Digitransit, entre outros. • Desenvolvimento da plataforma Explore.City, que suportará os desenvolvimentos feitos em colaboração com parceiros internacionais, promovendo assim a sustentabilidade e desenvolvimento aberto da plataforma
	Plataforma de promoção e proteção dos direitos digitais do cidadão	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de promoção de uma política ativa da segurança e dos direitos digitais dos cidadãos, nomeadamente através da participação e do incentivo à participação, na iniciativa transeuropeia "Cities for Digital Right".

3.4 – Operações e Infraestrutura de comunicações e Wi-Fi

3.4.1 Objetivos Estratégicos

- Desenvolver e suportar a rede de comunicações em fibra ótica, numa lógica de modelo operador de telecomunicações neutro, que contribua para o desenvolvimento dos serviços de telecomunicações na cidade do Porto e que garanta ainda o suporte às infraestruturas críticas da cidade, como são exemplo o sistema de semaforização, o sistema de vídeo vigilância de gestão de gestão de tráfego, rede de vídeo vigilância da PSP e infraestrutura de comunicações para cobertura nos abrigos de transportes públicos;
- Promover uma experiência imersiva de exploração da cidade do Porto através da disponibilização de rede de comunicações e aplicações que potenciem a ligação entre a cultura, comércio, animação, os cidadãos e todos os visitantes da cidade, com uma melhoria na cobertura e velocidade de transmissão.
- Desenvolver e suportar a infraestrutura de Datacenter num modelo de Cloud-Híbrida, com capacidade para suporte de sistemas internos e sistemas de entidades do ecossistema municipal. Promover políticas de governance a nível municipal no domínio da cibersegurança, melhorando a monitorização de ameaças e ataques informáticos, deteção de intrusão e resposta em sistemas e infraestruturas digitais complexas.

3.4.2 Plano de Atividades

Atividade	Descrição da Atividade
<p><i>Expansão, gestão e manutenção da rede metropolitana de fibra ótica para suporte a infraestruturas críticas e desenvolvimento do modelo de operador neutro de telecomunicações</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão do Contrato Mandato para expansão da rede de comunicações, rede Wi-Fi e infraestrutura tecnológica de suporte, nomeadamente, coordenação e apoio técnico a todas as tarefas de projeto, gestão de obra e contratação pública. • Suporte ao funcionamento, manutenção preventiva e reativa da infraestrutura de comunicações MPLS e todos os pontos de acesso e agregação, nomeadamente, executando todas as tarefas de monitorização, gestão de alarmística, e gestão de equipas de suporte 24x7. • Gestão modelo de operador neutro e coordenação da atividade dos operadores de telecomunicações na cidade, nomeadamente, através da sensibilização para a boa utilização do espaço público para instalação de infraestruturas de comunicação. • Apoio e coordenação técnica dos múltiplos projetos de construção de infraestrutura do tipo ITUR com base no modelo de operador neutro. • Serviços de transmissão digital e TV para 15 bairros sociais, do qual fazem parte 6000 habitações, nomeadamente, garantindo a transmissão do serviço de TV em canal aberto, serviço Wi-Fi e apoio técnico aos moradores;
<p><i>Rede Wi-Fi "Porto Free Wi-Fi e infraestrutura de comunicação com o cidadão e promoção da marca "Porto."</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o acesso à internet do público em geral com capacidade garantida de 1,5 milhões dispositivos ligados, com um número máximo de dez mil utilizadores ligados simultaneamente. • Garantir que a rede WiFi suporte diversos tipos de utilizadores, incluindo habitantes, visitantes do Porto, e os serviços técnicos do município, pelo que será necessário garantir a segurança da infraestrutura, a segregação dos serviços, e o respeito pelas condições de utilização do serviço. • Serviço de apresentação de mensagens a utilizadores num formato "landing-page" sempre que um utilizador da rede efetuar uma ligação, ou de acordo com uma política de comunicação que privilegie a experiência de utilização. Possibilidade de criação de zonas temporárias, por exemplo, para dar suporte a comunicação específica de eventos ou iniciativas do Município do Porto. Todas as zonas devem seguir o mesmo formato e <i>template</i> de comunicação.

4 – Plano Anual de Investimento

No ano de 2023, o conjunto de investimentos previsto realizar tem a seguinte repartição:

INVESTIMENTO	Orçamento 2023
Ativos Fixos Tangíveis	65,000.00
Edifícios e outras Construções	15,000.00
Equipamento de informática (Rede WiFi e Rede)	50,000.00
Ativos Intangíveis	2,500.00
Programas de computador	2,500.00
TOTAL	67,500.00

Perfazendo um total de **mais de 67 mil euros**, o plano de investimentos será assegurado integralmente com recurso a autofinanciamento.

No plano anual de investimentos, destaca-se a rubrica do **Equipamento de Informática**, que apresenta um peso de cerca de **74%**. Este peso está diretamente relacionado com os pressupostos já mencionados, que visam contribuir para o suporte e manutenção da rede Wi-Fi existente assim como da restante infraestrutura tecnológica.

5 - Plano Anual de Recursos Humanos

O quadro seguinte mostra a estrutura de Recursos Humanos para o ano de 2023:

Quadro de Pessoal	2023
Administração / CEO	1
Head of Corporate Finance	1
Finance Assistant	1
Operations Manager	1
Events and Office Assistant	2
Head of Project Management	1
Project Manager	3
Head of Innovation Management & Experimentation	1
Program Manager	1
Content Manager	1
Research Project Manager	1
Head of Infrastructure & Operations	1
Network Engineer	5
System Engineer	1
System Administrator	1
Cybersecurity and Systems Technician	1
Head of Engineering & Development	1
Software Engineer	4
Head of System Architecture & Data Analytics	1
Data Analyst	1
Head of Product & Service Design	1
Service Designer	3
Product Owner	1
TOTAL	35

A competitividade no mercado de trabalho é cada vez maior na área das Tecnologias de Informação e Comunicação. A atração e a retenção de talento têm-se revelado bastante desafiantes para as empresas deste ecossistema. Nesse sentido, tem sido preocupação da Porto Digital definir uma estratégia de forma a criar as condições necessárias para manter na sua estrutura os recursos humanos *core* à atividade.

O plano anual de Recursos Humanos para 2023 contempla a contratação de 7 novos colaboradores, que visam dar resposta ao aumento de novos projetos, nomeadamente os projetos cofinanciados por fundos europeus e nacionais. O objetivo será o reforço das diferentes equipas de Gestão de Projetos, Gestão da Inovação e Experimentação; Infraestrutura & Operações, Desenho de Serviços e Produtos, Arquitetura de Sistemas e Análise de Dados e Engenharia e Desenvolvimento. Complementarmente são ainda considerados a criação de 3 estágios remunerados.

6 – Orçamento de Exploração para 2023

RUBRICA / ORÇAMENTO	2023
RENDIMENTOS	4,526,981.91
Prestações de serviços	3,629,933.60
Subsídios à exploração	881,535.01
Outros rendimentos e ganhos	15,513.30
GASTOS	4,058,067.65
Fornecimentos e serviços externos	2,709,421.85
Gastos com o pessoal	1,341,743.30
Gastos e perdas de financiamento	6,902.50

Note-se que as rubricas de rendimentos ascendem a 4,5 milhões de euros, sendo composta por prestações de serviços onde se incluem as quotas e subsídios à exploração. Por outro lado, as rubricas de gastos subdividem-se em fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal e gastos de financiamento, somando um total próximo dos 4 milhões de euros.

6.1 – Notas Explicativas ao Orçamento

Os valores apresentados para o ano 2023 tiveram por base o orçamento retificado do exercício de 2022, tendo sido estimados o resultado líquido e os saldos do balanço. Do ponto de vista de rendimentos e gastos foram considerados os vários projetos e contratos já assinados, assim como os planeados e os respetivos encargos. Foram, ainda, considerados na preparação das demonstrações financeiras previsionais de 2023 os seguintes pressupostos: a taxa de inflação de 4% prevista para 2023, de acordo com o publicado no Orçamento de Estado para 2023; os prazos médios de pagamentos e recebimentos de 60 dias; a taxa de juro de 2,75%.

6.1.1 – Rendimentos Previsionais

A estrutura de rendimentos da Porto Digital para o ano de 2023 é a seguinte:

RENDIMENTOS TOTAIS	2023
1. Prestação de Serviços	3,629,933.60
1.1. Quotas	135,000.00
1.2. Fibra Ótica	532,485.93
1.3. Plataforma Urbana	357,483.50
1.4. WiFi	232,224.05
1.5. Projetos e Serviços	2,372,740.12
2. Subsídios à Exploração	881,535.01
2.1. Projetos Financiados (aprovados e em execução)	881,535.01

Como se pode observar na tabela, os rendimentos são provenientes da prestação de serviços e subsídios à exploração. Por um lado, a **prestação de serviços**, que apresenta um maior peso, é composta pelas **quotas dos associados** e pelos serviços prestados no âmbito das diversas áreas de **atividade da Porto Digital**, nomeadamente fibra ótica, plataforma urbana, Wi-Fi e gestão de inovação e experimentação. Por outro lado, os **subsídios à exploração** são relativos às participações financeiras dos projetos City Catalyst, Porto Asprela + Sustentável, Entrepreneurial Act, CommuniCity, ATT – Acelerar e Transformar o Turismo, BE.Neutral, Route 25 (ex-CCAM), ASCEND, BeOpen, Baixa Digital e Bombarda Digital.

6.1.2 – Fornecimentos e Serviços Externos Previsionais

A estrutura de fornecimentos e serviços externos da Porto Digital para o ano de 2023 é a seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2023
1. Subcontratos	1,566,899.40
2. Trabalhos especializados	899,992.68
3. Publicidade e propaganda	13,000.00
5. Honorários	37,541.92
6. Conservação e reparação de equipamento	1,293.27
7. Serviços bancários	1,945.06
8. Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	538.10
9. Livros e documentação técnica - aplicações de informática	23,237.83
10. Material de escritório	7,534.19
11. Eletricidade	2,810.37
12. Combustíveis	1,018.09
13. Água	258.81
14. Deslocações, estadas e transportes	21,683.83
15. Rendas e alugueres	57,495.92
16. Comunicação	50,901.07
17. Seguros	967.29
18. Contencioso e notariado	0.00
19. Limpeza, higiene e conforto	2,377.37
20. Outros fornecimentos e serviços	19,926.65
TOTAL	2,709,421.85

Os fornecimentos e serviços externos (FSE) ascendem a 2,7 milhões de euros, aproximadamente. Das rubricas que os compõem, importa destacar os **contratos refaturados à Câmara Municipal do Porto, no âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos e do SCOM**, que representam mais de 50% do valor total da rubrica. Note-se, ainda, os **Trabalhos Especializados** no valor de cerca de 900 mil

euros que se relacionam com o desenvolvimento da atividade da Porto Digital nas diversas áreas de redes de infraestruturas e telecomunicações, plataforma urbana e inovação e experimentação.

6.1.3 – Gastos com Pessoal Previsionais

A estrutura de Gastos com Pessoal da Porto Digital para o ano de 2023 é a seguinte:

GASTOS COM PESSOAL		2023
Remunerações		
Órgãos Sociais		56,403.20
Pessoal		967,708.74
Encargos s/ remunerações		228,376.96
Seguros Acidentes Trabalho		10,241.12
Gastos de Ação Social		47,819.20
Outros gastos c/ pessoal		
Plano de Saúde		16,194.08
Formação		15,000.00
TOTAL		1,341,743.30

Os Gastos com Pessoal previstos para o ano de 2023 ascendem a **1,3 milhão de euros**. Este valor está devidamente alinhado com o **plano de expansão** mencionado no ponto Plano de Recursos Humanos.

6.1.4 – Gastos com Amortizações e Depreciações

As taxas de amortização e depreciação utilizadas são as seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis	Vida Útil	Taxa de Amortização
Redes aéreas, suportes e cabos subterrâneos	20 anos	5.00%
Instalações de água, eletricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas	10 anos	10.00%
Telecomunicações	7 anos	14.28%
WiFi	5 anos	20.00%
Aparelhagem, máquinas eletrónicas e de reprodução de som	5 anos	20.00%
Computadores	3 e 5 anos	33,33% e 20,00%
Aparelhos telemóveis	5 anos	20.00%
Mobiliário	8 anos	12.50%

Como se observa na Demonstração de Resultados por Natureza Previsional, os Gastos de Depreciação e Amortização ascendem a cerca **398 mil euros**, compreendendo equipamento das diversas categorias mencionadas acima.

6.1.5 – Outros Rendimentos/Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros Gastos e Perdas analisa-se como se segue:

Outros Rendimentos/Outros Gastos e Perdas	2023
Outros Gastos e Perdas	28,840.16
Outros Rendimentos	15,513.30

A rubrica Outros Gastos e Perdas são na sua globalidade taxas cobradas por utilização de circuitos de fibra ótica.

De referir que se estima que a rubrica Outros Rendimentos irá registar um valor de 15,513.30 euros no ano 2023, por força de imputação de subsídios para investimento.

6.1.6 – Gastos de Financiamento

RUBRICA	2023
Juros e gastos similares suportados	6,902.50

A rubrica de Gastos de Financiamento previstos para 2023 ascende a um total próximo dos **7 mil euros**, tendo por base **juros suportados** decorrentes de necessidades de financiamento externo da Porto Digital, como forma de apoio à tesouraria.

6.1.7 – Imposto sobre o Rendimento

A Associação Porto Digital é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, tendo-lhe sido atribuída uma isenção definitiva a título de IRC.

7 – Demonstrações Financeiras Previsionais para 2023

As demonstrações financeiras utilizadas para a apresentação dos instrumentos de Gestão Previsional do ano 2023, foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional SNC, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, Avisos e Portarias conforme o disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas em 2015. As demonstrações financeiras incorporadas nos Instrumentos de Gestão Previsional foram preparadas de acordo com pressupostos do regime de acréscimo e da continuidade.

7.1 - Demonstração de Resultados por Naturezas Previsional

A Demonstração de Resultados por Naturezas Previsional para o ano de 2023 é a seguinte:

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2023	2022
Vendas e serviços prestados	6.1.1	3,629,933.60	2,604,722.01
Subsídios à exploração	6.1.1	881,535.01	540,203.19
Fornecimentos e serviços externos	6.1.2	-2,709,421.85	-1,682,590.16
Gastos com pessoal	6.1.3	-1,341,743.30	-1,000,956.36
Outros rendimentos	6.1.5	15,513.30	17,442.89
Outros gastos e perdas	6.1.5	-28,840.16	-18,401.66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		446,976.61	460,419.91
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6.1.4	-397,998.40	-399,950.88
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		48,978.21	60,469.03
Juros e gastos similares suportados	6.1.6	-6,902.50	-5,846.82
Resultado Antes de Impostos		42,075.71	54,622.21
Impostos sobre o rendimento do período	6.1.7	-	
resultado líquido do período		42,075.71	54,622.21

7.2 - Balanço Previsional

O Balanço Previsional para o ano de 2023 é a seguinte:

RUBRICAS	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	2,557,514.97	2,801,503.70
Ativos intangíveis	404,317.72	494,236.49
Outros investimentos financeiros	27,567.16	17,326.04
subtotal	2,989,399.85	3,313,066.23
Ativo corrente		
Clientes	369,480.70	264,396.51
Outros créditos a receber	3,533,701.69	2,647,973.76
Caixa e depósitos bancários	187,801.13	138,127.00
subtotal	4,090,983.52	3,050,497.27
total do ativo	7,080,383.37	6,363,563.50
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Fundo subscrito	2,355,000.00	2,355,000.00
Outras reservas	15,696.27	15,696.27
Resultados transitados	-242,884.71	-507,015.67
Excedentes de revalorização	1,784,045.21	1,993,553.96
Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	7,913.08	23,426.40
subtotal	3,919,769.85	3,880,660.96
Resultado líquido do exercício	42,075.71	54,622.21
total do capital próprio	3,961,845.56	3,935,283.17
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente		
Fornecedores	271,967.81	236,492.45
Estado e outros entes Públicos	92,632.12	56,187.14
Financiamentos obtidos	0.00	0.00
Outras dívidas a pagar	207,902.68	178,752.04
Diferimentos	2,546,035.21	1,956,848.70
subtotal	3,118,537.81	2,428,280.33
total do passivo	3,118,537.81	2,428,280.33
total do capital próprio e do passivo	7,080,383.37	6,363,563.50

8 – Equilíbrio Económico-Financeiro

No ano de 2023, está previsto que o Volume de Negócios seja cerca de 3,7 milhões de euros, ao qual se somam 880 mil euros de subsídios à exploração, resultado dos vários projetos cofinanciados. Do ponto de vista de Gastos Operacionais o valor planeado é de 3 milhões e 200 mil euros, Gastos de Amortização e Depreciação e Gastos de Financiamento. Assim, o cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional irá gerar **resultados positivos no montante superior a 42 mil euros**.

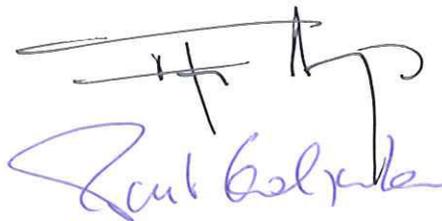
RESULTADO DAS OPERAÇÕES	2023
Volume de negócios	3,629,933.60
Outros rendimentos e gastos operacionais	-3 182 956,99
resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	446,976.61
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-397,998.40
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	-
resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	48,978.21
resultados financeiros (RF)	-6,902.50
resultado antes de imposto (RAI)	42,075.71
Impostos sobre o rendimento do período	-
resultado líquido do exercício (RLE)	42,075.71

Em conclusão, apresentam-se em seguida alguns indicadores, que refletem o equilíbrio económico-financeiro da Porto Digital:

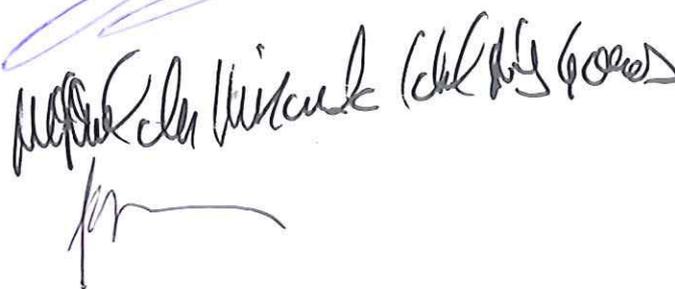
INDICADORES	2023
Autonomia Financeira	55,96%
Solvabilidade	127,04%
Endividamento	44,04%
Vendas e prestações serviços/Capital Próprio	91,62%
Passivo/Capital Próprio	78,71%
Liquidez Geral	131,18%
Valor Acrescentado Bruto	1 817 560
Rentabilidade do Capital Próprio	1.06%

Porto, 21 de outubro de 2022

O Conselho de Administração,







Anexo 1 - Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2023

Introdução

Conforme solicitado pelo Conselho de Administração da Associação Porto Digital (a Entidade), o Conselho Fiscal procedeu ao exame dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) da Entidade, relativos ao período 2023, aprovado em Conselho de Administração de 21 de outubro de 2022, que compreendem, entre outros, uma descrição da atividade, o plano anual de atividades e de investimento e as demonstrações financeiras previsionais para o mencionado período.

O balanço previsional para 2023 evidencia um total de 7 080 383 euros e um capital próprio de 3 961 846 euros, incluindo um resultado líquido previsional do período de 42 076 euros.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas, contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, assim como a conformidade com os estatutos e legislação em vigor, competindo-nos emitir um parecer profissional e independente baseado no nosso trabalho.

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança minimamente satisfatória no referente à informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referidos quanto à isenção de distorções materialmente relevantes.

Parecer

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança minimamente satisfatória, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Sem afetar o parecer expresso no parágrafo seguinte, chamamos a atenção para o facto de o modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2023, ter como ano base das previsões financeiras o exercício de 2022. A sua construção exigiu estimar o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, o resultado líquido estará sujeito a alterações, bem como serão diferentes os fluxos financeiros devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço considerados e os saldos finais apurados.

Considerando os elementos disponibilizados pelo Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, é de parecer que se encontram reunidas as condições para emitir parecer favorável à aprovação dos Instrumentos de Gestão Previsional da Associação Porto Digital.

Porto, 26 de outubro de 2022

O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **Rui Manuel Pinto Couto Viana**

Data: 2022.10.26 14:47:15 +0100

Rui Manuel Pinto Couto Viana
(Presidente)



UNIVERSIDADE DO PORTO
UNIVERSITY OF PORTO

Assinado de forma digital por
JOÃO CARLOS FERREIRA RIBEIRO
Dados: 2022.10.26 12:53:57 +01'00'

João Carlos Ribeiro
(Vogal)

Assinado por : **SUSANA CATARINA IGLÉSIAS
COUTO RODRIGUES DE JESUS**

Data: 2022.10.26 12:42:53+01'00'



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus
(Vogal e Revisora Oficial de Contas)